Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores 3

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração 4

2.3 - Outras inf. relev. - Auditores 7

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras 8

3.2 - Medições não contábeis 9

3.3 - Eventos subsequentes às DFs 15

3.4 - Política destinação de resultados 19

3.5 - Distribuição de dividendos 22

3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas 23

3.7 - Nível de endividamento 24

3.8 - Obrigações 25

3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras 26

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco 27

4.2 - Descrição - Riscos de Mercado 54

4.3 - Processos não sigilosos relevantes 62

4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest 74

4.5 - Processos sigilosos relevantes 76

4.6 - Processos repetitivos ou conexos 79

4.7 - Outras contingências relevantes 81

4.8 - Regras-país origem/país custodiante 91

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos 92

5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado 95

5.3 - Descrição - Controles Internos 100

5.4 - Programa de Integridade 107

Índice

5.5 - Alterações significativas 110
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 111

6. Histórico do emissor

6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM 112
6.3 - Breve histórico 113
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação 117
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico 118

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas 119
7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista 120
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais 121
7.3 - Produção/comercialização/mercados 125
7.4 - Principais clientes 154
7.5 - Efeitos da regulação estatal 155
7.6 - Receitas relevantes no exterior 168
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira 169
7.8 - Políticas socioambientais 173
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades 177

8. Negócios extraordinários

8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante 178
8.2 - Alterações na condução de negócios 179
8.3 - Contratos relevantes 180
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord. 182

9. Ativos relevantes

9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante 183
9.1.a - Ativos imobilizados 184
9.1.b - Ativos Intangíveis 192
9.1.c - Participação em sociedades 213
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev. 219

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais 224
10.2 - Resultado operacional e financeiro 274

Índice

10.3 - Efeitos relevantes nas DFs 284
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases 288
10.5 - Políticas contábeis críticas 291
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs 297
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados 298
10.8 - Plano de Negócios 299
10.9 - Outros fatores com influência relevante 301

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 302
11.2 - Acompanhamento das projeções 303

12. Assembléia e administração

12.1 - Estrutura administrativa 304
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias 317
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA 321
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos 323
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF 324
12.7/8 - Composição dos comitês 334
12.9 - Relações familiares 339
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle 341
12.11 - Acordos /Seguros de administradores 394
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm 395

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Política/prática de remuneração 404
13.2 - Remuneração total por órgão 407
13.3 - Remuneração variável 411
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações 415
13.5 - Remuneração baseada em ações 420
13.6 - Opções em aberto 424
13.7 - Opções exercidas e ações entregues 426
13.8 - Precificação das ações/opções 428
13.9 - Participações detidas por órgão 429

Índice

13.10 - Planos de previdência 430
13.11 - Remuneração máx, mín e média 431
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização 433
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem. 434
13.14 - Remuneração - outras funções 435
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada 436
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração 437

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 438
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos 440
14.3 - Política remuneração dos empregados 441
14.4 - Relações emissor / sindicatos 443
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos 444

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 2 - Posição acionária 445
15.3 - Distribuição de capital 469
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico 470
15.5 - Acordo de Acionistas 471
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm 472
15.7 - Principais operações societárias 473
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico 482

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel. 483
16.2 - Transações com partes relacionadas 485
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade 489
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas 491

17. Capital social

17.1 - Informações - Capital social 492
17.2 - Aumentos do capital social 493
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação 494
17.4 - Redução do capital social 495
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social 496

Índice

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 497

18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto 498

18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos 500

18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários 501

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 502

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 503

18.6 - Mercados de negociação no Brasil 504

18.7 - Negociação em mercados estrangeiros 505

18.8 - Títulos emitidos no exterior 506

18.9 - Ofertas públicas de distribuição 507

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas 508

18.11 - Ofertas públicas de aquisição 509

18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários 510

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Descrição - planos de recompra 511

19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria 512

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria 514

20. Política de negociação

20.1 - Descrição - Pol. Negociação 515

20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação 516

21. Política de divulgação

21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos 517

21.2 - Descrição - Pol. Divulgação 518

21.3 - Responsáveis pela política 520

21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação 521

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Gilberto Tomazoni**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Guilherme Perboyre Cavalcanti**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	
Cargo do responsável	

1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1 - Declaração do Diretor Presidente

Gilberto Tomazoni, Diretor Presidente da JBS S.A., declara que:

a. Revisou o Formulário de Referência
b. Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº480, em especial aos artigos 14 a 19.
c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do Emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

1. Responsáveis pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Guilherme Perboyre Cavalcanti, Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A., declara que:

a. Revisou o Formulário de Referência
b. Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº480, em especial aos artigos 14 a 19.
c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do Emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1032-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO RCS Auditores Independentes S.S
CPF/CNPJ	54.276.936/0001-79
Período de prestação de serviço	12/03/2017 a 02/04/2018
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício a findar-se em de 31 de dezembro de 2017 e revisão das Informações Trimestrais – ITR para os trimestres a findarem em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2017 estritamente para as empresas JBS, preparadas de acordo com as normas nacionais e internacionais de contabilidade (CPC e as IFRS).
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Conforme contrato de prestações de serviços para o exercício de 2017, os auditores independentes da Companhia, em contrapartida aos serviços de auditoria contábil, receberam honorários que totalizam o valor de R$6,8 milhões. Não serão recebidos quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços.
Justificativa da substituição	Substituição em virtude da obrigatoriedade do rodízio dos auditores independentes a cada 5 (cinco) anos, conforme Art. 31 da Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários nº 308/19.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Os auditores estão de acordo com a justificativa de substituição apresentada pela Companhia.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Paulo Sergio Tufani	12/03/2017 a 11/03/2018	007.601.018-09	Rua Major Quedinho, 090, Não há, Consolação, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01050-030, Telefone (011) 38485880, Fax (011) 30457363, e-mail: paulo.tufani@bdobrazil.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1127-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	10.830.108/0001-65
Período de prestação de serviço	03/04/2018
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício a findar-se em de 31 de dezembro de 2018 até 2022 revisão das Informações Trimestrais – ITR para os trimestres a findarem em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2018 até 2022 estritamente para as empresas JBS, preparadas de acordo com as normas nacionais e internacionais de contabilidade (CPC e as IFRS) e procedimentos pré-acordados no âmbito das ofertas públicas subsequentes de ações, com esforços restritos, de emissão da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Conforme contrato de prestações de serviços para o exercício de 2018, os auditores independentes da Companhia, em contrapartida aos serviços de auditoria contábil, receberão honorários que totalizam o valor bruto de R$ 3,2 milhões. Não serão recebidos quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços.
Justificativa da substituição	Não aplicável, uma vez que não houve substituição da Grant Thornton desde sua contratação.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável, uma vez que não houve substituição da Grant Thornton no período.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Alcides Afonso Louro Neto	16/05/2018	295.722.148-96	Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105, 12 andar, Cidade Monções, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04571-900, Telefone (011) 38865100, Fax (11) 38865100, e-mail: alcides.neto@br.gt.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1127-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	10.830.108/0001-65
Período de prestação de serviço	03/04/2018
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício a findar-se em de 31 de dezembro de 2018 até 2022 revisão das Informações Trimestrais – ITR para os trimestres a findarem em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2018 até 2022 estritamente para as empresas JBS, preparadas de acordo com as normas nacionais e internacionais de contabilidade (CPC e as IFRS) e procedimentos pré-acordados no âmbito das ofertas públicas subsequentes de ações, com esforços restritos, de emissão da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Conforme contrato de prestações de serviços para o exercício de 2019, os auditores independentes da Companhia, em contrapartida aos serviços de auditoria contábil, receberão honorários que totalizam o valor bruto de R$ 6,0 milhões. Não serão recebidos quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços.
Justificativa da substituição	Não aplicável, uma vez que não houve substituição da Grant Thornton desde sua contratação.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável, uma vez que não houve substituição da Grant Thornton no período.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Alcides Afonso Louro Neto	16/05/2018	295.722.148-96	Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105– São Paulo, SP, 12 andar, Cidade Monções, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04577-190, Telefone (11) 38865100, Fax (11) 38865100, e-mail: alcides.neto@br.gt.com

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

2.3 - Outras informações relevantes – Auditores

Não há outras informações relevantes a serem divulgadas neste item.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	32.482.049.000,00	27.946.209.000,00	26.140.668.000,00
Ativo Total	126.339.387.000,00	114.145.831.000,00	108.695.951.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	204.523.575.000,00	181.680.244.000,00	163.169.981.000,00
Resultado Bruto	31.946.351.000,00	26.340.190.000,00	23.772.232.000,00
Resultado Líquido	6.068.368.000,00	25.199.000,00	534.202.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria	2.665.040.729	2.663.099.713	2.709.660.161
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	12,188200	10,493865	9,647213
Resultado Básico por Ação	2,280000	0,010000	0,190000
Resultado Diluído por Ação	0,00	0,01	0,19

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

3.2 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis.

Medidas Contábeis

A Companhia divulga medidas contábeis não reconhecidas pelas práticas contábeis ("**non-GAAP**") neste Formulário de Referência, incluindo: EBITDA, EBITDA ajustado, dívida líquida, fluxo de caixa livre, receita líquida orgânica, custos operacionais e custos operacionais ajustados, impacto de aquisições e desinvestimentos e moeda constante. Essas medidas financeiras non-GAAP são usadas pela administração da Companhia como medidas de desempenho e não devem ser consideradas como medidas de desempenho financeiro de acordo com o Relatório Financeiro – Internacional Financial Reporting Standards (IFRS) ou o BR GAAP. As medidas não contábeis non-GAAP devem ser utilizadas apenas de maneira complementar para a tomada da decisão de investimento. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis com título semelhante fornecido por outras companhias.

EBITDA e EBITDA Ajustado (não auditado e revisado)

O EBITDA é definido como lucro líquido ou prejuízo do exercício, acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) e pelo custo e despesa de depreciação e amortização.

EBITDA Ajustado é definido como EBITDA, menos itens não recorrentes, que se referem a outros itens significativos, recorrentes ou pontuais que, de acordo com o julgamento da administração da Companhia, precisam ser divulgados separadamente em virtude de sua proporção, natureza ou incidência, pois a Companhia não o considera como indicativo de seu desempenho operacional primário. Ao determinar se um evento ou transação é ajustável, a administração da Companhia considera fatores quantitativos e qualitativos, como a frequência ou previsibilidade da ocorrência.

O EBITDA e o EBITDA Ajustado são apresentados como medidas financeiras suplementares na avaliação dos negócios da Companhia. Como o EBITDA e o EBITDA Ajustado excluem certos encargos não monetários e outros itens que a Companhia acredita não serem representativos de suas principais operações comerciais, a apresentação dessas medidas financeiras ajuda os investidores a avaliar o desempenho operacional da Companhia de período para período e aprimora o entendimento de seu desempenho financeiro e destaca as tendências operacionais. Essas medidas são amplamente utilizadas pelos investidores e agências de classificação nas recomendações de avaliação, comparação, classificação e investimento das empresas.

No entanto, a mensuração do EBITDA e EBITDA Ajustado neste Formulário de Referência pode não ser comparável à de outras empresas do mesmo setor da Companha, o que limita sua utilidade como medidas comparativas. Além disso, o EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas exigidas ou calculadas de acordo com o IFRS ou o BR GAAP e não devem ser consideradas como substitutos para a receita de operações contínuas, receita líquida ou qualquer outra medida de desempenho financeiro relatada de acordo com a IFRS ou o BR GAAP ou como medidas de fluxos de caixa operacionais ou liquidez, uma vez que não refletem certos custos envolvidos nas operações, como despesas financeiras, impostos, depreciação, despesas de capital e outros custos relacionados, qualquer um dos quais pode ter um efeito significativo no lucro líquido.

O uso do EBITDA e EBITDA Ajustado, ao invés do lucro líquido, tem limitações como ferramenta analítica, incluindo as seguintes:

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

- o EBITDA e o EBITDA Ajustado não refletem mudanças ou necessidades de caixa para necessidades de capital de giro;
- o EBITDA e o EBITDA Ajustado não refletem as despesas de juros, nem os requisitos de caixa necessárias para atender aos juros ou pagamentos principais, sobre a dívida;
- o EBITDA e o EBITDA Ajustado não refletem as despesas com imposto de renda ou as necessidades de caixa para pagar os impostos;
- embora a depreciação e a amortização sejam encargos não monetários, os ativos que estão sendo depreciados e amortizados geralmente precisam ser substituídos no futuro, e o EBITDA e o EBITDA ajustado não refletem nenhuma necessidade de caixa para essas substituições;
- o EBITDA e o EBITDA Ajustado não refletem despesas históricas de caixa ou necessidades futuras de despesas de capital ou compromissos contratuais; e
- o EBITDA e o EBITDA Ajustado incluem ajustes que representaram uma despesa em dinheiro ou que representaram uma cobrança não monetária que podem estar relacionados a uma despesa em dinheiro futura, e algumas dessas despesas são esperadas que ocorram no futuro, embora o valor de qualquer cobrança futura não poder ser previsto.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e EBITDA Ajustado da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

	Exercício social encerrado em		
(Reais milhões)	**2019**	**2018**	**2017**
EBITDA (não auditado)	19.795,9	11.988,8	11.218,8
EBITDA Ajustado (não auditado)	19.881,1	14.849,8	13.415,9

Fluxo de Caixa Livre

Fluxo de caixa livre é definido como caixa líquido fornecido pelas atividades operacionais, menos compras de ativo imobilizado.

A mensuração do fluxo de caixa livre neste Formulário de Referência pode não ser comparável à de outras empresas de nosso setor, o que limita sua utilidade como medida comparativa. Além disso, o fluxo de caixa livre não é uma medida exigida ou calculada de acordo com o IFRS ou o BR GAAP e não deve ser considerado um substituto para o fluxo de caixa das atividades operacionais ou qualquer outra medida de desempenho financeiro relatada de acordo com o IFRS ou o BR GAAP ou como uma medida de liquidez. Os investidores devem confiar principalmente nos resultados do IFRS e usar o fluxo de caixa livre apenas suplementarmente na tomada de decisões de investimento**.**

Seguem abaixo os valores do Fluxo de Caixa Livre da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

	Exercício social encerrado em		
(Reais milhões)	**2019**	**2018**	**2017**
Fluxo de Caixa Livre (não auditado)	9.502,7	5.699,8	2.777,6

Dívida Líquida

Dívida Líquida é definida como total de empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida é apresentada como uma medida financeira suplementar na avaliação dos negócios da Companhia. No entanto, a Dívida Líquida não é uma medida exigida ou calculada de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) ou o BR GAAP e não deve ser considerada como um substituto para empréstimos e financiamentos ou qualquer outra medida de liquidez relatada de acordo com o IFRS ou o BR GAAP.

Seguem abaixo os valores da Dívida Líquida da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

	Em 31 de dezembro de		
(Reais milhões)	**2019**	**2018**	**2017**
Dívida Líquida (não auditada)	42.994,1	47.217,7	45.283,4

Moeda constante

Como empresa global, os resultados operacionais e condição financeira da Companhia foram e continuarão sendo afetados pela taxa de depreciação ou valorização do real em relação a moedas estrangeiras. Qualquer depreciação ou valorização do real em relação a moedas estrangeiras pode afetar suas receitas, causando um aumento ou diminuição monetária, desde que as outras variáveis permaneçam inalteradas. Além disso, uma parcela substancial de empréstimos e financiamentos é feita em moedas estrangeiras. Por esse motivo, qualquer depreciação do real em relação a moedas estrangeiras pode aumentar significativamente as despesas financeiras e os empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes em reais. Por outro lado, qualquer valorização do real em relação a moedas estrangeiras pode diminuir significativamente as despesas financeiras e empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes denominados em reais.

O efeito da conversão de moeda afeta as receitas e despesas consolidadas geradas pelas subsidiárias que possuem moedas diferentes do real, principalmente a JBS USA. O ajuste da receita é tal que a receita líquida orgânica é apresentada em uma base de moeda constante, o que isola o efeito das mudanças de moeda durante o período. O efeito da conversão de moeda é calculado multiplicando a linha de receita ou despesa denominada na moeda funcional no período atual pela diferença nas taxas de câmbio médias usadas para converter a linha de receita ou despesa nos períodos apresentados. A Companhia acredita que esse cálculo fornece uma indicação mais significativa do desempenho real ano após ano e elimina as flutuações das taxas de câmbio. Para mais informações sobre os efeitos desta medida nos resultados da Companhia, veja item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

Receita Líquida Orgânica

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

A receita liquida orgânica consiste na receita líquida ajustada pelo impacto do câmbio e receitas constantes de aquisições e desinvestimentos. A Companhia acredita que a receita líquida orgânica fornece informações úteis na avaliação dos resultados de seus negócios, já que desconsidera itens que a Companhia acredita não serem indicativos de desempenho contínuo ou que impactam na comparação do ano anterior. Para mais informações sobre os efeitos desta medida nos resultados da Companhia, veja item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

Impacto de Aquisições e Desinvestimentos

A análise dos resultados operacionais da Companhia neste Formulário de Referência considera a receita líquida de aquisições deduzida da receita líquida orgânica. A receita líquida de aquisições da Companhia é calculada como o valor da receita de entidades adquiridas que estão sob seu controle por um período inferior a 12 meses e por todo o período de cálculo. Por exemplo, desde o fechamento da aquisição da Plumrose em 1º de maio de 2017, o impacto das aquisições relacionadas à aquisição da Plumrose foi excluído da receita líquida orgânica reconhecida nos exercícios sociais de 2017 e 2018.

A análise dos resultados operacionais da Companhia neste Formulário de Referência considera o impacto de desinvestimentos excluídas as receitas pré-desinvestimento e custo de vendas derivados das companhias desinvestidas. Por exemplo, para comparar os resultados operacionais dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017, foram excluídos os resultados das operações das empresas JBS Mercosul. Para mais informações sobre os efeitos desta medida nos resultados da Companhia, veja item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

Custos operacionais e custos operacionais ajustados

A Companhia mede a lucratividade do segmento por receita operacional, que exclui a receita (despesa) financeira, a participação nos lucros ou as perdas das investidas registradas no patrimônio líquido e os impostos sobre a renda do lucro líquido. Para calcular os custos operacionais, que são ajustados por reestruturação, reorganização e outros custos, subtrai a receita operacional da receita líquida. A Companhia revisa regularmente os custos operacionais totais, segmento por segmento. Os custos operacionais ajustados divulgados em análise segmentar representam custos operacionais menos custos operacionais intersegmentos. Para mais informações sobre os efeitos desta medida nos resultados da Companhia, veja item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

(b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.

Conciliação do EBITDA e EBITDA Ajustado:

O EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas exigidas ou calculadas de acordo com o IFRS ou com o BR GAAP e não devem ser considerados como substitutos do lucro de operações contínuas, lucro líquido ou qualquer outras medida de desempenho financeiro reportada de acordo com o IFRS ou como medidas do fluxo de caixa ou liquidez. O EBITDA e o EBITDA Ajustado devem ser usados apenas como informações suplementares aos resultados financeiros da Companhia.

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

(em R$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Lucro líquido do exercício (incluindo participação dos minoritários)	**6.464,9**	**210,1**	**1.025,5**
Resultado Financeiro Líquido	5.985,1	8.282,2	5.595,3
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	1.032,9	-1.308,5	126,3
Depreciação e amortização	6.313,1	4.805,0	4.471,7
EBITDA (não auditado)	**19.795,9**	**11.988,8**	**11.218,8**
Resultado de equivalência patrimonial	-34,2	-26,5	-18,6
Resultado com programa de desinvestimento		6,7	-162,8
Parcelamentos fiscais, trabalhistas e sociais	288,1	2.475,3	2.228,4
Deságio na aquisição de créditos tributários		-54,6	-76,0
Impactos da investigação no âmbito do acordo de leniência	11,8	80,5	34,6
Impairment de impostos		77,8	-
Ganho na compra vantajosa	-234,2		
Impacto da greve dos caminhoneiros		112,9	-
Outras receitas / despesas operacionais	53,6	188,8	191,6
EBITDA Ajustado (não auditado)	**19.881,1**	**14.849,8**	**13.415,9**

(1) Refere-se ao ganho na compra vantajosa resultante da aquisição da Tulip.

(2) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo de outras despesas/receitas operacionais refere-se a despesas de consultoria com reestruturações societárias e perdas de estoques devido a desastres naturais.

Conciliação do Fluxo de Caixa Livre

O fluxo de caixa livre não é uma medida exigida ou calculada de acordo com o IFRS ou o BR GAAP e não deve ser considerado um substituto para o fluxo de caixa das atividades operacionais ou qualquer outra medida de liquidez relatada de acordo com o IFRS ou o BR GAAP. O fluxo de caixa deve ser utilizado apenas como informação suplementar aos resultados financeiros da Companhia.

(em R$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais	13.768,48	7.442,50	5.204,00
Fluxo de caixa das atividades de investimento		-1.742,70	-2.426,40
Adições de ativo imobilizado	-4.265,74		
Fluxo de Caixa Livre (não auditado)	**9.502,74**	**5.699,80**	**2.777,60**

Conciliação da Dìvida Líquida

A dívida líquida não é uma medida exigida ou calculada de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) ou o BR GAAP e não deve ser considerada como um substituto para

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

empréstimos e financiamentos ou qualquer outra medida de liquidez relatada de acordo com o IFRS ou o BR GAAP. A dívida líquida deve ser utilizada apenas como informações suplementares aos resultados financeiros da Companhia.

(em R$ milhões)	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Total de empréstimos e financiamentos	53.028,0	56.153,5	57.024,7
Caixa e equivalente de caixa	-10.034,0	-8.935,8	-11.741,3
Dívida Líquida (não auditada)	**42.994,1**	**47.217,7**	**45.283,4**

(c) Motivo pelo qual entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão de nossa condição financeira e do resultado de nossas operações.

Os motivos pelos quais a Companhia entende que as medições não contábeis apresentadas são apropriadas para a correta compreensão de sua condição financeira e resultado de suas operações foram apresentados no subitem (a) acima.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações contábeis

Até a data da aprovação das demonstrações contábeis anuais, 25 de março de 2020, o dólar sofreu uma valorização em relação ao real brasileiro de aproximadamente 26% com base nas taxas de fechamento em 31 de dezembro de 2019. Se essa flutuação cambial tivesse ocorrido em 31 de dezembro de 2019, o impacto nas demonstrações consolidadas seria um aumento de aproximadamente R$25 bilhões no total de ativos, e um efeito de perda de variação cambial de R$5,5 bilhões no resultado (conforme nota explicativa 31 item a.2.1.1. o efeito de uma variação do câmbio em 25% seria uma perda cambial de R$5,3 bilhões).

Em 1 de janeiro de 2020, a Companhia anunciou que o prazo de vigência do acordo de acionistas celebrado entre J&F Investimentos S.A e BNDES Participações S.A - BNDESPar foi encerrado em 31 de dezembro de 2019 e, portanto, referido acordo de acionistas deixou de produzir efeitos a partir desta data.

Em 27 de janeiro de 2020, a Companhia assinou um Memorando de Entendimentos (MOU) junto a WH Group para fornecimento e distribuição de proteína bovina, de aves e suína in natura ao mercado chinês. Juntas, JBS e WH Group, oferecerão um portfólio de produtos das marcas Friboi e Seara.

Em 18 de fevereiro de 2020, a subsidiária indireta da Companhia JBS USA, celebrou um acordo para a aquisição de unidades produtivas de carne pré-embalada (case ready) e a marca Ledbetter com a Empire Packing Company, L.P. (“Empire”) no montante de aproximadamente R$1,03 bilhões (US$238 milhões). Em 6 de abril de 2020, a aquisição foi concluída e a mensuração inicial é de aproximadamente R$1,34 bilhões (US$252,1 milhões), sujeita a ajustes de capital de giro.

Em 1 de março de 2020, a subsidiária direta Seara Alimentos adquiriu da Controladora os estabelecimentos (lojas Swift) denominados Mercado da Carne ("MDC") no montante de R$313.035, sendo o mesmo pago através de conta corrente entre a Companhia e a Seara Alimentos.

Em 25 de março de 2020, o Conselho de Administração aprovou um novo plano de recompra de ações, onde a Companhia pode adquirir até 10% das ações em circulação, não ocorrendo alterações na composição do controle acionário ou da estrutura administrativa da Companhia. O prazo máximo para realização das aquisições é de 18 meses, iniciando-se em 25 de março de 2020.

Em 7 de maio de 2020, a Companhia distribuiu dividendos a seus acionistas referente ao exercício de 2019.

Análise dos impactos da pandemia de Covid-19: Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde categorizou o Corona Virus Disease 2019 (Covid-19) como uma pandemia. Em

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

decorrência disto, os governos do Brasil e dos Estados Unidos, principais plataformas de produção da JBS, declararam o setor de alimentos como serviços essenciais durante essa emergência global e, a JBS como tal, tem como missão sustentar a oferta de alimentos.

A saúde, segurança e manutenção de empregos de seus colaboradores são as prioridades da JBS. A Companhia tem adotado diversas medidas para garantir a maior segurança e prevenção para cada um dos colaboradores das suas fábricas, centros de distribuição e escritórios. Incluem , mas não se limitam a, nessas medidas: i. desinfecção diária e periódica das instalações; ii. medição de temperatura de todos os colaboradores antes de acessarem a unidade; iii. afastamento de pessoas do grupo de risco; iv. inclusão de novos EPIs como máscaras descartáveis e acrílicas; v. obrigatoriedade do uso de máscaras para 100% dos colaboradores incluindo a área administrativa; vi. medidas de distanciamento social; vii. vacinação contra gripe H1N1; viii. forte comunicação de prevenção de cuidados a todos os colaboradores para dentro e fora da companhia; ix. ampliação da frota de transporte nas plantas; x. home office nos escritórios corporativos, dentre outras.

Todas as medidas seguem as determinações dos órgãos de saúde, como a OMS (Organização Mundial da Saúde) e as autoridades locais de saúde. Adicionalmente, a empresa contratou e está em total conformidade com as orientações das consultorias de renomados médicos e especialistas sobre as práticas adotadas.

É importante ressaltar que os impactos dessa pandemia estão resultando e possivelmente continuarão a resultar em rupturas significativas na economia global, bem como em negócios e no mercado de capitais ao redor do mundo. Em um esforço para combater a pandemia de Covid-19, diversos governos locais impuseram medidas, incluindo, mas não limitadas a: i. quarentena voluntária e/ou obrigatória; ii. ordens de ficar em casa; iii. restrições de viagem; iv. rodízios veiculares mais rígidos; v. limitação em aglomeração de pessoas; e, vi. reduções de operações e fechamento de estabelecimentos comerciais, o que ocasionou uma piora dos cenários doméstico e global, tendo em vista a potencial queda da demanda, especialmente no segmento de food service, assim como limitações logísticas em diversas partes do mundo.

Tendo em vista todo esse cenário, a Companhia constituiu um comitê global de crise para tratar dos impactos da pandemia em suas operações, composto por Gilberto Tomazoni (CEO Global), Guilherme Cavalcanti (CFO Global), André Nogueira (CEO JBS USA), Wesley Mendonça Batista Filho (CEO América do Sul), Brent Eastwood (CEO JBS Austrália), Eduardo Noronha (Recursos Humanos Global), e Cameron Bruett (Relações Institucionais da JBS USA).

No Brasil, entre as medidas tomadas pelo comitê, houve a implementação de férias coletivas durante o período de 19 março de 2020 à 9 de abril de 2020 em determinadas unidades de processamento de bovinos. Ainda no Brasil, em função da decisão do Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Sul (MPT-RS), a unidade de processamento de frango da Seara localizada no município de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, teve suas operações suspensas do dia 24 de abril de 2020. Neste trimestre os impactos decorrentes destas ações não são materiais nos números e indicadores consolidados e, para os futuros trimestres, ainda estão sendo apurados pelas respectivas unidades de negócio.

Nos Estados Unidos, a JBS USA suspendeu temporariamente as atividades de determinadas plantas de processamento de bovinos e suínos, as quais já retornaram as suas operações, não representando impactos materiais para esse trimestre nos números e indicadores consolidados.

Nos demais mercados internacionais onde atua, a Companhia continua operando normalmente neste momento, com pleno funcionamento de seus complexos industriais.

Dadas as características de sua operação e diversidade geográfica fabril, a Companhia teve um reflexo de redirecionamento de parcela dos produtos que anteriormente atendiam o setor de food service (restaurantes, hotéis, etc) para o varejo, bem como nota um aumento nas vendas online, ambos canais de compra em crescente utilização pelos consumidores em quarentena. Todavia, vale ressaltar que interrupções na cadeia de suprimentos, assim como escassez de mão-de-obra podem, potencialmente, impactar as unidades produtivas, gerando redução no processamento de proteínas, bem como impactando o preço da matéria-prima. A Companhia reitera que manterá

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

seus esforços para o atendimento contínuo da demanda por alimentos no mundo. Neste momento, não há como precisar os impactos a médio e longo prazo no cenário econômico e nas operações da Companhia.

No Brasil e no mundo foram decretadas diversas medidas econômicas em função da Covid-19.

No Brasil, a JBS e suas subsidiárias irão aderir ao parcelamento do FGTS previsto na Medida Provisória 927/20. Com isso, o montante de R$74.000 do segundo trimestre deixará de ser pago em seu vencimento original e será pago até o final do exercício. Ainda, conforme Portaria do Ministério da Economia no 201 a Companhia irá prorrogar o pagamento de determinados parcelamentos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Tais parcelamentos também deixarão de ser pago em seu vencimento original, e deverão ser pagos até o final do exercício.

Nos Estados Unidos, foi promulgado Cares Act, que incluiu alterações no limite de deduções fiscais além de prorrogar o pagamento de impostos incidentes sobre a folha de pagamento. O novo limite de deduções fiscais diminuiu a despesa de IRPJ corrente em R$400.774 (US$77,1 milhões) e em contrapartida houve uma redução de crédito de imposto diferido no mesmo montante, sem efeito na alíquota efetiva do período. A Companhia estima que o valor de R$586.865 (US$112,9 milhões) de impostos sobre a folha serão liquidados 50% até 31 de dezembro de 2021 e os outros 50% até 31 de dezembro de 2022.

Ainda, em termos de liquidez, a posição da Companhia continua sólida e a Administração tomou medidas adicionais para aumentar a liquidez afim de se preparar para o ambiente mais desafiador que está por vir. Desta forma, em março de 2020 a Companhia, por meio de suas subsidiárias JBS USA Holding Lux S.à r.l. e Pilgrim's Pride Corporation, captou nos Estados Unidos R$2,6 bilhões (US$500 milhões) e R$1,8 bilhão (US$350 milhões), respectivamente, em linhas de crédito rotativo (revolving credit facilities) que já estavam disponíveis para essas empresas, e no Brasil, a Controladora captou R$2,5 bilhões em linhas de crédito de fomento às exportações. Essa captação de recursos foi feita como medida preventiva para aumentar a posição de caixa da Companhia e preservar sua flexibilidade financeira em meio às incertezas resultantes da pandemia de Covid-19 no mundo.

Conforme destacado na nota 28 de instrumentos financeiros, no período houve maior volatilidade nas taxas de câmbio e preços de commodities, em parte devido às incertezas advindas do Covid-19, bem como em função das medidas tomadas por governos e bancos centrais. A Administração da Companhia espera que a volatilidade das taxas de câmbio e preços de commodities continue no decorrer do exercício de 2020, todavia não consegue estimar a duração, extensão ou impactos de tal volatilidade, cabe ressaltar que a Companhia pode se utilizar de instrumentos financeiros afim de mitigar tais exposições à essas volatilidades.

Adicionalmente, a JBS anunciou em 11 de maio de 2020 que seu Conselho de Administração aprovou por unanimidade, a doação de R$700.000 para contribuir com os esforços de enfrentamento aos efeitos da pandemia da Covid-19. No Brasil, o plano prevê a doação de R$400.000 em três frentes: saúde pública, assistência social e apoio à ciência e tecnologia. A destinação desses recursos beneficiará diretamente 162 municípios e 17 Unidades da Federação.

A doação será dividida da seguinte forma: i. R$330.000 para a construção de hospitais, ampliação de leitos, compra de testes, medicamentos, equipamentos médicos e insumos de higiene, além de doação de alimentos; ii. R$50.000 para entidades de pesquisa e tecnologia do país, com foco na área da saúde; e iii. R$20.000 para 50 organizações sociais sem fins lucrativos que atendem comunidades vulneráveis no país.

A doação no Brasil contará com o suporte de um Comitê Consultivo, presidido por Fernando Andreatta Torelly, CEO do Hospital do Coração, e composto por Henrique Neves, CEO do Hospital Albert Einstein, Maurício de Lázzari Barbosa, presidente do Conselho da Bionexo, Mohamed Parrini, CEO do Hospital Moinhos de Vento de Porto Alegre, e Roberto Kalil Filho, diretor da divisão de Cardiologia Clínica do InCor e diretor geral do Centro de Cardiologia do Hospital Sírio-Libanês.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

Todas as iniciativas no Brasil serão coordenadas por Joanita Maestri Karoleski, ex-CEO da Seara, e auditadas pela Grant Thornton, consultoria global com mais de 100 anos no mercado. A empresa de auditoria abriu mão de seus honorários para também contribuir com o programa social.

No exterior, a JBS destinará R$300.000, principalmente nos Estados Unidos, em comunidades locais, para apoiar a assistência alimentar, infraestrutura crítica, como o fornecimento de equipamento de proteção individual EPIs para socorristas e esforços no combate da Covid-19.

Em 13 de maio de 2020, a JBS USA, em conjunto com a Pilgrim's Pride Corporation, anunciou que está investindo mais de R$1,03 bilhão (US$200 milhões) em iniciativas de suporte aos seus colaboradores e comunidades onde está presente nos Estados Unidos, em conformidade com seus contínuos esforços em sustentabilidade e responsabilidade social. Serão investidos mais de R$259.905 (US$50 milhões) nas comunidades onde os seus colaboradores vivem e trabalham e incluem doações de alimentos, investimentos em bem-estar e infraestrutura e de combate ao Covid-19. Esse investimento faz parte do programa de doações anunciado pela JBS S.A. em 11 de maio de 2020.

Ainda, a JBS USA e a Pilgrim's investiram mais de R$519.810 (US$100 milhões) em medidas de segurança e prevenção ao Covid-19 a fim de proteger seus colaboradores, incluindo maior higienização e desinfecção de escritórios e unidades, verificação de saúde e temperatura, treinamentos, distanciamento social, redução de velocidade das linhas de produção, entre outros. A Companhia também contratou no país mais de 1.000 novos colaboradores que irão conduzir higienização e desinfecção adicionais e irão fornecer educação, treinamento e garantir que as medidas contra o Covid-19 sejam adotadas.

A Companhia também está investindo em novas tecnologias inovadoras para combater a propagação potencial do vírus em suas unidades, incluindo tecnologia ultravioleta e antibacteriana de purificação de ar nos sistemas de ventilação das unidades.

Por fim, considerando todos os eventos subsequentes ocorridos até a data de emissão destas demonstrações contábeis, não foram identificados efeitos significativos que pudessem afetar a recuperabilidade dos ativos, ou alterar a mensuração de perdas esperadas dessas demonstrações.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2019	2018	2017
a. regras sobre retenção de lucros	O Estatuto Social da Companhia prevê que o resultado do exercício terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; (b) uma parcela pode ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas; (c) do saldo remanescente uma parcela será destinada ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% (vinte e cinco por cento); (d) o lucro líquido remanescente, após as deduções legais e dividendos mínimos, serão destinados em parcela anual, não superior a 90% (noventa por cento) do lucro líquido ajustado à formação da Reserva Estatutária de Investimento, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.	O Estatuto Social da Companhia prevê que o resultado do exercício terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; (b) uma parcela pode ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas; (c) do saldo remanescente uma parcela será destinada ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% (vinte e cinco por cento); (d) o lucro líquido remanescente, após as deduções legais e dividendos mínimos, serão destinados em parcela anual, não superior a 90% (noventa por cento) do lucro líquido ajustado à formação da Reserva Estatutária de Investimento, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.	O Estatuto Social da Companhia prevê que o resultado do exercício terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; (b) uma parcela pode ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas; (c) do saldo remanescente uma parcela será destinada ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% (vinte e cinco por cento); (d) o lucro líquido remanescente, após as deduções legais e dividendos mínimos, serão destinados em parcela anual, não superior a 90% (noventa por cento) do lucro líquido ajustado à formação da Reserva Estatutária de Investimento, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.
a.i. Valores das retenções de lucros	R$ 4.323.711.000,00	R$ 17.955.000,00	R$ 380.619.000,00
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5% foram destinados à reserva legal; (ii) 25% foram destinados ao pagamento de dividendos aos acionistas; e (iii) 70% foram destinados à reserva estatutária para investimento.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5% foram destinados à reserva legal; (ii) 25% foram destinados ao pagamento de dividendos aos acionistas; e (iii) 70% foram destinados à reserva estatutária para investimento.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5% foram destinados à reserva legal; (ii) 25% foram destinados ao pagamento de dividendos aos acionistas; e (iii) 70% foram destinados à reserva estatutária para investimento.
b. regras sobre distribuição	O Estatuto Social da Companhia prevê que do saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal e	O Estatuto Social da Companhia prevê que do saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal e	O Estatuto Social da Companhia prevê que do saldo do lucro líquido remanescente após as

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

	2019	2018	2017
de dividendos	reserva de contingência, é assegurado ao acionista como direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido. No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório calculado ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.	reserva de contingência, é assegurado ao acionista como direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido. No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório calculado ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.	destinações da reserva legal e reserva de contingência, é assegurado ao acionista como direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido. No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório calculado ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Em 31 de dezembro de 2019, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar o pagamento de dividendos à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.	Em 31 de dezembro de 2018, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar o pagamento de dividendos à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.	Em 31 de dezembro de 2017, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar o pagamento de dividendos à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.
d. restrições à distribuição	Em 31 de dezembro de 2019, o Estatuto Social da Companhia previa que 5% (cinco por cento)	Em 31 de dezembro de 2018, o Estatuto Social da Companhia previa que 5% (cinco por cento)	Em 31 de dezembro de 2017, o Estatuto Social da Companhia previa que 5%

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

	2019	2018	2017
de dividendos	do lucro líquido fosse, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderia ultrapassar 20% (vinte por cento) do capital social integralizado ou o limite previsto no §1º do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas 25% (vinte e cinco por cento) de seu lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendo obrigatório. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se seus administradores manifestarem, e sua Assembleia Geral de acionistas assim aprovar, ser tal pagamento desaconselhável diante de sua situação financeira.	do lucro líquido fosse, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderia ultrapassar 20% (vinte por cento) do capital social integralizado ou o limite previsto no §1º do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas 25% (vinte e cinco por cento) de seu lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendo obrigatório. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se seus administradores manifestarem, e sua Assembleia Geral de acionistas assim aprovar, ser tal pagamento desaconselhável diante de sua situação financeira.	(cinco por cento) do lucro líquido fosse, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderia ultrapassar 20% (vinte por cento) do capital social integralizado ou o limite previsto no §1º do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas 25% (vinte e cinco por cento) de seu lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendo obrigatório. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se seus administradores manifestarem, e sua Assembleia Geral de acionistas assim aprovar, ser tal pagamento desaconselhável diante de sua situação financeira.
e. política de destinação de resultados	Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado		6.068.368.000,00	25.199.000,00	534.202.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		25,000000	25,000000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		20,475700	0,098300	2,199500
Dividendo distribuído total		1.441.238.000,00	5.984.000,00	126.873.000,00
Lucro líquido retido		4.323.711.000,00	17.955.000,00	380.619.000,00
Data da aprovação da retenção		28/04/2020	30/04/2019	30/04/2018

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório								
Ordinária			1.441.238.000,00	07/05/2020	5.984.000,00	25/06/2019	126.873.000,00	26/06/2018

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos últimos três exercícios sociais, não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2019	93.857.338.000,00	Índice de Endividamento	2,89000000	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		585.339.798,46	1.559.732.244,45	2.885.284.476,35	7.254.827.227,97	12.285.183.747,23
Empréstimo	Quirografárias		1.493.560.034,39	358.747.225,23	6.037.208.462,05	32.853.347.307,36	40.742.863.029,03
Total			2.078.899.832,85	1.918.479.469,68	8.922.492.938,40	40.108.174.535,33	53.028.046.776,26
Observação							

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

3.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes relacionadas a este item do Formulário de Referência.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações contábeis da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios atuais e futuros, participação no mercado, situação financeira, reputação, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e demais indicadores financeiros e não financeiros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas subsidiárias adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os atuais e/ou potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante na participação da Companhia no mercado, na reputação, nos negócios atuais e futuros, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e demais indicadores financeiros e não financeiros da Companhia e das suas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

(a) à Companhia

O crescimento (orgânico e inorgânico) da Companhia pode exigir capital substancial e investimentos de longo prazo.

A competitividade e crescimento da Companhia dependem de sua capacidade de financiar suas despesas de capital. A Companhia não pode garantir que será capaz de financiar suas despesas de capital a custos razoáveis devido a condições macroeconômicas adversas, seu desempenho ou outros fatores externos, que podem ter um efeito adverso relevante em seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

A Companhia pode realizar novas aquisições, que podem aumentar seu endividamento e afetar de forma adversa sua situação financeira caso a Companhia não consiga integrar satisfatoriamente as operações das sociedades adquiridas.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia pretende buscar e aproveitar oportunidades de crescimento selecionadas, no futuro, à medida que forem surgindo. Aquisições estão sujeitas a certos riscos tais como o aumento de alavancagem e limites de endividamento e à combinação da cultura de negócio e instalações de duas ou mais empresas, o que pode ter um efeito adverso relevante em seus resultados operacionais, principalmente imediatamente após essas aquisições. Para a conclusão de aquisições, a Companhia pode precisar contrair novas dívidas ou levantar capital próprio, o que não pode garantir que conseguirá fazer. Adicionalmente, aquisições envolvem inúmeros riscos e desafios, incluindo:

- desvio da atenção da administração;
- possível incapacidade de manter ou contratar pessoal-chave das sociedades adquiridas;
- aumento das despesas e limites de capital de giro;
- falha dos ativos adquiridos em alcançar os resultados esperados;
- falha em integrar com sucesso quaisquer entidades adquiridas nos negócios da Companhia; e
- possível incapacidade de obter sinergias e/ou economias de escala previstas.

Essas oportunidades também podem expor a Companhia a responsabilidade relacionada a procedimentos judiciais que envolvam quaisquer entidades adquiridas, suas respectivas administrações ou passivos contingentes incorridos antes do envolvimento da Companhia e poderá expor a Companhia a passivos associados a operações em andamento, particularmente se não for capaz de adequar e gerenciar com segurança as operações adquiridas. Essas transações também podem ser estruturadas de maneira a resultar em assunção de obrigações ou passivos não identificados durante a auditoria prévia à aquisição.

Qualquer um desses fatores pode afetar adversamente a capacidade da Companhia de obter fluxos de caixa previstos nas operações adquiridas ou obter outros benefícios previstos das aquisições, o que pode afetar adversamente sua reputação e ter um efeito adverso relevante para a Companhia.

O nível de endividamento da Companhia pode prejudicar seus negócios.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía um total de empréstimos e financiamentos consolidados em aberto de R$53.028 milhões, dos quais R$2.079 milhões foram classificados como empréstimos e financiamentos circulantes e R$50.949 milhões foram classificados como empréstimos e financiamentos não circulantes. Se a Companhia não for capaz de reembolsar ou refinanciar seus empréstimos e financiamentos correntes ou não correntes à medida que vencem, sua condição financeira será adversamente afetada. O endividamento consolidado pode:

- dificultar o cumprimento de obrigações, incluindo pagamentos de juros sobre obrigações de dívida;
- limitar a capacidade de obter financiamento adicional para operar os negócios;
- exigir que a Companhia dedique uma parte substancial da sua geração de caixa para redução e cumprimento do serviço de dívidas, reduzindo sua capacidade para capital de giro, investimentos e outras necessidades empresariais em geral;
- limitar sua flexibilidade de planejamento e reação a mudanças nos negócios e no setor em que a Companhia opera;

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

- diminuir as eventuais vantagens competitivas da Companhia com relação a alguns de seus concorrentes com dívida menor do que a sua;
- aumentar a vulnerabilidade da Companhia às taxas de juros, podendo resultar em maiores custos financeiros relacionados à dívida pós fixada; e
- aumentar a vulnerabilidade a condições econômicas e setoriais adversas, incluindo alterações nas taxas de juros, preços de animais vivos e grãos ou desaquecimento do seu negócio ou da economia.

Além disso, qualquer negócio que a Companhia adquira por meio de empréstimos adicionais poderá aumentar sua alavancagem e dificultar o cumprimento de suas obrigações, limitar sua capacidade de obter financiamento adicional para operar seus negócios, exigir que dedique uma parte substancial da sua geração de caixa para redução e cumprimento do serviço de suas dívidas, reduzindo a capacidade de usá-la para capital de giro, investimentos e outras necessidades empresariais em geral, e colocando a Companhia em desvantagem competitiva com relação a alguns de seus concorrentes com dívida menor.

A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (covenants) de acordo com os seus títulos de dívida que podem limitar sua capacidade operacional e seus negócios

Os contratos financeiros da Companhia preveem, dentre outros, compromissos restritivos (*covenants*) à capacidade de financiar operações futuras ou de se envolver com outras atividades, limitando a capacidade da Companhia de:

- contrair endividamento adicional;
- onerar ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou resgatar capital social;
- fazer pagamentos restritos;
- criar ou permitir restrições à capacidade de subsidiárias de pagar dividendos ou fazer outras distribuições;
- celebrar transações com partes relacionadas; e
- participar de fusões, incorporações e determinadas alienações de ativos.

Além disso, algumas das linhas de crédito exigem que a Companhia e algumas de suas subsidiárias mantenham índices financeiros especificados, o que pode exigir que tomem medidas para reduzir sua dívida ou agir de maneira contrária aos objetivos de negócios. Eventos fora do controle da Companhia, incluindo mudanças nos negócios e nas condições econômicas gerais, podem afetar sua capacidade de atender a esses índices financeiros.

A Companhia pode não atender a esses índices e seus credores podem não renunciar a qualquer falha no cumprimento desses índices. A violação de qualquer uma dessas cláusulas ou a falta de manutenção desses índices pode resultar em um evento de inadimplência ou de vencimento antecipado, o que, por sua vez, pode desencadear o vencimento antecipado cruzado (*cross default*) de outros instrumentos.

Falhas no funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia podem comprometer suas operações e impactá-la adversamente

A Companhia depende dos sistemas de tecnologia da informação para elementos significativos de suas operações, incluindo o armazenamento de dados e a recuperação de informações

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

críticas de negócios. Os sistemas de tecnologia da informação da Companhia são vulneráveis a danos de várias fontes, incluindo falhas de rede, atos humanos maliciosos e desastres naturais. Além disso, alguns dos servidores da Companhia são potencialmente vulneráveis a invasões físicas ou eletrônicas, vírus de computador e problemas semelhantes. Falhas ou interrupções significativas nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia ou utilizados por seus provedores de serviços terceirizados podem impedi-la de conduzir suas operações comerciais em geral. Qualquer interrupção ou perda de sistemas de tecnologia da informação dos quais dependem aspectos críticos de suas operações pode ter um efeito adverso sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira. Além disso, a Companhia armazena informações altamente confidenciais em seus sistemas de tecnologia da informação, incluindo informações relacionadas aos seus produtos. Se seus servidores ou servidores de terceiros nos quais seus dados estão armazenados forem atacados por uma invasão física ou eletrônica, vírus de computador ou outra ação humana maliciosa, suas informações confidenciais poderão ser roubadas ou destruídas. Qualquer violação de segurança envolvendo apropriação indébita, perda ou outra divulgação não autorizada ou uso de informações confidenciais dos seus fornecedores, clientes ou terceiros, seja pela Companhia ou por terceiros, pode (i) sujeitar a Companhia a penalidades civis e criminais, (ii) ter um impacto negativo em sua reputação ou (iii) expor a Companhia à responsabilidade perante seus fornecedores, clientes, outros terceiros ou autoridades governamentais. Qualquer um desses desenvolvimentos pode ter um impacto adverso nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

A perda de pessoas chave da administração da Companhia ou a inabilidade de atrair ou reter pessoas chave qualificadas poderá ter efeito adverso nas operações.

A capacidade da Companhia em manter sua posição competitiva depende em grande parte do desempenho da equipe da alta administração da Companhia, principalmente devido ao modelo de negócios e estratégia de aquisição da Companhia. Como resultado de fatores como fortes condições econômicas globais, a Companhia pode perder funcionários-chave ou enfrentar problemas na contratação de funcionários-chave qualificados. Para que a Companhia tenha capacidade para reter essas pessoas chave em seu quadro de colaboradores, poderá ser necessária alteração substancial na política de remuneração a fim de fazer frente com eventuais propostas a serem oferecidas pelo mercado, o que poderá acarretar em aumento nos custos da Companhia. Não há garantia de que a Companhia será bem-sucedida em atrair ou reter pessoas chave para sua administração. A perda dos serviços de qualquer membro da alta administração da ou a incapacidade de atrair e reter pessoal qualificado pode ter um efeito adverso sobre a Companhia.

O desempenho da Companhia depende de relações trabalhistas favoráveis com seus empregados. Qualquer deterioração em tais relações ou o aumento dos custos trabalhistas poderão afetar adversamente os negócios da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha aproximadamente 242.000 funcionários em todo o mundo. Alguns desses funcionários são representados por organizações trabalhistas e o relacionamento da Companhia com esses funcionários é regido por acordos de negociação coletiva. Com a expiração dos acordos de negociação coletiva existentes ou de outros acordos trabalhistas, a Companhia pode não conseguir negociar novos acordos sem a ação sindical e esses novos acordos podem não estar em termos satisfatórios para a Companhia. Além disso, quaisquer novos acordos podem durar menos do que os acordos anteriores. Além disso, quaisquer novos contratos podem durar menos do que os contratos históricos. Além disso, grupos adicionais de funcionários atualmente não sindicalizados podem buscar representação

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

sindical no futuro. Se a Companhia não conseguir negociar acordos de negociação coletiva aceitáveis, poderá ficar sujeita a interrupções de trabalho iniciadas pelo sindicato, incluindo greves. Qualquer aumento significativo nos custos trabalhistas, deterioração das relações com os funcionários, desacelerações ou paralisações em qualquer um de dos locais da Companhia, seja devido a atividades sindicais, rotatividade de funcionários ou outros fatores, pode ter um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, sua condição financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos, antitruste ou arbitrais podem causar efeitos adversos nos negócios da Companhia.

A Companhia é ré em processos judiciais, administrativos, antitruste e de arbitragem decorrentes da conduta comum dos negócios da Companhia, particularmente com relação a ações cíveis, tributárias, trabalhistas e ambientais, que podem ser decididas em prejuízo da Companhia. Para mais informações a respeito dos processos judiciais ou administrativos da Companhia, vide seção 4.3 deste Formulário de Referência.

A legislação e a regulamentação aplicáveis podem sujeitar a Companhia a penalidades civis e criminais, incluindo a rescisão de contratos celebrados com a administração pública , que podem afetar material e adversamente as vendas, a reputação, a condição financeira e os resultados das operações da Companhia. Decisões adversas que têm impactos econômicos relevantes nos negócios da Companhia ou que impeçam a execução de seu plano de crescimento podem afetar adversamente sua condição financeira e resultados operacionais.

Para determinados processos, a Companhia não é obrigada e não estabeleceu nenhuma provisão em suas demonstrações financeiras ou provisionou apenas parte dos valores em disputa, com base em seus julgamentos ou opiniões de consultores jurídicos quanto à probabilidade de vitória esses processos.

As flutuações do mercado podem impactar negativamente os resultados operacionais da Companhia, uma vez que a Companhia protege referidas transações

Os negócios da Companhia estão expostos a possíveis alterações no valor de seus instrumentos derivativos, causados principalmente por flutuações nas taxas de câmbio e nos preços de *commodities*. Essas flutuações podem resultar de mudanças nas condições econômicas, sentimento dos investidores, políticas monetárias e fiscais, liquidez dos mercados globais, eventos políticos internacionais e regionais e atos de guerra ou terrorismo. A Companhia pode celebrar transações de *hedge*, incluindo transações de taxa de câmbio e commodities, para reduzir sua exposição a diversos riscos de mercado, incluindo mudanças nos preços de *commodities*, taxas de juros e taxas de câmbio. O uso de tais instrumentos financeiros derivativos pode, em última análise, limitar a capacidade da Companhia de se beneficiar de preços favoráveis de *commodities*.

A Companhia pode estar sujeita a multas, penalidades ou danos à reputação adicionais como resultado de alegações que possam surgir devido a investigações e procedimentos relacionados aos Acordos de Colaboração e ao Acordo de Leniência.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Relatórios são frequentemente divulgados à mídia, alegando casos novos ou adicionais de má conduta, incluindo casos de suborno, não divulgados inicialmente de acordo com os Acordos de Colaboração e o Acordo de Leniência. Os relatos da mídia geralmente se referem a casos de má conduta já divulgados de acordo com ou derivados dos Acordos de Colaboração e do Acordo de Leniência, e essa cobertura repetida ou reciclada de notícias pode trazer danos à reputação continuados, além de qualquer dano à reputação já sofrido pela Companhia. Além disso, a Companhia não pode garantir que novas alegações não serão levantadas no futuro e que tais possíveis alegações futuras não sueitarão a Companhia aos processos civis ou criminais, que podem resultar em multas, penalidades ou ter um efeito adverso na sua reputação, o que poderia ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. Para maiores informações sobre investigações e procedimentos envolvendo os acionistas controladores da Companhia, ver item 4.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode vir a ter que captar recursos adicionais por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor em seu capital social.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro e pode optar por obtê-lo por meio de aumento de capital mediante subscrição privada ou distribuição pública de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, sendo que tais distribuições públicas podem ocorrer sem concessão de direito de preferência para os seus acionistas. Qualquer recurso adicional obtido de forma a aumentar o capital social poderá diluir a participação do investidor no capital social da Companhia.

Os titulares de ações da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre capital próprio.

De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia, deve pagar aos seus acionistas, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício ajustado com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 36, parágrafo 1º, item (b) do seu Estatuto Social, sob a forma de dividendo ou juros sobre o capital próprio. Os acionistas da Companhia podem optar por distribuir o montante mínimo e usar o balanço restante para outros fins, que não a distribuição de dividendos.

Adicionalmente, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a Companhia somente pode realizar a distribuição de dividendos após compensar prejuízos acumulados. Assim, mesmo que a Companhia tenha um resultado financeiro positivo no exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2019 ou nos exercícios sociais subseqüentes, os lucros somente poderão ser distribuídos aos seus acionistas após a absorção total de prejuízos acumulados registrados e após alocação da reerva legal. Adicionalmente, a Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social, caso seu Conselho de Administração determine que a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio é incompatível com a sua situação financeira da Companhia.

Além disso, a Companhia também pode estar sujeita a restrições na distribuição de dividendos decorrente de restrições contratuais impostas por *covenants* em seus contratos financeiros.

Os relatórios de auditoria que acompanham as demonstrações financeiras de 2017 incluídas em outras partes deste Formulário de Referência contêm certas ressalvas.

O relatório de auditoria financeira de 2017 da BDO RCS Auditores Independentes SS que acompanha as demonstrações financeiras auditadas da Companhia referente ao exercício

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

social encerrado em 31 de dezembro de 2017, contém a ressalvas referentes: (i) à incapacidade dos auditores de concluir que, na data do relatório, os Acordos de Cooperação, o Acordo de Leniência e as investigações independentes relacionadas descritas na Nota 2 das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 não teriam efeitos significativos ou resultariam em alterações significativas em tais demonstrações financeiras; e (ii) às ressalvas ao relatório de auditoria emitido por outros auditores independentes, referente às demonstrações financeiras da Seara, subsidiária da Companhia, até, e para, o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, cujo relatório de auditoria não está incluído neste Formulário de Referência, contendo um limitação do escopo e possíveis efeitos desconhecidos dos Acordos de Cooperação e do Acordo de Leniência sobre a Seara.

Caso, no futuro, a Companhia seja obrigada a reapresentar suas demonstrações financeiras históricas para contabilizar os efeitos de determinadas matérias, os resultados operacionais e posição financeira da Companhia podem ser impactados negativamente. Essas ressalvas e quaisquer ressalvas futuras que possam ser incluídas nos relatórios dos auditores com relação às demonstrações financeiras da Companhia, podem afetar negativamente a confiança dos investidores nas demonstrações financeiras da Companhia, o que pode afetar adversamente a sua capacidade em obter financiamento e, por sua vez, ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios, condição financeira e resultados operacionais. Para mais informações sobre as ressalvas, ver item 10.4(b) deste Formulário de Referência.

A Companhia reapresentou demonstrações financeiras consolidadas anteriores, o que pode levar a riscos e incertezas adicionais, incluindo perda de confiança do investidor e impactos negativos nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia

Ao preparar suas demonstrações financeiras auditadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia determinou que certos ajustes com efeito retroativo eram aplicáveis às demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, de forma a corrigir erros decorrentes de certas irregularidades e erros contábeis, bem como para melhorar sua comparabilidade com nas demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício social de 2017. Como resultado, a Companhia reapresentou as informações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que são apresentadas como informações financeiras comparativas nas demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, de acordo com a *IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, refletindo o efeito retroativo desses ajustes.

Como resultado da atualização e das circunstâncias que a originaram, a Companhia ficou sujeita a uma série de custos e riscos adicionais, incluindo honorários contábeis e legais incorridos em conexão com a atualização. Além disso, a atualização pode impactar negativamente a confiança dos investidores nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus processos de controle interno, que podem afetar adversamente a capacidade da Companhia em obter financiamento e, por sua vez, ter um efeito adverso relevante em seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

(b) ao seu controlador, direto ou indireto ou grupo de controle

A J&F celebrou um Acordo de Leniência com autoridades brasileiras pelo qual assumiu a obrigação de estabelecer uma investigação independente no Brasil relacionada à colaboração com o Ministério Público Federal ("MPF"), e o resultado desta investigação e investigações relacionadas pelos governos brasileiro e norte-americano, ou qualquer

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

potencial investigação por qualquer outra autoridade governamental, pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia

Em 3 de maio de 2017, determinados executivos da J&F, e as empresas controladas pela J&F, ou pelo Grupo J&F, incluindo ex-executivos e ex-conselheiros da Companhia e da JBS USA, celebraram acordos de colaboração celebrados com o MPF em conexão com determinadas condutas ilícitas praticadas pela J&F e seus executivos ("**Acordos de Colaboração**"). Os detalhes de tal conduta ilícita são apresentados em anexos separados dos Acordos de Colaboração e incluem admissões de pagamentos indevidos a políticos e partidos políticos no Brasil durante um período de dez anos em troca de receber ou tentar receber tratamento favorável para certas empresas do Grupo J&F no Brasil.

Em 5 de junho de 2017, a J&F, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao "Grupo J&F", celebrou um acordo de leniência ("Acordo de Leniência") com o MPF, pelo qual a J&F assumiu a responsabilidade pela conduta descrita nos anexos aos Acordos de Colaboração. No âmbito do Acordo de Leniência, a J&F concordou em pagar uma multa de R$8,0 bilhões e de executar R$2,3 bilhões em projetos sociais, ajustados pela inflação, por um período de 25 anos. A J&F efetuou quatro pagamentos de R$50,0 milhões, representando R$200,0 milhões da multa total, cujos pagamentos foram aceitos pelo MPF. Vários processos propostos por autoridades governamentais brasileiras contra a J&F e seus executivos, buscando invalidar os Acordos de Colaboração permanecem pendentes.

Em setembro de 2017 e fevereiro de 2018, o MPF solicitou que o Supremo Tribunal Federal que rescindisse os Acordos de Colaboração de (1) Joesley Mendonça Batista (ex-diretor da J&F e da Companhia) e (2) Wesley Mendonça Batista (ex-executivo da J&F e da Companhia e, em conjunto com Joesley Mendonça Batista, "controladores indiretos da Companhia"), respectivamente, em ambos os casos, por terem deixado de divulgar determinadas condutas às autoridades, conforme exigido por seus Acordos de Colaboração, incluindo suposto apoio recebido por parte do Procurador da República ("**Procurador**"), com relação à preparação dos Acordos de Colaboração e do Acordo de Leniência antes deles serem apresentados ao MPF.

Em 25 de junho de 2018, o MPF anunciou a abertura de investigações criminais contra Joesley Mendonça Batista e um ex-executivo da J&F com relação ao suposto apoio fornecido pelo Procurador.

Em 17 de dezembro de 2018, o STF decidiu que não havia vínculo necessário entre a rescisão dos Acordos de Colaboração e o Acordo de Leniência, e que a rescisão dos Acordos de Colaboração não invalidaria automaticamente o Acordo de Leniência. O Acordo de Leniência pode ser rescindido diante de um pedido de rescisão dos Acordos de Colaboração.

Em 30 de abril de 2019, em conexão com um processo administrativo referente ao Acordo de Leniência, o MPF argumentou que, se o STF anulasse os Acordos de Colaboração, tal anulação poderia ter repercussões em relação ao Acordo de Leniência. Segundo o MPF, essas repercussões podem incluir a rescisão do Acordo de Leniência e a inclusão de multas adicionais ou outras obrigações que seriam devidas e observadas pela J&F.

A Companhia não pode garantir que o Acordo de Leniência não será afetado pela rescisão de nenhum dos Acordos de Colaboração ou que o MPF não continuará argumentando no STF que a anulação dos Acordos de Colaboração pelo STF deve impactar o Acordo de Leniência. Se o Acordo de Leniência for rescindido ou anulado, os fatos incluídos nele podem ser expostos a possíveis processos e sanções pelo MPF ou outras autoridades, que podem ter um efeito adverso relevante nos negócios, reputação e condição financeira da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A J&F está conduzindo uma investigação interna de acordo com o Acordo de Leniência e contratou consultores externos para ajudar na condução dessa investigação, que está em andamento. A Companhia contratou assessores legais para (1) conduzir uma investigação independente em relação a assuntos divulgados no Acordo de Leniência e nos Acordos de Colaboração e (2) comunicar com as autoridades norte-americanas relevantes, incluindo o Departamento de Justiça Norte-Americano, sobre as conclusões factuais dessa investigação. A Companhia não pode prever quando as investigações serão concluídas ou os resultados de tais investigações, incluindo a instauração de algum processo contra a Companhia ou o resultado ou o impacto de qualquer litígio resultante, nem pode prever o resultado das comunicações da J&F com as autoridades americanas relevantes, incluindo o Departamento de Justiça ou quaisquer potenciais ações que possam ser tomadas por autoridades americanas relevantes, incluindo o Departamento de Justiça Norte-Americano, que podem resultar em multas e penalidades substanciais.

Além disso, a Companhia não pode garantir que as investigações não resultarão em descobertas de outros casos de conduta ilícita por qualquer das partes do Acordo de Leniência ou de qualquer um dos Acordos de Colaboração ou por outras partes relacionadas da Companhia (incluindo, sem limitação, qualquer um dos diretores, conselheiros, executivos, funcionários, agentes ou acionistas) que não sejam partes no Acordo de Leniência ou nos Acordos de Colaboração.

É possível que outros fatos não indicados no Acordo de Leniência ou nos Acordos de Colaboração, sejam descobertos no futuro. Caso isso ocorra, as autoridades brasileiras podem propor ações e impor sanções, multas e outras penalidades em relação a esses fatos adicionais descobertos, e podem utilizar-se de tais fatos para invalidar ou rescindir o Acordo de Leniência ou os Acordos de Colaboração.

Além disso, os controladores indiretos da Companhia são partes em processos administrativos e/ou administrativos sancionadores instaurados pela CVM. Os assuntos sob investigação em relação aos controladores, seja na qualidade de acionistas, seja na qualidade de ex administradores, abarcam possíveis violações das leis brasileiras acerca dos seguintes temas: uso de informação privilegiada em operações de mercados regulados, dever de diligência da administração em relação a controles internos e uso de ativos da Companhia e conflito de interesses na aprovação de contas da administração.

Em 25 de setembro de 2018, o Colegiado da CVM rejeitou a proposta de termo de compromisso apresentada em conjunto pelos controladores indiretos, pela JBS e demais réus para encerrar os procedimentos administrativos relacionados ao uso de informação privilegiada em operações de mercados regulados e dever de diligência da administração em relação a controles internos. No mesmo sentido, em 03 de dezembro de 2019, rejeitou a proposta de termo de compromisso apresentada para encerramento do processo administrativo sancionador sobre o dever de diligência da administração em relação ao uso de ativos da Companhia. Como resultado, as defesas das partes em cada procedimento seguiram para apreciação dos respectivos relatores.

Quaisquer desenvolvimentos adversos adicionais nesses ou em outros assuntos que envolvam os controladores indiretos da Companhia ou outras partes relacionadas à Companhia (incluindo, sem limitação, qualquer dos seus conselheiros, diretores, executivos, funcionários, agentes ou acionistas) podem sujeitar a Companhia a possíveis multas ou sanções, o que pode afetar adversamente sua percepção ou reputação pública e pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia, incluindo (i) potencialmente desencadear inadimplemento de covenants em contratos financeiros da Companhia, o que pode acelerar o seu endividamento; (ii) ameaçar sua capacidade de obter novos financiamentos, o que pode prejudicar sua capacidade de operar seus negócios; e (iii) mudar o foco da administração para tais assuntos, o que pode prejudicar a

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

capacidade da Companhia de atingir seus objetivos estratégicos. Além disso, a Companhia não pode garantir que seu programa de compliance será suficiente para detectar ou impedir atividade práticas de corrupção e suborno.

Quaisquer procedimentos que exijam que a Companhia faça pagamentos substanciais, que afetem a reputação da Companhia ou interfiram com as operações comerciais podem ter um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

As investigações independentes da Companhia e as investigações do MPF e da CVM estão em andamento e seus resultados não podem ser previstos e a Companhia não pode garantir que não estará sujeita a novas investigações por autoridades governamentais brasileiras, norte-americanas ou internacionais

As investigações independentes da Companhia e as investigações conduzidas pelo MPF e pela CVM estão em andamento. Não é possível, nesta fase, estimar a duração, o escopo ou os resultados das investigações independentes ou em andamento por essas autoridades. Além disso, outros casos de suposta má conduta prévia das partes no Acordo de Leniência e nos Acordos de Colaboração ou por partes relacionadas da Companhia (incluindo, sem limitação, qualquer de seus conselheiros, executivos, diretores, funcionários, agentes ou acionistas) que não sejam parte no Acordo de Leniência ou os Acordos de Colaboração, podem surgir como resultado das investigações e procedimentos em andamento instaurados por essas autoridades. O valor de multas e sanções adicionais como resultado das investigações em andamento e quaisquer outras potenciais investigações pelo MPF, CVM, Departamento de Justiça dos Estados Unidos ou qualquer outra autoridade governamental, não podem ser determinadas no momento.

A Companhia não pode garantir que todos os casos de má conduta de Joesley Mendonça Batista e/ou Wesley Mendonça Batista ou de outras partes no Acordo de Leniência e nos Acordos de Colaboração foram precisos ou adequadamente divulgados no Acordo de Leniência ou nos Acordos de Colaboração e, consequentemente, em outros casos de suposta má conduta prévia, seja por qualquer das partes no Acordo de Leniência ou nos Acordos de Colaboração, ou por partes relacionadas da Companhia (incluindo, sem limitação, qualquer um de seus conselheiros, executivos, funcionários, agentes ou acionistas) que não sejam parte do Acordo de Leniência ou Acordos de Colaboração, podem vir à tona como resultado das investigações e procedimentos em andamento instaurados pelo MPF.

A Companhia também não separou reservas para o pagamento de possíveis multas ou sanções adicionais decorrentes de tais investigações e procedimentos. Desenvolvimentos adversos relacionados a essas investigações, incluindo qualquer expansão do escopo das investigações, podem afetar negativamente e desviar os esforços e a atenção da administração da Companhia, de suas operações comerciais.

Além disso, a Companhia não pode garantir que, apesar do Acordo de Leniência e dos Acordos de Colaboração, outras autoridades governamentais brasileiras, que não o MPF, não investigarão a Companhia. A Companhia não pode garantir, por exemplo, que os governos estaduais brasileiros que anteriormente concederam certos benefícios e isenções fiscais à Companhia, não determinarão que tais isenções ou benefícios foram concedidos a Companhia

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

sem o conhecimento completo de qualquer má conduta anterior descoberta e, portanto, rescindir retroativamente quaisquer benefícios fiscais ou isenções e solicitar pagamentos retroativos de impostos e juros. Além disso, a Companhia não pode garantir que quaisquer autoridades governamentais de outros países, além do Brasil e dos Estados Unidos, também não iniciarão investigações ou procedimentos legais contra a Companhia por conta de alegações de irregularidades ou má conduta prévia. A título de exemplo, dois senadores norte-americanos escreveram recentemente uma carta ao Secretário do Tesouro dos EUA (*U.S. Treasury Secretary*) solicitando que o Comitê de Investimentos Estrangeiros nos Estado Unidos (*Committee on Foreign Investment*) revise certas aquisições de sociedades americanas pela Companhia e/ou suas subsidiárias, em particular as aquisições da Swift & Co. em 2007, Smithfield Beef em 2008 e PPC em 2009.

O resultado dessas investigações em potencial por quaisquer autoridades governamentais brasileiras, norte-americanas ou outras autoridades governamentais internacionais adicionais seria imprevisível.

A Companhia não pode estimar a duração, o escopo ou os resultados ou os custos para a Companhia à luz de qualquer potencial investigação imprevista ou processo legal proposto por essas autoridades. Qualquer um desses procedimentos ou investigações pode resultar em multas ou penalidades, ou afetar materialmente adversamente a percepção ou reputação pública da Companhia, e pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia, incluindo (i) potencialmente desencadear inadimplemento de *covenants* em contratos financeiros da Companhia, o que pode acelerar o seu endividamento; (ii) ameaçar sua capacidade de obter novos financiamentos, o que pode prejudicar sua capacidade de operar seus negócios; e (iii) mudar o foco da administração para tais assuntos, o que pode prejudicar a capacidade da Companhia de atingir seus objetivos estratégicos.

Os acionistas controladores podem ter influência sobre a condução dos negócios da Companhia e podem ter interesses conflitantes

Na data deste Formulário de Referência, a J&F Investimentos S.A. ("**J&F**") detém [34,37]% das ações da Companhia. Os acionistas controladores da J&F detêm, igual e indiretamente todas as ações da J&F e a controlam conjuntamente. Ademais, na data deste Formulário de Referência, o FIP Formosa detém [5,47]% das ações da Companhia. Os controladores da J&F detêm igual e indiretamente, todas as ações da FIP Formosa e a controlam conjuntamente. Em conjunto, J&F e FIP Formosa, acionistas controladores da Companhia, detêm [39,84]% das ações da Companhia.

Os acionistas controladores da Companhia podem ter interesse em fazer a Companhia realizar transações que possam aumentar o valor de seus investimentos em ações na Companhia, mesmo que tais transações possam envolver riscos para a Companhia ou para os detentores de de ações ordinárias da Companhia. Além disso, os acionistas controladores possuem, através da J&F ou de outras entidades, ações em outras sociedades e podem ter interesse em fazer a Companhia realizar transações que possam aumentar o valor desses outros investimentos, embora tais transações possam não beneficiar a Companhia. Os acionistas controladores também podem ter interesse em buscar novas oportunidades de negócios que, de outra forma, estariam disponíveis para a Companhia por meio de outras sociedades que detenham participação. Além disso, outras sociedades em que os acionistas controladores possuem participação podem se envolver em transações com a Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia não pode assegurar que será capaz de abordar estes conflitos de interesses de forma imparcial.

(c) a seus acionistas

A Companhia não possui fatores de risco atrelados a seus acionisras além daqueles mencionados no item (b) acima.

(d) a suas controladas e coligadas

Os esforços para cumprir com as leis de imigração e/ou a introdução da nova legislação sobre imigração pode dificultar ou tornar mais custosa a contratação de novos empregados, bem como afetar adversamente as operações da Companhia e a sujeitar a penalidades civis e possivelmente criminais

A reforma das leis de imigração nos Estados Unidos continua a atrair atenção significativa do público e dos governos nos mercados em que a Companhia atua, inclusive os Estados Unidos. Por exemplo, se a nova legislação federal sobre imigração for promulgada, essas leis poderão conter disposições que podem tornar mais difícil ou custosa a contratação de trabalhadores imigrantes legais. As políticas de imigração norte-americanas, por exemplo se tornaram mais rigorosas após a eleição presidencial dos Estados Unidos em 2016 e alterações relacionadas na agenda política dos Estados Unidos. Mudanças adicionais nas leis de imigração ou autorização de trabalho podem aumentar as obrigações da Companhia de *compliance* e supervisão, o que pode sujeitar a Companhia a custos adicionais e potencial responsabilidade e tornar seu processo de contratação mais oneroso, além de reduzir a disponibilidade de possíveis empregados. Custos adicionais com mão de obra e outros custos relacionados aos negócios podem ter um efeito substancial adverso sobre seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

A Companhia não pode garantir que todos os seus funcionários são pessoas legalmente autorizadas a trabalhar nas jurisdições em que opera. A Companhia não pode garantir que seu quadro de funcionário e operações e uma ou mais fabricas não serão interrompidas pelos esforços de execução da lei pelas autoridades governamentais, o que impactaria negativamente seus negócios. No futuro, esforços de execução da lei pelas autoridades governamentais podem ocorrer, os quais podem incluir penalidades civis ou possivelmente criminais, e a Companhia pode enfrentar interrupções em seus quadros de funcionários ou em suas operações em uma ou mais unidades, gerando, dessa forma, um impacto negativo em seus negócios.

A votação do eleitorado do Reino Unido em favor da saída do Reino Unido da União Europeia pode afetar negativamente os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia

Em referendo realizado no Reino Unido em 23 de junho de 2016, a maioria do eleitorado do Reino Unido votou pela saída do Reino Unido da União Europeia ("**Brexit**"). O Brexit já afeta e pode continuar afetando adversamente as condições econômicas e de mercado europeias e/ou mundiais e pode continuar a contribuir para a instabilidade nos mercados financeiros globais.

Em 29 de março de 2017, o Reino Unido notificou formalmente, nos termos do artigo 50 do Tratado da União Europeia, sua intenção de deixar a União Europeia, iniciando um período legal de dois anos durante o qual representantes do Reino Unido e da União Europeia negociarão os termos da retirada do Reino Unido e a sua futura relação com a União Europeia. A retirada do Reino Unido da União Europeia entrará em vigor ou na data de celebração de um acordo de retirada a ser celebrado entre o Reino Unido e a União Europeia ratificado pelo

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Parlamento do Reino Unido ou, na ausência de tal acordo, no final de período legal de dois anos. O final do período legal de dois anos, que estava originalmente programado para 29 de março de 2019, foi estendido por diversas vezes, mais recentemente a partir de 31 de outubro de 2019 a 31 de janeiro de 2020.

Em novembro de 2018, o Reino Unido e a União Europeia chegaram a um acordo sobre um projeto do acordo de retirada, que estabelece os termos da saída do Reino Unido, incluindo compromissos sobre os direitos dos cidadãos após o Brexit, um acordo financeiro do Reino Unido, e um período de transição até 31 de dezembro de 2020 para viabilizar um futuro acordo comercial. O projeto do acordo de retirada foi rejeitado pelo Parlamento do Reino Unido várias vezes, criando incertezas significativas sobre os termos sob os quais o Reino Unido deixará a União Europeia.

Após sua vitória sobre o candidato do Partido Conservador Jeremy Hunt, Boris Johnson foi eleito Primeiro Ministro do Reino Unido em 23 de julho de 2019 sob o compromisso de retirar o Reino Unido da União Europeia, independentemente de um acordo de retirada ser celebrado. Em 17 de outubro de 2019, uma versão revisada do acordo de retirada foi acordada entre líderes de estado da União Europeia e Boris Johnson, sendo que, o parlamento do Reino Unido não aprovou a lei que o implementaria até 31 de outubro de 2019, de forma que sua aprovação foi suspendida da agenda. Como consequência, o prazo para o Brexit, com ou sem acordo de retirada foi prorrogado para 31 de janeiro de 2020.

Caso não seja possível chegar a um acordo de retirada e o Reino Unido deixar a União Europeia sem tal acordo, será instalado um período de incerteza considerável, particularmente em relação aos mercados financeiro e bancário do Reino Unido, bem como ao processo regulatório na Europa.

O Brexit pode prejudicar a capacidade da Companhia de realizar negócios no Reino Unido e em países da União Europeia. Além disso, a Companhia acredita que o Brexit resultará em incerteza jurídica e leis e regulamentos nacionais potencialmente divergentes, na medida que o Reino Unido determine quais leis da União Europeia devem ser replicadas ou substituídas. Caso o Reino Unido altere significativamente seus regulamentos que afetam a indústria de alimentos, a Companhia pode enfrentar novos custos significativos. Também pode ser demorado e custoso para a Companhia alterar as suas operações internas para cumprir com novos regulamentos. Além disso, os resultados operacionais da Moy Park, subsidiária integral da Companhia, podem ser afetados negativamente se o Reino Unido não conseguir garantir acordos comerciais de substituição em termos tão favoráveis quanto os atualmente aproveitados pelo Reino Unido. Qualquer um dos efeitos do Brexit pode afetar adversamente os negócios da Companhia, oportunidades de negócios, resultados operacionais, condição financeira e fluxos de caixa.

(e) a seus fornecedores

Os resultados operacionais da Companhia poderão ser negativamente impactados por flutuações dos preços e pela disponibilidade de animais vivos e grãos.

As margens operacionais da Companhia dependem, entre outros fatores, do preço de compra de matérias-primas (principalmente de animais vivos e grãos) e do preço de venda de seus produtos. Tais preços podem variar significativamente, inclusive durante curtos intervalos de tempo, em virtude de vários fatores, incluindo o fornecimento e a demanda de carne bovina, suína e de frango e o mercado de outros produtos proteicos. As matérias-primas representaram a maioria do custo total dos produtos vendidos durante o período de nove

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

meses findos em 30 de setembro de 2019 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A oferta e o mercado de animais vivos dependem de uma série de fatores, acerca dos quais a Companhia possui pouco ou nenhum controle, incluindo surtos de doenças, tais como a febre aftosa e a gripe aviária, o custo da alimentação, as condições econômicas e meteorológicas.

Os preços de bovino e suíno apresentam uma natureza cíclica de acordo com a época do ano e no decorrer dos anos, refletindo a oferta e a procura do bovino, e suíno no mercado e também o mercado para outras fontes de proteína, como peixe. Esses custos são determinados por forças de mercado e outros fatores sobre os quais a Companhia tem pouco ou nenhum controle. Esses outros fatores incluem: (i) regulamentos ambientais, de saúde e segurança ocupacional e de conservação; (ii) restrições à importação e exportação; (iii) conjuntura econômica; (iv) doenças; e (v) alteração dos níveis de estoque de gado e grãos.

A Companhia geralmente não celebra contratos de longo prazo de venda com seus clientes com preços fixos e, como um resultado disso, os preços pelos quais a Companhia vende seus produtos são determinados em grande parte por condições de mercado. A maior parte dos bovinos e dos suínos da Companhia é comprada de produtores independentes que vendem animais nos termos de contratos de fornecimento ou no mercado aberto. A diminuição significativa dos preços dos produtos de carne bovina ou suína ou de aves durante um período longo poderia afetar adversamente a receita líquida de vendas da Companhia e seus lucros operacionais.

Parte dos contratos a termo de compra e venda da Companhia são marcados a mercado, de modo que as perdas realizados relacionadas a eles são reportadas nos resultados trimestrais. Portanto, as perdas sobre esses contratos podem afetar adversamente os resultados da Companhia e podem causar uma volatilidade significativa nos resultados trimestrais.

A rentabilidade na indústria de processamento é materialmente afetada pelos preços das commodities de ingredientes para ração animal, como o milho e a soja. A produção de ingredientes alimentares pode ser positiva ou negativamente afetada, por diversos fatores, em especial, pelo nível global de estoques de suprimentos e demanda de ingredientes para ração animal, pelas políticas agrícolas dos Estados Unidos, Brasil e governos estrangeiros e pelos padrões climáticos em todo o mundo.

Os preços de mercado de ingredientes para rações continuam voláteis. O preço alto de ingredientes para ração pode ter um efeito adverso material no resultado operacional da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de repassar o aumento de seus custos, no todo ou em parte, aos consumidores de seus produtos. Ademais, se a Companhia não celebrar e mantiver contratos ou parcerias com produtores e agricultores independentes, suas operações de produção poderão ser interrompidas, causando um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A Companhia não pode garantir que seus fornecedores de matérias-primas estejam em conformidade com todas as leis e regulamentos ambientais e trabalhistas aplicáveis, o

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

que poderia afetar adversamente seus negócios, condição financeira e resultados operacionais

A criação de gado e outros animais pode estar associada ao desmatamento, invasão de terras indígenas e áreas de proteção ambiental e outras preocupações ambientais e de direitos humanos. A maioria dos bovinos que a Companhia processa são criados por seus fornecedores. Caso a Companhia não consiga garantir que os fornecedores de gado estejam em conformidade com todas as leis e regulamentos ambientais e de direitos humanos aplicáveis, a Companhia pode estar sujeita a multas e outras penalidades que podem afetar adversamente sua imagem, reputação, negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Por exemplo, em 20 de março de 2017, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("**IBAMA**") fechou 15 plantas de processamento de carne bovina localizadas nos estados do Pará, Bahia e Tocantins, das quais duas são da plantas da Companhia no Pará, após uma investigação de um ano sobre processadores de carne bovina acusados de comprar gado originário de fazendas anteriormente suspensas por desmatamento ilegal da floresta amazônica. Esta investigação foi denominada "Operação Carne Fria". Segundo o IBAMA, a Companhia supostamente violou os termos do seu acordo com o Estado do Pará de não comprar gado de fazendas que não cumprem toda a legislação ambiental aplicável. O IBAMA solicitou que a Companhia expandisse seu programa de monitoramento (que inclui sistemas que usam imagens de satélite de propriedades e documentos públicos para monitorar que os pecuaristas que fornecem seu gado não operam em áreas protegidas) para incluir os fornecedores dos pecuaristas (ou seja, os agricultores que fornecem bezerros e gado a esses fazendeiros). Até o momento, no entanto, o governo brasileiro teve acesso exclusivo às informações necessárias para rastrear a localização e o movimento do gado antes de chegarem às fazendas, impossibilitando que a Companhia e outros frigoríficos cumprissem a solicitação do IBAMA neste momento. Se a Companhia não puder atender à solicitação do IBAMA ou obter uma renúncia ou outra isenção de conformidade, ela pode estar sujeita a multas e outras penalidades que podem afetar adversamente sua imagem, reputação, negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Embora em 24 de março de 2017, um tribunal federal do Estado do Pará concedeu uma liminar da Companhia, suspendendo efetivamente os embargos que o IBAMA impôs às instalações de processamento de carne bovina da Companhia no estado, a Companhia não pode prever o resultado da investigação da "Operação Carne Fria", que pode acarretar em custos adicionais e potencial responsabilidade da Companhia, além de resultar na necessidade de suspender operações, multas ou outras sanções impostas por autoridades governamentais. A investigação da "Operação Carne Fria" ou quaisquer desenvolvimentos adicionais neste assunto podem afetar adversamente a percepção ou a reputação do público do Grupo JBS ou de seus executivos, diretores ou afiliados e pode ter um efeito adverso relevante nos negócios, na condição financeira e nos resultados das operações e perspectivas da Companhia.

(f) a seus clientes

A consolidação de um número significativo de clientes da Companhia poderá ter impacto negativo sobre os negócios da Companhia.

Muitos dos clientes da Companhia, tais como supermercados, clubes atacadistas e distribuidores de alimentos, realizaram consolidações nos últimos anos. Essas consolidações resultaram em organizações de grande porte, sofisticadas, com maior poder de compra, e, portanto, mais aptas a operar com estoques menores, opondo-se a aumentos de preços e exigindo preços menores, aumento de programas promocionais e produtos personalizados.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Esses clientes também podem usar espaço atualmente destinado para exposição dos produtos da Companhia para exposição de produtos de suas marcas próprias que são, em geral, vendidos a preços mais baixos. Além disso, em períodos de incerteza econômica, os consumidores tendem a comprar mais marcas próprias com preços mais baixos ou de outras marcas. Na medida em que isso ocorra, a Companhia pode experimentar uma redução no volume de vendas de seus produtos com margens mais altas ou uma mudança no *mix* de produtos para ofertas com margens mais baixas. Em decorrência dessa tendência, talvez seja necessário diminuir os preços ou aumentar os gastos promocionais dos produtos da Companhia. A perda de um cliente significativo ou uma redução significativa nas vendas ou alteração adversa nos termos de negociação com um cliente significativo pode afetar material e adversamente as vendas dos produtos, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Mudanças nas preferências do consumidor podem prejudicar o negócio da Companhia.

Em geral, a indústria alimentícia está sujeita a tendências, demandas e preferências dos consumidores. Os produtos da Companhia concorrem com outras fontes de proteína, como peixes. Além disso, a Companhia compete com produtos de origem vegetal, pois a demanda do consumidor por alternativas de proteínas à base de vegetais aumentou devido às preocupações percebidas pelos consumidores relacionadas à saúde humana, mudanças climáticas, conservação de recursos e bem-estar animal das proteínas de origem animal. As tendências do setor alimentício mudam frequentemente e a Companhia pode não conseguir prever, identificar ou reagir a essas mudanças de tendências o que poderia acarretar a redução da demanda e dos preços de seus produtos, podendo ter um efeito adverso relevante sobre o seu negócio, sua situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia também pode ser afetada adversamente caso os consumidores percam a confiança na segurança e qualidade de seus produtos ou ingredientes alimentares ou no sistema de segurança alimentar em geral. Percepções negativas prolongadas em relação às implicações para a saúde de certos produtos ou ingredientes alimentares ou perda de confiança no sistema de segurança alimentar em geral, podem influenciar as preferências do consumidor e a aceitação de alguns dos produtos e programas de marketing da Companhia. Percepções negativas contínuas e falha em satisfazer as preferências do consumidor podem afetar material e adversamente as vendas de produtos,condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atua.

A deterioração da conjuntura econômica poderá causar impacto negativo sobre os negócios da Companhia.

O negócio da Companhia poderá ser prejudicado por alterações da conjuntura econômica nacional ou mundial, incluindo inflação, taxas de juros, valorização ou desvalorização de moedas, disponibilidade dos mercados de capital, taxas de gastos do consumidor, disponibilidade de energia e custos (inclusive sobretaxas de combustível) e efeitos de iniciativas governamentais para administrar a conjuntura econômica. Quaisquer das referidas alterações poderiam prejudicar a demanda de produtos nos mercados doméstico e externo ou o custo e a disponibilidade das matérias-primas que a Companhia necessita ingredientes culinários e materiais de embalagem, prejudicando, dessa forma, os resultados financeiros da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

As interrupções nos mercados de crédito e em outros mercados financeiros e a deterioração da conjuntura econômica nacional e mundial poderão, entre outras coisas: (i) ter impacto negativo sobre a demanda global por produtos proteicos, o que poderia acarretar a redução de vendas, lucro operacional e fluxos de caixa; (ii) dificultar ou encarecer a obtenção de financiamento para as operações ou investimentos ou refinanciamento da dívida da Companhia no futuro; (iii) fazer com que os credores modifiquem suas políticas de risco de crédito e dificultem ou encareçam a concessão de qualquer renegociação ou ddispensa nos termos dos contratos de dívida, caso a Companhia venha a pleiteá-las no futuro; (iv) prejudicar a situação financeira de alguns clientes ou fornecedores da Companhia; e (vi) diminuir o valor dos investimentos da Companhia.

A Companhia enfrenta intensa concorrência em seus setores de negócios, o que pode afetar sua participação de mercado e rentabilidade.

Os setores de carne bovina, suína e de aves são altamente competitivos. A concorrência existe tanto na compra de gado bovino, suíno e de grãos, quanto na venda de de carne bovina, suína e de frango. Além disso, os produtos de carne bovina, suína e frango da Companhia concorrem com outras fontes de proteína, como por exemplo, peixes. A Companhia concorre com diversos produtores de carne bovina, de carne suína e de frango nos países em que opera.

Os principais fatores competitivos nas indústrias de processamento de proteína animal são a eficiência operacional e a disponibilidade, qualidade e custo de matérias-primas e mão-de-obra, preço, qualidade, segurança alimentar, distribuição de produto, inovações tecnológicas e fidelidade à marca. A capacidade da Companhia de concorrer de forma eficaz depende de sua capacidade de concorrer sob essas condições. Além disso, alguns dos concorrentes da Companhia podem ter maior disponibilidade de recursos financeiros. A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficazmente com empresas concorrentes, caso em que sua participação de mercado e, consequentemente, suas operações e resultados, poderão ser afetados de maneira adversa.

Riscos sanitários possíveis ou efetivos relacionados à indústria de alimentos poderão prejudicar a capacidade de venda de produtos da Companhia. Caso seus produtos fiquem contaminados, a Companhia poderá estar sujeita a processos e recalls de seus produtos.

A Companhia está sujeita a riscos que afetam a indústria de alimentos de forma geral, inclusive relacionados a:

- deterioração ou contaminação de alimentos;
- processos pelo consumidor por responsabilidade pelo produto;
- adulteração de produtos;
- provável indisponibilidade e custos para obtenção de seguro de responsabilidade de produto; e
- custos e interrupção de operações causados por recall de produto.

Os produtos da Companhia estiveram no passado e poderão ficar no futuro expostos a contaminação por organismos, tais como E. coli, Listeria monocytogenes e Salmonela. Esses organismos em geral são encontrados no meio ambiente e, por esse motivo, há risco de que

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

possam estar presentes nos produtos da Companhia. Esses organismos também podem ser introduzidos em produtos da Companhia por adulteração ou em decorrência de manipulação incorreta no processamento ou preparação. Produtos contaminados podem causar doença ou morte caso não sejam corretamente preparados antes do consumo ou caso os organismos não sejam eliminados no processamento.

Por exemplo, no quarto trimestre de 2018, a JBS Tolleson Inc., subsidiária integral da Companhia com uma instalação de processamento de carne em Tolleson, Arizona, retirou aproximadamente 12,1 milhões de libras de vários produtos de carne bovina *in natura* produzidos em suas instalações que podem ter sido contaminados por salmonela. Os produtos de carne bovina *in natura* foram embalados em várias datas entre 26 de julho de 2018 e 7 de setembro de 2018 e incluíram produtos vendidos sob várias marcas. Os produtos foram enviados para locais e instituições de varejo em todo o país. A Companhia trabalhou com o Serviço de Inspeção e Segurança Alimentar do Departamento de Agricultura dos EUA e comoveu os clientes do serviço de alimentos afetados para investigar o surto e recuperar e/ou remover todos os produtos objeto do recall. Em março de 2019, o *Centers for Disease Control and Prevention (CDC)*, publicou atualização final relatando que o surto parece ter terminado, com mais de 400 indivíduos de 30 estados relatando doenças causadas pelo surto.

Os sistemas projetados para monitorar riscos de segurança de alimentos podem não ser eficazes para eliminar os riscos relacionados à segurança de alimentos. A Companhia tem pouco ou nenhum controle sobre os procedimentos de manuseio, uma vez que seus produtos são enviados para distribuição. Se algum dos produtos da Companhia estiver contaminado, estragado ou rotulado inadequadamente, com ou sem culpa, a Companhia poderá, voluntariamente, fazer um *recall* ou ser obrigada a fazer um *recall*. Um recall generalizado de produtos pode resultar em perdas significativas devido aos custos de um recall, a destruição do estoque do produto e a perda de vendas devido à indisponibilidade do produto por um período de tempo. A Companhia também pode estar sujeita a um risco aumentado de exposição a reivindicações de responsabilidade pelo produto e processos governamentais, que podem resultar em multas, medidas cautelares e fechamento de fábricas. Qualquer uma dessas ocorrências pode ter um efeito adverso nos resultados financeiros da Companhia.

A Companhia pode ser responsabilizada caso o consumo de qualquer de seus produtos cause lesões, doenças ou morte. Essa responsabilização pode advir de medidas administrativas ou judiciais ingressadas por quaisquer autoridades competentes no mundo, incluindo agências de defesa do consumidor ou diretamente por consumidores, agindo individualmente. Mesmo um envio inadvertido de produtos contaminados pode ser uma violação da lei. Tais medidas podem acarretar em pagamento pela Companhia de indenizações consideráveis à administração pública ou aos próprios consumidores e o valor dessas indenizações poderá exceder os limites das apólices de seguro da Companhia.

Além disso, a publicidade negativa com relação a qualquer risco sanitário percebido ou real associado aos produtos da Companhia também poderia fazer com que os clientes perdessem a confiança na segurança e qualidade de seus produtos alimentícios, o que poderia prejudicar a capacidade de venda de produtos da Companhia. A Companhia pode, ademais, ser prejudicada

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

por riscos sanitários percebidos ou reais associados a produtos similares fabricados por terceiros, na medida em que esses riscos façam com que os clientes percam a confiança na segurança e qualidade desse tipo de produto em geral.

A Companhia está exposta a riscos de países emergentes e em desenvolvimento.

As operações da Companhia em países emergentes e em desenvolvimento estão sujeitas aos riscos habituais de operar nesses países, que incluem incerteza política e econômica em potencial, crises de dívida do governo, aplicação de controles de câmbio, dependência de investimento estrangeiro, nacionalização ou expropriação, crime e falta de lei em execução, insurreição política, terrorismo, agitação religiosa, interferência externa, flutuações cambiais e mudanças na política do governo.

No Brasil, por exemplo, o governo federal intervém frequentemente na economia e suas ações para controlar a inflação e outras regulamentações e políticas envolvem, entre outras medidas, aumentos nas taxas de juros, mudanças nas políticas tributárias, controles de preços, desvalorizações cambiais, controle de e limites de importação, entre outros. Devido à exposição da Companhia no Brasil, esses fatores podem afetá-la mais do que a seus concorrentes com menos exposição a países emergentes e em desenvolvimento, e qualquer declínio geral nos países emergentes e em desenvolvimento como um todo pode impactar a Companhia desproporcionalmente em comparação aos seus concorrentes.

Tais fatores podem afetar os resultados da Companhia, causando interrupções nas operações, aumentando os custos de operação nesses países ou limitando a capacidade de repatriar os lucros desses países. Essas circunstâncias podem afetar adversamente os negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

O surto de doenças de animais poderá afetar a capacidade da Companhia de conduzir as suas operações e a reduzir a demanda por seus produtos.

A oferta e a demanda de produtos da Companhia podem ser adversamente afetadas por surtos de doenças animais, o que pode ter um impacto significativo nos resultados financeiros. Um surto de doença que afete o gado, como a Encefalopatia Espongiforme Bovina (popularmente conhecida como "doença da vaca louca") ("**BSE**"), febre aftosa e diversos outros tipos de *influenza*, que podem ser causadas por fatores fora do controle da Companhia ou preocupações de que essas doenças possam ocorrer e se espalhar no futuro poderão afetar significativamente a demanda por produtos da Companhia, a percepção do consumidor de certos produtos proteicos, a disponibilidade de gado para compra pela Companhia e na capacidade da Companhia de conduzir suas operações, inclusive como resultado de cancelamento de pedidos pelos clientes da Companhia. Além disso, surtos de doenças animais podem ter um efeito significativo sobre o gado que a Companhia detém, exigindo, entre outras coisas, que a Companhia destrua qualquer gado infectado, o que pode acarretar em publicidade negativa que possa ter um efeito adverso material na demanda dos clientes pelos produtos da Companhia. Por fim, se os produtos dos concorrentes da Companhia forem contaminados, a publicidade adversa associada a esse evento poderá diminuir a demanda do consumidor pelo produto da Companhia.

(h) à regulação dos setores em que a Companhia atua.

O cumprimento de exigências ambientais existentes ou em fase de alteração, relacionados às operações atuais e/ou descontinuadas da Companhia, poderá resultar

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

em custos significativos e a inobservância de tais exigências poderá resultar em responsabilidade civil por perdas e danos, bem como sanções criminais e administrativas.

As operações da Companhia estão sujeitas a extensas e cada vez mais rigorosas leis e regulamentos federais, estaduais, locais e estrangeiros referentes à proteção do meio ambiente, incluindo aqueles relacionados ao descarte de substâncias no meio ambiente, manipulação, tratamento e descarte de resíduos, bem como contaminação do solo e de águas subterrâneas. O não cumprimento desses requisitos pode ter sérias consequências para a Companhia, incluindo penalidades criminais, civis e administrativas, condenações por danos à propriedade, ferimentos pessoais e danos a recursos naturais e publicidade negativa. As atividades da Companhia podem também ser afetadas por acordos internacionais de proteção ao meio ambiente que entrem em vigor no futuro.

Em geral, as leis e regulamentos ambientais se tornaram cada vez mais rigorosos ao longo do tempo. Como resultado de possíveis novos requisitos ambientais, uma interpretação ou aplicação cada vez mais rigorosa dos mesmos ou outros eventos imprevisíveis, a Companhia pode ter que incorrer em despesas adicionais para cumprir com essas regras e regulamentos ambientais, que podem afetar adversamente a disponibilidade de recursos para despesas de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor podem causar um aumento nos custos e despesas da Companhia, resultando, consequentemente, na redução do seu lucro.

A Companhia está sujeita a várias leis anticorrupção, incluindo a* norte-americana, *U.S. Foreign Corrupt Practices Act), a britânica U.K. Bribery Act e a Lei Anticorrupção Brasileira

A Companhia está sujeita a diversas leis anticorrupção em várias jurisdições, entre outras a lei norte-americana *Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, conforme alterada, ou ("**FCPA**"), a lei britânica *Bribery Act of 2010* ("**U.K. Bribery Act**") e a Lei Federal nº 12.846/13 ("**Lei Anticorrupção**").

A FCPA e leis similares contra o suborno, de modo geral, proíbem funcionários e intermediários de subornar ou de fazer pagamentos ilícitos a funcionários públicos ou outras pessoas para conseguir ou manter negócios ou obter vantagens em seus negócios. Algumas dessas leis têm efeito legal fora das jurisdições em que são adotadas sob certas circunstâncias. A FCPA exige manutenção de práticas adequadas de manutenção de registros e contabilidade interna para refletir com precisão as transações. De acordo com a FCPA, as empresas que operam nos Estados Unidos podem ser responsabilizadas por ações tomadas por seus parceiros ou representantes estratégicos ou locais.

O U.K. Bribery Act tem escopo mais amplo que a FCPA, na medida em que proíbe diretamente o suborno comercial (suborno de outros que não sejam funcionários do governo), além de suborno de funcionários do governo e não reconhece certas exceções, principalmente para pagamentos de facilitação, permitidas pela FCPA. O U.K. Bribery Act. Ele abrange qualquer ofensa cometida no Reino Unido, mas também é possível instaurar um processo se uma pessoa que tem uma conexão estreita com o Reino Unido cometer os atos ou omissões relevantes fora do Reino Unido. O U.K. Bribery Act define uma pessoa com conexão estreita com o Reino Unido como cidadãos britânicos, indivíduos residentes no Reino Unido e entidades constituídas no Reino Unido. O U.K. Bribery Act também estabelece que qualquer organização que conduz parte de seus negócios no Reino Unido, tenha sido constituída no Reino Unido ou não, pode ser processada pelo crime corporativo de não impedir suborno por

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

uma pessoa a ela associada, mesmo que o suborno tenha ocorrido inteiramente fora do Reino Unido e a pessoa associada não tinha conexão com o Reino Unido. Outras jurisdições em que a Companhia opera adotaram leis similares anticorrupção, suborno e antipropina às quais a Companhia está sujeita. Penalidades civis e criminais podem ser impostas por violações dessas leis.

A Lei Anticorrupção estabelece que o suborno, entre outros atos contra a administração pública e estrangeira, é ilegal e sujeita as empresas envolvidas nessas irregularidades a penas severas. As sociedades estão sujeitas a uma responsabilidade objetiva, ou seja, que independe de culpa do causador do dano. No caso de uma empresa violar as disposições da Lei Anticorrupção, poderá sofrer a imposição de sanções administrativas, como multa que pode variar de 0,1% a 20% de sua receita bruta no ano anterior ao início do processo administrativo. As sociedades também podem estar sujeitas a sanções judiciais, tais como perda de ativos, direitos ou lucros advindos direta ou indiretamente do ato ilícito; suspensão ou interdição parcial de suas atividades; dissolução obrigatória da pessoa jurídica e proibição de receber incentivos, subsídios, doações, ou empréstimos de instituições financeiras públicas. Além disso, as sociedades podem estar sujeitas a penalidades de reputação, como a inclusão do nome no Cadastro Nacional de Empresas Punidas. De acordo com a Lei Anticorrupção, as sociedades controladoras e controladas, bem como as empresas que fazem parte de um consórcio, são solidariamente responsáveis pelas penalidades, sendo essas, indenizações e multas.

A Companhia opera em alguns países considerados de alto risco para corrupção. A Companhia não pode garantir que seus diretores, executivos, funcionários, agentes, terceiros e as empresas para as quais terceirizam algumas de suas operações comerciais, cumprirão essas leis e as políticas anticorrupção, e a Companhia pode ser responsabilizada por qualquer descumprimento. Se a Companhia ou qualquer de seus administradores violar leis anticorrupção ou outras leis que regem a condução de negócios com entidades governamentais (incluindo leis locais), a Companhia ou seus administradores podem estar sujeitos a penalidades civis e criminais ou outras medidas coercitivas, que poderiam prejudicar sua reputação e ter um impacto adverso relevante em seus negócios, condição financeira, resultados de operações e perspectivas. Qualquer investigação sobre real ou suposta violação de referidas leis também pode prejudicar a reputação da Companhia ou ter um impacto adverso em seus negócios, condição financeira, resultados de operações e perspectivas.

A Companhia está sujeita a auditorias regulares nas jurisdições em que opera e alterações nas leis tributárias e passivos fiscais não previstos, ambos os casos podem afetar adversamente os impostos pagos pela Companhia e, portanto, sua condição financeira e resultados operacionais

Como uma empresa global, a Companhia está sujeita a auditorias regulares nas jurisdições em opera, incluindo auditorias atualmente conduzidas pelas autoridades fiscais aplicáveis no Brasil, Austrália e Reino Unido. A conclusão dessas auditorias permanece incerta e a Companhia não estabelece reservas para qualquer possível responsabilidade relacionada a essas ou a outras auditorias, pois a Companhia acredita que um resultado desfavorável é mais do que remoto, porém menos do que provável. É possível que a Companhia possa, no futuro, incorrer em passivos fiscais não previstos decorrentes dessas ou de outras auditorias, que podem impactar adversamente sua condição financeira e resultados operacionais

Além disso, a Companhia está sujeita a tributação em vários países, estados e outras jurisdições. Leis tributárias, tratados tributários, regulamentos e práticas administrativas ou sua interpretação em várias jurisdições, incluindo a Convenção Multilateral para Implementar Medidas Relacionadas ao Tratado Tributário para Prevenir a Erosão Básica e a Transferência

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

de Lucros (*Multilateral Convention to Implement Tax Treaty Related Measures to Prevent Base Erosion and Profit Shifting*), que foi ratificada por diversos países onde Companhia opera, pode estar sujeita a alterações significativas, com ou sem aviso prévio, devido a condições econômicas, políticas, dentre outras, e um julgamento adequado é necessário na aplicação das disposições relevantes da legislação tributária.

Se tais mudanças forem adotadas ou se as autoridades fiscais das jurisdições onde a Companhia opera contestarem a aplicação das disposições relevantes das leis tributárias aplicáveis, a condição financeira e de resultado das operações da Companhia poderão ser adversamente afetados.

Os negócios da Companhia estão sujeitos a políticas governamentais e extensa regulamentação que afetam as indústrias de carne bovina, suína e de aves.

A produção de animais vivos e os fluxos comerciais são significativamente afetados por políticas e regulamentações governamentais. As políticas governamentais que afetam a pecuária, tais como impostos, tarifas, subsídios e restrições à importação e à exportação de produtos de origem animal, podem influenciar a rentabilidade da indústria, o uso dos recursos da terra, a localização e o tamanho da produção pecuária, a negociação de commodities, sendo estas processadas ou não processadas, e o volume e tipos de importações e exportações.

As plantas da Companhia e suas subsidiárias e seus produtos são submetidos a inspeções periódicas por parte das autoridades federais, estaduais e municipais, como do USDA nos Estados Unidos, do Serviço de Inspeção Fiscal (SIF) no Brasil, e o Australian Quarantine Inspection Service na Austrália e a extensa regulamentação de alimentos, incluindo controles sobre alimentos processados. As operações da Companhia e suas subsidiárias estão sujeitas à extensa regulamentação e supervisão do estado, autoridades locais e estrangeiras, referente ao processamento, embalagem, armazenamento, distribuição, publicidade e rotulagem dos seus produtos, incluindo as normas de segurança alimentar. A falha em cumprir com essas regulamentações pode resultar na necessidade de recall de produtos ou multas impostas por essas autoridades. Os produtos exportados da Companhia e suas subsidiárias são frequentemente inspecionados pelas autoridades estrangeiras de segurança alimentar, e qualquer violação descoberta durante estas inspeções podem resultar em um retorno parcial ou total de um carregamento, destruição parcial ou total da encomenda e custos referentes aos atrasos nas entregas de produtos para clientes. Por exemplo, desde dezembro de 2017, a Rússia suspendeu todas as importações de carne de porco brasileira depois que as autoridades russas supostamente encontraram ractopamina, um estimulador de crescimento muscular proibido na Rússia, em certos embarques de carne de porco do Brasil.

As políticas governamentais nas jurisdições em que a Companhia opera podem afetar adversamente a oferta, a demanda e os preços dos produtos pecuários, restringir a capacidade da Companhia de fazer negócios nos mercados doméstico e de exportação existentes e direcionados e afetar adversamente seus resultados operacionais. As tarifas de importação e/ou outros mandatos impostos pela atual administração presidencial nos Estados Unidos podem levar a uma guerra comercial com outros governos estrangeiros e aumentar significativamente os preços dos produtos exportados dos Estados Unidos, como carne de

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

porco e frango. Por exemplo, tarifas recentemente decretadas na China e no México sobre certos produtos suínos exportados dos Estados Unidos para esses países impactaram negativamente as exportações de produtos suínos da Companhia dos EUA.

A Companhia está sujeita a vários riscos relacionados à segurança do trabalhador

Dada a natureza de suas operações, a Companhia está sujeita a vários riscos relacionados à segurança do trabalhador. A Companhia não pode garantir que acidentes não ocorrerão. Neste caso, se a Companhia não conseguir reduzir a frequência e o número de acidentes de trabalho de forma bem sucedida, a Companhia pode ficar sujeita a ações judiciais, multas e penalidades a seus negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados adversamente.

(i) aos países estrangeiros onde a Companhia atua.

As exportações da Companhia representam riscos especiais para seus negócios e operações

As exportações representam uma parte significativa das vendas da Companhia, representando 25,2% da receita bruta da Companhia nos nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, respectivamente. As operações no exterior sujeitam a Companhia a fatores de risco que estão fora de seu controle em seus principais mercados de vendas, incluindo:

- mudanças nas taxas de câmbio de moeda estrangeira;
- deterioração das condições econômicas;
- imposição de tarifas e outras barreiras comerciais e/ou sanitárias;
- controles de câmbio e restrições às operações de câmbio;
- greves ou outros eventos que possam afetar portos e transporte;
- conformidade com diferentes regimes legais e regulatórios estrangeiros; e
- embargos comerciais.

Por exemplo, entre 21 e 31 de maio de 2018, o Brasil sofreu uma extensa greve nacional de caminhões. Com os caminhões parados e bloqueando as rodovias, os suprimentos de combustível, alimentos e suprimentos médicos deixaram de ser entregues nos pontos de distribuição. A paralisação começou a diminuir em 27 de maio de 2018, depois que representantes da indústria de caminhões e do governo brasileiro chegaram a um acordo

O futuro desempenho financeiro da Companhia irá depender significativamente das condições econômicas, políticas e sociais nos seus principais mercados operacionais e de vendas. Consequências negativas relacionadas a esses riscos e incertezas podem comprometer ou limitar a capacidade da Companhia de realizar negócios em um ou mais dos mercados em que opera ou em outros mercados em desenvolvimento e podem, materialmente, afetar adversamente a Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

(j) questões socioambientais.

Desastres naturais, mudanças climáticas, mudanças de regulamentos relativos às mudanças climáticas, condições meteorológicas adversas e efeito estufa podem impactar adversamente as operações da Companhia e os mercados em que atua.

Há um crescente consenso político e científico de que as emissões de gases de efeito estufa("**GEE**"), continuam a alterar a composição da atmosfera global de forma a afetar, e espera-se que continuará afetando, o clima global. Alterações climáticas, incluindo o impacto do aquecimento global, criam riscos físicos e financeiros. Riscos físicos da mudança climática incluem o aumento no nível do mar e mudanças nas condições climáticas, tais como um aumento das mudanças de precipitação e eventos climáticos extremos. A mudança climática pode ter um efeito material adverso sobre os resultados operacionais, situação financeira e de liquidez da Companhia. Desastres naturais, incêndios, bioterrorismo, pandemias, secas, mudanças nos padrões de chuva ou condições climáticas extremas, incluindo inundações, frio ou calor extremos, furacões ou outras tempestades, podem prejudicar a saúde ou crescimento da pecuária ou interferir nas operações da Companhia por meio de falta de energia, falta de combustível, danos à produção e instalações ou interrupção dos meios de transporte, entre outras coisas. Além disso, se as ondas de calor e as secas ocorrerem com maior frequência e intensidade nos locais onde a Companhia opera, a Companhia pode incorrer em gastos adicionais para manter seus produtos e matéria-prima em condições adequadas ou movê-los para outros locais. Qualquer desses fatores, bem como interrupções nos sistemas de informação, poderia ter um efeito adverso sobre os resultados financeiros da Companhia de forma individual ou agregada.

A Companhia está sujeita a legislações e regulamentações relacionadas à mudança climática, e a conformidade com as normas relacionadas pode ser difícil e oneroso. Partes interessadas nos países em que a Companhia opera, tais como agências governamentais, legisladores e reguladores, acionistas e organizações não-governamentais, bem como empresas que operam em muitos setores, estão considerando formas de reduzir as emissões de GEE. A Companhia pode incorrer em um aumento de custos com energia, custos ambientais e outros investimentos para cumprir com as restrições existentes ou novas de emissão de GEE.

A Companhia pode ainda incorrer em custos adicionais relacionados à defesa em processos e outros litígios relacionados à mudança climática e suposto impacto de suas atividades nas mudanças climáticas. Além disso, uma atenção crescente ao impacto ambiental e mudanças climáticas relacionados à produção de carne bovina, em particular, podem resultar em (1) ações legislativas ou regulamentares destinadas a reduzir as emissões de GEE de gado, o que pode aumentar materialmente o custo de produção de carne bovina; ou (2) a alteração nas preferencias do consumidor e a demanda geral por carne bovina, que podem afetar materialmente o consumo dos produtos da Companhia.

O impacto à saúde e ao meio ambiente do consumo de carne de origem animal pode influenciar negativamente o consumo dos seus produtos de origem animal da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

O interesse do consumidor por proteínas de origem vegetal, principalmente entre as gerações *millennial* e mais jovens, foi motivado em parte por uma percepção crescente dos impactos adversos à saúde e ao meio ambiente do consumo de carne de origem animal. Os consumidores têm acesso a níveis vultosos de informações divulgadas pela internet e pelos canais de mídia social, e a Companhia acredita no crescimento da conscientização global dessas questões, o que pode ter um impacto negativo na demanda dos consumidores pelos produtos da Companhia à base de carne de origem animal.

(k) macroeconômicos.

Crises econômicas e políticas no Brasil podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia e suas controladas.

O Brasil tem apresentado instabilidades econômicas causadas por distintos eventos políticos e econômicos observados nos últimos anos, com a desaceleração do crescimento do PIB e efeitos em fatores de oferta (níveis de investimentos, aumento e uso de tecnologias na produção etc.) e de demanda (níveis de emprego, renda etc.). Consequentemente a incerteza sobre se o governo brasileiro vai conseguir promulgar as reformas econômicas necessárias para melhorar a deterioração das contas públicas e da economia tem levado a um declínio da confiança do mercado na economia brasileira e a uma crise no governo. A economia brasileira continua sujeita às políticas e aos atos governamentais, os quais, em não sendo bem-sucedidos ou implementados, poderão afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. Nos últimos anos, o cenário político brasileiro experimentou uma intensa instabilidade em decorrência principalmente da deflagração de um esquema de corrupção envolvendo vários políticos, incluindo membros do alto escalão, o que culminou com o impeachment da última presidente da república e com ações contra seu sucessor e sua equipe. As recentes instabilidades políticas e econômicas têm levado a uma percepção negativa da economia brasileira e um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia.

O governo brasileiro exerce, e continuará a exercer, influência significativa sobre a economia brasileira. Essas influências, assim como as condições políticas e econômicas do país, poderiam afetar negativamente as atividades da Companhia.

O governo brasileiro intervém frequentemente na economia do país e ocasionalmente implementa mudanças políticas e regulatórias significativas. As ações do governo para controlar a inflação e outras regulamentações e políticas têm envolvido, entre outras medidas, aumentos ou diminuição nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, controle de preços, desvalorizações e valorizações cambiais, controle de capitais, limites a importações, entre outras ações. As atividades da Companhia, assim como a situação financeira da Companhia e resultados operacionais, podem ser adversamente afetadas por mudanças em políticas e regulamentações governamentais envolvendo, ou afetando, fatores tais como:

- política monetária e taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas internacionais;
- flutuações na taxa de câmbio;

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

- mudanças fiscais e tributárias;
- liquidez do mercado financeiro e de capitais brasileiro;
- taxas de juros
- inflação;
- escassez de energia;
- política fiscal.

Incertezas relacionadas à possibilidade de o governo brasileiro implementar, no futuro, mudanças políticas e regulamentações que envolvam ou afetem os fatores mencionados acima, entre outros, podem contribuir para um cenário de incerteza econômica no país e de alta volatilidade no mercado nacional de valores mobiliários, assim como em valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras no exterior. Essa incerteza e outros eventos futuros que afetem a economia brasileira, além de outras medidas adotadas pelo governo, podem afetar negativamente as operações da Companhia e seus resultados operacionais.

A Companhia não pode prever se, ou quando, novas políticas fiscais, monetárias e de taxas de câmbio serão adotadas pelo governo brasileiro, ou mesmo se tais políticas irão de fato afetar a economia do país, as operações, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, especialmente os Estados Unidos e países de economia emergente, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações da Companhia.

O valor de mercado de valores mobiliários de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes escalas pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo outros países da América Latina e países de economia emergente. A conjuntura econômica nesses países pode ser significativamente diferente da conjuntura econômica no Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Isso poderia prejudicar o preço de mercado das ações de emissão da Companhia, além de dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

A economia brasileira também é afetada por condições econômicas e de mercado internacionais de modo geral, especialmente condições econômicas e de mercado dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, historicamente foram sensíveis a flutuações das taxas de juros dos Estados Unidos, bem como às variações dos principais índices de ações norte-americanos. Ainda, reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, podem prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países de mercados emergentes resultou, em geral, na saída de recursos do Brasil e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Qualquer um desses fatores pode afetar negativamente o preço de mercado dos valores mobiliários e tornar mais difícil para a Companhia o acesso aos mercados de capitais e o financiamento de operações em termos aceitáveis.

Oscilações das taxas de juros poderão provocar efeito prejudicial no negócio da Companhia e nos preços de mercado das suas ações.

Uma parcela da dívida da Companhia está sujeita a flutuações nas taxas de juros, incluindo: (1) a Taxa Interbancária de Londres, ou LIBOR, e a Taxa Interbancária de Euro, ou EURIBOR; e (2) taxas do mercado financeiro brasileiro ou taxas de inflação, como como o Certificado de Depósito Interbancário, ou a taxa CDI, e a Taxa de Juros de Longo Prazo, ou a TJLP brasileira (taxa de juros de longo prazo publicada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional). A Companhia também está exposta ao risco de taxa de câmbio uma vez que possui ativos e passivos e fluxos de caixa e ganhos futuros denominados em moedas não funcionai.

Se as taxas de juros, como o CDI brasileiro, TJLP brasileiro, LIBOR ou EURIBOR, o CDI brasileiro e TJLP brasileiro aumentarem significativamente, as despesas financeiras aumentarão e a capacidade da Companhia de obter financiamentos poderá diminuir, o que pode afetar adversamente materialmente os seus resultados operacionais.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que atualmente podem afetá-la adversamente. Sem prejuízo destes riscos, riscos adicionais não conhecidos pela Companhia atualmente ou que a Companhia considera irrelevantes, também podem afetar adversamente a Companhia.

A. Risco de taxas de juros

O risco de taxas de juros refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia e suas controladas podem incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. Em 31 de dezembro de 2019, 25,6% dos empréstimos e financiamentos da Companhia, no montante de R$53.028 milhões eram sujeitos a flutuações das taxas de juros, incluindo flutuações atreladas a indexadores como CDI (Certificado de Depósito Interbancário), TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), UMBNDES (Unidade Monetária do BNDES), LIBOR (London Interbank Offer Rate) e EURIBOR (Euro Interbank Offer Rate), entre outros.

A seguir são apresentdas as principais exposições ao risco de variação de taxas de juros e as análises de cenários de estresse e de Valor em Risco (VaR) para medir a exposição total e também o risco específico do fluxo de caixa.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Exposição líquida de passivos e ativos à taxa CDI:				
CRA - Certificado de recebíveis do agronegócio	**(60.149)**	–	**(263.016)**	–
Nota de crédito - Exportação	–	(970.879)	–	(1.840.156)
Custeio pecuário	–	–	**(505.176)**	–
Capital de giro - Reais	–	(113.497)	**(37.210)**	(113.497)
Partes relacionadas	**(2.366.410)**	(2.488.723)	–	–
CDB-DI	**145.569**	358.097	**1.627.111**	667.979
Títulos Públicos	**165.865**	49.758	**165.865**	49.758
Subtotal	**(2.115.125)**	**(3.165.244)**	**987.574**	**(1.235.916)**
Derivativos (DI)	**63.784**	–	**63.784**	–
Total	**(2.051.341)**	**(3.165.244)**	**1.051.358**	**(1.235.916)**
Exposição de passivos à taxa TJLP:				
FINAME	**(31.553)**	(67.587)	**(31.862)**	(68.105)
Capital de giro - Reais	**(15.635)**	(15.635)	**(15.635)**	(26.771)
Total	**(47.188)**	**(83.222)**	**(47.497)**	**(94.876)**
Exposição de passivos à taxa EURIBOR:				
Capital de giro - Euros	**(27.687)**	(68.497)	**(109.068)**	(129.631)
FINIMP	–	–	–	(2.153)
Outros	–	–	**(43.130)**	(42.501)
Total	**(27.687)**	**(68.497)**	**(152.198)**	**(174.285)**
Exposição de passivos à taxa LIBOR:				
Capital de giro - Dólares Americanos	–	–	–	(177.446)
Pré-pagamento	–	(5.333.459)	**(2.620.462)**	(6.969.647)
Nota de crédito - importação	–	–	–	(117.700)
FINIMP	–	–	–	(3.287)
ACC - Adto. de contrato de câmbio	–	–	–	(1.087)
Term loan JBS Lux 2026	–	–	**(7.550.111)**	(12.591.156)
Linha de crédito PPC - Term loan	–	–	**(1.897.605)**	(1.909.974)
Outros	–	–	**(294)**	(578)
Total	–	**(5.333.459)**	**(12.068.472)**	**(21.770.875)**
Exposição de passivos à IPCA:				
CRA - Certificado de recebíveis do agronegócio	**(497.997)**	–	**(497.997)**	–
Subtotal	**(497.997)**	–	**(497.997)**	–
Derivativos (Swap)	**537.534**	–	**537.534**	–
Total	**39.537**	–	**39.537**	–

Análise de Sensibilidade

			Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia			Cenário (II) Variação da taxa em 25%			Cenário (III) Variação da taxa em 50%		
				Efeito no resultado			Efeito no resultado			Efeito no resultado	
Exposição de contratos	Risco	Cenário atual	Taxa	Controladora	Consolidado	Taxa	Controladora	Consolidado	Taxa	Controladora	Consolidado
CDI	Redução	4,4000%	4,3866%	283	(132)	3,3000%	23.266	(10.863)	2,2000%	46.533	(21.727)
TJLP	Aumento	5,5700%	5,5719%	(1)	(1)	6,9625%	(657)	(661)	8,3550%	(1.314)	(1.323)
Euribor	Aumento	(0,2400)%	(0,2400)%	–	–	(0,1800)%	(17)	(91)	(0,1200)%	(33)	(183)
Libor	Aumento	2,0010%	2,0023%	–	(157)	2,5013%	–	(60.379)	3,0015%	–	(120.745)
IPCA	Aumento	4,3100%	4,3200%	4	4	5,3900%	427	427	6,4700%	854	854
				286	**(286)**		**23.019**	**(71.567)**		**46.040**	**(143.124)**

B. Risco da variação cambial

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a variações na taxa de câmbio do dólar norte-americano, de modo que tais oscilações podem fazer com que a Companhia incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos de empréstimos em moeda estrangeira. As principais exposições a este risco são indexadas ao Dólar Norte-Americano (US$), Euro (€) e Peso Mexicano (MXN).

As variações nas taxas de câmbio podem ocorrer devido a crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e passivos expostos a este risco.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

A seguir são apresentadas as principais exposições ao risco de variação cambial (dólar americano, euro e pesos mexicanos) dado a relevância dessas moedas nas operações da Companhia, e as análises de cenários de estresse e de Valor em Risco (VaR) para medir a exposição total e também o risco específico do fluxo de caixa com a B3 e a Bolsa de Chicago (Chicago Mercantile Exchange).

	Controladora							
	USD		CAD		EUR		GBP	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
OPERACIONAL								
Caixa e equivalentes	**1.482.787**	1.271.960	**662**	6.065	**46.471**	33.566	**3.230**	82
Contas a receber	**2.581.687**	1.392.982	**11.253**	10.614	**158.819**	707.458	**64.155**	19.782
Pedidos de venda	**2.048.983**	2.083.760	**14.903**	48.218	**175.288**	510.098	**109.854**	130.914
Fornecedores	**(76.485)**	(34.866)	–	–	**(21.704)**	(22.867)	**(72)**	–
Subtotal	**6.036.972**	**4.713.836**	**26.818**	**64.897**	**358.874**	**1.228.255**	**177.167**	**150.778**
FINANCEIRO								
Partes relacionadas (net)	**(14.565.972)**	(4.726.140)	–	–	–	10.229	–	–
Dívida líquida em controladas no exterior	**(33.742.311)**	(28.351.602)	–	–	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	**(1.782.976)**	(14.068.530)	–	–	**(27.687)**	(68.497)	–	–
Subtotal	**(50.091.259)**	**(47.146.272)**	–	–	**(27.687)**	**(58.268)**	–	–
Total da exposição	**(44.054.287)**	**(42.432.436)**	**26.818**	**64.897**	**331.187**	**1.169.987**	**177.167**	**150.778**
DERIVATIVOS								
Contratos futuros	–	233.844	–	–	–	–	–	–
Non Deliverable Forwards (NDF´s)	–	5.405.346	–	–	–	–	–	–
Total dos derivativos	–	**5.639.190**	–	–	–	–	–	–
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	**(44.054.287)**	**(36.793.246)**	**26.818**	**64.897**	**331.187**	**1.169.987**	**177.167**	**150.778**

	Consolidado									
	USD		CAD		EUR		GBP		MXN	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
OPERACIONAL										
Caixa e equivalentes	**2.853.753**	2.075.129	**1.601**	8.704	**100.392**	68.825	**23.609**	1.345	**277.131**	350.557
Contas a receber	**4.531.742**	2.505.561	**21.970**	10.614	**225.424**	902.741	**749.777**	37.269	**426.279**	353.386
Pedidos de venda	**2.211.775**	3.184.075	**14.903**	48.218	**293.481**	518.778	**109.854**	130.914	–	–
Fornecedores	**(246.717)**	(112.520)	–	–	**(107.834)**	(81.770)	**(473.413)**	(8.827)	**(237.860)**	(552.039)
Pedidos de compra	**(181.686)**	(77.648)	–	–	**(43.761)**	(34.891)	–	–	–	–
Subtotal	**9.168.867**	**7.574.597**	**38.474**	**67.536**	**467.702**	**1.373.683**	**409.827**	**160.701**	**465.550**	**151.904**
FINANCEIRO										
Partes relacionadas (net)	**(18.834.094)**	(13.998.511)	–	186.238	–	10.229	**(3.124)**	(1.259)	–	–
Dívida líquida em controladas no exterior	**(33.742.311)**	(28.351.602)	–	–	–	–	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	**(11.641.590)**	(18.340.183)	–	–	**(27.687)**	(70.650)	–	–	–	–
Subtotal	**(64.217.995)**	**(60.690.296)**	–	**186.238**	**(27.687)**	**(60.421)**	**(3.124)**	**(1.259)**	–	–
Total da exposição	**(55.049.128)**	**(53.115.699)**	**38.474**	**253.774**	**440.015**	**1.313.262**	**406.703**	**159.442**	**465.550**	**151.904**
DERIVATIVOS										
Contratos futuros	–	427.584	–	–	–	–	–	–	–	–
Deliverable Forwards (DF´s)	**50.001**	382.784	**(7.445)**	14.329	**144.702**	111.009	**(63.987)**	(43.611)	**(736.622)**	(677.765)
Non Deliverable Forwards (NDF´s)	**60**	5.783.480	–	–	**32.955**	(39.608)	**(199.092)**	(113.249)	–	–
Total dos derivativos	**50.061**	**6.593.848**	**(7.445)**	**14.329**	**177.657**	**71.401**	**(263.079)**	**(156.860)**	**(736.622)**	**(677.765)**
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	**(54.999.067)**	**(46.521.851)**	**31.029**	**268.103**	**617.672**	**1.384.663**	**143.624**	**2.582**	**(271.072)**	**(525.861)**

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Análise de Sensibilidade

a. Dólar americano

			Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia			Cenário (ii) Variação do câmbio em 25%			Cenário (iii) Variação do câmbio em 50%		
				Efeito no resultado			Efeito no resultado			Efeito no resultado	
Exposição do R$	Risco	Câmbio atual	Câmbio	Controladora	Consolidado	Câmbio	Controladora	Consolidado	Câmbio	Controladora	Consolidado
Operacional	Apreciação	4,0307	4,0998	103.479	157.163	5,0384	1.509.251	2.292.228	6,0461	3.018.486	4.584.434
Financeira	Depreciação	4,0307	4,0998	(280.236)	(522.382)	5,0384	(4.087.257)	(7.618.959)	6,0461	(8.174.474)	(15.237.842)
Derivativos	Apreciação	4,0307	4,0998	–	858	5,0384	–	12.515	6,0461	–	25.031
				(176.757)	(364.361)		(2.578.006)	(5.314.216)		(5.155.988)	(10.628.377)

			Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (ii) Variação do câmbio em 25%		Cenário (iii) Variação do câmbio em 50%	
Exposição do R$	Risco	Câmbio atual	Câmbio	Efeito no patrimônio líquido	Câmbio	Efeito no patrimônio líquido	Câmbio	Efeito no patrimônio líquido
Dívida líquida em controladas no exterior	Depreciação	4,0307	4,0998	(578.375)	5,0384	(8.435.620)	6,0461	(16.871.155)
				(578.375)		(8.435.620)		(16.871.155)

b. Euro

			Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia			Cenário (ii) Variação do câmbio em 25%			Cenário (iii) Variação do câmbio em 50%		
				Efeito no resultado			Efeito no resultado			Efeito no resultado	
Exposição do R$	Risco	Câmbio atual	Câmbio	Controladora	Consolidado	Câmbio	Controladora	Consolidado	Câmbio	Controladora	Consolidado
Operacional	Apreciação	4,5305	4,4481	(6.524)	(8.502)	3,3979	(89.718)	(116.925)	2,2653	(179.437)	(233.851)
Financeira	Depreciação	4,5305	4,4481	503	503	3,3979	6.922	6.922	2,2653	13.844	13.844
Derivativos	Apreciação	4,5305	4,4481	–	(3.230)	3,3979	–	(44.414)	2,2653	–	(88.829)
				(6.021)	(11.229)		(82.796)	(154.417)		(165.593)	(308.836)

c. Peso Mexicano

			Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia			Cenário (ii) Variação do câmbio em 25%			Cenário (iii) Variação do câmbio em 50%		
				Efeito no resultado			Efeito no resultado			Efeito no resultado	
Exposição do R$	Risco	Câmbio atual	Câmbio	Controladora	Consolidado	Câmbio	Controladora	Consolidado	Câmbio	Controladora	Consolidado
Operacional	Apreciação	0,2134	0,2170	–	7.897	0,26675	–	116.387	0,3201	–	232.775
Derivativos	Depreciação	0,2134	0,2170	–	(12.496)	0,26675	–	(184.156)	0,3201	–	(368.311)
				–	(4.599)		–	(67.769)		–	(135.536)

Risco do preço de *commodities*

A Companhia atua globalmente em diversos ramos do agronegócio (toda a cadeia de proteína animal, biodiesel, entre outros), e no curso normal de suas operações está exposta a variações de preços de commodities diversas, como boi gordo, boi magro, porco, milho, complexo de soja e energia, principalmente nos mercados norte-americano, australiano e brasileiro. Os mercados de commodities têm como característica fundamental a alta volatilidade, devido a fatores externos diversos como clima, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias, custos de armazenamento, entre outros.

Parte significativa dos insumos da Companhia são ativos biológicos.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

a.1 Preço do Gado – Controladora

O ramo de atuação da JBS S.A. ("**Controladora**") está exposto à volatilidade dos preços do gado, cuja variação resulta de fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. As compras a termo de gado podem ser negociadas com preço em aberto (preços marcados ao preço atual no dia de entrega) ou preços fixos.

A Companhia apresenta abaixo sua exposição às flutuações do preço do gado em 31 de dezembro de 2019:

EXPOSIÇÃO em Commodities (boi)	31.12.19	31.12.18
Contratos firmes de compra de boi	285.820	134.684
Subtotal	**285.820**	**134.684**
DERIVATIVOS		
Contratos futuros	(96.314)	(5.305)
Subtotal	**(96.314)**	**(5.305)**
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	**189.506**	**129.379**

a. 2. Análise de Sensibilidade

			Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da @ em 25%		Cenário (III) Variação da @ em 50%	
Exposição	Risco	Preço atual	Preço	Efeito no resultado Controladora	Preço	Efeito no resultado Controladora	Preço	Efeito no resultado Controladora
Operacional	Depreciação	206,95	198,65	(11.461)	155,21	(71.455)	103,47	(142.910)
Derivativos	Apreciação	206,95	198,65	3.862	155,21	24.078	103,47	48.157
				(7.599)		(47.377)		(94.753)

b.1. Preço dos grãos – Seara Alimentos

O ramo de atuação da Seara Alimentos está exposto à volatilidade dos preços de grãos, cuja variação resulta de fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros.

A Companhia apresenta abaixo sua exposição às flutuações do preço do gado em 31 de dezembro de 2019:

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

	Seara Alimentos	
EXPOSIÇÃO em Commodities (Grãos):	**31.12.19**	**31.12.18**
OPERACIONAL		
Pedidos de compras	**131.192**	24.378
Subtotal	**131.192**	**24.378**
DERIVATIVOS		
Contratos futuros	**12.540**	(243.135)
Subtotal	**12.540**	**(243.135)**
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	**143.732**	**(218.757)**

b.2. Análise de Sensibilidade

		Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação do preço em 25%		Cenário (III) Variação do preço em 50%	
			Efeito no resultado		Efeito no resultado		Efeito no resultado
Exposição	Risco	Preço	Seara Alimentos	Preço	Seara Alimentos	Preço	Seara Alimentos
Operacional	Depreciação	(2,24)%	(2.933)	(25,00)%	(32.798)	(50,00)%	(65.596)
Derivativos	Depreciação	(2,24)%	(280)	(25,00)%	(3.135)	(50,00)%	(6.270)
			(3.213)		(35.933)		(71.866)

c.1. Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities da JBS USA

A subsidiária integral da Companhia, JBS USA, está sujeita ao risco de variação do preço de *commodities*. A Companhia apresenta abaixo sua exposição ao risco de variação do preço de *commodities* da subsidiária integral JBS USA em 31 de dezembro de 2019:

	JBS USA	
EXPOSIÇÃO em Commodities:	**31.12.19**	**31.12.18**
OPERACIONAL		
Contratos firmes de compra	**10.231.709**	9.392.509
Subtotal	**10.231.709**	**9.392.509**
DERIVATIVOS		
Deliverable Forwards	**(2.094.928)**	(3.577.258)
Subtotal	**(2.094.928)**	**(3.577.258)**
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	**8.136.781**	**5.815.251**

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

c.2. Análise de Sensibilidade

		Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação do preço em 25%		Cenário (III) Variação do preço em 50%	
Exposição	Risco	Preço	Efeito no resultado JBS USA	Preço	Efeito no resultado JBS USA	Preço	Efeito no resultado JBS USA
Operacional	Depreciação	(2,74)%	(280.451)	(25,00)%	(2.557.927)	(50,00)%	(5.115.854)
Derivativos	Apreciação	(2,74)%	57.422	(25,00)%	523.732	(50,00)%	1.047.464
			(223.029)		(2.034.195)		(4.068.390)

C. Risco de crédito

A Companhia está sujeita a riscos de crédito relacionados aos recebíveis de seus clientes às contas de créditos detidos por instituições financeiras derivadas de seus investimentos de curto prazo.

Caso os clientes ou contrapartes nos instrumentos financeiros detidos pela Companhia venham a descumprir suas obrigações, a condição financeira da Companhia e seus resultados operacionais, bem como sua capacidade de pagamentos, poderão ser negativamente afetados.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	**1.883.135**	1.764.193	**10.033.967**	8.935.779
Contas a receber de clientes	**2.609.254**	2.729.066	**11.136.622**	9.657.010
Créditos com empresas ligadas	**715.527**	828.802	**275.178**	701.281
	5.207.916	**5.322.061**	**21.445.767**	**19.294.070**

D. Risco de Liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e da amortização dos encargos financeiros e principalmente dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia poderá ter em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos em 31 de dezembro de 2019:

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

	Controladora									
	31.12.19					31.12.18				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 4 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 4 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	3.566.693	–	–	–	3.566.693	2.333.255	–	–	–	2.333.255
Débitos com empresas ligadas	–	–	–	17.641.379	17.641.379	–	–	–	8.033.436	8.033.436
Empréstimos e financiamentos	208.984	240.146	2.279.124	2.696	2.730.950	1.868.061	6.716.044	4.052.068	2.906.095	15.542.268
Juros estimados sobre empréstimos e financiamentos (1)	169.649	294.993	58.493	71	523.206	957.813	1.601.484	645.098	62.037	3.266.432
Passivos financeiros derivativos	22.194	–	–	–	22.194	23.602	–	–	–	23.602
Compromissos com terceiros	22.193	11.550	–	–	33.743	24.017	13.200	4.950	77	42.244

	Consolidado									
	31.12.19					31.12.18				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 4 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 4 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	17.450.306	–	–	–	17.450.306	13.075.615	–	–	–	13.075.615
Empréstimos e financiamentos	2.078.899	1.918.477	8.922.496	40.108.171	53.028.043	2.922.635	13.603.665	17.830.110	21.797.118	56.153.528
Juros estimados sobre empréstimos e financiamentos (1)	2.583.773	5.222.548	5.304.423	5.261.673	18.372.417	3.260.173	5.975.491	3.567.934	3.040.077	15.843.675
Passivos financeiros derivativos	251.964	–	–	–	251.964	210.015	–	–	–	210.015
Compromissos com terceiros	45.709	57.839	22.363	–	125.911	45.537	18.649	4.950	77	69.213

(1) Inclui juros sobre o saldo de empréstimos e financiamentos. Os pagamentos são estimados pela taxa variável da dívida com base na taxa de juros efetiva em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018. Pagamentos em moeda estrangeira são estimados com base nas taxas de câmbio de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Nos termos da regulamentação em vigor, a Companhia esclarece que os critérios de relevância adotados para a seleção dos processos a seguir descritos foram os seguintes: (i) processos que individualmente ou em conjunto (na hipótese de similaridades de matérias) possuam prognóstico de perda considerado como provável e/ou possível e que envolvam valores superiores a R$100,0 milhões; (ii) processos contemplados nas demonstrações financeiras da Companhia; e (iii) processos que a administração da Companhia entende que possam causar riscos de imagem inerentes a uma certa prática.

A administração da Companhia entende que tais critérios refletem de maneira adequada a melhor informação a ser disponibilizada a seus acionistas e ao público em geral, sendo certo que o somatório das contingências constantes deste item 4.3 não corresponde ao total contemplado nas demonstrações financeiras da Companhia dado que: (a) para fins de elaboração das demonstrações financeiras não há valor mínimo envolvido, tendo sido provisionada toda contingência cujo risco de perda foi classificado como “provável”; (b) com relação a contingências classificadas como de risco remoto apenas foram incluídas neste item aquelas que refletem os critérios estabelecidos no item (iii) acima.

A Companhia é parte em diversas ações judiciais oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações cíveis, tributárias, trabalhistas e ambientais.

A Companhia possui valores de contingências, os quais estão sendo discutidos judicialmente, e que incluem processos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais, sendo que, em 31 de dezembro de 2019, o valor das provisões constituídas em face das contingências consideradas como de perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia foi no montante total de R$ 1.308,81 milhões.

Destacam-se, abaixo, os processos judiciais e administrativos de maior relevância dos quais a Companhia é parte. Na avaliação da relevância, a Companhia não se ateve somente à capacidade de o resultado do processo impactar de forma significativa seu patrimônio, sua capacidade financeira ou seus negócios, ou os de suas controladas, considerando também outros fatores que poderiam influenciar a decisão do público investidor, como, por exemplo, os riscos de imagem inerentes à prática da Companhia ou riscos jurídicos relacionados à discussão da validade de cláusulas estatutárias.

Processos de natureza trabalhista

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figurava como parte em 8.344 ações de natureza trabalhista, cuja grande maioria corresponde a reclamações trabalhistas ordinárias, que não são considerados relevantes para o desempenho das atividades da Companhia. A Companhia possui provisão suficiente para fazer frente a eventuais perdas nestas demandas trabalhistas, cujo valor, em 31 de dezembro de 2019, corresponde a R$ 332,4 milhões.

De uma maneira geral, os processos trabalhistas da Companha e suas controladas estão relacionados a ações ingressadas por ex-empregados das plantas da Companhia, e de suas controladas, versam sobre jornada de trabalho, adicional de insalubridade e outros temas ligados a jornada de trabalho e seus encargos. Além disso, alguns processos versam sobre a suposta ocorrência de acidente de trabalho e doença ocupacional. Dentre as ações de natureza trabalhista, estão em curso processos movidos pelo Ministério Público do Trabalho com temas

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

relacionados ao setor, como, por exemplo, segurança e medicina do trabalho, quotas de aprendizagem e PCD's, observância de requisitos legais de folha e/ou outras demandas semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2019, a Seara Alimentos Ltda. e suas controladas eram parte em 13.786 ações de natureza trabalhista, possuindo sólida provisão para fazer frente a eventuais perdas, cujo valor, em 31 de dezembro de 2019, corresponde a R$354,8 milhões.

Processos de natureza cível

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia era parte em 1.522 ações de natureza cível. Na avaliação da administração e dos seus assessores jurídicos, a expectativa de perda era de R$ 33,4 milhões sendo que este montante está provisionado em 31 de dezembro de 2019. A Seara Alimentos e suas controladas eram parte de 2.684 ações de natureza cível e administrativa e com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, em 31 de dezembro de 2019 havia registrou de provisões no montante de R$ 203,8 milhões, para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que são partes. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de indenização por dano moral coletivo, danos morais por protesto indevido, reparação de danos por rescisão de contratos de parceria avícola ou integração de suínos, anulação de marca de indústria ou comércio e reclamação de consumidor – qualidade do produto.

Segue abaixo a descrição dos principais processos destas naturezas envolvendo a Companhia ou suas controladas:

Processo nº 0027644-31.2007.8.26.0564	
a. juízo	7ª Vara Cível de São Bernardo do Campo
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	15/06/2007
d. partes no processo	BASF S.A. Tinto Holding, JBS S/A e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 48.713.228,20 (valor histórico)
f. principais fatos	Inclusão da JBS no polo passivo de execução originariamente movida em face de Xinguleder Couros, para pagamento de dívida de R$48.713.228,20. Alegação de sucessão de Xinguleder Couros uma vez que a JBS opera no mesmo local. Processo com recente anulação de sentença e reabertura da instrução processual para produção de provas.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda	Impacto financeiro estimado: R$ 390.770.675,03 em 31 de dezembro de 2019.

Processo nº 0013712-22.2010.4.03.6100	
a. juízo	9ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo/SP
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	21/06/2010

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

d. partes no processo	Ministério Público Federal JBS S.A. e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 212.080.000,00 (valor histórico)
f. principais fatos	A demanda foi proposta contra Companhia e outros 12 requeridos sob a alegação de que a ré Maria Cristina de Luca Barongeno praticou atos ímprobos, nos anos de 2002 a 2006, durante o exercício do cargo de Juíza Federal titular da 23ª Vara Civil de São Paulo. As pessoas jurídicas inclusas no polo passivo teriam se beneficiado das decisões judiciais ilícitas, obtendo autorização judicial para utilização de títulos da dívida pública na forma de resgate ou compensação de tributos, bem como emissão de CND. Em 21/08/2012, foi proferida decisão que recebeu a Ação Civil Pública e determinou prosseguimento do feito, com citação dos requeridos. Em 09/05/2014, foi juntada contestação da Companhia. Processo se encontra, atualmente, em fase de instrução para julgamento
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda	Impacto financeiro máximo previsto atualmente: R$ 500.000,00. Impacto reputacional: penalidades previstas no art. 12 da Lei 8.429/92.

Termo de Ajustamento de Conduta "Carne Legal"	
a. juízo	Ministério Público Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	25 de março de 2013
d. partes no processo	Ministério Público Federal JBS S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Não há.
f. principais fatos	Em 7 de julho de 2009, a Bertin firmou um Termo de Ajustamento de Conduta com o MPF/PA (“TAC PA”), com o fim de coibir, no Estado do Pará, a compra de gado e subprodutos de fazendas fornecedoras constantes de lista de locais onde ocorrem condições de trabalho análogas a de escravo, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e de lista de áreas embargadas, divulgada pelo IBAMA e demais obrigações para assegurar a origem legal do gado adquirido pela empresa. A Companhia é sucessora legal do Bertin, em decorrência da incorporação deste pela Companhia em 31 de dezembro de 2009. Termos de Ajustamento de Conduta semelhantes ao acima mencionado foram também firmados com o Ministério Público Federal (“MPF”) no Estado do Mato Grosso (em 11 de maio de 2010) e no Estado do Acre (em 27 de abril de 2011). Em novembro de 2010, a Companhia firmou dois Termos de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público do Mato Grosso do Sul, comprometendo-se a: (i) adotar medidas ambientais específicas em suas unidades localizadas em Campo Grande; e (ii) contribuir com o valor de R$700 mil para projetos ambientais do estado que atendem fazendeiros locais. As obrigações assumidas de pagamento e melhorias ambientais já foram cumpridas e, em março de 2015, a Companhia requereu o arquivamento do inquérito civil, pedido este que aguarda apreciação da Promotoria de Justiça. Em 25 de março 2013, a Companhia assinou um novo TAC com o MPF dos Estados do Acre e Mato Grosso para estabelecer padrões para as nossas instalações localizadas nos Estados da Amazônia Legal ("Novo TAC"). Este Novo TAC substituiu os TACs anteriormente assinados em ambos os Estados, renovando nosso compromisso de comprar gados de fazendas que estão em conformidade com todas as regras sociais, ambientais e trabalhistas.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

g. chance de perda	Não aplicável.
h. análise do impacto em caso de perda	A Companhia tem cumprido sistematicamente o Novo TAC, razão pela qual este deixou de ser um processo considerado como relevante, inclusive em relação a impacto de imagem. Nesse sentido, permanece nesse formulário de referência apenas para acompanhamento histórico, sendo que será suprimido em sua próxima atualização.

Termo de Ajustamento de Conduta - Estado do Pará	
a. juízo	Ministério Público Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	07/07/2009
d. partes no processo	Bertin S/A Ministério Público Federal - Estado do Pará
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Não há.
f. principais fatos	Em 7 de julho de 2009, a Bertin S/A firmou um Termo de Ajustamento de Conduta com o MPF/PA, com o fim de coibir, no Estado do Pará, a compra de gado e subprodutos de fazendas fornecedoras constantes de lista de locais, onde ocorrem condições de trabalho análogas a de escravo, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e de lista de áreas embargadas, divulgada pelo IBAMA e demais obrigações para assegurar a origem legal do gado adquirido pela empresa. A Companhia é sucessora legal da Bertin S/A, em decorrência da incorporação desta pela Companhia em 31 de dezembro de 2009 devendo cumprir com todas as obrigações por ela assumidas. Atualmente, considera-se que as atividades realizadas pela Companhia estão de acordo com o disposto no TAC. O descumprimento ou violação dos compromissos assumidos implicará no pagamento de multa de cinco reais por hectare da fazenda fornecedora, cuja aquisição tenha sido realizada sem a observância dos termos previstos neste instrumento, a ser recolhida ao Fundo Estadual de Meio Ambiente.
g. chance de perda	Não aplicável.
h. análise do impacto em caso de perda	A Companhia tem cumprido sistematicamente o TAC, razão pela qual este deixou de ser um processo considerado como relevante, inclusive em relação a impacto de imagem. Nesse sentido, permanece nesse formulário de referência apenas para acompanhamento histórico, sendo que será suprimido em sua próxima atualização.

Estado do Pará Operação Carne Fria – IBAMA	
a. juízo	IBAMA
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	21/03/2017
d. partes no processo	IBAMA JBS S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$24.718.500,00 (valor histórico).
f. principais fatos	Refere-se à operação deflagrada pelo IBAMA, em março de 2017, para combater o desmatamento ilegal na região Sul do Pará. A operação resultou no embargo de praticamente todos os frigoríficos localizados nesta região, entre eles os frigoríficos da Companhia localizados nas cidades de Santana

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	do Araguaia e Redenção, sob alegação de que adquiriam gado de áreas desmatadas e embargadas pelo IBAMA. A Companhia obteve medida liminar favorável em mandado de segurança para suspensão das ordens de embargo, medida esta confirmada em sentença judicial. Atualmente, aguarda-se julgamento de apelação do IBAMA no TRF1. Além dos embargos, pelo mesmo motivo, foram lavrados 33 autos de infração, no valor total de R$24.718.500,00. A Companhia apresentou defesa em todos os autos. Em sua defesa, a JBS explica que sua política de aquisição de gado é regida pelos TACs firmados com o Ministério Público Federal (reportados nos itens acima), que fiscaliza seu cumprimento, e que não houve aquisição irregular. Em dezembro de 2019, a Companhia foi notificada que as defesas administrativas apresentadas em 9 autos de infração foram indeferidas, sendo mantidas as penalidades aplicadas. Em face desta decisão, a Companhia apresentará os competentes recursos administrativos. Em relação às defesas administrativas apresentadas nos 24 autos de infração restantes, estas permanecem aguardando o julgamento.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda	Impacto reputacional e Impacto financeiro previsto de R$ 34.688.077 (valores decorrentes da lavratura de 33 autos de infração)

Processos de natureza tributária e previdenciária

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia era parte em 1.438 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e mantinha provisão no montante de R$ 123,3 milhões, para suportar eventuais contingências discutidas nesses processos. A Companhia destaca que os processos tributários classificados como de perda provável estão devidamente provisionados. No mesmo período, Seara Alimentos e suas controladas eram parte em 759 processos fiscais e previdenciários, em que as contingências individualmente não apresentam relevância em seu contexto, sendo que àquelas com risco de perda provável estão devidamente provisionadas, totalizando R$ 261,1 milhões.

Segue abaixo a descrição dos principais processos desta natureza envolvendo a Companhia ou suas controladas:

Processo (conjuntos) nºs 3.145.904 e 3.145.940	
a. juízo	TIT/SP
b. instância	2ª Instância administrativa
c. data de instauração	08/2012
d. partes no processo	Secretaria de Estado da Fazenda de São Paulo JBS S.A. – Lins
e. valores, bens ou direitos envolvidos	3.145.904: R$ 580.099.304,41 (R$ 107.642.740,36) classificado como possível) 3.145.940: R$ 502.015.201,95 (R$ 338.687.497,24) classificado como possível
f. principais fatos	Trata-se de acusação fiscal que envolve, principalmente, acusação de infração na transferência de crédito de ICMS, uma vez que, na visão do Fisco, tal crédito deveria ter acompanhado a atividade econômica do estabelecimento detentor de tal crédito e não sido mantido em estabelecimento cuja atividade econômica é estranha ao crédito tributário de ICMS então gerado. A acusação fiscal tangencia outros aspectos, mas, essencialmente, essa transferência de crédito irregular teria implicado

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	infrações de (i) transferência irregular de crédito; (ii) ausência de pagamento, por insuficiência de crédito, já que recebido de maneira irregular e (iii) obrigações acessórias pertinentes. A JBS figura no polo passivo da cobrança na medida em que é qualificada como sucessora da empresa que cometeu as infrações (Tinto Holding, anteriormente denominada Bracol Holding Ltda, e denominada Bertin Ltda. à época dos fatos). A Tinto Holding figura como responsável solidária na autuação. Inicialmente entendíamos que a sucessão imputada à JBS, pela inconsistência, configurava prognóstico de perda remota. No entanto, tendo sido proferida decisão de 2ª Instância administrativa em novembro/2019, mantendo parcialmente a cobrança, entendemos por alterar o prognóstico do valor remanescente para perda possível.
g. chance de perda	Remota e Possível, respectivamente.
h. análise do impacto em caso de perda	Impacto financeiro. Entende-se que a cobrança é integralmente indevida, na medida em que há erro na eleição do sujeito infrator, bem como quanto aos efeitos da responsabilidade solidária (que, corretamente, deveria ser apenas subsidiária), prejuízo que deve impor a nulidade da autuação fiscal, integralmente. Subsidiariamente, a cobrança teria prognóstico de perda possível apenas em relação à parte mantida em 2ª Instância administrativa, que corresponde aos itens (leia-se: transferência de débito e obrigações acessórias) que, no mérito, têm linhas de defesa menos robustas. Nesse contexto, o valor de perda possível corresponderia a R$ 107.311.056,91 (AIIM 3.145.904) e R$ 337.643.887,26 (AIIM 3.145.940);

Processo nº 6618578-8	
a. juízo	Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná
b. instância	Segunda Instância Administrativa
c. data de instauração	01/2017
d. partes no processo	SEFAZ/PR Agrícola Jandelle S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 211.347.959,30
f. principais fatos	Trata-se de acusação fiscal no sentido de que a empresa teria se beneficiado com a utilização de crédito de ICMS em desacordo com a legislação, bem como crédito presumido em valor maior que o previsto. Em face de tal acusação fiscal, foi apresentada Defesa administrativa, arguindo argumentos quanto ao erro no cálculo do valor supostamente devido, bem como a regularidade do creditamento realizado pela empresa. Em julgamento da Defesa, acolheu-se o pedido de cancelamento de parte significativa da cobrança, no valor aproximado (atualizado) de R$ 122 milhões, tendo restado o valor aproximado (atualizado) de R$ 81 milhões. Em face de tal decisão foi interposto recurso voluntário, questionando o remanescente, uma vez que grande parte da cobrança está relacionada à utilização de crédito presumido de ICMS que, na hipótese de ser indevido, haveria outro crédito de ICMS (também presumido) previsto na legislação do Paraná, cuja apropriação seria possível pela empresa, o que configura claro cenário de ausência de lesão ao erário. Em decorrência dessa decisão, que reconheceu grande parte da insubsistência da cobrança, bem como diante do fato de que o remanescente conta com argumentos ainda relevantes para defesa, a empresa optou por opor estabelecer o prognóstico de perda possível para a demanda.
g. chance de perda	Possível

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

h. análise do impacto em caso de perda	Impacto financeiro. Pagamento parcial e discussão e a regularidade da escrituração do credito presumido legítimo à empresa, bem como o caráter confiscatório da multa aplicada (200%).

Processo nº 10880.736168/2017-07	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. instância	2ª Instância Administrativa
c. data de instauração	19/12/2017
d. partes no processo	Receita Federal do Brasil JBS S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 231.975.154,97
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração para cobrança de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IRRF, relativo ao ano-calendário de 2012, exigidos no contexto da delação de pessoas físicas ligadas à Companhia. Apresentada defesa administrativa, pois: (i) para os débitos de IRPJ/CSLL, havia, à época, créditos relativos a pagamentos, no exterior, de lucros de subsidiárias, compensáveis com os débitos exigidos, portanto; (ii) em relação aos débitos de PIS/COFINS, decidiu-se pela compensação dos débitos exigidos com créditos de PIS/COFINS; (iii) e, por fim, quanto ao débito de IRRF à alíquota de 35%, defendemos que a causa e os beneficiários são conhecidos pela Administração, no contexto da delação das pessoas físicas. Decisão de primeiro grau, manteve a autuação. Recurso Voluntário julgado no CARF, em sessão realizada em 12/11/2019. Negado provimento ao Recurso Voluntário, pelo voto de qualidade. Recurso Voluntário foi provido, por maioria, apenas no tocante à possibilidade de compensação (subtração) dos montantes recolhidos a título de IRF quando da emissão das NFs objeto de autuação. Aguarda-se disponibilização do acórdão para interposição de recurso (Embargos de Declaração ou Recurso Especial).
g. chance de perda	Provável R$ 29.650.564,84. Restante: possível
h. análise do impacto em caso de perda	Impacto financeiro Valor total provisionado: R$ 29.650.564,84

Processo nº 19515.720771/2016-11	
a. juízo	CARF
b. instância	2ª Instância Administrativa
c. data de instauração	16/01/2017
d. partes no processo	Receita Federal do Brasil Seara Alimentos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$143.419.752,90 (data-base: dez/19).
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração para cobrança de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, relativo ao ano-calendário de 2011, exigidos por suposta omissão de receitas, nos termos a seguir descritos: (i) diferenças entre as receitas declaradas na DIPJ e as receitas constantes nas NFe, (ii) exclusões indevidas relacionadas a créditos das contribuições ao PIS e à COFINS e (iii) remessas para depósito fechado ou armazém geral: divergências entre valores remetidos e retornados. Na defesa apresentada pela companhia foram apresentados, em síntese, argumentos de nulidade e, no mérito: (i) as NF's são referentes à devoluções

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	de vendas, escrituradas a débito em contas de receita de vendas da Companhia, reduzindo-as; (ii) no que diz respeito às vendas diretas de exportação, a Companhia declarou em DIPJ saldo superior ao registrado na contabilidade, inexistindo omissão de receitas; (iii) a diferença relacionada às vendas no mercado interno é referente à descontos incondicionais concedidos pela Companhia a seus clientes, em momento anterior ao de emissão das notas fiscais que acobertaram tais operações, nelas destacados, (iv) as exclusões nas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL referem-se a crédito presumido adicional de PIS/COFINS, atualmente objeto de questionamento pela RFB, em relação às quais a Companhia reconhecerá seu efeito no momento de deferimento de tais créditos, e (v) as remessas para armazém fechado foram analisadas pela Autoridade Fiscal de maneira rasa, revelando-se nulo o lançamento, também em relação a este quesito. Decisão de primeiro grau (DRJ) deu parcial provimento à impugnação para cancelar parcialmente o auto de infração. Aguarda-se julgamento de Recurso Voluntário e Recurso de Ofício, pelo CARF. Na sessão realizada em 10/03/2020, a 1ª turma da 4ª Câmara da 1ª Seção do CARF converteu o julgamento do recurso voluntário da empresa em diligência. Aguarda-se realização da diligência.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda	Ajuizamento de ação judicial/pagamento/parcelamento. Valor total provisionado: zero

Processo nº 16561.720168/2017-76 (Lucros no Exterior – Áustria)	
a. juízo	CARF
b. instância	2ª Instância Administrativa
c. data de instauração	14/12/2017
d. partes no processo	Receita Federal do Brasil JBS S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 225.037.510,93
f. principais fatos	RFB autuou JBS S.A. pela falta de adição de lucros no exterior, de controlada na Áustria. Exige-se, assim, valores a título de IRPJ/CSLL. Todavia, trata-se de equívoco no entendimento da RFB, pois na legislação contábil do país de origem podem ser consideradas como “despesas” os juros passivos. A RFB, todavia, a despeito da lei local, desconsiderou como despesa e tributou tais valores, no Brasil. Apresentada Impugnação no sentido de ser aplicável a lei local. Subsidiariamente, pede-se a reapuração, pois havia créditos de lucros no exterior pagos nos anos anteriores. Decisão administrativa de primeiro grau manteve a autuação. Interposto Recurso Voluntário, que aguarda julgamento no CARF (segunda instância administrativa).
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Ajuizamento de ação judicial/pagamento/parcelamento. Valor total provisionado: zero

Processo nº 15956.720144/2018-00	
a. juízo	CARF
b. instância	2ª Instância Administrativa
c. data de instauração	21/11/2018
d. partes no processo	Receita Federal do Brasil JBS S.A.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 130.464.153,30
f. principais fatos	Trata-se de valores pagos a título de PLR (Participação nos Lucros e Resultados) no período de 2013 a 2016. Contudo, a Receita Federal do Brasil descaracterizou como tal rubrica e lavrou auto de infração para cobrança de contribuição previdenciária sobre os montantes pagos aos empregados da Companhia. Impugnação apresentada. Decisão administrativa de primeiro grau manteve a cobrança. Interposto Recurso Voluntário que aguarda julgamento. Na sessão realizada em 04/03/2020, a 2ª turma da 2ª Câmara da 2ª Seção do CARF negou provimento ao recurso voluntário da Companhia. Aguarda-se a intimação sobre o acórdão para a interposição de recurso.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Ajuizamento de ação judicial/pagamento/parcelamento. Valor total provisionado: zero

Processo nº 19515.720833/2018-56	
a. juízo	CARF
b. instância	2ª Instância Administrativa
c. data de instauração	28/12/2018
d. partes no processo	Receita Federal do Brasil Seara Alimentos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 229.849.703,72
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para aplicar multa no valor de R$ 216.851.761,97, sob a alegação de que a Companhia teria supostamente apresentado a ECF dos anos-calendário de 2014 e 2015 com informações inexatas. Todavia, trata-se de multa com caráter confiscatório – que é vedada pelo ordenamento - e não houve qualquer dano ao erário. Impugnação apresentada. Decisão administrativa de primeiro grau manteve a cobrança. Interposto Recurso Voluntário que aguarda julgamento. Na sessão realizada em 04/03/2020, a 1ª turma da 4ª Câmara da 1ª Seção do CARF negou provimento ao recurso voluntário da empresa. Aguarda-se a intimação sobre o acórdão para a interposição de recurso.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Ajuizamento de ação judicial/pagamento/parcelamento. Valor total provisionado: zero

Processo nº 10880.743825/2019-26	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	21/11/2019
d. partes no processo	Receita Federal do Brasil JBS S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 563.192.941,13 (data-base: dez/19).
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração para cobrança de IRPJ e CSLL (indedutibilidade de despesas) e IRRF, relativos aos anos-calendário de

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	2014 a 2016, exigidos no contexto exigidos no contexto dos acordos de colaboração de pessoas físicas ligadas à Companhia. Apresentada defesa administrativa, pois: (i) para os débitos de IRPJ/CSLL, decidiu-se pela sua compensação créditos da empresa; e (ii) quanto ao débito de IRRF à alíquota de 35%, defendemos que a causa e os beneficiários são conhecidos pela Administração, no contexto dos acordos de colaboração das pessoas físicas. Aguarda-se julgamento de 1ª instância administrativa (DRJ).
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Ajuizamento de ação judicial/pagamento/parcelamento. Valor total provisionado: zero

Processo nº 10880.745725/2019-34	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	21/11/2019
d. partes no processo	Receita Federal do Brasil JBS S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 505.816.370,87 (data-base: dez/19).
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração para cobrança de IRPJ, CSLL e IRRF, relativos aos anos-calendário de 2014 a 2016, exigidos no contexto dos acordos de colaboração de pessoas físicas ligadas à Companhia. Apresentada defesa administrativa, pois: (i) para os débitos de IRPJ/CSLL, decidiu-se pela sua compensação créditos da empresa; e (ii) quanto ao débito de IRRF à alíquota de 35%, defendemos que a causa e os beneficiários são conhecidos pela Administração, no contexto dos acordos de colaboração das pessoas físicas. Aguarda-se julgamento de 1ª instância administrativa (DRJ).
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Ajuizamento de ação judicial/pagamento/parcelamento.

Outros Processos

Processo Administrativo Sancionador CVM 5388/2017	
a. juízo	Comissão de Valores Mobiliários – CVM
b. instância	Não aplicável
c. data de instauração	08/12/2017
d. partes no processo	CVM JBS S.A., Seara, Wesley Mendonça Batista e Eldorado Brasil Celulose S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Não é possível estimar os valores envolvidos na data deste Formulário de Referência
f. principais fatos	Iniciado em 8 de dezembro de 2017 para apuração de eventual uso de informação privilegiada por parte da Companhia em negócios com contratos de dólar futuro, nos mercados de bolsa e balcão regulados pela CVM, em abril e maio de 2017. Foi anexado ao presente processo o Inquérito Administrativo 19957.006589/2017-35, aberto para analisar a atuação da Eldorado Brasil Celulose S.A. e da Seara Alimentos Ltda. em negociações com contratos de derivativos cambiais em mercados de bolsa e balcão organizado regulados pela CVM, em maio de 2017. Em setembro de 2018, as partes apresentaram defesa e pedido de produção de provas,

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	as quais permanecem com o Relator Diretor Henrique Machado para apreciação.
g. chance de perda	Não aplicável
h. análise do impacto em caso de perda	Caso a conclusão seja pela caracterização do uso privilegiado de informações, seriam aplicáveis as penalidades previstas na Lei 6385/76.

A Companhia informa que existem processos administrativos sancionadores em trâmite perante a CVM, que tratam de fatos relacionados à Companhia, mas que, no entanto, buscam a responsabilização de ex membros e membros da administração por supostas infrações à regulação de mercado de capitais quanto a: conflito de interesses, dever de diligência, uso e divulgação de informações ao mercado. A Companhia, todavia, não figura como acusada em nenhum dos referidos processos, sendo apenas parte interessada. Nesse sentido, nada relevante a reportar para o período a esse respeito.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Em 31 de dezembro de 2019, o valor total provisionado envolvendo os processos relevantes descritos no item 4.3 deste Formulário de Referência era de R$29,7 milhões.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não aplicável tendo em vista que a Companhia não é parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía valores provisionados para os processos listados no item 4.4 deste Formulário de Referência.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Acordo de Colaboração Premiada e Acordo de Leniência

Como é de conhecimento público, em maio de 2017 determinados executivos e ex executivos da J&F Investimentos S.A. ("**J&F**"), na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao "Grupo J&F", assumiram algumas obrigações no Acordo de Colaboração Premiada com a Procuradoria Geral da República ("**PGR**"), objetivando o atendimento do interesse público, em especial o aprofundamento das investigações em torno de eventos contrários à lei.

Em junho de 2017, a J&F, celebrou Acordo de Leniência ("**Acordo**") com o Ministério Público Federal ("**MPF**") o qual foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 24 de agosto de 2017.

No Acordo a J&F compromete-se, em seu nome e em nome das empresas controladas, a cooperar voluntariamente com o Estado, realizar investigações internas e fornecer-lhe elementos de informação para comprovar a materialidade e autoria dos atos irregulares cometidos e confessados. Adicionalmente, a J&F comprometeu-se a reparar danos e prejuízos decorrentes dos fatos relacionados no âmbito dos Acordos de Colaboração Premiada, mediante o pagamento de R$10,3 bilhões ao longo dos próximos 25 anos, com o vencimento a partir de dezembro de 2017. A Companhia, e suas controladas brasileiras celebraram em 06 de setembro de 2017 termo de adesão ao Acordo de Leniência.

Com relação aos Acordos de Colaboração, em setembro de 2017 e fevereiro de 2018, respectivamente, a Procuradoria Geral da República requereu ao Supremo Tribunal Federal a rescisão dos Acordos de Colaboração de Joesley Mendonça Batista (ex executivo da J&F e JBS SA), Wesley Mendonça Batista (ex executivo da JBS SA), Ricardo Saud (ex executivo da J&F) e de Francisco de Assis e Silva (ex executivo da JBS SA), em todos os casos, com fundamento de que teriam omitido determinadas condutas às autoridades, conforme exigido por seus Acordos de Colaboração, restando a questão *sub judice* perante o STF em fase de alegações finais, com julgamento previsto para ocorrer ainda no primeiro semestre de 2020.

Em 30 de abril de 2019, o Ministério Público Federal apresentou manifestação, argumentando, em síntese, que, se o STF rescindir os Acordos de Colaboração tal rescisão "poderá' ter repercussões em relação ao Acordo de Leniência. Segundo o MPF, essas repercussões poderiam ensejar, inclusive, eventual rescisão do Acordo de Leniência ou a inclusão de multas adicionais e / ou juros, assim como novas condições de pagamento impostas à controladora J&F.

Apesar da manifestação do MPF acima, vale salientar que em 17 de dezembro de 2018 o STF, por meio do Ministro Edson Fachin, decidiu que não há vínculo necessário entre a eventual rescisão dos Acordos de Colaboração e o Acordo de Leniência, e que a rescisão dos Acordos de Colaboração não invalidaria automaticamente o Acordo de Leniência, ressaltando não haver relação de causa e efeito necessária que vincule eventual rescisão dos Acordos de Colaboração a uma possível rescisão da Leniência.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

De qualquer forma, não temos como prever ou mensurar, neste momento, eventuais efeitos adversos e de outra natureza para a JBS (que é aderente ao Acordo de Leniência), em razão de eventual rescisão do Acordo de Leniência. Tais efeitos só poderão ser sentidos e verificados se, e quando, ocorrer o fato jurídico hipotético, mas reiteramos o entendimento de ser remota a possibilidade de rescisão do referido acordo em razão do entendimento proferido pelo Ministro Edson Fachin em dezembro de 2018, conforme já mencionado anteriormente, uma vez que se tratam de acordos distintos, celebrados com pessoas distintas e homologados por juízos distintos.

A Companhia, em razão de sua adesão ao Acordo na abrangência do território nacional, e pelo fato da Companhia manter transações mercantis e possuir investimentos em empresas com sede em outros países, está mantendo contato e fornecendo informações ao Departamento de Justiça (DoJ) dos Estados Unidos. Sobre as demais autoridades estrangeiras em outros países a Companhia e suas controladas não mantêm em curso qualquer negociação de acordo. Assim, conforme demonstrações contábeis da JBS USA, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, com parecer de auditoria sem modificação datado de 31 de outubro de 2019 e com atualização de eventos subsequentes até a presente data, não há qualquer menção sobre outros fatos ou eventos referentes as investigações independentes em andamento, distintos daqueles já comentados anteriormente.

A Companhia e suas subsidiárias estão cumprindo as diretrizes estabelecidas no Acordo e estão implementando um programa de integridade, constituído de políticas internas e procedimentos relacionados a integridade e anticorrupção, bem como o aperfeiçoamento do código de conduta, implementação de canal de denúncias, treinamento de pessoal, procedimentos de investigação e medidas disciplinares. Tais medidas e o seu respectivo cronograma, encontram-se em sintonia com as disposições do Acordo.

Assembleia geral de acionistas para discutir medidas a serem adotadas para defender os direitos e interesses da Companhia, inclusive no que diz respeito às responsabilidades por perdas causadas por gerentes, ex-gerentes e acionistas controladores

Entre agosto de 2017 e setembro de 2017, uma ação civil e processo de arbitragem foram movidos contra a Companhia ou a envolvendo como parte interessada com relação a uma assembleia geral de acionistas convocada para 1 de setembro de 2017, para discutir medidas a serem tomadas pela Companhia a fim de defender seus direitos e interesses, inclusive no que diz respeito à responsabilidade por perdas de administradores, ex-administradores e acionistas controladores. Tal assembleia geral foi suspensa por ordem judicial até que uma sentença arbitral fosse proferida. A seguir, é apresentado um resumo desses procedimentos.

Em 30 de agosto de 2017, o BNDESPAR e a Caixa Econômica Federal ajuizaram uma ação judicial perante o Tribunal Federal do Estado de São Paulo para impedir que a FB Participações, o Banco Original S.A. e o Banco Original do Agronegócio votassem na assembleia geral a ser realizada em 1 de setembro de 2017, em relação a determinadas medidas a serem tomadas pela Companhia no âmbito dos processos reconhecidos nos Acordos de Cooperação e Acordo de Leniência, devido a supostos conflitos de interesse. Em 26 de março de 2018, o tribunal negou provimento devido a perda do objeto. Na data deste Formulário de Referência, está pendente

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

julgamento sobre o recurso interposto para determinar quem deve arcar com as custas e despesas processuais.

Em 11 de setembro de 2017, a FB Participações, o Banco Original S.A. e o Banco Original do Agronegócio S.A. entraram com um processo de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado - CAM BM&F BOVESPA contra o BNDESPAR e a Caixa Econômica Federal referente ao direito de voto na assembleia geral prevista para ocorrer em 1 de setembro de 2017. A Companhia figura apenas como parte interessada neste processo de arbitragem e, na data deste Formulário de Referência, o processo de arbitragem está em andamento e não há previsão de quando será proferida uma decisão arbitral.

Ações Societárias

Processos de Arbitragem nº 93/17, nº 94/17 e nº 110/18: referidos procedimentos foram instaurados por acionistas da Companhia, com base em demandas de cunho societário (ação de responsabilização de administrador por perdas e danos/ direito de voto de controlador em assembleia geral extraordinária) supostamente decorrentes dos Acordos de Colaboração celebrados por ex administradores da Companhia. A Companhia, no entanto, figura nestes procedimentos apenas como parte interessada. Sendo que, portanto, não há expressão econômica que possa ser associada aos casos. Nesse sentido, nada relevante a reportar para o período, a esse respeito.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuíam 126 Ações Civis Públicas ("ACPs") em andamento que, por serem repetitivas em relação aos seus objetos e envolverem pedidos no valor total de R$ 426.133.828,07 (quatrocentos e vinte e seis milhões cento e trinta e três mil oitocentos e vinte e oito reais e sete centavos), apresentam relevância em conjunto para a Companhia, segundo os critérios estabelecidos no início do item 4.3 deste Formulário de Referência.

As ACP's em referência versam sobre a atuação da Companhia e de suas controladas e têm por objetivo impor obrigações de fazer e não fazer relacionados aos seguintes temas: entendimento quanto à aplicação das normas trabalhistas – CLT e Normas Regulamentadoras - em especial, a NR 36; medicina e segurança do trabalho; quotas de aprendizagem e de PCD´s; requisitos de folha e jornada de trabalho; insalubridade de ambientes fabris; e, recomendações feitas pelo Ministério Público do Trabalho. Estas demandas encontram-se distribuídas geograficamente da seguinte forma:

Estado	Número de Ações
AC	1
BA	3
DF	1
GO	2
MA	2
MG	6
MS	13
MT	39
PA	5
PR	9
RO	6
RS	7
SC	19
SP	12
TO	1

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Com base na avaliação de risco feita por seus consultores legais, em 31 de dezembro de 2019, o valor total provisionado para os processos com risco de perda provável, indicados no item 4.6 acima, era de aproximadamente R$ 47.551.972,27 (quarenta e sete milhões quinhentos e cinquenta e um mil novecentos e setenta e dois reais e vinte e sete centavos).

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Processos relevantes em outras jurisdições

Abaixo a Companhia apresenta um resumo sobre a principal contingência aplicável à sua controlada JBS USA.

Processos da Comissão de Igualdade de Oportunidade no Trabalho norte-americana ("EEOC")
Em setembro de 2008, aproximadamente 100 (cem) funcionários muçulmanos da JBS USA das unidades em Greeley, Colorado se retiraram do trabalho quando souberam que não poderiam fazer uma pausa para orar ao pôr do sol para marcar o final do jejum de um dia, uma exigência religiosa durante o período do Ramadan. Aproximadamente 100 funcionários foram demitidos de unidades em Greeley após não voltarem ao trabalho dias depois. As queixas em nome da maioria dos funcionários demitidos foram registradas na EEOC, alegando, entre outras coisas, discriminação no emprego e omissão em acomodar as solicitações religiosas de funcionários.

Em 31 de agosto de 2009, a EEOC concluiu que os reclamantes haviam demonstrado motivo razoável para acreditar que a JBS USA violou determinação da lei de direitos civis ao proibir certas formas de discriminação no emprego, negar acomodação religiosa e retaliar contra trabalhadores que se queixaram de discriminação.

Após tentativa de conciliação, a EEOC entrou com uma ação no Colorado em 31 de agosto de 2010 contra a JBS USA alegando discriminação e assédio racial e religioso. Processos separados foram iniciados em nome de outros funcionários, "intervenientes" supostamente afetados pelas ações da JBS USA. O caso foi dividido em duas fases. A Fase I consiste nas alegações da EEOC de que a Companhia empreendeu em prática de discriminação. A Fase II envolve reivindicações individuais dos intervenientes, incluindo os funcionários que foram demitidos, entre outros. O julgamento da Fase I ocorreu em agosto de 2017 perante o Tribunal Federal de Denver, Colorado. Em outubro de 2018, a JBS USA e a EEOC apelaram a decisão proferida no âmbito da Fase I. O Tribunal julgou improcedentes os recursos interpostos pelas partes, dando-se início a Fase II da lide. Existem aproximadamente 400 demandantes individuais no Colorado buscando indenização na Fase II. Na data deste Formulário de Referência, a probabilidade de um resultado desfavorável ou o valor envolvido de qualquer perda possível para a Companhia não podem ser determinadas.

Reclamações Antitruste
Entre 28 de junho de 2018 e 23 de julho de 2018, nove processos judiciais coletivos foram movidos contra a JBS USA. Outros produtores de carne suína, e a Agri Stats, Inc. no Tribunal Distrital de Minnesota, EUA, em nome de compradores diretos e indiretos de suínos, alegaram violações de leis antitruste federais e estaduais, concorrência desleal, enriquecimento ilícito, práticas comerciais enganosas e infração às leis de proteção ao consumidor. Em 17 de agosto de 2018, os autores nas ações apresentaram queixas em conjunto em nome de três supostas classes de autores, nomeando a JBS USA Holding para compor o polo passivo da ação. Em 7 de setembro de 2018, todas as ações foram remetidas ao mesmo juiz. Todos os réus, incluindo a JBS USA e a JBS USA Holding, apresentaram pedido de extinção do processo (*Motions to Dismiss*) totalmente instruídos e pendentes de julgamento perante ao Tribunal. A sustentação oral dos pedidos de extinção do processo (*Motions to Dismiss*) foi realizada em 28 de janeiro de

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

2019. Em 8 de agosto de 2019, o Tribunal concedeu o pleito dos réus e rejeitou cada uma das reclamações consolidadas sem prejuízo. Cada classe de reclamantes consolidados protocolou queixas aditadas em 6 de novembro de 2019.

Entre 23 de abril de 2019 e 22 de maio de 2019, cinco supostas ações judiciais coletivas foram movidas no Tribunal Distrital de Minnesota, Estados Unidos, no Tribunal do Distrito Norte de Illinois e no Tribunal do Distrito Oeste do Missouri em face da JBS USA Food Company, a Swift Beef Company, a JBS Packerland, Inc., a JBS SA e alguns outros processadores de carne bovina que compram gado. As ações no Distrito Norte de Illinois e no Distrito Oeste do Missouri foram julgadas improcedentes e dois dos três processos movidos no Distrito de Minnesota foram encerrados administrativamente. Em 15 de julho de 2019, uma queixa foi registrada no processo, com a denominação In Re Cattle Antitrust Litigation, processo nº 19-cv-01222-JRT-HB no distrito de Minnesota, pretendendo reivindicar pedidos em nome de supostas classes de pessoas ou entidades que vendem gado e pessoas que negociam contratos de futuros e/ou de opções de gado vivo na *Chicago Mercantile Exchange* ou em outra bolsa dos EUA. A queixa alega enriquecimento sem causa e alega violações da Sherman Antitrust Act, da Packers and Stockyards Act e da Commodity Exchange Act. Em 13 de setembro de 2019, todos os réus protocolaram pedido de extinção do processo (*Motions to Dismiss*). Em 4 de outubro de 2019, os autores apresentaram uma Segunda Reclamação Alterada Consolidada. Essa Segunda Reclamação Alterada Consolidada pretende reivindicar pedidos em nome de supostas classes de pessoas ou entidades que vendem gado alimentado e pessoas que negociam em futuros de gado vivo e/ou opções na *Chicago Mercantile Exchange* ou em outra bolsa dos EUA. A Segunda Reclamação Alterada Consolidada alega violações à *Sherman Antitrust Act*, à *Packers and Stockyards Act* e à *Commodity Exchange Act*. Os réus antecipam a apresentação de moções para dispensar em um cronograma a ser definido pelo Tribunal.

Em 26 de abril de 2019, foi proposta uma ação coletiva em face da JBS USA Food Company Holdings, diversos outros frigoríficos e a Agri Stats, Inc. no Tribunal Distrital do Distrito de Minnesota por compradores diretos e indiretos de carne bovina, alegando violações de leis federais e estaduais antitruste, concorrência desleal, enriquecimento sem causa, práticas comerciais fraudulentas e violação a legislação consumerista. Em 11 de julho de 2019, os autores emendaram a inicial, excluindo a Agri Stats, Inc. do polo passivo da ação. Em 13 de setembro de 2019, a JBS USA Food Company Holdings apresentou pedido de extinção do processo (*Motions to Dismiss*) à Reclamação Aditada. As petições estão programadas para análise em 12 de dezembro de 2019, e foi agendada sustentação oral para 13 de janeiro de 2020.

Pilgrim's Pride Corporation ("PPC")
A PPC é parte de muitos contratos de rotina nos quais a PPC concede a terceiros indenizações no curso normal dos negócios em decorrência de vários riscos. Entre outras considerações, a PPC não registrou um passivo por nenhuma dessas indenizações porque, com base na probabilidade de pagamento, o valor justo de tais indenizações não teria um impacto material sobre a condição financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da PPC.

A PPC está sujeita a vários processos e reclamações legais que surgem no curso normal dos negócios. Na opinião da PPC, foram efetuadas provisões apropriadas e adequadas para referidas reivindicações; quando necessário, no entanto, a responsabilidade final por essas

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

questões é incerta e, se significativamente diferente dos valores provisionados, o resultado final pode ter um efeito material sobre a condição financeira ou os resultados das operações da PPC. Abaixo está um resumo de alguns desses processos e reivindicações relevantes. A PPC acredita que possui defesas substanciais às reivindicações feitas e pretende defender vigorosamente esses casos.

Ações e processos tributários
Uma subsidiária mexicana da PPC está atualmente apelando de um ajuste tributário desfavorável proposto pelas autoridades fiscais mexicanas devido a uma transação específica realizada pela subsidiária mexicana durante os exercícios fiscais de 2009 e 2010. Os valores em em discussão são de US$ 24,3 milhões e US$ 16,1 milhões para os exercícios sociais de 2009 e 2010, respectivamente. Na data deste Formulário de Referência, nenhuma perda foi registrada para esses valores.

Outros processos
Entre 2 de setembro de 2016 e 13 de outubro de 2016, uma série de ações judiciais coletivas em âmbito federais denominadas *In re Broiler Chicken Antitrust Litigation*, Processo nº 1: 16-cv-08637, foram propostas perante o Tribunal Distrital do Distrito Norte de Illinois em face da PPC e 13 outros produtores e compradores diretos e indiretos de frango, alegando violações a leis federais e estaduais antitruste e de leis que versam sobre a concorrência desleal.

As ações buscam, dentre outras providências, a reparação de danos por suposto conluio entre os réus para reduzir a produção e aumentar os preços dos frangos desde o período de janeiro de 2008 em diante. Os autores apresentaram três reclamações em conjunto: uma em nome de compradores diretos e duas em nome de grupos distintos de compradores indiretos. Entre 8 de dezembro de 2017 e 21 de junho de 2019, foram propostas 26 reclamações individuais (Affiliated Foods, Inc., et al. V. Claxton Poultry Farms, Inc., et al., Processo nº 1: 17-cv-08850; Sysco Corp. v. Tyson Foods Inc., et al., Processo nº 1: 18-cv-00700; US Foods Inc. v. Tyson Foods Inc., et al., Processo nº 1: 18-cv-00702 Action Meat Distributors, Inc., et al., V. Claxton Poultry Farms, Inc., et al., Processo nº 1: 18-cv-03471; Jetro Holdings, LLC, v. Tyson Foods, Inc. et al. , Processo nº 1: 18-cv-04000; Associated Grocers of the South, Inc., et al. V. Tyson Foods, Inc., et al., Processo nº 1: 18-cv-4616; The Kroger Co ., et al. v. Tyson Foods, Inc., et al., Processo nº 1: 18-cv-04534; Ahold Delhaize USA, Inc. v. Koch Foods, Inc., et al., Caso nº 1 : 18-cv-05351; Samuels como administrador na falência da Central Grocers, Inc. et al. V. Norman W. Fries, Inc., d / b / a Claxton Poultry Farms, Inc. et al., Caso Nº 1 : 18-cv-05341; W. Lee Flowers & Company, Inc. vs. Norman W. Fries, Inc., d / b / a Claxton Poultry Farms, Inc. et al., Processo no. 1: 18-cv-05345; Wholesale Club de BJ, Inc. v. Tyson Foods, Inc., et al., Processo nº 1: 18-cv-05877; United Supermarkets LLC, et al. v. Tyson Foods Inc., et al., Processo N ° 1: 18-cv-06693; Associated Wholesale Grocers, Inc. v. Koch Foods, Inc., et al., Processo nº 1: 18-cv-06316 (remetido ao Tribunal do Distrito do Kansas em 17 de setembro de 2018, após a deferimento da solicitação de transferência dos réus); Shamrock Foods Company et al. v. Tyson Foods, Inc., et ai., Processo No. 1: 18-cv-7284; Winn-Dixie Stores, Inc., et al. v. Koch Foods, Inc., et ai., Processo No. 1: 18-cv-00245; Quirch Foods, LLC, f / k / a Quirch Foods Co. v. Koch Foods, Inc., et ai., Processo N ° 1: 18-cv-08511; Sherwood Food Distributors, L.L.C., et al. v. Tyson Foods, Inc., et al., processo nº 1: 19-cv-00354, Hooters of America, LLC v. Tyson Foods, Inc., et al., processo nº 1: 19-cv-00390 ; Darden Restaurants, Inc. v. Tyson Foods, Inc., et ai., Processo No. 1: 19-cv-00530;

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

Associated Grocers, Inc., et ai. v. Norman W. Fries, Inc., d / b / a Claxton Poultry Farms, et al., Processo No. 1: 19-cv-00638; Chequers Drive-In Restaurants, Inc. v. Tyson Foods, Inc. et al., Processo No. 1: 19- cv-01283; Conagra Brands, Inc. e outros. v. Tyson Foods, Inc. et al., Processo N ° 1: 19-cv-02190; Giant Eagle, Inc. v. Norman W. Fries, Inc., d / b / a Claxton Poultry Farms et al., Processo No. 1: 19-cv-02758; Save Mart Supermarkets v. Tyson Foods, Inc., et ai., Processo No. 1: 19-cv-02805; Walmart Inc., et al. v. Pilgrim´s Pride Corporation, et al., Caso nº 1: 19-cv-03915 (remetido ao Tribunal do Distrito Oeste do Arkansas em 11 de junho de 2019, após a petição sem oposição dos Requerentes para que seja realizada a remessa dos autos); e Services Group of America, Inc. v. Tyson Food, Inc., et al., Processo nº 1: 19-cv-04194) foram arquivados no Tribunal do Distrito Norte de Illinois por entidades compradoras diretas individuais, que nomeiam a PPC como ré, cujas alegações refletem amplamente as queixas das ações coletivas. Em 20 de junho de 2019, foi proposta uma ação (Commonwealth of Puerto Rico v. Koch Foods, Inc., et al., Processo nº 3: 19-cv-01605) registrada no Tribunal de Porto Rico pela Comunidade de Porto Rico, cujas alegações também refletem amplamente as ações coletivas.

Os autos foram conclusos para análise dos documentos para a maioria dos réus, incluindo o PPC, em 18 de julho de 2018. O Tribunal ordenou que as partes coordenassem o agendamento das reclamações de ação direta com as reclamações de classe, com as modificações necessárias para refletir o tempo de apresentação. Os novos fatos serão consolidados.

Em 21 de junho de 2019, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos apresentou uma *motion to intervene and stay discovery* no *In re Broiler Chicken Antitrust Litigation* por um período de 6 meses. Após uma audiência realizada em 27 de junho de 2019, em 28 de junho de 2019, o Tribunal concedeu o pedido de intervenção do governo (*Motion to Intervene)* e ordenou uma estadia limitada de descoberta de três meses até 27 de setembro de 2019. Em 1 de julho de 2019, o Departamento de Justiça determinou a intimação da PPC em conexão com sua investigação. Em 20 de setembro de 2019, o Departamento de Justiça decidiu estender a instrução por mais seis meses. Ainda não foi proferida uma decisão sobre este requerimento, mas o Tribunal confirmou em alegação oral que a suspensão será prorrogada por pelo menos mais três meses. Atualmente, a ordem de agendamento do Tribunal exige a conclusão da instrução em 13 de março de 2020, o *briefing* de certificação de classe e os relatórios de especialistas que vão de 13 de abril de 2020 a 14 de dezembro de 2020 e um julgamento sumário para prosseguir em 60 dias após o Tribunal decidir sobre os requerimentos para certificação de classe. Algumas ou todas essas datas serão alteradas mediante decisão do Tribunal sobre requerimento do Departamento de Justiça para estender o prazo da instrução.

Em 10 de outubro de 2016, Patrick Hogan, demandando em nome próprio e em nome de uma classe de pessoas que adquiriram ações da PPC entre o período de 21 de fevereiro de 2014 e 6 de outubro de 2016, propôs uma ação coletiva perante o Tribunal Distrital do Distrito do Colorado em face da PPC e seus administradores. Alega o autor, entre outras coisas, que os registros da PPC na SEC continham declarações materialmente falsas e enganosas, incorrendo a PPC em descumprimento do deve de informar que: (i) a PPC estaria de conluio com vários de seus concorrentes da indústria para fixar preços no mercado de frangos, conforme alegado no litígio denominado *In re Broiler Chicken Antitrust Litigation*; (ii) sua conduta violou leis federais antitruste, (iii) as receitas auferidas pela PPC durante o referido período foram resultado de conduta ilegal; e (iv) que a PPC não possuía controle interno eficaz sobre os relatórios

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

financeiros. A ação também afirma que a indústria da PPC era anticompetitiva. Em 4 de abril de 2017, o Tribunal determinou a inclusão o acionista George James Fuller no polo ativo da demanda. Em 11 de maio de 2017, o autor apresentou uma emenda à inicial, que prorrogou a data final para 17 de novembro de 2017. O PPC e os outros réus apresentaram pedido de extinção do processo (*Motions to Dismiss)* em 12 de junho de 2017, e o autor apresentou sua resposta em 12 de julho de 2017. A PPC e os outros réus apresentaram contestação (*Reply*) em 1 de agosto de 2017. Em 14 de março de 2018, a Corte julgou improcedente o pedido do autor e proferiu sentença favorável à PPC e aos outros réus. Em 11 de abril de 2018, o autor interpôs recurso de apelação (*Motion to Reconsider*) perante o Tribunal e requereu a apresentação de uma segunda emenda à ação (*Second Amended Complaint*). Em 25 de abril de 2018, a PPC e os outros réus apresentaram suas contrarrazões ao recurso de apelação interposto pelo autor.

Em 19 de novembro de 2018, o Tribunal negou provimento ao recurso de apelação, porém concedeu permissão para que o autor apresente uma segunda emenda à ação (*Second Amended Complaint*). Até a data deste formulário de referência, não foi apresentada a segunda emenda à ação (*Second Amended Complaint*) requerida pelo autor.

Em 27 de janeiro de 2017, criadores de frangos propuseram uma ação coletiva em face da PPC e quatro outros produtores no Distrito Leste de Oklahoma, alegando, entre outras coisas, um conluio entre os réus para reduzir a concorrência por serviços de produtores e diminuir o preço pago aos cultivadores. Os autores alegam violações da *Sherman Act* e ao *Packers and Stockyards Act* e buscam a devida reparação dos danos supostamente suportados, dentre outras providências. Referida ação foi reunida a outra ação coletiva subsequentemente proposta, denominada *In re Broiler Chicken Grower Litigation*, Caso nº CIV-17-033-RJS ou *Grower Litigation*. Os réus (incluindo PPC), em conjunto, protocolaram pedido de extinção do processo (*motion do dismiss*) em 9 de setembro de 2017. O Tribunal inicialmente promoveu alegação oral em 19 de janeiro de 2018, concedendo apenas o conflito de competência (*motions challenging jurisdiction*) suscitado pelos réus. A argumentação oral sobre as moções pendentes restantes no tribunal de Oklahoma ocorreu em 20 de abril de 2018. Os demais recursos interpostos ainda pendem de julgamento. Além disso, em 12 de março de 2018, o Distrito Norte do Texas, a Divisão de Fort Worth ou Tribunal de Falências, proibiram os autores de litigarem no âmbito da ação denominada *Grower Litigation*, conforme requerido pela PPC, pois os pedidos realizados na referida ação violam disposições presentes no pedido de falência da PPC realizado em 2008 e 2009. Especificamente, o pedido de falência realizado em 2009 proíbe a existência de quaisquer ações em face a PPC com base em fatos ocorridos antes de 28 de dezembro de 2009. Em 13 de março de 2018, a PPC realizou liminar perante o Tribunal de Falências. Até a data deste Formulário de Referência os autores não emendaram a ação coletiva para cumprir a ordem liminar ou a suspensão em razão do pedido de falência em trâmite perante o Tribunal de Falências.

Em 9 de março de 2017, uma ação movida por acionistas da PPC, denominada DiSalvio v. Lovette, et al., foi interposta contra todos os diretores da PPC, no Tribunal Distrital do Condado de Weld, no Colorado. A denúncia alega, entre outras coisas, que os réus violaram seus deveres fiduciários ao não impedirem a PPC e seus funcionários de se envolverem em atividades antitruste, como alegado no litígio da *In re Broiler Chicken*, e de emitir declarações falsas e enganosas, como alegado em o litígio de ação coletiva de Hogan. Em 17 de abril de 2017, uma

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

ação interposta por acionistas, denominado Brima v. Lovette, et al., foi instaurado contra todos os diretores da PPC no Tribunal Distrital do Condado de Weld, no Colorado. A ação de Brima contém basicamente as mesmas alegações da ação de DiSalvio. Em 4 de maio de 2017, as ações de DiSalvio e Brima foram transferidas para: (i) reunir os dois casos dos acionistas, (ii) manter a ação consolidada até a resolução do pedido de extinção da ação coletiva de títulos da Hogan, e (iii) nomear um advogado principal. O Tribunal concedeu a pedido em 8 de maio de 2017, mantendo o processo pendente de resolução do pedido de arquivamento da ação de Hogan.

Em janeiro de 2018, uma ação proposta por acionistas da JBS, denominada Raul v. Nogueira de Souza, et al., foi promovida no Tribunal do Distrito do Colorado contra a PPC, bem como contra seus diretores, e a Companhia, acionista majoritária. A denúncia alega, entre outras coisas, que (i) os réus permitiram que a PPC omitisse informações relevantes em suas declarações realizadas de 2014 a 2017 relacionadas à conduta de Wesley Mendonça Batista e Joesley Mendonça Batista, (ii) os réus e a Companhia violaram seus deveres fiduciários por não impedirem a PPC e seus executivos de se envolverem em uma ação antitruste, como alegado na ação Broiler e (iii) os réus emitiram declarações falsas e enganosas, como alegado no litígio de ação coletiva da Hogan. Em 17 de maio de 2018, os demandantes apresentaram uma petição para suspender o processo, a qual está aguardando julgamento. O prazo delimitado pelo Tribunal para que os réus apresentassem uma resposta ou respondessem à petição foi originalmente definido para 30 de julho de 2018. Esse prazo foi prorrogado para 31 de agosto de 2018, quando os demandantes apresentaram um pedido para extinção da ação. O Tribunal concedeu o pedido de extinção do processo em 4 de setembro de 2018.

Em 24 de janeiro de 2018, uma ação movida por acionistas da PPC, denominada Sciabacucchi v. JBS S.A. et al., foi interposta contra todos os diretores da PPC, Companhia JBS USA Holding e vários membros da família Batista, na *Court of Chancery* do Estado de Delaware. A denúncia alega, entre outras coisas, que os réus violaram seus deveres fiduciários decorrentes da aquisição da Moy Park pela PPC no mês de maio de 2017. Em 24 de maio de 2018, o Employees Retirement System da cidade de St. Louis apresentou uma queixa incidental, que era praticamente idêntica à queixa de Sciabacucchi. Em 2 de julho de 2018, o *Court of Chancery* decidiu pela consolidação dos casos e fazer da primeira queixa (Sciabacucchi) a ação principal. Também por determinação judicial, vários réus foram retirados do processo. Os demais réus são JBS S.A., JBS USA Holding e os diretores Lovette, Nogueira de Souza, Tomazoni e Molina. A PPC também permaneceu como ré. Em 15 de março de 2019, a Chancery Court negou o pedido dos réus de arquivamento da ação. Como resultado, o caso está avançando para a instrução e o julgamento está programado para começar em novembro de 2020. Em 3 de outubro de 2019, as partes firmaram um acordo concordando em resolver a lide por: (i) um pagamento em dinheiro à PPC pelos réus que não são da PPC de US$ 42,5 milhões, deduzidos os honorários devidos ao advogado dos autores, bem como quaisquer taxas aplicáveis; e (ii) mudanças na governança corporativa a serem implementadas pela PPC. Nenhuma parte do valor acordado será pago pela PPC aos réus que não sejam da PPC. O acordo está sujeito à homologação do Tribunal do *Court of Chancery*, com uma audiência sobre a imparcialidade do acordo, prevista para 28 de janeiro de 2020.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

Entre 30 de agosto de 2019 e 16 de outubro de 2019, foram movidas no Tribunal do Distrito de Maryland quatro supostas ações judiciais coletivas em face da PPC e vários outros produtores de aves, bem como o WMS (Webber, Meng, Sahl and Company) e a Agri Stats, no distrito de Maryland. Os demandantes representam uma classe nacional de trabalhadores de produção e manutenção não supervisionados em nível de planta de processamento. Os autores alegam que os réus conspiraram para manipular e deprimir a compensação paga aos trabalhadores da fábrica em violação à *Sherman Act*. Os autores pleiteiam ressarcimento de danos desde 01 de janeiro de 2009 até o presente. Os quatro casos são *Jien v. Perdue Farms, Inc*., Processo nº 19-cv-2521*; Earnest v. Perdue Farms, Inc*. et al., Processo nº 19-cv-02680; *Robinson v. Tyson Foods, Inc.* et al., Processo n ° 19-cv-02960; e *Avila v. Perdue Farms, Inc.,* et al., Processo nº 19-cv-03018. A ação mais grave foi consolidada com a queixa de Jien por uma ordem judicial proferida em 8 de outubro de 2019. Os réus apresentaram pedidos de extinção da ação moções (*Motions to Dismiss*) em 22 de novembro de 2019.

Processos criminais

Operação Bullish
Investigação instaurada para apurar supostas irregularidades nos investimentos feitos pelo BNDESPAR na Companhia, em razão dos “achados” mencionados em acórdão proferido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no ano de 2015. Cabe mencionar que todas as irregularidades investigadas nesta operação foram descritas nos Acordos de Colaboração. Após o término da investigação, o MPF denunciou Joesley Mendonça Batista e outros indivíduos considerados envolvidos no caso por lavagem de dinheiro, crime contra o sistema financeiro nacional, administração fraudulenta, improbidade financeira e organização criminosa. No entanto, em 23 de maio de 2019, o juiz competente não recebeu a denúncia, alegando que Joesley Mendonça e outros indivíduos já haviam firmado Acordos de Colaboração a esse respeito.O ex executivo da Companhia e os demais indivíduos permanecem cooperando com as autoridades com as autoridades. O MPF recorreu da decisão de não recebimento da denúncia em face de Joesley Mendonça Batista. Na data deste Formulário de Referência, não foi proferida qualquer decisão sobre referido recurso. Importante ressaltar, que o procedimento judicial resultante da Operação Bullish é protegido por sigilo judicial e a Companhia não é parte da ação.

Operação Lama Asfáltica
Investigação instaurada em 2013 para apurar suposta formação de cartel por empresas do setor de construção civil, fraudes em procedimentos licitatórios e corrupção de servidores públicos. Em 10 de maio de 2016, a Polícia Federal do Brasil deflagrou a segunda etapa da “Operação Lama Asfáltica”, com base em suspeitas sobre a realização de supostos pagamentos indevidos feitos a servidores públicos do Estado de Mato Grosso do Sul em troca de certos incentivos fiscais no Estado de Mato Grosso do Sul. As investigações envolvendo os fatos relacionados à Companhia no Inquérito Policial nº 525/17 foram objeto de um relatório final que ensejou em duas ações penais (uma denúncia foi recebida e encontra-se em tramitação e outra foi rejeitada, atualmente aguardando julgamento do recurso interposto pelo MPF). Nenhum dos funcionários foi indiciado, tendo sido arrolados como testemunhas de acusação no processo criminal.. Por fim, novamente importante ressaltar que, a Companhia não é parte deste procedimento, e as ações penais sobre o tema encontram-se acobertadas por sigilo judicial.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

Operação Tendão de Aquiles
Investigação instaurada no ano de 2017 a partir da suspeita de cometimento dos delitos de *insider trading* e manipulação de mercado por parte de ex executivos da Companhia na realização de operações de compra de dólares e de ações de emissão da própria Companhia, a partir de informações privilegiadas relacionadas aos Acordos de Colaboração. Tal investigação ensejou o oferecimento de denúncia, pelo MPF, e início de Ação Penal em face dos ex executivos Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista. Em maio de 2019, o MPF ofereceu uma nova denúncia apenas em face do ex executivo Wesley Mendonça Batista com base nessa investigação, envolvendo fatos relacionados às empresas Seara Alimentos e Eldorado Celulose. Por fim, a Companhia. não é parte nestes procedimentos e as ações penais sobre o tema encontram-se em fase de instrução criminal, sem prolação de sentença até a presente data e acobertadas por sigilo judicial.

Operação Porteira Aberta I e II
Investigação iniciada em 2015 para apurar supostos delitos de corrupção dentro da unidade frigorífica da JBS em Barra do Garças/MT, em razão de suspeitas de pagamentos indevidos por funcionários à servidores públicos federais do Serviço de Inspeção Federal - SIF. Os fatos investigados guardam relação com os fatos tratados na Operação Carne Fraca, relatados no âmbito das Colaborações Premiadas e tratados também no Acordo de Leniência. Em 10 de dezembro de 2019, as autoridades competentes iniciaram a fase II da investigação, buscando reunir evidências sobre informações divulgadas pelo ex executivo Wesley Mendonça Batista no seu Acordo de Colaboração Premiada. Por fim, a Cia. não é parte neste procedimento e a investigação sobre o tema encontra-se acobertadas por sigilo judicial.

Operação Carne Fraca
Investigação instaurada em março de 2017 para apurar suspeitas de pagamentos indevidos aos servidores públicos federais do Serviço de Inspeção Federal – SIF, realizados por várias empresas do setor frigorífico, pecuário e agrícola. Importante ressaltar que referido procedimento investigativo, ações penais derivadas, e os fatos apurados, estão acobertados pelo Acordo de Leniência firmado, com base nos relatos trazidos por colaborador da justiça (pessoa física), no âmbito das colaborações premiadas. Por fim, a Cia. não é parte nestes procedimentos e as ações penais e investigação sobre o tema encontram-se acobertadas por sigilo judicial.

Ações Populares

Operações Financeiras
Entre maio de 2017 e dezembro de 2017, várias ações populares foram movidas contra a Companhia, alegando conduta imprópria envolvendo transações financeiras relacionadas à Companhia. A seguir, é apresentado um resumo desses procedimentos.

Em 29 de maio de 2017, uma ação popular foi ajuizada perante o Tribunal Federal do Estado de São Paulo contra a Companhia (AP 5007526-48.2017.4.03.6100 - 9ª Vara Cível Federal de São Paulo), alegando conduta ilícita envolvendo operações de câmbio, recompra de ações pela Companhia usando informações privilegiadas e irregularidades envolvendo operações financeiras com o BNDES. Em 18 de julho de 2017, o tribunal negou provimento à ação e os autores entraram com recurso perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Até a data

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

deste Formulário de Referência, a ação conta com sentença favorável à Companhia, está em grau de recurso, não apresenta expressão econômica e, dada a remota possibilidade de perda, essa referência será excluída na próxima atualização deste Formulário de Referência.

Em 29 de maio de 2017, uma ação popular foi ajuizada perante o Tribunal Federal do Estado de São Paulo contra a Companhia (AP 5007521-26.2017.4.03.6100 - 9ª Vara Cível Federal de São Paulo), alegando irregularidades no apoio financeiro concedido pelo BNDESPAR ao grupo da Companhia e favorecimento impróprio supostamente fornecido pelo BNDESPAR ao grupo da Companhia. Em 14 de dezembro de 2017, o tribunal negou provimento à ação, e os autores interpuseram recurso no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Até a data deste Formulário de Referência a ação conta com sentença favorável à Companhia, está em grau de recurso, não apresenta expressão econômica e, dada a remota possibilidade de perda, essa referência será excluída na próxima atualização deste Formulário de Referência..

Em 22 de junho de 2017, uma ação popular foi ajuizada no Tribunal Federal do Estado do Maranhão contra a Companhia (AP 1001502-51.2017.401.3700), alegando irregularidades envolvendo contratos de empréstimos firmados com o BNDES. Em 15 de dezembro de 2017, o processo foi transferido para a 9ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo que, em 25 de setembro de 2018, declarou que não tinha jurisdição para julgar o caso e devolveu o processo ao Tribunal Federal do Estado do Maranhão. Em 13 de março de 2019, o Tribunal Federal do Estado do Maranhão ratificou sua decisão anterior, e o processo foi encaminhado novamente ao 9ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo para nova deliberação. Em 12 de setembro de 2019, o Superior Tribunal de Justiça, não conheceu do conflito de competência, o processo permanece, portanto, em São Paulo. A ação não apresenta expressão econômica e, dada a remota possibilidade de perda, essa referência será excluída na próxima atualização deste Formulário de Referência

Em 30 de junho de 2017, uma ação popular foi movida no 3º Vara da Fazenda Pública de Goiânia contra a Companhia (AP 5203744-56.2017.8.09.0051), alegando adesão indevida ao programa estabelecido pela Lei Estadual nº 18.459/14, conforme alterada pela Lei Estadual nº 18.709/14, que instituiu o Programa de Incentivo Fiscal à Regularização Fiscal de Empresas no Estado de Goiás (REGULARIZA). Em 16 de maio de 2018, foi proferida sentença julgando improcedente a ação popular. Processo extinto, sem julgamento de mérito, com decisão transitada em julgado, razão pela qual essa referência será excluída na próxima atualização deste Formulário de Referência .

Em 28 de dezembro de 2017, uma ação popular foi ajuizada no Tribunal Federal do Distrito Federal contra a Companhia (AP 1019930-11.2017.4.01.3400 - 14ª Vara Cível do Distrito Federal), alegando conduta ilícita envolvendo operações de câmbio, recompra de ações no mercado usando informações privilegiadas e irregularidades envolvendo operações financeiras com o BNDES. A ação foi transferida para o Tribunal Federal do Estado de São Paulo, e um processo de conflito de jurisdição foi submetido ao Superior Tribunal de Justiça, que decidiu por devolver o processo ao Tribunal Federal do Distrito Federal. O Tribunal Federal do Distrito Federal negou provimento à ação popular. Até a data deste Formulário de Referênciaa ação conta com sentença favorável à Companhia, está em grau de recurso, não apresenta expressão

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

econômica e, dada a remota possibilidade de perda, essa referência será excluída na próxima atualização deste Formulário de Referência

Acordos de Regime Especial com o Estado do Mato Grosso do Sul
Em 5 de julho de 2017, uma ação popular foi movida contra a Companhia perante o Tribunal Estadual do Mato Grosso do Sul na tentativa de declarar a nulidade da aplicabilidade dos Acordos de Regime Especial (TARES) nº 1028/2014 e nº 1103/2016, bem como congelar propriedades de outros réus e da Companhia, até o valor equivalente às alegadas perdas sofridas pelo Estado de Mato Grosso do Sul. Em 17 de novembro de 2017, o tribunal rejeitou as restrições impostas contra a propriedade da Companhia e dos demais acusados. Em 25 de abril de 2018, o tribunal reafirmou o efeito da liminar, determinando que a propriedade deveria ser liberada. Até a data deste Formulário de Referência, está pendente uma decisão de 1º grau sobre o processo principal.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desses direitos, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(e) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui uma política de gerenciamento de risco formalmente aprovada para todos os fatores mencionados no item 4.1. Entretanto, possui uma série de Instruções Normativas e Manuais de Procedimentos Internos, aprovados por cada plataforma de negócio ou diretoria, com o objetivo de descrever os procedimentos que devem ser adotados por todos seus colaboradores, mapeando possíveis riscos que a Companhia possa incorrer e definindo ainda as responsabilidades de cada colaborador da Companhia. Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia aprovou em 28 de março de 2018, novos documentos denominados Código de Conduta e Ética e Código de Conduta de Parceiros de Negócios, ambos globais, válidos e exigíveis em todas as regiões de atuação da Companhia.

Ademais, a administração da Companhia criou uma área de conformidades legais voltada a segurança do trabalho. Composto por um grupo multidisciplinar, a área de conformidades legais é responsável por agir preventivamente em todas as unidades de produção do grupo para garantir a adequação das unidades às normas de segurança de trabalho vigentes no Brasil. O grupo de trabalho está ligado à Diretoria de Contencioso Trabalhista, que responde à Diretoria Executiva Jurídica de Contencioso Geral.

A administração da JBS também estabeleceu, em 2 de novembro de 2015, uma política de relacionamento com entidades governamentais e agentes públicos, com o objetivo de gerenciar os riscos decorrentes de tratativas com órgãos governamentais. Adicionalmente, no início de 2020 foi publicada uma política global anticorrupção que traz diretrizes e orientações aos colaboradores, de acordo com as principais legislações sobre o tema.

Em 26 de maio de 2017, o conselho de administração da Companhia instituiu um Comitê de Governança e Remuneração, liderado pelo presidente do conselho, tendo como objetivo implementar as melhores práticas globais em governança corporativa e compliance na Companhia.

O Comitê de Governança e Remuneração do Conselho é um órgão interno de caráter consultivo e possui funções técnicas que têm por finalidade implementar práticas e políticas baseadas nos mais altos padrões globais de governança corporativa e compliance, bem como acompanhar o cumprimento de tais práticas e políticas pela Companhia. Para executar suas atribuições, o Comitê pode promover alterações no Código de Conduta e Ética e Código de Conduta de Parceiros de Negócios da Companhia e revisar periodicamente as políticas da Companhia, bem como Regimentos Internos dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, assim como quaisquer outros documentos relacionados à governança corporativa da Companhia. As demais atribuições do Comitê estão especificadas no art. 11 do seu Regimento Interno.

O Comitê funciona em caráter permanente e pode ser composto por 3 a 5 membros, de mandato de prazo indeterminado, selecionados entre membros do Conselho de Administração, diretores ou executivos da companhia ou então profissionais externos com conhecimentos notórios. Dentre os membros, deve ser eleito um Presidente com atribuição de organizar e coordenar as atividades do Comitê.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Atualmente, o Comitê é composto por três membros. O cargo de Presidente do Comitê é exercido por Jeremiah O'Callaghan, Presidente do Conselho de Administração da JBS. Os demais membros são o Sr. Gilberto Meirelles Xandó Baptista (membro do Conselho de Administração da JBS) e o Sr. Eduardo Noronha (Diretor de Recursos Humanos da JBS).

O Código de Conduta e Ética e Código de Conduta de Parceiros da Companhia, ambos aprovados pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2018, foram originalmente escritos em português com uma linguagem clara e acessível a todos os níveis hierárquicos, sendo também traduzidos para outros 3 idiomas (inglês, espanhol e italiano). Os documentos estão disponíveis na rede mundial de computadores no site institucional de Compliance da Companhia (www.jbs.com.br/compliance), no site de Relação com Investidores e, além disso, no site do Linha Ética JBS. Ademais, ao público interno o Código de Conduta e Ética fica disponível na rede interna de comunicação, denominada Intranet JBS. Não existe hierarquia dentre as áreas responsáveis pela gestão de risco, sendo que todas se reportam ao Conselho de Administração.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

(i) os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os desvios ou irregularidades de seus procedimentos internos ou com terceiros. A gestão de riscos insere-se no compromisso da Companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos para o exercício de suas atividades. Os riscos abaixo, são mitigados por meio de controles internos, treinamentos e da constante divulgação dos códigos de conduta e da Companhia tanto para seus parceiros de negócios quanto para seus colaboradores.

Através do Código de Conduta de Parceiros de Negócios aplicável aos seus parceiros de negócios ("**CCPN**"), a Companhia busca se proteger de riscos atrelados às violações de legislações e responsabilidade que lhe podem recair em decorrência da relação com seus parceiros. Através do CCPN a Companhia busca assegurar, por parte de seus parceiros, o cumprimento das leis (incluindo legislação de proteção ao meio ambiente, leis de defesa à concorrência, proteção contra práticas anticorrupção e anticoncorrenciais, legislação trabalhista, diretos humanos, leis de saúde e segurança do trabalho, entre outras). A Companhia busca ainda estabelecer diretrizes para prevenção de maus-tratos aos animais, bem como regular as práticas de doações, brindes e entretenimento, conflitos de interesse e contribuições políticas.

Por fim, através do CCPN a Companhia determina as diretrizes para tratamento de informações confidenciais e proteção de seus ativos.

Através do Código de Conduta e Ética aplicável aos colaboradores ("**CCE**") a Companhia busca se proteger de riscos atrelados às violações, pelos seus colaboradores das diretrizes previstas no CCE, incluindo:

- saúde e segurança no trabalho;
- diversidade no local de trabalho;
- ambiente livre de assédio;
- observação de regras trabalhistas e de imigração;
- segurança do alimento;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- proteção do meio ambiente e sustentabilidade;
- tratamento de conflito de interesse e transações com partes relacionadas;
- práticas anticorrupção e prevenção à lavagem de dinheiro;
- políticas de presentes, entretenimentos, contribuições políticas, doações filantrópicas e patrocínios;
- relacionamento com o governo e contratação com agentes públicos;
- relações com sindicatos;
- controles comerciais;
- práticas antitruste e concorrenciais;
- uso de informações privilegiadas;
- proteção de dados, propriedade intelectual, uso de ativos da Companhia e comunicações eletrônicas; e
- manutenção de livros e registros contábeis.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia utiliza do CCPN e do CCE, bem como de suas instruções normativas internas para informar preventivamente seus colaboradores e prestadores de serviços dos princípios gerais de conduta ética aceitável pela Companhia.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O gerenciamento dos temas presentes no CCPN e CCE é realizado pela Diretoria de Compliance com o suporte das áreas: (i) controles internos, responsável pelo mapeamento dos processos e dos possíveis riscos que a Companhia possa incorrer; (ii) recursos humanos, responsável por engajar, disseminar e assegurar a cultura de integridade na Companhia; (iii) jurídico, responsável por avaliar e, quando cabível, tomar as medidas legais pertinentes.

Não existe hierarquia dentre as áreas acima mencionadas, sendo que todas se reportam ao Conselho de Administração.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que o CCPN e o CCE, suas instruções normativas e políticas internas, bem como sua estrutura organizacional indicada acima, são adequados para o gerenciamento dos riscos para os quais busca proteção. Além disso, a Companhia acredita que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para conferir razoável segurança em seus processos e demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos de mercado, crédito e liquidez definida pela Comissão de Gestão de Riscos e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 7 de fevereiro de 2018.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção contra riscos das variações de taxas de câmbio, riscos de crédito, liquidez taxas de juros e preços na compra de *commodities*.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria de Controle de Riscos, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Essa política é monitorada permanentemente pela Comissão de Gestão de Riscos e por executivos financeiros da Companhia, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia da administração na gestão desses riscos, determinando os limites de posição e exposição. As estratégias utilizadas pela Companhia vão desde análises detalhadas das demonstrações financeiras dos clientes da Companhia e consultas a órgãos de monitoramento de crédito e risco à zeragem de exposições em mercados futuros em bolsa de valores e mercadorias. Uma vez identificadas as exposições financeiras da Companhia, as unidades de negócio precificam e zeram seus riscos junto à Diretoria de Controle de Riscos, que consolida esses riscos e busca proteção com operações no mercado de bolsa de valores. Esses riscos são monitorados diariamente para corrigir exposições adicionais ocasionadas por riscos de "gaps" e controles de margens e ajustes.

A discricionariedade da Diretoria de Controle de Riscos em determinar os limites de posição necessários para minimizar a exposição financeira da Companhia a moedas e/ou taxas de juros está limitada aos parâmetros de análise do VAR (Value at Risk) da carteira de derivativos.

A Companhia opera instrumentos financeiros com o objetivo exclusivo de proteção patrimonial (hedge), seguindo limitações e procedimentos dispostos em sua Política de Gestão de Riscos, buscando proteção para fatores de riscos relacionados a variações cambiais, de taxas de juros e preços de commodities que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos em operações no exterior. A gestão ativa e integrada dos riscos traz benefícios ao reduzir a volatilidade dos resultados consolidados, mas pode trazer resultados adversos quando da impossibilidade de proteção ao risco com uso de instrumento financeiro perfeitamente correlacionado, proteção parcial ou não realização de fluxo futuro projetado. Cada um dos fatores de riscos financeiros é analisado de forma profunda, levando em conta inclusive as suas correlações; desta forma, para acomodar e viabilizar proteção adequada, a Política de Gestão de Riscos permite que seja contratada desde nenhuma a uma vez e meia a necessidade de proteção contábil de cada fator, levando-

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

se em consideração a existência de instrumentos líquidos e adequados, e sua correlação com o objeto de proteção para análise da efetividade de proteção.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Risco de taxas de juros

O risco de taxas de juros refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia e suas controladas podem incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e principalmente passivos expostos a este risco, em operações atreladas a indexadores como CDI (Certificado de Depósito Interbancário), TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), UMBNDES (Unidade Monetária do BNDES), LIBOR (London Interbank Offer Rate) e EURIBOR (Euro Interbank Offer Rate), entre outros. A Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities não traz diretrizes mandatórias quanto à proporção entre exposições a taxas pré ou pós-fixadas, entretanto a Diretoria de Controle de Riscos monitora constantemente as condições de mercado e pode propor à Comissão de Gestão de Riscos estratégias envolvendo os indexadores a fim de reduzir a exposição global da Companhia.

Risco de variação cambial

O risco de variação cambial refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia pode incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e passivos expostos a este risco, porém a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities é clara ao não entender que a simples existência de exposições contrárias promova naturalmente proteção econômica, pois devem ser apreciadas outras questões pertinentes, como descasamentos de prazo e a volatilidade do mercado.

Com o objetivo de proteger o valor de ativos e passivos financeiros, possíveis fluxos de caixa futuros relativos às estimativas de exportação e investimentos líquidos em operações no exterior, indexados em moedas estrangeiras, a Diretoria de Controle de Riscos emprega instrumentos de proteção aprovados pelo Conselho de Administração, como contratos futuros, NDFs (*Non-Deliverable Forwards*), DFs (*Deliverable Forwards*), contratos de opcionalidade e contratos de troca de indexador (*swaps*); visando à proteção de empréstimos, investimentos, despesas e receitas com juros, estimativas de exportação, custos de matéria prima e fluxos diversos sempre que estes estejam denominados em moeda diferente da moeda funcional da Companhia. As principais exposições a este risco são indexadas ao Dólar, Euro e Peso Mexicano.

Risco de Crédito

A Companhia é potencialmente sujeita a riscos de créditos relacionados com as contas a receber. As estratégias de redução do risco de crédito baseiam-se na pulverização da carteira, não possuindo clientes ou grupo empresarial que representem mais de 10% do faturamento consolidado, concessão de crédito relacionada com índices financeiros e operacionais saudáveis, análise detalhada da idoneidade financeira dos clientes através do CNPJ próprio, empresas coligadas e CPF dos sócios, e através de consultas a órgãos de informações e monitoramento constante de clientes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Risco de preço de commodities

A Companhia e suas controladas atuam globalmente em diversos ramos do agronegócio (toda a cadeia de proteína animal, biodiesel, lácteos, entre outros), e no curso normal de suas operações está exposta a variações de preços de commodities diversas, como boi gordo, boi magro, porco, milho, complexo soja e energia, principalmente nos mercados norte-americano, australiano e brasileiro. Os mercados de commodities têm como característica fundamental a alta volatilidade, devido a fatores externos diversos como clima, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias, custos de armazenamento, entre outros. A Diretoria de Controle de Riscos é responsável por mapear as exposições a preços de commodities da Companhia e suas controladas e propor à Comissão de Gestão de Riscos estratégias para mitigar tais exposições. Observando a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities e as limitações de alçada, a Comissão supervisiona a execução de tais estratégias e acompanha seus resultados.

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Risco de taxas de juros

As operações da Companhia estão expostas a variações de taxas de juros pré e pós-fixadas, sendo que as taxas pós-fixadas estão representadas por TJLP, CDI, Libor e Euribor. A Administração considera que a exposição às flutuações das taxas de juros não acarreta impacto relevante, de forma que, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar este tipo de risco, exceto em função de situações específicas que possam se apresentar.

Para o cálculo do efeito no resultado em cenário provável, a Companhia julga adequada a utilização da metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança (I.C.) de 99% e horizonte de um dia.

Risco de variação cambial

O parâmetro para proteção se baseia na exposição líquida em moeda estrangeira, buscando reduzir a exposição excessiva aos riscos de variações cambiais equilibrando seus ativos não denominados em Reais contra suas obrigações não denominadas em Reais, protegendo assim o balanço patrimonial da Companhia.

Para o cálculo do efeito no resultado em cenário provável, a Companhia julga adequada a utilização da metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança de 99% e horizonte de um dia.

Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas a riscos de créditos relacionados às suas contas a receber de clientes, aplicações financeiras e contratos de proteção. No caso de contas a receber de clientes, a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities entende que a pulverização da carteira contribui significativamente com a redução do risco de crédito, mas também estabelece parâmetros para a concessão de crédito observando limites proporcionais, índices financeiros e operacionais, amparados por consultas a órgãos de monitoramento de crédito.

Para o caso das operações financeiras que têm como contraparte instituições financeiras (aplicações e contratos de proteção), a Companhia emprega limites de exposição definidos pela Comissão de Gestão de Riscos, baseados em classificações de risco (*ratings*) de agências internacionais especializadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Montantes aplicados em títulos privados (notadamente Certificados de Depósitos Bancários), bem como valores justos acumulados a receber em operações de proteção contratadas com bancos, devem obedecer aos limites descritos na Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities para que o volume total não ultrapasse um determinado percentual do patrimônio líquido da instituição financeira (%PL). Em conjunto, devem ser observados os limites quanto ao horizonte de tempo (horizonte máximo) para que a aplicação seja resgatada.

Risco de preço de commodities

Parte significativa dos insumos da Companhia e suas controladas são ativos biológicos sensíveis à estocagem. Visando manter o fluxo contínuo destes insumos, são utilizados contratos de compra a termo com os fornecedores. Para complementar a compra a termo, garantindo preço e volume mínimo de insumo comprado para um horizonte de planejamento pré-definido pela Comissão de Gestão de Riscos e aprovada pelo Conselho de Administração, bem como para mitigar os riscos de oscilações de preços sobre estoques e vendas contratadas, a Companhia e suas controladas empregam o uso de instrumentos de proteção financeira adequados a cada situação, notadamente os contratos de futuros de commodities. A Companhia julga adequado assumir o valor médio gasto com os insumos como parâmetro indicativo de valor operacional a ser protegido pelos contratos firmes.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e controladas e da amortização dos encargos financeiros e principalmente dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia e suas controladas poderão ter em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia e suas controladas administram seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A administração da liquidez da Companhia é feita levando em consideração, principalmente, o indicador de liquidez imediata modificado, representado pelo nível de disponibilidades mais investimentos financeiros divididos pela dívida de curto prazo. É mantido também o foco na gestão da alavancagem geral da Companhia e suas controladas com o acompanhamento da relação da dívida líquida sobre EBITDA em níveis que considerados administráveis para a continuidade das operações.

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e suas controladas em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

Não aplicável, uma vez que a Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Política de Gestão de Riscos da Companhia orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada pela Comissão de Gestão de Riscos e pelo Conselho de Administração, a fim de avaliar os resultados e o impacto

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

financeiro no fluxo de caixa. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

O Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

O Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos auxilia o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária nas análises dos reflexos do cenário econômico mundial na política financeira da Companhia. O Comitê Financeiro atua no aprimoramento de regras e procedimentos para controle e gestão de riscos de mercado e de crédito. Para tanto, o órgão pode recomendar e acompanhar a adoção dos melhores padrões econômico-financeiros e o processo de implementação e manutenção de tais padrões pela Companhia, bem como analisar e revisar os índices econômico-financeiros e o fluxo de caixa. As demais atribuições do Comitê Financeiro estão especificadas em regimento interno próprio.

O Comitê Financeiro funciona em caráter permanente e será composto por 3 a 5 membros, de mandato de prazo indeterminado, selecionados entre membros do Conselho de Administração, diretores ou executivos da companhia ou então profissionais externos com conhecimentos notórios. Dentre os membros, deve ser eleito um Presidente com atribuição de organizar e coordenar as atividades do Comitê.

Este Comitê tem o auxílio da Diretoria de Administração e Controle, cabendo à esta Diretoria a supervisão independente da implementação da Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities, verificando o enquadramento das operações financeiras executadas pela Diretoria de Controle de Riscos em relação à Diretriz de Proteção vigente.

Por fim, cabe citar a o trabalho desempenhado pela auditoria corporativa, auxiliando a Diretoria Executiva na avaliação dos sistemas e processos garantindo a consistência dos processos.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia entende que, nos termos da Política de Gestão de Riscos (e de acordo com seu estágio atual de implantação), cabe ao Conselho de Administração, em conjunto com a Diretoria Executiva realizar a verificação da efetividade das práticas adotadas. Nesse contexto, a Diretoria reporta-se à Comissão de Gestão de Riscos. O Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos acompanha a implementação da política de *hedge*, auxiliando o Conselho de Administração na supervisão das atividades de gerenciamento de riscos de mercado, por meio de interação com a Diretoria Executiva. Desse modo, a Companhia entende adequada a sua estrutura operacional para verificação da efetividade da política adotada. A auditoria interna, na forma gradativa de sua estruturação, tem assumido o monitoramento das ações acima pontuadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição controles internos

(a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia atua no segmento do Novo Mercado da B3 e a efetividade dos controles é regularmente monitorada como parte da sua gestão. Destacamos em 2017 a criação da Diretoria Global de Compliance, cuja principal função foi a implementação de um programa de práticas antifraude e anticorrupção (maiores informações podem ser obtidas no item 5.4 deste Formulário de Referência). Abaixo uma breve descrição das principais práticas de controles internos adotadas pela Companhia:

I. *Controles Internos*

O sistema de controles internos é um processo estruturado que abrange: Conselho de Administração, Comitês que assessoram o Conselho de Administração, Presidências, Diretorias, Gerências e todos os colaboradores da Companhia, com o objetivo de permitir uma condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios e em linha com as regulamentações estabelecidas. Os processos, políticas e sistemas da Companhia são continuamente reavaliados e testes de aderência regularmente aplicados para aferir a efetividade e desempenho dos controles existentes relacionados a:

- demonstrações financeiras;
- gestão e obrigações chaves ao negócio;
- *compliance*, normas, regulamentos, políticas e procedimentos;
- monitoramento permanente do rígido respeito às leis;
- segregação de funções – evitando o conflito de interesses e facilitando a avaliação dos riscos através da aderência aos controles da Companhia.

Além disso, a Companhia, com um contínuo trabalho de alinhamento às melhores práticas de mercado na gestão de controles internos e compliance, também aplica em vários ciclos de negócio a metodologia Control Self Assessment (CSA).

Em linha com a intenção de abrir o capital na bolsa de valores de Nova York (N*ew York Stock Exchange* – NYSE), a Companhia criou, em agosto de 2016, a Gerência de Controles Internos, cuja principal atribuição consiste em realizar o mapeamento e adequação dos processos relacionados com as demonstrações financeiras da companhia no Brasil às exigências da lei norte-americana Sarbanes-Oxley. Este trabalho foi realizado com o apoio de uma grande firma de consultoria reconhecida internacionalmente e seu escopo abrangeu a realização de fluxogramas, matrizes de riscos e avaliações dos controles (*walkthroughs*) em três níveis: controles corporativos da organização (*Entity Level Controls*), controles gerais dos sistemas de informação (ITGCs) e controles dos processos da Companhia (*Process Level Controls*). Este projeto foi dividido em 3 fases, sendo que a terceira e última fase foi concluída no quarto trimestre de 2019.

II. *Sistema de Informação*

A Companhia opera em suas mais distintas divisões de negócios com sistemas integrados, que registram as transações desde o pedido de venda até sua efetiva contabilização. As transações realizadas possuem registros de logs, possibilitando uma melhor análise de incidentes e a identificação do responsável pelo processo através de trilhas de auditoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Os sistemas são parametrizados de acordo com as melhores práticas de governança, exigindo aprovação nos processos de compras de acordo com o nível hierárquico e controles de alçadas. Da mesma forma, as transações registradas com divergências em relação às políticas da empresa, exigem aprovação específica para a sequência do processo, composto por alçadas de acordo ao nível hierárquico.

No processo de gerenciamento de mudanças em seus sistemas, a Companhia conta com ambientes segregados para desenvolvimento, homologação e produção, garantindo que todas as alterações sejam testadas e monitoradas antes de sua implementação.

O acesso aos sistemas e seus módulos (inclusive o contábil) é realizado por perfis de acesso, que é definido de acordo com a função de cada colaborador dentro da organização. Desde 2013 a Companhia informatizou sua Matriz de SOD (*Segregation of Duties*), contribuindo para a automatização do processo de segregação de funções, através da identificação de acessos críticos e definições de prováveis conflitos de acesso, resultando em um método mais efetivo de controles de situações de conflitos de interesse. O controle de liberação de acessos e perfis é centralizado e realizado por uma área exclusiva pertencente à Diretoria Corporativa de Tecnologia da Informação. Todas as solicitações são registradas e, se aplicável, autorizadas eletronicamente através de aprovações de acordo ao nível hierárquico.

Em 2017, a Companhia construiu um novo Data Center de alta disponibilidade abrangendo todos os negócios no Brasil, mitigando o risco de interrupções nos sistemas que suportam suas operações.

Em 2018, a Companhia concluiu no Brasil a primeira campanha de revisão de acessos dos usuários de seu Sistema ERP utilizando a ferramenta eletrônica GCA – Gerenciador de Controle de Acesso. As concessões de acessos também são gerenciadas através desta aplicação, que possui integração com a matriz de SOD do Sistema ERP.

Em 2019 foi realizada no Brasil a segunda campanha de revisão de acessos dos usuários de seu Sistema ERP de acordo com os procedimentos definidos em 2018.

III. *Segurança da Informação*

As práticas de Segurança da Informação contemplam a efetiva proteção dos ativos da informação, constituídos pelas bases de dados, pelos ambientes de informática, documentos, arquivos, cópias de segurança de sistemas, acessos controlados aos sistemas e informações e proteção na geração e tráfego de dados, dentre outras ferramentas de gestão em segurança. Com o objetivo de preservar a total aderência dos controles internos e dos sistemas informatizados, são mantidos programas de treinamento, conscientização e revisões das políticas, focados na absoluta proteção dos dados restritos e de interesse exclusivo de clientes internos, bem como das informações estratégicas da Companhia. Também foi implantado o Plano de Continuidade de TI, que formaliza as ações a serem adotadas para que, em momentos de crise, a recuperação e a continuidade dos processos de negócios sejam efetivas, evitando ou minimizando perdas financeiras tanto para a Companhia como para as partes interessadas.

Em linha com as melhores práticas de segurança disponíveis no mercado, anualmente a Companhia realiza um teste de invasão aos seus sistemas, o “Pentest”, conduzido por empresas especialistas em segurança da informação, buscando identificar vulnerabilidades que possibilitem ataques através de hackers aos sistemas da Companhia. Os resultados destes testes são devidamente reportados à Auditoria Interna, Diretor Administrativo Estatutário e ao Diretor Presidente da Companhia.

IV. *Auditoria Interna*

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Auditoria Interna da Companhia avalia os processos e sistemas de forma independente, verificando sua conformidade com as políticas e normas adotadas através de uma abordagem padronizada e disciplinada, destinada a aprimorar as práticas de gerenciamento de riscos e controles internos, agregando valor à governança corporativa e servindo de referência na tomada de decisão. Além disso, investiga eventuais casos de fraude, desvio de recursos e/ou danos ao patrimônio.

A Auditoria Interna foi implantada em junho de 2004 visando o fortalecimento da governança corporativa, através dos seguintes princípios:

- riscos estejam devidamente identificados e controlados;
- informações financeiras, gerenciais e contábeis estejam íntegras e disponíveis;
- ações dos colaboradores estejam de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos pela Companhia;
- recursos sejam adquiridos ao menor custo, usados de maneira eficiente e adequadamente protegidos; e
- aspectos relacionados com qualidade e melhoria contínua nos processos sejam estabelecidos.

O Departamento de Auditoria da Companhia utiliza uma metodologia de mapeamento de riscos baseada nos frameworks: COSO I ERM - Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway, COBIT 4.1, ITIL 2.0 e ISO27001, obedecendo os seguintes critérios:

- identificar os riscos e controles;
- avaliar o impacto em caso de materialização;
- avaliar a frequência em que o risco pode se materializar.

Anualmente é realizado um plano plurianual, onde são definidos os ciclos de auditoria, sendo:

- Unidades ou processos de risco alto – Auditados anualmente com escopo completo;
- Unidades ou processos de risco médio – Auditados a cada 03 anos com escopo completo;
- Unidades ou processos de risco baixo – Auditados a cada 05 anos com escopo limitado.

Os testes de auditoria são realizados com base na matriz de riscos, na matriz de controles internos e considerações da liderança (Presidente do Conselho de Administração, Presidentes das Divisões de Negócio e Diretores Executivos) e dos membros do Comitê de Auditoria. Além disso, o departamento de Auditoria também utiliza ferramentas de auditoria contínua, permitindo o monitoramento on-line dos mais diversos indicadores de riscos e possibilitando a demonstração tempestiva da evolução dos riscos para Alta Administração.

Os resultados dos trabalhos e planos de ação são reportados ao Presidente e ao Comitê de Auditoria. Mensalmente, a Auditoria Interna acompanha o status dos planos de ação, visando a garantia da implementação e sua efetividade.

V. *Ouvidoria*

A Ouvidoria da Companhia foi criada em 2010 e é o canal de comunicação disponibilizado a todos os colaboradores, clientes, fornecedores ou qualquer pessoa que possua algum

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

relacionamento com o grupo JBS, para que possam compartilhar suas reclamações, sugestões ou elogios. Tem como principal objetivo acolher as manifestações e buscar soluções definitivas, orientando decisões, promovendo a melhoria contínua dos processos de trabalho, atuando com transparência, respeito, coerência, confiabilidade, ética e, principalmente, sigilo.

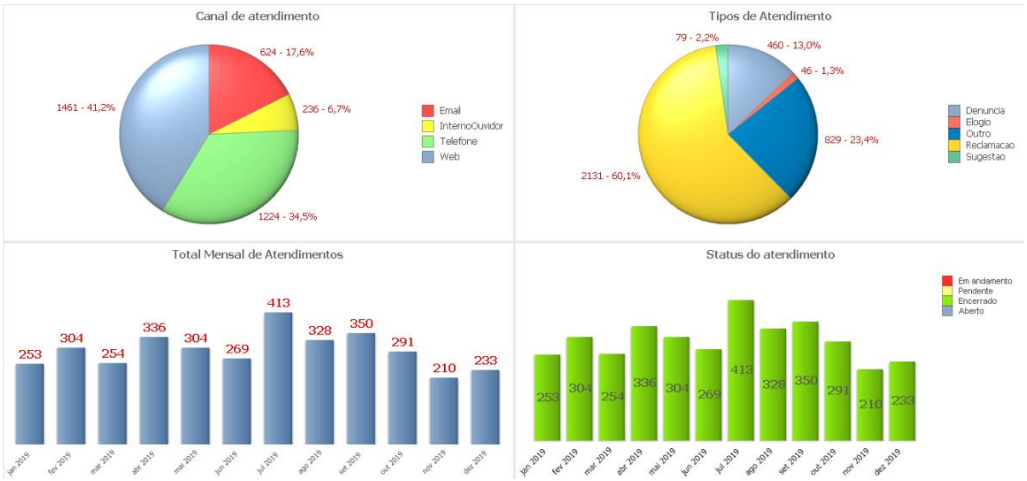
Desde 2015 a Companhia implantou seu sistema de Ouvidoria, automatizando todo o processo de registro de reclamações e seus respectivos indicadores.

Anualmente é realizada uma ampla campanha de divulgação da Ouvidoria em todas as unidades através dos canais de comunicação interna, além de banners e quadros informativos distribuídos pelas plantas da Companhia, informando os contatos da Ouvidoria. Esta informação também é divulgada na intranet e publicada no site da Companhia. Além disso, todos os novos funcionários participam de um treinamento presencial quando de sua integração, durante o qual recebem informações mais detalhadas sobre o canal de Ouvidoria. Os contatos com a Ouvidoria podem ser realizados pelo e-mail ouvidoria@jbs.com.br, telefone 0800-770-4100 ou pela internet através do site www.ouvidoria.jbs.com.br.

Os assuntos reportados à Ouvidoria são analisados e encaminhados ao Diretor responsável para análise e providências cabíveis. Após tratativas, a Ouvidoria entra em contato com o reclamante a fim de informar sobre as ações realizadas. Além disso, a Ouvidoria reporta as atividades por ela desempenhadas aos Presidentes de cada negócio que avaliam o andamento dos trabalhos e a necessidade de adoção de novas medidas.

Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, a Companhia criou, em dezembro de 2017, um canal independente exclusivo para recebimento de denúncias, denominado “Linha Ética”. Neste novo canal, os casos relacionados a fraudes, desvios de recursos, danos ao patrimônio, conflitos de interesses, assédio, entre outros são registrados e sua gestão é responsabilidade da Diretoria de Compliance Corporativo. Assim sendo, desde dezembro de 2017, a Ouvidoria não reporta denúncias, os casos eventualmente recebidos, são encaminhados à Linha Ética para o seu devido tratamento.

Em 2019, a Ouvidoria JBS registrou 3.545 atendimentos classificados conforme abaixo:



Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, a Companhia criou, em dezembro de 2017, um canal independente exclusivo para recebimento de denúncias, denominado “Linha Ética”. Neste novo canal, os casos relacionados a fraudes, desvios de recursos, danos ao patrimônio, conflitos de interesses, assédio, entre outros são registrados e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

sua gestão é responsabilidade da Diretoria de Compliance Corporativo. Assim sendo, desde dezembro de 2017, a Ouvidoria não reporta denúncias, os casos eventualmente recebidos, são encaminhados à Linha Ética para o seu devido tratamento.

VI. *Compliance Corporativo*

Em 2017, a Companhia reestruturou seu departamento de *Compliance*. A área passou a contar com um Diretor Global, responsável pela implementação e supervisão das iniciativas da área em todas as regiões de atuação da Companhia. Maiores informações sobre este departamento estão descritos no item 5.4 deste Formulário de Referência.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

I. *Conselho de Administração*

O Conselho de Administração da Companhia toma decisões colegiadas, cuja vontade é expressada mediante deliberação e voto da maioria dos Conselheiros, não conferindo a seus membros, isoladamente, qualquer atribuição na administração da Companhia. Dentre outras atribuições relacionadas ao ambiente de controles internos, cabe ao Conselho de Administração: determinar a orientação geral dos negócios da Companhia definindo sua missão, objetivos e diretrizes; aprovar políticas de gestão de riscos e financeiras; fiscalizar a gestão da diretoria e dos diretores; aprovar a criação de Comitês, bem como os respectivos regulamentos, que conterão, além de outras matérias de interesse da Companhia, as regras específicas relativas aos trabalhos, competência, remuneração e procedimentos; escolher e destituir os auditores independentes. Com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança, em 2017 a Companhia reformulou a estrutura dos comitês que apoiam o Conselho de Administração. A companhia conta com o apoio de cinco comitês específicos que o auxiliam nas deliberações estratégicas para o negócio: Comitê de Auditoria, Comitê de Sustentabilidade, Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, Comitê de Partes Relacionadas e Comitê de Governança e Remuneração. Exceto pelo Comitê de Partes Relacionadas, as reuniões ocorrem ordinariamente a cada 3 (três) meses, ou, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pelo Presidente do Conselho de Administração.

II. *Comitê de Auditoria*

O Comitê de Auditoria tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas atribuições com relação à qualidade dos relatórios financeiros da Companhia, bem como com relação aos processos de gestão de riscos e às atividades dos auditores internos e independentes. O Comitê revisa os trabalhos conduzidos pela auditoria interna e aprova as diretrizes e os planos de ação para o exercício em curso, além de avaliar as demonstrações financeiras trimestrais e anuais e apreciar os relatórios emitidos por órgãos reguladores sobre a Companhia que tenham relação com o escopo do Comitê, além de elaborar relatório anual resumido contendo a descrição das suas atividades, que é enviado ao Conselho de Administração.

III. *Comitê de Sustentabilidade*

O Comitê de Sustentabilidade orienta o Conselho de Administração com relação aos riscos e oportunidades existentes nas ações de sustentabilidade. É responsável por cuidar e conectar todos os assuntos relacionados ao tema nos negócios da companhia, em seus aspectos globais, tais como: identificação, abordagem e tratamento de assuntos críticos que resultem em riscos ou impacto nos negócios; acompanhamento e implementação de políticas, estratégias e ações específicas; e avaliação de propostas de investimentos em sustentabilidade.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

IV. *Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos*

Este Comitê auxilia o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária nas análises dos reflexos do cenário econômico mundial na política financeira da Companhia. Atua no aprimoramento de regras e procedimentos para controle e gestão de riscos de mercado e de crédito com o objetivo de diminuir o risco de oscilação de preços e gerar valor aos acionistas, além de contribuir para a mitigação de outros riscos que a companhia está naturalmente exposta.

V. *Comitê de Partes Relacionadas*

O Comitê de Partes Relacionadas busca assegurar que as transações da Companhia e de suas controladas e coligadas, envolvendo partes relacionadas sejam realizadas levando em consideração em primeiro lugar o melhor interesse da Companhia, em condições ordinárias de mercado, negociadas de forma independente, mediante processo transparente, ético, em conformidade com a legislação vigente e em termos não menos favoráveis à Companhia do que seriam caso fossem realizadas com terceiros que não são Partes Relacionadas, sob as mesmas circunstâncias ou em cenários similares.

VI. *Comitê de Governança e Remuneração*

É um órgão interno de caráter consultivo. Possui funções técnicas que têm por finalidade implementar práticas e políticas baseadas nos mais altos padrões globais de governança corporativa e *compliance*, bem como acompanhar o cumprimento de tais práticas e políticas pela Companhia.

VII. Diretor Presidente (CEO)

Compete ao Presidente exercer a direção executiva da Companhia, cumprindo-lhe, para tanto, organizar, coordenar e supervisionar as atividades dos Presidentes dos Negócios e Diretores Corporativos, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração.

VIII. *Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos*

Esta diretoria foi criada em outubro de 2017 e é responsável na América do Sul pela Gerência de Auditoria Interna, Gerência de Controles Internos e também pela área de Ouvidoria. Reporta-se de forma independente ao Comitê de Auditoria, fornecendo a este as informações técnicas necessárias relacionadas ao ambiente de controles internos da Companhia.

IX. *Compliance Corporativo*

Em 2017, com a criação da Diretoria Global de Compliance, o reporte do departamento foi alterado, passando a responder diretamente ao Conselho de Administração. Também foi criado o Comitê de Governança e Remuneração, responsável por auxiliar o Conselho no monitoramento das atividades da área.

(c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A efetividade dos controles é regularmente monitorada como parte da gestão, já que um controle inicialmente eficaz pode tornar-se ineficaz devido a alterações no ambiente

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

operacional. Mudanças nos controles também podem ocorrer devido a mudanças nos processos, nos sistemas de tecnologia da informação ou de pessoal.

A administração da Companhia é responsável por estabelecer e manter um controle interno eficaz das informações financeiras e pela avaliação da eficácia do controle interno. Conforme descrito nos itens 5.3(a) e 5.3(b), a eficiência dos controles internos é supervisionada pelos membros da Diretoria da Companhia, de forma individual, e pelo Conselho de Administração, de forma colegiada e consolidada.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A Administração entende que as deficiências e recomendações sobre os controles internos da Companhia apontadas pelos auditores independentes não causaram impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Abaixo, seguem as deficiências apontadas e recomendações sugeridas pelo Auditor Independente em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

O relatório circunstanciado do Auditor Independente não apontou deficiências materiais nos controles internos da Companhia e de suas controladas. As recomendações do Auditor Independente resumem-se em melhorias nos procedimentos de conciliação contábil com determinados relatórios financeiros e tributário na Companhia e nas suas controladas. Também, foi apontado pelo Auditor Independente a necessidade de melhorias em determinados procedimentos de controle do departamento de tecnologia da informação.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A administração da Companhia reconhece os apontamentos pontuais que resultaram nas recomendações dos auditores sobre melhorias nas conciliações contábeis e entende que não representam deficiências significativas e que são rotineiramente monitorados pela contabilidade. As melhorias em controles de tecnologia da informação não representam riscos à segurança dos sistemas computacionais da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de Integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

A área de Compliance da JBS realiza periodicamente a avaliação dos riscos de Compliance da Companhia. Estes são identificados, classificados e acompanhados através de uma matriz baseada em probabilidade e impacto, pela qual dependendo da situação identificada, pode gerar a criação ou revisão de uma política, a implantação de um controle ou a necessidade de um monitoramento. Estas ações visam eliminar ou reduzir os riscos e proporcionar segurança nas operações da Companhia.

A Companhia possui diversas políticas publicadas e vem implementando desde 2017, controles relacionados a temas considerados de risco, por exemplo: doação, patrocínio, brindes/entretenimento, remessa de valores para as unidades operacionais, concessão de descontos, adiantamentos de viagem, dentre outros.

Adicionalmente, a Companhia possui um robusto processo de *due diligence* de terceiros, onde realiza ampla avaliação reputacional previamente as suas transações comerciais. A JBS também adota um formulário anual de "declaração de conflito de interesses" que é preenchido por funcionários elegíveis como instrumento de registro e controle das situações de possível conflito. Este formulário também faz parte do processo seletivo dos cargos de gestão da Companhia (gerentes e diretores).

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A área responsável pelo Programa de Compliance da Companhia é a Diretoria de Compliance e, atualmente, no Brasil conta com estrutura própria e dedicação exclusiva.

A Diretoria de Compliance tem orçamento próprio e adequado para realizar as atividades necessárias, bem como estrutura física para os colaboradores desempenharem suas funções.

A Diretoria de Compliance se reporta de forma direta e exclusiva ao Conselho de Administração da Companhia.

(iii) código de ética ou de conduta

Conforme detalhado no item 5.2 deste Formulário de Referência, a Companhia possui dois códigos de ética, o Código de Conduta de Parceiros de Negócios aplicável a todos os seus parceiros de negócios ("**CCPN**"), e o Código de Conduta e Ética aplicável a todos os seus colaboradores ("**CCE**").

Os códigos foram originalmente escritos em português com uma linguagem clara e acessível a todos os níveis hierárquicos, sendo também traduzidos para outros 3 idiomas (inglês, espanhol e italiano), os documentos estão disponíveis na rede mundial de computadores no site institucional de Compliance da JBS (www.jbs.com.br/compliance), site de Relação com Investidores e, além disso, no site do Linha Ética JBS. Ademais, ao público interno o Código de Conduta e Ética fica disponível na rede interna de comunicação, denominada Intranet JBS.

Os códigos fazem referência expressa ao canal de denúncias e reforçam a confidencialidade e a garantia de anonimato, a fim de preservar tanto os relatados quanto os colaboradores ou

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

parceiros de negócios. Além disso, preveem, de forma clara, as sanções que podem ser aplicadas se houver descumprimento a tais documentos. Ambos os códigos foram aprovados em sede de reunião do Conselho de Administração, realizada em 28 de março de 2018.

Adicionalmente a Companhia possui uma Política de Consequências do Linha Ética e uma Política sobre o canal de denúncias.

Os colaboradores e membros da alta administração da Companhia, incluindo os membros do Conselho de Administração e comitês de assessoramento são treinados sobre as diretrizes do Código de Conduta e Ética, uma vez ao ano.

No ano de 2018 a Companhia realizou 27.047 horas em treinamentos pelas quais mais colaboradores foram devidamente treinados sobre os aspectos de integridade e conduta da Companhia (este número reflete 98,8 % de todos os colaboradores da Companhia no Brasil).

A divisão nas hierarquias foram as seguintes:

(i) 132 executivos;

(ii) 16.709 posições administrativas;

(iii) 88.526 posições operacionais.

Ao longo de 2019 foram mais de 45.000 horas em treinamentos, sendo estes realizados de forma *online* sobre o tema anticorrupção, bem como nos formatos presencial e online na realização do segundo ciclo de treinamentos sobre o Código de Conduta e Ética. Especificamente sobre o tema Anticorrupção foram 8.084 horas de treinamento, este número reflete 94% dos colaboradores das posições administrativas e alta liderança da Companhia no Brasil.

Sobre o Código de Conduta e Ética foram mais de 37.400 horas de treinamento (este número reflete 98 % de todos os colaboradores da Companhia no Brasil).

Em relação ao treinamento sobre o CCE, a divisão por nível hierárquico foi:

(i) 133 executivos;

(ii) 17.783 posições administrativas;

(iii) 98.726 posições operacionais.

Lembrando que o treinamento do Código de Conduta e Ética é aplicado a todos os públicos da Companhia, incluindo o Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento ao conselho.

Nos termos do CCE, a falha em cumprir com o código ou políticas da Companhia sujeitará o infrator às medidas disciplinares que podem incluir rescisão da relação de emprego e outras consequências, conforme permitido por lei.

Quaisquer falhas em relação ao cumprimento do CCPN, serão apuradas pela área de *Compliance* e remetidas para análise e deliberação – das medidas cabíveis – do Comitê de Ética Institucional da Companhia. As medidas aplicadas aos Parceiros de Negócios são avaliadas caso a caso, sendo que as penalidades aplicáveis incluem o bloqueio de pagamentos ao parceiro, redução do escopo da prestação de serviços anteriormente pactuado, rescisão contratual, entre outros.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(b) canal de denúncia

A Companhia conta com canal de denúncias externo e independente para realização de eventuais denúncias, o qual visa assegurar que o denunciante seja ouvido de forma sigilosa e tenha o seu anonimato assegurado. Tal canal reforçar a cultura de transparência e a de proteção do denunciante de boa fé.

O canal de denúncias da Companhia, chamado Linha Ética JBS, está disponível a todos os públicos de relacionamento da Companhia (colaboradores, fornecedores, clientes, investidores, entre outros). Feito para que sejam relatadas irregularidades ou comportamentos não condizentes com o Código de Conduta e Ética, está disponibilizado em quatro idiomas (português, inglês, espanhol e italiano) e com atendimento 24 horas por dia nos 7 dias da semana.

Para acessar www.linhaeticajbs.com.br ou 0800 377 8055 (Brasil), 0800 666 1659 (Argentina) e 000 401 90861 (Uruguai).

A empresa externa e especializada responsável pela administração do Linha Ética JBS registra a denúncia, classifica-a de acordo com o tema e criticidade do relato e envia as informações para a área de Compliance da Companhia, para que tenha início o adequado processo de apuração.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

Uma política que versará sobre o tema está fase de elaboração. Adicionalmente, foi criado um documento interno com assuntos a serem avaliados por diversas áreas, dentre elas a área de Compliance.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas nos principais riscos

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, sua situação financeira e os resultados de suas operações de forma adversa. A Companhia está constantemente monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, através do acompanhamento dos principais indicadores de seu desempenho. A Companhia acredita possuir elevado grau de controle sobre seus fornecedores, visando a evitar qualquer tipo de efeito adverso em suas atividades. A Companhia adota política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa.

Em relação aos riscos financeiros nos quais a Companhia incorre, a Companhia tenta geri-los por meio do uso de gestão de riscos e programas de hedge, incluindo futuros e opções, relativos ao risco de flutuação da moeda decorrente de vendas ou vendas antecipadas de nossos produtos acabados que são denominados em outras moedas que não dólares americanos. No entanto, tais estratégias não descaracterizam a incidência de tais riscos em sua totalidade.

Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados no item 4 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a este item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	16/12/1998
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	27/03/2007

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

6.3 - Breve histórico

A Companhia foi fundada em 1953 por José Batista Sobrinho, que iniciou as operações de uma pequena planta de abate, na Cidade de Anápolis, Goiás, com capacidade de abate de cinco cabeças de gado por dia. Constituída em 10 de dezembro de 1998, a Companhia iniciou suas operações sob o nome Friboi Ltda. em 1999 e, em 2006, mudou sua denominação para JBS S.A.

Em 2007, a JBS S.A. concluiu sua oferta pública inicial no Brasil, com a venda de 150.000.000 de ações ordinárias, com um lucro líquido total de R$ 1.152,0 milhões. Em 2010, a JBS S.A. concluiu uma oferta de ações subsequentes de 200.000.000 de ações ordinárias, com um lucro líquido total de R$ 1.562,5 milhões.

Em 2007, a Companhia adquiriu a embaladora de carne norte-americana, a Swift&Company por aproximadamente US$ 1,5 bilhão. Essa aquisição representou a primeira grande expansão da Companhia nos Estados Unidos.

Em 2009, a JBS adquiriu 64% do capital total da Pilgrim's Pride Corportion ("**PPC**"), uma das maiores processadoras de frango nos Estados Unidos, com operações no México e Porto Rico. Como resultado de compras subsequentes, na data deste Formulário de Referência, a Companhia possuía 78,5% do capital social total da PPC.

Em 2009, a J&F e a ZMF Fundo de Investimentos em Participações, um fundo de investimento brasileiro de propriedade dos controladores indiretos da Companhia, firmaram um acordo de associação com os acionistas controladores da Bertin S.A. ("**Bertin**"), uma empresa brasileira que era um dos maiores exportadores de carne bovina e outros subprodutos de gado na América Latina.

De 2012 a 2017, a Companhia celebrou e concluiu uma série de contratos de arrendamento e aquisições que aumentaram sua capacidade de produção de: (1) produtos de frango e carne suína no Brasil; (2) produtos de carne bovina no Brasil, Canadá e Estados Unidos; (3) alimentos processados no Brasil e na Austrália; (4) produtos de frango no México; e (5) produtos de couro.

Abaixo está um breve resumo de outras transações corporativas relevantes que a Companhia realizou desde 2016.

Aquisição do GNP

Em 6 de janeiro de 2017, a Companhia concluiu a aquisição de 100% da participação do GNP na Maschhoff Family Foods, LLC por um preço agregado de US$ 357 milhões. O GNP é um negócio de aves verticalmente integrado, com sede em St. Cloud, Minnesota. O negócio adquirido tem uma capacidade de produção de 2,1 milhões de aves por semana de trabalho de cinco dias em suas duas unidades e atualmente emprega aproximadamente 1.500 pessoas. A aquisição do GNP fortaleceu ainda mais a posição estratégica da Companhia no mercado de frango dos EUA.

Aquisição de *Plumrose*

Em 1º de maio de 2017, a Companhia concluiu a aquisição da participação da Danish Crown A/S na da Plumrose USA por um preço de US$228 milhões ("**Aquisição de Plumrose**"). A Aquisição Plumrose inclui cinco unidades de produtos preparados, incluindo uma em Elkhart, Indiana, duas em Council Bluffs, Iowa, uma em Booneville, Mississippi, e uma em Swanton, Vermont, e dois centros de distribuição em South Bend, Indiana, e Tupelo, Mississippi. A Plumrose USA oferece uma variedade de alimentos de marca e preparados, incluindo bacon, presuntos, carnes fatiadas e costelas cozidas.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Venda da JBS Mercosul

Em 5 de junho de 2017, a Companhia celebrou um contrato de compra de ações com certas subsidiárias da Minerva S.A., para a venda de todas as participações societárias da Companhia nas empresas que juntas compõem todos os negócios de carne bovina, gado vivo e subprodutos bovinos da Companhia na Argentina, Uruguai e Paraguai. O preço total de venda da JBS Mercosul foi de US$ 300,0 milhões, mais um ajuste de capital de giro de aproximadamente US$ 23,0 milhões (R$ 71,0 milhões). A venda da JBS Mercosul foi concluída em 31 de julho de 2017.

Programa de Desinvestimento

Em 20 de junho de 2017, a JBS S.A. anunciou que seu conselho de administração aprovou um plano para alienar certos ativos e usar os recursos da venda para reduzir o endividamento da Companhia e, assim, fortalecer sua posição financeira. O Programa de Desinvestimento incluiu a venda da participação da Companhia de 19,43% na Vigor, os ativos da JBS Five Rivers e o confinamento canadense da Companhia a terceiros e a venda da participação da Companhia de 100% na Moy Park para sua subsidiária PPC. O Programa de Desinvestimento foi concluído em março de 2018 com o fim da venda da JBS Five Rivers. A Companhia arrecadou aproximadamente R$ 6,0 bilhões por meio do Programa de Desinvestimento e da venda da JBS Mercosul e usaram uma parcela substancial desses recursos para reduzir sua dívida.

Venda da Moy Park

Em 8 de setembro de 2017, a JBS S.A. concluiu a venda de 100% das ações ordinárias emitidas e em circulação da Granite, holding que detém a Moy Park, à Onix Investments UK Limited, uma subsidiária integral da PPC. O preço de venda foi de £ 1,0 bilhão, consistindo em £ 230,0 milhões (US$ 301,3 milhões) em dinheiro, £ 562,5 milhões (US$ 736,8 milhões) na forma de uma nota promissória emitida pela Onix Investments UK Limited, e garantida pela PPC, à JBS S.A., ou Notas Sêniores da JBS SA, e assunção pela PPC de certas dívidas da Moy Park e de suas subsidiárias. Em 2 de outubro de 2017, a PPC utilizou uma parcela dos recursos provenientes da emissão realizada em setembro de 2017 de US$ 250,0 milhões de suas Notas Sêniores de 5,750% com vencimento em 2025 e US$ 600,0 milhões em valor principal agregado de suas Notas Sêniores de 5,875% em 2027 para reembolsar as Notas Sêniores da JBS SA na íntegra. Como resultado da Venda da Moy Park, na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui 78,4% do capital social total da Granite. Essa transação foi reconhecida como uma transação de controle comum.

Venda da Vigor

Em 26 de outubro de 2017, a Companhia concluiu a venda de sua participação acionária de 19,43% na Vigor para o Lala Group, S.A.B. de C.V. De acordo com os termos do contrato de compra e venda, a Companhia recebeu aproximadamente R$ 785,9 milhões da venda da Vigor durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e receberam mais R$ 62,0 milhões nos próximos anos.

Venda da Canadian Feeldlot

Em 30 de outubro de 2017, a Companhia concluiu a venda dos ativos de confinamento de gado pertencentes e operados pela JBS Canadá. A Contraprestação incluiu o pagamento em dinheiro e por meio de outras obrigações, incluindo a transferência de bens imóveis e equipamentos. Parte dos recursos foi utilizada para pagar integralmente o empréstimo contraído por meio da linha de crédito canadense da JBS USA.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Venda da JBS Five Rivers

Em 16 de março de 2018, a Companhia concluiu a venda da empresa de confinamento, a JBS Five Rivers Cattle Feeding LLC ("**JBS Five Rivers**") a afiliadas da Pinnacle Asset Management, L.P. por um preço de aproximadamente US$185,7 milhões. A JBS Five Rivers é uma das maiores empresas de confinamento nos Estados Unidos. Fornece serviços de confinamento de gado, com gado pertencente a terceiros em troca de taxas. A JBS Five Rivers possui 11 confinamentos de gado nos Estados Unidos, com uma capacidade de alimentação única de mais de 900.000 bovinos, localizados no Colorado, Idaho, Kansas, Oklahoma, Arizona e Texas.

Como resultado do anúncio, em junho de 2017, do Programa de Desinvestimento, que incluía o plano de venda da JBS Five Rivers, os ativos da JBS Five Rivers, incluindo ágio, foram reclassificados para ativos mantidos para venda em 31 de dezembro de 2017. Os passivos relacionados aos ativos da JBS Five Rivers mantidos para venda também foram reclassificados e incluídos no passivo acumulado como passivo relativos aos ativos mantidos para venda em 31 de dezembro de 2017.

Venda dos ativos de confinamento de gado da JBS Austrália

Em 12 de julho de 2018, a JBS Australia celebrou um acordo com a Rural Funds Management ("**RFM**"), uma empresa australiana que possui e administra um portfólio de ativos agrícolas, para abastecer as plantas da JBS Austrália para o gado alimentado com grãos. O contrato inclui a venda dos ativos de confinamento de gado pertencentes à JBS Australia para a RFM, com um arrendamento de 10 anos relacionado à JBS Australia, nos termos do qual a JBS Australia continuou a operar e gerenciar os confinamentos. A RFM fornece o gado a ser alimentado e abatido nos confinamentos que, sob o contrato de arrendamento, são operados e gerenciados pela JBS Austrália. O contrato inclui uma opção para a recompra de ativos no final do quinto ano e uma opção de venda exercível por comprador terceiro no final do décimo ano que poderia exigir que a JBS Australia recomprasse os ativos. Como a transferência desses ativos não atende aos requisitos de governança contábeis e não é reconhecida como uma venda para fins de reconhecimento de receita, os ativos de confinamento de gado continuam sendo registrados no ativo imobilizado da JBS USA, excluído a parcela atual da dívida de longo prazo. A venda de uma parte dos ativos de confinamento de gado foi concluída em 29 de outubro de 2018.

Aquisição de Processadora de Suínos em Sebereri – RS

Em 26 de abril de 2019, a Seara Alimetnos Ltda. celebrou contrato de compra e venda com a Adelle Indústria de Alimentos Ltda. e demais garantidoras, para a compra de uma processadora de suínos, incluindo sistema de integração, localizados no município de Seberi, Estado do Rio Grande do Sul. A operação foi aprovada pelo Conselho de Administrativo de Defesa da Concorrência – CADE em 23 de maio de 2019, e foi concluída em 1 de agosto de 2019.

Aquisição da Tulip Company

Em 28 de agosto de 2019 a PPC assinou contrato para aquisição da Tulip Company ("**Tulip**"), líder na produção de carne suína e alimentos preparados com operações no Reino Unido, em uma transação avaliando a Tulip em £290 milhões (ou aproximadamente US$354 milhões) para criar uma líder em proteína e alimentos preparados na Europa por meio da expansão do portfólio de alimentos preparados para 21% das vendas globais da Pilgrim´s. A operação foi concluída em 15 de outubro de 2019.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Aquisição da Marba

Em 6 de novembro de 2019, a Companhia celebrou contrato de compra e venda para aquisição do Frigorífico Marba Ltda. ("**Marba**"). Essa aquisição está em linha com a estratégia da Companhia de ampliar a participação de produtos de maior valor agregado e de marcas em seu portfólio. Com faturamento anual de cerca de R$350 milhões, a Marba é uma das marcas mais tradicionais no segmento de frios e embutidos e referência no segmento de mortadelas no Estado de São Paulo. A consumação desta operação estva sujeita à aprovação da autoridade brasileira de defesa da concorrência, dentre outras condições usuais a este tipo de operação. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência – CADE em 4 de dezembro de 2019.

Aquisição da Empire Packing

Em 18 de fevereiro de 2020, a JBS USA celebrou um acordo de aquisição de participação acionária com a Empire Packing Company, L.P. ("**Empire**") para adquirir unidades produtivas de *case ready* e a marca Ledbetter por um total de US$238 milhões.

A aquisição inclui cinco unidades produtivas localizadas em Cincinnati (Ohio), Denver (Colorado), Mason (Ohio), Memphis (Tennessee) e Olympia (Washington), além da marca de produtos ofertados no varejo, Ledbetter. A operação foi concluída em 06 de abril de 2020.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia fundado em valor relevante.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 6 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

7.1 - Descrição das atividades da Companhia e suas controladas

Visão Geral da Companhia

Sediada no Brasil, na cidade de São Paulo, a JBS é a maior empresa privada não financeira do País[1], de capital aberto, com ações listadas na B3 e ADRs *(American Depositary Receipts*) negociados no mercado de balcão OTCQX.

A JBS é a segunda maior empresa de alimentos do mundo[2], líder global em diversos segmentos em que atua. Com um portfólio diversificado de marcas e produtos, opções que vão desde carnes in natura e congelados, até produtos de valor agregado, prontos para o consumo, como os preparados e processados. Comercializa esses produtos por meio de marcas reconhecidas pela excelência e inovação, líderes em seus respectivos mercados, como Friboi, Seara, Swift, Primo, Pilgrim's Pride, Moy Park, Just Bare, entre outras.

Conduzindo suas operações com foco em excelência operacional, em alta qualidade e segurança dos alimentos, e na adoção das melhores práticas de sustentabilidade em toda sua cadeia de valor, a JBS atua por meio de uma plataforma global e diversificada de produção e distribuição de alimentos, com unidades produtivas e escritórios comerciais em mais de 20 países e mais de 240 mil colaboradores.

Atende mais de 275 mil clientes em mais de 190 países, carteira que abrange diversos tipos de varejistas desde grandes redes e redes regionais, até o pequeno varejo, além de clubes de atacado e empresas do setor de food service (restaurantes, hotéis, distribuidores de serviços de alimentação e processadores complementares).

O compromisso com a inovação também direciona a gestão de negócios correlacionados, como couros, biodiesel, colágeno, higiene pessoal e limpeza, invólucros naturais, soluções em gestão de resíduos sólidos, embalagens metálicas e transportes, e as práticas de sustentabilidade adotadas na cadeia de valor. Um exemplo é o monitoramento constante dos fornecedores de gado por meio do uso de imagens de satélite, mapas georreferenciados das fazendas e acompanhamento de dados oficiais de órgãos públicos.

A Companhia acredita ser a maior empresa de proteínas do mundo, com receita líquida de R$204,5 bilhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2019. A Companhia atua no processamento de carnes bovina, suína, ovina e de frango, além do processamento de couros e subprodutos. Atualmente, a Companhia acredita ser:

- Líder em produção e exportação de carne bovina do mundo, com operações no Brasil, Austrália, Canadá e Estados Unidos, com capacidade de processamento global de 76,4 mil bovinos/dia;
- A maior produtora de carne de frango do mundo, com operações nos EUA, México, Porto Rico, Reino Unido e Brasil, com capacidade de processamento global de 13,8 milhões de aves/dia;
- A segunda maior produtor de carne suína dos EUA e uma das maiores produtoras do Brasil, com uma capacidade de processamento de 130,5 mil suínos/dia;

1 Fonte: jornal Valor Econômico
2 Fonte: Bloomberg

7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista

7.1-A - Sociedade de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia alterou sua estrutura de gestão e passou a reportar seis segmentos operacionais, conforme abaixo.

- **Brasil:** Estão incluídos neste segmento todas as atividades operacionais da Controladora e suas controladas, substancialmente representadas pelo abate de bovinos, frigorificação e industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados de origem bovina, tais como: couros, colágeno e demais subprodutos, produzidos no Brasil.
- **Seara:** Corresponde a todas as atividades operacionais da subsidiária Seara e suas controladas, substancialmente representadas pelo processamento de aves e suínos, industrialização e comercialização de produtos alimentícios.
- **Bovinos USA:** Corresponde às atividades da subsidiária JBS USA, incluindo as atividades de Austrália e Canadá, referentes ao processamento de bovinos: abate, frigorificação, industrialização e demais subprodutos e derivados, além de serviços de engorda de bovinos.
- **Suínos USA:** Corresponde às atividades de suínos da subsidiária JBS USA, incluindo Plumrose, e Austrália representadas substancialmente pelo abate, frigorificação, industrialização e comercialização de produtos alimentícios.
- **Frangos USA:** Corresponde às atividades operacionais da subsidiária PPC, incluindo Moy Park e Tulip, substancialmente representadas pelo processamento de aves, industrialização e comercialização de produtos alimentícios, nos Estados Unidos, México, Reino Unido e França.
- **Outros:** Devido ao volume percentual representativo dos segmentos operacionais supracitados, os demais segmentos e atividades em que a Companhia atua não se tornam relevantes, sendo estes apresentados como “Outros”.

Antes de 1º de janeiro de 2018, a Companhia reportava em quatro segmentos operacionais, conforme abaixo:

- **Carne Bovina.** O segmento de Carne Bovina incluia principalmente: (i) negócios globais de carne bovina in natura e processada, com plantas de processamento principalmente no Brasil, Estados Unidos, Canadá e Austrália; e (ii) negócios de cordeiro, ovelha e porco in natura e processados na Austrália e Nova Zelândia.
- **Carne Suína.** O segmento de Carne Suína inclui principalmente os negócios globais de carne suína in natura, com plantas de processamento no Brasil e nos Estados Unidos e o negócio de carne suína processada nos Estados Unidos.
- **Carne de Frango.** O segmento de Frango inclui principalmente os negócios globais de aves in natura, com plantas de processamento no Brasil, Estados Unidos, México, Porto Rico e Reino Unido e o negócio de frango processado nos Estados Unidos, México e Porto Rico.
- **Outros.** O segmento de outros inclui principalmente: (i) negócios de frango processado no Brasil e no Reino Unido; (ii) negócios de carne suína processada no Brasil; e (iii)

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

negócios de alimentos preparados, com plantas de processamento no Brasil, Reino Unido, Irlanda, França e Holanda.

Produtos e Serviços

A Companhia gera a maior parte de sua receita em cada segmento com a venda de produtos. A Companhia vende seus produtos no mercado interno nos países onde opera suas instalações, que classificam como vendas domésticas, e em outros países, que classificam como vendas de exportação. Por exemplo, um produto vendido nos Estados Unidos é classificado como uma venda doméstica se produzido em uma das fábricas da Companhia nos Estados Unidos ou como uma venda de exportação se produzido em outro país.

A linha de produtos in natura da Companhia inclui: produtos in natura e congelados de carne bovina e cordeiro (incluindo cortes tradicionais, cortes *prime* e miúdos); produtos suínos in natura e congelados (incluindo carcaças de porco, cortes com osso, cortes desossados, barrigas de porco e miúdos); e produtos de frango in natura e congelados (incluindo frangos inteiros ou em cortes, refrigerados e congelados, partes de frango com osso e frangos prontos para embalagem).

A linha de produtos de valor agregado e de marca inclui: produtos de carne bovina e cordeiro com valor agregado e de marca (incluindo carne congelada cozida e pré-cozida, carne enlatada, cubos de carne bovina e produtos prontos para consumo, como hambúrgueres e salsichas); produtos de porco com valor agregado e de marca (incluindo presunto, bacon, linguiça e carnes processadas); e produtos de frango com valor agregado e de marca (incluindo filés de peito refrigerados e congelados, filés e tiras, delicatessen e saladas, *nuggets* e hambúrguer e partes de frango com osso).

Além disso, a Companhia vende produtos alimentícios preparados (incluindo refeições prontas, pizza congelada e lasanha).

A Companhia também gera receita com os serviços que prestam, incluindo confinamento de gado na Austrália. As operações de confinamento envolvem a acomodação e alimentação personalizadas de gado pertencente a terceiros em troca de taxas. Enquanto o operador de confinamento geralmente vende o gado em nome do proprietário (deduzindo as taxas do produto da venda), o risco final de o gado não ser vendido é suportado pelo proprietário do gado, não pelo confinamento.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas. A partir de 2018, a Companhia alterou sua estrutura de gestão, e as informações por segmentos passaram a ser elaboradas considerando os seguintes segmentos divulgáveis: Brasil, Seara, Bovinos USA, Suínos USA, Frango USA e Outros.

Brasil

Estão incluídos neste segmento todas as atividades operacionais da Controladora e suas controladas, substancialmente representadas pelo abate de bovinos, frigorificação e industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados de origem bovina, tais como: couros, colágeno e demais subprodutos, produzidos no Brasil.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

Seara

Corresponde a todas as atividades operacionais da subsidiária Seara e suas controladas, substancialmente representadas pelo processamento de aves e suínos, industrialização e comercialização de produtos alimentícios.

Bovinos USA

Corresponde às atividades da subsidiária JBS USA, incluindo as atividades de Austrália e Canadá, referentes ao processamento de bovinos: abate, frigorificação, industrialização e demais subprodutos e derivados, além de serviços de engorda de bovinos.

Suínos USA

Corresponde às atividades de suínos da subsidiária JBS USA, incluindo Plumrose, e Austrália representadas substancialmente pelo abate, frigorificação, industrialização e comercialização de produtos alimentícios.

Frangos USA

Corresponde às atividades operacionais da subsidiária PPC, incluindo Moy Park e Tulip, substancialmente representadas pelo processamento de aves, industrialização e comercialização de produtos alimentícios, nos Estados Unidos, México, Reino Unido e França.

Devido ao volume percentual representativo dos segmentos operacionais supracitados, os demais segmentos e atividades em que a Companhia atua não se tornam relevantes, sendo estes apresentados como "**Outros**". Adicionalmente, as eliminações entre segmentos do grupo são apresentadas separadamente.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas descritas nas demonstrações contábeis. A Companhia avalia o seu desempenho por segmento, que de acordo com suas políticas contábeis, inclui a receita líquida, lucro operacional e depreciação.

Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representam 5% ou mais das receitas totais.

A partir de 1 de janeiro de 2018, a Companhia alterou sua estrutura executiva e começou a reportar seis segmentos de negócios. Para mais informações, veja item 10.2 deste Formulário de Referência. As informações por segmento operacional para os exercícios sociais encerrados em 2019, 2018 e 2017 são as seguintes:

Receita Líquida Apresentada por Segmento Operacional

Em R$ milhões	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**					
Segmento	**2019**	**%**	**2018**	**%**	**2017**	**%**
Brasil	31.960,10	15,6	27.578,90	15,2	23.559,97	14,4
Seara	20.360,90	10,0	17.670,08	9,7	17.473,07	10,7
Bovinos USA	87.202,59	42,6	78.644,15	43,3	69.188,90	42,4
Porco USA	23.469,05	11,5	20.774,68	11,4	19.830,12	12,2
Frango USA	45.005,86	22,0	39.881,01	22,0	34.333,24	21,0
Outros	2.432,16	1,2	2.423,73	1,3	3.757,33	2,3
(-) Eliminações Intercompany	-5.907,08	-2,9	-5.292,30	-2,9	-4.972,64	-3,0
Total	**204.523,58**	**100,0**	**181.680,24**	**100,0**	**163.169,98**	**100,0**

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A Companhia não calcula o lucro líquido ou prejuízo separadamente para cada um dos segmentos em que atua tendo em vista que algumas contas apresentadas nas demonstrações de resultado, tais como, despesas e receitas financeiras e imposto de renda e contribuição social, são calculados de forma consolidada. Para informações adicionais acerca de nosso lucro líquido ou prejuízo resultado de nossas operações, ver nossas demonstrações financeiras e item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

Abaixo a Companhia apresenta informações sobre o lucro operacional segregado por segmento.

A partir de 1 de janeiro de 2018, a Companhia alterou sua estrutura executiva e começou a reportar seis segmentos de negócios. Para mais informações, veja item 10.2 deste Formulário de Referência.

As informações por segmento operacional para os exercícios sociais encerrados em 2019, 2018 e 2017 são as seguintes:

Lucro Operacional Apresentada por Segmento Operacional

Em R$ milhões	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**					
Segmento	**2019**	**%**	**2018**	**%**	**2017**	**%**
Brasil	972,48	7,2	468,42	4,7	-756,58	-8,5
Seara	1.069,80	7,9	446,90	4,5	583,74	6,5
Bovinos USA	7.020,99	51,7	5.631.19	56,7	3.470,49	38,8
Porco USA	1.955,24	14,4	1.674,77	16,9	2.242,90	25,1
Frango USA	2.667,07	19,7	1.753,75	17,7	3.494,84	39,1
Outros	-116,23	-0,9	-43,14	-0,4	-91,13	-1,0
(-) Eliminações Intercompany	-1,30	-2,9	-	-	-	-
Total	**13.568,04**	**100,0**	**9.931,89**	**100,0**	**8.944,26**	**100,0**

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) características do processo de produção

Brasil e Bovinos USA

A JBS possui 2 unidades de negócios cuja principal operação é a de produção de carne bovina, sendo elas Brasil e Bovinos USA.

A operação no Brasil possui unidades de produção de carne bovina em funcionamento, além de contar com uma operação de processamento de Couros, enquanto que a unidade de negócio Bovinos USA possui unidades nos Estados Unidos, na Austrália e no Canadá.

O processo de produção da carne bovina tem início no abate de bovinos. A JBS, por não criar gado bovino em suas propriedades, o adquire de produtores locais e no mercado spot, conforme suas necessidades. O gado é transportado às suas unidades frigoríficas, que abatem, cortam, processam e embalam a carne bovina.

Na cadeia produtiva da carne há três principais componentes:

i. ***Abatedouro***: responsável pelo abate dos animais para a produção de carcaças e couros, dentre outros produtos, não havendo processos de industrialização de carnes;

ii. ***Frigorífico***: que pode também possuir um abatedouro ou então comprar a carne em carcaça para processamento e/ou industrialização da carne; e

iii. ***Graxaria***: responsável pela industrialização de resíduos como sangue e gorduras, bem como subprodutos, sendo destes os mais comuns: sebo, sangue e ossos, os quais são utilizados na produção de farinha de sangue e de ossos, destinados a graxas e outros produtos usados nas mais diversas indústrias.

Do abate, pode-se extrair: carcaça, gorduras, tripas, vísceras, couro, subprodutos e resíduos.

O processo de produção de carne bovina, bem como as operações subsequentes a ele, é regulamentado por uma série de normas sanitárias com a finalidade de dar, de forma integral, toda a segurança alimentar aos consumidores. Para tanto, são realizadas inspeções rotineiras e fiscalizações de qualidade pela área responsável pelo controle de qualidade da Companhia, bem como pelos órgãos públicos responsáveis pela vigilância sanitária.

A carne e as vísceras de bovinos obtidas por meio do abate seguirão para as operações de corte e embalagens ou então poderão ser industrializadas e transformadas em diversos produtos, tais como: salsichas, linguiças, salames, patês, carnes enlatadas, caldos de carnes concentrados, entre outros.

Couro

O processo de produção de couros se dá com a retirada da pele do animal após o abate. Este couro, conhecido como couro cru ou couro verde, é imediatamente salgado sendo posteriormente transportado para o curtume. O processo de preparação da pele inicia-se com a descarneamento e a depilação do couro que é, então, colocado em banho de cromo.

Após o banho de cromo, o couro passa a ser chamado de wet blue (também conhecido como azul molhado, graças à coloração azulada que ele ganha após o banho de cromo), passando então

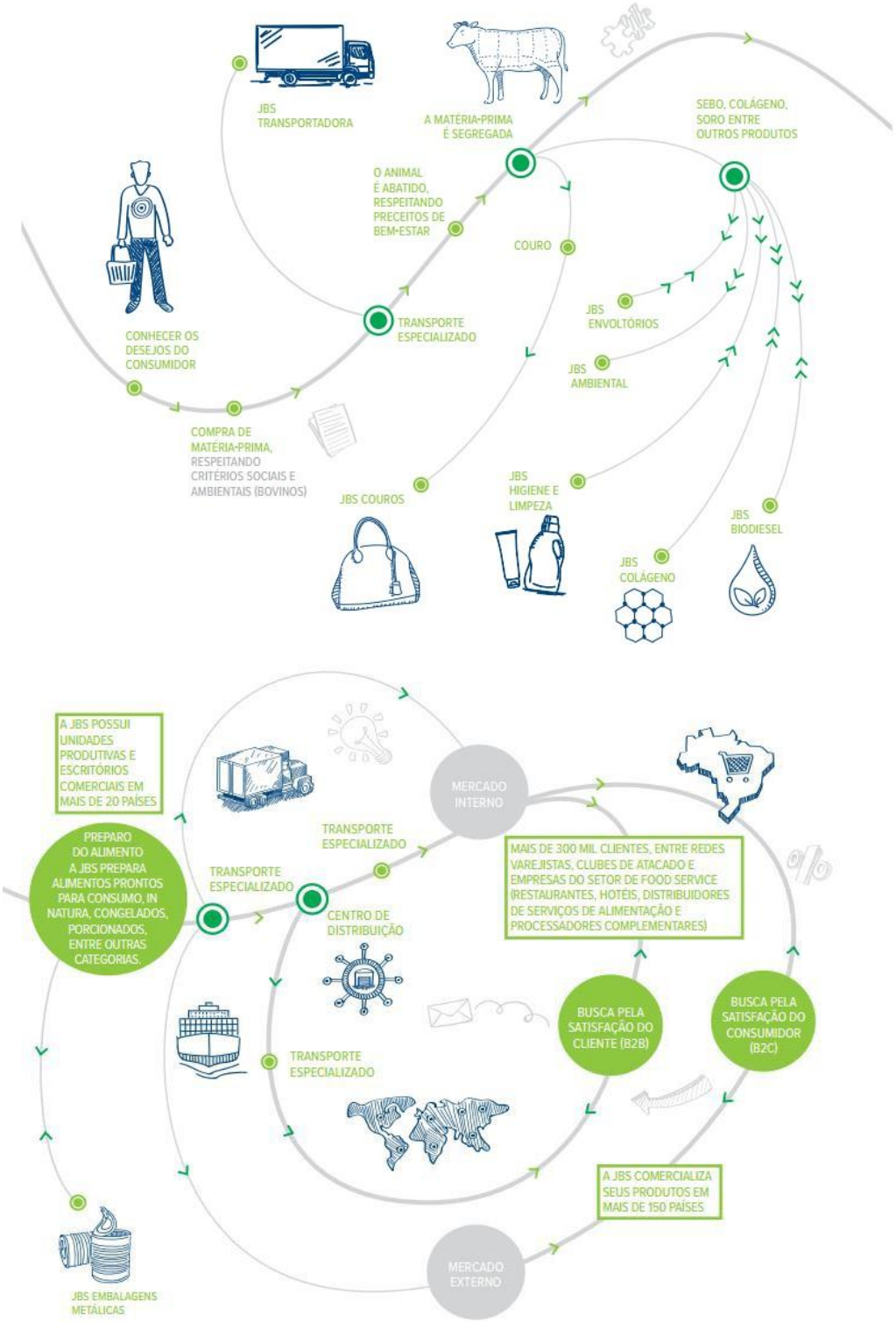
7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

pelas etapas de descalcinação, purga, piquelagem, remoção de gorduras e curtimento, chegando ao estágio de couro semiacabado.

Após os processos de enxugamento, rebaixamento, neutralização e prensagem, o couro semiacabado poderá ser processado para as mais diferentes finalidades, sendo tingido, recurtido, secado e lixado.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Cadeia de Valor de Bovinos



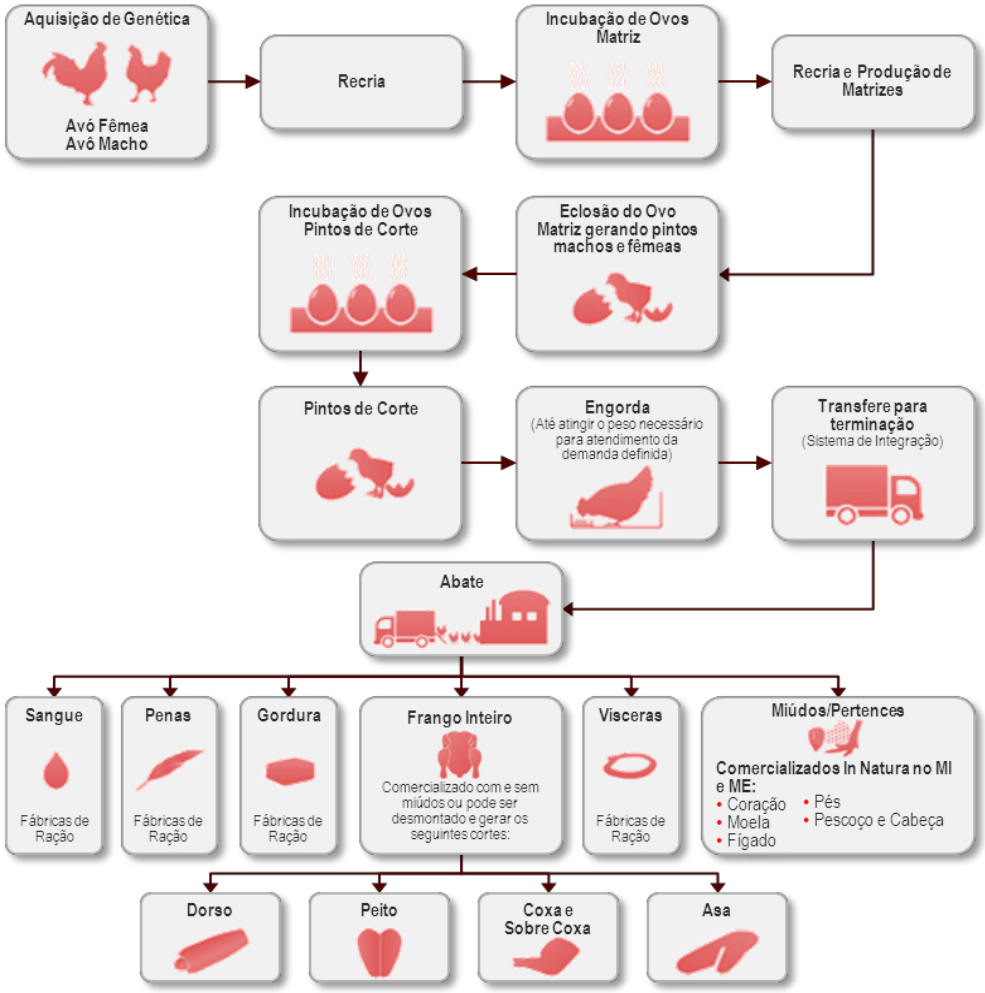
7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Seara e Frango USA (“Pilgrim’s Pride”)

A JBS possui dois negócios que envolvem a produção de carne de frango, sendo eles a Seara, com operações no Brasil, e a Pilgrim’s Pride, com operações nos Estados Unidos, México e Europa.

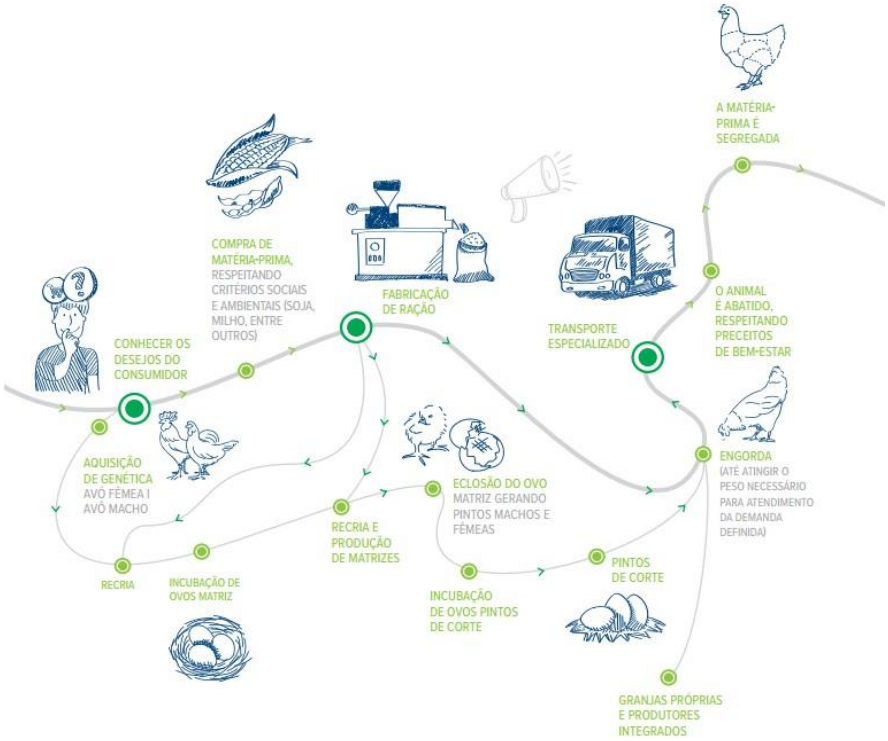
O processo produtivo de carne de frango, e de outras aves, inicia-se com a compra de avós (aves reprodutoras), as quais produzem os ovos que darão origem às matrizes que, por sua vez, darão origem aos frangos de corte. Os ovos são recolhidos das granjas e classificados, depois são desinfetados e enviados em caminhões climatizados aos incubatórios. Nos incubatórios, existem máquinas que incubam os ovos durante um tempo médio de 21 dias. Posteriormente, a partir do nascimento dos pintos, estes são examinados, classificados e vacinados. Os pintos com um dia de vida são colocados em caixas e seguem para o processo de engorda.

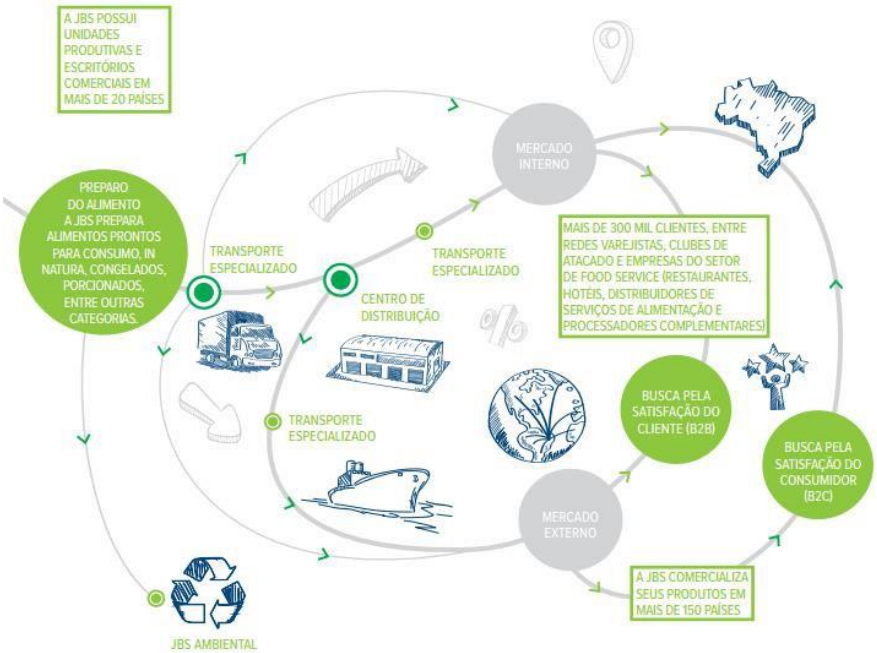
O ciclo completo, do nascimento do pinto até o atingimento do peso ideal para o abate leva aproximadamente 43 dias, quando o frango é descarregado, pendurado e, em seguida, abatido, podendo ser vendido inteiro ou em partes. Após o abate, a ave é escaldada e depenada, sendo levada para a primeira lavagem e inspeção de qualidade, passando posteriormente por diversos processos até o produto final ser embalado e expedido, conforme demonstrado a seguir:



7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Cadeia de Valor de Aves





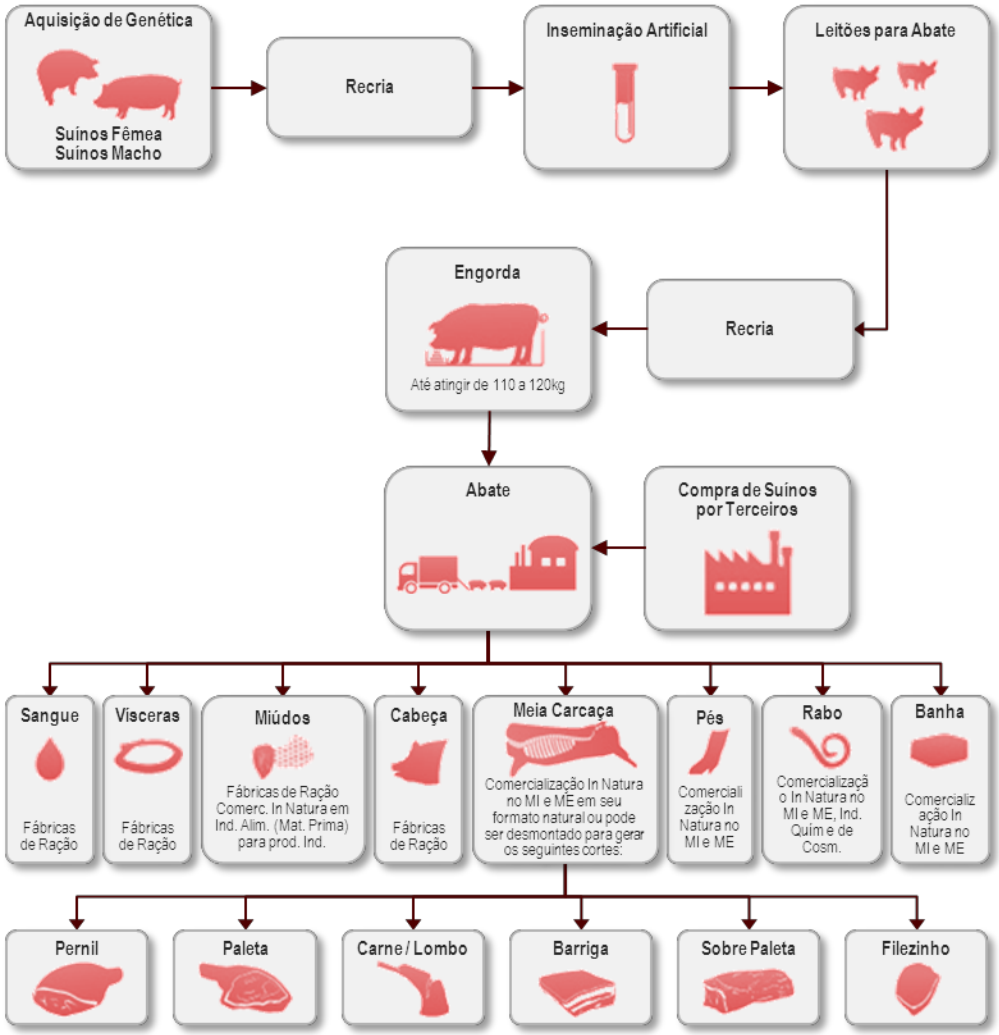
7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Seara e Suínos USA

A JBS possui um negócio cuja principal operação é a de produção de carne suína, sendo a Suínos USA, com unidades produtivas nos Estados Unidos. Entretanto, a Seara também possui operações de produção de carne suína no Brasil.

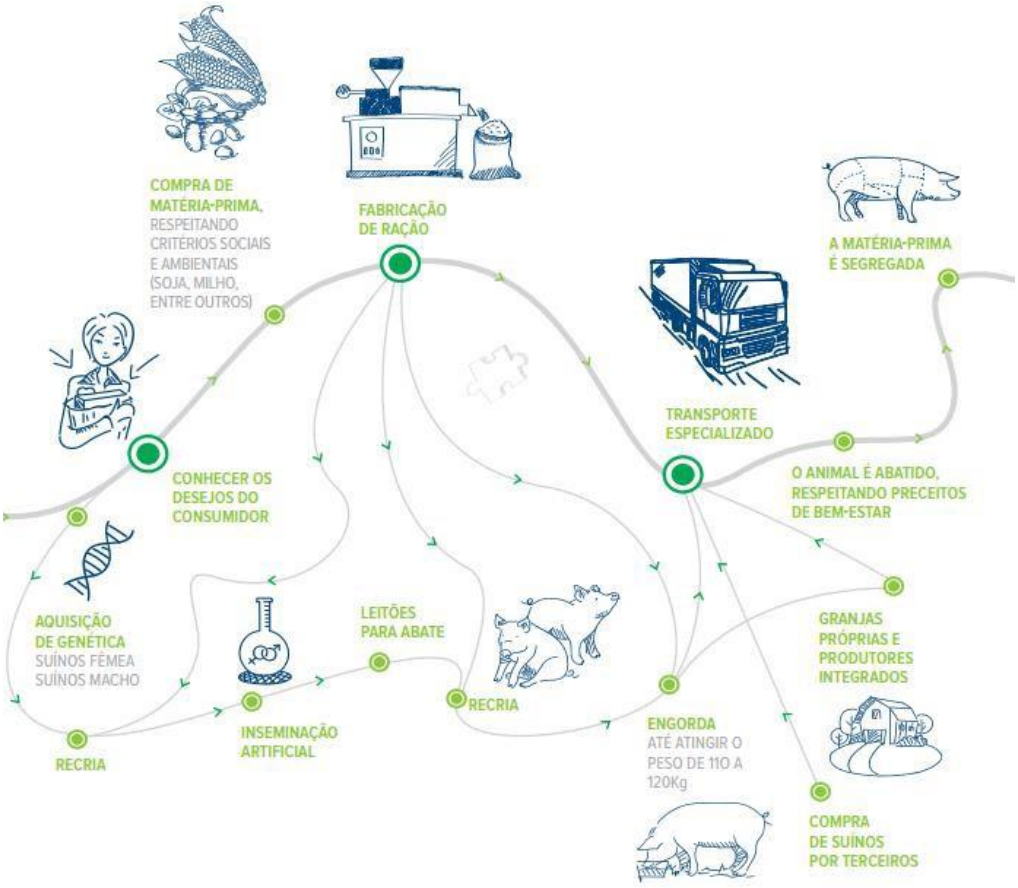
O processo produtivo de carne suína pode ocorrer de duas formas: (i) acompanha-se o nascimento de leitões nas granjas e depois o envio destes a parceiros que fazem a engorda; ou (ii) os parceiros produzem e engordam os leitões.

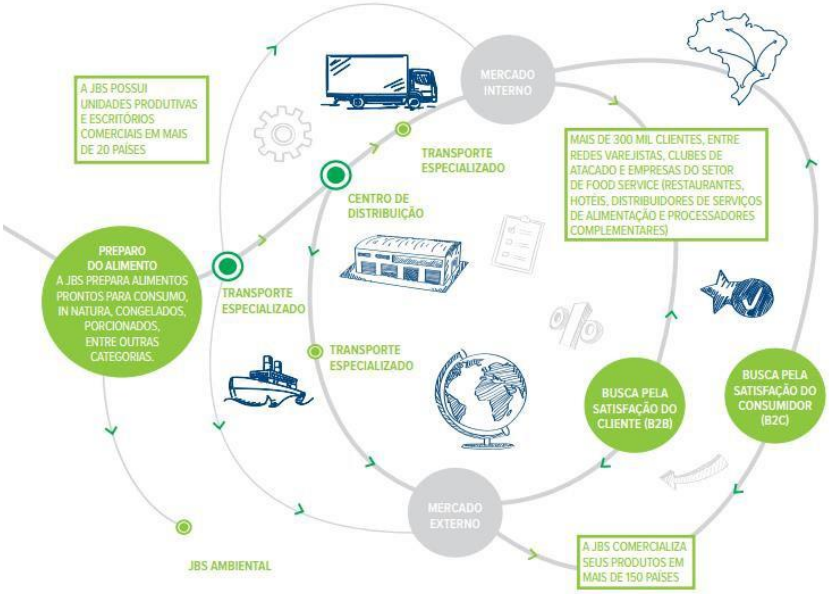
Processo Produtivo (Segmento Suínos)



7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Cadeia de Valor de Suínos





7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Produtos de Valor Agregado e com Marca

Todos os cinco negócios da JBS, sendo eles Brasil, Seara, Bovinos USA, Suínos USA e Frango USA possuem em suas operações a produção de produtos com valor agregado e marca.

O processo de produção de produtos com valor agregado e marca, tanto para os produtos congelados como para os supercongelados, inicia-se pela correta seleção da matéria prima, seguido da mistura destas com ingredientes especiais. Em sequência podem ser embutidos, como salsichas, mortadelas, linguiças e patês, ou formados, como hambúrgueres e *steaks*. As etapas posteriores são definidas de acordo com cada tipo de produto. Os embutidos são cozidos ou defumados e produtos empanados submetidos à aplicação de cobertura, fritura e cozimento. O tratamento térmico adequado garante a segurança alimentar e a obtenção das características de qualidade desejadas.

Instalações Operacionais

As tabelas a seguir apresentam o número e as capacidades agregadas das instalações de processamento por segmento dos negócios e localização da Companhia em 31 de dezembro de 2019:

Segmento Brasil

	Em 31 de Dezembro de 2019	
	Número de Instalações	**Capacidade Diária Agregada (1)**
Plantas de processamento de carne in natura		
Brasil	37	33.550
Total	**37**	**33.550**
Plantas de processamento de couro		
Brasil	15	47.486
Total	**15**	**47.486**

(1) Capacidade medida em cabeças de gado (instalações de processamento de carne bovina) ou peças de couros (instalações de processamento de couro).

	Em 31 de Dezembro de 2019	
	Número de Instalações	**Capacidade Mensal Agregada** (*toneladas*)
Outras plantas de alimentos processados e preparados(1)		
Brasil	7	18.850
Total	**7**	**18.850**

(1) Referidas plantas processam carne in natura e congelada e outras matérias-primas em refeições prontas para consumo.

Segmento Seara

	Em 31 de Dezembro de 2019	
	Número de Instalações	**Capacidade Diária Agregada(1)**
Plantas de processamento de frango in natura		
Brasil	30	5.180.000
Total	**30**	**5.180.000**
Plantas de processamento de suínos in natura		
Brasil	8	26.350
Total	**8**	**26.350**

(1) Capacidade medida em frangos de corte (instalações de processamento de frango in natura) ou suínos (instalações de processamento de carne de porco in natura).

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

	Em 31 de Dezembro de 2019	
	Número de Instalações	**Capacidade Mensal Agregada**
		(*toneladas*)
Plantas de alimentos com valor agregado, de marca e preparadas [1]		
Brasil	20	112.312
Total	**20**	**112.312**

[1] As referidas plantas processam frango, carne de porco, carne bovina e outros produtos in natura e congeladas em refeições prontas para consumo.

Segmento Bovinos EUA

	Em 31 de Dezembro de 2019	
	Número de Instalações	**Capacidade Diária Agregada** [1]
Plantas de processamento de carne bovina in natura		
Estados Unidos	9	28.598
Austrália [2]	8	10.043
Canadá	1	4.200
Total	**18**	**42.841**
Instalações de processamento de ovinos in natura		
Austrália [2]	2	16.200
Total	**2**	**16.200**
Plantas de processamento de suínos in natura		
Austrália	1	4.000
Total	**1**	**4.000**
Plantas de processamento de couro		
Estados Unidos	1	5.000
Austrália	1	7.900
Total	**2**	**12.900**

[1] Capacidade medida em cabeças de gado (instalações de processamento de carne bovina in natura) ou couros (instalações de processamento de couro).
[2] Inclui uma unidade combinada de processamento de carne bovina e ovina.

	Em 31 de Dezembro de 2019	
	Número de Instalações	**Capacidade Mensal Agregada**
		(*toneladas*)
Plantas de processamento de carne com valor agregado e de marca		
Austrália	7	18.194
Nova Zelândia	1	1.351
Canadá	1	265
Total	**9**	**19.810**

Segmento de Suínos USA

	Em 31 de Dezembro de 2019	
	Número de Instalações	**Capacidade Diária Agregada**
		(*suíno*)
Plantas de processamento de carne suína in natura		
Estados Unidos	5	92.600
Total	**5**	**92.600**

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

	Em 31 de Dezembro de 2019	
	Número de Instalações	**Capacidade Mensal Agregada**
		(*toneladas*)
Plantas de processamento de suínos com valor agregado e de marca		
Estados Unidos	8	21.143
Total	**8**	**21.143**

Segmento Frangos USA

	Em 31 de Dezembro de 2019	
	Número de Instalações	**Capacidade Diária Agregada**
		(frangos)
Plantas de processamento de frangos in natura		
Estados Unidos	25	6.630.026
México	6	1.150.515
Reino Unido	4	871.429
Porto Rico	1	70.000
Total	**36**	**8.721.970**

	Em 31 de Dezembro de 2019	
	Número de Instalações	**Capacidade Diária Agregada**
		(*suíno*)
Plantas de processamento de carne suína in natura		
Reino Unido	3	9.800
Total	**3**	**9.800**

	Em 31 de Dezembro de 2019	
	Número de Instalações	**Capacidade Mensal Agregada**
		(*toneladas*)
Plantas de processamento com valor agregado, de marca e preparadas [(1)]		
Reino Unido	17	15.600
Estados Unidos	4	18.512
França	3	9.167
México	2	2.983
Holanda	1	620
Total	**27**	**46.882**

[(1)] Tais plantas processam frango in natura e suínos in natura (Tulip), e congelado e outros produtos em refeições prontas para consumo.

Segmento Outros

	Em 31 de Dezembro de 2019	
	Número de Instalações	**Capacidade Diária Agregada[1]**
Planta de processamento de Couro		
Argentina	1	4.000
Uruguai	1	3.000
Itália	1	1.500
Total	**3**	**8.500**

[(1)] Capacidade medida em peças de couros.

	Em 31 de Dezembro de 2019	
	Número de Instalações	**Capacidade Mensal Agregada**
		(*toneladas*)
Outras plantas de processamento de carne processada		
Itália	4	761
Total	**4**	**761**

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

(b) características do processo de distribuição

Fundamental para a estratégia da Companhia em expandir sua atuação para novos mercados e consolidar o atendimento ágil, seguro e de qualidade nos locais em que já atua, a logística da Companhia está sempre alinhada com o dinamismo das operações comerciais no mundo todo.

Por isso, o departamento de logística da Companhia trabalha na busca de soluções inovadoras para cumprir com essa missão.

Faz parte da estrutura da Companhia uma rede própria de unidades de apoio logístico para a distribuição dos produtos, que contribuem para o controle de custos operacionais, a qual é organizada da seguinte forma em 31 de dezembro de 2019:

- 34 centros de distribuição no Brasil, sendo 14 próprios e 20 arrendados.
- 23 centros de distribuição no México, sendo 8 próprios e 15 arrendados.
- 7 centros de distribuição na Austrália, sendo todos arrendados.
- 3 centros de distribuição nos Estados Unidos, sendo 2 próprios e 1 arrendado.
- 1 centro de distribuição em Porto Rico, arrendado.
- 1 centro de distribuição na Nova Zelância, arrendado.

Distribuição e Transporte nos Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia (JBS USA) e Pilgrim's Pride

A JBS possui e/ ou arrenda nos Estados Unidos, na Nova Zelândia e na Austrália uma frota de caminhões para comprar matéria prima e distribuir seus produtos. O custo do combustível não é significativo em virtude de ser, em geral, "repassado" para o comprador dos produtos acabados. A JBS USA não tem contratos de longo prazo para comprar combustível já que compra a maior parte deste nos postos ao longo do sistema nacional de rodovias.

A Pilgrim's Pride também possui e/ ou arrenda diversos veículos, que são usados para o transporte de pintinhos das incubadoras e de ração aos criadores contratados, e de frangos dos criadores contratados para as unidades de processamento.

O processo de distribuição na Austrália e Nova Zelândia varia dependendo do produto sendo transportado. A Companhia possui centros de distribuição nestas localidades que são estrategicamente localizados perto de plantas de produção. A Companhia também vende seus produtos a distribuidores de alimentos que revendem para hotéis e restaurantes e outros consumidores. Tais distribuidores adquirem os produtos diretamente das plantas da Companhia.

Distribuição e Transporte no Brasil

A Companhia comercializa seus produtos por meio de diversos canais de distribuição, incluindo varejistas nacionais e regionais, armazéns, lojas, distribuidores e atacadistas, processadores de alimentos, mercados internacionais, indústria de serviços alimentícios, incluindo distribuidores de serviço alimentício, fast food, cadeias de restaurantes e hotéis.

A Companhia conta também com equipes de vendas regionais e de representantes, distribuindo seus produtos a partir de suas unidades e de seus 34 centros de distribuição, localizados nos estados da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Ceará e São Paulo, além de distribuir seus produtos por meio de lojas físicas, denominadas Lojas Swift.

Para facilitar a logística de exportação, a Companhia conta com um pátio de contêineres localizado em Cubatão, São Paulo (próximo ao porto de Santos, o maior da América Latina). Tal pátio conta

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

com uma área total de aproximadamente 30 mil metros quadrados, incluindo um prédio de escritório e áreas de contêineres e outras instalações que podem (i) receber e estocar até 240 contêineres cheios (até 6.000 mil toneladas de carne) e até 600 contêineres vazios; e (ii) acomodar até 80 caminhões carregados. O referido pátio opera como um depósito de cargas, de modo que os contêineres da Companhia possam ser descarregados de seus caminhões no terminal (liberando esses caminhões para realizar mais entregas para o terminal) e carregados em outros caminhões que transportam produtos da Companhia dos contêineres para embarcações.

Já o transporte do gado dos criadores até as plantas de abate da Companhia no Brasil é realizado tanto por meio de uma frota própria de caminhões boiadeiros como também por caminhões pertencentes a terceiros. Ademais, a Companhia possui diversos veículos no Brasil dedicados ao transporte dos seus produtos tanto para o mercado interno quanto para exportação, que, em conjunto com o pátio de contêineres da Companhia localizado próximo ao porto de Santos, proporciona à Companhia alta eficiência logística.

Distribuição e transporte nas demais localidades

Além das localidades acima, a Companhia mantém equipes de vendas em alguns países através de suas subsidiárias e escritórios de vendas, localizados no Chile, Reino Unido, Holanda, Estados Unidos e Rússia, que funcionam como distribuidores dos produtos da Companhia naqueles países. Tais escritórios, por estarem mais próximos aos clientes finais, prestam um serviço mais eficiente e customizado aos hábitos culturais e de consumo de cada um desses mercados.

A Companhia possui mais de 275 mil clientes em sua base, incluindo clientes varejistas e atacadista.

Na Europa, a Companhia conta com veículos de transporte próprios e terceirizados para transportar frangos de fazendas para seus centros de produção. A Companhia também conta com veículos refrigerados próprios e de terceiros para transportar seus produtos para processamento. Uma vez processados, os produtos são refrigerados ou congelados e entregues aos clientes. Produtos refrigerados normalmente são transportados das plantas de processamento aos clientes em um ou dois dias.

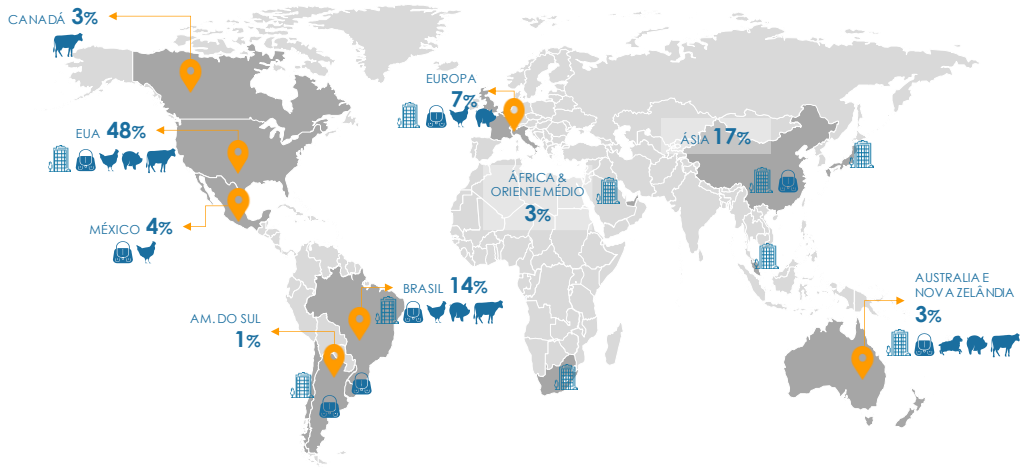
Para distribuição aos clientes, a Companhia terceiriza a distribuição utilizando diversos parceiros de distribuição, o que lhe permite fazer uso de uma variedade de soluções flexíveis. Alguns dos clientes da Companhia estão envolvidos em seu processo de distribuição, seja lidando com toda a sua entrega e distribuição (efetivamente recebendo os produtos nas fábricas), seja atuando como contratados da Companhia para transportar determinados produtos da Irlanda do Norte para outros destinos na Grã-Bretanha. A fim de mitigar os riscos associados ao transporte refrigerado de itens perecíveis, a Companhia obtém seguro para perda de produtos e conta com provisões que transferem parte do risco para os transportadores (não obstante ainda ser responsabilizada em determinados casos).

Uma equipe interna dedicada orienta o planejamento de processos logísticos para garantir que as operações sejam com o mais baixo custo, mas o mais flexível possível, mantendo os mais altos níveis de serviço ao cliente. Os subprodutos de aves normalmente têm um tempo de atraso maior entre o processamento e a entrega ao cliente.

Venda e Mercado

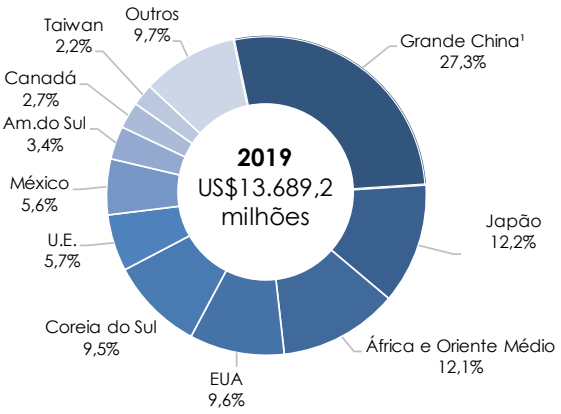
O gráfico abaixo mostra a distribuição da receita da Companhia por mercado durante o Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2019:

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados



Distribuição das Exportações Consolidadas

O gráfico abaixo mostra a distribuição das exportações da Companhia durante o Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2019:



(1) Considera China e Hong Kong.

Mercado Doméstico

Brasil

Os clientes da Companhia no Brasil são, principalmente, grandes varejistas, restaurantes e curtumes. A Companhia também investe ativamente nas marcas Friboi, Seara, Rezende, Swift, entre outras.

Estados Unidos

A JBS comercializa marcas reconhecidas em nível global pelo alto padrão de qualidade dos produtos, disponibilizando produtos saborosos e práticos aos consumidores por meio de suas

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

diversas marcas, entre elas Just Bare, Swift e Plumrose. A carteira de clientes é constituída por grandes redes atacadistas, algumas delas atuando em diversos países.

Austrália e Nova Zelândia

Na Austrália e na Nova Zelândia, o mercado doméstico possui relevância estratégica e apresenta grande potencial de crescimento. A Companhia atua nesse mercado com marcas fortes, tais como Primo, Beehive e Hans, além de produtos diversificados, voltados a um público consumidor exigente, em crescimento e com alto poder de consumo.

Europa

Na Europa, a Companhia possui presença com marcas líderes e reconhecidas, tais como Moy Park, O'Kane e Rigamonti. A Moy Park é uma das 10 maiores companhias de alimentos no Reino Unido. Adicionalmente, em outubro de 2019 a Pilgrim's Pride concluiu a aquisição da Tulip, empresa focada no processamento de carne suína e produção de alimentos processados no Reino Unido.

A Companhia apresenta abaixo as principais especificidades do processo de distribuição por segmento operacional.

Segmento Brasil

A maior parte da receita da Companhia no segmento Brasil é gerada pela venda de carne in natura (incluindo cortes in natura e congelados, costelas, cortes redondos, carnes magras, carne moída, miúdos e outros produtos) e produtos de valor agregado e de marca (incluindo carne congelada cozida e pré-cozida, cubos de carne bovina e produtos prontos para o consumo, como hambúrgueres).

A Companhia vende seus produtos do segmento Brasil no Brasil, classificados como vendas domésticas, e em outros países, que são classificados como vendas para exportação. Os clientes da Companhia incluem:

- varejistas nacionais e regionais (incluindo redes de supermercados e mercados independentes), distribuidores atacadistas e processadores de alimentos;
- varejistas e distribuidores atacadistas internacionais (incluindo China, Hong Kong, Estados Unidos, Oriente Médio, Europa e mercados emergentes); e
- indústria de serviços alimentícios, incluindo distribuidores de serviços alimentícios, *fast food* e outros restaurantes, redes de hotéis e outros clientes institucionais.

A Companhia comercializa seus produtos por meio de equipes e agentes de vendas locais e distribui seus produtos diretamente de suas instalações e de seus centros de distribuição.

A Companhia opera com 37 instalações de processamento de carne bovina no Brasil, nos Estados do Acre, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rondônia, São Paulo e Tocantins. As instalações da Companhia estão estrategicamente localizadas para acessar matérias-primas de maneira econômica e atender à sua base de clientes global.

Segmento Seara

A maior parte da receita da Companhia no segmento Seara de suas operações de frango é gerada pela venda de produtos de frango com valor agregado e de marca (que podem ser totalmente cozidos, parcialmente cozidos ou crus, além de produtos à milanesa e marinados, incluindo nuggets de frango e hambúrguer) e produtos de frango in natura (incluindo aves inteiras refrigeradas e congeladas, filés de peito e partes de frango com osso).

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

A maior parte da receita da Companhia no segmento Seara de suas operações de suíno é gerada pela venda de produtos de porco com valor agregado e de marca (incluindo cortes aparados, produtos marinados, presunto e bacon) e produtos de porco in natura (incluindo carcaças de porco in natura e congeladas, cortes desossados, barrigas de porco e miudezas).

A Companhia também vende produtos alimentícios de marca com valor agregado (incluindo refeições prontas, pizza congelada e lasanha) em seu segmento Seara.

Os clientes da Companhia incluem:

- varejistas nacionais e regionais (incluindo redes de supermercados, mercados independentes e lojas próprias), distribuidores atacadistas e processadores de alimentos;
- varejistas internacionais e distribuidores atacadistas (incluindo no Oriente Médio, Europa, África, Ásia e América Latina); e
- indústria de serviços alimentícios, incluindo distribuidores de serviços alimentícios, *fast food* e outros restaurantes, redes de hotéis e outros clientes institucionais.

A Companhia opera 30 instalações de processamento de frango in natura e 20 instalações de alimentos com valor agregado, de marca e preparadas no Brasil.

A Companhia possui e opera oito instalações de processamento de carne suína in natura no Brasil, localizadas nos estados de Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Como processador de frango verticalmente integrado, a Companhia também possui e opera plantas de processamento, ração e incubadoras no Brasil.

Segmento Bovinos USA

Estados Unidos e Canadá

A maioria das receitas do segmento Bovinos USA das operações da Companhia nos Estados Unidos e no Canadá é gerada pela venda de produtos in natura de carne bovina (incluindo cortes de carne bovina in natura e congelados, cortes de costelas, cortes redondos, carnes magras, carne moída, miúdos e outros produtos). A Companhia também vende produtos de carne com valor agregado e de marca (incluindo carne congelada cozida e pré-cozida, carne enlatada, cubos de carne bovina e produtos prontos para o consumidor, como hambúrgueres e salsichas). Além disso, a Companhia vende subprodutos de carne bovina para as indústrias de carnes, processamento de alimentos para animais, fertilizantes e alimentos para animais de estimação. O couro bovino é vendido para uso doméstico e internacional, principalmente para as indústrias de vestuário e automotiva. A Companhia vende esses produtos nos países onde opera suas instalações, classificadas como vendas domésticas, e em outros países, classificadas como vendas para exportação.

A Companhia comercializa seus produtos de carne bovina através de vários canais, incluindo:

- varejistas nacionais e regionais (incluindo redes de supermercados, mercados independentes e *club stores*) e distribuidores atacadistas;
- empresas de alimentos preparados que usam os produtos de carne bovina como ingrediente para refeições preparadas, matérias-primas para hambúrgueres e subprodutos para produção farmacêutica e de couro;
- setor de serviços alimentícios, incluindo distribuidores de serviços alimentícios, redes de restaurantes e hotéis e outros clientes institucionais; e

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

- varejistas internacionais e distribuidores atacadistas (incluindo Japão, México, Coréia do Sul e Hong Kong).

O maior canal de distribuição da Companhia é o varejo. A Companhia pretende se concentrar no aumento de suas vendas diretas para clientes de varejo e alimentos preparados e para canais de distribuição internacional, que a Companhia acredita que podem proporcionar maiores oportunidades ao longo do tempo.

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, a Companhia também prestou serviços de confinamento de gado nos Estados Unidos, onde a Companhia realiza confinamento de gado pertencente a terceiros em troca de taxas. Em 16 de março de 2018, a Companhia concluiu a venda de seus ativos e fazendas de alimentação de gado nos Estados Unidos.

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017, a Companhia também prestou serviços de confinamento de gado no Canadá. Em 30 de outubro de 2017, a Companhia concluiu a venda dos seus ativos de confinamento de gado operados pela JBS Canadá.

A Companhia possui e opera nove instalações de processamento de carne bovina nos Estados Unidos e uma unidade de processamento de carne bovina no Canadá. As instalações da Companhia estão estrategicamente localizadas para acessar matérias-primas de maneira econômica e atender à sua base de clientes global. A Companhia também possui e opera instalações de valor agregado e de marca que são reportadas nos segmentos Bovinos USA e Suínos USA e produz carne bovina e suína pronta para o consumo para determinados clientes. A Companhia também opera um curtume nos Estados Unidos.

As instalações da Companhia utilizam equipamentos modernos e altamente automatizados para processar e embalar produtos de carne bovina, que normalmente são comercializados na forma de carne bovina embalada. A Companhia também personaliza a produção e a embalagem de produtos de carne bovina para vários grandes clientes nacionais e internacionais. As instalações da Companhia enfatizam a segurança do trabalhador para garantir a conformidade regulamentar e reduzir os ferimentos. As instalações da Companhia também foram projetadas para reduzir resíduos e emissões e descartar resíduos de acordo com os padrões ambientais aplicáveis. A Companhia equipou suas instalações em Riverside, Califórnia, para processar produtos de marca e valor agregado, incluindo, por exemplo, a G.F. Linha da marca Swift 1855 de produtos premium de carne bovina. As instalações da Companhia em Greeley, Colorado, Cactus, Texas e Grand Island, Nebraska foram equipadas para preparar produtos de valor agregado e de marca, incluindo corte, moagem e cubagem de produtos de carne bovina para clientes de varejo e de serviços alimentícios.

Austrália e Nova Zelândia

A maioria das receitas do segmento Bovinos USA na Austrália e Nova Zelândia é gerada pela venda de produtos in natura de carne bovina (incluindo cortes de carne bovina in natura e congelados, cortes de costelas, cortes redondos, carnes finas, carne moída, miúdos e outros produtos). A Companhia também vende produtos de carne com valor agregado e de marca (incluindo carne congelada cozida e pré-cozida, carne enlatada, cubos de carne bovina e produtos prontos para consumo, como hambúrgueres e embutidos). A Companhia também opera instalações de processamento de cordeiros e suínos na Austrália e Nova Zelândia. A Companhia vende esses produtos nos países onde opera suas instalações, classificadas como vendas domésticas, e em outros países, classificadas como vendas para exportação.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

A maioria dos produtos de carne bovina da Companhia na Austrália são derivados de gado alimentado com capim. No entanto, a Companhia também vende produtos de carne bovina derivados de gado alimentado com grãos, que fornecem carne de melhor qualidade e exigem um preço especial, principalmente no Japão.

A Companhia também fornece serviços de confinamento de gado na Austrália. A Companhia opera sete confinamentos, com uma capacidade de mais de 150.000 bovinos. Enquanto o operador de confinamento geralmente vende o gado em nome do proprietário (deduzindo os custos finais de alimentação e cuidados para engordar o animal e entregando o animal engordado ao processador de carne do produto da venda), o risco final do gado não ser vendido é suportado pelo proprietário do gado.

Na Austrália, a Companhia possui e opera oito plantas de processamento de carne, incluindo a maior e que a Companhia acredita ser a instalação tecnologicamente mais avançada no país, uma planta de processamento de cordeiro, uma planta de processamento combinado de carne e cordeiro e uma planta de processamento de carne de porco. A Companhia também opera sete instalações de valor agregado na Austrália e uma instalação de valor agregado na Nova Zelândia. As instalações da Companhia estão estrategicamente localizadas para acessar matérias-primas de maneira econômica e atender à sua base de clientes global. A Companhia também opera uma instalação de processamento de couro na Austrália.

Segmento Suínos USA

A maior parte da receita da Companhia do segmento Suínos USA de suas operações nos Estados Unidos é gerada pela venda de produtos suínos in natura (incluindo carcaças de porco in natura e congeladas, cortes com osso, cortes sem ossos, barrigas de porco e miúdos). A Companhia também vende produtos suínos com valor agregado e de marca, incluindo presuntos, barrigas e guarnições, que são vendidos predominantemente para empresas de alimentos preparados que, por sua vez, fabricam bacon, linguiça e carnes enlatadas. As vendas restantes são derivadas de subprodutos e de produtos com maior valor agregado e de marca. Devido às margens mais altas atribuíveis aos produtos de valor agregado e de marca, nos últimos anos a Companhia enfatiza mais a venda de produtos suínos temperados, marinados e prontos para o consumidor para o canal de varejo e presunto desossado e barrigas sem pele para o canal de comida preparada. A Companhia vende esses produtos nos Estados Unidos, que classifica como vendas domésticas, e em outros países, que a Companhia classifica como vendas para exportação.

A Companhia vende seus produtos em mais de 20 países em cinco continentes, principalmente para Ásia, México e Canadá.

A Companhia comercializa seus produtos de carne suína através de vários canais, incluindo:

- varejistas nacionais e regionais (incluindo redes de supermercados, mercados independentes e *club stores*) e distribuidores atacadistas;
- empresas de alimentos preparados que usam os produtos suínos da Companhia como ingrediente alimentar para refeições preparadas, matérias-primas para fabricação de embutidos e subprodutos para produção farmacêutica e de couro;
- a indústria de serviços alimentícios, incluindo distribuidores de serviços alimentícios, fast food e outros restaurantes, redes de hotéis e outros clientes institucionais; e
- varejistas internacionais e distribuidores atacadistas (incluindo Japão, México, Coréia do Sul e China).

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

A Companhia possui e opera cinco instalações de processamento de suínos in natura nos Estados Unidos, localizadas nas proximidades das principais regiões produtoras de suínos. A Companhia também possui e opera oito instalações exclusivas de valor agregado com marca de carne suína.

As instalações da Companha utilizam equipamentos modernos e altamente automatizados para processar e embalar produtos de carne de suína, que são normalmente comercializados na forma de carne de porco embalada. Desde julho de 2007, a Companhia incorreu em significantes despesas operacionais e de capital, com a instalação de freezers de chapa e a tecnologia de captura de carnes de valor agregado e com marca. A Companhia acredita que esses gastos melhoraram a qualidade do produto, aumentaram a satisfação do cliente e aumentaram o potencial de vendas. Todas as instalações da Companhia para suínos produzem produtos de valor agregado e de marca, incluindo itens temperados e marinados. O design das instalações da Companhia enfatiza a segurança do trabalhador para garantir a conformidade regulamentar e reduzir os acidentes de trabalho. As instalações da Companhia também foram projetadas para reduzir resíduos e emissões e descartar resíduos de acordo com os padrões ambientais aplicáveis.

Segmento Frangos USA

Estados Unidos, México e Porto Rico

A maioria das receitas do segmento de Frangos USA das operações da Companhia nos Estados Unidos, México e Porto Rico é gerada pela venda de frangos inteiros, recheados, refrigerados e frango pré-embalado (incluindo várias combinações de frangos inteiros e frango recém-refrigerados peças prontas para o balcão de carnes in natura da mercados de varejo) e produtos de frango preparados (incluindo filés de peito refrigerados e congelados, filés e tiras, produtos de charcutaria e saladas, nuggets e hambúrgueres e frango com osso). Os produtos de frango preparados da Companhia podem ser totalmente cozidos, parcialmente cozidos ou crus e incluem produtos à milanesa e marinados.

A Companhia vende seus produtos nos países onde opera suas instalações, classificadas como vendas domésticas, e em outros países, classificadas como vendas para exportação. Os clientes da Companhia incluem:

- varejistas nacionais e regionais (incluindo redes de supermercados, mercados independentes e *club stores*) e distribuidores atacadistas;
- varejistas internacionais e distribuidores atacadistas em aproximadamente 100 países nos cinco continentes; e
- a indústria de serviços alimentícios, incluindo distribuidores de serviços alimentícios, *fast* food e outros restaurantes, redes de hotéis e outros clientes institucionais.

A Companhia possui e opera 25 instalações de processamento de frango nos Estados Unidos, seis instalações de processamento de frango no México e uma instalação de processamento de frango em Porto Rico.

Como um processador de frango verticalmente integrado, a Companhia também possui e opera plantas de processamento, ração e incubatórios nos Estados Unidos, México e Porto Rico.

Europa

As receitas do segmento Frangos USA na Europa são geradas a partir do negócio Moy Park da Companhia, que inclui a venda de produtos de frango in natura, de valor agregado, com marca e preparados, e a partir da Tulip, que inclui a venda de produtos de carne suína e alimentos preparados. No Reino Unido, as vendas de frango in natura da Companhia consistem

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

principalmente de frangos inteiros refrigerados e congelados, filés de peito e partes de frango com osso. No Reino Unido, Irlanda, França e Holanda, a Companhia produz produtos de frango com valor agregado, com marca e preparados para venda a clientes nos canais de distribuição de varejo, serviços de alimentação, agricultura e internacional. A Companhia também vende uma variedade de produtos de frango prontos para cozinhar, revestidos e prontos para consumo para os principais varejistas e grandes clientes de serviços de alimentação. A Companhia mantém uma equipe de desenvolvimento de produtos e um chef executivo para continuar desenvolvendo novas ideias para produtos de valor agregado, compartilhando essas ideias com seus clientes para impulsionar as vendas. A Companhia incluiu produtos inovadores em seu portfólio todos os anos durante os últimos cinco anos, com um crescente pipeline de desenvolvimento de novos produtos. A Companhia possui marcas fortes com altos níveis de reconhecimento de marca nos mercados em que essas marcas são vendidas, incluindo "Moy Park", "Castle Lea", "O'Kane Limited" e a linha "Jamie Oliver" da Moy Park. A Companhia acredita que o desenvolvimento de suas marcas é importante, pois proporciona aos clientes confiança na qualidade e consistência de seus produtos. O marketing da marca está focado na prevalência das marcas através de qualidade consistente e inovação de produtos, além de desenvolver relacionamentos com os principais clientes. A Companhia acredita que suas marcas podem ser expandidas em toda a Europa, o que oferece a oportunidade de vender produtos com margens mais altas em seus mercados tradicionais.

A Companhia vende esses produtos nos países onde opera com suas instalações, classificadas como vendas domésticas, e em outros países, classificadas como vendas para exportação. Os clientes da Companhia incluem:

- varejistas nacionais e regionais (incluindo redes de supermercados, mercados independentes e *club stores*) e distribuidores atacadistas;
- varejistas internacionais e distribuidores atacadistas; e
- indústria de serviços alimentícios, incluindo distribuidores de serviços alimentícios, fast food e outros restaurantes, redes de hotéis e outros clientes institucionais.

A Companhia possui e opera quatro instalações de processamento de frango in natura no Reino Unido.

Como processador de frango verticalmente integrado, a Companhia também possui e opera fábricas de ração e incubadoras no Reino Unido.

A Companhia conduz suas operações de alimentos de valor agregado, com marca e preparadas na Europa através de dez instalações de processamento.

A partir da aquisição da Tulip, a Companhia possui e opera três instalações de processamento de suínos no Reino Unido, bem como 11 operações de alimentos de valor agregado.

Segmento Outros

O segmento Outros inclui os negócios globais de couro, os negócios italianos de carne com valor agregado e de marca e as *tradings*.

A Companhia opera curtumes em todo o mundo, incluindo: um na Argentina, um no Uruguai, e um na Itália..

(c) características dos mercados de atuação

I. Participação em cada um dos mercados

Indústria global de carne bovina

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

A carne bovina é uma rica fonte de proteína e a terceira proteína mais produzida e consumida no mundo, após a carne suína e de frango. Segundo dados do Unites States Department fo Agriculture ("**USDA**"), o rebanho bovino mundial ficou em aproximadamente 1 bilhão de cabeças de gado em 2019, produzindo 61,6 milhões de toneladas de carne bovina.

Importações e Exportações

De acordo com o USDA, as importações globais de carne bovina atingiram um total de 9,2 milhões de toneladas em 2019, representando um aumento de 5,2% em relação a 2018. No futuro, espera-se que as importações aumentem devido: (i) ao aumento da demanda por países desenvolvidos e emergentes; (ii) à expectativa de que o volume de importações de carne bovina na China aumente à medida que a lacuna entre produção e demanda doméstica aumenta.

Apesar de ser o principal país produtor de carne bovina do mundo, os Estados Unidos também são um importador significativo de carne bovina, uma vez que a produção doméstica é insuficiente para atender à demanda total dos consumidores americanos. A União Europeia, a China, o Japão, a Coréia do Sul e a Rússia são exemplos de outros grandes mercados com déficits na produção de carne bovina, tornando-os dependentes da importação de carne bovina do mercado externo.

A Austrália foi o segundo maior exportador de carne bovina do mundo em 2019. Os Estados Unidos, apesar de um déficit de produção, são o quarto maior país exportador de carne bovina do mundo, exportando cortes de carne bovina *premium* para o mercado global. A Austrália e os EUA combinaram 28,3% do total das exportações em 2019.

Principais locais em que a Companhia opera

Estados Unidos

Com exceção da Índia, que por razões religiosas não disponibiliza uma parte significativa de seu rebanho para fins comerciais, os Estados Unidos tinham o segundo maior rebanho comercial do mundo, com 94,7 milhões de cabeças de gado, e foi o principal produtor de carne bovina do mundo em 2019, produzindo 12,4 milhões de toneladas de carne bovina. Os Estados Unidos possuem mais gado em confinamento do que qualquer outro país. Os confinamentos são o método preferido para a criação de gado comercial nos Estados Unidos devido à alta qualidade da carne adquirida e ao menor tempo para preparar o gado para o abate, quando comparado ao método de criação de gado em pastos.

Processadores de carne bovina pura dos Estados Unidos geralmente compram gado criado em confinamentos à vista no mercado ou conforme acordos de fornecimento celebrados com base em preços de mercado. Esses processadores processam o gado em suas próprias instalações e vendem a carne para vários clientes ou outros processadores. O gado é normalmente adquirido a preço de mercado e mantido por menos de um dia antes do abate. Nos Estados Unidos, a Companhia opera como um processador de carne bovina pura.

Austrália

O pastoreio é o método mais comum de criação e alimentação de gado na Austrália. Esse método possui custos mais baixos de insumos e requer um período maior de tempo para o gado atingir a maturidade. No entanto, a Austrália também possui um segmento de gado de corte alimentado com grãos, que fornece carne predominantemente com valor agregado para exportação, especialmente para o Japão e a Coréia do Sul. A Austrália é um dos principais exportadores de carne bovina do mundo há mais de uma década.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Brasil

Segundo o USDA, o Brasil possui o maior rebanho comercial de bovinos de corte do mundo, com 244,2 milhões de cabeças de gado em 2019. A indústria brasileira de carne bovina passou por um intenso processo de internacionalização. Como resultado, as exportações brasileiras de carne bovina cresceram consideravelmente. O aumento das exportações brasileiras de carne bovina é resultado do aumento da produtividade no setor brasileiro de carne bovina e redução de custos de produção, intensificação de campanhas de marketing e publicidade, e aumento do número de destinos de exportação.

O Brasil oferece uma série de vantagens competitivas na produção de carne bovina, das quais as mais importantes incluem:

- baixos custos de produção. De acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Faculdade de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo, o Brasil tem um dos menores custos de produção de carne bovina entre os principais produtores mundiais;
- alto potencial de crescimento da produção. Atualmente, o Brasil possui o maior rebanho comercial de gado de corte do mundo e ainda possui grandes extensões de terra disponíveis em áreas rurais, o que também permite aumentar substancialmente o cultivo e a produção de carne bovina brasileira;
- método de pastoreio da pecuária e outras vantagens. A criação de gado no Brasil é predominantemente feita em pastos. Diferentemente da maioria dos principais produtores de carne bovina do mundo (incluindo os Estados Unidos e os países da União Europeia), o gado brasileiro pasta e/ou é alimentado com ração de origem vegetal, o que é visto como um fator que elimina o risco de um surto de BSE entre bovinos brasileiros. Além disso, a carne produzida no Brasil tem baixo teor de gordura e geralmente não contém hormônios de crescimento usados na pecuária de outros países. Tais fatores são importantes para a posição de marketing da carne bovina brasileira, especialmente para vários países desenvolvidos; e
- forte demanda do mercado interno. O Brasil possui um grande mercado doméstico de carne bovina que consumiu cerca de 77,4% de sua produção. Essa forte demanda do mercado interno permite otimizar a utilização e o processamento de cada carcaça, o que se acredita representar uma vantagem competitiva em relação a outros produtores de carne bovina em todo o mundo.

Indústria Global de Suínos

A carne de porco é a proteína mais consumida no mundo, com a China, a União Europeia e os Estados Unidos representando os maiores mercados do mundo. Segundo dados do USDA, o rebanho mundial de suínos em 2019 foi de aproximadamente 677,6 milhões de cabeças, e a produção foi de 106,0 milhões de toneladas de carne de porco, uma redução de 11,7% e de 6,1%, respectivamente, em relação a 2018, devido principalmente aos impactos da Febre Suína Africana no rebanho e produção de carne suína da China .

Importações e exportações

O comércio mundial de carne suína está crescendo mais rápido que a produção mundial de carne suína. A redução das barreiras comerciais está permitindo que a carne de porco circule ao redor do mundo mais livremente do que nunca, o que é benéfico para os produtores de carne de porco

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

que podem produzir carne de porco de qualidade a um preço competitivo, de acordo com a publicação da indústria *National Hog Farmer*.

A China está entre os mercados que mais crescem para as importações de carne suína e o maior mercado mundial de carne suína. Uma crescente diferença entre consumo e produção na China está alimentando a demanda por importações de carne suína. A China importou 2,6 milhões de toneladas de carne suína em 2019, um aumento de 66,6% em relação a 2018. O Japão foi, anteriormente e por mais de 20 anos, o maior importador de carne suína do mundo até 2016, quando a China se tornou o maior importador do mundo.

A União Europeia foi a maior região exportadora de carne suína do mundo em 2019, exportando 27,8% mais carne suína do que os Estados Unidos, o segundo maior exportador. Conjuntamente, a União Europeia e os Estados Unidos foram responsáveis por 34,3% das exportações totais mundiais de carne suína em 2019, de acordo com o USDA.

Principais locais em que a Companhia opera

Estados Unidos

Os Estados Unidos tinham o terceiro maior rebanho de suínos do mundo em 2019, com 77,3 milhões de cabeças, e também foi o terceiro maior produtor mundial em 2019, tendo produzido 12,5 milhões de toneladas de carne de porco. Os Estados Unidos também foram o terceiro maior consumidor, tendo consumido 10,1 milhões de toneladas, segundo o USDA.

Nos Estados Unidos, os processadores de suínos incluem empresas verticalmente integradas, que possuem suínos para uso em suas próprias instalações de processamento, e processadores puros, que não possuem suínos. Processadores puros geralmente compram suínos sob contratos de fornecimento de longo prazo a preços vigentes no mercado, processam os suínos em suas próprias instalações e vendem os produtos acabados a preços *spot*. As operações de suínos da Companhia nos Estados Unidos envolvem uma mistura de processadores suínos puros e processadores verticalmente integrados.

Indústria Global de Frango

O frango é a segunda proteína mais consumida no mundo, depois da carne de porco, e a proteína mais consumida nos Estados Unidos e no Brasil. As maiores regiões consumidoras de carne de frango do mundo em 2019 foram os Estados Unidos, seguido pela China, União Europeia e Brasil. De acordo com o USDA, a produção mundial foi de 99,0 milhões de toneladas de carne de frango em 2019.

Importações e exportações

Segundo o USDA, as importações mundiais de carne de frango atingiram um total de 9,7 milhões de toneladas em 2019. Os maiores importadores de carne de frango em 2019 foram o Japão, o México, a União Europeia, a Arábia Saudita e a China que juntos representaram 39,7% das importações mundiais de carne de frango.

O Brasil foi o maior exportador, com 31,7% das exportações mundiais de carne de frango em 2019. Os Estados Unidos foram o segundo maior exportador de carne de frango do mundo em 2019, com 3,3 milhões de toneladas exportadas. O crescimento da demanda de exportação provavelmente será impulsionado pelo aumento do acesso ao mercado como, por exemplo, como fim das restrições comerciais à carne de frango nos EUA, bem como pela demanda chinesa robusta e uma contínua desvalorização da moeda brasileira.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Principais locais em que a Companhia opera

Estados Unidos

Os produtos de frango são a fonte de proteína mais consumida nos Estados Unidos. Segundo o USDA, os Estados Unidos representaram o maior mercado de produção e consumo do mundo em 2019, tendo produzido 19,9 milhões de toneladas e consumido 16,7 milhões de toneladas de frango.

Os processadores de frango em larga escala nos Estados Unidos são tipicamente processadores verticalmente integrados. Processadores verticalmente integrados possuem e criam matrizes para botar ovos para incubação. Uma vez chocados, os filhotes são transportados para fazendas independentes contratadas, onde se desenvolvem até atingirem a idade de sete a nove semanas. O processador fornece às fazendas de crescimento contratadas os pintinhos, a ração e serviços veterinários. Além disso, como os pintinhos consomem ração (produzida a partir de milho e farelo de soja) com um preço de reposição sujeito a variações no preço de mercado, os processadores de aves verticalmente integrados têm exposição financeira diretamente relacionada à volatilidade dos preços desses grãos.

O setor de frango dos Estados Unidos é caracterizado por alterações diárias dos preços com base nos padrões sazonais de consumo e na oferta e demanda gerais de frango e outras carnes nos Estados Unidos e no exterior. Os preços do frango variam ao longo do tempo e são afetados por níveis de estoque, ciclos de produção, clima, doenças e custos de alimentação de aves, entre outros fatores.

União Europeia

O frango é a segunda proteína mais consumida na União Europeia, depois da carne de porco. Segundo o USDA, em 2019 a União Europeia era o quarto maior produtor de carne de frango do mundo, com produção de 12,5 milhões de toneladas e o terceiro maior consumidor de carne de frango, consumindo 11,7 milhões de toneladas. Nos últimos oito anos, a produção de carne de frango da União Europeia aumentou 29,0%, o que representa um crescimento médio anual de 3,7%.

Brasil

O frango é a proteína mais consumida no Brasil, seguida pela carne bovina e suína. O Brasil é o quarto maior consumidor mundial de frango, tendo consumido 9,9 milhões de toneladas em 2019. Segundo a *World Poultry* e o USDA, a indústria brasileira de frango teve um crescimento significativo nas últimas quatro décadas, com a produção passando de 0,4 milhão de toneladas em 1973 para 13,6 milhões de toneladas em 2019, sendo o segundo maior produtor de carne de frango do mundo.

II. Condições de competição nos mercados

Indústrias de carne bovina e suína

Os setores de carne bovina e suína são altamente competitivos nos mercados em que a Companhia opera. A Companhia acredita que os principais fatores competitivos nas indústrias de carne bovina e suína são eficiência operacional, disponibilidade de produtos, qualidade e custo de matérias-primas, mão de obra, preço, segurança alimentar, distribuição de produtos, inovação tecnológica e fidelidade à marca. A capacidade de competir efetivamente depende de sua capacidade de competir nessas áreas.

No setor de carne bovina, os principais concorrentes são produtores internacionais de carne bovina, como Marfrig e Minerva no Brasil, Tyson Foods, Inc., National Beef Packing Company, LLC e Cargill

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Inc., nos Estados Unidos e Teys Bros Pty Ltd. e Nippon Meat Packers Ltd., na Austrália. No setor de carne suína, os principais concorrentes são a Smithfield Foods, Inc., a Tyson Foods, Inc., a Seaboard Foods e a Hormel Foods Corporation nos Estados Unidos e a Cooperativa Aurora - Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda., no Brasil.

Além disso, as operações de carne bovina nos Estados Unidos, Canadá e Austrália também competem com as operações de carne bovina no Brasil em um grau limitado. Por exemplo, as operações australianas exportam para mercados da China, União Europeia, África e Oriente Médio, que são mercados para os quais as operações brasileiras também exportam. A Companhia não acredita que sua concorrência entre empresas nesses mercados tenha um efeito adverso relevante em seus negócios atuais.

Indústria de frango

O setor de carne de frango é altamente competitivo nos mercados em que a Companhia opera. A Companhia acredita que os principais fatores competitivos no setor variam de acordo com o mercado. No mercado de varejo, a Companhia acredita que a concorrência se baseia principalmente na qualidade do produto, no reconhecimento da marca, no atendimento ao cliente e no preço. No mercado de serviços alimentícios, a Companhia acredita que a concorrência se baseia principalmente em qualidade consistente, desenvolvimento de produtos, atendimento ao cliente e preço. A capacidade da Companhia de competir efetivamente depende de sua capacidade de competir nessas áreas.

No setor de aves, os principais concorrentes da Companhia são Tyson Foods, Inc. e Sanderson Farms, Inc., na América do Norte, BRF S.A. no Brasil e 2 Sisters Food Group na Europa.

(d) eventual sazonalidade

Demanda

No setor de carne bovina nos Estados Unidos, a demanda sazonal de produtos de carne bovina é maior nos meses de verão e no outono, quando os padrões climáticos permitem mais atividades ao ar livre e em regra há aumento da demanda de produtos de maior valor agregado que são grelhados, como bifes. Tanto os preços do gado vivo como os preços da carne bovina embalada tendem a atingir altas sazonais em tais épocas. Em razão do aumento do consumo, condições de crescimento mais favoráveis e alojamento de animais em confinamentos nos meses de inverno, geralmente há mais gado disponível no verão e outono. A demanda sazonal na Austrália não flutua de modo tão significativo como nos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, o setor de carne suína apresenta ciclos sazonais semelhantes, porém em diferentes meses. O suíno leva em média 11 meses, a partir da concepção, para atingir o peso de mercado. Em geral, as matrizes são menos produtivas nos meses de verão, resultando em menor disponibilidade de suínos na primavera e início de verão, épocas nas quais os preços de suínos e carne suína costumam aumentar e a produção cair. A maior demanda por carne suína ocorre de outubro a março, quando a disponibilidade de suínos e períodos de festas aumenta a demanda de presunto, lombo e outros produtos de carne suína de maior valor agregado. No Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2019, a demanda sazonal seguiu os padrões históricos normais.

No setor de frango, tanto a Pilgrim’s Pride quanto a Seara não vivenciam grandes flutuações na demanda em virtude de sazonalidade. Contudo, as vendas líquidas da Pilgrim’s Pride têm sido historicamente mais altas em seu terceiro e quatro exercícios fiscais, correspondendo aos meses de primavera e verão. As vendas líquidas da Pilgrim’s Pride têm sido historicamente mais baixas em seu primeiro trimestre fiscal, correspondendo ao outono e início do inverno.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Geralmente as vendas no Brasil não são impactadas por sazonalidade, contudo, especificamente com relação à Seara, suas vendas líquidas têm sido historicamente mais altas no primeiro semestre do ano no mercado doméstico, coincidindo com os meses das estações verão e outono. Adicionalmente, algumas linhas especiais de produtos sofrem uma variação considerável no volume de vendas em determinadas épocas do ano como, por exemplo, em datas festivas (Natal, Réveillon, Páscoa, entre outras).

Os negócios de frango e alimentos com valor agregado e de marca geralmente estão sujeitos a pequenas flutuações sazonais na divisão europeia, que inclui operações no Reino Unido, Irlanda, França e Holanda. Embora o mix de produtos mude sazonalmente, com certos alimentos preparados e itens de churrasco vendidos em volumes mais altos durante o verão, e certos alimentos preparados e perus crus sendo vendidos em volumes mais altos no Natal, geralmente há uma demanda contínua por aves ao longo do ano.

Impacto do preço de *commodities*

Os mercados de carne bovina, suína e de frango são afetados por flutuações nos preços de certas *commodities*. Os negócios da Companhia no mercado de carne bovina e suína na América do Norte são indiretamente influenciados por flutuações nos preços dos ingredientes para alimentação animal, uma vez que a Companhia não é verticalmente integrada na cadeia de gado e é apenas cerca de 15% verticalmente integrada na cadeia de suínos. Assim como acontece com os mercados de carne bovina e suína, os mercados de frango são afetados pelas flutuações nos preços de determinadas commodities. Contudo, os negócios da Pilgrim's Pride e da Seara são mais fortemente influenciados pelas flutuações nos preços do milho e do farelo de soja, que são ingredientes de ração necessários para suas operações integradas verticalmente. Os segmentos de carne bovina e suína da Companhia nos Estados Unidos, por outro lado, são afetados apenas indiretamente pelas flutuações nos preços de ingredientes de ração. Ao invés disso, os segmentos de carne bovina e suína da Companhia são afetados mais diretamente pelas flutuações no mercado à vista para cabeças de gado e suínos, onde a Companhia compra uma parte significativa do gado e dos suínos que a Companhia precisa. As operações da Companhia também são significativamente influenciadas por flutuações no custo de energia, tanto em termos de custo de produção e fabricação quanto com relação às despesas de entrega e de transporte correlatas.

Uma substancial parcela da produção de ração animal utilizada para o cultivo de frango no Brasil é proveniente de farelo de soja e milho e, embora esses custos sejam determinados em reais, os preços dessas *commodities* tendem a seguir os preços internacionais, que, por sua vez, são denominados em dólares norte-americanos e, portanto, são influenciados por flutuações da taxa de câmbio. Como resultado, os negócios da Companhia são fortemente influenciados por flutuações nos preços do farelo de milho e soja, ingredientes alimentares necessários para suas operações de frango verticalmente integradas.

Da mesma forma, flutuações nos preços das commodities impacta os preços das matérias-primas, principalmente trigo e soja, usados para produzir ração para suas operações no mercado de frango na Europa.

Doenças e Barreiras Comerciais

Riscos sanitários envolvem surtos de doenças no gado. Os acordos bilaterais sanitários variam entre países. Surtos de doenças podem provocar a imposição de barreiras comerciais entre as nações.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

(e) principais insumos e matérias primas

Segmento Brasil

A principal matéria-prima para as operações brasileiras de processamento de carne bovina é o gado vivo. A Companhia procura comprar gado de pecuaristas no Brasil, geralmente localizados a 300 quilômetros de uma ou mais de suas plantas de processamento de carne bovina. A proximidade dos fornecedores de gado com suas instalações de processamento de carne bovina resulta em custos de transporte reduzidos e reduz o risco de perda de peso e machucados durante o transporte.

A Companhia celebra contratos de compra de gado com seus fornecedores de gado, incluindo suas afiliadas J&F Floresta Agropecuária e JBJ Agropecuária. A Companhia emprega compradores experientes de gado que compram gado nas principais áreas de criação de gado do Brasil. Os compradores são treinados para selecionar animais de alta qualidade e livres de doenças, e monitoram constantemente seu desempenho. A Companhia compra gado apenas de produtores registrados selecionados, com base em diretrizes rigorosas de seleção de animais. Os fornecedores de gado da Companhia precisam documentar a qualidade de suas operações e verificar se o uso de antibióticos e produtos químicos agrícolas está em conformidade com os padrões da indústria. Todos os bovinos que a Companhia compra no Brasil são inspecionados por funcionários do SIF.

A oferta e os preços de gado são afetados por vários fatores, como clima, acesso ao capital pelos criadores e período de colheita. A maioria do gado abatido no Brasil é alimentado com capim.

Segmento Seara

Frango

A Companhia é um processador de frango verticalmente integrado no Brasil e controla todas as fases da produção de seus produtos, incluindo fábricas de ração, incubadoras, plantas de processamento e centros de distribuição. A Companhia possui matrizes para a produção de ovos para incubação. Depois de nascidos, os pintos, ou frangos, são transportados para fazendas, onde crescem até atingirem seis a sete semanas. A Companhia fornece aos seus produtores contratados os pintos, ração e serviços veterinários.

Os preços dos insumos de ração para as aves podem variar significativamente, inclusive em curtos períodos, devido a vários fatores, incluindo oferta e demanda do milho e farelo de soja, que são ingredientes necessários para as operações verticalmente integradas. A Companhia busca gerenciar alguns desses riscos com programas de gerenciamento de *hedge*, incluindo contratos de futuros e opções. No entanto, essas estratégias não eliminam completamente esses riscos. Além disso, esses programas também podem limitar os ganhos decorrentes das flutuações nos preços das *commodities*.

Carne Suína

As operações da Companhia de carne suína no Brasil são, em sua maioria, integradas verticalmente. A Companhia também compra um pequeno número de suínos de terceiros no mercado à vista. Os ingredientes necessários para a criação de porcos são substancialmente semelhantes aos usados para alimentar as aves. Geralmente a Companhia compra ingredientes para ração no mercado à vista ou sob acordos de compra a prazo, preços de mercado na entrega ou a preços fixos. A Companhia procura proteger os ingredientes alimentares que compram no Brasil por meio de instrumentos financeiros negociados na B3, a fim de tentar se proteger das variações de preço entre a data de sua compra e a data de sua entrega.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Segmento Bovinos USA

Estados Unidos e Canadá

A principal matéria-prima para as fábricas de processamento de carne da Companhia nos Estados Unidos e no Canadá é o gado vivo. Processadores de carne verticalmente integrados, que possuem gado alimentado com ração, podem estar sujeitos a um impacto financeiro significativo em termos de utilização do capital de giro, uma vez que o gado consome ração por 90 a 180 dias e não gera receita até ser abatido. Como o gado consome ração a um preço de reposição sujeito a mudanças no mercado, os processadores de carne verticalmente integrados têm exposição financeira direta à volatilidade do milho e de outros preços da matéria-prima. A Companhia não possui gado alimentado com ração e geralmente compra gado no mercado à vista ou conforme acordos de fornecimento com preços de mercado de operadores de confinamento e, exceto conforme descrito abaixo, normalmente mantém o gado por menos de um dia antes do abatimento. Após abatido, a Companhia vende a carne. Como geralmente a Companhia compra gado a preços de mercado e vende o produto acabado de carne bovina a preços de mercado em pouco tempo entre a compra e a venda, a Companhia não está exposta a alterações nos preços de mercado em um período tão grande quanto os processadores verticalmente integrados.

Todo o processo de compra de gado da Companhia nos EUA está centralizado na sede da JBS USA em Greeley, Colorado. A Companhia exige que todos os seus fornecedores de gado documentem a qualidade de suas operações de confinamento, verifique se o uso de antibióticos e produtos químicos agrícolas seguem os padrões pretendidos pelo fabricante e confirmam que os alimentos que contenham produtos proteicos de origem animal, que tenham sido associados a surtos de BSE, não foram usados. A Companhia tem mais de 3.000 fornecedores que fornecem gado. A proximidade dessas fábricas com a maioria de seus fornecedores reduz os custos de transporte e ferimentos do gado em trânsito.

A Companhia garante suas demandas de gado sob acordos de compra a prazo e no mercado à vista. Os contratos de compra a termo da Companhia não são contratos de preço fixo, mas são cotados a preços de mercado na entrega, minimizando, assim, geralmente a exposição da Companhia à volatilidade dos preços antes da entrega.

Em 16 de março de 2018 e em conexão com a JBS Five Rivers Sale, a Pinnacle Arcadia Cattle Holdco, LLC, como fornecedora, e a JBS USA Food Company, como compradora, firmaram um contrato de fornecimento de gado vivo, nos termos do qual o fornecedor concordou exclusivamente vender e o comprador concordou em comprar todo o gado pertencente ao fornecedor e suas afiliadas à JBS USA Food Company e suas afiliadas (sujeito a certas exceções), e o fornecedor deve garantir um fornecimento contínuo de gado por semana e por ano, de acordo com a volumes e preços mínimos e máximos estabelecidos no contrato, para processamento nas instalações da compradora. O prazo do contrato de fornecimento de gado vivo é de 10 anos.

Austrália e Nova Zelândia

As principais matérias-primas para as operações de processamento da Companhia na Austrália e na Nova Zelândia são gado vivo, cordeiro, ovelha e porco. A função de compras de gado na Austrália se concentra em obter, de maneira eficiente, tanto o gado alimentado com capim quanto o gado alimentado com grãos.

O gado da Companhia é proveniente principalmente de fornecedores com características específicas de peso e qualidade. Esse processo ajuda a garantir que o gado adquirido pela Companhia atenda aos requisitos de pedidos futuros.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Segmento Suínos USA

A principal matéria-prima para as operações de processamento de suínos nos Estados Unidos da Companhia são os suínos vivos. A Companhia processa suínos vivos em suas instalações de produção e vende os produtos acabados. Nos Estados Unidos, a maioria de suas operações de suínos não é verticalmente integrada. Os processadores de suínos verticalmente integrados, que criam porcos com ração, podem estar sujeitos a um impacto financeiro significativo em termos de utilização do capital de giro, uma vez que os porcos criados com ração ficam em pátios por aproximadamente 180 dias. Além disso, como os suínos consomem alimentos com um preço de reposição sujeito à volatilidade do mercado, os processadores de porco verticalmente integrados têm exposição financeira direta à volatilidade nos preços dos grãos e das matérias-primas. Como normalmente a Companhia adquire seus suínos vivos no prazo de 24 horas do abate, não está exposta a alterações nos preços de mercado por um longo período de tempo.

Uma parte dos suprimentos de suínos vivos da Companhia é comprada de terceiros por meio de contratos de fornecimento de longo prazo. A Companhia emprega uma rede de compradores de suínos em suas plantas de processamento e estações de compra para garantir seu suprimento de suínos. Esses contratos de fornecimento têm tipicamente dois a três anos de duração e estipulam compromissos mínimos e máximos de compra com preços baseados, em parte, no preço de mercado dos suínos na entrega, com ajustes baseados na qualidade, peso, composição e qualidade da carne. A Companhia compra demais suínos no mercado à vista, a um preço diário de mercado com a mesma qualidade geral e grau de rendimento exigidos em seus contratos.

A Companhia também possui e opera quatro fazendas de suínos nos Estados Unidos e possui suínos para engorda num total de aproximadamente 15% da sua necessidade.

Segmento Frangos USA

Estados Unidos, México e Porto Rico

A Companhia é uma processadora de frango verticalmente integrada nos Estados Unidos, México e Porto Rico, pois possui e cria matrizes para a produção de ovos para incubação. A Companhia controla todas as fases da produção de seus produtos, incluindo fábricas de ração, incubadoras, plantas de processamento e centros de distribuição. Uma vez nascidos, os pintos, ou frangos, são transportados para fazendas independentes, onde crescem ao longo de sete a nove semanas. A Companhia fornece aos seus produtores contratados pintinhos, ração e serviço veterinário.

Normalmente, a Companhia celebra contratos de exclusividade e de longo prazo com alguns de seus fornecedores para entrega física futura de ingredientes alimentares a preços determinados. Todos os seus fornecedores estão sujeitos a órgãos de inspeção e leis aplicáveis em sua área de operações. A Companhia tem vários fornecedores e acredita em um baixo risco de concentração.

Os preços dos insumos de ração para aves podem variar significativamente, inclusive em curtos períodos, devido a vários fatores, incluindo oferta e demanda do milho e farelo de soja, que são ingredientes necessários para as operações da Companhia verticalmente integradas. A Companhia busca gerenciar alguns desses riscos com programas de gerenciamento de *hedge*, incluindo contratos de futuros e opções. No entanto, essas estratégias não eliminam completamente esses riscos. Além disso, esses programas também podem limitar os ganhos decorrentes das flutuações nos preços das *commodities*.

Europa

A Companhia é uma processadora de frango verticalmente integrado na Europa, pois possui e cria matrizes para a produção de ovos para incubação. A Companhia controla todas as fases da

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

produção de seus produtos, incluindo fazendas (contratadas, próprias, sob acordos de criação de aves ou sob arrendamento), fábricas de ração, incubadoras e plantas processadas. Os frangos de corte da Companhia são transportados para fazendas independentes, onde crescem até uma idade de aproximadamente cinco semanas. A Companhia fornece a seus produtores contratados os pintinhos, ração e serviços veterinários.

Os preços dos insumos de ração para aves podem variar significativamente, inclusive em curtos períodos, devido a vários fatores, incluindo oferta e demanda do milho e farelo de soja, que são ingredientes necessários para as operações da Companhia verticalmente integradas. A Companhia tenta gerenciar alguns desses riscos com programas de gerenciamento de riscos e hedge, incluindo contratos de futuros e opções. No entanto, essas estratégias não eliminam completamente esses riscos. Além disso, esses programas também podem limitar os ganhos decorrentes das flutuações nos preços das *commodities*.

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável.

A Companhia mantém com seus fornecedores relacionamentos de longo prazo. Conforme prática corrente do mercado, a Companhia não costuma celebrar acordos que criam a obrigação de exclusividade para a Companhia, a fim de manter sua liberdade de contratar o fornecedor mais adequado para cada empreendimento, com base nos preços, qualidade, termos e condições de entrega dos produtos. A Companhia ressalta que todos os fornecedores da Companhia estão sujeitos a órgãos de fiscalização, e respectivas legislações aplicáveis nas jurisdições em que operam.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia conta com uma vasta lista de fornecedores, não apresentando risco de concentração para a Companhia.

A Companhia possui mais de 35.000 fornecedores de animais para abate ao redor do mundo, e, desta forma, não possui nenhum risco de concentração de fornecedores em nenhum mercado onde está presente.

iii. eventual volatilidade em seus preços

As margens operacionais da Companhia dependem, entre outros fatores, do preço de compra de matérias-primas (principalmente de gado) e do preço de venda de seus produtos. Tais preços podem variar significativamente, inclusive durante curtos intervalos de tempo, em virtude de vários fatores, incluindo o fornecimento e a demanda de carne bovina e o mercado de outros produtos proteicos, como a carne de frango e de porco. A Companhia tenta administrar alguns desses riscos com a utilização de programas de gestão de risco e hedge, incluindo contratos futuros e opções de compra e venda. Contudo, essas estratégias não eliminam completamente esses riscos. Além disso, esses programas também poderão limitar ganhos derivados de flutuações favoráveis do preço de commodities. Para maiores informações, vide seção 4.1 deste Formulário de Referência.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A Companhia necessita efetivamente de autorizações sanitárias e ambientais nas jurisdições onde opera seus negócios, em todos os níveis de governo, incluindo a obtenção, manutenção e renovação das licenças da Companhia.

A Companhia cumpre com as leis e normas, principalmente, mas não se limitando às sanitárias e ambientais nas jurisdições onde exerce suas atividades em todos os seus aspectos relevantes.

(i) Regulação da Vigilância Sanitária no Brasil

As operações da Companhia relacionadas com o abate, processamento e armazenamento de carne no Brasil estão sujeitas a várias normas impostas pelo Ministério da Saúde, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("**ANVISA**"), pelo MAPA e por outras autoridades estaduais ou locais em relação ao processamento, embalagem, armazenagem, distribuição, anúncio e etiquetagem de produtos, incluindo o compromisso da Companhia com normas de segurança. Nos anos recentes, as práticas sanitárias e os procedimentos na indústria de processamento têm sido sujeitos a exames minuciosos mais intensos e supervisionados pelo MAPA e pela ANVISA. Cada uma das instalações da Companhia nas quais estas atividades são desempenhadas deve ser previamente licenciada pelas autoridades e deve contar com um técnico responsável em cada uma e deve estabelecer e implementar os Programas de autocontrole, de acordo com o que determina a legislação. Caso a Companhia descumpra quaisquer de suas obrigações perante a ANVISA ou o MAPA, seja por não manter vigentes os alvarás dos estabelecimentos, ou por não manter vigentes ou renovar os registros dos produtos, ou ainda em caso de não observância da legislação setorial, estará sujeita não apenas a sanções civis e penais cabíveis, como também às sanções administrativas previstas na Lei n.º 6.437, de 20 de agosto de 1977, tais como advertência, multa, interdição do estabelecimento, cancelamento de autorização ou licença, entre outras. Os produtos de origem animal in natura devem ser registrados no MAPA e estão sujeitos ao Decreto n° 9.013, de 29 de março de 2017, que dispõe sobre o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal ("**RIISPOA**") que disciplina a fiscalização e a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, instituídas pela Lei n° 1.283, de 19 de dezembro de 1050 e pela Lei n° 7.889, de 23 de novembro de 1989. Em caso de não observância da legislação específica, o infrator estará sujeito não apenas a sanções civis e penais cabíveis, como também a penalidades administrativas, tais como advertência, multa, apreensão de produtos, suspensão de atividade, interdição do estabelecimento, cassação de registro do estabelecimento, entre outras.

Regulação da Vigilância Sanitária – Outras localidades

As operações da Companhia no exterior estão sujeitas a uma extensa regulamentação pelas autoridades estaduais, municipais e estrangeiras relativa ao processamento, acondicionamento, armazenamento, distribuição, publicidade e rotulagem de seus produtos, inclusive normas de segurança dos alimentos. Para maiores informações acerca de regulação de vigilância sanitária no exterior e que a Companhia e suas subsidiárias se sujeitam, ver seção 7.7. deste Formulário de Referência.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A prática da sustentabilidade no cotidiano da JBS é orientada pela Política de Meio Ambiente, que apresenta padrões e boas práticas a serem aplicadas e divulga os pontos de monitoramento e controle ambiental para que se obtenha uniformidade de ações e rotina entre todas as plantas produtivas.

As Políticas Ambientais das operações brasileiras da JBS (Friboi, Seara e JBS Couros) também podem ser encontradas no site da Companhia: https://jbs.com.br/sustentabilidade/gestao-ambiental/gestao/. Uma página especial no site da Companhia disponibiliza informações sobre o desempenho em sustentabilidade para investidores: https://ri.jbs.com.br/investidores-esg/sustentabilidade/

A Companhia conta com amplo Sistema de Gestão Ambiental, auditado internamente e baseado nas especificações da ISO 14001. No Brasil, a JBS possui a referida certificação nas unidades de Itapiranga/SC e Campo Grande/MS. Dessas unidades nascem as ferramentas de gestão de meio ambiente da Companhia no país e é de onde são disseminadas as melhores práticas e modelo de gestão para as demais plantas.

É importante apontar que a Companhia desenvolve no Brasil um plano anual de investimentos para melhorias ambientais com foco no tratamento de efluentes, no gerenciamento de resíduos sólidos, nas emissões atmosféricas e de gases de efeito estufa (GEE) e na gestão no uso de água. Esse plano é traçado com base em um amplo diagnóstico ambiental realizado pela JBS para identificar oportunidades de melhorias dos indicadores ambientais das unidades processadoras no Brasil. Em 2019, o valor com investimentos e gastos com proteção ambiental da JBS em todo o mundo totalizou R$ 698,82 milhões relativos a tratamento e redução no consumo de água e efluente, eficiência energética, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos, recuperação florestal, gestão ambiental e outras melhorias.

Em todas as unidades produtivas, a JBS possui um sistema informatizado que realiza o gerenciamento dos indicadores de meio ambiente e sustentabilidade. Esse sistema é alimentado pelas equipes de cada uma das unidades de forma periódica e permite acompanhar o desempenho das plantas, relacionando-os às metas de redução de consumo e geração de resíduos sólidos, líquidos e gasosos. Dessa forma, a Companhia elabora e gerencia seus planos de prevenção e redução de impactos ao ambiente.

Outro monitoramento realizado é a publicação dos resultados e avaliações das práticas adotadas por meio do CDP, maior e mais respeitada plataforma global de informações corporativas de sustentabilidade. Em 2019, os resultados demonstram que a JBS possui notas maiores que a

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

média das empresas. A plataforma possibilita que a empresa reporte seu desempenho, políticas e boas práticas de sustentabilidade. Desde 2015, a Companhia utiliza a ferramenta para reportar sua performance em gestão dos recursos hídricos (programa CDP Água), gestão de emissão de emissões de GEE (CDP Carbono) e para o programa de avaliação das ações e políticas corporativas que previnem desmatamentos associados à obtenção das principais commodities agrícolas – gado, soja, madeira e óleo de palma (CDP Florestas).

A JBS mantém ainda uma importante instância de governança com o seu Comitê de Sustentabilidade, responsável por discutir questões estratégicas e de âmbito global. O grupo se reporta diretamente ao Conselho de Administração (CA). A partir de 2019, o presidente do CA, Jerry O'Callaghan, passou a fazer parte também do Comitê de Sustentabilidade.
Outros destaques das empresas da JBS em 2019:

- A JBS Couros conta com 17 unidades certificadas pelo Leather Working Group (LWG), todas elas com nota máxima em rastreabilidade, quesito em que a companhia se destaca no mercado. O LWG é uma iniciativa internacional formada por empresas, redes varejistas, curtumes e fornecedores para incentivar práticas ambientais eficientes e sustentáveis na indústria de couros.

- A JBS Biodiesel é a maior produtora mundial verticalizada de biodiesel a partir de sebo bovino e a primeira empresa a ser qualificada para a venda de créditos obtidos por meio do Renovabio - programa do Governo Federal, lançado pelo Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de expandir a produção de biocombustíveis no Brasil para atender as demandas do Acordo de Paris. A empresa está aumentando seu viés de sustentabilidade investindo R$ 180 milhões na construção e operação de uma nova fábrica de biodiesel no município de Mafra (SC).

Materialidade e Engajamento de Stakeholders

A JBS desenvolveu uma matriz de materialidade que prioriza os temas de sustentabilidade para a Companhia e seus stakeholders. Em 2019, esses temas foram revistos e agrupados em quatro novos pilares, que melhor representam os desafios globais da Companhia.
Para criar a nova matriz, foi realizada uma série de entrevistas com as lideranças da empresa em todo mundo e clientes selecionados na Austrália, no Brasil, no Canadá, nos Estados Unidos e na Europa durante seis meses, com base em processo de materialidade e estudos que vêm sendo realizados desde 2014. Em função dessa metodologia, voltada para a formação de consenso, a materialidade da JBS não apresenta pesos ou priorizações.
Prioridades globais da sustentabilidade:

- Bem-estar animal
- Gestão ambiental
- Integridade do produto
- Responsabilidade social

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Em função da sua diversidade de atuação, os negócios e áreas da JBS determinam suas próprias metas e procedimentos para obter uma produção mais sustentável, inclusive o desenvolvimento de políticas ambientais e de segurança que estejam de acordo com os padrões do país e do setor. O mesmo ocorre em relação aos processos de diálogo e engajamento com stakeholders, construído localmente, com base em relacionamentos legítimos e orientados pelo desenvolvimento sustentável da empresa. Essa multiplicidade de realidades e abordagens é unificada pelos valores da Companhia, pelo princípio da precaução, e pela matriz de materialidade.

Água

A gestão dos recursos hídricos está na base da cadeia produtiva da JBS. O recurso é considerado essencial para o desenvolvimento de animais e de vegetais (alimento da cadeia animal), além de assegurar os padrões sanitários dos processos e dos produtos, assim como a higienização de áreas, dos equipamentos e dos utensílios. Por isso, a Companhia reitera o compromisso com o uso sustentável da água como uma prioridade em todas as unidades. Além disso, desenvolve estratégias e projetos para garantir a máxima eficiência no uso e reuso de água, além de minimizar a necessidade de novas fontes de captação.

Em 2019, foram investidos mais de R$ 39 milhões na gestão, medição e iniciativas de redução do uso de água e seu reuso nas operações da JBS pelo mundo.

Todas as diretrizes voltadas ao tema são conduzidas pelo corporativo, e as ações executadas pelos times de meio ambiente das fábricas. As metas e os procedimentos específicos são definidos por cada de negócio, respeitando suas particularidades. Entre os indicadores monitorados destacam-se o controle das fontes de captação de água e dos destinos de disposição dos efluentes tratados, programas de tratamento de águas residuais e estratégias de reutilização e reciclagem, bem como o uso de água por intensidade de produção.

Ainda em 2019, a Companhia reutilizou mais de 3,3 bilhões de litros de água em suas operações em todo o mundo, o que representa aproximadamente 2% de sua captação. Esse volume corresponde a 1.100 piscinas olímpicas. As iniciativas de reuso e reciclagem de água representam a maior oportunidade para a economia desse recurso. A água de reuso é empregada, principalmente, em processos de limpeza de áreas externas e resfriamento de equipamentos, de acordo com as normas sanitárias existentes. É importante observar que especificidades de leis locais de cada país delimitam em quais operações a água de reuso pode ser utilizada. Vale destacar que a JBS reduziu 4% do volume de água utilizado em suas operações por tonelada de produto produzida.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Retirada de água por fonte GRI 303-1

	2019		2018		2017	
	Quantidade (em m³)	%	Quantidade (em m³)	%	Quantidade (em m³)	%
Superfície	44.881.517,80	25,65	53.495.029,89 (*)	30,37	53.363.792,28	29,58
Subterrânea	60.191.597,88	34,40	55.599.013,82 (*)	31,57	47.368.450,62 (*)	26,26
Abastecimento público e terceiros	69.659.103,35	39,81	10.668.979,54	6,06	16.886.962,75	9,36
Água de chuva	125.782,72	0,07	158.451,27	0,09	172.538,48	0,10
Outras fontes	115.805,00	0,07	56.204.208,47	31,91	62.604.435,54	34,70
Total	**174.973.806,75**		**176.125.682,99 (*)**		**180.396.179,66 (*)**	

(*) Dados alterados em relação ao relatório anterior

Efluentes

Os efluentes líquidos resultantes do processo produtivo das unidades são devidamente tratados para a coleta e passam por um processo para que atendam aos requisitos legais. Todo efluente é tratado, seja internamente ou pelo sistema público. O monitoramento constante do desempenho das estações de tratamento de efluentes é realizado pela Companhia e o atendimento aos padrões físico-químicos determinados pela legislação recebe acompanhamento das respectivas agências governamentais de cada país.

O volume de efluentes gerados globalmente pela JBS foi de, aproximadamente, 151,7 milhões de m³. A JBS em 2019 devolveu ao ambiente após tratamento, com qualidade e de forma segura, 84% de volume de água captada em seu processo, disponibilizando novamente a água ao ambiente para novos usos (exceção apenas para o volume de efluente que é enviado para tratamento na rede pública). Foram investidos R$ 129.010.933.

Volume de efluentes gerados e tratados GRI 306-1

	2019		2018		2017	
	Quantidade (em m³)	%	Quantidade (em m³)	%	Quantidade (em m³)	%
Volume descartado – corpo hídrico	79.381.190,65	52,32	72.165.406,03 (*)	49,10	59.806.238,85 (*)	51,21
Volume descartado – fertirrigação	18.312.871,46	12,07	19.827.579,71	13,49	19.010.574,02	16,28
Volume descartado – rede pública	46.749.741,05	30,81	49.505.829,21	33,68	22.917.222,07	19,62)
Volume descartado – outra fonte de descarte	7.287.937,79	4,80	5.474.609,14	3,73	15.052.391,53	12,89
Total	**151.731.740,96**		**146.973.424,09 (*)**		**116.786.426,46 (*)**	

(*) Dados alterados em relação ao relatório anterior

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Mudanças Climáticas

Há 11 anos, a JBS realiza seu inventário anual de emissões de GEE, de acordo com a metodologia internacional GHG Protocol, inicialmente nas operações brasileiras. Em 2012, a empresa expandiu o escopo para as operações internacionais. Desde então, a Companhia publica seu inventário global.

A JBS monitora e contabiliza as emissões de GEE de suas operações e as reporta dentro dos escopos 1, 2 e 3.

- Emissão Escopo 1 - Emissões provenientes das frotas próprias, de combustíveis utilizados para geração de energia ou calor na operação, das lagoas de tratamento de efluentes e da fermentação entérica dos animais confinados em confinamentos ou granjas da Companhia, entre outros.
- Emissão Escopo 2 – Emissões indiretas de energia por se tratar de fontes sobre as quais a empresa não possui responsabilidade ou sua responsabilidade é indireta. São aquelas provenientes do uso de energia elétrica.
- Emissão Escopo 3 – Emissões indiretas resultantes de frota terceira, viagens aéreas comerciais, decomposição dos resíduos em propriedade terceira, entre outras. Portanto, nesse escopo são consideradas emissões que a empresa não possui responsabilidade ou sua responsabilidade é indireta.

A JBS busca constantemente novas aplicações e boas práticas para reduzir a pegada de carbono de suas operações. As iniciativas de redução de emissões diretas da JBS concentram-se principalmente no volume do consumo de combustíveis fósseis e de energia de modo geral. Há também um grande esforço para a obtenção de uma matriz energética mais limpa, para o uso de resíduos na geração de energia, para a maior eficiência no tratamento de efluentes industriais e para o aumento da eficiência em logística em frotas próprias e contratadas.

Emissões de GEE por escopo GRI 305-1 GRI 305-2 GRI 305-3
(em tCO_2e)

	2019	2018	2017
Escopo 1	4.593.547,51	4.379.351,82 (*)	5.504.609,52 (*)
Escopo 2	1.615.547,85	1.550.524,56 (*)	1.780.515,80
Escopo 3	930.672,31	704.850,13 (*)	580.081,37

(*) Dado alterado em relação ao relatório anterior

As emissões absolutas da JBS aumentaram de 2018 para 2019. O principal motivo para esse aumento foi a aquisição de novas operações pela companhia, como o caso da Tulip na Europa.

Energia

A JBS investe na adoção das melhores práticas relacionadas ao consumo de energia. A empresa sabe da sua responsabilidade de utilização de energias renováveis como contribuição para a redução das emissões em sua cadeia de valor. Trata-se de um item prioritário na gestão, tanto

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

de emissões como da ecoeficiência da Companhia, e conta com estratégia definida e recursos para sua implementação.

Em 2019, o investimento em projetos de eficiência energética da JBS, no mundo, chegou a R$ 59,6 milhões.

Matriz energética GRI 302-1
(em GJ)

Energia direta*	2019	2018	2017
GJ Total	**69.978.035,37**	**67.804.701,67(**)**	**67.742.846,23(**)**
% **Não renovável**	54,23%	53,49%	57,19%
% **Renovável**	45,77%	46,51%	42,81%

(*) Considera como energia direta a geração de energia elétrica, uso de combustível para geração de vapor e aquecimento térmico (combustão estacionária) e consumo de combustível para operação da frota própria de veículos (combustão móvel).
(**) Dado alterado em relação ao relatório anterior.

Resíduos e Embalagens

Dentro da estratégia de redução da emissão de GEE está a gestão dos resíduos sólidos gerados nos processos produtivos internos da JBS. Por isso, a empresa realiza a destinação correta, assim como o tratamento adequado para reduzir os impactos ambientais, entre os quais a formação de metano (CH_4), um dos gases do efeito estufa.

A JBS assumiu o compromisso de reciclar ou reaproveitar o maior contingente possível de seus resíduos, para diminuir o envio aos aterros e outras destinações, além de apoiar ações para promoção da reciclagem das embalagens pós-consumo do país, por meio de programas de logística reversa.

Foram reaproveitadas mais de 121 mil de toneladas de resíduos para geração de energia em 2019, reforçando o compromisso da companhia em otimizar o uso de recursos em seu processo utilizando a economia circular como premissa. Isso representa um aumento de 9% em relação ao ano anterior.

No mesmo ano, mais de 1 milhão de toneladas de resíduos gerados pela companhia foram reaproveitados, representando aproximadamente 50% do total de resíduos gerados. Esses resíduos foram destinados para compostagem, reciclagem, reaproveitamento energético e cogeração.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Resíduos gerados nas operações GRI 306-2
(em toneladas)

	2019		2018		2017	
Resíduos perigosos	32.706,93	1,50%	29.542,03	1,35%	9.356,68	0,50%
Resíduos não perigosos	2.144.268,94	98,50%	2.161.720,3 (*)	98,65%	1.868.472,41	99,50%
Volume total resíduos	**2.176.975,87**		**2.191.262,33 (*)**		**1.877.829,09 (*)**	
1. Aterro sanitário próprio	19.260,53	0,88%	23.533,82	1,07%	22.828,2	1,22%
2. Aterro sanitário terceiro	469.614,1	21,57%	304.087 (*)	13,88%	245.691,27	13,08%
3. Compostagem	588.655,27	27,04%	645.906,82 (*)	29,48%	637.852,63	33,97%
4. Incineração	13.288,89	0,61%	14.273,75	0,65%	10.732,44	0,57%
5. Reciclagem	304.952,38	14,01%	377.462,21	17,23%	399.072,36	21,25%
6. Reaproveitamento energético	121.763,63	5,59%	111.986,3	5,11%	57.438,97	3,06%
7. Cogeração	54.873,48	2,52%	38.834,48	1,77%	28.277,42	1,51%
8. Fertirrigação	527.198,68	24,22%	584.400,37	26,67%	387.726,39	20,65%
9. Outros	77.368,91	3,55%	90.777,59	4,14%	88.209,4	4,70%

(*) Dados alterados em relação ao relatório anterior

Para a JBS, o sistema de ciclo fechado para o reaproveitamento e reciclagem de resíduos é fundamental para a sustentabilidade de sua operação. Nesse sentido, a Companhia desenvolve iniciativas para identificar essas oportunidades:

- **Gestão de Resíduos:**
  - A atuação da JBS é orientada por políticas próprias, específicas para o tema, e pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Todas as unidades de produção atendem a PNRS e a gestão dos resíduos está baseada no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), elaborado pelos responsáveis ambientais da unidade produtiva. Este plano define procedimentos para coleta, transporte e destinação correta bem como define boas práticas para redução de geração de resíduos em pontos específicos de processo.
    Fornecedores críticos da empresa também são envolvidos, pois a JBS prevê a destinação correta de todos os resíduos gerados por fornecedores, transportadores e sua disposição final.
    Em projetos de pesquisa e desenvolvimento, a Companhia trabalha na redução de gramatura de embalagens, troca de materiais em embalagens para materiais com maior facilidade de reciclagem e de reutilização e projetos de reciclagem de materiais para serem utilizados em outros produtos dentro do processo.
    Na Seara, foram reaproveitadas mais de 286 mil toneladas de resíduos industriais, sendo encaminhadas para compostagem, reciclagem, reaproveitamento energético e cogeração, o que representa aproximadamente 70% do total de resíduos gerados. Destes, mil toneladas foram utilizadas para

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

geração de energia. Além disso, a empresa em 2019 reduziu em 17% sua geração de resíduos em comparação como ano anterior, e investiu mais de R$ 440 mil para melhorias em gestão de resíduos.

Na JBS Brasil foram reaproveitadas aproximadamente 387 mil toneladas de resíduos gerados nas fábricas e destinados a compostagem, reciclagem, reaproveitamento energético e cogeração. Destas, 21,3 mil toneladas de resíduos foram utilizadas para geração de energia. A empresa investiu, em 2019, mais de R$ 8,3 milhões com a gestão de resíduos.

Destaca-se também o desempenho da JBS Ambiental, uma unidade de negócio que trabalha com a economia circular de resíduos recicláveis. Ela é responsável pela coleta, processamento (reciclagem) e reutilização dos materiais dentro da empresa. Resíduos plásticos como polietileno são reciclados e transformados em novos produtos para serem usados nas unidades da JBS em forma de sacos de lixo, lonas plásticas, capas para paletes, filme termoencolhivel (shrink), paletes e estrados injetados. Atualmente, 100% dos sacos de lixo utilizados pela JBS são de produção própria, ou seja, provêm de iniciativas de economia circular. Os plásticos coletados pelas unidades gerenciais da JBS Ambiental são destinados para a unidade de Lins e transformados em resinas plásticas recicladas, como matéria prima para fabricação de novos produtos. Em 2019, foram produzidas 2.432 toneladas de resinas plásticas recicláveis e 2.189 toneladas de produtos plásticos reciclados, o equivalente a cerca de 5 milhões de unidades de novos produtos.

- Embalagens:

As embalagens são um item essencial para a garantia da qualidade e para a experiência de consumo dos produtos da JBS, uma vez que respondem pela segurança e pela proteção do alimento até o momento do preparo.

De modo a atender as legislações locais e nacionais, parte do investimento em pesquisa e desenvolvimento da empresa é direcionado para encontrar formas de reduzir e otimizar o uso de embalagens.

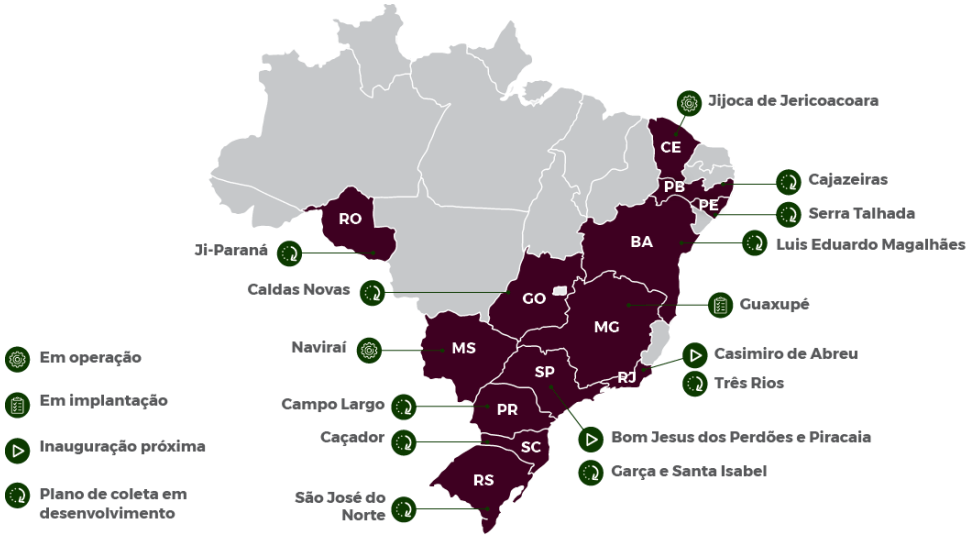
- Programa Cidade +

  Outra importante iniciativa da JBS Brasil e Seara é o apoio ao Programa Cidade +, desenvolvido e gerenciado pela ONG Recicleiros. A iniciativa assessora prefeituras na implementação da coleta seletiva inteligente, ao mesmo tempo em que possibilita às empresas o cumprimento de exigência da Política Nacional de Resíduos Sólidos - que requer investimento em ações de logística reversa de embalagens pós-consumo. O programa atende cerca de 1 milhão de novas pessoas por ano, disponibiliza acesso à canais sustentáveis para destinação de resíduos sólidos urbanos a quatro milhões de pessoas e irá gerar 2 mil postos

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

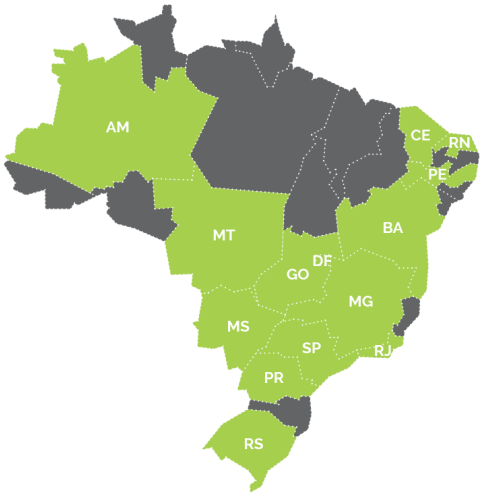
de trabalho qualificados para pessoas em estágio de vulnerabilidade até o final de 2023.

Os valores repassados ao Programa Cidade+ transformam-se em capacitação para que os gestores municipais possam implantar e gerir seus programas de coleta seletiva.



- Programa Prolata: Em atendimento a Política Nacional de Resíduos Sólidos em 2014, a JBS passou a integrar o Acordo Setorial de Embalagens e o Programa Prolata, uma iniciativa da Associação Brasileira de Embalagens de Aço (Abeaço), baseada em três pilares: centros de recebimento/entreposto, com estrutura voltada para recebimento de grandes volumes; cooperativas de catadores de materiais recicláveis, responsáveis pelo trabalho de inclusão social; e Pontos de Entrega Voluntária (PEV), que fazem a interface com o consumidor final. Segundo dados da Abeaço, o programa já reciclou mais de 31 mil toneladas de aço.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal



Garantia de origem

Para a JBS, qualquer processo de aquisição matérias-primas deve ser pautado pelos princípios da compra responsável, isto é, não apenas pelo compliance com os regulamentos federais e locais, mas em sintonia com as práticas mais sustentáveis no setor. É daí que nasce a garantia de origem dos produtos da empresa. Esse compromisso pode implicar em bloqueios comerciais, cancelamento de contratos em situações em que forem encontradas irregularidades ou práticas incompatíveis. Para isso, existem mecanismos de controle nas diversas etapas do processo.

Monitoramento Socioambiental de fornecedores de gado no Brasil

A JBS tem o compromisso de combater, desencorajar e eliminar o desmatamento da sua cadeia de fornecimento na Amazônia. Pioneira em iniciativas para o desenvolvimento sustentável da região, a Companhia tem suas atividades pautadas por uma Política de Compra Responsável de Matéria-Prima (disponível em https://jbs.com.br/wp-content/uploads/2020/01/27-12-2019-Politica-de-Compra-Responsavel-PT.pdf), que estabelece critérios socioambientais para a seleção de seus fornecedores de gado.

Nos últimos 10 anos, a JBS fez investimentos significativos para viabilizar um dos maiores sistemas privados de monitoramento de fornecedores do mundo. O sistema monitora, por meio de imagens de satélite e dados georreferenciados das fazendas fornecedoras, uma área de mais de 450 mil km² (45 milhões de hectares) localizada na Amazônia Legal, equivalente ao território da Alemanha.

A Companhia avalia diariamente mais de 90 mil fazendas para evitar a compra de animais de propriedades envolvidas com desmatamento de florestas nativas, invasão de terras indígenas e de áreas de preservação ambiental ou que constam da lista de áreas embargadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama), a JBS também não adquire gado de fornecedores envolvidos em violência rural ou conflitos agrários, ou que utilizam trabalho infantil ou em condições análogas à escravidão. Nesse período, cerca de 9 mil fazendas fornecedoras

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

de gado foram bloqueadas pelo sistema de monitoramento por situações de não conformidade socioambiental.

Como parte de seu compromisso com a transparência, as operações de compra de gado e todo o sistema de monitoramento de fornecedores da Companhia são auditados anualmente, de forma independente, e os resultados são publicados no site da empresa. As auditorias revelaram que, nos últimos anos, mais de 99,9% das compras de gado da JBS, de fazendas localizadas na região amazônica, cumpriram com os critérios socioambientais da empresa.

Em 2019, a empresa norueguesa DNV-GL, referência internacional em auditoria, consultoria e certificações socioambientais, confirmou 100% de conformidade socioambiental nas aquisições de gado realizadas pela Companhia em 2018, no bioma Amazônia.

A JBS trabalha para aprimorar os padrões do setor, por meio do diálogo aberto e do engajamento com todas as partes interessadas para melhorar a sustentabilidade ao longo de toda a cadeia de valor da indústria. A empresa é membro fundador do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS), no Brasil, do Global Roundtable for Sustainable Beef (GRSB) e integra a Tropical Forest Alliance (TFA), iniciativa ligada ao Fórum Econômico Mundial, que estimula e promove ações voltadas ao fim do desmatamento no mundo.

A Companhia também integra a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, que trabalha de forma colaborativa em questões ligadas às mudanças climáticas, além de apoiar a iniciativa “Seja Legal com a Amazônia”, liderada pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), Associação Brasileira dos Exportadores de Carne Bovina (ABIEC), Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, entre outras instituições, com o objetivo de combater a ocupação ilegal de terras públicas e o desmatamento na Amazônia.

A JBS foi a primeira empresa do setor de alimentos no Brasil a se tornar membro do InPACTO, organização multistakeholder que combate o uso de trabalho análogo ao escravo nas principais cadeias de produção no país.

Em parceria com o Ministério Público Federal (MPF) e o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), a JBS fez importantes contribuições na construção de uma estratégia setorial para compra responsável de gado na Amazônia, denominada Boi na Linha, que estabeleceu critérios de monitoramento e seleção de fornecedores de gado para as empresas que operam na região.

Como meta para 2020 e para os próximos anos, a Companhia está desenvolvendo, em parceria com seus fornecedores de gado e organizações da sociedade civil, um projeto de reflorestamento na Amazônia Legal.

A JBS acredita que a indústria pode continuar prosperando com o uso de novas tecnologias e maior produtividade, preservando a Amazônia, e convida todos os players do setor a se unirem ao seu compromisso de proteger esse importante bioma e eliminar os incentivos que possam encorajar o desmatamento.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a titularidade de marcas somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("**INPI**"), a autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual. Após o registro, o titular da marca passa a deter o direito exclusivo de uso no Brasil por um período de 10 (dez) anos, que poderá ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais. Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

A Companhia e suas controladas são titulares de diversas marcas registradas junto ao INPI, tal como "Seara" e "Doriana". Adicionalmente, a Companhia também é titular de nomes de domínio registrados junto ao Registro.br, tal como "jbs.com.br".

A Companhia acredita que suas marcas têm valor significativo e desempenham um papel considerável na manutenção e melhoria da posição competitiva de seus produtos. Nos últimos anos, a Companhia tem feito investimentos para melhorar a identidade e reconhecimento de suas marcas. Esses investimentos incluem várias aquisições e a diversificação de portfólio de produtos, incluindo o lançamento de novos produtos, a ampliação das linhas de produtos existentes, a melhora da qualidade de produtos da Companhia, o aprimoramento da apresentação de marcas e embalagens e campanhas promocionais. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas no território nacional e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não fosse legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros. Não obstante, atualmente não há dependência específica de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia.

Para maiores informações sobre os ativos de propriedade intelectual da Companhia, favor verificar item 9.1.b.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

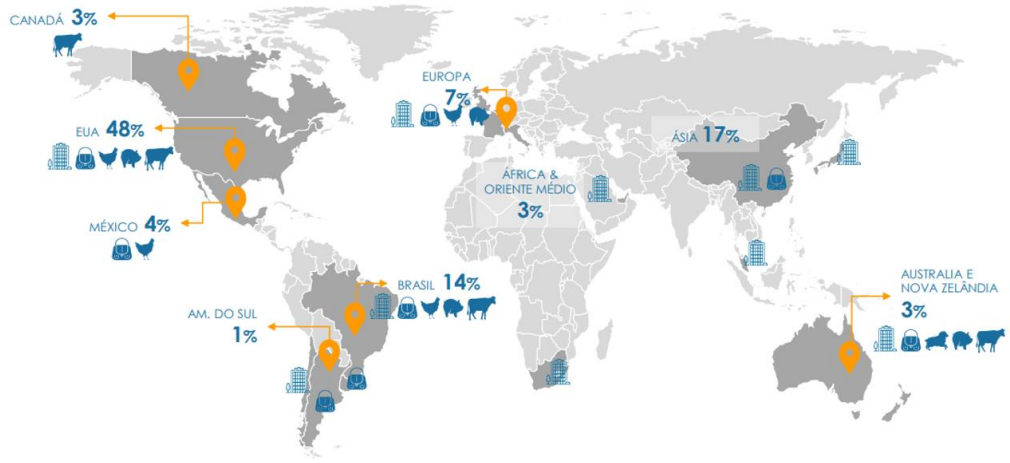
(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

A receita bruta proveniente dos clientes atribuídos ao Brasil foi de R$33,0 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, equivalente a 15,6% da receita bruta da Companhia.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

A Companhia não divulga a abertura de sua receita líquida por país. O mapa abaixo indica a receita consolidada da Companhia por região para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

2019:



(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

A receita bruta proveniente dos clientes atribuídos a países estrangeiros foi de R$178,2 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, equivalente a 84,4% da receita bruta total da Companhia.

A Companhia não divulga a abertura da receita líquida por país.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Para fins desta seção, as menções à Companhia, se referem tanto à Companhia quanto às suas subsidiárias, conforme aplicável nas jurisdições abaixo.

América do Norte

As operações da Companhia e suas subsidiárias nos Estados Unidos estão sujeitas a uma extensa regulamentação pela Environmental Protection Agency ("**EPA**"), pela Occupational Safety and Helath Administration ("**OSHA**") e outras autoridades estaduais e municipais com relação ao manejo e descarte de água usada, água pluvial, emissões atmosféricas, tratamento, armazenamento e descarte de resíduos, manejo de substâncias perigosas e saneamento de solo contaminado, água superficial e subterrânea, e uso e manutenção de sistemas de refrigeração, incluindo refrigeramento à base de amônia, gerenciamento de ruído, odor e poeira, operação de maquinário de processamento e outras operações. O EPA, OSHA ou outra autoridade estatal ou municipal dos Estados Unidos podem, de tempos em tempos, revisar regras e regulametos às regras e regulamentos ambientais com os quais a Companhia deverá cumprir. Tais cumprimentos podem exigir que a Companhia incorra em despesas operacionais de capital significativas. A observância de tal regulação poderá exigir que a Companhia incorra em dispêndios operacionais e de capital adicionais, que poderão ser significativos. Para assegurar a observância contínua das leis, normas e regulamentos ambientais existentes, a Companhia deve, periodicamente, substituir, reparar ou atualizar as instalações, equipamentos ou materiais existentes, o que poderá exigir que a Companhia incorra em capital adicional.

Nos Estados Unidos, a Companhia também está sujeita à regulamentação do Center for Disease Control, o United States Department of Agriculture ("**USDA**") e o United States Food and Drug Administration ("**FDA**"). O FDA inspeciona a produção das fábricas da Companhia nos Estados Unidos. A Companhia acreditamos que cumpre substancialmente com todas as leis e regulamentos aplicáveis às operações de suas instalações. A Companhia prevê um aumento da regulamentação da EPA e de diversas outras agências estaduais sobre descargas no meio ambiente, pelo USDA referente à segurança de alimentos e pelo FDA referente ao uso de medicamentos na alimentação animal.

As operações norte-americanas da Companhia também estão sujeitas ao U.S. Packers and Stockyards Act of 1921 ("**PSA**"). Tal legislação, de forma geral, proíbe aos embaladores de carne da indústria pecuária de se envolverem em práticas contrárias à concorrência. Além disso, essa lei exige que a Companhia efetue o pagamento de suas compras de gado antes do encerramento do dia útil seguinte à compra e transferência da posse do gado que comprar, salvo acordo em contrário dos fornecedores de gado. Qualquer atraso ou tentativa de atraso do pagamento será considerado como prática desleal com violação da lei. Nos termos do PSA, a Companhia deve manter as compras em dinheiro de gado sob fidúcia para seus fornecedores de gado, até que eles recebam o pagamento integral do preço de compra em dinheiro. Em 30 de setembro de 2019, a Companhia manteve títulos (*bonds)* no valor agregado de aproximadamente US$128,8 milhões para garantir obrigações de pagamento aos seus fornecedores de gado.

As operações da Companhia no Canadá e México também estão sujeitas a extensa regulamentação das autoridades ambientais no Canadá e México. As autoridades federais, estaduais e locais do Canadá e México podem, de tempos em tempos, revisar as regras e regulamentos ambientais às leis e regulamentos ambientais e/ou alterar os termos e condições das licenças da Companhia, com os quais a Companhia deverá cumprir. Tais cumprimentos podem exigir que a Companhia incorra em despesas operacionais de capital significativas. As

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

plantas de processamento da Companhia no Canadá e México também estão sujeitas a inspeções, examinações e regulações das agências governamentais canadenses e mexicanas que executam funções similares àquelas executadas pelo USDA e pelo FDA. A Companhia acredita estar em conformidade substancial com as leis e regulamentos aplicáveis às operações de suas instalações.

Algumas das instalações da Companhia despejam efluentes em estações de tratamento de efluente municipais e, caso tais estações municipais sejam incapazes de cumprir com as normas ambientais, a Companhia pode ser solicitada a realizar benfeitorias ou mudanças operacionais, incluindo a instalação e operação de instalações de tratamento de efluentes, que podem resultar em custos adicionais. Adicionalmente, algumas de instalações da Companhia estão em operação há muitos anos e foram construídas antes da imposição dos atuais padrões ambientais, de saúde e segurança e/ou em áreas que recentemente se tornaram sujeitas a pressões para desenvolvimento residencial e comercial. A Companhia está atualizando as instalações de tratamento de efluentes em várias de suas instalações, conforme os acordos com as autoridades reguladoras ou de forma voluntária, antecipando requisitos futuros. A Companhia acredita que os gastos associados a essas atualizações não são materiais. Além disso, algumas de suas instalações usam substâncias perigosas, como amônia, em sistemas de refrigeração que podem vazar e causar acidentes que podem resultar em responsabilidade para a Companhia. Algumas das propriedades da Companhia foram afetadas pela contaminação por derramamentos e a Companhia e seus predecessores incorrem em custos para remediar essa contaminação. A Companhia também realizou, voluntariamente, melhorias em algumas de suas instalações para atender às preocupações das autoridades governamentais locais e/ou de seus vizinhos.

A Companhia também está sujeita a retiradas voluntárias do mercado e recalls de seus produtos em caso de suspeita de contaminação ou adulteração que possam constituir riscos à segurança de alimentos. A Companhia mantém um rigoroso programa de operações, inspeções e testes para reduzir a probabilidade de riscos à segurança de alimentos. Como medida proativa, sua equipe de gerenciamento expandiu os procedimentos de teste em todas as suas plantas de processamento de carne bovina.

Ocasionalmente, a Companhia teve incidentes em suas fábricas envolvendo saúde e segurança do trabalhado. Dentre incidentes, houve a liberações de amônia devido a falhas mecânicas nos sistemas de refrigeração da Companhia, ferimentos e mortes de trabalhadores envolvendo equipamentos de processamento e acidentes de veículos. Como resposta, a Companhia tomou as devidas medidas preventivas.

Algumas das propriedades da Companhia foram impactadas pela contaminação por derramamentos ou outras liberações e incorremos em custos para remediar essa contaminação. Além disso, no passado, a Companhia adquiriu negócios com operações como produção de pesticidas e fertilizantes que envolviam maior uso de materiais perigosos e geração de resíduos mais perigosos do que as operações atuais. Embora muitas dessas operações tenham sido vendidas ou encerradas, algumas leis ambientais impõem uma responsabilidade objetiva e, em certas circunstâncias, solidária pelos custos de investigação e remediação de locais contaminados ou locais de descarte de terceiros em proprietários e operadores atuais e antigos locais e sobre as pessoas que providenciaram o descarte de resíduos nesses locais. Adicionalmente, os atuais proprietários ou operadores desses locais contaminados podem buscar recuperar os custos de limpeza da Companhia com base em operações anteriores ou indenizações contratuais.

Os esforços crescentes para controlar as emissões de Gases Efeito Estufa (“**GEE**”) também provavelmente impactarão as operações da Companhia. Nos Estados Unidos, a EPA emitiu

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

uma regra que estabelece um sistema obrigatório de relatório de GEE para certas atividades, incluindo sistemas de gestão de estrume, que excedem os limites de emissão especificados, e algumas das instalações da Companhia estão sujeitas a esses requisitos. A EPA regula as emissões de GEE através do *Clean Air Act*.

Austrália

As operações da Companhia na Austrália também estão sujeitas a ampla regulamentação pelo *Australian Quarantine and Inspection Services* ("**AQIS**"), bem como pelas autoridades ambientais australianas. O AQIS e/ou outras autoridades estaduais e locais australianas podem, de tempos em tempos, adotar revisões das regras e regulamentos ambientais, com os quais a Companhia deverá cumprir. Tais cumprimentos podem exigir que a Companhia incorra em despesas operacionais de capital significativas. A observância de tal regulação poderá exigir que a Companhia incorra em dispêndios operacionais e de capital adicionais, que poderão ser significativos. Para assegurar a observância contínua das leis, normas e regulamentos ambientais existentes, a Companhia deve, periodicamente, substituir, reparar ou atualizar as instalações, equipamentos ou materiais existentes, o que poderá exigir que a Companhia incorra em capital adicional.

Algumas das instalações da Companhia despejam efluentes em estações de tratamento de efluente municipais e, caso tais estações municipais sejam incapazes de cumprir com as normas ambientais, a Companhia pode ser solicitada a realizar benfeitorias ou mudanças operacionais, incluindo a instalação e operação de instalações de tratamento de efluentes, que podem resultar em custos adicionais. Além disso, algumas das instalações da Companhia utilizam substâncias perigosas, como amônia, em sistemas de refrigeração que podem vazar e causar acidentes que podem resultar em responsabilidade para a Companhia. Algumas das propriedades da Companhia foram afetadas pela contaminação decorrentes de vazamentos e a Companhia e seus predecessores incorreram em custos para remediar tal contaminação. A Companha também realizou, voluntariamente, melhorias em algumas de suas instalações para atender às preocupações das autoridades governamentais locais e/ou de seus vizinhos.

A Companhia também está sujeita a retiradas voluntárias do mercado e *recalls* de seus produtos de origem animal em caso de suspeita de contaminação ou adulteração que possam constituir riscos à segurança dos alimentos. A Companhia mantém um rigoroso programa de intervenções, inspeções e testes para reduzir a probabilidade de riscos à segurança dos alimentos. Como medida proativa, a equipe de gerenciamento da Companhia expandiu seus procedimentos de teste em todas as suas plantas de processamento de carne bovina.

Os esforços crescentes para controlar as emissões de GEE provavelmente afetarão as operações da Companhia. Na Austrália, o governo federal propôs um sistema de limite e comércio de GEE que cobriria as operações agrícolas, incluindo alguns dos confinamentos e pelo menos duas das plantas de processamento da Companhia. Alguns estados da Austrália também podem adotar regulamentação de emissões de GEE mais rigorosos que a regulamentação federal australiana. Embora não seja possível estimar o impacto específico que os regulamentos finais de GEE terão sobre as operações da Companhia, não há garantia de que essas medidas não resultarão em impactos significativos para a Companhia.

Europa

As operações da Companhia na Europa estão sujeitas a várias leis locais, nacionais e regionais e outros requisitos relacionados à proteção do meio ambiente e segurança e saúde pública e individual. Esses requisitos estão relacionados a uma ampla gama de atividades, incluindo:

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

- descarga de poluentes no ar e na água;
- identificação, geração, armazenamento, manuseio, transporte, descarte, manutenção de registros, rotulagem, relatórios e resposta de emergências com relação a materiais perigosos (incluindo amianto) associados às operações da Companhia;
- emissões de ruído das instalações da Companhia; e
- padrões, práticas e procedimentos de segurança e saúde que se aplicam ao local de trabalho e à operação das instalações da Companhia.

Para cumprir com esses requisitos, a Companhia pode precisar gastar quantias substanciais de dinheiro e outros recursos de tempos em tempos para: (i) construir ou adquirir novos equipamentos; (ii) adquirir ou alterar licenças para autorizar as operações em suas instalações; (iii) modificar, atualizar ou substituir equipamentos existentes; e (iv) limpar ou desativar as instalações de gerenciamento de resíduos. O orçamento operacional e de capital da Companhia inclui custos e despesas associados ao cumprimento dessas leis. Caso a Companhia não cumpra com os requisitos ambientais aplicáveis a suas operações, as agências reguladoras podem impor responsabilidades civis, administrativas e/ou criminais, além de reduzir suas operações. Em alguns casos, pessoas físicas também podem tentar impor multas civis ou penalidades por violações das leis ambientais ou ressarcimento de danos pecuniários, incluindo danos patrimoniais ou pessoais.

A presença de materiais perigosos nas instalações da Companhia pode expô-la a possíveis responsabilidades associadas à limpeza de solo e água subterrânea contaminados, e a Companhia pode ser responsável por (i) os custos de resposta e correção de qualquer liberação de materiais perigosos e (ii) a restauração de recursos naturais danificados por essa liberação, entre outros. A Companhia não incorre, nem prevê que incorrerá em despesas materiais a fim de cumprir as leis ou regulamentos ambientais. A Companhia não tem conhecimento de nenhum passivo ambiental que possa ter um efeito adverso relevante em seus negócios.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

Políticas socioambientais

7.8 - Em relação a políticas socioambientais, indicar:

a. O emissor divulga informações sociais e ambientais

A JBS publica, anualmente em seu website (www.jbs.com.br), seu Relatório Anual e de Sustentabilidade. A atual edição, a décima primeira, presta contas do desempenho econômico, social e ambiental da organização no ano de 2019. Esse relatório foi preparado de acordo com o Global Reporting Initiative (GRI) Standards: opção essencial e do seu Suplemento Setorial de Alimentos. Essa metodologia oferece indicadores que podem ser utilizados para informar o desempenho de empresas, independentemente do setor de atuação e localidade de suas operações, permitindo a comparabilidade dos dados ao longo do tempo e entre diferentes instituições.

A JBS sempre busca aprimorar seu relato anual. Por isso, coloca à disposição diversos canais para receber comentários, sugestões, dúvidas ou críticas a este documento, como o e-mail relatorio.anual@jbs.com.br. A área de Relações com Investidores também está disponível por meio do telefone +55 (11) 3144-4224, e-mail ri@jbs.com.br e site https://ri.jbs.com.br/. A área de Sustentabilidade está disponível pelo e-mail sustentabilidade@jbs.com.br e pelo site https://jbs.com.br/sustentabilidade/como-atuamos/governanca/

Há 11 anos, a JBS realiza seu inventário anual de emissões de GEE, de acordo com a metodologia internacional GHG Protocol e publica seu inventário global na Plataforma Registro Público de Emissões do Programa GHG Protocol Brasil.

Outro importante relato público que a JBS realiza há dez anos é o CDP, maior e mais respeitada plataforma global de informações corporativas de sustentabilidade. Trata-se de uma entidade internacional sem fins lucrativos que detém o maior banco de dados sobre as ações e respostas das empresas para enfrentamento do problema das mudanças climáticas, risco hídrico e gestão de ações que previnem desmatamentos associados à cadeia de produção das principais commodities agrícolas – gado, soja, produtos florestais e óleo de palma, visando à promoção de diálogos entre investidores e corporações através da abertura de informação.

Os resultados divulgados em 2019 demonstram que a JBS possui desempenho maior que a média das empresas do setor em todos os critérios avaliados, posicionando a JBS entre as melhores do mundo nos temas analisados pelo CDP.

O desempenho da JBS foi alcançado graças aos seus avanços em ações relacionadas a Política de compra responsável de gado e a análise de critérios socioambientais aplicados aos seus fornecedores, além da sua atuação consistente para a mensuração e a redução de suas emissões diretas de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Todos os fornecedores de gado da companhia são analisados e selecionados a partir de critérios socioambientais definidos em sua Política de compra responsável:

-Não estão localizadas em áreas de desmatamento ilegal de florestas nativas;
-Não estão localizadas em terras indígenas ou áreas de conservação ambiental;
-Não utilizam mão de obra análoga à escrava;

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

- Não possuem embargos ambientais.

A JBS possui, no Brasil, um robusto sistema de monitoramento socioambiental para monitorar e verificar se as atividades de seus fornecedores de gado obedecem aos critérios socioambientais determinados por sua Política de Compra Responsável de Matéria-Prima (https://jbs.com.br/wp-content/uploads/2020/01/27-12-2019-Politica-de-Compra-Responsavel-PT.pdf), de forma a garantir uma cadeia de fornecimento sustentável. O sistema abrange desde a atuação em áreas livres de desmatamento de florestas nativas, em terras indígenas, áreas de conservação ambiental ou embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), até casos de utilização de mão de obra análoga à escrava.

Diariamente, cerca de 90 mil fornecedores de gado, no Brasil, são analisados por meio de imagens de satélite, dados georreferenciados das fazendas e informações de órgãos governamentais. O sistema, exclusivo da JBS, alcança cerca de 45 milhões de hectares na região amazônica - a área monitorada é equivalente ao território da Alemanha.

Ao identificar fazendas que não cumprem quaisquer dos critérios socioambientais da Companhia e do Compromisso Público da Pecuária, o sistema bloqueia o cadastro comercial do fornecedor, impossibilitando qualquer operação de compra até que a situação seja regularizada. Toda a compra de gado e o próprio Sistema de Monitoramento Socioambiental são anualmente auditados, de forma independente.

b. A metodologia seguida na elaboração dessas informações

A metodologia da Global Reporting Initiative (GRI) oferece indicadores que podem ser utilizados para apresentar o desempenho de empresas, independentemente do setor de atuação e localidade de suas operações, de forma a permitir a comparabilidade das informações ao longo do tempo e entre diferentes instituições.

Para orientar sua estratégia, a JBS desenvolveu uma matriz de materialidade que prioriza os temas de sustentabilidade para a Companhia e seus stakeholders. Em 2019, esses temas foram revistos e agrupados em quatro novos pilares, que melhor representam os desafios globais da Companhia.

Para chegar a essa nova matriz, foi realizada uma série de entrevistas com as lideranças da empresa em todo mundo e clientes selecionados na Austrália, no Brasil, no Canadá, nos Estados Unidos e na Europa durante seis meses, com base em processo de materialidade e estudos que vêm sendo realizados desde 2014. Em função dessa metodologia, voltada para a formação de consenso, a materialidade da JBS não apresenta pesos ou priorizações.

Foram estabelecidas quatro prioridades globais da sustentabilidade:

- Integridade do produto
- Bem-estar animal
- Gestão ambiental
- Responsabilidade social

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

Os temas têm grande importância na formulação da estratégia e na condução das ações da empresa.

A JBS realiza seu inventário anual de emissões de GEE de acordo com a metodologia internacional GHG Protocol. O monitoramento e reporte das emissões são feitos dentro dos escopos 1, 2 e 3.

Emissão escopo 1 - Emissões provenientes das frotas próprias, de combustíveis usados na geração de energia ou calor na operação, das lagoas de tratamento de efluentes e da fermentação entérica dos animais em confinamentos ou granjas da Companhia, entre outros.

Emissão escopo 2 – Emissões indiretas de energia de fontes sobre as quais a empresa não tem responsabilidade ou sua responsabilidade é indireta. São oriundas do uso de energia elétrica.

Emissão escopo 3 – Emissões indiretas resultantes de frota terceira, viagens aéreas comerciais, decomposição dos resíduos em propriedade terceira, entre outras. Portanto, nesse escopo são consideradas emissões que a empresa não tem controle operacional ou sua responsabilidade é indireta.

Já a metodologia do CDP é baseada em questionários respondidos pelas empresas e publicados no website da iniciativa. O sistema de relatórios é padronizado e reconhecido globalmente, facilitando a medição e a comparação. Os questionários são específicos para cada área focal: clima, água e florestas.

A resposta ao CDP auxilia as empresas a entender as melhores práticas e fazer comparações com outras corporações, nacional e globalmente, em uma ampla gama de fatores materiais. Demonstra também a proatividade na busca por adaptação aos riscos e oportunidades decorrentes das mudanças climáticas, risco hídrico e gestão de ações que previnem desmatamentos associados à obtenção das principais commodities agrícolas – gado, soja, madeira e óleo de palma, divulgando estratégias e demonstrando liderança.

A Compra de gado da JBS no Brasil obedecem aos critérios socioambientais determinados por sua Política de Compra Responsável de Matéria-Prima (https://jbs.com.br/wp-content/uploads/2020/01/27-12-2019-Politica-de-Compra-Responsavel-PT.pdf).

c. As informações são auditadas ou revisadas por entidade independente?

O Relatório Anual e de Sustentabilidade 2019 foi elaborado de acordo com o Global Reporting Initiative (GRI) Standards: opção essencial e do seu Suplemento Setorial de Alimentos. O Relatório conta com o selo de avaliação da GRI Services, que avaliou que o índice de conteúdo GRI está claramente apresentado e as referências para os indicadores 102-40 a 102-49 estão alinhadas às seções apropriadas no corpo do documento.

Em 2019, os dados de consumo de água, consumo de energia, emissão de gases de efeito estufa (escopos 1 e 2) e produção foram auditados segundo critérios estabelecidos pela ISO 14064-1:2007 e Programa Brasileiro GHG Protocol pela SGS, empresa suíça líder mundial em inspeção, verificação, testes e certificação. Os dados mencionados referem-se às operações da JBS no Brasil e da JBS Couros no exterior.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

Para o compromisso de desmatamento zero, desde 2014, a JBS publica os relatórios de auditorias independentes sobre a sua Política de Compra Responsável. O processo de auditoria independente no Brasil verifica se as atividades de seus fornecedores de gado obedecem aos critérios socioambientais determinados por sua Política de Compra Responsável de Matéria-Prima (https://jbs.com.br/wp-content/uploads/2020/01/27-12-2019-Politica-de-Compra-Responsavel-PT.pdf). No processo é utilizada uma amostragem representativa do total das aquisições de matéria-prima bovina. A análise se baseia em amostra média de oito mil operações de compra de gado de fazendas fornecedoras localizadas na região da Amazônia. Acesse os relatórios da última auditoria realizada por terceira parte (https://jbs.com.br/wp-content/uploads/2019/11/JBS_Relat%C3%B3rioAuditoriaCompromissoPublico_DNVGL-2019_PT.pdf) e confira no vídeo as ações da JBS para compra sustentável de gado (https://www.youtube.com/watch?time_continue=7&v=U73cYbWDABM&feature=emb_logo).

Nos últimos seis anos essas auditorias revelam 99,9% de conformidade em atendimento a Política de compra responsável. Em 2019, 100% das compras atenderam aos critérios socioambientais estabelecidos.

d. A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações.

O Relatório Anual e de Sustentabilidade da JBS poderá ser encontrado pelo endereço https://ri.jbs.com.br/, na seção “Informações Financeiras – Relatórios Anuais”. Também pode ser encontrado nas versões português e inglês no site da Companhia: https://jbs.com.br/sustentabilidade/ras/relatorios/.

Os Inventários de emissões de GEE da JBS podem ser encontrados em: https://jbs.com.br/sustentabilidade/gestao-ambiental/mudancas-climaticas/

Os relatos públicos do CDP estão disponíveis no site do CDP: https://www.cdp.net/en/responses?utf8=%E2%9C%93&queries%5Bname%5D=jbs. Além disso, podem ser encontrados também no site da companhia.

CDP Água: https://jbs.com.br/sustentabilidade/gestao-ambiental/gestao-da-agua/

CDP Carbono e CDP Florestas: https://jbs.com.br/sustentabilidade/gestao-ambiental/mudancas-climaticas/

Política de Compra Responsável da JBS- Os relatórios públicos de auditoria do compromisso de desmatamento zero podem ser encontrados em: https://jbs.com.br/sustentabilidade/integridade-do-produto/compra-responsavel-de-gado/

Uma página especial no site da Companhia disponibiliza informações sobre o desempenho em sustentabilidade para investidores: https://ri.jbs.com.br/investidores-esg/sustentabilidade/

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 7 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

8.1 - Negócios extraordinários

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve operações de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal dos negócios da Companhia.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia alterou sua estrutura executiva e começou a reportar seis segmentos de negócios. Para mais informações, veja item 10.2 deste Formulário de Referência.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

A Companhia considera relevantes os acordos celebrados com instituições financeiras em 25 de julho de 2017 e 14 de maio de 2018, conforme divulgados ao mercado, por meio de fato relevante, cujo conteúdo é descrito a seguir. A Companhia e suas controladas não celebraram contratos relevantes que não fossem diretamente relacionados com suas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Acordo de Preservação de Linhas de Crédito

Em de 25 de julho de 2017, a Companhia celebrou, juntamente com suas sociedades controladas operacionais no Brasil e da sua divisão global de couros ("**JBS Brasil**"), Acordos de Preservação de Linhas de Crédito ("**Acordos**") com certas instituições financeiras que representavam 93% (noventa e três por cento) do montante principal das dívidas contraídas pela JBS Brasil com instituições financeiras no Brasil e no exterior.

As condições dos Acordos asseguraram a liquidez financeira e a normalidade das operações da Companhia, pois permitiram a estabilização do endividamento de curto prazo e a preservação dos contratos bancários em suas condições originais, necessária à adequação do perfil financeiro da Companhia. Nesse sentido, o Acordo envolveu um grupo de instituições financeiras públicas e privadas, tanto brasileiras quanto estrangeiras, com as premissas de estabilização de aproximadamente R$ 20,5 bilhões do endividamento da JBS Brasil, por um período de 12 (doze) meses ("**Período de Estabilização**").

Durante o Período de Estabilização, a JBS Brasil efetuaria o pagamento integral dos juros incorridos nos termos dos contratos originais, bem como o pagamento de quatro parcelas de 2,5% do montante principal do endividamento em questão sendo o primeiro no início de tal Acordo e os demais em 90, 180 e 270 dias. Na ocorrência de determinados eventos de liquidez, tais como a venda de participações societárias, com exceção da alienação das operações de carne bovina na Argentina, Paraguai e Uruguai anunciada ao mercado em 6 de junho de 2017, a JBS Brasil deveria amortizar extraordinariamente a dívida sujeita ao Acordo em montante equivalente a 80% dos recursos líquidos derivados de tais eventos de liquidez.

Simultaneamente à negociação com as diversas instituições financeiras credoras acerca do Período de Estabilização, a JBS Brasil também celebrou um acordo que previu a renegociação das dívidas, no valor aproximado de R$ 1,2 bilhão com o Grupo Itaú Unibanco, de forma que 40% do saldo devedor total deveria ser pago tal como originalmente contratados, renovando-se o prazo de pagamento dos 60% remanescentes, nas condições originais, para 12 meses a contar dos respectivos vencimentos.

Aprovados por unanimidade pelo Conselho de Administração da Companhia, os Acordos foram acompanhados pela Administração e seu desenvolvimento informado aos acionistas e o mercado.

Acordo de Normalização

Em 14 de maio de 2018, como consequência da redução da sua alavancagem global, do seu bom desempenho financeiro, da solidez das suas operações e da perspectiva de geração positiva de caixa, a JBS Brasil, celebrou um acordo de normalização com credores bancários cujas operações representavam 78% (setenta e oito por cento) do montante total das dívidas atualmente existentes da JBS Brasil com instituições financeiras no Brasil e no exterior ("**Acordo de Normalização**").

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

O Acordo de Normalização garantiu a manutenção de linhas de crédito em montante de aproximadamente R$12,2 bilhões por um período de 36 (trinta e seis) meses contado a partir de julho de 2018 com amortização aproximada de 25% (vinte e cinco por cento) de principal a partir de janeiro de 2019 e tinha vigência contratual prevista até julho de 2021. Este Acordo de Normalização foi integralmente quitado em setembro de 2019.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4 - Outras informações Relevantes – Negócios extraordinários

A Companhia não possui outras informações relevantes com relação ao item 8.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

Não aplicável.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Abate de Bovinos	Brasil	MT	Água Boa	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	MT	Alta Floresta	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	MS	Anastácio	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	SP	Andradina	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	TO	Araguaína	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	MT	Araputanga	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	MT	Barra do Garças	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	MS	Campo Grande	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	MS	Campo Grande	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	MT	Colíder	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	MT	Confresa	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	MT	Diamantino	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	GO	Goiânia	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	BA	Itapetinga	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	MG	Ituiutaba	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	MG	Iturama	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	MT	Juara	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	MT	Juína	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	SP	Lins	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	PA	Marabá	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	GO	Mozarlândia	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	MS	Naviraí	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	MS	Nova Andradina	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	MT	Pedra Preta	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	RO	Pimenta Bueno	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	MS	Ponta Porã	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	MT	Pontes e Lacerda	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	RO	Porto Velho	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	PA	Redenção	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	AC	Rio Branco	Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Abate de Bovinos	Brasil	PA	Santana do Araguaia	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	RO	São Miguel do Guaporé	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	GO	Senador Canedo	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	PA	Tucumã	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	RO	Vilhena	Própria
Abate de Bovinos	Brasil	MS	Coxim	Arrendada
Abate de Bovinos	Brasil	MT	Brasnorte	Própria
Centro de Distribuição	Brasil	SP	Bauru	Arrendada
Centro de Distribuição	Brasil	MG	Contagem	Arrendada
Centro de Distribuição	Brasil	PR	Curitiba	Arrendada
Centro de Distribuição	Brasil	RS	Esteio	Arrendada
Centro de Distribuição	Brasil	CE	Maracanaú	Arrendada
Centro de Distribuição	Brasil	PE	Recife	Arrendada
Centro de Distribuição	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Arrendada
Centro de Distribuição	Brasil	BA	Simões Filho	Arrendada
Centro de Distribuição	Brasil	GO	Goiânia	Arrendada
Centro de Distribuição	Brasil	MG	Uberlândia	Arrendada
Confinamento de Bovinos	Brasil	MT	Lucas do Rio Verde	Arrendada
Confinamento de Bovinos	Brasil	MS	Terenos	Arrendada
Confinamento de Bovinos	Brasil	MT	Nova Canaã do Norte	Arrendada
Centro de Distribuição	Brasil	SP	Barretos	Própria
Centro de Distribuição	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Centro de Distribuição	Brasil	MT	Araputanga	Própria
Centro de Distribuição	Brasil	MS	Campo Grande	Própria
Centro de Distribuição	Brasil	MS	Naviraí	Própria
Centro de Distribuição	Brasil	BA	Itapetinga	Própria
Centro de Distribuição	Brasil	PA	Marabá	Própria
Produtos Processados	Brasil	SP	Lins	Própria
Produtos Processados	Brasil	SP	Santana de Parnaíba	Própria
Confinamento de Bovinos	Brasil	SP	Guaiçara	Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Confinamento de Bovinos	Brasil	SP	Castilho	Própria
Produtos Processados	Brasil	SP	Andradina	Própria
Produtos Processados	Brasil	SP	Barretos	Própria
Produtos Processados	Brasil	MS	Campo Grande	Própria
Produtos Processados	Brasil	SP	Lins	Própria
Produtos Processados	Brasil	SP	Cajamar	Própria
Centro de Distribuição	Brasil	TO	Araguaína	Própria
Curtume	Brasil	CE	Cascavel	Própria
Curtume	Brasil	GO	São Luís de Montes Belos	Própria
Curtume	Brasil	GO	Itumbiara	Própria
Curtume	Brasil	GO	Porangatu	Própria
Curtume	Brasil	MT	Barra do Garças	Própria
Curtume	Brasil	MT	Colíder	Própria
Curtume	Brasil	MT	Pedra Preta	Própria
Curtume	Brasil	MS	Naviraí	Própria
Curtume	Brasil	MS	Nova Andradina	Própria
Curtume	Brasil	MG	Uberlândia	Própria
Curtume	Brasil	PA	Marabá	Própria
Curtume	Brasil	RS	Montenegro	Própria
Curtume	Brasil	RO	Cacoal	Própria
Curtume	Brasil	RO	Colorado do Oeste	Própria
Curtume	Brasil	SP	Lins	Própria
Ambiental	Brasil	SP	Lins	Própria
Ambiental	Brasil	SP	Barretos	Própria
Ambiental	Brasil	SP	Andradina	Própria
Ambiental	Brasil	MS	Campo Grande	Própria
Ambiental	Brasil	MS	Naviraí	Própria
Ambiental	Brasil	MG	Ituiutaba	Própria
Ambiental	Brasil	MS	Campo Grande	Própria
Ambiental	Brasil	MS	Nova Andradina	Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Ambiental	Brasil	GO	Senador Canedo	Própria
Ambiental	Brasil	SP	Lins	Própria
Biodiesel	Brasil	SP	Lins	Própria
Biodiesel	Brasil	GO	Rio Verde	Própria
Biodiesel	Brasil	MT	Campos de Júlio	Própria
Biodiesel	Brasil	MT	Querência	Própria
Biodiesel	Brasil	RS	Sarandi	Própria
Corporativo	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Envoltórios	Brasil	GO	Goiânia	Própria
Envoltórios	Brasil	MG	Ituiutaba	Própria
Farmoquímica	Brasil	MS	Campo Grande	Própria
H&L sabonete	Brasil	SP	Lins	Própria
Latas	Brasil	SP	Lins	Própria
Latas	Brasil	SP	Barretos	Própria
Novaprom	Brasil	SP	Guaiçara	Própria
Produtos pet	Brasil	SP	Guaiçara	Própria
Produtos pet	Brasil	GO	São Luís de Montes Belos	Própria
Produtos pet	Brasil	RO	Cacoal	Própria
Trading	Brasil	MS	Campo Grande	Própria
Transportadora	Brasil	SP	Cubatão	Própria
Transportadora	Brasil	SP	Lins	Própria
Transportadora	Brasil	MT	Várzea Grande	Própria
Transportadora	Brasil	RS	Montenegro	Própria
Transportadora	Brasil	GO	Goiânia	Própria
Transportadora	Brasil	SC	Itajaí	Própria
Ambiental	Brasil	MS	Cassilândia	Própria
Ambiental	Brasil	SP	Lins	Própria
Trading	Brasil	SP	Lins	Própria
Complexo NN	Brasil	MS	Campo Grande	Própria
Feed Solutions	Brasil	MS	Campo Grande	Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Produtos Processados	Brasil	DF	Brasília	Própria
Produtos Processados	Brasil	RS	Bom Retiro do Sul	Própria
Produtos Processados	Brasil	MS	Dourados	Própria
Produtos Processados	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Própria
Produtos Processados	Brasil	SC	Itapiranga	Própria
Produtos Processados	Brasil	SP	Jaguariúna	Própria
Produtos Processados	Brasil	SC	Lages	Própria
Produtos Processados	Brasil	SP	Osasco	Arrendada
Produtos Processados	Brasil	RS	Roca Sales	Própria
Produtos Processados	Brasil	SC	Seara	Própria
Produtos Processados	Brasil	BA	São Gonçalo dos Campos	Própria
Produtos Processados	Brasil	SC	Salto Veloso	Própria
Produtos Processados	Brasil	RS	Três Passos	Própria
Produtos Processados	Brasil	RS	Caxias do Sul	Própria
Produtos Processados	Brasil	RS	Montenegro	Própria
Produtos Processados	Brasil	SP	Rio Grande da Serra	Própria
Produtos Processados	Brasil	RS	Santa Cruz do Sul	Própria
Produtos Processados	Brasil	SP	Jundiaí	Própria
Abate de Aves	Brasil	DF	Brasília	Própria
Abate de Aves	Brasil	SC	Itapoá	Própria
Abate de Aves	Brasil	SC	Seara	Própria
Abate de Aves	Brasil	BA	São Gonçalo dos Campos	Própria
Abate de Aves	Brasil	SP	Amparo	Própria
Abate de Aves	Brasil	PR	Jacarezinho	Própria
Abate de Aves	Brasil	PR	Lapa	Própria
Abate de Aves	Brasil	MG	Passos	Própria
Abate de Aves	Brasil	MS	Sidrolândia	Própria
Abate de Aves	Brasil	SC	Forquilhinha	Própria
Abate de Aves	Brasil	MG	Uberaba	Própria
Abate de Aves	Brasil	SP	Nuporanga	Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Abate de Aves	Brasil	RS	Caxias do Sul	Própria
Abate de Aves	Brasil	SC	Ipumirim	Própria
Abate de Aves	Brasil	RS	Montenegro	Própria
Abate de Aves	Brasil	RS	Passo Fundo	Própria
Abate de Aves	Brasil	MS	Caarapó	Própria
Abate de Aves	Brasil	SC	Nova Veneza	Própria
Abate de Aves	Brasil	RS	Garibaldi	Própria
Abate de Aves	Brasil	PR	Santo Inácio	Própria
Abate de Aves	Brasil	PR	Jaguapitã	Própria
Abate de Aves	Brasil	SP	Itapetininga	Própria
Abate de Aves	Brasil	SP	Guapiaçu	Própria
Abate de Aves	Brasil	SC	São José	Própria
Abate de Aves	Brasil	SC	Itaiópolis	Própria
Abate de Aves	Brasil	PR	Campo Mourão	Própria
Abate de Aves	Brasil	PR	Rolândia	Própria
Abate de Aves	Brasil	MT	Tangará da Serra	Própria
Abate de Aves	Brasil	RS	Trindade do Sul	Própria
Abate de Aves	Brasil	PR	Santa Fé	Própria
Abate de Suínos	Brasil	PR	Carambeí	Própria
Abate de Suínos	Brasil	MS	Dourados	Própria
Abate de Suínos	Brasil	RS	Seberi	Própria
Abate de Suínos	Brasil	SC	Itapiranga	Própria
Abate de Suínos	Brasil	SC	Seara	Própria
Abate de Suínos	Brasil	RS	Três Passos	Própria
Abate de Suínos	Brasil	RS	Caxias do Sul	Própria
Abate de Suínos	Brasil	SC	São Miguel do Oeste	Própria
Produtos Processados	Brasil	SP	São Bernardo do Campo	Própria
Produtos Processados	Brasil	SP	Taquaritinga	Própria
Centro de Distribuição	Brasil	DF	Brasília	Arrendada
Centro de Distribuição	Brasil	MS	Campo Grande	Arrendada

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Centro de Distribuição	Brasil	MT	Cuiabá	Arrendada
Centro de Distribuição	Brasil	MG	Ribeirão das Neves	Própria
Centro de Distribuição	Brasil	CE	Caucáia	Arrendada
Centro de Distribuição	Brasil	PE	Recife	Arrendada
Centro de Distribuição	Brasil	BA	Salvador	Própria
Centro de Distribuição	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Arrendada
Centro de Distribuição	Brasil	SP	Campinas	Própria
Centro de Distribuição	Brasil	SP	Campinas	Própria
Centro de Distribuição	Brasil	SP	Bebedouro	Arrendada
Centro de Distribuição	Brasil	PR	Cambira	Arrendada
Centro de Distribuição	Brasil	SC	Camboriú	Arrendada
Centro de Distribuição	Brasil	RS	Montenegro	Própria
Centro de Distribuição	Brasil	SP	São Paulo	Arrendada
Centro de Distribuição	Brasil	SC	Itajaí	Própria
Centro de Distribuição	Brasil	RS	Esteio	Própria
Centro de Distribuição	Brasil	RS	Esteio	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	BA	Feira de Santana	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	DF	Brasília	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	MS	Dourados	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	MS	Sidrolândia	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	MS	Caarapó	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	MT	Tangara da Serra	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	MG	Passos	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	MG	Uberaba	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	PR	Lapa	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	PR	Lapa	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	PR	Jacarezinho	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	PR	Santo Inácio	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	PR	Jaguapitã	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	PR	Campo Mourão	Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Fábrica de Ração	Brasil	PR	Carambeí	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	PR	Rolândia	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	RS	Frederico Westphalen	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	RS	Três Passos	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	RS	Garibaldi	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	RS	Nova Bassano	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	RS	Montenegro	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	RS	Montenegro	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	RS	Vacaria	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	RS	Garibaldi	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	RS	Trindade do Sul	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	SC	Xanxerê	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	SC	Xanxerê	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	SC	Criciúma	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	SC	São Miguel do Oeste	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	SC	Ipumirim	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	SC	Itapiranga	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	SC	Morro Grande	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	SC	São José	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	SC	Bom Retiro	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	SC	Itaiópolis	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	SC	Ponte Alta	Própria
Fábrica de Ração	Brasil	SC	Pouso Redondo	Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 815986068 para a marca mista “Hans” na classe 40 : 15	Até 22/06/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 818188014 para a marca mista “Hans” na classe 29 : 10	Até 04/08/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Patentes	nº PI 0605489-7 B1 Instalação de Resfr. Contínuo de Água para Pré- Resfriamento de Carcaças de aves	Até 07/12/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI) a manutenção de patentes é realizada através do pagamento da taxa de renovação. A extinção do registro pode ocorrer por expiração da vigência, renúncia, falta de pagamento da taxa de retribuição anual e pela falta de uso.	Transformação em bem de domínio publico e consequente perda dos direitos de exclusividade para exploração da invenção objeto da patente.
Patentes	Desenho Industrial nº DI 6502262 – 9 para “Configuração Aplicada em Bandeja Bipartida	Até 22/06/2020	No âmbito administrativo (junto ao INPI) a manutenção de registros de desenho industrial é realizada através do pagamento da taxa de renovação. A extinção do registro pode ocorrer por expiração da vigência, renúncia, falta de pagamento da taxa de renovação (direito prorrogável por 3 períodos sucessivos de 5 anos), falta de uso e pela falta do pagamento da retribuição quinquenal.	Transformação em bem de domínio publico e consequente perda dos direitos de exclusividade para exploração do desenho industrial.
Patentes	DI 6700281-1 Configuração Aplicada Em Caixa De Papelão Com Abertura Retangular Na Tampa	Até 15/01/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI) a manutenção de registros de desenho industrial é realizada através do pagamento da taxa de renovação. A extinção do registro pode ocorrer por expiração da vigência, renúncia, falta de pagamento da taxa de renovação (direito prorrogável por 3 períodos sucessivos de 5 anos), falta de uso e pela falta do pagamento da retribuição quinquenal.	Transformação em bem de domínio publico e consequente perda dos direitos de exclusividade para exploração do desenho industrial.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	nº BR 30 2016 002091 4 para Configuração Aplicada Em Pote Com Tampa	Até 15/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI) a manutenção de registros de desenho industrial é realizada através do pagamento da taxa de renovação. A extinção do registro pode ocorrer por expiração da vigência, renúncia, falta de pagamento da taxa de renovação (direito prorrogável por 3 períodos sucessivos de 5 anos), falta de uso e pela falta do pagamento da retribuição quinquenal.	Transformação em bem de domínio publico e consequente perda dos direitos de exclusividade para exploração do desenho industrial.
Nome de domínio na internet	seara.com.br	Até 15/05/2021	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio. O impacto de eventual perda do nome de domínio não pode ser quantificado.
Marcas	Registro nº 002735857 para a marca mista “Seara” na classe 29	Até 12/07/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registros nº 811882888 e nº 811882845 para a marca mista “Seara” nas classes 29 : 40 e 22 : 10	Até 25/03/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 814891160 para a marca mista “Seara” na classe 32 : 20	Até 18/07/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 814891179 para a marca mista “Seara” na classe 31 : 20	Até 24/10/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 815122292 para a marca mista “Seara” na classe 29 : 10	Até 11/07/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registros nº 823225364 e nº 823225356 para a marca mista “Seara” nas classes 29 e 35	Até 22/04/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registros nº 830767606, nº 830767614, nº 907169864 para a marca mista “Seara” na classe 30	Até 11/03/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 830767614 para a marca mista “Seara” na classe 29	Até 11/03/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 907169864 para a marca mista “Seara” na classe 30	Até 11/10/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	nº 910834733, 910834830, 910834920, 910835128 e 910836124 para “Seara” nas classes 29, 30, 31 e 32	Até 10/07/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 006765351 para a marca nominativa “Rezende” na classe 22 : 10	Até 25/09/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registros nº 006777104 e 006777112 para a marca nominativa “Rezende” nas classes 21 : 10, 01 : 45	Até 25/09/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 006909183 para a marca nominativa “Rezende” na classe 29 : 10	Até 25/04/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 814243967 para a marca nominativa “Rezende” na classe 29 : 40	Até 02/10/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 816039674 para a marca nominativa “Rezende” na classe 03	Até 25/08/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registros nº 819454150, 819454176 e 819454206 para “Rezende” nas classes 29 : 10, 01 : 45 e 03 : 1	Até 06/04/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 823382001 para a marca mista “Rezende” na classe 19	Até 11/03/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Reg. nº 827339550, 828043981, 818044007, 828045372, 828046379, 828045399 para “Rezende” na classe 29	Até 16/04/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 820755567 para a marca mista “Premium Seara” na classe 29 : 10/40/50	Até 21/02/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 827596359 para a marca mista “Rezende” na classe 30	Até 03/03/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registros nº 828044015, nº 828045380, nº 828045402 e nº 828046387 para “Rezende” na classe 30	Até 08/09/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 819030449 para a marca nominativa “Eder” na classe 40 : 15	n/a	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Registro nº 828243360 para a marca nominativa “Rezende” na classe 29	Até 30/09/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 817451803 para a marca mista “LeBon” na classe 29	Até 22/08/2020	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registros nº 827000081 e nº 827000090 para a marca mista “Lebon” nas classes 29 e 35	Até 25/09/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828143021 para a marca mista “Lebon” na classe 29	Até 12/02/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 829578919 para a marca mista “Lebon” na classe 29	Até 13/03/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 904568571 para a marca mista “Lebon” na classe 30	Até 20/09/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 815958005 para a marca mista “Big Frango” na classe 29 : 10	Até 24/11/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registros nº 822898896 e nº 826204864 para a marca mista “Big Frango” nas classes 31 e 35	Até 12/02/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 823939723 para a marca mista "Big Frango" na classe 29	Até 11/03/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 823939731 para a marca mista "Big Frango" na classe 31	Até 13/05/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 900840897 para a marca mista "Big Frango" na classe 29	Até 28/09/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 900840978 para a marca mista “Big Frango” na classe 29	Até 28/09/2020	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 003990966 para a marca mista “Eder” na classe 29 : 10	Até 21/10/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 002494876 para a marca nominativa “Confiança” na classe 29 : 40	Até 18/03/2020	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 813914493 para a marca mista “Confiança” na classe 29 : 10	Até 05/09/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 816234620 para a marca mista “Confiança” na classe 29 : 10	Até 19/10/2023	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 825957869 para a marca mista “Confiança” na classe 29	Até 24/07/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 827081340 para a marca nominativa “Confiança” na classe 29	Até 25/02/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 903962020 para a marca nominativa “Confiança” na classe 29	Até 06/09/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Nome de domínio na internet	friboi.com.br	Até 21/02/2021	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio. O impacto de eventual perda do nome de domínio não pode ser quantificado.
Nome de domínio na internet	swift.com.br	Até 08/08/2026	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio. O impacto de eventual perda do nome de domínio não pode ser quantificado.
Marcas	jbs.com.br	Até 19/01/2027	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio. O impacto de eventual perda do nome de domínio não pode ser quantificado.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 827827474 para a marca nominativa “Eder” na classe 30	n.a	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Pedido de Registro nº 818913290 para a marca nominativa “Eder” na classe 29 : 10	n.a	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Registro nº 822687631 para a marca mista “Massa Leve” na classe 30	Até 18/07/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 827824696 para a marca mista “Massa Leve” na classe 43	Até 02/01/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 006706053 para a marca nominativa “Doriana” na classe 29 : 10	Até 25/06/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registros nº 006706070 e nº 006706088 para a marca nominativa “Doriana” nas classes 31 : 10 e 32 : 1	Até 25/06/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 826924808 para a marca mista “Doriana” na classe 29	Até 06/07/2020	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 006551734 para a marca nominativa “Excelsior” na classe 31 : 10	Até 10/05/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 006551726 para a marca nominativa “Excelsior” na classe 21 : 10	Até 10/05/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 824540883 para a marca nominativa “Excelsior” na classe 29	Até 07/07/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 827149140 para a marca mista “Excelsior” classe 29	Até 29/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 827149123 para a marca mista “Excelsior” na classe 35	Até 13/04/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 913148830 para a marca mista “Excelsior” na classe 30	Até 27/11/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 820052329 para a marca nominativa “Hans” na classe 40 : 15	Até 05/10/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 820052353 para a marca nominativa “Hans” na classe 32 : 10	Até 11/09/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 820052353 para a marca nominativa “Hans” na classe 32 : 10	Até 11/09/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 815981082 para a marca mista “Hans” na classe 31 : 10	Até 24/11/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprovar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)**		**Data**	**Valor (Reais Unidade)**		
Brazservice Wet Leather S.A	06.945.520/0001-53	-	Controlada	Brasil	MT	Pedra Preta	Curtimento e outras preparações para couro	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	-20,402461	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	-90.543.000,00		
31/12/2018	46,980000	0,000000	0,00					
31/12/2017	52,420000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Curtimento e outras preparações para couro								
Conceria Priante		-	Controlada	Itália			Curtume	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	91,812168	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	122.450.000,00		
31/12/2018	54,480000	0,000000	0,00					
31/12/2017	-31,340000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Com a aquisição a empresa se tornou uma empresa industrial (acabamento do couro) a todos os efeitos (antes era uma simples empresa comercial / trading).								
Enersea Comercializadora de Energia Ltda	18.912.993/0001-33	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comercialização de energia	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2019	-15,909091	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2018	-572.000,00		
31/12/2018	452,870000	0,000000	0,00					
31/12/2017	-140,470000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Expectativa de Rendimentos Futuros

JBS Asset Management Corporation		-	Controlada	Estados Unidos			Lease agreement de aeronave	100,000000

				Valor mercado		
31/12/2019	2,649750	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	86.461.000,00
31/12/2018	100,000000	0,000000	0,00			
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Lease agreement de aeronave

JBS Confinamento Ltda	09.084.219/0001-90	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Criação de Bovinos para corte	100,000000

				Valor mercado		
31/12/2019	2,745063	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	526.691.000,00
31/12/2018	-10,470000	0,000000	0,00			
31/12/2017	21,900000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Expectativa de Rendimentos Futuros

JBS Embalagens Metálicas Ltda.	04.109.847/0001-60	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Confecção de embalagens metálicas	99,000000

				Valor mercado		
31/12/2019	-26787623,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	-112.272.000,00
31/12/2018	52,110000	0,000000	0,00			
31/12/2017	-7,170000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Expectativa de Rendimentos Futuros

JBS Global Luxembourg Sarl		-	Controlada	Luxemburgo			Sociedade de Participação	100,000000

				Valor mercado		
31/12/2019	19,334741	0,000000	3.300.000.000,00	**Valor contábil**	31/12/2019	24.442.655.000,00
31/12/2018	58,080000	0,000000	0,00			
31/12/2017	124,150000	0,000000	36.234.000,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Expectativa de Rendimentos Futuros

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
JBS Holding GMBH		-	Controlada	Áustria			Sociedade de Participação	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)
				Valor mercado		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	0,00
31/12/2018	0,000000	0,000000	8.439.000,00			
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Sociedade liquidada em 2019 para fins de simplificação societária

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
JBS Investments II GMBH		-	Controlada	Áustria			Emissão de bonds	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)
				Valor mercado		
31/12/2019	96,984127	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	3.780.000,00
31/12/2018	0,000000	0,000000	100,00			
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Emissão de bonds

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
JBS Investments Luxembourg		-	Controlada	Luxemburgo			Sociedade de Participação	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)
				Valor mercado		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	35.593.000,00
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Expectativa de Rendimentos Futuros

JBS Leather International	-	Controlada	Alemanha			Sociedade de Participação	100,000000

				Valor mercado		
31/12/2019	114,130546	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	-165.443.000,00
31/12/2018	87,030000	0,000000	0,00			
31/12/2017	119,160000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Expectativa de rendimentos futuros

JBS Mendoza	-	Controlada	Argentina			Participações em sociedades	100,000000

				Valor mercado		
31/12/2019	4111,111111	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	18.000,00
31/12/2018	1,470000	0,000000	0,00			
31/12/2017	195,260000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Expectativa de Rendimentos Futuros

JBS Milestone	-	Controlada	Holanda			Sociedade de participação	100,000000

				Valor mercado		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	0,00
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Sociedade liquidada em 2019 para fins de simplificação societária

Meat Snack Partners, LLC	-	Controlada	Estados Unidos			Carnes	50,000000

				Valor mercado		
31/12/2019	9,255284	0,000000	25.500.000,00	**Valor contábil**	31/12/2019	9.363.300,00
31/12/2018	32,750000	0,000000	6.000.000,00			
31/12/2017	15,200000	0,000000	10.000.000,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Desenvolvimento do segmento de beef jerk

Midup Participações Ltda.	27.558.722/0001-12	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de Instituições não-financeiras	100,000000

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)**		**Data**	**Valor (Reais Unidade)**		
				Valor mercado				
31/12/2019	-3,861718	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	17.298.000,00		
31/12/2018	-3,590000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expectativa de rendimentos futuros								
Moy Park		-	Controlada	Luxemburgo			Produção de produtos in natura e preparados à base de carnes	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	0,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Moy Park foi alienada para a PPC em 2017								
Rigamonti		-	Controlada	Algéria			Produção de Bresaola	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	20,088614	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2018	174.238.000,00		
31/12/2018	20,960000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	20,24					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Entrou no grupo com a aquisição do Grupo Bertin (Rigamonti era uma subsidiaria do Grupo Bertin).								
Seara Alimentos	02.914.460/0112-76	-	Controlada	Brasil	AP		Produção de alimentos in natura e processados à base de carnes.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	6,515685	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	3.987.977.000,00		
31/12/2018	-16,730000	0,000000	0,00					
31/12/2017	-3,110000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Ampliar seu portfólio de alimentos com valor agregado e marca à base de proteína animal e capturar sinergias.								
Violet Holdings		-	Controlada	Holanda			Sociedade de Participação	100,000000

				Valor mercado		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	249.000,00
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Expectativa de Rendimentos Futuros

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

9.2 - Outras informações relevantes

Informações adicionais ao item 9.1.a

A Companhia apresenta abaixo seus bens do ativo não-circulante detidos em outros países.

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de Localização	Tipo de Propriedade
Abate de Suínos	EUA	Minnesota	Worthington	Própria
Abate de Suínos	EUA	Iowa	Marshalltown	Própria
Abate de Suínos	EUA	Kentucky	Louisville	Própria
Abate de Suínos	EUA	Iowa	Ottumwa	Própria
Abate de Suínos	EUA	Illinois	Beardstown	Própria
Produtos Processados	EUA	North Carolina	Lenoir	Arrendada
Produtos Processados	EUA	California	Riverside	Própria
Produtos Processados	EUA	Minnesota	Pipestone	Própria
Produtos Processados	EUA	Mississippi	Booneville	Própria
Produtos Processados	EUA	Iowa	Council Bluffs 1	Própria
Produtos Processados	EUA	Iowa	Council Bluffs 2	Própria
Produtos Processados	EUA	Indiana	Elkhart	Própria
Produtos Processados	EUA	Vermont	Swanton	Própria
Genética	EUA	Oklahoma	Cameron	Arrendada
Genética	EUA	Arkansas	Umpire	Arrendada
Hogs Grown Feedlots	EUA	Arkansas	Morrilton	Própria
Hogs Grown Feedlots	EUA	Texas	Dalhart	Própria
Centro de Distribuição	EUA	Mississippi	Tupelo	Própria
Centro de Distribuição	EUA	Indiana	South Bend	Arrendada
Abate de Bovinos	EUA	Nebraska	Grand Island	Própria
Abate de Bovinos	EUA	Colorado	Greeley	Própria
Abate de Bovinos	EUA	Utah	Hyrum	Própria
Abate de Bovinos	EUA	Texas	Cactus	Própria
Abate de Bovinos	EUA	Wisconsin	Green Bay	Própria
Abate de Bovinos	EUA	Michigan	Plainwell	Própria
Abate de Bovinos	EUA	Pennsylvania	Souderton	Própria
Abate de Bovinos	EUA	Arizona	Tolleson	Própria
Abate de Bovinos	EUA	Nebraska	Omaha	Própria
Transporte	EUA	Texas	Cactus	Própria
Transporte	EUA	Texas	Pittsburgh	Arrendada
Transporte	EUA	Utah	Hyrum	Própria
Transporte	EUA	Wisconsin	Green Bay	Arrendada
Transporte	EUA	Georgia	Oakwood	Própria
Transporte	EUA	Colorado	Greeley	Própria
Transporte	EUA	Iowa	Ottumwa	Arrendada
Transporte	EUA	Texas	Mt Pleasant	Arrendada

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Abate de Bovinos	Canada	Alberta	Brooks	Própria
Produtos Processados	Canada	Alberta	Calgary	Própria
Abate de Bovinos	Austrália	Queensland	Townsville	Própria
Abate de Bovinos	Austrália	Queensland	Rockhampton	Própria
Abate de Bovinos	Austrália	Queensland	Dinmore	Própria
Abate de Bovinos	Austrália	Queensland	Beef City	Própria
Abate de Bovinos	Austrália	New South Wales	Riverina	Própria
Abate de Bovinos	Austrália	New South Wales	Scone	Própria
Abate de Bovinos	Austrália	Victoria	Brooklyn	Própria
Abate de Bovinos	Austrália	Tasmania	Longford	Própria
Abate de Ovinos	Austrália	Victoria	Brooklyn	Própria
Abate de Ovinos	Austrália	South Australia	Bordertown - Tatiara	Própria
Abate de Suínos	Austrália	South Australia	Port Wakefield (Primo)	Própria
Produtos Processados	Austrália	New South Wales	Chullora	Própria
Produtos Processados	Austrália	Queensland	McRoyle St	Própria
Produtos Processados	Austrália	Queensland	Production St	Própria
Produtos Processados	Austrália	Queensland	FoodPartners	Própria
Produtos Processados	Austrália	New South Wales	Lidcombe (Andrew Meats)	Própria
Produtos Processados	Austrália	Victoria	Brooklyn	Própria
Produtos Processados	Austrália	Tasmania	Longford	Própria
Confinamento de Bovinos	Austrália	New South Wales	Yambinya	Própria
Confinamento de Ovinos	Austrália	New South Wales	Yambinya	Própria
Confinamento de Bovinos	Austrália	Queensland	Beef City	Arrendada
Confinamento de Bovinos	Austrália	New South Wales	Mungindi	Arrendada
Confinamento de Bovinos	Austrália	New South Wales	Caroona	Arrendada
Confinamento de Bovinos	Austrália	New South Wales	Prime City	Arrendada
Confinamento de Bovinos	Austrália	New South Wales	Riverina Beef	Arrendada
Curtume	Austrália	Queensland	Dinmore	Própria
Trading Office	Austrália	Queensland	Brisbane	Arrendada
Centro de Distribuição	Austrália	Queensland	Brisbane	Arrendada
Centro de Distribuição	Austrália	Queensland	Townsville	Arrendada
Centro de Distribuição	Austrália	New South Wales	Sydney	Arrendada
Centro de Distribuição	Austrália	Victoria	Melbourne	Arrendada
Centro de Distribuição	Austrália	South Austrália	Adelaide	Arrendada
Centro de Distribuição	Austrália	Western Austrália	Perth	Arrendada
Centro de Distribuição	Austrália	Tasmania	Legana (Launceston)	Arrendada

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Centro de Distribuição	Nova Zelândia	Otago	Palmerston	Arrendada
Produtos Processados	Nova Zelândia	Wellington	Carterton	Própria
Abate de Aves	EUA	Wisconsin	Arcadia	Própria
Abate de Aves	EUA	Georgia	Athens	Própria
Abate de Aves	EUA	Virginia	Broadway	Própria
Abate de Aves	EUA	Georgia	Canton	Própria
Abate de Aves	EUA	Georgia	Carrollton	Própria
Abate de Aves	EUA	Tennessee	Chattanooga	Própria
Abate de Aves	EUA	Minnesota	Cold Spring	Própria
Abate de Aves	EUA	Arkansas	De Queen	Própria
Abate de Aves	EUA	Georgia	Douglas	Própria
Abate de Aves	EUA	Georgia	Ellijay	Própria
Abate de Aves	EUA	Alabama	Enterprise	Própria
Abate de Aves	EUA	Georgia	Gainesville	Própria
Abate de Aves	EUA	Alabama	Guntersville	Própria
Abate de Aves	EUA	Florida	Live Oak	Própria
Abate de Aves	EUA	Texas	Lufkin	Própria
Abate de Aves	EUA	North Carolina	Marshville	Própria
Abate de Aves	EUA	Kentucky	Mayfield	Própria
Abate de Aves	EUA	West Virginia	Moorefield	Própria
Abate de Aves	EUA	Texas	Mt. Pleasant East	Própria
Abate de Aves	EUA	Texas	Mt. Pleasant West	Própria
Abate de Aves	EUA	Texas	Nacogdoches	Própria
Abate de Aves	EUA	Louisiana	Natchitoches	Própria
Abate de Aves	EUA	Alabama	Russellville	Própria
Abate de Aves	EUA	North Carolina	Sanford	Própria
Abate de Aves	EUA	South Carolina	Sumter	Própria
Produtos Processados	EUA	Georgia	Elberton	Própria
Produtos Processados	EUA	Texas	Mt. Pleasant	Própria
Produtos Processados	EUA	Texas	Waco	Própria
Produtos Processados	EUA	West Virginia	Moorefield	Própria
Pet Food	EUA	Arkansas	De Queen	Própria
Pet Food	EUA	Kentucky	Mayfield	Própria
Pet Food	EUA	Texas	Mt. Pleasant	Própria
Pet Food	USA	Alabama	Russellville	Própria
Centro de Distribuição	Puerto Rico	Puerto Rico	Aibonito	Arrendada
Abate de Aves	Puerto Rico	N.A.	Aibonito	Própria
Abate de Aves	México	Queretaro	Los Cues	Própria
Abate de Aves	México	San Luis Potosi	San Luis Potosi	Própria
Abate de Aves	México	Hidalgo	Tepeji del Rio	Própria
Abate de Aves	México	Durango	Gómez Palacio	Própria
Abate de Aves	México	Durango	Gómez Palacio	Própria
Abate de Aves	México	Durango	Gómez Palacio	Própria
Produtos Processados	México	Durango	Gómez Palacio	Própria
Produtos Processados	México	Durango	Gómez Palacio	Própria
Conversão de Proteína	México	Querétaro	Los Cues	Própria

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Conversão de Proteína	México	Hidalgo	Tepeji del Rio	Própria
Conversão de Proteína	México	Durango	Gómez Palacio	Própria
Centro de Distribuição	México	Aguascalientes	Aguascalientes	Arrendada
Centro de Distribuição	México	Jalisco	Guadalajara	Própria
Centro de Distribuição	México	Hidalgo	Tepeji del Rio	Própria
Centro de Distribuição	México	México	Tlalnepantla	Própria
Centro de Distribuição	México	Veracruz	Veracruz	Própria
Centro de Distribuição	México	Querétaro	El Marqués	Própria
Centro de Distribuição	México	Morelos	Cuernavaca	Arrendada
Centro de Distribuição	México	Morelos	Cuautla	Arrendada
Centro de Distribuição	México	Guerrero	Iguala	Arrendada
Centro de Distribuição	México	Puebla	Puebla	Arrendada
Centro de Distribuição	México	Michoacan	Morelia	Arrendada
Centro de Distribuição	México	Durango	Gómez Palacio	Própria
Centro de Distribuição	México	Chihuahua	Chihuahua	Própria
Centro de Distribuição	México	Durango	Durango	Própria
Centro de Distribuição	México	México	Tepotzotlan(formely Zumpango)	Arrendada
Centro de Distribuição	México	Federal District	Iztapalapa	Arrendada
Centro de Distribuição	México	México	Toluca	Arrendada
Centro de Distribuição	Mexico	Nuevo Leon	Monterrey	Arrendada
Centro de Distribuição	Mexico	Puebla	Puebla (Pollo Vivo)	Arrendada
Centro de Distribuição	Mexico	México	Ecatepec	Arrendada
Centro de Distribuição	México	Querétaro	San Juan del Río	Arrendada
Centro de Distribuição	México	Guerrero	Acapulco	Arrendada
Centro de Distribuição	Mexico	San Luis Potosí	San Luis Potosí	Arrendada
Abate de Aves	Reino Unido	Inglaterra	Anwick	Própria
Abate de Aves	Reino Unido	Irlanda do Norte	Dungannon	Própria
Abate de Aves	Reino Unido	Irlanda do Norte	Ballymena	Arrendada
Abate de Aves	Reino Unido	Inglaterra	Ashbourne	Própria
Produtos Processados	Reino Unido	Irlanda do Norte	Craigavon - coated	Própria
Produtos Processados	Reino Unido	Irlanda do Norte	Craigavon - RTE	Própria
Produtos Processados	Reino Unido	Inglaterra	Grantham - coated	Própria

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Produtos Processados	Reino Unido	Inglaterra	Grantham - RTE	Própria
Produtos Processados	França		Marquise	Arrendada
Produtos Processados	França		Henin - Beaumont	Própria
Produtos Processados	França		Orleans	Própria
Produtos Processados	Reino Unido	Inglaterra	Huntingdon	Arrendada
Produtos Processados	Reino Unido	Inglaterra	Peterborough	Própria
Produtos Processados	Holanda		Schagen	Própria
Abate de Suínos	Reino Unido		Ashton	Própria
Abate de Suínos	Reino Unido		Westerleigh	Própria
Abate de Suínos	Reino Unido		Spalding	Própria
Produtos Processados	Reino Unido	Retail Pack	Tipton	Própria
Produtos Processados	Reino Unido	Retail Pack	Westerleigh	Própria
Produtos Processados	Reino Unido	Cooked meat	Corsham	Própria
Produtos Processados	Reino Unido	Sausage production	Linton	Própria
Produtos Processados	Reino Unido	Lamb Butchery & Packing	Bury St Edmunds	Própria
Produtos Processados	Reino Unido	Bacon Manufacture, Slicing and packing	Bury St Edmunds	Própria
Produtos Processados	Reino Unido	Snacking products	Ruskington	Própria
Produtos Processados	Reino Unido	Sliced cooked meats	Coalville	Própria
Produtos Processados	Reino Unido	Sliced cooked meats	Kings Lynn	Própria
Produtos Processados	Reino Unido	Bacon curing and slicing	Redruth	Própria
Produtos Processados	Reino Unido	Cooked bacon	Bodmin	Própria
Produtos Processados	Itália	Sondrio	Montagna in Valtellina	Arrendada
Produtos Processados	Itália	Sondrio	Poggiridenti	Arrendada
Produtos Processados	Itália	Sondrio	Mazzo di Valtellina	Arrendada
Produtos Processados	Itália	Lecco	Sirone	Propria

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia acredita que, por meio de sua estratégia de diversificação de produtos, seu potencial de crescimento e sua plataforma global de produção e distribuição, aliados ao seu posicionamento de líder no mercado mundial de proteína animal, a JBS possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazos, incluindo empréstimos e financiamentos, como também para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

A Companhia afirma que vem monitorando os desdobramentos do surto coronavírus pelo mundo, com o objetivo de preservar a segurança de seus colaboradores e mapear os reflexos da pandemia em seus negócios. Neste sentido, a Companhia constituiu um comitê global de crise para tratar dos impactos da pandemia da Corona Virus Disease 2019 (Covid-19) em suas operações, composto pelo Sr. Gilberto Tomazoni (CEO Global), Guilherme Cavalcanti (CFO Global), André Nogueira (CEO Estados Unidos), Wesley Mendonça Batista Filho (CEO América do Sul), Brent Eastwood (CEO Austrália), Eduardo Noronha (Recursos Humanos Global), e Cameron Bruett (Relações Institucionais). Determinadas medidas e protocolos preventivos e reativos foram adotados pela Companhia em seus escritórios corporativos e unidades produtivas a fim de proteger a saúde e o bem-estar de todos os stakeholders. Recente à data de elaboração dessa discussão das condições financeiras e patrimoniais, a Companhia tomou a decisão de implementar férias coletivas com duração de 20 dias em cinco das 43 unidades produtivas de bovinos no Brasil. Essa medida está alinhada à piora dos cenários doméstico e global, tendo em vista a potencial queda da demanda no segmento de food service, assim como limitações logísticas em diversas partes do mundo. Dadas as características da nossa operação e footprint fabril, temos flexibilidade para redirecionar parcela dos produtos que anteriormente atendiam o setor de food service (restaurantes, hotéis, etc) para o varejo, bem como notamos aumento nas vendas online, ambos canais de compra em crescente utilização pelos consumidores em quarentena. Olhando para frente, interrupções na cadeia de suprimentos, assim como escassez de mão-de-obra podem, potencialmente, impactar as unidades produtivas, gerando redução no processamento de proteínas, bem como impactando o preço dos animais vivos. A Companhia reitera que, através de seu diversificado footprint fabril, manterá seus esforços para o atendimento contínuo da demanda por alimentos no mundo. Neste momento, não há como precisar os impactos a médio e longo prazo no cenário econômico e nas operações da Companhia.

Em 14 de maio de 2018, foi celebrado um acordo ("**Acordo de Normalização**") com instituições financeiras que garantia a manutenção de linhas de crédito em montante de aproximadamente R$12,2 bilhões por um período de 36 meses contado a partir de julho de 2018. Em setembro de 2019, a Companhia e sua subsidiária Seara, concluíram o pagamento antecipado de todos os empréstimos e financiamentos sob o Acordo de Normalização.

Em 31 de dezembro de 2019, o índice de endividamento era de 2,89x (representado pelo passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido), reduzido se comparado ao índice de 3,08x de 31 de dezembro de 2018. A redução apresentada no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 se deve principalmente ao aumento do patrimônio líquido por conta do impacto positivo no valor de R$2.745,5 milhões nas reservas de lucros e R$1.230,6

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

milhões nos resultados abrangentes devido principalmente aos ajustes acumulados de conversão e variação cambial sobre investimentos no exterior.

Em 31 de dezembro de 2018, o índice de endividamento era de 3,08x (representado pelo passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido), reduzindo se comparado ao índice de 3,16x de 31 de dezembro de 2017. A redução apresentada em 2018 se deve principalmente ao aumento do patrimônio líquido por conta do impacto positivo no valor de R$1.720,7 milhões devido aos ajustes acumulados de conversão e variação cambial sobre investimentos no exterior.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Índice de Endividamento	2,89x	3,08x	3,16x

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Diretoria da Companhia acredita que a atual estrutura de capital apresenta níveis adequados de alavancagem, tendo em consideração sua diversificação de produtos e sua plataforma global de produção e distribuição. A relação da dívida líquida (representada pelos empréstimos e financiamentos circulantes acrescidos dos empréstimos e financiamentos não circulantes e diminuídos pelo caixa e equivalentes de caixa) e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 era de 132,4%, em 31 de dezembro de 2018 era de 169,0%, e em 31 de dezembro de 2017 era de 173,2%.

Esta redução se deve principalmente à redução da dívida líquida devido a geração de caixa da Companhia durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e um aumento do patrimônio líquido devido principalmente ao impacto positivo no valor de R$2.745,5 milhões nas reservas de lucros e R$1.230,6 milhões nos resultados abrangentes devido principalmente aos ajustes acumulados de conversão e variação cambial sobre investimentos no exterior.

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Empréstimos e financiamentos circulantes	2.078,9	2.922,6	13.526,1
Empréstimos e financiamentos não circulantes	50.949,1	53.230,9	43.498,6
Total de empréstimos e financiamentos	53.028,0	56.153,5	57.024,7
(-) Caixa e equivalentes de caixa	10.034,0	8.935,8	11.741,3
(=) Dívida líquida	42.994,1	47.217,7	45.283,4
Patrimônio líquido	32.482,0	27,946.2	26.140,7
Relação da dívida líquida sobre patrimônio líquido	132,4%	169.0%	173,2%

À luz da redução de empréstimos e financiamentos realizados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia apresentou uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros na proporção apresentada na tabela abaixo:

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	93.857,3	86.199,6	82.555,3
Capital próprio (patrimônio líquido)	32.482,0	27.946,2	26.140,7

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Capital total (terceiros + próprio)	126.339,4	114.145,8	108.696,0
Parcela de capital de terceiros	74,3%	75,5%	76,0%
Parcela de capital próprio	25,7%	24,5%	24,0%

Em 31 de dezembro de 2019, a empresa não possuía ações resgatáveis.

(c) comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A necessidade de recursos da Companhia refere-se principalmente a: (i) compra de matéria prima, sendo que a aquisição de animais e grãos para alimentação de animais para abate representa uma importante parcela desta conta; (ii) obrigações fiscais, trabalhistas e sociais; (iii) pagamento de juros e principal de empréstimos e financiamentos; (iv) pagamento de impostos; e (v) dispêndios de capital relacionados à aquisição e manutenção de ativos imobilizados.

As principais fontes de recursos da Companhia são: (i) o caixa gerado pelas atividades operacionais e (ii) empréstimos e financiamentos.

Os Diretores acreditam que o caixa disponível, a geração de caixa de suas atividades operacionais e o refinanciamento dos empréstimos e financiamentos existentes da Companhia serão suficientes para cobrir suas necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

O EBITDA Ajustado no período compreendido entre 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019, foi de R$ 19.881,1 milhões e as despesas financeiras líquidas no mesmo período, foram de R$5.985,1 milhões. Dessa forma, o EBITDA Ajustado apresentou índice de cobertura de 3,3 vezes as despesas financeiras líquidas. O saldo da dívida líquida, composto por empréstimos e financiamentos deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2019, era de R$42.994,1 milhões, correspondendo a 2,2 vezes o EBITDA Ajustado.

O EBITDA Ajustado no período compreendido entre 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018, foi de R$14.849,8 milhões e as despesas financeiras líquidas no mesmo período, foram de R$8.282,2 milhões. Dessa forma, o EBITDA Ajustado apresentou índice de cobertura de 1,8 vezes as despesas financeiras líquidas. O saldo da dívida líquida, composto por empréstimos e financiamentos deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2018, era de R$47.217,7 milhões, correspondendo a 3,2 vezes o EBITDA Ajustado.

O EBITDA Ajustado no período compreendido entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017, foi de R$13.415,9 milhões e as despesas financeiras líquidas no mesmo período, foram de R$5.592,3 milhões. Dessa forma, o EBITDA Ajustado apresentou índice de cobertura de 2,4 vezes as despesas financeiras líquidas. O saldo da dívida líquida, composto por empréstimos e financiamentos deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2017, era de R$45.283,4 milhões, correspondendo a 3,4 vezes o EBITDA Ajustado.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Os Diretores acreditam que a geração de caixa das atividades operacionais da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vincendos no curto prazo, a Companhia conta com linhas de crédito nos principais bancos comerciais atuantes no Brasil, Estados Unidos e em outros países. A Companhia ainda pode utilizar-se de emissões de títulos de dívida nos mercados de capitais local e internacional.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os Diretores acreditam que a geração de caixa das atividades operacionais da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vincendos no curto prazo, a Companhia conta com linhas de crédito nos principais bancos comerciais atuantes no Brasil, Estados Unidos e em outros países. A Companhia ainda pode utilizar-se de emissões de títulos de dívida no mercado de capitais internacional.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2019, os contratos de empréstimos e financiamentos somavam R$53.028,0 milhões, sendo que R$2.078,9 milhões representavam empréstimos de curto prazo e R$50.949,1 milhões correspondiam a empréstimos de longo prazo. Nesta data os contratos de empréstimos e financiamentos representavam 56,5% do passivo circulante e não circulante, que totalizaram R$93.857,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, os contratos de empréstimos e financiamentos somavam R$56.153,5 milhões, sendo que R$2.922,6 milhões representavam empréstimos de curto prazo e R$53.230,9 milhões correspondiam a empréstimos de longo prazo. Nesta data os contratos de empréstimos e financiamentos representavam 65,1% do passivo circulante e não circulante, que totalizaram R$86.199,6 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, empréstimos e financiamentos somavam R$57.024,7 milhões, representando 69,1% do passivo circulante e não circulante, os quais, somados, totalizaram R$82.555,3 milhões.

A Companhia contrai empréstimos e financiamentos com o intuito de financiar suas atividades operacionais, assim como para adequar a sua estrutura de capital para níveis os quais a Diretoria acredita ser razoáveis. O endividamento de longo prazo foi contraído para financiar o crescimento da Companhia, seja por meio de aquisições ou crescimento orgânico.

A tabela abaixo apresenta a composição do endividamento em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Modalidade	Taxa Média Anual	Circulante		Não Circulante	
		31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Em moeda estrangeira					
ACC - Adto. de contrato de câmbio	**—**	**—**	634,9	**—**	3.095,0
Pré-pagamento	**4,50%**	**314,1**	1.275,2	**2.306,4**	5.694,4
Notas 6,25% JBS S.A 2023 (1)	**6,25%**	**43,1**	75,6	**1.713,0**	2.993,9
Notas 7,25% JBS S.A 2024 (1)	**—**	**—**	53,4	**—**	2.901,7
Notas 7,00% JBS S.A 2026 (2)	**7,00%**	**132,3**	29,8	**3.999,4**	1.896,6
Notas 5,75% JBS S.A 2028 (2)	**5,75%**	**74,4**	—	**2.996,5**	—
Nota de crédito - importação	**—**	**—**	2,9	**—**	114,8
FINIMP	**3,51%**	**32,4**	5,4	**22,1**	—
Linha de crédito - Scott	**4,97%**	**1,4**	1,3	**6,6**	7,2
Capital de giro - Euro	**—**	**—**	22,5	**—**	49,5
		597,7	**2.101,0**	**11.044,1**	**16.753,1**
Em moeda nacional					
ACC - Adto. de contrato de câmbio	**—**	**—**	—	**—**	1,1
FINAME	**5,87%**	**10,8**	35,0	**21,1**	55,8
FINEP	**6,62%**	**25,6**	26,9	**34,4**	60,2
Notas 7,25% JBS Lux 2021 (3)	**—**	**—**	15,0	**—**	2.548,1
Notas 5,875% JBS Lux 2024 (3)	**5,88%**	**97,7**	78,7	**3.619,8**	2.891,8
Notas 5,75% JBS Lux 2025 (3)	**5,75%**	**10,1**	8,9	**4.218,6**	3.465,9
Notas 5,75% PPC 2025 (4)	**5,75%**	**67,6**	65,6	**4.014,4**	3.856,2
Notas 5,875% PPC 2027 (4)	**5,88%**	**50,3**	48,9	**3.373,8**	3.236,9
Notas 6,75% JBS Lux 2028 (3)	**6,75%**	**91,8**	88,9	**3.598,5**	3.455,8
Notas 6,50% JBS Lux 2029 (3)	**6,50%**	**76,4**	—	**5.656,1**	—
Notas 5,50% JBS Lux 2030 (3)	**5,50%**	**110,8**	—	**4.993,7**	—
Term loan JBS Lux 2026	**3,70%**	**101,5**	172,5	**7.448,6**	12.418,6
Linha de crédito PPC - Term loan	**2,93%**	**105,1**	110,6	**1.778,9**	1.799,4
Capital de giro - Reais	**9,10%**	**14,9**	4,6	**37,9**	135,7
Capital de giro - Dólares Americanos	**—**	**—**	—	**—**	174,1
Capital de giro - Euros	**1,04%**	**77,6**	56,2	**3,8**	5,0
Nota de crédito - exportação	**5,96%**	**62,9**	28,7	**140,0**	1.811,4
CDC - Crédito Direto ao Consumidor	**11,24%**	**92,1**	28,0	**164,1**	127,2
Custeio Pecuário	**4,79%**	**405,2**	10,2	**100,0**	315,5
Linha de crédito - Scott	**4,95%**	**52,7**	16,9	**2,3**	3,8
Acordo Confinamento JBS Austrália	**7,00%**	**—**	—	**109,8**	73,7
CRA – Certif. de Receb. do Agronegócio	**5,58%**	**6,1**	—	**552,0**	—
Outros	**1,65%**	**22,0**	25,9	**37,2**	41,7
		1.481,2	**821,6**	**39.905,1**	**36.477,8**
		2.078,9	**2.922,6**	**50.949,1**	**53.230,9**

(1) Essas notas foram emitidas pela JBS Investments GmbH e são garantidas total e incondicionalmente pela Companhia.

(2) Essas notas foram emitidas pela JBS Investments II GmbH e são garantidas total e incondicionalmente pela Companhia.

(3) Essas notas foram emitidas pela JBS USA, JBS USA Food Company e JBS USA Finance, Inc. e são garantidas total e incondicionalmente pela Companhia, algumas das controladoras intermediárias da JBS USA e algumas subsidiárias da JBS USA.

(4) Essas notas foram emitidas pela PPC e são garantidas pela Pilgrim´s Pride Corporation de West Virginia, Inc., Gold'n Plump Poultry, LLC, Gold'n Plump Farms, LLC e JFC LLC.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R$53.028,0 milhões, conforme apurado em 31 de dezembro de 2019:

Vencimento	Consolidado	
	31.12.2019	AV
Circulante	2.078,9	3,9%
2021	988,4	1,9%
2022	930,1	1,8%
2023	4.060,6	7,7%
2024	4.861,9	9,2%
2025	8.314,7	15,7%
Vencimento após 2025	2.078,9	3,9%
	53.028,0	100,0%

A tabela abaixo apresenta a composição do endividamento em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Modalidade	Consolidado				
	Taxa Média Anual	Circulante		Não circulante	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Em moeda estrangeira					
ACC - Adto. de contrato de câmbio	5,88%	634,9	5.055,8	3.095,0	-
Pré-pagamento	6,09%	1.275,2	5.049,0	5.694,4	3.084,9
JBS S.A. Notas 2020 (1)	-	-	44,6	-	3.304,0
JBS S.A. Notas 2023 (1)	6,25%	75,6	64,2	2.993,9	2.551,7
JBS S.A. Notas 2024 (1)	7,25%	53,4	44,7	2.901,7	2.475,6
JBS S.A Notas 2026 (2)	7,00%	29,8	-	1.896,6	-
Nota de crédito - importação	5,48%	2,9	98,6	114,8	-
FINIMP	6,01%	5,4	15,7	-	4,7
Linha de crédito - Scott - ANZ	4,72%	1,3	-	7,3	-
Capital de giro - Dólar e Euro	2,63%	22,5	30,0	49,5	58,6
		2.101,0	10.402,5	16.753,1	11.479,5
Em moeda nacional					
FINAME	7,89%	35,0	53,6	55,8	96,2
JBS Mortgage	5,80%	0,8	0,6	6,4	6,1
JBS Lux Linha de Crédito Sênior Garantida	5,75%	0,4	13,8	- 17,9	1.933,9
Term loan JBS Lux 2022	5,24%	172,5	107,3	12.418,6	9.056,7
Term loan Five Rivers 2019	-	-	276,5	-	-
Notas 8,25% JBS Lux 2020 (3)	-	-	79,6	-	2.298,9
Notas 7,25% JBS Lux 2021 (3)	7,25%	15,0	23,0	2.548,1	3.768,9
Notas 5,875% JBS Lux 2024 (3)	5,88%	78,7	67,2	2.891,8	2.466,5
Notas 5,75% JBS Lux 2025 (3)	5,75%	8,9	7,6	3.465,9	2.956,1
Notas 5,75% PPC 2025 (4)	5,75%	65,6	42,0	3.856,2	2.477,3
Notas 5,875% PPC 2027 (4)	5,88%	48,9	29,8	3.236,9	1.962,3
Notas 6,75% JBS Lux 2028 (3)	6,75%	88,9	-	3.455,8	-
Linha de crédito PPC - Term loan	3,63%	110,6	147,3	1.799,4	2.447,9
Linha de crédito PPC - crédito rotativo	-	-	0,3	-	216,2
Linha de crédito mexicana	-	-	1,8	-	252,4
Capital de giro - Reais	7,79%	4,6	121,7	135,7	22,5
Capital de giro - Dólares Americanos	2,91%	-	112,5	174,1	-
Capital de giro - Euros	1,37%	56,2	90,7	5,0	10,6
Nota de crédito - exportação	9,02%	28,7	1.603,5	1.811,4	528,5
Nota de crédito - importação	-	-	187,5	-	-
CDC - Crédito Direto ao Consumidor	14,14%	28,0	10,1	127,2	30,7

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FINEP	6,17%	26,9	26,0	60,2	86,5
ACC - Adto. de contrato de câmbio	2,91%	-	0,1	1,1	-
Custeio Pecuário	7,42%	10,2	100,6	315,5	-
CCB - BNDES	8,98%	3,0	3,0	16,3	19,0
Notas 6,25% Moy Park 2021	-	-	8,0	-	1.317,0
Moy Park revolving credit facility	2,00%	0,2	-	-2,8	-
Linha de crédito - Scott	5,48%	16,9	-	3,8	-
Acordo JBS Austrália Feedlot	7,00%	-	-	73,7	-
Outros	1,61%	21,6	9,6	39,7	64,7
		821,6	3.123,6	36.477,8	32.019,1
		2.922,6	13.526,1	53.230,9	43.498,6

(1) Essas notas foram emitidas pela JBS Investments GmbH e são garantidas total e incondicionalmente pela Companhia.

(2) Essas notas foram emitidas pela JBS Investments II GmbH e são garantidas total e incondicionalmente pela Companhia.

(3) Essas notas foram emitidas pela JBS USA, JBS USA Food Company e JBS USA Finance, Inc. e são garantidas total e incondicionalmente pela Companhia, algumas das controladoras intermediárias da JBS USA e algumas subsidiárias da JBS USA.

(4) Essas notas foram emitidas pela PPC e são garantidas pela Pilgrim´s Pride Corporation de West Virginia, Inc., Gold'n Plump Poultry, LLC, Gold'n Plump Farms, LLC e JFC LLC.

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R$56.153,5 milhões, conforme apurado em 31 de dezembro de 2018:

Vencimento	**Consolidado**	
	31/12/2018	**AV**
Circulante	2.922,6	5,2%
2020	483,7	0,9%
2021	13.120,0	23,4%
2022	13.294,7	23,7%
2023	4.535,4	8,1%
Vencimento após 2023	21.797,1	38,8%
	56.153,5	100%

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R$57.024,7 milhões, conforme apurado em 31 de dezembro de 2017:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Vencimento	Consolidado	
	31/12/2017	AV
Circulante	13.526,1	23,7%
2019	3.336,3	5,9%
2020	7.003,3	12,3%
2021	6.213,8	10,9%
2022	11.915,5	20,9%
Vencimento após 2022	15.029,6	26,4%
	57.024,7	100%

Os Diretores acreditam que os recursos disponíveis para a Companhia em 31 de dezembro de 2019 são suficientes para atender às necessidades de liquidez para os próximos 12 meses.

Contratos Financeiros

Na data deste Formulário de Referência, os contratos financeiros em vigor mais relevantes são descritos na tabela abaixo, inclusive no que se refere a eventuais restrições contratuais impostas à Companhia. Até a presente data, e no melhor entendimento da administração, tais cláusulas estão sendo cumpridas pela Companhia.

Modalidade	Emissora Garantidora	Eventos de Inadimplemento
144 - A: JBS S.A. Notas 2023	- JBS S.A.	A escritura das Notas prevê os eventos de inadimplemento de praxe (1). Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas. As notas são dívidas quirografárias.
144 - A: JBS S.A.Notas 2026	JBS S.A. - JBS Investments II GmbH	
144 - A: JBS S.A. Notas 2028		

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Linha de Crédito Sênior Garantida JBS Lux	- JBS S.A.; - JBS Global Luxembourg S.à r.l.; - JBS Global Meat Holdings Pty. Limited (sucessora da Burcher Pty. Limited); - JBS USA Food Company Holdings; - JBS USA Food Company; - JBS Ansembourg Holding S.à r.l.; - JBS Luxembourg S.à r.l.; - JBS USA Holding Lux; - Todas as controladas nacionais (americanas) da JBS USA (com exceção da JBS Wisconsin Properties LLC e algumas outras controladas não materiais); - JBS Australia Pty Ltd. JBS Food Canada ULC	Eventos de inadimplemento de praxe(1) e inclui o descumprimento da manutenção dos documentos de garantias e da prioridade. Se um evento de inadimplemento acontecer, os devedores podem, dentre outras opções, encerrar o compromisso, declarar todo o saldo a ser devido e pago, juntamente com os juros acumulados.
Term loan JBS Lux 2026	- JBS S.A.; - JBS Global Luxembourg S.à r.l.; - JBS Global Meat Holdings Pty. Limited (sucessora da Burcher Pty. Limited); - JBS USA Food Company Holdings;- - JBS USA Food Company; - JBS Ansembourg Holding; S.à r.l - JBS Luxembourg S.à r.l.; and - Cada uma das subsidiárias que garantem a Linha de Crédito Sênior Garantida JBS Lux (sujeita a certas exceções).	Eventos de inadimplemento de praxe(1), listadas sob a Linha Rotativa Alterada e Retificada.
Notas 5,875% JBS Lux 2024 Notas 5,75% JBS Lux 2025 Notas 6,75% JBS Lux 2028 Notas 6,50% JBS Lux 2029 Notas 5,50% JBS Lux 2030	- JBS S.A.; - JBS Global Luxembourg S.à r.l.; - JBS Global Meat Holdings Pty. Limited (sucessora da Burcher Pty. Limited); - JBS USA Food Company Holdings;- JBS USA Food Company; - JBS Ansembourg Holding; S.à r.l - JBS Luxembourg S.à r.l.; and Cada uma das subsidiárias que garantem a Linha de Crédito Sênior Garantida JBS Lux (sujeita a certas exceções).	A escritura das Notas prevê os eventos de inadimplemento de praxe (1). Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarer imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas. As notas são dívidas quirografárias.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Notas 5,75% PPC 2025 Notas 5,875% PPC 2027	- PPC; Uma das controladas da PPC.	Eventos de inadimplemento de praxe(1). Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas. As notas são dívidas quirografárias.
Linha de crédito PPC - Term loan Linha de crédito PPC - Crédito rotativo	PPC; Algumas controladas da PPC.	Eventos de inadimplemento de praxe(1).

(1) Eventos de inadimplemento de praxe incluem o descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida linha de crédito, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas controladas, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência.

A Companhia apresenta abaixo as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2019:

ABL Revolving Facility

Em 12 de outubro de 2018, a JBS USA, a JBS USA Food Company, a JBS Australia e a JBS Canada celebraram linha de crédito rotativo com garantia sênior, ou *ABL Revolving Facility*, com o Royal Bank of Canada, como agente administrativo e garantidor, e outros credores. O *ABL Revolving Facility* tem uma disponibilidade máxima de empréstimos de US$ 900,0 milhões, disponível em três parcelas de US$ 650,0 milhões, US$ 175,0 milhões e US$ 75,0 milhões, sujeitas a uma base de empréstimos. Este contrato possui linha de flutuação de US$ 60,0 milhões para a JBS USA Food Company, US$ 35,0 milhões para a JBS Austrália e US$ 15,0 milhões para a JBS Canadá. O *ABL Revolving Facility* vence em 12 de outubro de 2023. Até US$ 250,0 milhões do *ABL Revolving Facility* estão disponíveis para a emissão de cartas de crédito (*letters of credit*). Os empréstimos possuem juros à taxa flutuante aplicável ou à taxa básica de juros ou taxa básica aplicável mais as margens aplicáveis que são baseadas na utilização do *ABL Revolving Facility*. Em 31 de dezembro de 2019, não havia saldo de empréstimos no *ABL Revolving Facility*.

A disponibilidade do *ABL Revolving Facility* está sujeita a uma base de empréstimos. A base de empréstimos é baseada nos ativos de todas as subsidiárias americanas da JBS USA, com exclusão de determinadas subsidiárias. A base de empréstimos consiste em porcentagens de contas a receber elegíveis, estoque e suprimentos menos determinadas reservas de elegibilidade e disponibilidade. Em 31 de dezembro de 2019, havia US$44,5 milhões em cartas de crédito e disponibilidade de empréstimos de US$855,5 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa de juros do *ABL Revolving Facility* era de 5,0%.

Os empréstimos concedidos sob o *ABL Revolving Facility* são garantidos pela Companhia, algumas das controladoras intermediárias da JBS USA e algumas de suas subsidiárias nos EUA. Os empréstimos no *ABL Revolving Facility* são garantidos por uma garantia prioritária de recebíveis, produtos acabados e estoques de suprimentos de algumas subsidiárias da JBS USA e uma segunda garantia prioritária dos ativos que garantem o *Senior Secured Term Loan*.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimo a prazo com garantia sênior (*Senior Secured Term Loan*)

Em 1 de maio de 2019 (conforme aditado em 12 de dezembro de 2019), a JBS USA celebrou um novo contrato de empréstimo que permitia empréstimos no valor principal de US$ 1,9 bilhão e tinha uma data de vencimento final em maio de 2026.

O *Senior Secured Term Loan* é garantido pela Companhia, algumas das controladoras intermediárias da JBS USA e cada uma das subsidiárias nos EUA que garantem a *ABL Revolving Facility* (sujeita a certas exceções). O *Senior Secured Term Loan* é garantido por uma participação em todos os ativos fixos da JBS USA e em algumas das subsidiárias da JBS USA e 100% do capital social da JBS USA e do capital social de certas subsidiárias da JBS USA e uma segunda garantia de ativos que garantem o *ABL Revolving Facility*.

Os empréstimos nos termos do *Senior Secured Term Loan* podem ter uma taxa básica alternativa (*Alternate Base Rate* ou ABR), empréstimos ou empréstimos Eurodólar. Os juros dos empréstimos ABR baseiam-se em ABR mais 1,00% com um piso ABR de 1,00% ou os juros dos empréstimos Eurodólares são baseados na LIBOR mais 2,00% com um piso LIBOR de 0,00%. Os juros dos empréstimos ABR são pagos no último dia de cada trimestre civil, enquanto os juros dos empréstimos Eurodólares são pagos no final do período de juros associado.

Em 31 de dezembro de 2019, a taxa de juros era de 3,7%. O saldo de principal do *Senior Secured Term Loan* vencerá em 2026.

PPC Credit Facility

Em 20 de julho de 2018, a PPC e algumas de suas subsidiárias celebraram o *Fourth Amended and Restated Credit Agreement*, ou a *PPC Credit Facility*, com o CoBank, ACB, como agente administrativo e garantidor, e demais credores. A *PPC Credit Facility* fornece: (1) uma linha de crédito rotativo no valor principal agregado de US$ 750,0 milhões, sujeito a uma base de empréstimos, ou o *2023 Revolving Loan*; e (2) um compromisso de empréstimo a prazo de até US$ 500,0 milhões, ou o *2023 Term Loan*. A *PPC Credit Facility* também inclui um recurso que permite à PPC, a qualquer momento, aumentar os compromissos agregados de empréstimos rotativos e de empréstimos a prazo em até US$ 1,25 bilhão adicionais, sujeitos à satisfação de certas condições, incluindo a obtenção do acordo dos credores para participar do aumento. O *2023 Revolving Loan*, no âmbito da *PPC Credit Facility*, vence em 20 de julho de 2023. A partir de 3 de janeiro de 2019, o *2023 Term Loan* é pago em prestações trimestrais iguais a 1,25% do principal em aberto no fechamento, com o restante principal e juros devidos no vencimento.

A *PPC Credit Facility* inclui um sublimite de US$ 75,0 milhões para empréstimos da linha de balanço e um sublimite de US$ 125,0 milhões para cartas de crédito. O saldo de empréstimos sob o *2023 Revolving Loan* e o *2023 Term Loan* possuem juros a uma taxa anual igual a (1) no caso de empréstimos LIBOR, o LIBOR aplicável acrescido as margens aplicáveis com base no índice de alavancagem garantido pela PPC (*PPC's net senior secured leverage ratio*), entre LIBOR mais 1,25% e LIBOR mais 2,75%, e (2) no caso de empréstimos alternativos à taxa básica, taxa básica aplicável acrescido as margens aplicáveis com base no índice de alavancagem garantido pela PPC (*PPC's net senior secured leverage ratio*), entre a taxa básica mais 0,25% e a taxa básica mais 1,75%.

Todas as obrigações sob o *PPC Credit Facility* são garantidas incondicionalmente por algumas subsidiárias da PPC e por uma garantia prioritária de: (1) recebíveis e estoques da PPC e de suas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

subsidiárias não-México; (2) 100% das participações societárias nas subsidiárias domésticas da PPC, To-Ricos, Ltd. e To-Ricos Distribution Ltd., e 65% das participações acionárias nas subsidiárias estrangeiras diretas da PPC; (3) substancialmente todas as propriedades e intangíveis dos tomadores e garantidores sob a *New PPC Credit Facility* e (4) substancialmente todos os bens imobiliários e ativos fixos da PPC e dos garantidores da *New PPC Credit Facility*.

Em 31 de dezembro de 2019, a PPC tinha saldo sob o *2023 Term Loans* totalizando US$475,0 milhões e o montante disponível para empréstimos sob o compromisso de empréstimo rotativo era de US$708,4 milhões. A PPC possuía cartas de crédito de US$41,6 milhões e nenhum saldo sob o compromisso de empréstimo rotativo em 31 de dezembro de 2019.

Seara Export Prepayment Facility

Em 23 de setembro de 2016, a Seara, na qualidade de devedora, e a Companhia, na qualidade garantidora, celebraram o *Seara Export Prepayment Facility Agreement*. Os empréstimos no âmbito do *Seara Export Prepayment Facility Agreement* foram desembolsados em duas parcelas, sendo uma em setembro de 2019, e outra em outubro de 2019, no valor agregado de US$650,0 milhões. Os empréstimos possuem juros a uma taxa anual equivalente à taxa LIBOR (duração de seis meses), acrescidos de uma margem aplicável que varia de 2,5% a 5,0% a depender da razão entre a dívida líquida e o EBITDA da Companhia. O valor principal em aberto do empréstimo será pago em nove parcelas semestrais, se iniciando no ano seguinte da data de desembolso. Os empréstimos vencem em setembro de 2024. O *Seara Export Prepayment Facility Agreement* contém obrigações (*negative covenants*) constumeiros que podem limitar a capacidade da Companhia e de suas subsidiárias, incluindo a Seara, de, entre outros, contrair endividamento adicional, criar certos ônus adicionais, e vender, arrendar ou alienar determinados ativos. O contrato prevê ainda eventos de inadimplemento costumeiros, como inadimplemento nos pagamentos, falha no cumprimento de obrigações ou termos previtos no contrato. Os empréstimos são garantidos por penhor de estoques e ativos biológicos da Seara. Em 31 de dezembro de 2019, o valor principal agregado em aberto referente ao *Seara Export Prepayment Facility Agreement* era de US$650,0 milhões.

Obrigações Contratuais

A tabela seguinte sumariza os empréstimos e financiamentos, juros estimados sobre empréstimos e financiamentos, pagamentos relacionados à aquisição de plantas, obrigação de arrendamento financeiro, obrigações de arrendamento operacional e outras obrigações de compra em 31 de dezembro de 2019 que têm impacto significante na liquidez da Companhia.

Obrigações Contratuais (em milhões de reais)	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 4 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
(em milhões de reais)					
Empréstimos e financiamentos (1)	2.078,9	1.918,5	8.922,5	40.108,2	**53.028,0**
Juros estimados sobre empréstimos e financiamentos (2)	2.583,8	5.222,5	5.304,4	5.261,7	**18.372,4**
Derivativos	252,0	-	-	-	**252,0**
Compromissos com terceiros (3)	45,7	57,8	22,4	-	**125,9**
Provisão de arrendamento mercantil(4)	1.212,9	1.923,7	1.179,1	1.450,9	**5.766,6**
Obrigações de compra (5)	31.704,5	39.516,8	29.732,5	45.804,9	**146.758,7**
Total	**37.877,7**	**48.639,4**	**45.160,9**	**92.625,6**	**224.303,6**

(1) Inclui juros acumulados e não pagos em 31 de dezembro de 2019.
(2) Inclui juros sobre a totalidade dos empréstimos e financiamentos. Os pagamentos são estimados considerando taxas variáveis e termos com base nos juros efetivos em 31 de dezembro de 2019 e as datas de pagamentos esperadas.
(3) Inclui obrigações relacionadas à aquisição de unidades industriais e/ou obrigações decorrentes de aquisição de empresas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(4) Valores da provisão de pagamentos de arredamento mercantil
(5) Inclui contratos de compra de bens ou serviços que são exigíveis e legalmente vinculantes e que especifiquem todos os termos significantes, incluindo quantidades mínimas ou fixas de compra; provisões mínimas ou variáveis de preços; e o cronograma aproximado. Os valores de obrigações de compra incluem itens como a compra futura de animais vivos, grãos, e pagamentos a integrados. Os valores excluem os compromissos futuros de contratos que são autorizados, canceláveis ou que contenham clausulas de encerramento sem penalidades. Mínimos futuros de obrigações não canceláveis com prazos acima de um ano.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

A Companhia possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras com o objetivo de manter a condução normal de seus negócios, como convênios com instituições financeiras com o objetivo de promover o acesso ao crédito de produtores rurais parceiros responsáveis pela criação de de frangos e suínos para financiar a expansão e melhoria de suas operações, além de convênios com instituições financeiras para o pagamento de salários e benefícios de seus colaboradores.

Adicionalmente, a Companhia possui convênios com algumas instituições financeiras com o objetivo de melhorar sua gestão do capital de giro por meio da venda de créditos detidos pela Companhia contra determinados clientes do mercado interno e externo, e também por meio da facilitação da antecipação de créditos que seus fornecedores possuem contra a Companhia.

A Companhia ainda pode utilizar operações de derivativos com a finalidade de proteger sua exposição a determinadas variações de mercado.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não existe grau de subordinação contratual entre os empréstimos e financiamentos quirografários da Companhia. Os empréstimos e financiamentos que possuem garantias reais contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

Em 31 de dezembro de 2019, uma parcela dos empréstimos e financiamentos, no montante de R$12.285,2 milhões apresentava garantias reais, que podem ser classificadas basicamente em três espécies: (i) duplicatas a receber e estoques; (ii) carta de fiança; (iii) hipoteca e penhor sobre imobilizado. Na mesma data, uma parcela dos empréstimos e financiamentos, no montante de R$40.742,9 milhões, era constituída por contratos quirografários.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Na data deste Formulário de Referência, estamos cumprindo com todas as obrigações constantes nos nossos contratos de empréstimos e financiamentos.

Essas obrigações referem-se a determinadas restrições, incluindo o cumprimento de índices financeiros, distribuição de dividendos, alienação de ativos e alienação de controle societário, dentre outras cláusulas usuais de mercado, conforme descrito abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Modalidade	Emissora Garantidora	Covenants / Garantias
144 - A: JBS S.A. Notas 2023	- JBS S.A.	Restrições contratuais de praxe que podem limitar a capacidade da Companhia e de algumas das controladas, dentre outras coisas, em: incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a 4,75/1,0; criar ônus; vender ou alienar ativos; celebrar transações com partes relacionadas; consolidar ou celebrar fusão ou alienar todos os ativos a outra sociedade; celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas; e declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se: i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas; ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US$1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas; e iii) o valor total a ser pago não exceda US$30 milhões ou a. 50% do lucro líquido agregado apurado em base cumulativa durante o período (conforme indicado na escritura), ou se o lucro líquido agregado for prejuízo, menos 100% do valor do prejuízo, mais b. 100% do caixa recebido com a emissão ou venda de suas participações acionárias ou outras contribuições de capital subsequentes à data de emissão das Notas, mais c. 100% do valor de mercado de propriedades, que não sejam caixa, recebidas a partir da data de emissão ou venda de suas participações acionárias ou outras contribuições de capital subsequentes à data de emissão das Notas.
144 - A: JBS S.A. Notas 2026	- JBS S.A. - JBS Investments II GmbH	
144 - A: JBS S.A. Notas 2028		
Linha de Crédito Sênior Garantida JBS Lux	- JBS S.A.; - JBS Global Luxembourg S.à r.l.; - JBS Global Meat Holdings Pty. Limited (sucessora da Burcher Pty. Limited); - JBS USA Food Company Holdings; JBS USA Food Company; - JBS Ansembourg Holding S.à r.l.; JBS Luxembourg S.à r.l.; JBS USA Holding Lux; - Todas as controladas nacionais (americanas) da JBS USA (com exceção da JBS Wisconsin Properties LLC e algumas outras controladas não materiais); JBS Australia Pty Ltd. JBS Food Canada ULC	- Os empréstimos contém garantia de primeira prioridade sobre recebíveis, estoques de produtos acabados e estoques de insumos. - Os empréstimos contém representações de praxe e uma cláusula restritiva que requer um índice de cobertura do serviço da dívida mínimo de 1,00 para 1,00. Este índice é aplicável somente se a disponibilidade dos empréstimos for menor que o maior entre 10% do valor máximo dos empréstimos e US$70 milhões. Adicionalmente, existem covenants que podem restringir a JBS Lux e algumas de suas controladas, dentre outras coisas, em: - incorrer em endividamento adicional; - criar ônus em imobilizado, receitas e ativos; - fazer certos investimentos e empréstimos; - vender ou alienar ativos; - pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas; - pagar antecipadamente ou cancelar certos endividamentos; - consolidar ou celebrar fusão ou alienar todos os ativos a outra sociedade; - entrar em joint ventures (exceto quando permitido) ou criar outras controladas; - criar novas linhas de negócios; - celebrar transações com partes relacionadas; - restringir controladas em distribuir dividendos; - dar garantias reais em favor de outros credores; e celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Term loan JBS Lux 2026	- JBS S.A.; - JBS Global Luxembourg S.à r.l.; - JBS Global Meat Holdings Pty. Limited (sucessora da Burcher Pty. Limited); - JBS USA Food Company Holdings;- - JBS USA Food Company; - JBS Ansembourg Holding; S.à r.l - JBS Luxembourg S.à r.l.; and - Cada uma das subsidiárias que garantem a Linha de Crédito Sênior Garantida JBS Lux (sujeita a certas exceções).	- Garantia de primeira prioridade sobre todos os ativos fixos da JBS Lux e de certas controladas da JBS Lux. Adicionalmente, existem covenants que podem restringir a JBS Lux e algumas de suas controladas, dentre outras coisas, em: - incorrer em endividamento adicional; - criar ônus em imobilizado, receitas e ativos; - fazer certos investimentos e empréstimos; - vender ou alienar ativos; - pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas; - pagar antecipadamente ou cancelar certos endividamentos; - consolidar ou celebrar fusão ou alienar todos os ativos a outra sociedade; - entrar em joint ventures (exceto quando permitido) ou criar outras controladas; - criar novas linhas de negócios; - celebrar transações com partes relacionadas; - restringir controladas em distribuir dividendos; - dar garantias reais em favor de outros credores; e - celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback).
Notas 5,875% JBS Lux 2024 Notas 5,75% JBS Lux 2025 Notas 6,75% JBS Lux 2028 Notas 6,50% JBS Lux 2029 Notas 5,50% JBS Lux 2030	- JBS S.A.; - JBS Global Luxembourg S.à r.l.; - JBS Global Meat Holdings Pty. Limited (sucessora da Burcher Pty. Limited); - JBS USA Food Company Holdings;- JBS USA Food Company; - JBS Ansembourg Holding; S.à r.l - JBS Luxembourg S.à r.l.; and Cada uma das subsidiárias que garantem a Linha de Crédito Sênior Garantida JBS Lux (sujeita a certas exceções).	Existem covenants que podem restringir a JBS Lux e algumas de suas controladas, dentre outras coisas em: incorrer em endividamento adicional; criar ônus; vender ou alienar ativos; pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas; permitir a restrição da distribuição de dividendos ou outros pagamentos restritos por suas controladas restritas; pagar antecipadamente ou cancelar certos endividamentos; celebrar transações com partes relacionadas; celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e realizar uma mudança de controle sem fazer uma oferta de recompra das notas. Existem restrições que limitam a JBS S.A. a incorrer em endividamento (sujeito à algumas exceções) ao menos que o índice de dívida líquida/EBITDA seja menor que 4,75 para 1,00. Complementarmente, existem restrições à habilidade da JBS S.A. em pagar dividendos e outras distribuições.
Notas 5,75% PPC 2025 Notas 5,875% PPC 2027	- PPC; Uma das controladas da PPC.	Existem covenants que podem restringir a PPC e algumas de suas controladas, dentre outras coisas em: - incorrer em endividamento adicional; - criar ônus; - pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas; - vender ou alienar ativos; - celebrar transações com partes relacionadas; e consolidar ou celebrar fusão ou alienar substancialmente todos os ativos da PPC.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Linha de crédito PPC - Term loan Linha de crédito PPC - Crédito rotativo	PPC; Algumas controladas da PPC.	- Garantia de primeira prioridade nas: i) contas a receber e estoques da PPC e suas controladas não-mexicanas, ii) 100% da participação societária nas controladas domésticas da PPC, To-Ricos Ltd. e To-Ricos Distribution Ltd., e 65% das participações societárias da PPC nas controladas diretas estrangeiras, iii) substancialmente a totalidade das propriedades e intangíveis pessoais dos credores e garantidores e iv) substancialmente a totalidade do imobilizado da PPC e dos garantidores. Adicionalmente, existem covenants que podem restringir a PPC e algumas de suas controladas, dentre outras coisas em: - incorrer em endividamento adicional; - criar ônus; - pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas; - vender ou alienar ativos; - celebrar transações com partes relacionadas; e - consolidar ou celebrar fusão ou alienar substancialmente todos os ativos da PPC. Complementarmente, é requerido que os fundos recebidos pela venda de certos ativos e captação por certas linhas de endividamento, devem ser utilizados para pagar o saldo da Linha de Crédito EUA - PPC. Ainda, a PPC não pode incorrer em dispêndios de capital acima de US$500 milhões em qualquer ano fiscal.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2019, possuíamos um total de R$53,0 bilhões de empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, a JBS USA possui US$1,9 bilhão disponíveis em linhas de crédito rotativas e garantidas, equivalentes a R$7,8 bilhões ao câmbio de 31 de dezembro de 2019.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018

DRE CONSOLIDADO (em R$ milhões)	31/12/2019	%RL	31/12/2018	%RL	Var(%)	Var(R$)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS	211.163,1	103,2 %	187.162,7	103,0%	12,8%	24.000,4
Mercado interno	156.947,2	76,7%	140.054,0	77,1%	12,1%	16.893,2
Mercado externo	54.215,9	26,5%	47.108,7	25,9%	15,1%	7.107,2
DEDUÇÕES DE VENDAS	**(6.639,5)**	**(3,2)%**	**(5.482,4)**	**(3,0)%**	**21,1%**	**(1.157,1)**
Devoluções e descontos	(4.583,2)	(2,2)%	(3.784,0)	(2,1)%	21,1%	(799,2)
Impostos sobre as vendas	(2.056,4)	(1,0)%	(1.698,5)	(0,9)%	21,1%	(357,9)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**204.523,6**	**100,0 %**	**181.680,2**	**100,0%**	**12,6%**	**22.843,4**
Custo dos produtos vendidos	(172.577,2)	(84,4) %	(155.340,1)	(85,5) %	11,1%	(17.237,1)
LUCRO BRUTO	**31.946,4**	**15,6%**	**26.340,2**	**14,5%**	**21,3%**	5.606,2
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	**(18.497,6)**	**(9,0)%**	**(19.182,8)**	**(10,6) %**	**(3,6)%**	**685,2**
Administrativas e gerais	(7.313,1)	(3,6)%	(8.587,6)	(4,7)%	(14,8)%	1.274,5
Com vendas	(11.468,9)	(5,6)%	(10.422,0)	(5,7)%	10,0%	(1.046,9)
Outras despesas	(165,6)	(0,1)%	(388,1)	(0,2)%	(57,3)%	222,5
Outras receitas	450,0	0,2%	214,9	0,1%	109,4%	235,1
Resultado financeiro líquido	**(5.985,1)**	**(2,9)%**	**(8.282,2)**	**(4,6)%**	**(27,7)%**	**2.297,1**
Resultado de equivalência patrimonial	**34,2**	**0,0%**	**26,5**	**0,0%**	**29,1%**	**7,7**
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**7.497,8**	**3,7%**	**(1.098,4)**	**(0,6)%**	**(782,6)%**	**8.596,2**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.110,0)	(0,5)%	247,4	0,1%	(548,7)%	(1.357,4)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	77,1	0,0%	1.061,1	0,6%	(92,7)%	(984,0)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	6.464,9	3,2%	210,1	0,1%	2.977,1%	**6.254,8**
Atribuído a:						
Participação dos acionistas controladores	**6.068,4**	**3,0%**	**25,2**	**0,0%**	**23.981,0%**	**6.043,2**
Participação dos acionistas não controladores	**396,5**	**0,2%**	**184,9**	**0,1%**	**114,4%**	**211,6**

Resultado Consolidado das Operações Lucro Líquido

Lucro Líquido

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação	
	2019	2018		%
Lucro líquido	6.464,9	210,1	6.254,8	2.977,1%
Lucro bruto como percentual da receita líquida	15,6%	14,5%	1,1 p.p.	-
Lucro líquido como percentual da receita líquida	3,2%	0,1%	3,1 p.p.	-

Pelas razões descritas abaixo, a Companhia registrou lucro líquido de R$6.464,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e lucro líquido de R$210,1 milhões no mesmo período em 2018. O lucro líquido como percentual da receita foi de 3,2% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Já no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o lucro líquido como percentual da receita foi de 0,1%.

Receita Líquida

(R$ milhões, exceto %)	Exercíco social findo em 31 de dezembro de		Variação	
	2019	2018		%
Receita líquida.....	204.523,6	181.680,2	22.843,3	12,6%
Receita líquida orgânica	193.603,1	181.280,6	12.322,6	6,8%
Impacto de aquisições	1.262,7	-	1.262,7	-
Impacto de desinvestimentos	-	399,7	(399,7)	-
Efeito de variação cambial	10.920,4	-	10.920,4	-

A receita líquida da Companhia aumentou R$22.843,3 milhões ou 12,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 se comparado ao mesmo período em 2018. A receita líquida foi impactada por:

- Receita Líquida Orgânica – A receita líquida orgânica foi impactada positivamente pelo aumento de preços médios de todos os segmentos em que a Companhia opera, aliado aos aumentos dos volumes vendidos dos segmentos Brasil, Seara, Bovino USA e Porco USA; parcialmente compensado pela redução dos volumes vendidos do segmento Frango USA;
- Impacto de Aquisições – A receita líquida foi positivamente impactada pela aquisição das operações da Tulip, que foi concluída em 15 de outubro de 2019; e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Efeito da Variação Cambial – A receita líquida aumentou em R$10.920,4 milhões como resultado principalmente da depreciação do real frente ao dólar americano resultando em ganhos na consolidação das operações nos Estados Unidos.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo:

- Impacto de Desinvestimentos – A receita líquida foi negativamente impactada pela venda das operações da JBS Five Rivers, que foi concluída no primeiro trimestre de 2018.

Custo dos Produtos Vendidos

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação	
	2019	2018		%
Custo dos Produtos Vendidos	172.577,2	155.340,1	17.237,2	11,1%
Lucro Bruto	31.946,4	26.340,2	5.606,2	21,3%
Custo dos produtos vendidos como porcentagem da receita líquida	84,4%	85,5%	(1,1)p.p.	-

O custo de produtos vendidos da Companhia aumentou R$17.237,2 milhões, ou 11,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 se comparado ao mesmo período em 2018. O custo de produtos vendidos foi principalmente impactado por: (1) efeito da variação cambial, como resultado principalmente da depreciação do real frente ao dólar americano e seus impactos na consolidação das operações nos Estados Unidos; (2) um aumento dos custos operacionais relacionado ao aumento do volume produzido; (3) um aumento dos custos operacionais, como resultado principalmente do aumento dos preços das matérias-primas em algumas regiões onde a Companhia opera; e (4) pelo aumento relacionado a aquisição da Tulip, que foi concluída em 15 de outubro de 2019.

Para a discussão dos custos operacionais por segmento, veja “Resultados dos Segmentos.”

Despesas Gerais e Administrativas e Outras Despesas

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação	
	2019	2018		%
Despesas gerais e administrativas	7.313,1	8.587,6	(1.274,5)	(14,8%)
Despesas gerais e administrativas como porcentagem da receita líquida	3,6%	4,7%	(1,2)p.p.	-

As despesas gerais e administrativas da Companhia diminuíram R$1.274,5 milhões, ou 14,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 se comparado ao mesmo período em 2018. As despesas gerais e administrativas diminuíram principalmente devido à aderência ao Programa de Regularização Tributária Rural relacionado ao parcelamento dos débitos do Funrural no Brasil no terceiro trimestre de 2018. Esta redução foi parcialmente compensada pelo efeito da variação cambial, como resultado principalmente da depreciação do real frente ao dólar americano e seus impactos na consolidação das operações nos Estados Unidos e pelo aumento relacionado a aquisição da Tulip, que foi concluída em 15 de outubro de 2019.

Despesas com Vendas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação	
	2019	2018		%
Despesas de vendas	11.468,9	10.422,0	1.046,9	10,0%
Despesas de vendas como porcentual da receita de vendas	5,6%	5,7%	-	-

As despesas com vendas da Companhia aumentaram R$1.046,9 milhões, ou 10,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 se comparado ao mesmo período em 2018. As despesas com vendas foram impactadas por: (1) aumento das despesas com frete; (2) aumento com despesas de *marketing* e promoção dos produtos; (3) efeito da variação cambial, como resultado principalmente da depreciação do real frente ao dólar americano e seus impactos na consolidação das operações nos Estados Unidos; e (4) pelo aumento relacionado a aquisição da Tulip, que foi concluída em 15 de outubro de 2019.

Despesas Financeiras Líquidas

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação	
	2019	2018		%
Despesas financeiras líquidas	**(5.985,1)**	**(8.282,2)**	**2.297,1**	**(27,7%)**
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	(1.393,3)	(4.337,6)	2.944,3	(67,9%)
Ajuste a valor justo de derivativos	(91,3)	57,8	—	—
Juros passivos	(4.532,1)	(3.935,2)	(596,9)	15,2%
Juros ativos	465,1	288,4	176,7	61,3%
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(433,5)	(355,6)	(77,9)	21,9%

As despesas financeiras líquidas diminuíram R$2.297,1 milhões, ou 27,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 se comparadas ao mesmo período em 2018, principalmente pela:

- Variação Cambial – a despesa com variação cambial durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$4.337,6 milhões comparada com uma despesa com variação cambial de R$1.393,3 milhões no período correspondente em 2019, como resultado da depreciação do real frente a moedas estrangeiras nestes períodos;
- Atividades de Gerenciamento de Risco – a receita com resultados de operações com derivativos foi de R$57,8 milhões durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Já no período correspondente em 2019, houve uma despesa com resultados de operações com derivativos de R$91,3 milhões, substancialmente todo relacionado à prática de proteger a exposição contra a desvalorização do real e contra a flutuação dos preços dos grãos adotada pela Companhia;
- Juros Passivos – um aumento de 15,2% em despesas com juros, principalmente como resultado do aumento dos custos financeiros relacionados aos parcelamentos fiscais e à venda de créditos contra determinados clientes do mercado interno e externo; parcialmente compensado pela redução das despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Juros Ativos – um aumento de 61,3% em receitas de juros; e
- Tarifas bancárias – um aumento de 21,9% em tarifas bancárias e outras despesas, principalmente como resultado do pagamento dos prêmios referente a antecipação feita durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 do pagamento da divida no âmbito do Acordo de Normalização e das notas com vencimento em 2021 e Term Loan de 2022.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

(R$ milhões, exceto %)	Exercíco social findo em 31 de dezembro de		Variação	
	2019	2018		%
Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	7.497,8	(1.098,4)	-	-
Taxa nominal	(34%)	(34%)	-	-
Benefício (despesa) esperado	(2.549,3)	373,5	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.110,0)	247,4	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	77,1	1.061,1	(984,0)	(92,7%)
Despesas totais de imposto	(1.032,9)	1.308,5	-	-

A alíquota nominal de imposto de renda no Brasil é de 34%, porém nossa taxa efetiva pode variar de período para período com base principalmente nas flutuações do lucro tributável gerado por cada uma de nossas subsidiárias no exterior, bem como diferenças nas alíquotas nominais e créditos fiscais gerados a partir dos impostos pagos em cada uma dessas subsidiárias no exterior, os quais podem ser utilizados para compensar imposto de renda e contribuição social sobre o lucro devidos no Brasil.

Adicionalmente, diferenças permanentes geradas durante o período também podem impactar a taxa efetiva da Companhia. Tais valores geralmente se referem a juros não tributáveis em subsidiárias estrangeiras, créditos de impostos pagos no exterior, amortização de ágio no Brasil e imposto pago no exterior sobre dividendos recebidos por subsidiárias não integrais.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2019, as alíquotas efetivas do imposto de renda ficaram diferentes da alíquota nominal de imposto de renda no Brasil por conta do reconhecimento de algumas diferenças permanentes, tais como créditos de guias pagas advindas das subsidiárias do exterior, deduções devidas aos financiamentos *intercompanies* resultantes da reorganização ocorrida na JBS USA, diferença das alíquotas sobre os resultados auferidos pelas controladas no exterior e juros não tributáveis em subsidiárias estrangeiras. A Companhia espera que sua taxa efetiva continuará a flutuar no futuro por conta dos impactos das deduções dos financiamentos *intercompanies* e outros itens.

Resultados dos Segmentos

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação	
	2019	2018		%
Receita líquida	**204.523,6**	**181.680,2**	**22.843,4**	**12,6%**
Segmento Brasil.....	31.960,1	27.578,9	4.381,2	15,9%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Segmento Seara.....	20.360,9	17.670,1	2.690,8	15,2%
Segmento Bovino USA.....	87.202,6	78.644,1	8.558,5	10,9%
Segmento Porco USA	23.469,0	20.774,7	2.694,3	13,0%
Segmento Frango USA	45.005,9	39.881,0	5.124,9	12,9%
Segmento Outros.....	2.432,2	2.423,7	8,5	0,4%
Eliminações.....	(5.907,1)	(5.292,3)	(614,8)	11,6%
Custos operacionais	**190.955,5**	**171.748,3**	**19.207,2**	**11,2%**
Segmento Brasil.....	30.987,6	27.110,5	3.877,1	14,3%
Segmento Seara.....	19.291,1	17.223,2	2.067,9	12,0%
Segmento Bovino USA.....	80.181,6	73.012,9	7.168,7	9,8%
Segmento Porco USA	21.513,8	19.099,9	2.413,9	12,6%
Segmento Frango USA	42.338,8	38.127,3	4.211,5	11,0%
Segmento Outros.....	2.548,4	2.466,8	81,6	3,3%
Eliminações.....	(5.905,8)	(5.292,3)	(613,5)	11,6%
Lucro operacional	**13.568,1**	**9.931,9**	**3.636,2**	**36,6%**
Segmento Brasil.....	972,5	468,4	504,1	107,6%
Segmento Seara.....	1.069,8	446,9	622,9	139,4%
Segmento Bovino USA.....	7.021,0	5.631,2	1.389,8	24,7%
Segmento Porco USA	1.955,2	1.674,8	280,4	16,7%
Segmento Frango USA	2.667,1	1.753,7	913,4	52,1%
Segmento Outros.....	(116,2)	(43,1)	(73,1)	169,6%
Eliminações	(1,3)	0,0	—	—

A Companhia mede sua rentabilidade dos segmentos por meio do lucro operacional, que não inclui a receita (despesa) financeira, a participação nos lucros ou prejuízos de investidas no patrimônio líquido ou o imposto de renda. Para calcular os custos operacionais da Companhia, que são ajustados por custos de reestruturação, reorganização e outros, a Companhia subtrai o lucro operacional de sua receita líquida. A Companhia revisa regularmente os custos operacionais totais em base de segmento por segmento.

Segmento Brasil

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação	
	2019	2018		%
Receita líquida	31.960,1	27.578,9	4.381,2	15,9%
Receita líquida orgânica.....	29.727,3	25.526,2	4.201,1	16,5%
Efeito de eliminações.....	2.232,8	2.052,7	180,1	8,8%
Custos operacionais	30.987,6	27.110,5	3.877,1	14,3%
Lucro operacional	972,5	468,4	504,1	107,6%
Margem operacional (% da receita líquida)	3,0%	1,7%	1,3 p.p.	-

Receita líquida. Variações na receita líquida do segmento Brasil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, se comparada com o período correspondente de 2018, foram impactadas positivamente pela:

- Receita líquida orgânica: a receita líquida orgânica foi principalmente impactada pelo: (1) aumento de preços de venda e volume vendido no mercado doméstico no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 se comparado com o período correspondente de 2018; e (2) pelo aumento de preços de venda e volume vendido de exportações, principalmente para a China.
- Efeito de eliminações – vendas *intercompanies* cresceram em R$180,1 milhões, ou 8,8%, de R$2.052,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$2.232,8 milhões no período correspondente de 2019.

Custos Operacionais. Os custos operacionais aumentaram R$3.877,1 milhões, ou 14,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 se comparado ao período correspondente de 2018, impactados principalmente pelo: (1) aumento dos custos operacionais relacionados principalmente ao aumento do número de animais processados; e (2) aumento nos custos de matéria-prima principalmente nas regiões onde a capacidade de abate foi expandida pela indústria. Estes impactos foram parcialmente compensados pela (1) utilização adequada da capacidade produtiva, diluindo custos fixos e (2) aderência ao Programa de Regularização Tributária Rural relacionado ao parcelamento dos débitos do Funrural no Brasil que impactou negativamente as despesas gerais e administrativa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Lucro Operacional. Como resultado do mencionado acima, o lucro operacional do segmento Brasil aumentou em R$504,1 milhões, ou 107,6%, de R$468,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$972,5 milhões no período correspondente de 2019.

Segmento Seara

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação	
	2019	2018		%
Receita líquida	**20.360,9**	**17.670,1**	**2.690,8**	**15,2%**
Receita líquida orgânica.....	20.054,2	17.387,8	2.666,4	15,3%
Efeito de eliminações.....	306,7	282,3	**24,4**	**8,6%**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custos operacionais	19.291,1	17.223,2	**2.067,9**	**12,0%**
Lucro operacional	1.069,8	446,9	**622,9**	**139,4%**
Margem operacional (% da receita líquida)	**5,3%**	**2,5%**	-	-

Receita Líquida. Variações na receita líquida do segmento Seara no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, se comparado ao período correspondente de 2018, foram impactadas positivamente pela:

- Receita líquida orgânica: a receita líquida orgânica foi impactada principalmente pelo (1) aumento de volumes e preços no mercado doméstico como consequência de um ganho em penetração e preferência dos consumidores; e (2) aumento de volumes e preços no mercado internacional, com destaque para o aumento da receita proveniente de vendas para a China.
- Efeito de eliminações – vendas *intercompanies* cresceram em R$24,4 milhões, ou 8,6%, de R$282,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$306,7 milhões no período correspondente de 2019.

Custos Operacionais. Os custos operacionais aumentaram R$2.067,9 milhões, ou 12,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 se comparado ao período correspondente de 2018, impactados principalmente pelo: (1) aumento da depreciação e amortização como consequência da adoção do IFRS 16 a partir do primeiro trimestre de 2019; (2) aumento das contingências principalmente relacionadas a uma decisão judicial favorável obtida, que reverteu uma provisão, impactando positivamente as despesas administrativas em 2018; (3) aumento com custos de mão-de-obra e manutenção das plantas e equipamentos; e (4) aumento com despesas de marketing e promoção dos produtos.

Lucro Operacional. Como resultado do mencionado acima, o lucro operacional do segmento Seara aumentou em R$622,9 milhões, ou 139,4%, de R$446,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$1.069,8 milhões no período correspondente de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Segmento Bovino USA

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação	
	2019	2018		%
Receita líquida	87.202,6	78.644,1	**8.558,5**	**10,9%**
Receita líquida orgânica.....	78.280,4	75.691,6	**2.588,8**	**3,4%**
Efeito de eliminações.....	2.864,8	2.552,9	**311,9**	**12,2%**
Efeito de desinvestimentos	-	399,7	**(399,7)**	-
Efeito da variação cambial (1)	6.057,4	-	**6.057,4**	-
Custos operacionais	80.181,6	73.012,9	**7.168,7**	**9,8%**
Lucro operacional	7.021,0	5.631,2	**1.389,8**	**24,7%**
Margem operacional (% da receita líquida)	**8,1%**	**7,2%**	0,9 p.p.	-

(1) O impacto do efeito da variação cambial é computada para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 pois a intenção é mostrar a variação da receita orgânica entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Receita Líquida. Variações na receita líquida do segmento Bovino USA no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, se comparada com 31 de dezembro de 2018, foram impactadas positivamente pela:

- Efeito da Variação Cambial – A receita líquida aumentou em R$6.057,4 milhões como resultado principalmente da depreciação do real frente ao dólar americano resultando em ganhos na consolidação das operações nos Estados Unidos;
- Receita Líquida Orgânica – A receita líquida orgânica foi impactada: (1) na América do Norte devido (i) aos fortes fundamentos econômicos no mercado doméstico que alavancaram o consumo de carne bovina; e (ii) melhora no mix de produtos, advinda de inovação nos programas de valor-agregado; e (2) na Austrália devido (i) ao aumento das exportações diretas de carne bovina e ovinos para a China; e (ii) ao foco da Companhia produtos com maior valor agregado da Primo Smallgoods; e
- Efeito de eliminações – vendas *intercompanies* cresceram em R$311,9 milhões, ou 12,2%, de R$2.552,9 milhões no exercício social encerrado em 30 dezembro de 2018 para R$2.864,8 milhões no período correspondente de 2019.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo:

- Impacto de Desinvestimentos – Uma redução líquida de R$399,7 milhões, devido a venda das operações da JBS Five Rivers, que foi concluída no primeiro trimestre de 2018.

Custos Operacionais. Os custos operacionais da Companhia aumentaram em R$7.168,7 milhões, ou 9,8%, de R$73.012,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de em 2018 para R$80.181,6 milhões no período correspondente de 2019, e foram impactados principalmente: (1) pelo efeito da variação cambial como resultado principalmente da depreciação do real frente ao dólar americano e seus impactos na consolidação das operações nos Estados Unidos; e (2) pelo aumento dos custos operacionais relacionados com o aumento do volume de produção. Este aumento foi compensado pela redução líquida relacionada a alienação da JBS Five Rivers.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro Operacional. Como resultado do mencionado acima, o lucro operacional do segmento Bovino USA aumentou em R$1.389,8 milhões, ou 24,7%, de R$5.631,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$7.021,0 milhões no período correspondente de 2019.

Segmento Porco USA

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação	
	2019	2018		%
Receita líquida	23.469,0	20.774,7	2.694,3	13,0%
Receita líquida orgânica.....	21.417,2	20.478,7	938,5	4,6%
Efeito de eliminações.....	395,5	296,0	99,5	33,6%
Efeito da variação cambial (1)	1.656,3	-	1.656,3	-
Custos operacionais	21.513,8	19.099,9	2.413,9	12,6%
Lucro operacional	1.955,2	1.674,8	280,4	16,7%
Margem operacional (% da receita líquida)	8,3%	8,1%	0,3p.p.	-

(1) O impacto do efeito da variação cambial é computada para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 pois a intenção é mostrar a variação da receita orgânica entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Receita Líquida. Variações na receita líquida do segmento Porco USA no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, se comparada com o período correspondente de 2018, foram impactadas positivamente pela:

- Efeito da Variação Cambial – A receita líquida aumentou em R$1.656,3 milhões como resultado principalmente da depreciação do real frente ao dólar americano resultando em ganhos na consolidação das operações nos Estados Unidos;
- Efeito de eliminações – vendas *intercompanies* cresceram em R$99,5 milhões, ou 33,6%, de R$296,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$395,5 milhões no período correspondente de 2018; e
- Receita Líquida Orgânica – A receita líquida orgânica foi impactada principalmente por um aumento de volume e preços nos mercados interno e de exportação, com destaque para a demanda pela China que acelerou de forma significativa no segundo semestre do ano. Os maiores volumes exportados, em conjunto com condições econômicas favoráveis no mercado doméstico, contribuíram positivamente na absorção da crescente oferta de carne suína na indústria americana.

Custos Operacionais. Os custos operacionais da Companhia aumentaram em R$2.413,9 milhões, ou 12,6%, de R$19.099,9 milhões no exercício social encerrado 31 de dezembro de 2018 para R$21.513,8 milhões no período correspondente de 2019, e foram impactados principalmente pelo (1) efeito da variação cambial como resultado principalmente da depreciação do real frente ao dólar americano e seus impactos na consolidação das operações nos Estados Unidos; (2) pela volatilidade do preço do suíno vivo; e (3) pelo aumento do volume de processamento.

Lucro Operacional. Como resultado do mencionado acima, o lucro operacional do segmento Porco USA aumentou em R$280,4 milhões, ou 16,7%, de R$1.674,8 milhões no exercício social

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$1.955,2 milhões no período correspondente em 2019.

Segmento Frango USA

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação	
	2019	2018		%
Receita líquida	45.005,9	39.881,0	5.124,9	12,9%
Receita líquida orgânica.....	40.475,8	39.805,4	670,4	1,7%
Efeito de eliminações.....	60,7	75,6	(14,9)	(19,7%)
Impacto de aquisições	1.262,7	-	1.262,7	-
Efeito da variação cambial (1)	3.206,7	-	3.206,7	-
Custos operacionais	42.338,8	38.127,3	4.211,5	11,0%
Lucro operacional	2.667,1	1.753,7	913,4	52,1%
Margem operacional (% da receita líquida)	5,9%	4,4%	1,5 p.p.	-

(1) O impacto do efeito da variação cambial é computada para o exercício social em 31 de dezembro de 2019 pois a intenção é mostrar a variação da receita orgânica entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Receita Líquida. Variações na receita líquida do segmento Frango USA no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, se comparada com o período correspondente de 2018, foram impactadas positivamente pela:

- Efeito da Variação Cambial – A receita líquida aumentou em R$3.206,7 milhões como resultado principalmente da depreciação do real frente ao dólar americano resultando em ganhos na consolidação das operações nos Estados Unidos;
- Impacto de Aquisições – A receita líquida foi positivamente impactada pela aquisição das operações da Tulip, que foi concluída em 15 de outubro de 2019; e
- Receita Líquida Orgânica – A receita líquida orgânica foi impactada por um aumento dos preços principalmente devido a melhor precificação de coxa, sobrecoxa e asas. Este aumento foi compensado parcialmente pela redução dos volumes vendidos.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo:

- Efeito de eliminações – vendas *intercompanies* decresceram em R$14,9 milhões, ou 19,7%, de R$75,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$60,7 milhões no período correspondente de 2019.

Custos Operacionais. Os custos operacionais da Companhia aumentaram em R$4.211,5 milhões, ou 11,0%, de R$38.127,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$42.338,8 milhões no período correspondente de 2019, e foram impactados principalmente pelo efeito da variação cambial como resultado principalmente da depreciação do real frente ao dólar americano e da libra esterlina. Este aumento foi compensado parcialmente pela redução dos custos operacionais relacionados com a redução da produção.

Lucro Operacional. Como resultado do mencionado acima, o lucro operacional do segmento Frango USA aumentou em R$913,4 milhões, ou 52,1%, de R$1.753,7 milhões no exercício social

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$2.667,1 milhões no período correspondente de 2019.

Segmento Outros

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação	
	2019	2018		%
Receita líquida	2.432,2	2.423,7	8,5	0,4%
Receita líquida orgânica.....	2.383,5	2.390,8	(7,3)	(0,3%)
Efeito de eliminações.....	46,6	32,9	13,7	41,8%
Efeito da variação cambial	2,1	0,0	2,1	-
Custos operacionais	2.548,4	2.466,8	81,6	3,3%
Prejuízo operacional	(116,2)	(43,1)	(73,1)	169,6%
Margem operacional (% da receita líquida)	(4,8%)	(1,8%)	(3,0)p.p.	-

n.m. = não material

Receita Líquida. Variações na receita líquida do segmento Outros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, se comparada com o período correspondente de 2018, foram impactadas positivamente pelo:

- Efeito de eliminações – vendas *intercompanies* cresceram em R$13,7 milhões, ou 41,8%, de R$32,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$46,6 milhões no período correspondente de 2019.

Este efeito foi parcialmente compensado pelo:

- Receita Líquida Orgânica – A receita líquida orgânica com vendas das unidades globais de couros produzidos na Argentina, Uruguai, Itália, México e Vietnã e das vendas globais de produtos de carne bovina pelas *tradings* no Reino Unido e na Bélgica teve pequena redução de 0,3%.

Custos Operacionais. Os custos operacionais da Companhia cresceram em R$81,6 milhões, ou 3,3%.

Prejuízo Operacional. Como resultado do mencionado acima, o prejuízo operacional do segmento Outros aumentou em R$73,1 milhões, de R$43,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$116,2 milhões no período correspondente de 2019.

Comparação das contas patrimoniais de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

	31 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2018		2019/2018
Balanços Patrimoniais (em R$ milhões)	**Consolidado**	**AV%**	**Consolidado**	**AV%**	**AH%**
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	10.034,0	7,9%	8.935,8	7,8%	12,3%
Contas a receber de clientes	11.136,6	8,8%	9.657,0	8,5%	15,3%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Estoques	13.439,6	10,6%	11.311,7	9,9%	18,8%
Ativos biológicos	3.906,0	3,1%	3.191,0	2,8%	22,4%
Impostos a recuperar	2.351,2	1,9%	2.210,0	1,9%	6,4%
Derivativos a receber	62,1	0,0%	52,8	0,0%	17,6%
Créditos com empresas ligadas	0,0	0,0%	701,3	0,6%	-
Outros ativos circulantes	995,0	0,8%	840,0	0,7%	18,5%
TOTAL DO CIRCULANTE	41.924,4	33,2%	36.899,5	32,3%	13,6%
NÃO CIRCULANTE					
Ativo biológico	1.382,6	1,1%	1.168,5	1,0%	18,3%
Impostos a recuperar	7.001,5	5,5%	9.073,3	7,9%	(22,8%)
Investimentos em coligada, controladas e joint ventures	93,6	0,1%	85,0	0,1%	10,1%
Imobilizado	38.099,8	30,2%	35.109,2	30,8%	8,5%
Direito de uso de arrendamento mercantil	4.573,5	3,6%	0,0	0,0%	-
Créditos com empresas ligadas	275,2	0,2%	0,0	0,0%	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.506,1	1,2%	1.159,4	1,0%	29,9%
Intangível	6.053,0	4,8%	5.819,3	5,1%	4,0%
Ágio	24.497,8	19,4%	23.775,6	20,8%	3,0%
Outros ativos não circulantes	932,0	0,7%	1.056,0	0,9%	(11,7%)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	84.415,0	66,8%	77.246,3	67,7%	9,3%
TOTAL DO ATIVO	126.339,4	100,0%	114.145,8	100,0%	10,7%

	31 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2018		2019/2018
Balanços Patrimoniais (em R$ milhões)	**Consolidado**	**AV%**	**Consolidado**	**AV%**	**AH%**
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	15.438,8	12,2%	12.165,4	10,7%	26,9%
Fornecedores risco sacado	2.011,5	1,6%	910,2	0,8%	121,0%
Empréstimos e financiamentos	2.078,9	1,6%	2.922,6	2,6%	(28,9%)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	384,6	0,3%	202,7	0,2%	89,7%
Obrigações fiscais	559,0	0,4%	525,5	0,5%	6,4%
Obrigações trabalhistas e sociais	4.051,8	3,2%	3.508,6	3,1%	15,5%
Provisão a pagar de arrendamento mercantil	945,8	0,7%	0,0	0,0%	-
Dividendos declarados	1.442,6	1,1%	7,3	0,0%	19.661,6%
Compromissos com terceiros para investimentos	45,7	0,0%	45,5	0,0%	0,4%
Derivativos passivos	252,0	0,2%	210,0	0,2%	20,0%
Passivos classificados como mantido para venda	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-
Outros passivos circulantes	1.247,0	1,0%	1.103,8	1,0%	13,0%
TOTAL DO CIRCULANTE	28.457,7	22,5%	21.601,7	18,9%	31,7%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	50.949,1	40,3%	53.230,9	46,6%	(4,3%)
Obrigações fiscais	978,0	0,8%	842,3	0,7%	16,1%
Obrigações trabalhistas e sociais	3.653,0	2,9%	3.740,5	3,3%	(2,3%)
Provisão a pagar de arrendamento mercantil	3.769,7	3,0%	0,0	0,0%	-
Compromissos com terceiros para investimentos	104,8	0,1%	23,7	0,0%	342,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.093,6	3,2%	3.483,5	3,1%	17,5%
Provisão para riscos processuais	1.315,8	1,0%	2.696,6	2,4%	(51,2%)
Outros passivos não circulantes	535,6	0,4%	580,3	0,5%	(7,7%)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	65.399,6	51,8%	64.597,9	56,6%	1,2%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23.576,2	18,7%	23.576,2	20,7%	0,0%
Reservas de capital	(233,7)	-0,2%	(255,7)	-0,2%	(8,6%)
Reserva de reavaliação	54,4	0,0%	62,5	0,1%	(13,0%)
Reserva de lucros	4.614,8	3,7%	1.869,3	1,6%	146,9%
Outros resultados abrangentes	1.625,3	1,3%	394,7	0,3%	311,8%
Lucro acumulado	-	-	-	-	-
Atribuído à participação dos controladores	29.637,0	23,5%	25.647,0	22,5%	15,6%
Participação dos não controladores	2.845,1	2,3%	2.299,2	2,0%	23,7%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32.482,0	25,7%	27.946,2	24,5%	16,2%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	126.339,4	100,0%	114.145,8	100,0%	10,7%

De maneira geral, as contas patrimoniais foram impactadas pela depreciação do real frente ao dólar americano, que passou de R$/US$3,87 em 31 de dezembro de 2018 para R$/US$4,03 em 31 de dezembro de 2019.

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 13,6%, passando de R$36.899,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$41.924,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. As principais variações foram:

- aumento de 12,3% do caixa e equivalentes de caixa, de R$8.935,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$10.034,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, em decorrência principalmente da geração de caixa pelas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;
- aumento de 15,3% nas contas a receber de clientes, de R$9.657,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$11.136,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, decorrente principalmente do aumento das exportações que possuiem maior prazo de recebimento;
- aumento de 18,8% dos estoques, de R$11.311,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$13.439,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, decorrente principalmente do aumento do volume de produção; e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- redução da totalidade dos créditos com empresas ligadas circulantes, no valor de R$701,3 milhões durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 junto à J&F Oklahoma oriundos de linha de crédito concedida no contexto das operações de aquisição de gado nos EUA.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante registrou um aumento de 9,3%, passando de R$77.246,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$84.415,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. As principais variações foram:

- aumento de 8,5% do imobilizado, que passou de R$35.109,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$38.099,8 milhões em 31 de dezembro 2019, decorrente principalmente: (1) do impacto da desvalorização do real frente ao dólar americano na consolidação dos ativos imobilizados fora do Brasil; (2) da combinação dos ativos imobilizados referentes à aquisição das operações da Tulip, que foi concluída em 15 de outubro de 2019; e (3) dos investimentos na manutenção de plantas e equipamentos;
- registro de R$4.573,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 referente ao direito de uso de arredamento mercantil devido à adoção do IFRS 16, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, ou seja, os efeitos foram reconhecidos em 1 de janeiro de 2019, sem alteração para fins de comparabilidade dos saldos de 2018; e
- aumento de 3,0% do ágio, passando de R$23.775,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$24.497,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, decorrente principalmente da variação cambial e seus impactos na consolidação do ágio em empresas estrangeiras, parcialmente compensado pelo deságio advindo da combinação de negócios referente à aquisição da Tulip.

Passivo Circulante

O saldo do passivo circulante aumentou em 31,7%, passando de R$21.601,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$28.457,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. As principais variações foram:

- aumento de 26,9% em fornecedores, de R$12.165,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$15.438,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, devido principalmente ao aumento do volume de produção;
- aumento de 121,0% em fornecedores risco sacado, de R$910,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$2.011,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, decorrente principalmente do aumento da disponibilidade de operações de risco sacado com instituições financeiras junto a fornecedores no mercado interno no Brasil;
- redução de 28,9% em empréstimos e financiamentos circulantes, passando de R$2.922,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$2.078,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, decorrente principalmente do pagamento de linhas créditos mantidas juntos a instituições bancárias no Brasil;
- aumento de 19.661,6% em dividendos declarados, de R$7,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$1.442,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, decorrente principalmente do aumento do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; e
- registro de R$945,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 referente a provisão a pagar de arredamento mercantil devido à adoção do IFRS 16, utilizando a abordagem retrospectiva

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

modificada, ou seja, os efeitos foram reconhecidos em 1 de janeiro de 2019, sem alteração para fins de comparabilidade dos saldos de 2018.

Passivo Não Circulante

O saldo do passivo não circulante aumentou 1,2%, passando de R$64.597,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 65.399,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. As principais variações foram:

- redução de 4,3% dos empréstimos e financiamentos não circulantes, passando de R$53.230,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$50.949,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, decorrente principalmente do pagamento de empréstimos, dentre eles empréstimos e financiamentos com instituições financeiras regidas pelo Acordo de Normalização, parcialmente compensado pelo impacto da variação cambial sobre;
- registro de R$3.769,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 referente a provisão a pagar de arredamento mercantil devido à adoção do IFRS 16, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, ou seja, os efeitos foram reconhecidos em 1 de janeiro de 2019, sem alteração para fins de comparabilidade dos saldos de 2018; e
- redução de 51,2% de provisão para riscos processuais, de R$2.696,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$1.315,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, principalmente devido à redução relacionada aos riscos fiscais e previdenciários.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido registrou um aumento de 16,2%, passando de R$27.946,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$32.482,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 devido principalmente ao aumento da reserva de lucros de R$2.745,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e R$1.230,6 milhões nos resultados abrangentes devido principalmente aos ajustes acumulados de conversão e variação cambial sobre investimentos no exterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

DRE CONSOLIDADO (em R$ milhões)	2018	%RL	2017	%RL	Var(%)	Var(R$)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS	**187.162,7**	**103,0%**	**168.873,4**	**103,5%**	**10,8%**	**18.289,3**
Mercado interno	140.054,0	77,1%	123.583,1	75,7%	13,3%	16.470,9
Mercado externo	47.108,7	25,9%	45.290,4	27,8%	4,0%	1.818,3
DEDUÇÕES DE VENDAS	**(5.482,4)**	**(3,0)%**	**(5.703,4)**	**(3,5)%**	**(3,9)%**	**221,0**
Devoluções e descontos	(3.784,0)	(2,1)%	(3.697,0)	(2,3)%	2,4%	**(87,0)**
Impostos sobre as vendas	(1.698,5)	(0,9)%	(2.006,5)	(1,2)%	(15,4)%	**308,0**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**181.680,2**	**100,0%**	**163.170,0**	**100,0%**	**11,3%**	**18.510,2**
Custo dos produtos vendidos	(155.340,1)	(85,5)%	(139.397,7)	(85,4)%	11,4%	**-(15.942,4)**
LUCRO BRUTO	**26.340,2**	**14,5%**	**23.772,2**	**14,6%**	**10,8%**	**2.568,0**
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	**(19.182,8)**	**(10,6)%**	**(17.043,8)**	**(10,4)%**	**12,6%**	**(2.139,0)**
Administrativas e gerais	(8.587,6)	(4,7)%	(8.216,3)	(5,0)%	4,5%	**(371,3)**
Com vendas	(10.422,0)	(5,7)%	(8.862,0)	(5,4)%	17,6%	**(1.560,0)**
Outras despesas	(388,1)	(0,2)%	(525,2)	(0,3)%	(26,1)%	**137,1**
Outras receitas	214,9	0,1%	559,7	0,3%	(61,6)%	**(344,8)**
Resultado financeiro líquido	(8.282,2)	(4,6)%	(5.595,3)	(3,4)%	48,0%	**(2.686,9)**
Resultado de equivalência patrimonial	26,5	0,0%	18,6	0,0%	42,0%	**7,9**
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(1.098,4)**	**(0,6)%**	**1.151,8**	**0,7%**	**(195,4)%**	**(2.250,2)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	247,4	0,1%	(1.274,7)	(0,8)%	-	**1.522,1**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.061,1	0,6%	1.148,4	0,7%	(7,6)%	**(87,3)**
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**210,1**	**0,1%**	**1.025,5**	**0,6%**	**(79,5)%**	**(815,4)**
Atribuído a:						
Participação dos acionistas controladores	**25,2**	**0,0%**	**534,2**	**0,3%**	**(95,3)%**	**(509,0)**
Participação dos acionistas não controladores	**184,9**	**0,1%**	**491,3**	**0,3%**	**(62,4)%**	**(306,4)**

Resultado Consolidado das Operações Lucro Líquido

Pelas razões descritas abaixo, a Companhia registrou lucro líquido de R$210,1 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2018, uma redução de 79,5% se comparado ao lucro líquido de R$1.025,5 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2017. O lucro líquido como percentual da receita foi de 0,1% no ano encerrado em 31 de dezembro de 2018. Já no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, o lucro líquido como percentual da receita foi de 0,6%.

Receita Líquida

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2018	2017		%
Lucro líquido	210,1	1.025,5	(815,4)	(79,5%)
Lucro bruto como percentual da receita líquida	14,5%	14,6%	(0,1)p.p.	-
Lucro líquido como percentual da receita líquida	0,1%	0,6%	(0,5)p.p.	-

Pelas razões descritas abaixo, a Companhia registrou lucro líquido de R$210,1 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2018, uma redução de 79,5% se comparado ao lucro líquido de R$1.025,5 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2017. O lucro líquido como percentual da receita foi de 0,1% no ano encerrado em 31 de dezembro de 2018. Já no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, o lucro líquido como percentual da receita foi de 0,6%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2018	2017		%
Receita líquida.....	**181.680,2**	**163.170,0**	**18.510,3**	**11,3%**
Receita líquida orgânica (não auditado) (1)	162.473,6	158.421,7	4.051,9	2,6%
Impacto de aquisições (não auditado) (2)	1.742,9	1.081,9	661,1	61,1%
Impacto de desinvestimentos (não auditado)....	399,7	3.666,4	(3.266,7)	(89,1%)
Efeito de variação cambial (não auditado) (2) ..	17.064,0	—	17.064,0	—

(1)A receita líquida orgânica para os anos encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 incluem receitas relativas às operações da GNP para o período a partir de 6 de janeiro de 2017 e para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2018. (2)O impacto das aquisições e do efeito da variação cambial são computados para o período encerrado em 31 de dezembro de 2018 pois a intenção é mostrar a variação da receita orgânica entre 2018 e 2017.

A receita líquida da Companhia aumentou R$18.510,3 milhões ou 11,3% em 2018 se comparada a 2017. A receita líquida foi impactada por:

- Efeito da Variação Cambial – A receita líquida aumentou em R$17.064,0 milhões como resultado principalmente da depreciação do real frente ao dólar americano resultando em ganhos na consolidação das operações nos Estados Unidos;
- Receita Líquida Orgânica – A receita líquida orgânica foi impactada positivamente pelo aumento de preços médios de todos os segmentos em que a Companhia opera, exceto nos segmentos Bovino USA e Porco USA, aliado aos aumentos dos volumes vendidos dos segmentos Brasil, Bovino USA e Frango USA; parcialmente compensado pela redução dos volumes vendidos dos segmentos Seara e Porco USA; e

Impacto de Aquisições – O resultado das operações da Companhia no ano encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi positivamente impactado pela aquisição da Plumrose, que foi concluída em 1 de maio de 2017. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo:

- Impacto de Desinvestimentos – A receita líquida foi negativamente impactada pela alienação da totalidade das ações das subsidiárias operacionais de carne bovina: JBS Argentina S.A., JBS Paraguay S.A. e Frigorífico Canelones S.A. (Uruguai) concluída no primeiro semestre de 2017, e pela venda das operações da JBS Five Rivers, que foi concluída no primeiro trimestre de 2018.

Custo dos Produtos Vendidos

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2018	2017		%
Custo dos Produtos Vendidos	155.340,1	139.397,7	15.942,3	11,4%
Lucro Bruto	26.340,2	23.772,2	2.568,0	10,8%
Custo dos produtos vendidos como porcentagem da receita líquida	85,5%	85,4%	0,1 p.p.	-

O custo de produtos vendidos da Companhia aumentou R$15.942,3 milhões, ou 11,4% em 2018, se comparado a 2017. O custo de produtos vendidos foi principalmente impactado por: (1) efeito da variação cambial, como resultado principalmente da depreciação do real frente ao dólar americano e seus impactos na consolidação das operações nos Estados Unidos; (2) um

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

aumento dos custos operacionais, como resultado principalmente do aumento dos preços das matérias-primas, dos animais vivos e dos custos de mão-de-obra; e (3) os impactos das aquisições, principalmente a aquisição da Plumrose, que foi concluída em 1 de maio de 2017. Estes aumentos foram parcialmente compensados pela redução líquida resultante da alienação das operações de carne bovina na Argentina, Paraguai e Uruguai, concluída no primeiro semestre de 2017, e da alienação da JBS Five Rivers, que foi concluída no primeiro trimestre de 2018.

Para a discussão dos custos operacionais por segmento, veja "—Resultados dos Segmentos."

Despesas Gerais e Administrativas e Outras Despesas

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2018	2017		%
Despesas gerais e administrativas	8.587,6	8.216,3	371,3	4,5%
Despesas gerais e administrativas como porcentagem da receita líquida	4,7%	5,0%	(0,3)p.p.	-

As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram R$371,3 milhões, ou 4,5% em 2018 se comparado a 2017. As despesas gerais e administrativas foram impactadas principalmente por (1) aderência ao Programa de Regularização Tributária Rural relacionado ao parcelamento dos débitos do Funrural no Brasil; (2) efeito da variação cambial, como resultado principalmente da depreciação do real frente ao dólar americano e seus impactos na consolidação das operações nos Estados Unidos; e (3) a adição de vários departamentos administrativos em relação às aquisições que foram concluídas, principalmente aquisição da Plumrose, concluída em 1 de maio de 2017. Estes aumentos foram parcialmente compensados por: (i) uma redução nas contingências relacionada a uma decisão favorável obtida por uma subsidiária, que reverteu uma provisão, impactando positivamente as despesas administrativas; e (ii) uma redução líquida resultante da alienação das operações de carne bovina na Argentina, Paraguai e Uruguai, concluída no primeiro semestre de 2017, e da alienação da JBS Five Rivers, que foi concluída no primeiro trimestre de 2018.

Despesas com Vendas

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2018	2017		%
Despesas de vendas	10.422,0	8.862,0	1.560,0	17,6%
Despesas de vendas como porcentual da receita de vendas	5,7%	5,4%	0,3 p.p.	-

As despesas com vendas da Companhia aumentaram R$1.560,0 milhões, ou 17,6% em 2018 se comparado a 2017. As despesas com vendas foram impactadas por: (1) um aumento nas despesas com frete, principalmente por conta do crescimento dos volumes nos Estados Unidos e nas operações de bovinos no Brasil; (2) efeito da variação cambial, como resultado principalmente da depreciação do real frente ao dólar americano e seus impactos na consolidação das operações nos Estados Unidos; (3) adição de vários departamentos de venda em relação às aquisições que foram concluídas, principalmente aquisição da Plumrose, concluída em 1 de maio de 2017. Estes aumentos foram parcialmente compensados por uma redução líquida resultante da alienação das operações de carne bovina na Argentina, Paraguai e Uruguai, concluída no primeiro semestre de 2017, e da alienação da JBS Five Rivers, que foi concluída no primeiro trimestre de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas Financeiras Líquidas

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2018	2017		%
Despesas financeiras líquidas	**(8.282,2)**	**(5.595,3)**	**(2.686,9)**	**48,0%**
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	(4.337,6)	(962,4)	(3.375,2)	350,7%
Ajuste a valor justo de derivativos	57,8	28,6	29,2	102,1%
Juros passivos	(3.935,2)	(4.761,0)	825,9	(17,3%)
Juros ativos	288,4	258,0	30,4	11,8%
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(355,6)	(158,5)	(197,1)	124,4%

As despesas financeiras líquidas aumentaram R$2.686,9 milhões, ou 48,0% em 2018 se comparadas com 2017, principalmente pela:

- Variação Cambial – a despesa com variação cambial durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$962,4 milhões comparada com uma despesa com variação cambial de R$4.337,6 milhões no período correspondente em 2018, como resultado da depreciação do real frente a moedas estrangeiras nestes períodos;
- Atividades de Gerenciamento de Risco – a receita com resultados de operações com derivativos foi de R$28,6 milhões durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2017. Já no período correspondente em 2018, houve uma receita com resultados de operações com derivativos de R$57,8 milhões, substancialmente todo relacionado à prática de proteger a exposição contra a desvalorização do real e contra a flutuação dos preços dos grãos adotada pela Companhia;
- Juros Passivos – uma redução de 17,4% em despesas com juros, principalmente como resultado do pagamento, por certas empresas no Brasil, de empréstimos e financiamentos com maiores taxas de juros, parcialmente compensado pela depreciação do real frente a moedas estrangeiras em 2018 e seu impacto no endividamento denominado em dólar americano. No período encerrado em 31 de dezembro de 2017 houve reconhecimento de despesa não recorrente de R$927,1 milhões de juros referentes à adesão da Companhia ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), relacionado a débitos de INSS, PIS, COFINS, e IR/CSLL da Companhia inscritos ou não na dívida ativa da União;
- Juros Ativos – um aumento de 11,8% em receitas de juros; e
- Tarifas bancárias – um aumento de 124,4% em tarifas bancárias e outras despesas, principalmente como resultado do pagamento das Notas 2020 da JBS S.A. e de parte das Notas 2021 da JBS USA durante o quarto trimestre de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2018	2017		%
Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	(1.098,4)	1.151,8	-	-
Taxa nominal	(34%)	(34%)	-	-
Benefício (despesa) esperado	373,4	(391,6)	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	247,4	(1.274,7)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.061,1	1.148,4	(87,3)	(7,6%)
Despesas totais de imposto	1.308,5	(126,3)	-	-

A alíquota nominal de imposto de renda no Brasil é de 34%, porém nossa taxa efetiva pode variar de período para período com base principalmente nas flutuações do lucro tributável gerado por cada uma de nossas subsidiárias no exterior, bem como diferenças nas alíquotas nominais e créditos fiscais gerados a partir dos impostos pagos em cada uma dessas subsidiárias no exterior, os quais podem ser utilizados para compensar imposto de renda e contribuição social sobre o lucro devidos no Brasil.

Adicionalmente, diferenças permanentes geradas durante o período também podem impactar a taxa efetiva da Companhia. Essas diferenças permanentes geralmente se referem à subsídios em investimentos no Brasil e no exterior, diferenças em taxas de impostos em subsidiárias no exterior, impostos diferidos não reconhecidos no ano corrente, lucro sobre juros não tributáveis em subsidiárias no exterior e impacto de tributação de companhias com dupla jurisdição.

Resultados dos Segmentos

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2018	2017		%
Receita líquida	**181.680,2**	**163.170,0**	**18.510,3**	**11,3%**
Segmento Brasil.....	27.578,9	23.560,0	4.018,9	17,1%
Segmento Seara.....	17.670,1	17.473,1	197,0	1,1%
Segmento Bovino USA.....	78.644,1	69.188,9	9.455,2	13,7%
Segmento Porco USA	20.774,7	19.830,1	944,6	4,8%
Segmento Frango USA	39.881,0	34.333,2	5.547,8	16,2%
Segmento Outros.....	2.423,7	3.757,3	(1.333,6)	(35,5%)
Eliminações.....	(5.292,3)	(4.972,6)	(319,7)	6,4%
Custos operacionais	**171.864,8**	**154.225,7**	**17.639,0**	**11,4%**
Segmento Brasil.....	27.226,9	24.316,5	2.910,3	12,0%
Segmento Seara.....	17.223,2	16.889,3	333,9	2,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Segmento Bovino USA.....	73.013,0	65.718,4	7.294,6	11,1%
Segmento Porco USA	19.099,9	17.587,2	1.512,7	8,6%
Segmento Frango USA	38.127,3	30.838,4	7.288,9	23,6%
Segmento Outros.....	2.466,9	3.848,5	(1.381,6)	(35,9%)
Eliminações.....	-	-	-	-
Lucro operacional	**9.931,9**	**8.944,3**	**987,6**	**11,0%**
Segmento Brasil.....	468,4	(756,6)	1.225,0	(161,9%)
Segmento Seara.....	446,9	583,7	(136,8)	(23,4%)
Segmento Bovino USA.....	5.631,2	3.470,5	2.160,7	62,3%
Segmento Porco USA	1.674,8	2.242,9	(568,1)	(25,3%)
Segmento Frango USA	1.753,7	3.494,8	(1.741,1)	(49,8%)
Segmento Outros.....	(43,1)	(91,1)	48,0	(52,7%)
Eliminações	-	-	-	-

A Companhia mede sua rentabilidade dos segmentos por meio do lucro operacional, que não inclui a receita (despesa) financeira, a participação nos lucros ou prejuízos de investidas no patrimônio líquido ou o imposto de renda. Para calcular os custos operacionais da Companhia, que são ajustados por custos de reestruturação, reorganização e outros, a Companhia subtrai o lucro operacional de sua receita líquida. A Companhia revisa regularmente os custos operacionais totais em base de segmento por segmento.

Segmento Brasil

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2018	2017		%
Receita líquida	**27.578,9**	**23.560,0**	**4.018,9**	**17,1%**
Receita líquida orgânica (não auditado).....	25.526,2	21.826,0	3.700,2	17,0%
Efeito de eliminações (não auditado).....	2.052,7	1.734,0	318,7	**18,4%**
Custos operacionais	**27.110,5**	**24.316,5**	**2.794,0**	**11,5%**
Lucro operacional	**468,4**	**(756,6)**	**1.225,0**	**(161,9%)**
Margem operacional (% da receita líquida)	**1,7%**	**(3,2%)**	**4,9 p.p.**	-

Receita líquida. Variações na receita líquida do segmento Brasil em 2018, se comparada com 2017, foram impactadas positivamente pela:

- Receita líquida orgânica: a receita líquida orgânica foi principalmente impactada pelo: (1) aumento do volume de vendas em 2018 se comparado com 2017; (2) pelo desempenho

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

positivo das exportações; (3) maior rentabilidade no mix de produtos vendidos, como resultado de parcerias estratégicas com clientes chaves no mercado doméstico e no internacional; e (4) um portfólio de produtos e marcas mais diversificado.

- Efeito de eliminações – vendas *intercompanies* cresceram em R$318,7 milhões, ou 18,4%, de R$1.734,0 milhões em 2017 para R$2.052,7 milhões em 2018.

Custos Operacionais. Os custos operacionais aumentaram R$2.794,0 milhões, ou 11,5%, de R$24.316,5 milhões em 2017 para R$27.110,5 milhões em 2018, impactados principalmente pelo: (i) aumento dos custos operacionais relacionados principalmente ao aumento do número de animais processados; e (ii) aumento nos custos de matéria-prima principalmente nas regiões onde a capacidade de abate foi expandida pela indústria. Estes impactos foram parcialmente compensados pela utilização adequada da capacidade produtiva, diluindo custos fixos.

Lucro Operacional. Como resultado do mencionado acima, o lucro operacional do segmento Brasil variou de um prejuízo de R$756,6 milhões em 2016 para um lucro de R$468,4 milhões em 2018.

Segmento Seara

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2018	2017		%
Receita líquida	**17.670,1**	**17.473,1**	**197,0**	**1,1%**
Receita líquida orgânica (não auditado).....	17.387,7	17.248,1	139,6	0,8%
Efeito de eliminações (não auditado).....	282,3	225,0	57,4	25,5%
Custos operacionais	**17.223,2**	**16.889,3**	**333,9**	**2,0%**
Lucro operacional	**446,9**	**583,7**	**(136,8)**	**(23,4%)**
Margem operacional (% da receita líquida)	**2,5%**	**3,3%**	-	-

Receita Líquida. Variações na receita líquida do segmento Seara em 2018, se comparada com 2017, foram impactadas positivamente pela:

- Receita líquida orgânica: a receita líquida orgânica foi impactada principalmente: (1) pela grave nacional de caminhoneiros no Brasil, resultando em um menor número de carregamentos para o mercado internacional; (2) pela suspensão temporária da venda de carne de porco brasileira para o mercado russo; e (3) pela redução nos preços de frango in natura no mercado doméstico devido ao excesso de oferta por conta de um aumento na produção e devido a menores exportações.
- Efeito de eliminações – vendas intercompanies cresceram em R$57,4 milhões, ou 25,5%, de R$225,0 milhões em 2017 para R$282,3 milhões em 2018.

Custos Operacionais. Os custos operacionais da Companhia aumentaram em R$333,8 milhões, ou 2,0%, de R$16.889,3 milhões em 2017 para R$17.223,2 milhões em 2018, impactados principalmente pelo: (1) aumento dos custos dos grãos, principalmente milho e farelo de soja; e (2) impacto da greve nacional dos caminhoneiros no Brasil que acarretou principalmente em aumentos de desperdícios, menor produtividade animal, bem como maiores custos industriais e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

logísticos e também reduziu o número de animais disponíveis para processamento no segundo semestre de 2018.

Lucro Operacional. Como resultado do mencionado acima, o lucro operacional do segmento Seara decresceu em R$136,8 milhões, ou 23,4%, de R$583,7 milhões em 2017 para R$446,9 milhões em 2018.

Segmento Bovino USA

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2018	2017		%
Receita líquida	**78.644,1**	**69.188,9**	**9.455,2**	**13,7%**
Receita líquida orgânica (não auditado).....	65.983,2	64.582,2	1.401,0	2,2%
Efeito de eliminações (não auditado).....	2.552,9	2.458,9	94,0	3,8%
Efeito de desinvestimentos (não auditado)	399,7	2.147,8	(1.748,1)	(81,4%)
Efeito da variação cambial	9.708,4	-	9.708,4	-
Custos operacionais	**73.013,0**	**65.718,4**	**7.294,6**	**11,1%**
Lucro operacional	**5.631,2**	**3.470,5**	**2.160,7**	**62,3%**
Margem operacional (% da receita líquida)	**7,2%**	**5,0%**	**2,1 p.p.**	**-**

(1) O impacto das aquisições e do efeito da variação cambial são computados para o período encerrado em 31 de dezembro de 2018 pois a intenção é mostrar a variação da receita orgânica entre 2018 e 2017.

Receita Líquida. Variações na receita líquida do segmento Bovino USA em 2018, se comparada com 2017, foram impactadas positivamente pela:

- Efeito da Variação Cambial – A receita líquida aumentou em R$9.708,4 milhões como resultado principalmente da depreciação do real frente ao dólar americano resultando em ganhos na consolidação das operações nos Estados Unidos;
- Receita Líquida Orgânica – A receita líquida orgânica foi impactada: (1) na América do Norte devido (i) aos fortes fundamentos econômicos no mercado doméstico que alavancaram o consumo de carne bovina; (ii) ao crescimento da produção suportada pela demanda favorável, em ambos mercados doméstico e internacional; e (iii) ao foco da Companhia na diversificação de produtos e segmentação de clientes; (2) na Austrália devido, (i) à melhora das operações, como resultado de uma maior disponibilidade de gado e maiores exportações de carne bovina in natura; e (ii) ao foco da Companhia em eficiências operacionais e diversificação do portfólio, que inclui produtos de carne bovina com maior valor agregado e produtos da Primo Smallgoods; e
- Efeito de eliminações – vendas intercompanies cresceram em R$94,0 milhões, ou 3,8%, de R$2.458,9 milhões em 2017 para R$2.552,9 milhões em 2018.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo:

- Impacto de Desinvestimentos – Uma redução líquida de R$1.748,1 milhões, devido a alienação da JBS Five Rivers.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custos Operacionais. Os custos operacionais da Companhia aumentaram em R$7.294,5 milhões, ou 11,1%, de R$65.718,4 milhões em 2017 para R$73.012,9 milhões em 2018, e foram impactados principalmente pelo efeito da variação cambial como resultado principalmente da depreciação do real frente ao dólar americano e seus impactos na consolidação das operações nos Estados Unidos. Este aumento foi compensado pelo decrescimento líquido relacionados a alienação da JBS Five Rivers; a um decrescimento líquido resultante de uma forte oferta de gado, somado ao foco da Companhia em eficiências operacionais.

Lucro Operacional. Como resultado do mencionado acima, o lucro operacional do segmento Bovino USA aumentou em R$2.160,7 milhões, ou 62,3%, de R$3.470,5 milhões em 2017 para R$5.631,2 milhões em 2018.

Segmento Porco USA

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2018	2017		%
Receita líquida	**20.774,7**	**19.830,1**	**944,6**	**4,8%**
Receita líquida orgânica (não auditado).....	16.391,1	18.492,8	(2.101,7)	(11,4%)
Efeito de eliminações (não auditado).....	296,0	255,4	40,6	15,9%
Efeito de aquisições (não auditado)	1.742,9	1.081,9	661,1	61,1%
Efeito da variação cambial (não auditado)	2.344,6	-	2.344,6	-
Custos operacionais	**19.099,9**	**17.587,2**	**1.512,7**	**8,6%**
Lucro operacional	**1.674,8**	**2.242,9**	**(568,1)**	**(25,3%)**
Margem operacional (% da receita líquida)	**8,1%**	**11,3%**	**(3,2)p.p.**	-

(1) O impacto das aquisições e do efeito da variação cambial são computados para o período encerrado em 31 de dezembro de 2018 pois a intenção é mostrar a variação da receita orgânica entre 2018 e 2017.

Receita Líquida. Variações na receita líquida do segmento Porco USA em 2018, se comparada com 2017, foram impactadas positivamente pela:

- Efeito da Variação Cambial – A receita líquida aumentou em R$2.344,6 milhões como resultado principalmente da depreciação do real frente ao dólar americano resultando em ganhos na consolidação das operações nos Estados Unidos;
- Impacto de Aquisições – A receita líquida no ano encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi positivamente impactada pela aquisição da Plumrose, que foi concluída em 1 de maio de 2017, e que foi registrada apenas oito meses em 2017. A Plumrose continua implementando com sucesso sua estratégia de crescimento e lançamento de produtos inovadores; e
- Efeito de eliminações – vendas intercompanies cresceram em R$40,6 milhões, ou 15,9%, de R$255,4 milhões em 2017 para R$296,0 milhões em 2018.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo:

- Receita Líquida Orgânica – A receita líquida orgânica foi impactada: (1) por um aumento da oferta de carne suína, que contribuiu para uma redução nos preços de venda;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

parcialmente compensado: (i) por um aumento nas receitas provenientes de exportações considerando que mercados relevantes, como o México, Japão e Canadá mantiveram o mesmo nível de compras, enquanto outros mercados como a Coréia do Sul aumentaram os volumes significantemente, aliado ao foco da Companhia em novas regiões, como Colômbia e América Central; e (ii) pela nossa estratégia de crescimento de volumes de produtos com maior valor agregado no mercado doméstico, aliada a parcerias com clientes chave. Apesar das tarifas sobre os Estados Unidos estabelecidas pela China e México, as receitas com exportação do setor aumentaram.

Custos Operacionais. Os custos operacionais da Companhia aumentaram em R$1.512,7 milhões, ou 8,6%, de R$17.587,2 milhões em 2017 para R$19.099,9 milhões em 2018, e foram impactados principalmente pelo (1) efeito da variação cambial como resultado principalmente da depreciação do real frente ao dólar americano e seus impactos na consolidação das operações nos Estados Unidos; e (2) pelo aumento relacionado a aquisição da Plumrose, que foi concluída em 1 de maio de 2017, e que foi registrada apenas oito meses em 2017. Este aumento foi parcialmente compensado pelo decrescimento líquido relacionado a menores custos de matéria-prima.

Lucro Operacional. Como resultado do mencionado acima, o lucro operacional do segmento Porco USA diminuiu em R$568,1 milhões, ou 25,3%, de R$2.242,9 milhões em 2017 para R$1.674,8 milhões em 2018.

Segmento Frango USA

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2018	2017		%
Receita líquida	**39.881,0**	**34.333,2**	**5.547,8**	**16,2%**
Receita líquida orgânica (não auditado).....	34.794,5	34.185,1	609,4	1,8%
Efeito de eliminações (não auditado).....	75,6	148,2	(72,6)	(49,0%)
Efeito da variação cambial (não auditado)	5.011,0	-	5.011,0	-
Custos operacionais	**38.127,3**	**30.838,4**	**7.288,9**	**23,6%**
Lucro operacional	**1.753,7**	**3.494,8**	**(1.741,1)**	**(49,8%)**
Margem operacional (% da receita líquida)	**4,4%**	**10,2%**	**(5,8)p.p.**	-

(1) A receita líquida orgânica para os anos encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 incluem receitas relativas às operações da GNP para o período de 6 de janeiro de 2017 e para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2018.

(2) O impacto das aquisições e do efeito da variação cambial são computados para o período encerrado em 31 de dezembro de 2018 pois a intenção é mostrar a variação da receita orgânica entre 2018 e 2017.

Receita Líquida. Variações na receita líquida do segmento Frango USA em 2018, se comparada com 2017, foram impactadas positivamente pela:

- Efeito da Variação Cambial – A receita líquida aumentou em R$5.011,0 milhões como resultado principalmente da depreciação do real frente ao dólar americano resultando em ganhos na consolidação das operações nos Estados Unidos;
- Receita Líquida Orgânica – A receita líquida orgânica foi impactada: (1) por um aumento dos volumes de produtos preparados, incluindo um crescimento significante de produtos orgânicos nos Estados Unidos, compensado por condições adversas no mercado de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

commodities; (2) fortes resultados no México no primeiro semestre de 2018, excesso de frango no terceiro trimestre e um melhor quarto trimestre; e (3) uma integração melhor que a esperada das operações da Moy Park na Europa.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo:

- Efeito de eliminações – vendas intercompanies decresceram em R$72,6 milhões, ou 49,0%, de R$148,2 milhões em 2017 para R$75,6 milhões em 2018 principalmente como resultado da integração da Moy Park.

Custos Operacionais. Os custos operacionais da Companhia aumentaram em R$7.288,8 milhões, ou 23,6%, de R$30.838,4 milhões em 2017 para R$38.127,2 milhões em 2018, e foram impactados principalmente pelo (1) aumento dos custos com matéria- prima, em especial na Europa; e (2) efeito da variação cambial como resultado principalmente da depreciação do real frente ao dólar americano e da libra esterlina. Estes aumentos foram compensados parcialmente pelo: (i) resultado de investimentos estratégicos que aumentaram as eficiências das operações; e (ii) resultados positivos da integração da Moy Park e de melhorias operacionais, que estão gerando sinergias mais rápido que o esperado.

Lucro Operacional. Como resultado do mencionado acima, o lucro operacional do segmento Frango USA diminuiu em R$1.741,0 milhões, ou 49,8%, de R$3.494,8 milhões em 2017 para R$1.753,8 milhões em 2018.

Segmento Outros

(R$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2018	2017		%
Receita líquida	**2.423,7**	**3.757,3**	**(1.333,6)**	**(35,5%)**
Receita líquida orgânica (não auditado).....	2.390,9	2.087,5	303,4	14,5%
Efeito de eliminações (não auditado).....	32,9	151,3	(118,4)	(78,3%)
Efeito da variação cambial (não auditado)	0,0	1.518,6	(1.518,6)	(100,0%)
Custos operacionais	**2.466,9**	**3.848,5**	**(1.381,6)**	**(35,9%)**
Lucro operacional	**(43,1)**	**(91,1)**	**48,0**	**(52,7%)**
Margem operacional (% da receita líquida)	**n.m.**	**n.m.**	**n.m.**	**-**

n.m. = não material

Receita Líquida. Variações na receita líquida do segmento " Outros" em 2018, se comparada com 2017, foram impactadas negativamente pela:

- Impacto de Desinvestimentos – A receita líquida foi negativamente impactada pela alienação da totalidade das ações das subsidiárias operacionais de carne bovina: JBS Argentina S.A., JBS Paraguay S.A. e Frigorífico Canelones S.A. (Uruguai) concluída no primeiro semestre de 2017; e
- Efeito de eliminações – vendas intercompanies decresceram em R$118,4 milhões, ou 78,3%, de R$151,3 milhões em 2017 para R$32,9 milhões em 2018.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Receita Líquida Orgânica – A receita líquida orgânica foi impactada positivamente pelo aumento das receitas com vendas das unidades globais de couros produzidos na Argentina, Uruguai, Itália, México e Vietnã; e das vendas globais de produtos de carne bovina pelas tradings no Reino Unido e na Bélgica.

Custos Operacionais. Os custos operacionais da Companhia decresceram em R$1.381,6 milhões, ou 35,9%, de R$3.848,5 milhões em 2017 para R$2.446,9 milhões em 2018, e foram impactados principalmente pela (1) redução relacionada com a alienação da totalidade das ações das subsidiárias operacionais de carne bovina na Argentina, Paraguai e Uruguai; e (2) um aumento dos custos operacionais relacionados principalmente ao aumento dos custos das unidades globais de couro e das tradings.

Prejuízo Operacional. Como resultado do mencionado acima, o prejuízo operacional do segmento Outros diminuiu em R$48,0 milhões, ou 52,7%, de R$91,1 milhões em 2017 para R$43,1 milhões em 2018.

Comparação das contas patrimoniais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017		2018/2017
Balanços Patrimoniais (em R$ milhões)	**Consolidado**	**AV%**	**Consolidado**	**AV%**	**AH%**
ATIVO CIRCULANTE	8.935,8	7,8%	11.741,3	10,8%	(23,9)%
Caixa e equivalentes de caixa	9.657,0	8,5%	9.333,3	8,6%	3,5%
Contas a receber de clientes	11.311,7	9,9%	9.684,9	8,9%	16,8%
Estoques	3.191,0	2,8%	2.767,3	2,5%	15,3%
Ativos biológicos	2.210,0	1,9%	974,4	0,9%	126,8%
Impostos a recuperar	52,8	0,0%	30,8	0,0%	71,6%
Derivativos a receber	701,3	0,6%	0,0	0,0%	-
Créditos com empresas ligadas	0,0	0,0%	817,7	0,8%	(100,0)%
Ativos disponíveis para venda	840,0	0,7%	755,9	0,7%	11,1%
Outros ativos circulantes	8.935,8	7,8%	11.741,3	10,8%	(23,9)%
TOTAL DO CIRCULANTE	36.899,5	32,3%	36,105,5	33,2%	2,2%
NÃO CIRCULANTE					
Ativo biológico	1.168,5	1,0%	967,8	0,9%	20,7%
Impostos a recuperar	9.073,3	7,9%	7.521,1	6,9%	20,6%
Créditos com empresas ligadas	0,0	0,0%	897,5	0,8%	(100,0)%
Investimentos em coligada, controladas e joint ventures	85,0	0,1%	64,0	0,1%	32,7%
Imobilizado	35.109,2	30,8%	33.563,1	30,9%	4,6%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.159,4	1,0%	434,9	0,4%	166,6%
Intangível	5.819,3	5,1%	5.512,1	5,1%	5,6%
Ágio	23.775,6	20,8%	22.488,2	20,7%	5,7%
Outros ativos não circulantes	1.056,0	0,9%	1.141,7	1,1%	(7,5)%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	77.246,3	67,7%	72.590,4	66,8%	6,4%
TOTAL DO ATIVO	114.145,8	100,0%	108.696,0	100,0%	5,0%

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017		2018/2017
Balanços Patrimoniais (em R$ milhões)	**Consolidado**	**AV%**	**Consolidado**	**AV%**	**AH%**
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	13.075,6	11,5%	9.992,8	9,2%	30,9%
Empréstimos e financiamentos	2.922,6	2,6%	13.526,1	12,4%	(78,4)%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	202,7	0,2%	905,5	0,8%	(77,6)%
Obrigações fiscais	525,5	0,5%	461,0	0,4%	14,0%
Obrigações trabalhistas e sociais	3.508,6	3,1%	3.034,1	2,8%	15,6%
Dividendos declarados	6,6	0,0%	127,5	0,1%	(94,8)%
Compromissos com terceiros para investimentos	45,5	0,0%	73,2	0,1%	(37,8)%
Derivativos passivos	210,0	0,2%	118,7	0,1%	77,0%
Passivos classificados como mantido para venda	0,0	0,0%	23,3	0,0%	(100,0)%
Outros passivos circulantes	1.104,6	1,0%	917,3	0,8%	20,4%
TOTAL DO CIRCULANTE	21.601,7	18,9%	29.179,3	26,8%	(26,0)%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	53.230,9	46,6%	43.498,6	40,0%	22,4%
Obrigações fiscais	842,3	0,7%	787,2	0,7%	7,0%
Obrigações trabalhistas e sociais	3.740,5	3,3%	1.848,2	1,7%	102,4%
Compromissos com terceiros para investimentos	23,7	0,0%	39,9	0,0%	(40,6)%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.483,5	3,1%	3.697,2	3,4%	(5,8)%
Provisão para riscos processuais	2.696,6	2,4%	2.888,2	2,7%	(6,6)%
Outros passivos não circulantes	580,3	0,5%	616,7	0,6%	(5,9)%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	64.597,9	56,6%	53.375,9	49,1%	21,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23.576,2	20,7%	23.576,2	21,7%	0,0%
Reserva de capital	-255,7	-0,2%	-289,3	-0,3%	(11,6)%
Reservas de reavaliação	62,5	0,1%	67,9	0,1%	(8,0)%
Reservas de lucros	1.869,3	1,6%	2.277,2	2,1%	(17,9)%
Outros resultados abrangentes	394,7	0,3%	-1.344,4	-1,2%	(129,4)%
Atribuído à participação dos acionistas controladores	25.647,0	22,5%	24.287,6	22,3%	5,6%
Participação dos acionistas não controladores	2.299,2	2,0%	1.853,1	1,7%	24,1%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.946,2	24,5%	26.140,7	24,0%	6,9%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	114.145,8	100,0%	108.696,0	100,0%	5,0%

De maneira geral, as contas patrimoniais foram impactadas (i) pela depreciação do real frente ao dólar americano, que passou de R$/US$3,31 em 31 de dezembro de 2017 para R$/US$3,87 em 31 de dezembro de 2018; e (ii) pela alienação da JBS Five Rivers.

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 2,2%, passando de R$36.105,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$36.899,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. As principais variações foram:

- redução de 23,9% do caixa e equivalentes de caixa, de R$11.741,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$8.935,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, em decorrência principalmente do pagamento de empréstimos e financiamentos durante o período encerrado em 31 de dezembro de 2018;
- aumento de 3,5% nas contas a receber de clientes, de R$9.333,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$9.657,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, decorrente principalmente do aumento das contas a receber referentes às operações de bovinos no Brasil devido ao aumento do volume de vendas;
- aumento de 16,8% dos estoques, de R$9.684,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$11.311,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, decorrente principalmente do aumento de estoques nos segmentos Brasil e Seara;
- aumento de 126,8% nos impostos a recuperar, de R$974,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$2.210,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, decorrente principalmente dos impostos a recuperar oriundos de imposto de renda pago pelas controladas no exterior e ao imposto de renda retido na fonte.
- aumento de R$701,3 milhões devido a transferência de creditos com empresas ligadas do longo prazo para o curto prazo durante o período encerrado em 31 de dezembro de 2018.
- redução de R$817,7 milhões em ativos da JBS Five Rivers classificados como disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2017 e que foram vendidos no primeiro trimestre de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante registrou um aumento de 6,4%, passando de R$72.590,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$77.246,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. As principais variações foram:

- aumento de 20,7% nos ativos biológicos não circulantes, de R$967,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$1.168,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, como consequência do aumento dos ativos biológicos nas operações de frango nos Estados Unidos;

- aumento de 20,6% nos impostos a recuperar, de R$7.521,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$9.073,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, decorrente principalmente dos impostos a recuperar oriundos de imposto de renda pago pelas controladas no exterior e ao imposto de renda retido na fonte.

- aumento de 4,6% do imobilizado, que passou de R$33.563,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$35.109,2 milhões em 31 de dezembro 2018, decorrente principalmente do impacto da desvalorização do real frente ao dólar americano na consolidação dos ativos imobilizados fora do Brasil e dos investimentos na manutenção de plantas e equipamentos;

- incremento de 166,6% no imposto de renda e contribuição social diferidos, passando de R$434,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$1.159,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, decorrente principalmente de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerada em certas subsidiárias; e

- aumento de 5,7% do ágio, passando de R$22.488,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$23.775,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, decorrente principalmente da variação cambial e seus impactos na consolidação do ágio em empresas estrangeiras.

Passivo Circulante

O saldo do passivo circulante diminuiu em 26,0%, passando de R$29.179,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$21.601,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. As principais variações foram:

- aumento de 30,9% em fornecedores, de R$9.992,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$13.075,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, decorrente principalmente do aumento de operações de risco sacado com instituições financeiras junto a fornecedores no mercado interno no Brasil e do aumento do volume de contas a pagar de serviços e materiais;

- redução de 78,4% em empréstimos e financiamentos circulantes, passando de R$13.526,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$2.922,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, decorrente principalmente do Acordo de Normalização, celebrado em14 de maio de 2018 com credores bancários que garante a manutenção de linhas de crédito em montante de aproximadamente R$12,2 bilhões por um período de 36 meses contado a partir de julho de 2018 com amortização aproximada de 25% de principal a partir de janeiro de 2019 e até o término da vigência do Acordo de Normalização em julho de 2021. Em setembro de 2018 a Companhia, e sua subsidiária Seara, anteciparam o pagamento de R$2,0 bilhões das parcelas do Acordo de Normalização, que venceriam em 2019 e 2020; e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- redução de 77,6% do imposto de renda e contribuição social a pagar obrigações fiscais, de R$905,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$202,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, devido ao imposto de renda e contribuição social pagos durante o período encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Passivo Não Circulante

O saldo do passivo não circulante aumentou 21,0%, passando de R$ 53.375,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$64.597,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. As principais variações foram:

- aumento de 22,4% dos empréstimos e financiamentos não circulantes, passando de R$43.498,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$53.230,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, decorrente principalmente do Acordo de Normalização que alongou o perfil da dívida; e

- aumento de 102,4% das obrigações trabalhistas e sociais, de R$1.848,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$3.740,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, decorrente principalmente da adesão da Companhia ao PRR (Parcelamento do Funrural) e o consequente aumento dos parcelamentos de encargos sociais.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido registrou um aumento de 6,9%, passando de R$ 26.140,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$27.946,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 devido principalmente ao aumento de R$1.720,7 milhões referentes aos ajustes acumulados de conversão e variação cambial sobre investimento no exterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fluxo de Caixa

A tabela abaixo apresenta o fluxo de caixa das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos para os períodos indicados:

(R$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	**2018**	**2017**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	13.768,5	7.442,5	5.204,0
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(5.854,5)	(1.742,7)	(2.426,4)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(6.444,4)	(9.989,1)	(634,4)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(371,5)	1.483,8	242,5
Variação líquida no caixa e equivalentes de caixa	**1.098,2**	**(2.805,5)**	**2.385,7**
Caixa e equivalentes de caixa inicial	8.935,8	11.741,3	9.355,6
Caixa e equivalentes de caixa final	10.034,0	8.935,8	11.741,3

Atividades Operacionais

O fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais pode variar de acordo com a flutuação das receitas de vendas, custo dos produtos vendidos, despesas operacionais, variações nas atividades operacionais, juros pagos e recebidos e impostos de renda e contribuição social pagos.

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$13.768,5 milhões, comparado com o caixa gerado pelas atividades operacionais de R$7.442,5 milhões no mesmo período em 2018. A variação no fluxo de caixa das atividades operacionais entre esses períodos se deve principalmente ao:

- ao aumento do lucro líquido registrado pela Companhia, que passou de R$210,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$6.464,9 milhões no período correspondente em 2019, que depois de ajustes, resultaram em uma geração de R$15.260,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado com uma geração de R$20.247,2 milhões no período correspondente em 2019;
- ao caixa relativo às variações nos ativos e passivos, que passaram de uma utilização de R$3.794,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para uma utilização de R$3.148,8 milhões no período correspondente em 2019, principalmente devido ao aumento das contas de fornecedores e fornecedores risco sacado;
- variações nos juros pagos, que reduziram de R$4.395,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$3.605,0 milhões no período correspondente em 2019; e
- variações nos juros recebidos, que diminuíram de R$370,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$275,1 milhões no período correspondente em 2019.

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no ano encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$7.442,5 milhões, comparado com o caixa gerado pelas atividades operacionais de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R$5.204,0 milhões no período correspondente em 2017. A variação no fluxo de caixa das atividades operacionais entre esses períodos se deve principalmente ao:

- ao lucro líquido registrado pela Companhia de R$1.025,5 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado ao lucro líquido de R$210,1 milhões no período correspondente em 2018, que depois de ajustes, resultaram em uma geração de R$13.748,2 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado com uma geração de R$15.260,8 milhões no período correspondente em 2018;
- ao caixa relativo às variações nos ativos e passivos, que passaram de uma utilização de R$5.049,8 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2017 para uma utilização de R$3.794,2 milhões no período correspondente em 2018, principalmente devido ao uso de caixa relacionado ao pagamento de imposto e renda e compra de ativos biológicos, parcialmente compensados pela redução co use de caixa no pagamento de contas a pagar;
- variações nos juros pagos, que aumentaram de R$3.910,7 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R$4.395,0 milhões no período correspondente em 2018; e
- variações nos juros recebidos, que diminuíram de R$416,3 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R$370,9 milhões no período correspondente em 2018.

Atividades de investimentos

O fluxo de caixa gerado por (aplicado nas) atividades de investimentos são principalmente relacionado a: (1) aquisições de subsidiárias menos a posição de caixa a época da aquisição; (2) aquisição de ativos imobilizados; (3) aquisição de ativos intangíveis; e (4) o recebimento pela venda de ativos imobilizados. Nos anos encerrados em 31 de dezembro 2017, 2018 e 2019, o caixa aplicado nas atividades de investimentos totalizaram R$2.426,4 milhões, R$1.742,7 milhões e R$5.854,5 milhões, respectivamente.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, R$4.265,7 milhões foi caixa utilizado na aquisição de ativos imobilizados e R$2.240,2 milhões foi caixa utilizado em aquisições de controladas, líquido de caixa obtido na aquisição, parcialmente compensado por R$450,5 milhões em caixa gerado em transações com partes relacionadas relativo a recebíveis sob a linha de crédito entre a Companhia e a J&F Oklahoma, e por R$194,5 milhões em caixa gerado pela baixa de ativo imobilizado.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, R$2.896,8 milhões foi caixa utilizado na aquisição de ativos imobilizados e R$45,1 milhões foi caixa utilizado em aquisições de controladas, líquido de caixa obtido na aquisição, parcialmente compensado por R$622,2 milhões recebido pela alienação de ativos mantidos para a venda; e por R$254,1 milhões em caixa gerado em transações com partes relacionadas relativo a recebíveis sob a linha de crédito entre a Companhia e a J&F Oklahoma.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, R$3.112,0 milhões foi caixa utilizado na aquisição de ativos imobilizados e R$1.848,4 milhões foi caixa utilizado em aquisições de controladas, líquido de caixa obtido na aquisição, parcialmente compensado por R$1.858,3 milhões recebido pela alienação dos ativos de confinamento no Canadá, das participações societárias em operações de carne bovina no Uruguai, Paraguai e Argentina, e da participação acionário de 19,43% que a Companhia possuía na Vigor Alimentos S.A.; e por R$492,8 milhões em caixa gerado em transações com partes relacionadas relativo a recebíveis sob a linha de crédito entre a Companhia e a J&F Oklahoma.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa gerado atividades de financiamentos inclui principalmente recursos de novos empréstimos e financiamentos e derivativos liquidados em caixa. O fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento inclui principalmente os pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos, pagamentos relacionados a derivativos liquidados em caixa, pagamento por ações mantidas em tesouraria e pagamentos de dividendos. Nos anos encerrados em 31 de dezembro 2017, 2018 e 2019 o caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizaram R$634,4 milhões, R$9.989,1 milhões e R$6.444,4milhões, respectivamente.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, R$40.056,7 milhões foi caixa utilizado no pagamento de empréstimos e financiamentos e R$1.357,0 milhões foi caixa utilizado no pagamento de arrendamento mercantil, parcialmente compensado por R$35.014,1 milhões em recursos de empréstimos e financiamentos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, R$20.424,6 milhões foi caixa utilizado no pagamento de empréstimos e financiamentos, R$126,9 milhões foi caixa utilizado no pagamento de dividendos, e R$498,2 milhões foi caixa utilizado na compra de ações em tesouraria, parcialmente compensado por R$10.925,3 milhões em recursos de empréstimos e financiamentos, e R$132,1 milhões em pagamentos recebidos relativos a derivativos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, R$26.676,8 milhões foi caixa utilizado no pagamento de empréstimos e financiamentos, R$93,4 milhões foi caixa utilizado no pagamento de dividendos, R$255,9 milhões foi caixa utilizado na compra de ações em tesouraria, e R$61,2 milhões foi caixa utilizado na compra de ações de subsidiária (PPC), parcialmente compensado por R$26.348,2 milhões em recursos de empréstimos e financiamentos, e R$95,3 milhões em pagamentos recebidos relativos a derivativos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita Líquida.

A partir de 1 de janeiro de 2018

A partir de 1 de janeiro de 2018, a Companhia alterou sua estrutura executiva e começou a reportar seis segmentos de negócios. Desta forma, a receita líquida da Companhia (receita depois de deduções correspondentes a cancelamentos, descontos e impostos sobre venda) para o período encerrado em 31 de dezembro de 2018 (e, por motivos de comparação, para o período encerrado em 31 de dezembro de 2017) consiste principalmente por:

- *Receita com venda de carne bovina no Brasil (Segmento Brasil)*. Receita com venda de carne bovina no mercado doméstico e exportação dos seguintes produtos produzidos no Brasil: (1) cortes de carne bovina resfriada e congelada, incluindo cortes tradicionais, cortes nobres e miúdos; (2) produtos com valor agregado e marca de carne bovina, incluindo carne bovina congelada cozida e pré-cozida, carne bovina enlatada cozida, carne bovina em cubos e produtos prontos para o consumo, como hambúrgueres e linguiças. Adicionalmente, as operações de carne bovina no Brasil vendem couros e outros subprodutos animais (incluindo colágeno, biodiesel, produtos de higiene e limpeza, embalagens metálicas e envoltórios) e conta com uma transportadora, empresa de gestão de descartes e uma trading de produtos utilizados como matéria-prima.
- *Receita com venda de produtos da Seara (Segmento Seara)*. Receita com venda no mercado doméstico e exportação dos seguintes produtos produzidos no Brasil: (1) carne de frango resfriada e congelada, incluindo frango inteiro e cortes; (2) carne suína resfriada e congelada, incluindo carcaça, cortes com osso, cortes desossados, barriga e miúdos; e (3) produtos com valor agregado e marca de frango e carne suína, incluindo nuggets, frango em tiras, presunto, bacon, salsichas, frios e pratos prontos; e (3) produtos preparados (incluindo pratos prontos, pizza congelada, lasagna e margarina. Adicionalmente, as receitas do segmento Seara consistem de uma variedade de produtos preparados produzidos pela Companhia e por terceiros, vendidos no mercado de verejo).
- *Receita com venda de carne bovina nos Estados Unidos (Segmento Bovino USA)*. Receita com venda de carne bovina no mercado doméstico e exportação dos seguintes produtos produzidos nos Estados Unidos, Canadá e Austrália: (1) cortes de carne bovina resfriada e congelada, incluindo cortes tradicionais, cortes nobres e miúdos; (2) produtos produtos com valor agregado e marca de carne bovina, incluindo carne bovina congelada cozida e pré-cozida, carne bovina enlatada cozida, carne bovina em cubos e produtos prontos para o consumo, como hambúrgueres e linguiças. Adicionalmente, a Companhia vende carne resfriada e congelada de cordeiro, ovelha e porco produzidas na Austrália e produtos com valor agregado e marca de carne de cordeiro e porco produzidos na Austrália e Nova Zelândia.
- *Receita com venda de carne suína nos Estados Unidos (Segmento Porco USA)*. Receita com venda de carne suína no mercado doméstico e exportação dos seguintes produtos produzidos nos Estados Unidos: (1) produtos de carne suína resfriada e congelada, corte

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

com osso, cortes sem osso e miúdos; e (2) produtos com valor agregado e marca de carne suína, incluindo presunto, bacon, linguiças, frios e carne enlatada.

- *Receita com venda de carne de frango nos Estados Unidos (Segmento Frango USA)*. Receita com venda no mercado doméstico e exportação dos seguintes produtos: (1) carne de frango resfriada e congelada, incluindo frango inteiro e cortes produzidos nos Estados Unidos, México, Porto Rico e Reino Unidos; (2) carne suína resfriada e congelada; (3) produtos com valor agregado e marca de frango, incluindo porções controladas de filés de peito de frango refrigeradas e congeladas, filetes e tiras de frango, nuggets, frango em tiras, e cortes de frango com osso, produzidos nos Estados Unidos, México e Reino Unido; (4) produtos com valor agregado e marca de suínos, incluindo bacon, linguiças, presunto, carne cozida e carne enlatada; e (3) produtos preparados (incluindo pratos prontos, pizza congelada, lasagna) produzidos nos Estados Unidos, México, Reino Unido, Irlanda, França, e Holanda.

- *Outros (Segmento Outros)*. (1) Receita com venda no mercado doméstico e exportação dos nossos produtos globais de couros produzidos na Argentina, Uruguai, Itália, México e Vietnã; (2) receita com venda e produtos de charcuteria devalor agregado e com marca, produzidos na Itália; e (3) receita com venda dos nossos produtos de proteína por *tradings* no Reino Unido e Bélgica.

Antes de 1 de janeiro de 2018

Antes de 1 de janeiro de 2018, a Companhia reportava quatro segmentos de negócios. Desta forma, a receita líquida da Companhia (receita depois de deduções correspondente a cancelamentos, descontos e impostos sobre venda) para o período encerrado em 31 de dezembro de 2017 consistia principalmente por:

- *Receita com venda de carne bovina*. No Brasil, Estados Unidos, Canadá e Austrália, a receita com venda de carne bovina no mercado doméstico e exportação incluem: (1) cortes de carne bovina resfriada e congelada, incluindo cortes tradicionais, cortes nobres e miúdos; (2 produtos com valor agregado e marca de carne bovina, incluindo carne bovina congelada cozida e pré cozida, carne bovina enlatada cozida, carne bovina em cubos e produtos prontos para o consumo, como hambúrgueres e linguiças. Adicionalmente, a Companhia vende carne resfriada e congelada de cordeiro, ovelha e porco produzidas na Austrália e produtos com valor agregado e marca de carne de cordeiro, ovelha e porco produzidos na Austrália e Nova Zelândia.

- *Receita com venda de carne suína*. Receita com venda de: (1) produtos de carne suína resfriada e congelada, corte com osso, cortes sem osso e miúdos, produzidos nos Estados e Brasil; e (2) produtos com valor agregado e marca de carne suína, incluindo presunto, bacon, linguiças, entre outros produzidos nos Estados Unidos, em cada caso para os mercados doméstico e exportação.

- *Receita com venda de carne de frango*. No Brasil, Estados Unidos, México, Porto Rico, e no Reino Unido, as vendas no mercado doméstico e exportação incluem receitas com a venda de: (1) produtos de frango resfriado, incluindo frango inteiro ou em partes refrigerado ou congelado, frango pré-embalado e pronto para consumo; e (2) produtos preparados de frango, incluindo porções de peito de frango refrigeradas e congeladas, frango em tiras, nuggets e cortes de frango com osso.

- *Outros*. No Brasil e Europa (Reino Unido, Irlanda, França e Holanda), as vendas no mercado doméstico e exportações incluem a venda de: (1) produtos com valor agregado

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

e marca de carne suína, incluindo presunto, bacon, linguiças; (2) produtos com valor agregado e marca de frango, incluindo nuggets e frango em tiras; e (3) outros produtos produtos com valor agregado e marca (incluindo pratos prontos, pizza congelada, lasanha). Adicionalmente, as operações da Companhia no Brasil vendem couros e outros subprodutos animais (incluindo colágeno, biodiesel, produtos de higiene e limpeza, embalagens metálicas e envoltórios) e conta com uma transportadora, empresa de gestão de descartes e uma trading.

Custo dos Produtos Vendidos. Uma parte significante do custo dos produtos vendidos consiste nos custos de compra de matéria-prima utilizada na produção de ativos biológicos e a compra de animais vivos (bovinos, cordeiro e porcos) prontos para o abate. Os custos de matéria-prima são geralmente influenciados pelas flutuações nos preços do milho e da soja, que são os ingredientes para a ração consumida nas operações verticalizadas da Companhia. Adicionalmente aos custos com animais vivos e ração, o custo dos produtos vendidos também consiste em outros custos de produção (incluindo embalagens e outras matérias-primas) e mão-de-obra. Os principais drivers de custo por produto são os seguintes:

- *Carne Bovina no Brasil*. A Companhia geralmente compra bovinos vivos no mercado spot, tendo em vista que esta não cria os animais para abate. O negócio de bovino é indiretamente influenciado por flutuações dos preços no mercado spot com base na disponibilidade de oferta de bovinos. No Brasil, as operações de bovinos são impactadas principalmente pela oferta de bovinos criados em pasto. Reduções nos rebanhos reprodutores podem afetar a oferta, e como consequência os custos, ao longo de um período de anos.

- *Carne Bovina nos Estados Unidos*. A Companhia geralmente compra bovinos vivos no mercado spot ou sob contratos que flutuam de acordo com as condições de mercado, tendo em vista que esta não cria os animais para abate. O negócio de bovino é indiretamente influenciado por flutuações dos preços no mercado spot com base na disponibilidade de oferta de bovinos. Na Austrália, as operações de bovinos são impactadas principalmente pela oferta de bovinos criados em pasto e na América do Norte pela oferta de bovinos criados em confinamento. As operações da Companhia são impactadas indiretamente pelo preço dos ingredientes para ração.

- *Carne Suína nos Estados Unidos*. Na América do Norte, a Companhia geralmente compra animais vivos no mercado spot ou sob contratos que flutuam com as condições de mercado, e cria apenas cerca de 15% da sua necessidade de porcos. As operações da Companhia são impactadas diretamente pelo preço dos ingrendientes para ração.

- *Carne de Frango nos Estados Unidos*. As operações de carne de frango da Companhia são verticalmente integradas e são impactadas principalmente pelo preço dos ingredientes para ração. A Companhia cria cerca de 50% da sua necessidade de porcos e compra porcos vivos para abate com prazo de alguns dias de inúmeros produtores independentes do Reino Unido. As operações da Companhia são impactadas diretamente pelo preço dos ingrendientes para ração.

- *Seara*. No Brasil, o negócio de frangos e suínos é verticalmente integrado. Nosso negócio de frangos e suínos é diretamente afetado por flutuações no preço de ingredientes para ração.

- *Outros*. O negício de couro é impactado pelos preços do couro crú que depende indiretamente da sua oferta. O negócio de produtos de charcuteria e marca na Itália é impacto pelo preço da carne bovina, que é indiretamente impactada pelo preço dos

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

ingredientes para ração. Os produtos de proteína vendidos pelas *tradings* no Reino Unido são afetados pelos produtos comprados para serem revendidos.

Despesas operacionais. As despesas operacionais da Companhia consistem principalmente em:

- *Despesas Gerais e Administrativas*. Este item inclui principalmente as despesas relacionadas com a folha de pagamentos de colaboradores corporativos, utilidades e manutenção dos escritórios corporativos e sede da Companhia.
- *Despesas com Vendas*. Este item inclui despesas relacionadas com propagandas, pagamento de comissões e salários de colaboradores que fazem parte dos times de venda e provisão para pagadores duvidosos.
- **Despesa Financeira Líquida**. Este item inclui despesas relacionadas a juros sobre empréstimos e financiamentos, receita de juros, tarifas bancárias, ganhos e perdas com variação cambial e ajustes a valor justo de operações com derivativos. A maioria dos ganhos e perdas em todos os anos apresentados é relativa à prática anterior da Companhia de contratar derivativos para se proteger contra a depreciação do real frente a moedas estrangeiras, e foi reportada com um componente das receitas (despesas) financeiras.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Principais fatores que afetam os resultados operacionais da Companhia

A administração da Companhia monitora várias métricas e indicadores que afetam as operações em seus negócios, incluindo os seguintes:

- volume de produção;
- utilização da capacidade da planta;
- volume de vendas;
- preços de venda de carne bovina, suína e de frango;
- demandas e preferências do cliente;
- futuros preços de commodities para gado e matéria-prima;
- a diferença entre os preços do gado e os preços de venda de produtos acabados;
- preços e tendências dos serviços;
- disponibilidade de gado e ingredientes alimentares;
- rendimento de produção;
- sazonalidade;
- disponibilidade de mão-de-obra;
- o desempenho econômico dos países onde a Companhia vende seus produtos;
- concorrência e consolidação da indústria;
- tributação;
- valor das marcas detidas pelas Companhia;

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- flutuações da taxa de câmbio; e
- barreiras comerciais, controles cambiais, riscos políticos e outros riscos associados à exportação e operações.

Outros fatores que podem impactar os resultados das operações da Companhia incluem surtos de doenças animais, contaminação de produtos ou recall, a capacidade da Companhia em implementar seu plano de negócios (incluindo capacidade de providenciar financiamento, quando necessário e em termos razoáveis) e a implementação da estratégia de financiamento e plano de despesas da Companhia.

A Companhia afirma que vem monitorando os desdobramentos do surto de coronavírus pelo mundo, com o objetivo de preservar a segurança de seus colaboradores e mapear os reflexos da pandemia em seus negócios. Neste sentido, a Companhia constituiu um comitê global de crise para tratar dos impactos da pandemia da Corona Virus Disease 2019 (Covid-19) em suas operações, composto pelo Sr. Gilberto Tomazoni (CEO Global), Guilherme Cavalcanti (CFO Global), André Nogueira (CEO Estados Unidos), Wesley Mendonça Batista Filho (CEO América do Sul), Brent Eastwood (CEO Austrália), Eduardo Noronha (Recursos Humanos Global), e Cameron Bruett (Relações Institucionais). Determinadas medidas e protocolos preventivos e reativos foram adotados pela Companhia em seus escritórios corporativos e unidades produtivas a fim de proteger a saúde e o bem-estar de todos os *stakeholders*. Recente à data de elaboração dessa discussão das condições financeiras e patrimoniais, a Companhia tomou a decisão de implementar férias coletivas com duração de 20 dias em cinco das 43 unidades produtivas de bovinos no Brasil. Essa medida está alinhada à piora dos cenários doméstico e global, tendo em vista a potencial queda da demanda no segmento de food service, assim como limitações logísticas em diversas partes do mundo. Dadas as características da nossa operação e *footprint* fabril, temos flexibilidade para redirecionar parcela dos produtos que anteriormente atendiam o setor de food service (restaurantes, hotéis, etc) para o varejo, bem como notamos aumento nas vendas online, ambos canais de compra em crescente utilização pelos consumidores em quarentena. Olhando para frente, interrupções na cadeia de suprimentos, assim como escassez de mão-de-obra podem, potencialmente, impactar as unidades produtivas, gerando redução no processamento de proteínas, bem como impactando o preço dos animais vivos. A Companhia reitera que, através de seu diversificado footprint fabril, manterá seus esforços para o atendimento contínuo da demanda por alimentos no mundo. Neste momento, não há como precisar os impactos a médio e longo prazo no cenário econômico e nas operações da Companhia.

Principais fatores que afetam a comparabilidade dos resultados financeiros

Aquisições

Os resultados consolidados da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 têm comparabilidade limitada com os resultados consolidados para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, principalmente em decorrência da aquisição da Tulip, que foi concluída em 15 de outubro de 2019.

Os resultados operacionais consolidados da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 são de comparabilidade limitada com os resultados consolidados operacionais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, principalmente devido à aquisição da Plumrose, que foi encerrada em 1 de maio de 2017.

Os resultados operacionais consolidados da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 são de comparabilidade limitada com os resultados consolidados operacionais

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, principalmente devido à aquisição do PNB e à aquisição da Plumrose, que foram encerradas em 6 de janeiro de 2017 e 1 de maio de 2017, respectivamente.

Na análise dos resultados operacionais feita pela Companhia, a receita líquida de aquisições é deduzida da receita líquida orgânica. A Companhia calcula a receita líquida de aquisições como o valor da receita de entidades adquiridas que estão sob o controle da Companhia por um período inferior a 12 meses e por todo o período de mensuração. Por exemplo, desde o fechamento da aquisição da Plumrose em 1 de maio de 2017, o impacto das aquisições em relação à aquisição da Plumrose foi excluído da receita líquida orgânica dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Não obstante o acima exposto, nem a aquisição do PNB nem a aquisição da Plumrose são consideradas significativas sob as regras que regem a inclusão de demonstrações financeiras pró-forma e históricas em uma oferta de valores mobiliários. Consequentemente, a Companhia não incluiu nenhuma informação financeira pró-forma refletindo a aquisição do PNB ou a aquisição da Plumrose ou quaisquer demonstrações financeiras históricas dos negócios do PNB ou da Plumrose neste Formulário de Referência.

Variação Cambial

Como uma empresa global com mais de 80% da receita bruta gerada fora do Brasil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, os resultados operacionais da Companhia e a condição financeira foram e continuarão sendo afetados pela taxa de depreciação ou valorização do real em relação às moedas estrangeiras. Qualquer depreciação ou valorização do real em relação a moedas estrangeiras pode afetar as receitas da Companhia, causando um aumento ou diminuição monetária, desde que as outras variáveis permaneçam inalteradas. Além disso, uma parcela substancial dos empréstimos e financiamentos da Companhia são estipulados em moedas estrangeiras. Por esse motivo, qualquer depreciação do real em relação a moedas estrangeiras pode aumentar significativamente as despesas financeiras da Companhia e seus empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes estipulados em reais. Por outro lado, qualquer valorização do real em relação a moedas estrangeiras pode diminuir significativamente as despesas financeiras, empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes determinados em reais.

O efeito da conversão de moeda afeta as receitas e despesas consolidadas geradas pelas subsidiárias da Companhia que possuem moedas funcionais diferentes do real, principalmente a JBS USA. O ajuste da receita é tal que a receita líquida orgânica é apresentada em uma base de moeda constante, o que isola o efeito das mudanças de moeda durante o período. O efeito da conversão de moeda é calculado multiplicando a linha de receita ou despesa determinada na moeda funcional no período atual pela diferença nas taxas de câmbio médias usadas para converter a linha de receita ou despesa nos períodos apresentados.

A média da taxa de câmbio do real/dólar foi de R$3,946 por US$ 1,00 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma depreciação do real de 7,4% em relação ao período correspondente em 2018. A taxa final de câmbio real/dólar em 31 de dezembro de 2018 era de R$4,031 por US$ 1,00, representando uma depreciação do real de 3,9% em relação à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2018.

A média da taxa de câmbio do real/dólar foi de R$3,193 por US$ 1,00 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, em comparação com R$3,656 por US$ 1,00 no exercício social encerrado em 2018, representando uma depreciação do real de 12,7% entre esses exercícios. A taxa final de câmbio real/dólar em 31 de dezembro de 2017 era de R$ 3,308 por US$ 1,00,

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

comparado a R$ 3,875 por US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2018, representando uma depreciação do real de 14,2%.

Desinvestimentos

Em 5 de junho de 2017, a Companhia celebrou um contrato de compra de ações com certas subsidiárias da Minerva S.A. para a venda de todas as suas participações societárias nas empresas JBS Mercosul na Argentina, Uruguai e Paraguai. O preço total de venda da JBS Mercosul foi de US$ 300 milhões, mais um ajuste de capital de giro de aproximadamente US$ 23 milhões (R$ 71 milhões). A venda da JBS Mercosul foi concluída em 31 de julho de 2017.

Em 20 de junho de 2017, a Companhia anunciou que seu conselho de administração aprovou um plano para alienar certos ativos e usar os recursos da venda para reduzir o endividamento da Companhia e, assim, fortalecer sua posição financeira. O Programa de Desinvestimento incluiu a venda de sua participação de 19,43% na Vigor, os ativos da JBS Five Rivers e seu confinamento canadense a terceiros e a venda de sua participação de 100% na Moy Park para sua subsidiária PPC. O Programa de Desinvestimento foi concluído em março de 2018 com a conclusão da Venda JBS Five Rivers.

Na análise da Companhia dos resultados operacionais a seguir, o impacto de desinvestimentos é calculado excluindo as receitas de desinvestimentos anteriores e o custo das vendas derivados dos registros contábeis separados das empresas alienadas da Companhia (excluindo Moy Park). Por exemplo, para comparar os resultados da operação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017, foram excluídos os resultados das operações das empresas JBS Mercosul. A Vigor Sale não teve impacto nos resultados operacionais da Companhia, uma vez que foi registrada em nossas demonstrações financeiras como investida patrimonial. A venda de 100% das ações ordinárias emitidas e em circulação da Granite, a holding proprietária da Moy Park, à Onix Investments UK Limited, uma subsidiária integral da PPC, não teve impacto nos resultados operacionais da Companhia, uma vez que foi uma transação de controle comum. O impacto da venda dos ativos hoteleiros de gado pertencentes e operados pela JBS Canadá foi considerado insignificante.

Outras empresas multinacionais podem calcular os impactos de aquisições, conversão de moeda e desinvestimentos de maneira diferente da forma que a Companhia o faz.

Visão geral dos Resultados

A Companhia teve um lucro líquido de R$6.464,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado com o lucro líquido de R$210,1 milhões no período correspondente em 2018. Essa variação é decorrente, principalmente dos fatores abaixo:

- um aumento na receita líquida de todos os segmentos de negócios da Companhia, resultando em um lucro bruto maior.

- a adoção do IFRS 16 a partir do primeiro trimestre de 2019, que aumentou as despesas de depreciação e juros, parcialmente compensadas por uma redução nas despesas de aluguel.

- uma depreciação da média da variação cambial real/dólar entre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e o período correspondente em 2019, resultando em receita favorável relacionada às operações da Companhia nos EUA.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A Companhia teve um lucro líquido de R$ 210,1 milhões em 2018, comparado a R$ 1.025,5 milhões em 2017. Essa variação é decorrente, principalmente dos fatores abaixo:

- desvalorização do real em relação ao dólar americano de 14,6% durante 2018 e seu impacto na exposição da Companhia a moedas estrangeiras.
- perda de R$ 112,9 milhões devido à greve nacional de caminhões em maio de 2018, que afetou os resultados das operações da Seara.
- o impacto da venda da JBS Mercosul.

O lucro líquido da Companhia foi de R$ 1.025,5 milhões em 2017, comparado a R$ 565,1 milhões em 2016 Essa variação é decorrente, principalmente dos fatores abaixo:

- um aumento na receita operacional em todos os segmentos de negócios da Companhia, exceto no segmento “Outros” anterior a 2018.
- um ano completo de operações do PNB, que a Companhia adquiriu em 6 de janeiro de 2017 e oito meses de operação da Plumrose, que a Companhia adquiriu em 1 de maio de 2017.
- a Companhia identificou uma despesa líquida com a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) de R$ 2.300,0 milhões em 2017.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional líquida consolidada da Companhia apresentou um aumento de 12,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R$204.523,6 milhões. As variações da receita líquida são discutidas na seção acima: 10.1 (h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a receita operacional líquida consolidada da Companhia apresentou um aumento de 11,3% em relação ao ano anterior, totalizando R$181.680,2 milhões. As variações da receita líquida são discutidas na seção acima: 10.1 (h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a receita operacional líquida consolidada da Companhia apresentou uma redução de 4,2% em relação ao ano anterior, totalizando R$163.170,0 milhões. As variações da receita líquida são discutidas na seção acima: 10.1 (h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Comentários sobre as variações das receitas atribuíveis a modificação de preços, taxas de cambio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços são feitos acima na seção 10.1 (h) - alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de taxas de câmbio do real frente ao dólar americano a que a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2019, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data base destas demonstrações contábeis intermediárias. Para o

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

cálculo do efeito no resultado em cenário provável, a Companhia julga adequada a utilização da metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança de 99% e horizonte de um dia. Os resultados desta análise estão apresentados a seguir:

Em R$ mil

			Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia			Cenário (ii) Variação do câmbio em 25%			Cenário (iii) Variação do câmbio em 50%		
				Efeito no resultado			Efeito no resultado			Efeito no resultado	
Exposição do R$	Risco	Câmbio atual	Câmbio	Controladora	Consolidado	Câmbio	Controladora	Consolidado	Câmbio	Controladora	Consolidado
Operacional	Apreciação	4,0307	4,0998	103.479	157.163	5,0384	1.509.251	2.292.228	6,0461	3.018.486	4.584.434
Financeira	Depreciação	4,0307	4,0998	(280.236)	(1.100.757)	5,0384	(4.087.257)	(16.054.578)	6,0461	(8.174.474)	(32.108.997)
Derivativos	Apreciação	4,0307	4,0998	–	858	5,0384	–	12.515	6,0461	–	25.031
				(176.757)	(942.736)		(2.578.006)	(13.749.835)		(5.155.988)	(27.499.532)

			Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (ii) Variação do câmbio em 25%		Cenário (iii) Variação do câmbio em 50%	
				Efeito no patrimônio líquido		Efeito no patrimônio líquido		Efeito no patrimônio líquido
Exposição do R$	Risco	Câmbio atual	Câmbio	Controladora	Câmbio	Controladora	Câmbio	Controladora
Dívida líquida em controladas no exterior	Depreciação	4,0307	4,0998	(578.375)	5,0384	(8.435.620)	6,0461	(16.871.155)
				(578.375)		(8.435.620)		(16.871.155)

Na nota 31 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos - das Demonstrações Contábeis Intermediárias para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia apresenta a análise de sensibilidade de seus riscos cambiais associados com a suas exposições às demais moedas estrangeiras e também análise de sensibilidade de suas exposições às principais commodities.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Resultado Operacional

O desempenho operacional da Companhia pode ser afetado pelo custo de aquisição dos animais vivos e grãos para alimentação de frangos e suínos, que por sua vez são impactados pela oferta e demanda, e consequentemente pela inflação, vigente nos mercados onde a empresa atua. O custo de matéria-prima representou aproximadamente 73,1%, 74,7% e 75,3% do custo de produção em 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

A receita bruta de vendas é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, a Companhia repassa parte, ou a totalidade, dos aumentos nos custos para seus clientes nos mercados domésticos em que opera por meio de aumentos de preços. A Companhia não pode prever, no entanto, se será capaz de repassar o aumento dos custos para seus clientes no futuro. As vendas nos mercados domésticos onde a Companhia atua diretamente representaram 74,3%, 74,8% e 73,2% da receita bruta de vendas em 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

A receita bruta de vendas também pode ser afetada pela taxa de câmbio, uma vez que uma parcela significativa das vendas da Companhia é destinada ao mercado externo. As exportações representaram 25,7%, 25,2% e 26,8% da receita operacional bruta de vendas em 2019, 2018 e 2017 respectivamente.

Resultado Financeiro

As variações cambiais afetaram e podem continuar a afetar no futuro o resultado financeiro e o endividamento, dado que a Companhia possui uma parte expressiva do endividamento denominado em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2019, 2018, e 2017, o endividamento denominado em moeda estrangeira era de R$11.641,7 milhões, R$18.854,1 milhões, e

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

R$21.881,9 milhões, respectivamente e representava 9,2%, 16,5%, e 20,1% do passivo e patrimônio líquido, respectivamente.

As exposições a risco de mercado da Companhia são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados a variações cambiais, de taxas de juros e preços de commodities que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos em operações no exterior. Nestes casos, a Companhia e suas controladas empregam instrumentos financeiros de proteção, inclusive derivativos, desde que aprovados pelo Comitê de Gestão de Riscos.

Em 2019, a Companhia obteve despesas financeiras com derivativos de R$91,3 milhões e despesas financeiras com variações cambiais de R$1.393,3 milhões. Em 2018, a Companhia obteve receitas financeiras com derivativos de R$ 57,8 milhões e despesas financeiras com variações cambiais de R$4.337,6 milhões. Em 2017 a Companhia obteve receitas financeiras com derivativos de R$28,6 milhões e despesas com variação cambial de R$962,4 milhões. Em 2016 a Companhia obteve despesas financeiras com derivativos de R$6.650,7 milhões e receitas com variação cambial de R$3.958,8 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, uma parte do endividamento total da Companhia estava sujeita a flutuações nas taxas de juros, especificamente o *London Interbank Offered Rate*, ou LIBOR, e a taxa de depósito interbancário do Brasil (Certificado de Depósito Interbancário), ou CDI, conforme publicada pela CETIP e a Taxa de Juros de Longo Prazo, ou TJLP.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações contábeis

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017. Ainda, durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 houve uma reclassificação dos segmentos operacionais, conforme detalhado no item 10.2 acima.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

É parte da estratégia de negócios da Companhia, a aquisição de empresas, porém a empresa mantém seu atual foco no ganho de eficiência, tanto operacional como financeira, de suas operações. Desde a sua fundação, a Companhia já realizou diferentes aquisições que adicionaram receitas oriundas dessas empresas.

Eventos operacionais relevantes:

A Companhia usa o método de alocação contábil do custo de aquisição para registrar as combinações de negócios que não estão sob controle comum. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Geralmente, todos os ativos adquiridos e passivos incorridos e passivos contingentes assumidos são mensurados, inicialmente, a valor justo a partir da data de aquisição. A Companhia reconhece qualquer participação de não-controladores na adquirida em uma aquisição numa base de aquisição, ou a valor justo ou parte proporcional da participação dos não-controladores dos montantes registrados dos ativos líquidos. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O excesso i) da contraprestação transferida; ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio. Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do período como 'Ganho de barganha'.

Em janeiro de 2017, a subsidiária indireta da Companhia, PPC, adquiriu 100% da participação acionária da empresa JFC LLC e suas subsidiárias (Grupo GNP) pelo montante de aproximadamente R$1,1 bilhões (US$357 milhões) sujeito a ajustes de capital de giro. O Grupo GNP é um negócio de aves integrado verticalmente, sediado no estado de Minnesota, Estados Unidos da América. O negócio adquirido tem uma capacidade de produção de 2,1 milhões de aves por semana em suas três fábricas e fortalece ainda mais a posição estratégica da Companhia no mercado norte-americano de frango. O ágio gerado nesta combinação de negócio é elegível para dedutibilidade fiscal nos Estados Unidos da América.

Em março de 2017 a JBS USA, subsidiária da Companhia, entrou em acordo para a aquisição da totalidade das ações da Plumrose USA, Inc., constituída sob as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América (“Plumrose”), com ativos localizados em diversos estados dos

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Estados Unidos da América, constituídos por 5 unidades de produção e 2 centros de distribuição, focados na produção de bacon, presunto e outros produtos processados relacionados, de modo a adquirir todo o negócio da Plumrose nos Estados Unidos da América pelo valor de R$731 milhões (US$230 milhões). A aquisição da Plumrose dá continuidade à estratégia da JBS de expandir o seu portfólio de produtos preparados, de alto valor agregado e com marca, e fortalece a sua base de clientes e distribuição geográfica nos Estados Unidos. Sua aquisição foi concluída em 1 de maio de 2017. O ágio gerado nesta combinação de negócio não é elegível para dedutibilidade fiscal nos Estados Unidos da América.

Os ativos adquiridos e passivos assumidos nessas combinações de negócio foram mensurados pelos seus valores justos, conforme estabelecido abaixo:

Em R$ mil

VALOR JUSTO	Plumrose	GNP
Caixa e equivalentes de caixa	22	31
Contas a receber de clientes	88.081	57.703
Estoques	143.848	96.906
Ativos biológicos	-	79.643
Outros ativos	449	13.268
Imobilizado	416.467	450.720
Intangível	136.252	410.012
ATIVO	**785.119**	**1.108.283**
Fornecedores	96.339	80.186
Outros passivos	15.381	42.102
Impostos correntes e diferidos	83.283	-
PASSIVO	**195.003**	**122.288**
Ativos e passivos líquidos	**590.116**	**985.995**
Preço de aquisição (1)	731.263	1.117.127
Ágio gerado na operação	**141.147**	**131.132**

São apresentados abaixo a receita líquida e lucro líquido na data de aquisição até o final de cada exercício, para a aquisição abaixo:

Em R$ mil

	2017	
Companhia	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
GNP	1.405.093	99.146
Plumrose	1.042.353	42.198

Informações pro-forma:

As receitas líquidas e lucros líquidos apresentados como pro-forma, baseados nas aquisições ocorridas no início do exercício de cada aquisição, são demonstrados abaixo:

Em R$ mil

	2017	2016
Receita líquida pro-forma	517.718	n/a
Lucro líquido pro-forma	(9.376)	n/a

As informações pro-forma apresentadas acima não possuem finalidade de representar os resultados da Companhia caso a conclusão das aquisições tivesse ocorrido na data.

do exercício corrente, assim como não indica resultados esperados em exercícios futuros, sendo apenas demonstrada para fins informativos.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Não houve nenhuma combinação de negócios relevante para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Durante os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia realizou as seguintes alienações:

- Em 14 de julho de 2017, a Companhia através de sua subsidiária indireta, JBS Food Canada Inc. (JBS Canadá), celebrou um acordo para a alienação de sua operação de confinamento e uma fazenda adjacente, localizadas em Brooks (Alberta), no Canadá, à MCF Holdings Ltd. (MCF) pelo valor de CAD 50,0 milhões. O acordo prevê que a MCF continue fornecendo gado para a unidade de produção de carne bovina da JBS Canadá em Brooks. A conclusão desta transação ocorreu em 30 de outubro de 2017. Os impactos desta alienação nos resultados da Companhia foram considerados imateriais pela Administração;
- Em 31 de julho de 2017, a Companhia, por meio de sua subsidiária integral JBS Handels GmbH, concretizou a venda de suas subsidiárias com operações frigoríficas de carne bovina no Uruguai (Frigorifico Canelones), Paraguai (JBS Paraguay) e Argentina (JBS Argentina), para sociedades do Grupo Minerva, pelo montante de US$300,0 milhões (R$992,5 milhões) mais capital de giro de aproximadamente US$23,0 milhões (R$71,0 milhões). Esta transação foi concluída em agosto de 2017, e resultou em uma perda de R$109,6 milhões, dos quais R$452,3 milhões referem-se a reclassificação de Outros Resultados Abrangentes (basicamente perda de variação cambial). A Companhia reconheceu esse valor na rubrica de Outras despesas operacionais.
- Em 3 de agosto de 2017, a Companhia celebrou um acordo para a alienação da totalidade de sua participação acionária de 19,43% na Vigor Alimentos S.A. ("Vigor") para o Grupo Lala, S.A.B. de C.V. ("Grupo LALA"). Em 26 de outubro de 2017, a Companhia concluiu a venda da Vigor, recebendo R$785,9 milhões durante o exercício, e receberá R$62,0 milhões a partir do exercício de 2018, com base em determinados eventos estabelecidos em cláusulas do instrumento de compra e venda. O valor a receber está registrado na rubrica outros ativos não circulantes. A operação gerou um ganho de R$330,5 milhões e foi reconhecida na rubrica outras receitas operacionais, na Companhia. Por se tratar de um acionista minoritário, a Companhia reconhecia os resultados da Vigor por meio de equivalência patrimonial.
- Em 11 de setembro de 2017, a Companhia celebrou a alienação da totalidade de sua participação acionária na Moy Park para a Pilgrim's Pride Corporation ("PPC"), subsidiária indireta da Companhia, por aproximadamente GBP 792,5 milhões (R$3,3 bilhões). Esta transação foi aprovada por unanimidade pelo Comitê Especial do Conselho de Administração da PPC e foi reconhecida como uma transação de controle comum.
- Em 17 de janeiro de 2018 foi concluída a alienação da totalidade das operações de confinamento da Five Rivers Cattle Feeding para afiliadas da Pinnacle Asset Management, L.P. ("Pinnacle-Arcadia"), por aproximadamente US$ 200 milhões, incluindo o valor de mercado do estoque de silagem e grãos. Em conjunto com a aquisição dos ativos da Five Rivers EUA, o comprador assinou um contrato de longo prazo para fornecimento de gado às unidades de abate do grupo JBS em território norteamericano.
- Com a conclusão da venda da Five Rivers EUA, a JBS encerra a bem-sucedida implementação do seu programa de desinvestimentos, que resultou em uma importante desalavancagem e reforço de liquidez para a Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Em outubro de 2019, a subsidiária indireta da Companhia Pilgrim's Pride Corporation, adquiriu 100% da participação acionária da Tulip Ltd. pelo montante pago em caixa de aproximadamente R$1.624,2 milhões (US$290,0 milhões), sujeito a ajustes de capital de giro. A Tulip é líder na produção de carne suína e alimentos preparados com operações no Reino Unido e expande o portfólio de alimentos preparados na Europa das vendas globais da PPC. A operação resultou em um ganho de compra vantajosa estimado no montante de aproximadamente R$235,9 milhões (US$56,9 milhões).

Em dezembro de 2019, a subsidiária direta da Companhia Seara Alimentos, adquiriu 100% da participação acionária do Frigorífico Marba Ltda. ("Marba") pelo montante pago em caixa de R$129,9 milhões, sujeito a ajustes de capital de giro. A Marba atua no processamento de carnes, comercializando produtos como embutidos, defumados, frios, beef jerky, mortadelas e linguiças no Brasil. O ágio estimado gerado nesta combinação de negócios de R$62,8 milhões é somente elegível para dedutibilidade fiscal pela incorporação ou alienação dos ativos e passivos assumidos.

Os ativos adquiridos e passivos assumidos nessas combinações de negócio foram inicialmente mensurados pelos seus valores justos, conforme estabelecido abaixo:

Em R$ mil

VALOR JUSTO	Tulip	Marba
Caixa e equivalentes de caixa	28.432	2.165
Contas a receber de clientes	607.392	26.166
Estoques	235.684	18.890
Ativos biológicos	261.432	-
Imobilizado	1.302.879	102.031
Direito de uso	23.284	677
Intangível	167.662	28.104
Outros ativos	88.050	12.585
ATIVO	**2.714.815**	**190.618**
Fornecedores	668.043	47.786
Empréstimos e financiamentos	-	37.220
Provisão de arrendamento	23.284	971
Impostos correntes e diferidos	61.385	5.946
Outros passivos	101.934	31.558
PASSIVO	**854.646**	**123.481**
Ativos e passivos líquidos	**1.860.169**	**67.137**
Preço de aquisição	1.624.220	129.943
Ágio/(Ganho em compra vantajosa) gerado na operação	**(235.949)**	**62.806**

(c) eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

IFRS 16 - Arrendamento mercantil: Requer o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019). A norma impactou o registro dos arrendamentos operacionais em aberto conforme nota 14 - Arrendamentos operacionais.

IFRIC 23/ICPP 22 16 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 (IAS 12), quando há incertezas no tratamento dos tributos sobre o lucro. A norma impactou o registro dos tributos sobre o lucro conforme nota 11 – Imposto de Renda e Contribuição Social.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter impacto relevante decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no relatório do auditor independente da Companhia com relação as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e 2019.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o parecer do auditor foi emitido com a seguinte ressalva:

“Base para opinião com ressalva

Acordos de Colaboração Premiada, Acordo de Leniência e Investigação Independente

Em maio de 2017 determinados executivos e ex-executivos do Grupo J&F Investimentos S.A. (J&F), celebraram Acordos de Colaboração Premiada (Colaboração) com a Procuradoria Geral da República (PGR), posteriormente homologados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os acordos preveem além de outros temas a colaboração com o Ministério Público Federal (MPF), acerca de todos os fatos relatados àquela autoridade. Ainda, em junho de 2017, a J&F celebrou Acordo de Leniência (Acordo) com o MPF e no dia 24 de agosto de 2017 a 5° Câmara do MPF homologou o Acordo firmado, sendo que no dia 11 de outubro de 2017 o juiz federal titular da 10° Vara Federal do Distrito Federal, em audiência de justificação, também homologou judicialmente o Acordo celebrado. Esse Acordo diz respeito às operações Cui Bono, Carne Fraca, Sepsis e Greenfield. Em 06 de setembro de 2017, a Companhia celebrou termo de adesão ao Acordo, resguardando os impactos financeiros integralmente assumidos pela J&F. A condução de uma investigação interna acerca dos fatos relacionados à Companhia relatados na Colaboração é uma das obrigações impostas no Acordo. O Comitê de Supervisão Independente (CSI) tem, dentre outras, a função de aprovar os prestadores de serviços que conduzem a investigação interna na Companhia, bem como ajustar os respectivos planos de trabalho para a investigação. Em setembro de 2017 foi iniciada a

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

investigação, por meio de profissionais especializados, externos e independentes em relação à Companhia. Até a presente data, esses profissionais executaram as extrações e processamento de dados e informações, contemplando inclusive a avaliação das informações dos signatários da carta de representação disponibilizada ao auditor independente, não sendo levado ao nosso conhecimento qualquer atitude irregular ou que requer maiores análises. As avaliações relacionadas à Colaboração foram realizadas pela Companhia e os seus impactos foram registrados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e em relação às demonstrações contábeis comparativas. Além dos assuntos mencionados anteriormente, destacamos as ações abaixo pendentes de realização, que não estão totalmente sob o controle da Companhia, cujos possíveis efeitos podem resultar em alterações significativas nessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, assim como das demonstrações contábeis comparativas, incluindo aspectos relacionados à insuficiência de divulgação de certas informações nas Notas Explicativas:

- Existem informações complementares apresentadas pela J&F ao MPF, previstas na Colaboração e no Acordo, que ainda não foram tornadas públicas;
- Encontra-se em andamento a investigação independente requerida no Acordo com o MPF, com o acompanhamento do CSI;
- Encontra-se em andamento a investigação independente nas operações internacionais da Companhia;
- A Companhia, em razão de sua adesão ao Acordo anteriormente mencionado entre a J&F e o MPF, não mantém em curso quaisquer negociações de acordo com as demais autoridades ou entidades públicas Federais, Estaduais e Municipais, no que couber acordos semelhantes com estes órgãos no contexto de existência de outras obrigações não previamente assumidas e responsabilidades, exceto quanto aos Estados de Rondônia e Mato Grosso do Sul já divulgados em Notas Explicativas.

Desta forma, muito embora a Companhia espera não ter impactos significativos em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em razão das limitações acima descritas, não podemos assegurar, até a presente data, de que não existam impactos significativos, inclusive sobre aspectos tributários.

Auditoria independente da Seara Alimentos Ltda.

A auditoria das demonstrações contábeis da controlada Seara Alimentos Ltda. é de responsabilidade de outros auditores independentes, os quais emitiram relatório de auditoria com modificação, datado de 21 de março de 2018, que menciona a limitação de alcance e de potenciais efeitos não conhecidos sobre as demonstrações contábeis acerca dos fatos relacionados a essa controlada e de todo o contexto mencionado anteriormente, relatados nos Acordos de Colaboração Premiada de determinados executivos e ex-executivos do Grupo J&F Investimentos S.A. (J&F) e no Acordo de Leniência celebrado entre a J&F e o Ministério Público Federal (MPF), consequentemente, estas demonstrações contábeis e as demonstrações contábeis comparativas desta controlada, podem sofrer alterações após a conclusão destas investigações independentes em andamento, cujos impactos não podem ser avaliados até a presente data. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.”

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

A administração da Companhia adota práticas contábeis críticas com o objetivo de descrever sua situação e resultados financeiros. A determinação destas práticas exige que a administração faça julgamentos difíceis, subjetivos e complexos sobre questões relevantes e cujas incertezas são inerentes. Na medida em que aumentam o número de variáveis e premissas relativas a tais questões incertas e futuras, estas determinações tornam-se ainda mais subjetivas e complexas.

A administração da Companhia entende que, para a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS e de acordo com os CPCs, a Companhia deve efetuar certos julgamentos e utilizar premissas na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor os ativos e passivos. A administração ainda ressalta que os resultados efetivos podem divergir de tais estimativas.

As principais práticas contábeis consideradas na formação do julgamento e estimativas da administração sobre determinados eventos futuros relacionam-se: (a) às estimativas contábeis; (b) aos instrumentos financeiros; (c) aos investimentos em coligada, controladas e empreendimento controlado em conjunto (*joint ventures*); (d) ao intangível (e) aos ativos arrendados; (f) ao ativo biológico; (g) à provisão para ajuste ao valor recuperável; (h) aos ativos e passivos contingentes; (i) aos impostos diferidos; (j) plano de outorga de compra de ações; (k) à conversão de moedas estrangeiras; e (l) à apuração do resultado. Abaixo segue o detalhamento de cada uma destas práticas contábeis críticas:

Estimativas contábeis

No processo das aplicações das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos, o que eventualmente pode ter impacto material nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis:

- perda no valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros;
- perdas no valor recuperável de impostos a recuperar;
- mensuração a valor justo de itens relacionados a combinações de negócios;
- provisões para passivos tributários, cíveis e trabalhistas;
- ativo biológico; e
- vida útil do ativo imobilizado.

A Companhia revisa as estimativas e as premissas contábeis utilizadas trimestralmente. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a revisão.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados decorrentes de possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Instrumentos financeiros

A Companhia e suas subsidiárias reconhecem seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequente mensura ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base no

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia e suas subsidiárias classificam seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio adotado para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48/IFRS 9, mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado da seguinte forma: (1) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado; (2) Custo amortizado. A Companhia não designou nenhum derivativo como hedge de fluxo de caixa, e, portanto, todo o ajuste de valor justo é reconhecido no resultado do período.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, "CDBs e títulos públicos" e "Instrumentos financeiros derivativos".

Custo amortizado

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, "Contas a receber de clientes ", "Caixa e equivalentes de caixa", "Fornecedores" e "Empréstimos e financiamentos".

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Investimentos em coligada, controladas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures")

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, os investimentos em coligadas e empreendimento controlado em conjunto (*joint ventures*) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. Joint ventures são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios.

As variações cambiais de investimentos em moeda estrangeira são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica de ajustes acumulado de conversão.

Intangível

É composto, em sua maior parte, por ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, registrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (perda no valor recuperável). A amortização, quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ágio decorrente de combinação de negócios:

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Os ágios são submetidos anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderão apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é registrada. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação de determinado ativo com respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio:

Os itens do ativo imobilizado, intangível com vida útil definida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor econômico testada quando há indicadores potenciais de redução ao valor recuperável ou anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Ao fim de cada exercício, é feita revisão do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado e é revertida caso haja mudanças nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil como se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em períodos anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida diretamente no resultado.

Direito de uso de arrendamento mercantil

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo do arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, quando essa taxa não pode ser determinada imediatamente, geralmente, a taxa média dos empréstimos como taxa de desconto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos está registrada como custo de depreciação dos ativos de direito de uso do arrendamento mercantil. As despesas financeiras sobre as obrigações de arrendamento mercantil são reconhecidas e demonstradas como despesas de juros.

A Companhia não reconhece um ativo e passivo de arrendamento mercantil para contratos com prazo inferior a 12 meses, e/ou de baixo valor.

Ativo biológico

A Companhia possui atividades agrícolas tais como, aumento de rebanho (operações de confinamento de gado ou gado a pasto), desenvolvimento de avós e matrizes de aves e suínos destinadas à reprodução e, de desenvolvimento de aves e suínos destinados ao abate em período de maturação para corte.

A valorização é reconhecida no resultado do exercício, em linha específica da demonstração do resultado como receita bruta através do valor de mercado, nas operações de bovinos no Brasil e de suínos nos Estados Unidos, por ser possível mensurar de forma confiável em virtude da existência de mercados ativos.

Os animais vivos são segregados em consumíveis e animais para produção. Os animais para abate são destinados para produção de carne in natura e/ou produtos elaborados e processados e enquanto não atingem o peso adequado para abate são classificados como imaturos. Os processos de abate e produção ocorrem de forma sequencial em um curtíssimo intervalo de tempo e, como consequência, apenas os animais vivos transferidos para abate nos frigoríficos são classificados como maduros. Os animais para produção (matrizes) são aqueles que têm a função de produzir outros ativos biológicos. Enquanto não atingem a idade de reprodução são classificados como imaturos e quando estão aptos a iniciar o ciclo reprodutivo são classificados como maduros.

A Companhia determinou que o cost approach é a técnica de avaliação mais apropriada para o cálculo do valor justo de seus animais vivos, conforme previsto no IFRS 13 / CPC 46, principalmente por conta do curto período de vida dos ativos biológicos, bem como o preço que seria recebido pela venda em um mercado ativo baseado no custo para produzir um animal em mesmo grau de maturidade no seu ciclo de vida. No caso de animais mantidos para produção, esse custo é reduzido ao longo do tempo levando em conta a redução em valor ao longo de sua vida útil.

Provisão para ajuste ao valor recuperável

As perdas esperadas são estimadas com base em análises históricas e registradas no momento do reconhecimento do contas a receber. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa, bem como suas reversões, são registradas na demonstração do resultado na rubrica “Despesas com vendas”

Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são calculados sobre amortização fiscal do ágio e as reservas de reavaliação, diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos impostos diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, despesas tributárias e créditos tributários possam ser usados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Plano de outorga de compra de ações

A Companhia opera um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações. A Companhia outorga opções de ações a funcionários com o propósito de despertar o senso de propriedade e o envolvimento pessoal no desenvolvimento e no sucesso financeiro da JBS. Os diretores estatutários, diretores e gerentes gerais são elegíveis ao plano. O Diretor Presidente da Companhia estabelece os critérios de outorga das opções, definindo os colaboradores participantes. A quantidade de ações autorizadas a serem outorgadas sobre o plano é limitada a 2% do capital social da Companhia, e também é limitada a aumentar 0,4% do capital social da Companhia por ano.

O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa em contrapartida da reserva de capital. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido sendo determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado. A quantidade de opções a que cada beneficiário tem direito, é calculada com base no preço médio das ações nos três meses anteriores à data da outorga. O plano de outorga de opção de compra de ações possui o prazo máximo de exercício de dez anos variando de acordo com cada contrato individual. Todas as opções devem ser liquidadas pela entrega física de ações.

Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos e sendo necessário reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido. O valor justo médio ponderado de cada opção outorgada foi estimado na data da outorga com base no modelo de precificação de opções Black&Scholes-Merton.

Conversão de moedas estrangeiras

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para suas respectivas moedas funcionais de cada uma das empresas controladas. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data das demonstrações contábeis são convertidos para a moeda funcional pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço. As variações cambiais positivas e negativas dos itens monetários é a diferença entre custo amortizado em moeda estrangeira convertidos à taxa de câmbio no final do período.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”), sendo convertidas às práticas contábeis - IFRS e para Reais pela taxa cambial correspondentes à data de encerramento do balanço para ativos e passivos, pela taxa histórica para as movimentações ocorridas no patrimônio líquido e pela taxa cambial médio do período para as contas de receitas e despesas, quando aplicável, e com o registro no patrimônio líquido dos efeitos da variação cambial, sob a rubrica de “Ajustes acumulados de conversão”.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do grupo.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando, e somente quando:

- o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade do bem;
- é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e suas controladas;
- a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens;
- as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, sejam confiavelmente mensuradas.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Conforme evidenciado na nota “Arrendamento mercantil” a Companhia não reconhece um ativo e passivo de arrendamento mercantil para contratos com prazo inferior a 12 meses e/ou de baixo valor.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantinha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existia construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações contábeis

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis do emissor

A Companhia, com exceção dos arrendamentos mercantis operacionais, não possuía ativos ou passivos, direta ou indiretamente, que não constassem de suas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A partir de 1 de janeiro de 2019, com a adoção do IFRS 16, os passivos de arrendamentos mercantis passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme descrito no item 10.4.

A Companhia estima que os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais com prazo superior a um ano não canceláveis apresentados no item 10.6 deste Formulário de Referência serão convertidos no resultado, como despesa ao longo do período do arrendamento, para os contratos com prazo inferior a 12 meses e/ou de baixo valor.

(b) natureza e o propósito da operação

A Controladora possui contratos de arrendamento operacional de complexos industriais, curtumes e centros de distribuição nos Estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo.

A JBS USA possui contratos de arrendamento operacional de armazéns, escritórios comerciais e instalações de manutenção de veículos nos Estados Unidos da América, bem como escritórios de marketing na Ásia; centros de distribuição, confinamentos e armazéns na Austrália; moinhos, centros de distribuição, incubatórios e escritórios no México; fazendas, unidades de processamento e escritórios no Reino Unido; e, escritórios na França, Luxemburgo e Emirados Árabes. Adicionalmente, a JBS USA arrenda equipamentos, veículos de transporte rodoviário e outros ativos.

A Seara Alimentos, através de sua controlada JBS Aves, é arrendatária de unidades produtoras nos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A Companhia mantém contratos de arrendamento mercantil operacional de unidades de confinamento, imóveis, veículos e aeronaves, máquinas e equipamento, terra nua e terrenos, plantas industriais, equipamento de informativa, móveis e utensílios, dentre outros, os quais são utilizados nas atividades operacionais da Companhia durante a vigência do contrato.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Vide item 10.6.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia pretende investir R$8 bilhões no Brasil nos próximos cinco anos visando estar preparada para atender o aumento da demanda por carne no país e no exterior.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamentos dos investimentos da Companhia são, principalmente, a própria geração de caixa das atividades operacionais da Companhia e captações de empréstimos e financiamentos junto à bancos comerciais e ao mercado de capitais.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem desinvestimentos relevantes previstos em plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos além dos investimentos para a manutenção dos ativos já pertencentes à Companhia.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não existe aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos relevantes em andamento ou previstos.

(c) novos produtos e serviços

A Companhia investe constantemente em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos relacionados às suas unidades de negócios já existentes, porém, até a presente data, não existem pesquisas que foram divulgadas ao mercado em geral.

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia investe constantemente em pesquisa relacionados às suas unidades de negócios já existentes, porém, até a presente data, não existem pesquisas que foram divulgadas ao mercado em geral.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia investe constantemente em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos relacionados às suas unidades de negócios já existentes, porém, até a presente data, não existem pesquisas que foram divulgadas ao mercado em geral.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia investe constantemente em desenvolvimento de novos produtos relacionados às suas unidades de negócios já existentes, porém, até a presente data, não existem projetos que foram divulgadas ao mercado em geral.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia investe constantemente em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos relacionados às suas unidades de negócios já existentes, porém, até a presente data, não existem pesquisas que foram divulgadas ao mercado em geral.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras ou que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

(a) objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que a ele se reportam

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada da Companhia, responsável pelo estabelecimento de suas políticas e diretrizes gerais de negócio, incluindo a sua estratégia de longo prazo, pelo controle e a fiscalização de desempenho da Companhia e pela supervisão da gestão dos diretores da Companhia.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia ("**Estatuto Social**"), o Conselho de Administração será composto de no mínimo 5 (cinco) e no máximo 11 (onze) membros, todos eleitos e destituíveis pela assembleia geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) assembleias gerais ordinárias, sendo permitida a reeleição. Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto por 9 (nove) membros efetivos. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (respectivamente, "**Regulamento do Novo Mercado**" e "**B3**") devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger. Ainda, quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, conforme definido nos § 2º e 3º do artigo 16 do Estatuto Social.

Para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, não é considerado conselheiro independente aquele que: (i) é acionista controlador direto ou indireto da companhia; (ii) tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à companhia; (iii) é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; e (iv) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da companhia ou do seu acionista controlador.

Para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, as situações descritas abaixo devem ser analisadas de modo a verificar se implicam perda de independência do conselheiro independente em razão das características, magnitude e extensão do relacionamento: (i) é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) tem relações comerciais com a companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; ou (v) recebe outra remuneração da companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

advindos de planos de previdência complementar. Ademais, é considerado conselheiro independente, porém, aquele eleito nos termos do artigo 141, Parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia serão eleitos pela maioria de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer a renúncia ou a vacância naqueles cargos.

Nos termos do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das demais que lhe são atribuídas por lei:

(a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

(b) eleger e destituir os Diretores, bem como discriminar as suas atribuições, observado o disposto no Estatuto Social;

(c) fixar a remuneração, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos Diretores, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral;

(d) fiscalizar a gestão dos Diretores;

(e) examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e sobre quaisquer outros atos;

(f) escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;

(g) apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

(h) aprovar e rever o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual, o qual deverá ser revisto e aprovado anualmente, bem como formular proposta de orçamento de capital a ser submetido à Assembleia Geral para fins de retenção de lucros; deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;

(i) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre a oportunidade de levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;

(j) apresentar à Assembleia Geral proposta de reforma do Estatuto Social;

(k) apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias e a instalação e o fechamento de plantas industriais, no país ou no exterior;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(l) manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral; aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia;

(m) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º do Estatuto Social, fixando o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei;

(n) deliberar sobre: (i) a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações ordinárias, como previsto no parágrafo 2º do artigo 6º do Estatuto Social, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, em valor do capital social ou em número de ações e (ii) debêntures simples, não conversíveis em ações, com ou sem garantia real, estabelecendo, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão de debêntures conversíveis e não conversíveis em ações ordinárias, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o modo de subscrição ou colocação, bem como os tipos de debêntures;

(o) outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas, nos termos de planos aprovados em Assembleia Geral;

(p) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;

(q) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam “bonds”, “notes”, “notas promissórias”, “certificado de recebíveis”, “commercial papers”, ou outros de uso comum no mercado, bem como para fixar as suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;;

(r) estabelecer o valor da participação nos lucros dos diretores e empregados da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia, podendo decidir por não lhes atribuir qualquer participação;

(s) decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;

(t) estabelecer o valor de alçada da Diretoria, limitado, por operação, a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido consolidado constante nas últimas demonstrações financeiras padronizadas disponíveis e, em conjunto dentro do exercício social, a 10% do patrimônio líquido consolidado nas últimas demonstrações financeiras padronizadas disponíveis para aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias, arrendamentos de plantas industriais, associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros, bem como autorizar a aquisição

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

ou alienação de investimentos em participações societárias, arrendamentos de plantas industriais, associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros;

(u) autorizar a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, excetuando-se as hipóteses contempladas no orçamento anual da Companhia, bem como, estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis;

(v) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias e/ou de suas controladas e a prestação de fiança, pela Companhia, em contratos de locação em favor de seus empregados e/ou empregados de sociedades controladas direta ou indiretamente pelo período que perdurar seu contrato de trabalho, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;

(w) aprovar a celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos, acordos ou convênios entre a Companhia ou suas Controladas e quaisquer partes relacionadas em valores iguais ou superiores a R$ 100.0000.000,00 (cem milhões de reais) considerados individual ou cumulativamente, no período dos últimos 12 (doze) meses) e quaisquer outras transações com partes relacionadas indicadas na Política de Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração; e estabelecer o valor de alçada da Diretoria para aprovar a celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos, acordos ou convênios entre a Companhia ou suas Controladas e quaisquer partes relacionadas e quaisquer outras transações com partes relacionadas observadas na Política de Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração;

(x) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;

(y) conceder, em casos especiais, autorização específica para que determinados documentos possam ser assinados por apenas um Diretor (que não o Diretor Presidente), do que se lavrará ata no livro próprio;

(z) aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações;

(aa) aprovar as políticas de divulgação de informações ao mercado e negociação com valores mobiliários da Companhia;

(bb) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar conveniente;

(cc) instituir Comitês e estabelecer os respectivos regimentos e competências;

(dd) dispor, observadas as normas do Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento; e

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(ee) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a celebração de qualquer contrato, acordo ou outro instrumento de assunção de direitos e obrigações que (i) não permita à Companhia ou à suas controladas sua rescisão, por iniciativa da Companhia ou de suas controladas, realizada antes de 90 (noventa) dias da data que venha a informar à contraparte sua intenção de rescindir a relação contratual; ou que (ii) acarrete em pagamento de qualquer modalidade de sanção ou obrigação pecuniária para a Companhia ou suas subsidiárias, incluindo mas não se limitando a multa, lucros cessantes, cláusula take or pay e/ou compromisso da Companhia ou de suas subsidiárias de permanecer com a obrigação de pagar parcelas vincendas cujo valor seja igual ou superior ao equivalente a 3 (três) meses das obrigações pecuniárias celebrados entre a Companhia e qualquer uma de suas subsidiárias, sejam elas diretas ou indiretas, em seu nome, e de acordo com as demais previsões e limitações estabelecidas pela Lei e pelo Estatuto Social.

Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração

A Companhia conta com cinco órgãos de assessoramento vinculados diretamente ao seu Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria, o Comitê de Sustentabilidade, o Comitê de Financeiro e de Gestão de Riscos, o Comitê de Partes Relacionadas e o Comitê de Governança e Remuneração. Os comitês de assessoramento são responsáveis por conduzir estudos sobre matérias que demandem uma análise aprofundada e técnica antes de serem levadas à deliberação do Conselho de Administração, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia.

Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos

O Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos é o órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, que tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas atribuições legais com relação às políticas, práticas e estratégias financeiras e de gestão de riscos da Companhia. O Comitê possui Regimento Interno próprio aprovado pelo Conselho de Administração em 17 de dezembro de 2017, disponível no site de relações com investidores da Companhia (jbss.infoinvest.com.br) e reporta-se ao Conselho de Administração, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia.

O Comitê, funciona em caráter permanente. O Comitê é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, selecionados entre os membros efetivos do Conselho de Administração, os diretores e outros executivos da Companhia; e profissionais externos com notórios conhecimentos sobre as atividades que integram o escopo do Comitê. Atualmente é composto por quatro membros.

De acordo com o seu Regimento Interno, o Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos possui as seguintes atribuições:

(a) sugerir alterações ao presente Regimento e regras complementares para o seu funcionamento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração;

(b) recomendar e acompanhar a adoção dos melhores padrões econômico-financeiros e o processo de implementação e manutenção de tais padrões pela Companhia, propondo alterações atualizações e melhorias ao Conselho de Administração;

(c) analisar e revisar os índices econômico-financeiros e o fluxo de caixa, bem como acompanhar a implementação da política de endividamento e das políticas e práticas de gestão de riscos da Companhia, de modo a sugerir modificações e

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

ajustes sempre que considerar necessário para proteção do melhor interesse da Companhia;

(d) auxiliar o Conselho de Administração na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial e de seus potencias reflexos na posição financeira da Companhia, bem como na elaboração de cenários e tendências, na avaliação de oportunidades e riscos e na definição de estratégias a serem adotadas pela Companhia no que se refere à sua política financeira;

(e) acompanhar os padrões de negociação dos valores mobiliários da Companhia, bem como as opiniões dos principais analistas de investimentos, propondo medidas que contribuam para o melhor interesse da Companhia; e

(f) elaborar relatório anual resumido contendo a descrição das atividades do Comitê, que deverá ser enviado ao Conselho de Administração.

Comitê de Sustentabilidade

O Comitê de Sustentabilidade é órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, que tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas atribuições legais com relação à sustentabilidade da Companhia. O Comitê possui Regimento Interno próprio aprovado pelo Conselho de Administração em 17 de dezembro de 2017 e disponível no site de relação com investidores da Companhia (jbss.infoinvest.com.br), e reporta-se ao Conselho de Administração, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia.

O Comitê, funciona em caráter permanente. O Comitê é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, selecionados entre os membros efetivos do Conselho de Administração, os diretores e outros executivos da Companhia; e profissionais externos com notórios conhecimentos sobre as atividades que integram o escopo do Comitê. Atualmente é composto por quatro membros.

De acordo com o seu Regimento Interno, o Comitê de Sustentabilidade possui as seguintes atribuições:

(g) sugerir alterações ao presente Regimento e regras complementares para o seu funcionamento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração;

(h) assessorar o Conselho de Administração nas questões de sustentabilidade relativas aos negócios da Companhia;

(i) formular recomendações ao Conselho de Administração sobre os objetivos de sustentabilidade e acompanhar a implantação de políticas, estratégias, ações e projetos que se relacionem ao desenvolvimento sustentável dos negócios da Companhia, incluindo gestão sócio- ambiental e comunicação;

(j) avaliar os relatórios emitidos por órgãos reguladores sobre a Companhia, naquilo que possa impactar o seu desenvolvimento sustentável; e

(k) elaborar relatório anual resumido contendo a descrição das atividades do Comitê, que deverá ser enviado ao Conselho de Administração.

Comitê de Partes Relacionadas

O Comitê de Partes Relacionadas é órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, que tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas atribuições, visando assegurar que as transações da Companhia e de suas

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

controladas e coligadas, envolvendo partes relacionadas ("**Partes Relacionadas**", conforme definidas na Política para Transação come Partes Relacionadas) sejam realizadas levando em consideração em primeiro lugar o melhor interesse da Companhia, em condições ordinárias de mercado, negociadas de forma independente, ética, em conformidade com a legislação vigente e em termos não menos favoráveis à Companhia do que seriam caso fossem realizadas com terceiros que não são Partes Relacionadas, sob as mesmas circunstâncias ou em cenários similares. O Comitê possui Regimento Interno próprio aprovado pelo Conselho de Administração em 26 de junho de 2018 e disponível no site de relação com investidores da Companhia (jbss.infoinvest.com.br), e reporta-se ao Conselho de Administração, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia.O Comitê, funciona em caráter permanente. O Comitê é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, selecionados entre os membros efetivos do Conselho de Administração, os diretores e outros executivos da Companhia; e profissionais externos com notórios conhecimentos sobre as atividades que integram o escopo do Comitê. Atualmente é composto por três membros.

De acordo com o seu Regimento Interno, o Comitê de Partes Relacionadas possui as seguintes atribuições:

(l) sugerir alterações ao presente Regimento e regras complementares para o seu funcionamento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração;

(m) analisar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração a aprovação de Política de Partes Relacionadas, bem como propostas de revisão desta Política, ambas através de proposta elaborada pela Diretoria da Companhia;

(n) analisar, monitorar e recomendar o processo de seleção de fornecedores e prestadores de serviços, ou qualquer forma de contratação ou assunção de responsabilidades, dívidas ou obrigações da Companhia e suas controladas para contratos que envolvam Partes Relacionadas, garantindo que sejam observadas as condições de mercado, conforme previstas na Política de Partes Relacionadas;

(o) atuar com independência e propor solução sempre que houver divergência entre a Companhia e qualquer das Partes Relacionadas em qualquer operação, negócio, contrato ou transação; e

(p) elaborar relatório anual resumido contendo a descrição das atividades do Comitê, os resultados e conclusões e recomendações feitas que deverá ser enviado ao Conselho de Administração.

Comitê de Governança e Remuneração

O Comitê de Governança e Remuneração é órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, que tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas atribuições com relação às regras e princípios de governança e remuneração estabelecidos na legislação aplicável, no Estatuto Social e nas melhores práticas de mercado, bem como com relação ao aprimoramento da eficiência dos mecanismos de governança corporativa e gestão da Companhia. O Comitê possui Regimento Interno próprio aprovado pelo Conselho de Administração em 26 de junho de 2018 e disponível no site de relação com investidores da Companhia (jbss.infoinvest.com.br), e reporta-se ao Conselho de Administração, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia.

O Comitê, funciona em caráter permanente. O Comitê é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, selecionados entre os membros efetivos do Conselho de Administração, os diretores e outros executivos da

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Companhia; e profissionais externos com notórios conhecimentos sobre as atividades que integram o escopo do Comitê. Atualmente é composto por três membros.

De acordo com o seu Regimento Interno, o Comitê de Governança e Remuneração possui as seguintes atribuições:

(a) sugerir alterações ao presente Regimento e regras complementares para o seu funcionamento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração;

(b) promover, acompanhar e assegurar a adoção das melhores práticas de governança corporativa e coordenar o processo de implementação e manutenção de tais práticas na Companhia, assim como a eficácia dos processos de governança corporativa, propondo alterações, atualizações e melhorias quando necessário;

(c) promover ações, acompanhar e assegurar iniciativas relacionadas à disseminação e cumprimento de políticas de *compliance* e integridade, incluindo, mas não se limitando, alterações, atualizações e melhorias do Manual de Conduta Ética da Companhia quando necessário;

(d) formular recomendações ao Conselho de Administração e revisar periodicamente as políticas e práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia, notadamente quanto ao funcionamento e competências do Conselho de Administração, Diretoria e demais órgãos auxiliares da administração da Companhia;

(e) zelar pelo bom funcionamento do Conselho de Administração, da Diretoria e dos órgãos auxiliares da administração da Companhia, bem como pelo relacionamento entre esses órgãos;

(f) elaborar e revisar periodicamente o Estatuto Social e os Códigos e Políticas da Companhia, os Regimentos Internos dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, assim como quaisquer outros documentos relacionados à governança corporativa da Companhia e efetuar as recomendações de alteração, críticas e sugestões que entender necessárias ao Conselho de Administração, a fim de mantê-los constantemente atualizados com os mais altos padrões de governança corporativa, sempre observadas as características peculiares à Companhia;

(g) manter o Conselho de Administração informado e atualizado acerca das normas, regulamentações e recomendações vigentes e praticadas no mercado, inclusive em relação às normas que venham a ser criadas e impactem as atividades societárias e de mercado de capitais da Companhia;

(h) acompanhar a implementação e a observância dos requisitos exigidos pela legislação societária e de mercado de capitais, bem como dos órgãos de fiscalização dos mercados de valores mobiliários aos quais a Companhia esteja submetida;

(i) elaborar minutas, submeter ao Conselho de Administração e revisar periodicamente as políticas de contratação da Companhia com suas partes relacionadas, bem como todas as demais políticas necessárias à adoção, pela Companhia, das melhores práticas de gestão e de governança corporativa;

(j) revisar periodicamente critérios e propor melhorias relacionadas à remuneração dos administradores da Companhia visando ao desenvolvimento dos executivos

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

da Companhia, para geração de valor a longo prazo, com foco em resultados, meritocracia, de forma a manter e motivar os colaboradores e, também, atrair novos talentos, cujas diretrizes que devem estar alinhadas com a cultura e valores da Companhia;

(k) revisar anualmente a remuneração dos administradores estatutários da Companhia e submeter para aprovação do Conselho de Administração para posterior aprovação em Assembleia Geral Ordinária;

(l) elaborar relatório anual resumido contendo a descrição das atividades do Comitê, que deverá ser enviado ao Conselho de Administração.

(i) regimento interno próprio

O regimento interno do Conselho de Administração foi aprovado em 19 de dezembro de 2017 e está disponível no site de relação com investidores da Companhia (https://ri.jbs.com.br/).

(ii) comitê de auditoria estatutário

Comitê de Auditoria

A Companhia possui um Comitê de Auditoria não estatutário. Este Comitê é o órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, que tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas atribuições com relação à qualidade dos relatórios financeiros da Companhia, bem como com relação aos processos de gestão de riscos e às atividades dos auditores internos e independentes. O Comitê possui Regimento Interno próprio e se reporta ao Conselho de Administração, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia.

O Comitê, funciona em caráter permanente. Quanto à composição, o Comitê é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, selecionados entre os membros efetivos do Conselho de Administração, os diretores e outros executivos da Companhia; e profissionais externos com notórios conhecimentos sobre as atividades que integram o escopo do Comitê. Atualmente é composto por três membros.

De acordo com seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria possui as seguintes atribuições:

(m) sugerir alterações ao presente Regimento e regras complementares para o seu funcionamento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração;

(n) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

(o) avaliar as demonstrações financeiras trimestrais e anuais;

(p) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

(q) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

(r) avaliar, monitorar e fazer recomendação ao Conselho de Administração quanto à correção ou ao aprimoramento das políticas internas da Companhia relacionada à elaboração e à auditoria das demonstrações financeiras;

(s) apreciar os relatórios emitidos por órgãos reguladores sobre a Companhia que tenham relação com o escopo do Comitê; e

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(t) elaborar relatório anual resumido contendo a descrição das atividades do Comitê, que deverá ser enviado ao Conselho de Administração.

(iii) avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

O Conselho de Administração da Companhia acompanha periodicamente o trabalho realizado pela auditoria independente, contudo, não realiza avaliação formal periódica.

(b) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Diretoria

A Diretoria é o órgão administrativo executivo da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais. Os diretores executivos são os seus representantes legais e são responsáveis pela organização interna, processo deliberativo, operações diárias e implementação de políticas e diretrizes gerais estabelecidas periodicamente pelo Conselho de Administração.

Nos termos do Estatuto Social, a Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 7 (sete) membros, os quais serão designados Diretor Presidente, Diretor de Administração e Controle, Diretor de Finanças, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Executivo de Relações Institucionais e os demais Diretores sem designação específica. Os cargos de Diretor Presidente e de Diretor de Relação com Investidores são de preenchimento obrigatório. Os diretores terão prazo de mandato unificado de 3 (três) anos, considerando-se ano o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, incluindo para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes. Observados os valores de alçada da Diretoria fixados pelo Conselho de Administração nos casos previstos no artigo 19 do Estatuto Social, compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

(u) cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

(v) elaborar, anualmente, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

(w) propor, ao Conselho de Administração, o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual, o qual deverá ser revisto e aprovado anualmente;

(x) deliberar sobre a instalação e o fechamento de filiais, depósitos, centros de distribuição, escritórios, seções, agências, representações por conta própria ou de terceiros, em qualquer ponto do país ou do exterior;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(y) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração; e

(z) convocar a Assembleia Geral, no caso de vacância de todos os cargos do Conselho de Administração.

De acordo com o Estatuto Social, a Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, incluindo para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes.

A Companhia será sempre representada, em todos os atos, pela assinatura isolada do Diretor Presidente; e, na sua ausência, pela assinatura de 2 Diretores em conjunto ou, na falta destes, pela assinatura de um ou mais procuradores especialmente nomeados para tanto de acordo com o Estatuto Social da Companhia.

Compete ao Diretor Presidente: (i) executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração; (iii) supervisionar a elaboração do orçamento anual, do orçamento de capital, do plano de negócios, e do plano plurianual; (iv) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todos os negócios e operações da Companhia, no Brasil e no exterior; (v) coordenar as atividades dos demais Diretores da Companhia e de suas subsidiárias, no Brasil ou no exterior, observadas as atribuições específicas previstas no Estatuto Social; (vi) dirigir, no mais alto nível, as relações públicas da Companhia e orientar a publicidade institucional; (vii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (viii) representar pessoalmente, ou por mandatário que nomear, a Companhia nas assembleias ou outros atos societários de sociedades das quais a Companhia participar; e (ix) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Compete ao Diretor de Administração e Controle: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas de Contabilidade, Tecnologia da Informação, Contas a Receber/Crédito, Contas a Pagar e Administrativo; e (ii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Compete ao Diretor de Finanças: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de Finanças da Companhia; (ii) dirigir e orientar a elaboração do orçamento anual e do orçamento de capital; (iii) dirigir e orientar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e administração de recursos, bem como as políticas de hedge pré-definidas pelo Diretor Presidente; e (iv) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de relações com investidores da Companhia; (ii) representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a Comissão de Valores Mobiliários, as Bolsas de Valores, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior; e (iii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Compete ao Diretor Executivo de Relações Institucionais: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas Jurídica, de Marketing Institucional, de Relação com a Imprensa e de Tributos da Companhia; (ii) coordenar, administrar e dirigir as relações públicas da Companhia e orientar a publicidade institucional; (iii) coordenar as atividades do Conselho de Administração da Companhia; (iv) planejar, propor e implantar políticas e atuações da Companhia relativas às áreas mencionadas no item (i) acima; (v) supervisionar e coordenar os serviços jurídicos da

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Companhia; (vi) opinar sobre a contratação de advogados externos; (vii) representar, isoladamente, a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades Federais, Estaduais e Municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista, entidades paraestatais, e entidades e sociedades privadas; e (viii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Compete aos Diretores sem designação específica, se eleitos, auxiliar o Diretor Presidente na coordenação, administração, direção e supervisão dos negócios da Companhia, de acordo com as atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

De modo geral, a Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, incluindo para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes. Observados os valores de alçada da Diretoria fixados pelo Conselho de Administração nos casos previstos no artigo 19 do Estatuto Social, compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente

O Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2008, e se tornou permanente por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 11 de abril de 2008. O Conselho Fiscal possui regimento interno próprio, cuja última revisão foi aprovada em 5 de maio de 2017 e publicada no site da Companhia (jbss.infoinvest.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

(d) mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que a ele se reporta

Conforme a Política de Remuneração adotada pela Companhia, todos os cargos devem possuir avaliação, com base nas atribuições da função, para sustentar a classificação do cargo e consequente atribuição correta da grade ao cargo.

Adicionalmente, com relação à Diretoria, assim como para todos os funcionários da Companhia, os indicadores de desempenho são metas operacionais, financeiras e medem o desempenho individual. A avaliação do desempenho individual de cada Diretor estatutário é feita em atividades específicas e também leva em conta iniciativa, pró-atividade, tomada de decisões, postura profissional, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe e o alinhamento com os valores da Companhia.

(i) periodicidade da avaliação e sua abrangência

Todos os cargos de supervisão, especialista, coordenação, gerência, diretoria e presidência são contemplados pela tabela corporativa utilizada pela Companhia, tendo sua revisão no mês de julho de cada ano com base no percentual de reajuste do acordo coletivo.

(ii) metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação

A Companhia utiliza metodologia de pontos e comitês de avaliação para garantir sua correta classificação e cabe a área corporativa realizar a descrição das atribuições e perfil dos cargos. Toda promoção é avaliada pelo desempenho profissional e da área de negócio, bem como o desempenho da Companhia perante o mercado.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados para aprimorar o funcionamento do órgão

A partir dos resultados das avaliações, são implementados planos de ações, como revisões dos planejamentos dos trabalhos para abordagem ou priorização de tópicos específicos, reuniões e treinamentos para aprimorar o funcionamento dos órgãos.

(iv) contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia pode vir a contratar serviços de consultoria ou assessoria externos para realizar as avaliações de desempenho do Conselho de Administração e dos comitês que a ele se reportam, no entanto, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no período encerrado em 30 de setembro de 2019, a Companhia não contratou tais serviços.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(a) prazos de convocação

Considerando ser a Companhia emissora de ações que servem de lastro para programa de ADR, suas assembleias gerais devem ser convocadas com o prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, nos termos do artigo 8 da Instrução CVM n.º 559/2015.

A CVM poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista, e ouvida a Companhia: (i) aumentar, para até 30 dias, a contar da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas, o prazo de antecedência de publicação do primeiro anúncio de convocação da assembleia geral de companhia aberta, quando esta tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas; e (ii) interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembleia geral extraordinária de companhia aberta, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia e, se for o caso, informar à Companhia, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembleia viola dispositivos legais ou regulamentares.

(b) competências

Compete à assembleia geral, além das atribuições previstas em lei: (a) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; (b) fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal; (c) reformar o Estatuto Social; (d) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia; (e) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; (f) aprovar planos de opção de compra de ações destinados a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia; (g) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; (h) eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; e (i) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

(c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Todos os documentos pertinentes a Assembleias Gerais, tanto os relacionados à participação dos acionistas, quanto os de suporte para as deliberações, ficam disponíveis nos seguintes endereços: (i) sede social da Companhia, localizada na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Bloco I, 3º Andar, Vila Jaguara, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05118-100; e (ii) internet: site da Companhia (http://www.jbs.com.br/ri); site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/).

(d) identificação e administração de conflito de interesses

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de administração de conflitos de interesses em relação ao previsto na legislação societária.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

(e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia divulga as regras relacionadas às procurações para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais quando das respectivas convocações.

(f) formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nas assembleias gerais, os acionistas deverão apresentar, com, no mínimo, 72 horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 5 dias antes da data da realização da assembleia geral; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem ter reconhecimento das assinaturas por Tabelião ou Notário Público, legalizados/apostilados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor.

(g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

A Companhia adota o sistema de votação à distância, nos termos da regulamentação aplicável, permitindo que os acionistas participem das assembleias gerais mediante a entrega do boletim de voto à distância aos agentes de custódia, ao escriturador ou diretamente à Companhia até 7 (sete) dias antes da realização das assembleias gerais.

Os dispositivos referentes a voto à distância aplicam-se: (a) às assembleias gerais ordinárias; e (b) às assembleias gerais extraordinárias que deliberarem (i) sobre a eleição de membros do conselho fiscal ou (ii) do Conselho de Administração, quando a eleição se fizer necessária por vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração que tiver sido eleito por voto múltiplo ou para preenchimento das vagas dedicadas à eleição em separado de que tratam os artigos 141, § 4º, e 239 da Lei das Sociedades por Ações.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos para a sede social da Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

Via física do presente boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado; e

Cópia autenticada dos seguintes documentos:

(i) Para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista;

(ii) Para pessoas jurídicas: último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e documento de identidade com foto do representante legal.

(iii) Para Fundos de Investimento:último regulamento consolidado do fundo devidamente registrado no órgão competente; estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

documentos societários que comprovem os poderes de representação; e documento de identidade com foto do representante legal.

O acionista poderá também, se preferir, enviar as vias digitalizadas deste boletim e dos documentos acima mencionados para o endereço eletrônico ri@jbs.com.br, sendo que, nesse caso, também será necessário o envio da via original do boletim de voto e da cópia autenticada dos documentos requeridos para a Avenida Marginal Direita do Tietê, nº 500, Bloco II, 3º andar, Vila Jaguara, CEP 05.118-100, São Paulo/SP – Brasil.

Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem ter reconhecimento das assinaturas por Tabelião ou Notário Público, legalizados/apostilados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que contenham foto de seu titular: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação nas assembleias gerais da Companhia deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do artigo 126, § 1.º da Lei das Sociedades por Ações.

Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, § 1.º e § 2.º do Código Civil, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante.

Uma vez recebidos o boletim e respectivas documentações exigidas, a Companhia avisará ao acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Instrução CVM nº 481, conforme alterada, por meio de envio de e-mail ao endereço de e-mail informado pelos acionistas no boletim de voto a distância, no prazo de 3 dias contados do seu recebimento.

Caso este boletim seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos acima, este será desconsiderado e o acionista será informado por meio do endereço de e-mail indicado por ele.

O boletim e demais documentos comprobatórios deverão ser protocolados na Companhia em até 7 dias antes da data da Assembleia Geral. Eventuais boletins recepcionados pela Companhia após essa data serão desconsiderados.

(h) sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação à distância.

(i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberações, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Nos termos do art. 21-L da ICVM 481/09, alterada pela Instrução CVM nº 561/2015, é facultado aos acionistas incluir nos boletins de voto a distância disponibilizados por ocasião de assembleias gerais ordinárias e extraordinárias (a) candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal da companhia; e (b) propostas de deliberação.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

Caso o acionista queira incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no boletim de voto à distância, será necessário apresentar tais propostas por meio de correspondência enviada ao endereço Avenida Marginal Direita do Tietê, nº 500, Bloco II, 3º andar, Vila Jaguara, CEP 05.118-100, São Paulo/SP – Brasil, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico ri@jbs.com.br, nos prazos estabelecidos pela regulamentação vigente.

As solicitações de inclusão devem ser formuladas de acordo com o artigo 21-G da Instrução CVM nº 481 e vir acompanhadas dos seguintes documentos: (a) informações elencadas nos artigos 8 a 21 da Instrução CVM nº 481 a respeito dos candidatos e/ou da proposta objetos de inclusão no boletim de voto a distância; (b) indicação das vagas a que os candidatos propostos concorrerão, conforme o caso; (c) documentos que comprovem a qualidade de acionista, mencionados no item 12.2 “g” deste Formulário de Referência; (d) documentos que comprovem a participação acionária requerida para referida solicitação; e (e) no caso de inclusão de proposta, informações descritas no Anexo 21-M-II-da Instrução CVM nº 481 a respeito do acionista que solicitar a inclusão.

(j) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e/ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto à distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

Vide o item 12.1(a.1) deste Formulário de Referência para atribuições, composição e regras sobre membros independentes do Conselho de Administração da Companhia.

As decisões do Conselho de Administração são, de forma geral, tomadas pela maioria dos votos dos membros presentes em cada reunião. O presidente do Conselho de Administração detém o voto de desempate.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração estão proibidos de votar em qualquer assembleia geral ou de atuar em qualquer operação ou negócio nos quais tenham conflito de interesses com a Companhia.

(a) número de reuniões realizadas no último exercício social

O Conselho de Administração da Companhia se reuni, ordinariamente, pelo menos uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário mediante convocação do Presidente do Conselho de Administração com a indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem considerados naquela reunião, se houver.

Reuniões do Conselho de Administração em 2019	
Ordinárias	6
Extraordinárias	8
Total	**14**

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação e da regulamentação aplicáveis à Companhia.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador da Companhia, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que tiver interesse conflitante com a sociedade.

A lei dispõe, ainda, que é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Não obstante, admite-se que o administrador contrate com a companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a companhia contrataria com terceiros.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

No que se refere especificamente aos administradores que também forem acionistas da Companhia e, conforme o disposto no item 12.2 (d) acima, a Lei das Sociedades por Ações dispõe que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido.

A Companhia possui uma uma Política Global de Conflito de Interesse aprovada em 10 de outubro de 2019, que estabelece critérios e diretrizes para identificação e tratamento de conflitos de indeterssa.

(d) política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

A Companhia possui uma Política de Indicação e Treinamento de Membros do Conselho de Administração e dos Comitês, aprovada pelo Conselho de Administração em 09 de outubro de 2018.

(i) órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e local na rede mundial de computadores para consulta

A Política de Indicação e Treinamento de Membros do Conselho de Administração e dos Comitês foi aprovada em 09 de outubro de 2018 pelo Conselho de Administração da Companhia, e publicada no site da Companhia e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

(ii) principais características

Referida Política tem como objetivo determinar os critérios mínimos para indicação de membros ao Conselho de Administração e aos Comitês de assessoramento do Conselho de Administração, prezando pelas melhores práticas de governança corporativa, pela transparência e pela diversidade.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem.

Nos termos do estatuto social, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, nos termos do Regulamento de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Gilberto Tomazoni	28/08/1958	Pertence apenas à Diretoria	13/05/2019	13/05/2022	1
341.840.159-72	Engenheiro	10 - Diretor Presidente / Superintendente	13/05/2019	Sim	0%
Não há					
Eliseo Santiago Perez Fernandez		Pertence apenas à Diretoria	13/05/2019	13/05/2022	4
412.811.954-72	Administrador	19 - Outros Diretores	13/05/2019	Sim	0%
Não exerce outros cargos ou funções no emissor.		Diretor de Administração e Controle.			
Guilherme Perboyre Cavalcanti	11/11/1968	Pertence apenas à Diretoria	13/05/2019	13/05/2022	1
010.981.437-10	Economista	12 - Diretor de Relações com Investidores	13/05/2019	Sim	0%
Chief Financial Officer (CFO) e Membro do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos					
Guilherme Perboyre Cavalcanti	11/11/1968	Pertence apenas à Diretoria	13/05/2019	13/05/2022	1
010.981.437-10	Economista	19 - Outros Diretores	13/05/2019	Sim	0%
Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos		Diretor de Finanças (CFO)			
Cledorvino Belini	03/05/1949	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	19/06/2020	1
116.050.068-15	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2019	Sim	100%
Não					
José Batista Sobrinho		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	Até a AGO de 2021	4
052.970.871-04	Empresário	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	30/04/2019	Sim	100%
Não exerce outros cargos ou funções no emissor.					
Alba Pettengill	08/08/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	até AGO de 2021	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
000.000.000-00	Psicóloga	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2019	Sim	0%
Não					
Gilberto Meirelles Xandó Baptista	24/08/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	Até a AGO de 2021	1
090.973.728-28	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2019	Sim	100%
Presidente do Comitê de Auditoria, Membro do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, Membro do Comitê de Governança e Remuneração e Presidente do Comitê de Partes Relacionadas					
Marcio Guedes Pereira Jr.	25/10/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	até AGO de 2021	0
050.958.058-04	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2019	Não	0%
Membro do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos da Companhia					
José Guimarães Monforte	06/07/1947	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	Até AGO de 2021	0
447.507.658-72	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2019	Não	0%
Não					
Aguinaldo Gomes Ramos Filho		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	Até a AGO de 2021	1
394.840.458-55	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2019	Sim	100%
Não exerce outros cargos ou funções no emissor.					
Gelson Luiz Merisio	31/01/1966	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/08/2020	Até AGO de 2021	0
464.643.529-20	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	13/08/2020	Sim	0%
Não exerce outros cargos ou funções no emissor					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	02/08/1953	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2019	Até a AGO de 2021	1
012.266.188-55	Engenheiro	39 - Outros Conselheiros / Diretores	30/04/2019	Sim	100%
Presidente do Comitê de Governança e Remuneração, Presidente do Comitê de Sustentabilidade e Diretor sem designação específica		Presidente do Conselho de Administração			
Wesley Mendonça Batista Filho		Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	13/05/2019	13/05/2022	1
389.569.918-71	Empresário	39 - Outros Conselheiros / Diretores	13/05/2019	Sim	0%
Presidente das operações da JBS na América do Sul, Presidente do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos e Membro do Conselho de Administração		Diretor sem designação específica			
Wesley Mendonça Batista Filho		Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2019	Até a AGO de 2021	1
389.569.918-71	Empresário	39 - Outros Conselheiros / Diretores	30/04/2019	Sim	100%
Diretor sem designação específica, Presidente das operações da JBS na América do Sul, Presidente do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos		Membro do Conselho de Administração			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	02/08/1953	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	13/05/2019	13/05/2022	1
012.266.188-55	Engenheiro	39 - Outros Conselheiros / Diretores	13/05/2019	Sim	0%
Presidente do Conselho de administração, Presidente do Comitê de Governança e Remuneração e Presidente do Comitê de Sustentabilidade		Diretor sem designação específica			
André Alcantara Ocampos	14/04/1980	Conselho Fiscal	28/04/2020	Até a AGO 2021	2
273.340.808-90	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2020	Sim	0%
Não exerce outros cargos ou funções no emissor.					
Francisco Vicente Santana Silva Telles	10/05/1969	Conselho Fiscal	30/04/2019	20/04/2020	4

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
000.461.527-17	Contador	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2019	Não	0%
Não exerce outros cargos ou funções no emissor.					
José Paulo da Silva Filho	14/04/1963	Conselho Fiscal	28/04/2020	até a AGO 2021	6
386.730.294-49	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2020	Sim	100%
Não exerce outros cargos ou funções no emissor.					
Sandro Domingues Raffai	02/01/1965	Conselho Fiscal	28/04/2020	até a AGO 2021	13
064.677.908-71	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2020	Sim	0%
Não exerce outros cargos ou funções no emissor.					
Marcos Godoy Brogiato	19/09/1968	Conselho Fiscal	28/04/2020	até a AGO 2021	13
949.583.438-49	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2020	Sim	0%
Não exerce outros cargos ou funções no emissor.					
Demetrius Nichele Macei	26/12/1970	Conselho Fiscal	28/04/2020	até a AGO 2021	9
787.870.509-78	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2020	Sim	87.5%
Não exerce outros cargos ou funções no emissor.					
Adrian Lima da Hora	02/02/1964	Conselho Fiscal	28/04/2020	até a AGO 2021	3
372.365.394-49	Administrador de Empresas	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	28/04/2020	Sim	100%
Não exerce outros cargos ou funções no emissor.					
Maurício Wanderley Estanislau da Costa	18/08/1960	Conselho Fiscal	28/04/2020	AGO/2021	1
721.960.507-25	Administrador de Empresas	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	28/04/2020	Não	0%
Não exerce outros cargos ou funções no emissor.					
Orlando Octávio de Freitas Júnior		Conselho Fiscal	28/04/2020	Até AGO de 2021	0
084.911.368-78	Auditor Contábil	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2020	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			

Não exerce outros cargos e funções

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Gilberto Tomazoni - 341.840.159-72

Gilberto Tomazoni é engenheiro mecânico, com pós-graduação em Gestão, possui vasta experiência e conhecimento da indústria de alimentos. Trabalhou durante 27 anos na Sadia, onde iniciou como trainee e foi Diretor Presidente. Atuou por três anos como Vice-Presidente da Bunge Alimentos, gerindo os negócios de alimentos e ingredientes, respondendo também como Diretor Executivo para América do Sul e Central. Ingressou na JBS como Presidente Global do Negócio de Aves. Liderou como CEO a formação da Seara Alimentos. Em 2015, assumiu a Presidência Global de Operações e até 2017 foi COO Global da JBS. Atualmente, é Diretor Presidente da Companhia. Desde 2013, preside o Conselho da Pilgrim´s Pride Corporation. Atualmente, é membro do Conselho Consultivo Internacional da Fundação Dom Cabral (FDC). Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Eliseo Santiago Perez Fernandez - 412.811.954-72

Eliseo Santiago Perez Fernandez é graduado em Administração de Empresas e Contabilidade pela Universidade Católica de Pernambuco. Além disso, é pós-graduado em administração de empresas pela FGV. Tem experiência de oito anos em empresa de auditoria e consultoria, e 10 anos em indústria de varejo Iniciou na JBS em Agosto de 2005 e é atualmente o Diretor de Administração e Controle. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Guilherme Perboyre Cavalcanti - 010.981.437-10

Guilherme Perboyre Cavalcanti - 010.981.437-10

Guilherme é graduado e mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Desde 2012,Guilherme atuava como Diretor de Finanças e Relações com Investidores na Fibria Celulose S/A. Anteriormente, ocupou a função de CFO e Diretor de relações com Investidores na Vale do Rio Doce e o cargo de Diretor de Tesouraria e Planejamento nas Organizações Globo. Ele obteve diversos prêmios e reconhecimentos, entre eles o de melhor CFO do setor de Papel e Celulose pela Institutional Investor magazine em todos os anos entre 2012 e 2016. O Sr. Guilherme Cavalcanti não possui qualquer condenação criminal ou administrativa capaz de impedir que exerça as funções de administração de sociedades.

Cledorvino Belini - 116.050.068-15

Cledorvino Belini é formado em administração de empresas pela Universidade Mackenzie, possui pós-graduação em finanças em curso de mestrado na USP e MBA pelo FDC/INSEAD. Fez carreira de 44 anos na Fiat, tendo presidido a montadora no Brasil e na América Latina durante 11 (onze) anos (entre 2004 e 2015). Em 2009, passou a integrar, também, o Conselho Executivo do Fiat Group (GEC) - a mais elevada instância mundial de comando daquele grupo. Também foi presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), entre 2010 e 2013. Atualmente é Diretor Presidente da CEMIG. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

José Batista Sobrinho - 052.970.871-04

Atual Vice-Presidente do Conselho de Administração é o fundador do Grupo JBS, possui mais de 50 anos de experiência com produção de carne bovina. Atualmente é também membro efetivo do Conselho de Administração da Eldorado Brasil Celulose S.A., controlada diretamente pela J&F Investimentos S.A., controladora da JBS. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Alba Pettengill - 000.000.000-00

Alba ingressou na indústria frigorífica, em 1985, como Diretora do Frigorífico Guarani, onde foi responsável pela implementação das normas de Qualidade ISO9000. Dedicada há mais de 30 (trinta) anos à indústria frigorífica é conhecedora de processos de produção. Alba foi fundadora e presidente da Câmara Paraguaia da Carne e foi premiada pelo governo do Paraguai pela implantação de energias renováveis. Atualmente, Alba é proprietária e administradora de terras no Paraguai, dedicando-se à pecuária com o aprimoramento de produção genética. Além disso, é membro da Comissão Diretiva da Associação Rural do Paraguai e da Comissão de Saúde Animal do Paraguai. Não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Gilberto Meirelles Xandó Baptista - 090.973.728-28

O Sr. Gilberto Meirelles Xandó Baptista é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, com Mestrado em Varejo pela USP/FEA e especialização em Gestão de Negócios PGA pela Fundação Dom Cabral/INSEAD, na França. Atualmente é Diretor Presidente da Vigor Alimentos S.A. Possui forte vivência multidisciplinar em carreira desenvolvida nas áreas de Finanças, Controladoria, Trade Marketing, Marketing, Comercial (Brasil e Exterior) e Gestão de Unidade de Negócios nas empresas Natura, Sadia S.A. e Coopers & Lybrand. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Marcio Guedes Pereira Jr. - 050.958.058-04

Atualmente é sócio da Pangea e diretor da Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Anteriormente liderou o grupo de Investment Banking do Banco J. Safra, e foi diretor de investment banking no Unibanco, Citigroup e Credit Suisse. Possui ampla experiência em M&A e transações de Mercado de Capitais, incluindo tanto transações de dívida quanto de equity. Marcio é formado em Administração pela Fundação Getulio Vargas e completou seu MBA pela FGV após estudar na Stern School of Business da New York University. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

José Guimarães Monforte - 447.507.658-72

Atualmente é sócio da Emax Consultoria, Presidente do Conselho de Administração da Eletrobrás, Presidente dos Conselhos Consultivos da Premix e do Instituto Elos. Membro do Conselho Consultivo do Laboratório Cristália e da Escola Britânica de Artes Criativas, membro do Conselho de Administração da Cyrela, membro do Comitê de Governança de Empresas Estatais da BM&F Bovespa. Participou do desenvolvimento do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, sendo Conselheiro em 2002, Vice-Presidente do Conselho em 2003 e Presidente do Conselho de 2004 a 2008. Atuou como executivo em diversos bancos e empresas como BANESPA, Banco Merrill Lynch, Banco Citibank NA, VBC Energia S/A e Janos Comércio, Administração e Participações Ltda., ocupando posições no Brasil e no exterior. José é economista formado pela Universidade Católica de Santos. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Aguinaldo Gomes Ramos Filho - 394.840.458-55

Aguinaldo Gomes Ramos Filho acumula experiência no setor de carne bovina no Brasil e América Latina, atuando em diversas funções. Iniciou sua carreira como integrante da equipe comercial da JBS Carnes, passando pelas áreas de mercado interno e exportação. Presidiu as operações da JBS Uruguai e, posteriormente, ocupou o cargo de Presidente da JBS Paraguai, onde foi responsável pela consolidação da JBS como principal player no país e liderou o projeto de construção do mais moderno frigorífico da América Latina. Hoje, é diretor executivo da VL Participações, que atua no segmento de agronegócio, e Diretor Presidente da Eldorado Celulose S.A, que atua no ramo de celulose. A Eldorado Brasil Celulose S.A. é controlada diretamente pela J&F Investimentos S.A. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Gelson Luiz Merisio - 464.643.529-20

Gelson Luiz Merisio é catarinense de Xaxim, formado em Administração de Empresas pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), foi presidente da Associação Comercial e Industrial de Xanxerê (ACIX), da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina (FACISC), do Conselho Deliberativo do SEBRAE/SC e vice-presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB). Representando a classe empresarial catarinense, foi deputado estadual na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, entre os anos de 2005 a 2018. Em 2010, tornou-se presidente da Assembleia Legislativa por unanimidade de votos, feito que repetiu em mais duas gestões (2011/12 e 2015/16). Em 2014, alcançou votação histórica para o cargo no Estado e tornou-se o deputado estadual mais votado de SC. Atualmente não ocupa nenhum cargo político. Além de atuar na carreira política, possui um vasto conhecimento no setor industrial nos Estados do Sul do Brasil, devido seu abrangente conhecimento nesta região, decorrente de suas experiências na vice-presidência da Confederação das Associações Comerciais do Brasil. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan - 012.266.188-55

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan - 012.266.188-55

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan nasceu em Cork, Irlanda em 1953. Estudou Engenharia na University College Cork e imigrou para o Brasil em 1979. Ingressou na indústria de carnes em 1983, desenvolvendo estratégias de comércio global para o setor de carne bovina brasileira. Trabalhou inicialmente na Mouran (1983 a 1989), depois na Bordon (1989 a 1995) e ingressou no Grupo JBS em 1996 para desenvolver a área de Negócios Internacionais. Atuou com Diretor de Relações com Investidores da Companhia e hoje é Diretor sem designação específica da Companhia. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Wesley Mendonça Batista Filho - 389.569.918-71

Wesley Mendonça Batista Filho - 389.569.918-71

Wesley Filho começou sua carreira como Trainee na planta de Greeley da JBS USA no Colorado. Após completar o Programa de Trainee, Wesley mudou-se para o Brasil, juntando-se à JBS S.A.. Na América do Sul, trabalhou em várias posições de liderança, sendo o responsável pelas exportações para a Ásia, assumindo posteriormente a presidência das operações da JBS Uruguai e JBS Paraguai. Em 2014 assumiu a presidência das operações da JBS no Canadá e, desde 2016, liderava as operações de carne bovina no Canadá e Estados Unidos. Hoje é diretor sem designação específica e presidente das operações da JBS na América do Sul. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

André Alcantara Ocampos - 273.340.808-90

Mais de 20 anos de experiência na área contábil e controladoria em empresas de médio e grande porte. Atuou como Gerente de Controladoria da Flora S.A. (Setembro/2011 a Outubro/2012) e Coordenador de Contabilidade da Syngenta (Abril/2001 a Setembro/2011). Foi Conselheiro Fiscal de Empresas do Setor de Energia. Atualmente é Diretor Vice-Presidente Corporativo da J&F Investimentos S.A. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Francisco Vicente Santana Silva Telles - 000.461.527-17

Contador graduado pela UFRJ em 1994 com MBA em Finanças pelo IBMEC/RJ em 1999. Possui 27 anos de experiência nas áreas de controladoria, tesouraria, auditoria e novos negócios, em empresas dos segmentos de: energia, telecomunicações, entretenimento e banco de investimentos. Nos últimos 15 anos exerceu cargo de superintendente na AESEletropaulo, controller na Lafarge, CFO na Endemolglobo e atua como CFO nas Geradoras Tevisa e LGSA desde 2008. Atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal da Ouro Fino S.A. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

José Paulo da Silva Filho - 386.730.294-49

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco e Pós Graduado em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Experiência de 17 anos como auditor independente e mais de 10 anos como diretor nas áreas de administração e finanças, onde atuou como Diretor de Administração e Controle da JBS S.A. (2009 – 2011) da J&F Investimentos S.A. (2012 – 2014), holding do Grupo JBS e Conselheiro Fiscal da Vigor Alimentos S.A. (2014 – 2016). Atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal da JBS S.A. e da Eldorado Celulose S.A., controlada diretamente pela J&F Investimentos S.A., controladora da JBS. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Sandro Domingues Raffai - 064.677.908-71

Graduado em Contabilidade pela Faculdade Oswaldo Cruz e pós-graduado pela Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP em Gestão Tributária. Desde 2006 atua como assistente de controladoria do Escritório de Contabilidade F.F. Ltda. Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da JBS S.A., Excelsior Alimentos S.A., Eldorado Brasil Celulose S.A. A JBS S.A. e Excelsior Alimentos S.A. são controladas indiretamente pela J&F Investimentos S.A.; e a Eldorado Brasil Celulose S.A. é controlada diretamente pela J&F Investimentos S.A. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Marcos Godoy Brogiato - 949.583.438-49

Técnico em Contabilidade e graduado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. Foi funcionário do Grupo Bordon (1973 - 2001), sendo os seguintes os últimos cargos exercidos: Gerente de Contabilidade Geral (1996 - 1998), reportando-se à Diretoria de Planejamento e Controle; Gerente Financeiro (1998 - 2001), reportando-se ao Diretor Presidente. Entre 2001 e 2006 prestou serviços de assessoria para o Grupo Bordon e, desde então, coordena a contabilidade de empresa vinculada ao grupo. Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da JBS S.A., Excelsior Alimentos S.A.
A JBS S.A. e Excelsior Alimentos S.A. são controladas indiretamente pela J&F Investimentos S.A.
Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Demetrius Nichele Macei - 787.870.509-78

Advogado (licenciado), Pós-doutorado pela USP (2015), Doutor em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2012), Mestre em Direito Econômico e Social (2004) e Especialista em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2000), Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1994). Professor de Direito Tributário da graduação, especialização e mestrado da Faculdade de Direito Curitiba (UNICURITIBA). Professor convidado no Curso de Posgrado en Derecho Tributário na Universidad Austral de Buenos Aires/Argentina e ex-professor da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (2006-2007) e da PUC/PR (2000-2006). Ocupou os cargos de Diretor Jurídico na JBS Argentina S.A., Gerente na Deloitte Auditores Independentes e ainda, assessor jurídico na OCEPAR e do Conselho Fiscal da UNIMED Curitiba. Realizou Curso de Extensão em Direito Norte-Americano pela Fordham University, em Nova Iorque/EUA (2010). Publicou os livros “Tributação do Ato Cooperativo” e "A Verdade Material no Direito Tributário". Participa do Conselho Temático de Assuntos Tributários da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP) e é associado e conselheiro certificado do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Participou até 2016 do Conselho Fiscal da Vigor Alimentos S.A. Atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal da Apsen Farmacêutica S.A., da JBS S.A., da Eldorado Celulose S.A. e da Excelsior Alimentos S.A. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Adrian Lima da Hora - 372.365.394-49

Graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco, possui MBA intensivo na Ahold Retail Academy, Cornell e na Provar - USP. Forte vivência na indústria de proteína animal, com background relevante no varejo e em auditoria externa (Ernst & Young). Atuou como CFO, CAO e controller em grandes organizações multi-localizadas e como membro do Conselho de Administração da Inalca JBS e entre outras empresas na Itália e em Mônaco. Possui conhecimento do mercado de emissão de dívidas e de processos junto ao CADE. Fluente em inglês, italiano e espanhol. CFO Seara – 2015 a 2016 / CAO Rodopa – 2011 a 2015. Atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal da JBS S.A., da Eldorado Celulose S.A. e da Excelsior Alimentos S.A. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Maurício Wanderley Estanislau da Costa - 721.960.507-25

Mauricio é mestrando em Gestão de Serviços e da Tecnologia no ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa) em convênio com a Fundação Getúlio Vargas, é certificado no Pré-Master Internacional em Gestão de Serviços e Operações pelo ISCTE Business School, possui Pós-Graduação em Administração pela Sociedade Desenvolvimento Empresarial (atual IBMEC) e é graduado em Ciências Contábeis pela Federação das Faculdades Celso Lisboa. Possui mais de 30 anos de experiência em atividades de auditoria, contabilidade e consultoria em gestão empresarial e é sócio fundador da MPCN Consultoria e coordenador de projetos da FGV. Foi membro do Conselho Fiscal da Light S.A., Membro do Instituto Brasileiro de Contadores – IBRACON, associado à ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos Financeiros, Administração e Contabilidade e Membro do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Ministra palestras e cursos na FGV nas áreas de contabilidade, gestão empresarial, finanças e gerenciamento de projetos. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Orlando Octávio de Freitas Júnior - 084.911.368-78

Orlando Octávio de Freitas é bacharel em ciências contábeis pela universidade Mackenzie, registrado no CRC-SP e IBRACON-Instituto dos auditores independentes do Brasil e realizou o curso de conselheiros de administração do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Possui 35 anos de experiência como profissional de auditoria em empresas de auditoria externa, Peat Marwick Mitchel, Trevisan Auditores e KPMG, sendo 23 anos como sócio e responsável técnico pelos trabalhos de auditoria. Sr. Orlando foi membro do comitê executivo da Trevisan e KPMG por 15 anos, e atualmente é Conselheiro Fiscal da Eldorado Brasil Celulose S.A., membro do Comitê de Auditoria da JBS S.A. e membro do Comitê de Partes Relacionadas da JBS S.A.. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Gilberto Tomazoni - 341.840.159-72	
N/A	Não aplicável
Eliseo Santiago Perez Fernandez - 412.811.954-72	
N/A	Não aplicável
Guilherme Perboyre Cavalcanti - 010.981.437-10	
Guilherme Perboyre Cavalcanti - 010.981.437-10	
N/A	Não aplicável
Cledorvino Belini - 116.050.068-15	
N/A	Não aplicável
José Batista Sobrinho - 052.970.871-04	

N/A	Não aplicável
Alba Pettengill - 000.000.000-00	
N/A	Não aplicável
Gilberto Meirelles Xandó Baptista - 090.973.728-28	
N/A	Não aplicável
Marcio Guedes Pereira Jr. - 050.958.058-04	
N/A	Não aplicável
José Guimarães Monforte - 447.507.658-72	
N/A	Não aplicável
Aguinaldo Gomes Ramos Filho - 394.840.458-55	
N/A	Não aplicável
Gelson Luiz Merisio - 464.643.529-20	
N/A	
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan - 012.266.188-55	
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan - 012.266.188-55	
N/A	Não aplicável
Wesley Mendonça Batista Filho - 389.569.918-71	
Wesley Mendonça Batista Filho - 389.569.918-71	
N/A	Não aplicável
André Alcantara Ocampos - 273.340.808-90	
N/A	Não aplicável
Francisco Vicente Santana Silva Telles - 000.461.527-17	
N/A	Não aplicável
José Paulo da Silva Filho - 386.730.294-49	
N/A	Não aplicável
Sandro Domingues Raffai - 064.677.908-71	
N/A	Não aplicável
Marcos Godoy Brogiato - 949.583.438-49	
N/A	Não aplicável
Demetrius Nichele Macei - 787.870.509-78	
N/A	Não aplicável
Adrian Lima da Hora - 372.365.394-49	
N/A	Não aplicável
Maurício Wanderley Estanislau da Costa - 721.960.507-25	

N/A	Não aplicável

Orlando Octávio de Freitas Júnior - 084.911.368-78

N/A	Não aplicável

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Gilberto Meirelles Xandó Baptista	Comitê de Auditoria		Presidente do Comitê	24/08/1965	13/11/2017	Indeterminado
090.973.728-28		Administrador de Empresas		13/11/2017	1	100%
Membro do Conselho de Administração, do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, Membro do Comitê de Governança e Remuneração, e Presidente do Comitê de Partes Relacionadas						
Orlando Octávio de Freitas Júnior	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	16/02/1962	13/05/2019	Indeterminado
084.911.368-78		Contador		13/05/2019	1	0%
Membro do Comitê de Partes Relacionadas e membro suplente do Conselho Fiscal						
Paulo Sérgio Dortas	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	30/06/1961	02/10/2013	Indeterminado
219.961.055-15		Contador		02/10/2013	1	100%
Membro Comitê de Partes Relacionadas.						
Gilberto Meirelles Xandó Baptista	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/08/1965	13/11/2017	Indeterminado
090.973.728-28	Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos	Administrador de Empresas		13/11/2017	1	100%
Membro do Conselho de Administração, do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, Membro do Comitê de Governança e Remuneração, Presidente do Comitê de Auditoria e do Comitê de Partes Relacionadas						
Gilberto Meirelles Xandó Baptista	Outros Comitês		Presidente do Comitê	24/08/1965	14/08/2018	Indeterminado
090.973.728-28	Comitê de Partes Relacionadas	Administrador de Empresas		14/08/2018	1	50%
Membro do Conselho de Administração, do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, Membro do Comitê de Governança e Remuneração, e Presidente do Comitê de Partes Relacionadas						
Gilberto Meirelles Xandó Baptista	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/08/1965	07/02/2018	Indeterminado
090.973.728-28	Comitê de Governança e Remuneração	Administrador de empresas		07/02/2018	1	100%
Membro do Conselho de Administração, do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, Membro do Comitê de Governança e Remuneração, Presidente do Comitê de Auditoria e do Comitê de Partes Relacionadas						
Guilherme Motta	Outros Comitês			09/12/1984	23/03/2020	Indeterminado
006.821.781-10	Comitê de Sustentabilidade	Administrador		23/03/2020	0	100%
Diretor Presidente da área de Couros						
Guilherme Perboyre Cavalcanti	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		13/05/2019	Indeterminado
010.981.437-10	Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos	Economista		13/05/2019	0	0%
Diretor de Finanças e Diretor de Relações com Investidores						
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	Outros Comitês		Presidente do Comitê	02/08/1953	14/12/2018	indeterminado

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
012.266.188-55	Comitê de Sustentabilidade	Engenheiro		14/12/2018	1	100%
Diretor sem designação específica, membro do Comitê de Governança e membro do Conselho de Administração.						
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	Outros Comitês		Presidente do Comitê	02/08/1953	13/11/2017	Indeterminado
012.266.188-55	Comitê de Governança e Remuneração	Engenheiro		13/11/2017	1	100%
Presidente do Conselho de Administração, Diretor sem designação específica e Presidente do Comitê de Sustentabilidade						
José Guimarães Monforte	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		23/03/2020	Indeterminado
447.507.658-72	Comitê de Sustentabilidade	Economista		23/03/2020	0	100%
Membro do Conselho de Administração da Companhia, membro do comitê de Sustentabilidade e membro do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos						
José Guimarães Monforte	Outros Comitês				23/03/2020	Indeterminado
447.507.658-72	Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos	Economista		23/03/2020	0	100%
Membro do Conselho de Administração da Companhia, membro do comitê de Sustentabilidade e membro do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos						
Marcio Guedes Pereira Jr.	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	25/10/1961	14/05/2020	Indeterminado
050.958.058-04	Comitê de Governança e Remuneração	Administrador de empresas		14/05/2020	0	0%
Membro independente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Governança e Remuneração						
Orlando Octávio de Freitas Júnior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	16/09/1962		Indeterminado
084.911.368-78	Comitê de Partes Relacionadas	Contador			0	0%
Membro do Comitê de Auditoria e membro suplente do Conselho Fiscal						
Paulo Sérgio Dortas	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/06/1961	23/02/2017	Indeterminado
219.961.055-15	Comitê de Partes Relacionadas	Contador		23/02/2017	1	87.5%
Membro Comitê de Auditoria						
Renato Mauro de Menezes Costa	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	10/09/1966	13/11/2017	Indeterminado
574.915.506-49	Comitê de Sustentabilidade	Administrador		13/11/2017	1	75%
Presidente da divisão de carnes da JBS Brasil.						
Wesley Mendonça Batista Filho	Outros Comitês		Presidente do Comitê		13/11/2017	Inderteminado
389.569.918-71	Comitê de Sustentabilidade	Empresário		13/11/2017	1	100%

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Diretor sem designação específica, Presidente das operações da JBS na América do Sul e da Seara e Membro do Conselho de Administração da Companhia.						
Wesley Mendonça Batista Filho	Outros Comitês		Presidente do Comitê		13/11/2017	Indeterminado
389.569.918-71	Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos	Empresário		13/11/2017	1	100%
Diretor sem designação específica, Presidente das operações da JBS na América do Sul e da Seara e Membro do Conselho de Administração da Companhia.						
Eduardo Noronha	Outros Comitês				14/05/2020	Indeterminado
941.931.696-34	Comitê de Governança e Remuneração	Engenheiro		14/05/2020	0	100%
Diretor Global de RH e Exclencia Operacional da JBS						

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Gilberto Meirelles Xandó Baptista - 090.973.728-28

Gilberto Meirelles Xandó Baptista - 090.973.728-28

Gilberto Meirelles Xandó Baptista - 090.973.728-28

Gilberto Meirelles Xandó Baptista - 090.973.728-28

Gilberto Meirelles Xandó Baptista é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, com Mestrado em Varejo pela USP/FEA e especialização em Gestão de Negócios PGA pela Fundação Dom Cabral/INSEAD, na França. Atualmente é Diretor Presidente da Vigor Alimentos S.A. Possui forte vivência multidisciplinar em carreira desenvolvida nas áreas de Finanças, Controladoria, Trade Marketing, Marketing, Comercial (Brasil e Exterior) e Gestão de Unidade de Negócios nas empresas Natura, Sadia S.A. e Coopers & Lybrand. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Orlando Octávio de Freitas Júnior - 084.911.368-78

Orlando Octávio de Freitas Júnior - 084.911.368-78

Orlando Octávio de Freitas é bacharel em ciências contábeis pela universidade Mackenzie, registrado no CRC-SP e IBRACON-Instituto dos auditores independentes do Brasil. Possui 35 anos de experiência como profissional de auditoria em empresas de auditoria externa, Peat Marwick Mitchel, Trevisan Auditores e KPMG, sendo 23 anos como sócio e responsável técnico pelos trabalhos de auditoria. Membro do comitê executivo da Trevisan e KPMG por 15 anos. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Paulo Sérgio Dortas - 219.961.055-15

Paulo Sérgio Dortas - 219.961.055-15

Paulo Sergio Dortas, formado em contabilidade e economia, conta com mais de 30 anos de experiência em auditoria financeira e em revisão e avaliação de procedimentos de controles internos para companhias globais. Sua experiência inclui ainda a liderança em projetos de due diligence para fundos de private equity eventure capital. Paulo Sergio Dortas foi sócio da área de Strategic Growth Markets (SGM) da Ernst & Young Terco, focada no desenvolvimento de oportunidades para empresas de diferentes indústrias e também no processo de abertura de capital (IPOs). Dortas é também membro do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e do Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Guilherme Motta - 006.821.781-10

Guilherme ingressou no setor de couros em 2003 atuando na área comercial, expandindo o mercado internacional de couros brasileiros, participando de feiras e eventos internacionais pela empresa BMZ Couros. Em 2009 inicia suas atividades na JBS, na Divisão Couros, compondo o time comercial de vendas sendo responsável pela segmento de couros automotivos, este sendo o principal segmento da divisão no Brasil. Em 2016 assumiu a diretoria de operações de couros daJBS Estados Unidos liderando a unidade de Cactus, Texas expandindo o mercado para couros americanos. Em 2019 assumiu a função de presidente de operações global de couros com operações no Brasil, Estados Unidos, Argentina, Uruguai, Itália, Vietnã. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Guilherme Perboyre Cavalcanti - 010.981.437-10

Guilherme Cavalcanti é graduado e mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
Desde 2012, Guilherme atuava como Diretor de Finanças e Relações com Investidores na Fibria Celulose S/A.
Anteriormente, ocupou a função de CFO e Diretor de relações com Investidores na Vale do Rio Doce e o cargo de Diretor de Tesouraria e Planejamento nas Organizações Globo. Atualmente, é Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. Obteve diversos prêmios e reconhecimentos, entre eles o de melhor CFO do setor de Papel e Celulose pela Institutional Investor Magazine em todos os anos entre 2012 e 2016. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan - 012.266.188-55

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan - 012.266.188-55

Nasceu em Cork, Irlanda, em 1953. Estudou Engenharia na University College Cork e imigrou para o Brasil em 1979. Ingressou na indústria de carnes em 1983, desenvolvendo estratégias de comércio global para o setor de carne bovina brasileira. Trabalhou inicialmente na Mouran (1983 a 1989), depois na Bordon (1989 a 1995) e ingressou no Grupo JBS em 1996 para desenvolver a área de negócios internacionais. Atuou com Diretor de Relações com Investidores da Companhia e hoje é membro dos Comitês de Sustentabilidade e de Governança, e Diretor sem designação específica da Companhia. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

José Guimarães Monforte - 447.507.658-72

José Guimarães Monforte - 447.507.658-72

Atualmente é sócio da Emax Consultoria, Presidente do Conselho de Administração da Eletrobrás, Presidente dos Conselhos Consultivos da Premix e do Instituto Elos. Membro do Conselho Consultivo do Laboratório Cristália e da Escola Britânica de Artes Criativas, membro do Conselho de Administração da Cyrela, membro do Comitê de Governança de Empresas Estatais da BM&F Bovespa. Participou do desenvolvimento do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, sendo Conselheiro em 2002, Vice-Presidente do Conselho em 2003 e Presidente do Conselho de 2004 a 2008. Atuou como executivo em diversos bancos e empresas como BANESPA, Banco Merrill Lynch, Banco Citibank NA, VBC Energia S/A e Janos Comércio, Administração e Participações Ltda., ocupando posições no Brasil e no exterior. José é economista formado pela Universidade Católica de Santos. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Marcio Guedes Pereira Jr. - 050.958.058-04

Atualmente é sócio da Pangea e diretor da Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Anteriormente liderou o grupo de Investment Banking do Banco J. Safra, e foi diretor de investment banking no Unibanco, Citigroup e Credit Suisse. Possui ampla experiência em M&A e transações de Mercado de Capitais, incluindo tanto transações de dívida quanto de equity. Marcio é formado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas e completou seu MBA pela FGV após estudar na Stern School of Business da New York University. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Renato Mauro de Menezes Costa - 574.915.506-49

Renato Costa é Presidente da divisão de carnes da JBS no Brasil. Sob a sua gestão está atualmente a operação de 40 unidades produtivas no país, que reúnem 35 mil colaboradores. Antes de chegar à JBS, Renato Costa atuou por mais de três décadas na indústria de carne bovina, sempre à frente das empresas, liderando equipes de produção, operação e vendas. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Wesley Mendonça Batista Filho - 389.569.918-71

Wesley Mendonça Batista Filho - 389.569.918-71

Wesley Filho começou a sua carreira como trainee na planta de Greeley da JBS USA no Colorado. Após completar o Programa de Trainee, Wesley mudou-se para o Brasil, juntando-se à JBS S.A. Na América do Sul, trabalhou em várias posições de liderança, sendo o responsável pelas exportações para a Ásia, assumindo posteriormente a presidência das operações da JBS Uruguai e JBS Paraguai. Em 2014 assumiu a presidência das operações da JBS no Canadá e, desde 2016, liderava as operações de carne bovina no Canadá e Estados Unidos. Hoje é Diretor sem designação específica da Companhia e presidente das operações da JBS na América do Sul. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Eduardo Noronha - 941.931.696-34

Eduardo é engenheiro mecanico formado pela UFMG com pos-graducao em Engenharia da Qualidade pela PUC-MG, cursou tambem o Programa de Gestao Avancada (PGA) da Fundacao Dom Cabral e INSEAD/Franca. Iniciou sua carreira na industria automobilistica onde atuou como Engenheiro de Processos por cerca de 5 anos. Sua jornada na industria de bebibas e alimentos comecou quando se juntou a AmBev em 1998 onde atuou como Gerente de Gente e Gestao e posteriormente como Gerente Fabril, mudando-se para a Sadia em 2006 para assumir a Diretoria Geral de Gente e Gestao. Com passagens tambem pela Contax como COO e Qualicorp como COO e membro do Conselho de Administracao, esta na a JBS-USA desde 2014 onde liderou a area de RH e Gestao da Pilgrims ate 2019. Atualmente ocupa a posicao global de RH e Exclencia Operacional da JBS. Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Gilberto Meirelles Xandó Baptista - 090.973.728-28	
N/A	Não aplicável
Orlando Octávio de Freitas Júnior - 084.911.368-78	
Orlando Octávio de Freitas Júnior - 084.911.368-78	
Paulo Sérgio Dortas - 219.961.055-15	
Paulo Sérgio Dortas - 219.961.055-15	
Gilberto Meirelles Xandó Baptista - 090.973.728-28	
Gilberto Meirelles Xandó Baptista - 090.973.728-28	
Gilberto Meirelles Xandó Baptista - 090.973.728-28	
Guilherme Motta - 006.821.781-10	
Guilherme Perboyre Cavalcanti - 010.981.437-10	
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan - 012.266.188-55	
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan - 012.266.188-55	
José Guimarães Monforte - 447.507.658-72	
José Guimarães Monforte - 447.507.658-72	
Marcio Guedes Pereira Jr. - 050.958.058-04	
Renato Mauro de Menezes Costa - 574.915.506-49	
Wesley Mendonça Batista Filho - 389.569.918-71	
Wesley Mendonça Batista Filho - 389.569.918-71	
Eduardo Noronha - 941.931.696-34	

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
José Batista Sobrinho	052.970.871-04	JBS S.A.	02.916.265/0001-60	Avô ou Avó (2º grau por consangüinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	JBS S.A.	02.916.265/0001-60	
Diretor Sem Designação Específica e Membro do Conselho de Administração				
Observação				
José Batista Sobrinho é avó de Wesley Mendonça Batista Filho e de Aguinaldo Gomes Ramos Filho.				
Administrador do emissor ou controlada				
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	JBS S.A.	02.916.265/0001-60	Avô ou Avó (2º grau por consangüinidade)
Diretor Sem Designação Específica e Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
José Batista Sobrinho	052.970.871-04	JBS S.A.	02.916.265/0001-60	
Vice-Presidente do Conselho de Administração				
Observação				
Wesley Mendonça Batista Filho é neto de José Batista Sobrinho				
Administrador do emissor ou controlada				
José Batista Sobrinho	052.970.871-04	JBS S.A.	02.916.265/0001-60	Avô ou Avó (2º grau por consangüinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Aguinaldo Gomes Ramos Filho	394.840.458-55	JBS S.A.	02.916.265/0001-60	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
José Batista Sobrinho é avó de Wesley Mendonça Batista Filho e de Aguinaldo Gomes Ramos Filho.				
Administrador do emissor ou controlada				
Aguinaldo Gomes Ramos Filho	394.840.458-55	JBS S.A.	02.916.265/0001-60	Avô ou Avó (2º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Pessoa relacionada				
José Batista Sobrinho	052.970.871-04	JBS S.A.	02.916.265/0001-60	
Vice-Presidente do Conselho de Administração				
Observação				
Aguinaldo Gomes Ramos Filho é neto de José Batista Sobrinho				

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2019

Administrador do Emissor

Wesley Mendonça Batista Filho | 389.569.918-71 | Subordinação | Controlada Direta

Diretor sem designação específica e membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

JBS Australia Finance 1 Pty Ltd

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan | 012.266.188-55 | Subordinação | Controlada Direta

Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

JBS Australia Finance 1 Pty Ltd

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Gilberto Tomazoni | 341.840.159-72 | Subordinação | Controlada Direta

Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

JBS Australia Finance Pty Ltd

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Gilberto Tomazoni Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** JBS Foods Canada, Inc. Diretor **Observação**	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Weddel Limited Diretor **Observação**	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Ready Mile Trucking Diretor **Observação**	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente **Pessoa Relacionada**	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
JBS Foods Ontario Inc. Diretor **Observação**			
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Sampco Holdings LLC Diretor **Observação**	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** JBS Wisconsin Properties Diretor **Observação**	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Cattle Production Systems, Inc Diretor **Observação**	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Gilberto Tomazoni	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Food Ventures North America, Inc.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Gilberto Tomazoni	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
International Food Packers LLC			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Gilberto Tomazoni	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
JBS Carriers Inc			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Gilberto Tomazoni	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** JBS Finco, Inc Diretor **Observação**			
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** JBS Greenbay Inc Diretor **Observação**	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** JBS USA Leather, Inc Diretor **Observação**	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** JBS Live Pork LLC	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Gilberto Tomazoni	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
JBS Packerland, Inc			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Gilberto Tomazoni	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
JBS Plainwell Inc			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Gilberto Tomazoni	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
JBS Souderton Inc			
Diretor			
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Gilberto Tomazoni	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
JBS Tolleson Inc			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Gilberto Tomazoni	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
JBS Trading USA (Tupman)			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Gilberto Tomazoni	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
JBS USA Finance Inc			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Gilberto Tomazoni	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
JBS USA Food Company			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Gilberto Tomazoni	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
JBS USA Food Company Holdings, Inc			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Gilberto Tomazoni	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
JBS USA Promontory Holdings I LLC			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Gilberto Tomazoni	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
JBS USA Promontory I LLC			
Diretor			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Gilberto Tomazoni	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
JBS USA Promontory II LLC			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Gilberto Tomazoni	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
JBS USA Promotory Holdings II LLC			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Gilberto Tomazoni	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
The Powerplants Company / F.K.A Jerky Snack			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Gilberto Tomazoni Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Miller Brothers Co. Inc Diretor **Observação**	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Mopac of Virginia Inc Diretor **Observação**	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Mountain View Rendering Co. LLC Diretor **Observação**	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente **Pessoa Relacionada**	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Moyer Distribution LLC Diretor **Observação**			
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Plumrose Holdings Diretor **Observação**	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Plumrose USA, Inc. Diretor **Observação**	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** S&C Resale Company Diretor **Observação**	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Sampco, LLC Diretor **Observação**	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Skippack Creek Corp Diretor **Observação**	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Swift Beef Company Diretor **Observação**	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Swift Brands Company Diretor **Observação**			
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Swift Pork Company Diretor **Observação**	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Swift & Company International Sales Corp Diretor **Observação**	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Seara África Pty Ltd.	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Seara Saudi Food for Consultancy and Research LLC			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Mendoza			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Gilberto Tomazoni	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
JBS Global Meat Holding Pty Ltd			
Diretor			
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Investments GmbH			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Eliseo Santiago Perez Fernandez	412.811.954-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Administração e Controle			
Pessoa Relacionada			
JBS Investments GmbH			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Investments II GMBH			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
JBS Investments II GMBH			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Toledo N.V			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Finance Ltd. II			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Gilberto Tomazoni	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Seara International Ltd.			
Diretor			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Wesley Mendonça Batista Filho | 389.569.918-71 | Subordinação | Controlada Direta

Diretor sem designação específica e membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

JBS Chile Limitada

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Wesley Mendonça Batista Filho | 389.569.918-71 | Subordinação | Controlada Direta

Diretor sem designação específica e membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

JBS Food Trading (Shangai) Ltd.

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Wesley Mendonça Batista Filho | 389.569.918-71 | Subordinação | Controlada Direta

Diretor sem designação específica e membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

JBS Leather International B.V.

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Gilberto Tomazoni	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Seara Food Europe Holding B.V.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Seara Food Europe Holding B.V.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Gilberto Tomazoni	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Seara Holding (Europe) B.V.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Seara Holding (Europe) B.V. Diretor **Observação**			
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Violet Holdings B.V. Diretor **Observação**	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Jeremiah Alphonsus O'Callaghan Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração **Pessoa Relacionada** JBS Asia Pacific Investments Ltd Diretor **Observação**	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Jeremiah Alphonsus O'Callaghan Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração **Pessoa Relacionada** JBS Investments Bantry Ltd Diretor **Observação**	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Investments Cork Ltd			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Investments Dublin Ltd			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Investments Galway Ltd			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Indireta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor sem designação específica e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Seara Japan Ltd.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Ansembourg Holding S.à r.l.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Aspelt S.à.r.l.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Beaufort Holding S.à.r.l.			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Berg S.à.r.l.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Bettendorf S.à.r.l.			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Brandenbourg Finance S.à.r.l.			
Diretor			
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Meat UK Ltd			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Dudelange S.à.r.l.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Esch S.à.r.l.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
JBS Global Luxembourg S.à r.l.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Holding Luxembourg S.à.r.l.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS La Rochette Finance S.à.r.l.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Luxembourg S.à.r.l.			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan | 012.266.188-55 | Subordinação | Controlada Direta

Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

JBS Mersch S.à.r.l.

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan | 012.266.188-55 | Subordinação | Controlada Direta

Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

JBS Petrusse Finance S.à.r.l.

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan | 012.266.188-55 | Subordinação | Controlada Direta

Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

JBS USA Holding Lux Sarl

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS USA Lux SA			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Vianden Sarl			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Packerland Distribution Sarl			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
JBS Investments Luxembourg S.à.r.l			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Meat UK, Luxembourg Branch			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor sem designação específica e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Seara Singapore Pte. Ltd.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Global (UK) Ltd			
Diretor			
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Durham UK Ltd			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Investment UK Ltd			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Penasul UK Ltd.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Melwood UK Limited			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Climert Investments S.A.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Leather Uruguay			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor sem designação específica e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Asset Management Corporation			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor			
Observação			

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor

Guilherme Perboyre Cavalcanti	010.981.437-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Excelsior Alimentos S.A	95.426.862/0001-97		
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55		
Diretor sem designação específica da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administraçao			
Pessoa Relacionada			
Meat Snacks Partner LLC			
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor

Gilberto Tomazoni	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente da JBS S.A.			
Pessoa Relacionada			
Moy Park France HoldCo			
Diretor			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Gilberto Tomazoni | 341.840.159-72 | Subordinação | Controlada Direta

Diretor Presidente da JBS S.A.

Pessoa Relacionada

Moy Park Holdings (Europe) Limited

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Gilberto Tomazoni | 341.840.159-72 | Subordinação | Controlada Direta

Diretor Presidente da JBS S.A.

Pessoa Relacionada

Moy Park (NewCo) Ltd

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Gilberto Tomazoni | 341.840.159-72 | Subordinação | Controlada Direta

Diretor Presidente da JBS S.A.

Pessoa Relacionada

Moy Park (BondCo) Plc

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Gilberto Tomazoni Diretor Presidente da JBS S.A. **Pessoa Relacionada** Moy Park Limited Diretor **Observação**	341.840.159-72	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente da JBS S.A. **Pessoa Relacionada** O'Kane (Blue Rose Newco 1) Limited Diretor **Observação**	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente da JBS S.A. **Pessoa Relacionada** O'Kane Poultry Limited Diretor **Observação**	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente da JBS S.A. **Pessoa Relacionada**	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Seara África Pty Ltd. Diretor **Observação**			
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente da JBS S.A. **Pessoa Relacionada** Seara Food Europe Holding B.V. Diretor **Observação**	341.840.159-72	Subordinação	Controlador Direto
Administrador do Emissor Gilberto Tomazoni Diretor Presidente da JBS S.A. **Pessoa Relacionada** Seara Holding (Europe) B.V. Diretor **Observação**	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Wesley Mendonça Batista Filho Diretor sem designação específica da JBS S.A. e membro do Conselho de Administração **Pessoa Relacionada** Seara África Pty Ltd. Diretor **Observação**	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica da JBS S.A. e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Seara Food Europe Holding B.V.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica da JBS S.A. e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Seara Holding (Europe) B.V.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica da JBS S.A. e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Seara Japan Ltd.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor sem designação específica da JBS S.A. e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Seara Singapore Pte. Ltd.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica da JBS S.A. e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Mafrip - Matadouro Frigorífico Rio Pardo S.A.	13.818.919/0001-39		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica da JBS S.A. e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Excelsior Alimentos S.A	95.426.862/0001-97		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica da JBS S.A. e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Penasul UK Ltd.			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Gilberto Tomazoni	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente da JBS S.A.			
Pessoa Relacionada			
Moy Park Limited			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Gilberto Tomazoni	341.840.159-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente da JBS S.A.			
Pessoa Relacionada			
Seara Food Europe Holding B.V.			
Diretor			
Observação			

Exercício Social 31/12/2017

Administrador do Emissor			
Eliseo Santiago Perez Fernandez	412.811.954-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Administração e Controle			
Pessoa Relacionada			
JBS Handels GMBH			
Diretor			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Eliseo Santiago Perez Fernandez	412.811.954-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Administração e Controle			
Pessoa Relacionada			
JBS Holding GMBH			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Eliseo Santiago Perez Fernandez	412.811.954-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Administração e Controle			
Pessoa Relacionada			
JBS Investments GmbH			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Eliseo Santiago Perez Fernandez	412.811.954-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Administração e Controle			
Pessoa Relacionada			
JBS Management Services GmbH			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Eliseo Santiago Perez Fernandez Diretor de Administração e Controle **Pessoa Relacionada** JBS Project Management GmbH Diretor **Observação**	412.811.954-72	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Eliseo Santiago Perez Fernandez Diretor de Administração e Controle **Pessoa Relacionada** Mafrip - Matadouro Frigorífico Rio Pardo S.A. Diretor **Observação**	412.811.954-72 13.818.919/0001-39	Controle	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Eliseo Santiago Perez Fernandez Diretor de Administração e Controle **Pessoa Relacionada** JBS Global Beef Company Sociedade Unipessoal Ltda Diretor **Observação**	412.811.954-72	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Eliseo Santiago Perez Fernandez Diretor de Administração e Controle **Pessoa Relacionada**	412.811.954-72	Subordinação	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Gideny S.A. Diretor **Observação**			
Administrador do Emissor Jeremiah Alphonsus O'Callaghan Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administraçao **Pessoa Relacionada** JBS Asia Pacific Investments Ltd Diretor **Observação**	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Jeremiah Alphonsus O'Callaghan Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administraçao **Pessoa Relacionada** JBS Investments Bantry Ltd Diretor **Observação**	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Jeremiah Alphonsus O'Callaghan Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administraçao **Pessoa Relacionada** JBS Investments Cork Ltd Diretor **Observação**	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administraçao			
Pessoa Relacionada			
JBS Investments Dublin Ltd			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administraçao			
Pessoa Relacionada			
JBS Investments Galway Ltd			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Investments Waterford Ltd			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Ansembourg Holding S.à r.l.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Aspelt S.à.r.l.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Beaufort Holding S.à.r.l.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Berg S.à.r.l.			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Bettendorf S.à.r.l.			
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Brandenbourg Finance S.à.r.l.			
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Clervaux Finance S.à.r.l.			
Diretor			
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Dudelange S.à.r.l.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Esch S.à.r.l.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Global Luxembourg S.à r.l.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administração			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa Relacionada

JBS La Rochette Finance S.à.r.l.

Diretor

Observação

Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta

Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

JBS Luxembourg S.à.r.l.

Diretor

Observação

Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta

Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

JBS Mersch S.à.r.l.

Diretor

Observação

Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta

Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

JBS Petrusse Finance S.à.r.l.

Diretor

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan | 012.266.188-55 | Subordinação | Controlada Direta

Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

JBS USA Holding Lux Sarl

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan | 012.266.188-55 | Subordinação | Controlada Direta

Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

JBS USA Lux SA

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan | 012.266.188-55 | Subordinação | Controlada Direta

Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

JBS Vianden Sarl

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Packerland Distribution Sarl			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	012.266.188-55	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores da JBS S.A. e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Meat Snacks Partner LLC			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
José Batista Sobrinho	052.970.871-04	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente da JBS S.A. e Vice- Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Beef Snacks do Brasil Industria e Comércio de Alimentos S.A.	08.059.175/0001-86		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Seara África Pty Ltd. Diretor **Observação**			
Administrador do Emissor Wesley Mendonça Batista Filho Diretor da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração **Pessoa Relacionada** JBS Mendoza Diretor **Observação**	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Wesley Mendonça Batista Filho Diretor da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração **Pessoa Relacionada** JBS Handels GMBH Diretor **Observação**	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Wesley Mendonça Batista Filho Diretor da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração **Pessoa Relacionada** JBS Holding GMBH Diretor **Observação**	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Investments GmbH			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Management Services GmbH			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Project Management GmbH			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Brusand Ltd.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Controle	Controlada Indireta
Diretor da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Brazservice Wet Leather S.A	06.945.520/0001-53		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Controle	Controlada Indireta
Diretor da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Aves Ltda	08.199.996/0001-18		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Controle	Controlada Indireta
Diretor da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Confinamento Ltda	09.084.219/0001-90		

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Controle	Controlada Indireta
Diretor da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Midtown Participações Ltda.	15.425.899/0001-61		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Controle	Controlada Indireta
Diretor da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Midup Participações Ltda.	27.558.722/0001-12		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Controle	Controlada Indireta
Diretor da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
MOPA Empreendimentos e Participações S.A.	22.725.838/0001-85		
Diretor			
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Finance Ltd. II			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Chile Limitada			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Leather International B.V.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
JBS Millestone B.V.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Seara Food Europe Holding B.V.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JBS Global Beef Company Sociedade Unipessoal Ltda			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Penasul UK Ltd.			
Diretor			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Subordinação	Controlada Direta
Diretor da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Zendaleather S.A.			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wesley Mendonça Batista Filho	389.569.918-71	Controle	Controlada Indireta
Diretor da JBS S.A. e Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Beef Snacks do Brasil Industria e Comércio de Alimentos S.A.	08.059.175/0001-86		
Diretor			
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia oferece seguro de responsabilidade civil de administradores aos seus conselheiros e diretores. O seguro tem por objetivo proteger o patrimônio dos administradores que ocupam cargos ou funções diretivas na empresa e o ressarcimento no caso de condenações pecuniárias provenientes de sentenças judiciais transitadas em julgado ou decisões arbitrais finais e acordos judiciais ou extrajudiciais negociados com o consentimento prévio da seguradora, bem como o pagamento dos custos de defesa incorridos em tais processos. A apólice de seguro tem vigência de 30 de setembro de 2019 até 30 de setembro de 2020 e sua cobertura abrange o mundo inteiro. O limite máximo de garantia para cobertura de responsabilidade civil contratada é de R$100.000.00,00. O valor do prêmio de seguros contrato é de R$1.777.735,56.

A Companhia não presta compromisso de indenidade com seus administradores que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

12.12 - Outras informações relevantes

Acordo de Acionistas da Companhia extinto em 31 de dezembro de 2019

O Acordo de Acionistas da Companhia celebrado em 22 de dezembro de 2009, entre a FB Participações S.A. e a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR ("**BNDESPAR**") foi extinto em 31 de dezembro de 2019, bem como os direitos, ônus, deveres, obrigações e relações jurídicas que dele decorram direta ou indiretamente. O membros efetivo do Conselho Fiscal indicado pelo BNDESPAR, Sr. Mauricio Wanderley Estanislau da Costa foi reeleito em Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2020 e cumprirá seu mandato até a Assembleia Geral da Companhia que deliberar sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e os membros independentes do Conselho de Administração indicados pelo BNDESPAR, Srs. José Guimarães Monforte e Márcio Guedes Pereira Júnior cumprirão seus mantados até a Assembleia Geral da Companhia que deliberar sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três exercícios sociais, (i) resumo das principais matérias aprovadas, (ii) data de sua realização, (iii) realização de segunda convocação; e (iv) quórum de instalação:

Evento	Principais Matérias	Data	2ª Convocação	Quórum
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Aprovar em AGO (i) o Relatório da Administração, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; (ii) a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015; (iii) a eleição de membros do conselho fiscal; e (v) a fixação da remuneração global anual dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal.	29/04/2016	Primeira	71,62%
	Aprovar em AGE (i) Examinar, discutir e aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação da JBS Holding Internacional S.A. ("JBS Holding"), Tannery do Brasil S.A. ("Tannery"); Paranoá Alimentos Ltda. ("Paranoá"); FG Holding III Ltda. ("FG Holding III"); Wet Leather S.A. ("Brazservice"); JBS Confinamento Ltda. ("JBS			

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Evento	Principais Matérias	Data	2ª Convocação	Quórum
	Confinamento") e FG Holding IV S.A. ("FG Holding IV" e "Protocolo e Justificação"), respectivamente, pela Companhia, nos termos da Proposta da Administração, bem como todos os atos e providências nele contemplados; (ii) Ratificar a nomeação e contratação da APSIS Consultoria Empresarial Ltda. para realizar a avaliação do patrimônio líquido da JBS Holding; Tannery; Paranoá; FG Holding III; Brazservice; JBS Confinamento e FG Holding IV, para fins do disposto nos Artigos 226 e 227 e na forma do Artigo 8º da Lei nº 6.404/76, e para elaborar os laudos de avaliação da JBS Holding; Tannery; Paranoá; FG Holding III; Brazservice; JBS Confinamento e FG Holding IV ("Laudos de Avaliação"); (iii) Examinar, discutir e aprovar os Laudos de Avaliação da JBS Holding; Tannery; Paranoá; FG Holding III; Brazservice; JBS Confinamento e FG Holding IV; (iv) Aprovar a incorporação da JBS Holding; Tannery; Paranoá; FG Holding III; Brazservice; JBS Confinamento e FG Holding IV pela Companhia; (v) Rerratificar a remuneração global dos administradores do exercício de 2012; (vi) Ajustar os Artigos 5º e 6º do Estatuto Social da Companhia, em decorrência do aumento do capital social aprovado nos termos do capital social autorizado; (vii) Alterar os artigos 3º e 19 do Estatuto Social da Companhia; e (viii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia.			

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Evento	Principais Matérias	Data	2ª Convocação	Quórum
Assembleia Geral Extraordinária	(i) Ratificação, nos termos do Artigo 256, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404 da nomeação e contratação da APSIS Consultoria Empresarial Ltda., para elaborar laudo de avaliação da empresa Comércio e Indústria de Massas Alimentícias Massa Leve Ltda. ("Laudo de Avaliação" e "Participação Societária" ou "Massa Leve"), respectivamente); (ii) Ratificação, nos termos do Artigo 256, I, da Lei nº 6.404/76, da aquisição, pela Companhia, da Participação Societária; (iii) Exame e aprovação do Laudo de Avaliação; (iv) Ratificação, nos termos do parágrafo 8º do Artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, da eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, aprovadas em Reunião de Conselho de Administração, realizadas em 10 e 30 de agosto de 2016; (v) Eleição de membro do Conselho Fiscal e de seu respectivo suplente; e (vi) Eleição de membro do Conselho de Administração da Companhia	09/12/2016	Primeira	74,58%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) Examinar, discutir e aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação da Moy Park Lux Holdings S.à r.L. ("Moy Park Lux") pela JBS S.A., firmado pelos administradores da Companhia ("Protocolo e Justificação Moy Park Lux"), bem como todos os atos e providências nele contemplados; (ii) Examinar, discutir e aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação da Friboi Trade Exportação e Importação Ltda. ("Friboi Trade") pela JBS	15/03/2017	Primeira	54,66%

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Evento	Principais Matérias	Data	2ª Convocação	Quórum
	S.A., firmado pelos administradores da Companhia e da Friboi Trade (“Protocolo e Justificação Friboi Trade”), bem como todos os atos e providências nele contemplados; (iii) Ratificar a nomeação e contratação da APSIS Consultoria Empresarial Ltda. para realizar as avaliações do patrimônio líquido da Moy Park Lux e da Friboi Trade, para fins do disposto nos artigos 226 e 227 e na forma do artigo 8º da Lei nº 6.404/76, e elaborar os respectivos laudos de avaliação (“Laudos de Avaliação”); (iv) Examinar, discutir e aprovar os Laudos de Avaliação da Moy Park Lux e da Friboi Trade; (v) Aprovar a incorporação da Moy Park Lux e a incorporação da Friboi Trade; e (vi) Ratificar, nos termos do Parágrafo 8º do Artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, a eleição do membro do Conselho de Administração da Companhia, aprovada em Reunião de Conselho de Administração, realizada em 08 de fevereiro de 2017			
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Aprovar em AGO (i) o Relatório da Administração, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; (ii) a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; (iii) a eleição de membros do conselho fiscal; e (v) a fixação da remuneração global anual dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal.	20/04/2017	Primeira	82,50%

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Evento	Principais Matérias	Data	2ª Convocação	Quórum
	Aprovar em AGE (i) Alterar o Estatuto Social da Companhia; e (ii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia.			
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Aprovar em AGO (i) o Relatório da Administração, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (ii) a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; (iii) a eleição de membros do conselho fiscal; e (v) a fixação da remuneração global anual dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal. Aprovar em AGE (i) Deliberar sobre o Protocolo e Justificação de Incorporação da Beef Snacks do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos S.A. (“BSB”) e da Midtown Participações Ltda. (“Midtown”), pela Companhia, nos termos da Proposta da Administração, bem como todos os atos e providências nele contemplados; (ii) Deliberar sobre a ratificação da nomeação e contratação da APSIS Consultoria Empresarial Ltda. para realizar a avaliação do patrimônio líquido da BSB e da Midtown, para fins do disposto nos Artigos 226 e 227 e na forma do Artigo 8º da Lei das S.A., e para elaborar os laudos de avaliação da BSB e da Midtown (“Laudos de Avaliação”); (iii) Deliberar sobre os Laudos de Avaliação da BSB e da Midtown previamente elaborados; (iv) Deliberar sobre a incorporação da BSB e da	30/04/2018	Primeira	87,33%

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Evento	Principais Matérias	Data	2ª Convocação	Quórum
	Midtown pela Companhia e sobre a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à implementação da incorporação; (v) Deliberar sobre a alteração dos artigos 5º, 6º, 9º, 10, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 30, 34, antigo art. 44 e atual art. 43, antigo art. 47 e atual art. 44, antigo art. 48 e atual art. 45, antigo art. 55 e atual art. 46 antigo art. 56 e atual art. 47, antigo art. 57 e atual art. 48, antigo art. 58 e atual art. 49 do Estatuto Social da Companhia, bem como a exclusão dos artigos 10, parágrafo 3º, artigo 12, incisos IX, X e XI, artigo 19, incisos XXVIII e XXXII, antigo artigo 43, parágrafos 1º, 2º e 3º do antigo art. 44 e atual art. 43, artigos 45, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 54, parágrafo 1º do antigo artigo 56 e atual artigo 47 e parágrafo 1º do antigo artigo 63 e atual artigo. 54 para adaptá-los às novas regras do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, dentre outras medidas do interesse da Companhia, bem como a consequente consolidação do Estatuto Social; (vi) Deliberar sobre a retificação do montante global da remuneração dos administradores aprovado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2017; e (vii) Deliberar sobre a ratificação da eleição de sete membros do Conselho de Administração realizada ao longo do ano de 2017, nos termos do artigo 150 da Lei das S.A. e do parágrafo 8º do art. 16 do Estatuto Social da Companhia, em complementação do mandato			

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Evento		Principais Matérias	Data	2ª Convocação	Quórum
		que se encerrará na assembleia geral da Companhia que aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2018.			
Assembleia Ordinária	Geral	(i) o Relatório da Administração, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (ii) a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; (iii) a eleição de membros do conselho fiscal; e (v) a fixação da remuneração global anual dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal.	30/04/2019	Primeira	85,77%

Governança Corporativa

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("**IBGC**"), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (accountability); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O accountability, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

A Companhia empenha esforços contínuos no processo de aperfeiçoamento de suas práticas de governança corporativa. Em linha com as disposições do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, emitido em novembro de 2016 pelo Grupo de Trabalho Interagentes, e outras recomendações do IBGC, a Companhia adota práticas tais como:

- capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;

- não vinculação de exercício de direito de voto de administradores ou membros dos órgãos de fiscalização e controle;

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

- não adoção de cláusulas pétreas no Estatuto Social;
- obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações quando da ocorrência de transações em que se configure a alienação do controle acionário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente;
- conselho de administração composto por, no mínimo, um terço de membros independentes;
- não acumulação do cargo de diretor-presidente e presidente do conselho de administração;
- processo anual de avaliação de desempenho do seu Conselho de Administração, dos comitês de assessoramento e da secretaria de governança de forma colegiada;
- processo anual de avaliação do diretor-presidente pelo Conselho de Administração;
- plano de integração de novos membros do Conselho de Administração;
- adoção de Política de Gestão de Riscos, Código de Ética e Conduta e Política de Divulgação de Ato ou fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários, Política de destinação de Resultados, Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária, Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra-Auditoria, Política para Transações com Partes Relacionadas;
- definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;
- atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e
- utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

Novo Mercado

Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos, impondo regras que visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

Em setembro de 2017, o colegiado da Comissão de Valores Mobiliários aprovou a nova versão do Regulamento do Novo Mercado visando ampliar o rol de informações divulgadas pelas Companhias listadas, e aprimorar obrigações de divulgação e diretrizes de governança corporativa. A Companhia procedeu às adequações requeridas para adoção imediata, e está

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

trabalhando na adequação de outras práticas requeridas cujo prazo estabelecido é a Assembleia Geral Ordinária de deliberação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2020.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração da Companhia para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários e não estatutários, em linha com as melhores práticas de governança corporativa, visa a atrair e reter os melhores profissionais do mercado. A remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado e está diretamente ligada ao alinhamento dos interesses dos executivos em questão e dos acionistas da Companhia. A política de remuneração da Companhia passa por uma aprovação interna enquanto a política de remuneração variável (bônus) tem como base o acordo com o sindicato.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os membros do Conselho de Administração, assim como os membros do Conselho Fiscal, recebem remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções. Os membros dos comitês recebem remuneração fixa mensal, e os membros do Conselho de Administração que participam dos comitês, recebem adicional por participação nos comitês. Os membros suplentes do Conselho Fiscal recebem remuneração por cada reunião de que participem. A remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos membros dos comitês da Companhia não é composta por outros elementos para além da remuneração fixa.

Por sua vez, a remuneração da diretoria estatutária é composta de uma parte fixa e outra variável. A parte fixa é composta pelo salário e pelo plano de saúde. A parte variável é paga como participação nos resultados da Companhia, bem como a remuneração baseada em ações.

O objetivo de cada elemento da remuneração dos administradores é incentivar o alinhamento de interesses dos administradores com as metas da Companhia, de forma a estimular o seu comprometimento e também atrair e manter profissionais altamente qualificados.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A proporção da remuneração variável da Diretoria Executiva efetivada para 2019 em relação à remuneração total é de 72,96% de remuneração variável e 27,04% remuneração fixa.

A proporção da remuneração variável da Diretoria Executiva efetivada para 2018 em relação à remuneração total é de 67,5% de remuneração variável e 32,5% remuneração fixa.

A proporção da remuneração variável da Diretoria Executiva efetivada para 2017 em relação à remuneração total é de 53,37% de remuneração variável e 46,63% remuneração fixa. A proporção da remuneração variável da Diretoria Executiva efetivada para 2016 em relação à remuneração total é de 40,91 % de remuneração variável e 59,09% remuneração fixa.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não há metodologia de cálculo específico para cada um dos elementos da remuneração.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

A remuneração fixa mensal da diretoria estatutária é reajustada, em todos os exercícios sociais, de acordo com os percentuais dos acordos coletivos e também podem ocorrer por mérito por desempenho de suas atividades. A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia foi ajustada para o exercício de 2018, assim como a dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, de forma a atender ao disposto no artigo 162, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

A remuneração variável dos diretores da Companhia leva em consideração o lucro líquido apurado pela Companhia, bem como um processo de avaliação de desempenho individual, modelo 360º, no qual se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade.

O plano de saúde da diretoria estatutária concedido pela Companhia não possui metodologia de cálculo e reajuste específicos, sendo que seu reajuste é feito com base em determinação da companhia seguradora.

O plano de remuneração baseada em ações, concedido aos membros da Diretoria da Companhia, possui uma metodologia de cálculo própria.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Conforme descrito na alínea “i” acima, as razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da gestão da Companhia e a permanência dos seus executivos, visando a ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Assim como para todos empregados da Companhia, os indicadores de desempenho são o alcance de metas operacionais e financeiras e o desempenho individual.

A remuneração variável dos diretores da Companhia leva em consideração o lucro líquido apurado pela Companhia, bem como um processo de avaliação de desempenho individual, modelo 360º, onde se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração da diretoria estatutária é estruturada em uma parte fixa e uma parte variável, sendo que esta última leva em consideração o lucro líquido apurado pela Companhia e uma avaliação individual, modelo 360º, na qual se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrito está alinhado aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia. Conforme descrito no item 13.1. (b) alínea “i” acima, a política de

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

remuneração, com componente fixo e componente variável, visa ao incentivo na melhoria da gestão da Companhia e a permanência dos seus executivos, proporcionando ganhos ao estimular o comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A totalidade da remuneração paga aos administradores é realizada de forma direta pela Companhia, não havendo membros do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração ou da Diretoria que recebam remuneração suportada por empresas subsidiárias, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

A Companhia não possui qualquer tipo de remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

Não aplicável.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

É utilizada metodologia de remuneração do mercado (pesquisa salarial) a partir de análise feita pelas principais consultorias especializadas reconhecidas pelo mercado.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

Não aplicável.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	5,00	4,00	18,00
Nº de membros remunerados	9,00	5,00	4,00	18,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.320.000,00	15.138.898,64	1.513.889,86	20.972.788,50
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	560.000,00	0,00	0,00	560.000,00
Outros	976.000,00	4.403.451,34	302.777,97	5.682.229,31
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos INSS	Encargos INSS (4.238.917,10) e Plano de Saúde (164.534,24)	Encargos INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	80.034.982,18	0,00	80.034.982,18
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	5.856.000,00	99.577.332,16	1.816.667,84	107.250.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,75	5,00	4,00	17,75
Nº de membros remunerados	8,75	5,00	4,00	17,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.605.000,00	14.210.837,54	1.479.948,00	19.295.785,54
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	660.666,33	0,00	0,00	660.666,33
Outros	853.133,27	4.136.891,77	295.989,60	5.286.014,64
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos INSS	Encargos INSS (3.979.034,51) e Plano de Saúde (157.857,26)	Encargos INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	44.500.000,00	0,00	44.500.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Verba de contratação		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	5.118.799,60	67.847.729,31	1.775.937,60	74.742.466,51

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,33	4,00	4,00	16,33
Nº de membros remunerados	8,33	4,00	4,00	16,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.966.666,67	12.254.048,04	1.160.476,00	16.381.190,71
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	775.000,00	0,00	0,00	775.000,00
Outros	748.333,33	3.641.860,76	232.095,20	4.622.289,29
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos INSS	Encargos INSS (3.431.133,45) e plano de saúde (210.727,31)	Encargos INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	33.000.000,00	0,00	33.000.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	4.490.000,00	48.895.908,80	1.392.571,20	54.778.480,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,92	3,75	4,00	16,67
Nº de membros remunerados	8,92	3,75	4,00	16,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.160.000,00	6.114.149,09	521.532,00	8.795.681,09
Benefícios direto e indireto	0,00	524.516,33	0,00	524.516,33
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	432.000,00	2.097.790,79	104.306,40	2.634.097,19
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos INSS	Encargos INSS (R $1.913.437,83) e Plano de saúde (R$ 184.352,96)	Encargos INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	2.592.000,00	18.736.456,21	625.838,40	21.954.294,61

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

A Companhia não possui plano de remuneração variável para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal.

Prevista para 31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	5	0	5
Nº de membros remunerados	0,00	5	0,00	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	0	Não há	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	0	Não há	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	0	Não há	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	0	Não há	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	80.034.982,18	Não há	80.034.982,18
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	80.034.982,18	Não há	80.034.982,18

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Realizado para 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	5	0	5
Nº de membros remunerados	0,00	5	0,00	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	0	Não há	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	0	Não há	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	0	Não há	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	0	Não há	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	44.500.000,00	Não há	44.500.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	44.500.000,00	Não há	44.500.000,00

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	4	0,00	4
Nº de membros remunerados	0,00	4	0,00	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	0,00	Não há	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	0,00	Não há	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	0,00	Não há	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	0	Não há	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	19.289.800,00	Não há	19.289.800,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	19.289.800,00	Não há	19.289.800,00

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	3,75	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,75	0,00	0,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	0,00	Não há	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	0,00	Não há	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	0,00	Não há	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	0	Não há	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	8.500.000,00	Não há	8.500.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	8.500.000,00	Não há	8.500.000,00

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(a) termos e condições gerais

O Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014 ("**Plano**") e é administrado pelo Conselho de Administração, que tem competência privativa para deliberar sobre a emissão das ações objeto do Plano, cabendo-lhe, ainda, tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a interpretação, detalhamento e aplicação das normas e diretrizes gerais estabelecidas no Plano.

Dentro da competência acima, caberá ao Diretor Presidente toda e qualquer deliberação acerca do Plano e os poderes específicos e necessários para:

(i) selecionar os colaboradores elegíveis a quem serão outorgadas as opções, conforme os critérios de elegibilidade estabelecidos no Plano;

(ii) definir, dentro do limite do capital autorizado e respeitado o limite máximo de ações atribuíveis ao Plano, a quantidade de opções e a forma de distribuição destas entre os colaboradores elegíveis, o preço de exercício das opções, as condições de exercício e eventuais restrições para a alienação das ações adquiridas ou subscritas;

(iii) definir o período de Vesting, podendo, inclusive, não aplicar qualquer período de Vesting (especialmente quando se tratar de hiring bônus);

(iv) prorrogar, de forma genérica ou conforme o caso, o prazo final para o exercício das opções em vigor;

(v) modificar os termos e condições das opções outorgadas no caso de alguma alteração nas leis aplicáveis; e

(vi) firmar os Contratos de Opção com os participantes do Plano, bem como os Contratos de Subscrição de Ações e eventuais aditivos, quando necessário.

A implementação e o gerenciamento do Plano dentro das diretrizes estabelecidas e segundo as deliberações do Conselho de Administração serão atribuídos ao Diretor Presidente da Companhia. Todos os atos praticados pelo Diretor Presidente da Companhia na execução das atividades acima deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração, exceto aquelas realizadas de acordo com as atribuições do Diretor Presidente da Companhia descritas acima.

As ações objeto do Plano são ações ordinárias nominativas emitidas pela Companhia, nos limites do capital autorizado, e não poderão ultrapassar 2% (dois por cento) do capital social da Companhia, observado o limite de 0,4 (zero virgula quatro por cento) do capital social da Companhia ao ano.

São elegíveis para participar do Plano os administradores e colaboradores da Companhia e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto ("**Controladas**") que ocupem as seguintes funções: Estatutários e Executivos. Os Estatutários e Executivos são indicados pelo Diretor Presidente da Companhia, enquanto o Diretor Presidente é indicado pelos membros do Conselho de Administração.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Também são elegíveis os colaboradores da Companhia e de suas Controladas que, a critério do Diretor Presidente da Companhia ("**Colaborador Elegível**"), tenham se destacado por contribuir significativamente para o desempenho da Companhia, ou cuja contratação seja de vital importância para a boa execução dos planos e estratégias da Companhia (“**Colaboradores-Chave**”).

Em qualquer das hipóteses acima, para se tornar Participante do Plano, o Colaborador Elegível deverá ser formalmente indicado pelo Diretor Presidente da Companhia, que determinará, ainda, a quantidade, prazo e preço das opções a serem outorgadas.

Profissionais que prestam serviços sem vínculo empregatício com a Companhia e/ou suas Controladas não serão elegíveis para receber qualquer Opção por meio do Plano.

O Diretor Presidente da Companhia poderá dispensar tratamento diferenciado a Colaboradores Elegíveis e/ou participantes que se encontrem em situação similar, não estando obrigado por qualquer regra de isonomia ou analogia a estender a quaisquer outros Participantes eventual condição, benefício ou deliberação que entenda aplicável apenas a determinado(s) participante(s).

Nenhuma disposição do Plano conferirá quaisquer direitos aos seus beneficiários relativos a garantia de permanência como empregado da Companhia ou de suas Controladas, tampouco interferirá de qualquer modo no direito da Companhia ou de suas Controladas de, consoante as condições legais e as decorrentes do contrato de trabalho, rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o participante.

Nenhuma disposição do Plano, conferirá, ainda, a qualquer titular de opções, direitos concernentes à sua permanência no cargo de Diretor até o término do Mandato respectivo, ou interferirá de qualquer modo com o direito da Companhia ou de suas Controladas de destituí-lo a qualquer tempo, nem assegurará o direito à reeleição para o cargo.

Cada Colaborador Elegível que se tornar participante do Plano deverá a ele aderir expressamente, mediante declaração escrita aos termos do mesmo, sem qualquer ressalva, obrigando-se ao cumprimento de todos os dispositivos ora estabelecidos.

(b) principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo estabelecer regras para que determinados colaboradores da Companhia possam adquirir ações de sua emissão através da outorga de opção de compra de ações.

O Plano visa despertar em tais colaboradores o senso de propriedade e o envolvimento pessoal no desenvolvimento e no sucesso financeiro da Companhia, encorajando-os a devotar seus melhores esforços aos negócios sociais, contribuindo, assim para o implemento dos interesses da Companhia e de seus acionistas.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que determinados colaboradores chave da Companhia se tornem acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para se comprometerem efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrar interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando os lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a Companhia. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A Companhia entende que o Plano, como parte da remuneração da administração, consiste em instrumento de incentivo de longo prazo dos seus colaboradores chave, pois visa despertar em tais colaboradores o senso de propriedade e envolvimento pessoal no desenvolvimento e no sucesso financeiro da Companhia, fazendo-os participar do risco do negócio.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia na medida em que visa despertar nos administradores e empregados participantes o senso de propriedade e o envolvimento pessoal no desenvolvimento e no sucesso financeiro da Companhia, encorajando-os a devotar os seus melhores esforços aos negócios sociais, contribuindo, assim, para o implemento dos interesses da Companhia e de seus acionistas no curto, médio e longo prazo.

Ademais, as outorgas realizadas com base no Plano trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses em diferentes momentos. A combinação de períodos de carência diferenciados e a possibilidade de se estabelecer condições (tais como metas financeiras e empresariais) para aquisição do direito de exercício das opções fazem com que os beneficiários do Plano se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

Vale ressaltar que as opções, quando outorgadas, são pessoais e intransferíveis, salvo nas hipóteses decorrentes de sucessão por falecimento do participante, tal como tratadas no Plano, o que demonstra o comprometimento dos administradores e empregados.

(f) número máximo de ações abrangidas

A quantidade total das ações destinadas ao Plano não poderá ultrapassar 2% do capital social da Companhia por ano, observado o limite de 0,4 (zero virgula quatro por cento) do capital social da Companhia ao ano.

Para efeitos desse limite, serão consideradas todas as opções outorgadas com base no Plano, bem como as ações já adquiridas ou subscritas pelos respectivos participantes em decorrência do Plano, estejam elas ou não em seu poder.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

O Plano estabelece como limite um número máximo de opções que resulte em uma diluição de 2% do capital social da Companhia observado o limite de 0,4 (zero virgula quatro por cento) do capital social da Companhia ao ano.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

(h) condições de aquisição de ações

O Diretor Presidente da Companhia estabelecerá os critérios de outorga das opções, definindo livremente quais os colaboradores participantes, assim como a quantidade opções a que cada um terá direito. Serão consideradas a importância e essencialidade da função exercida, a potencialidade do participante, o envolvimento em projetos estratégicos e o valor agregado que este oferece à Companhia.

O Diretor Presidente da Companhia não estará obrigado a atribuir a condição de participante a todas as categorias ou mesmo a todos os integrantes de uma mesma categoria de Colaboradores Elegíveis, sendo-lhe facultado, ainda, em relação a dois ou mais participantes de uma mesma categoria, atribuir quantidades diferentes de opções.

A Outorga de Opções ao Diretor Presidente será realizada exclusivamente pelo Conselho de Administração, sendo certo que caberá ao referido órgão o estabelecimento dos critérios dessa outorga, incluindo, mas não se limitando à quantidade opções a que o Diretor Presidente terá direito, o *vesting* das opções, o valor das opções e as demais atribuições.

O participante que desejar exercer suas opções deverá comunicar à Companhia, por escrito, sua intenção, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Diretor Presidente da Companhia.

Uma vez comunicada à Companhia, o efetivo exercício das opções ocorrerá sempre por ocasião das reuniões ordinárias do Conselho de Administração, únicas datas nas quais as opções poderão ser exercidas.

O Diretor Presidente poderá determinar a suspensão do direito de exercício das opções sempre que verificadas situações que, nos termos da legislação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte de colaboradores e administradores da Companhia.

O exercício da opção será formalizado mediante celebração de Contrato de Subscrição de Ações, conforme o caso, entre o participante e a Companhia, ou qualquer outro documento que venha a ser determinado pelo Diretor Presidente da Companhia, o qual conterá a quantidade de ações adquiridas ou subscritas, o preço do exercício e as condições de pagamento aprovadas pelo Conselho de acordo com os contratos de opção.

Nenhum participante terá quaisquer direitos ou privilégios de acionista da Companhia até que as opções sejam devidamente exercidas e as ações objeto das opções sejam subscritas nos termos acima.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O valor das opções e a forma de pagamento, pelo participante, para sua outorga será estabelecido em cada contrato de subscrição de ações celebrado entre o participante e a Companhia, podendo ser utilizada, dentre outras, a metodologia “Black & Scholes”.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

Os critérios para fixação do prazo para exercício das opções serão estabelecidos em cada contrato de subscrição de ações celebrado entre o participante e a Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Observadas as quantidades e prazos estabelecidos no Plano, as opções outorgadas deverão ser exercidas pelos participantes até o prazo máximo de 120 (cento e vinte) meses a contar da Data de Outorga, quando se extinguirão para todos os efeitos.

O Diretor Presidente tem competência para prorrogar o prazo máximo para exercício das opções em vigor de forma individual ou genericamente a todos os Participantes.

(k) forma de liquidação

A forma de pagamento, pelo participante, para sua outorga será estabelecida em cada contrato de subscrição de ações celebrado entre o participante e a Companhia.

(l) restrições à transferência das ações

As opções outorgadas aos participantes, decorridos ou não os prazos de reserva de direito, são pessoais e intransferíveis, salvo nas hipóteses decorrentes de sucessão por falecimento do participante, tal como tratadas no Plano.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Compete à Assembleia Geral da Companhia, mediante proposta do Diretor Presidente da Companhia aprovada pelo Conselho de Administração, modificar, suspender ou extinguir o Plano, notadamente na ocorrência de fatores que importem em alteração significativa do panorama econômico, que possa comprometer a situação financeira da Companhia.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de desligamento voluntário do participante ou desligamento do participante por iniciativa da Companhia, por qualquer razão, exceto por justa causa, este poderá exercer as opções que não tenham sido exercidas até a data do desligamento, respeitadas as regras de reserva de direito, em no máximo 30 (trinta) dias do desligamento.

Na hipótese de desligamento do participante por iniciativa da Companhia em decorrência de justa causa, todas as opções que lhe tenham sido concedidas, aptas ou não para exercício segundo as regras de reserva de direito, restarão automaticamente extintas de pleno direito, independente de aviso prévio ou de indenização a qualquer título.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Este item não se aplica à remuneração do Conselho de Administração que é composta exclusivamente por uma remuneração fixa mensal, observado o descrito nos itens anteriores.

Relativamente à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado da diretoria estatutária, seguem abaixo as informações:

	Remuneração prevista para o exercício social corrente - 2020
	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	5,00
c. número de membros remunerados	0,00
d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:	
i. data de outorga	N/A
ii. quantidade de opções outorgadas	N/A
iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A
iv. prazo máximo para exercício das opções	N/A
v. prazo de restrição à transferência das ações	N/A
vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	N/A
• em aberto no início do exercício social	N/A
• perdidas durante o exercício social	N/A
• exercidas durante o exercício social	N/A
• expiradas durante o exercício social	N/A
e. valor justo das opções na data de cada outorga	N/A
f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,00

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

	Remuneração encerrado para o exercício social corrente - 2019
	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	5,00
c. número de membros remunerados	0,00
d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:	
i. data de outorga	N/A
ii. quantidade de opções outorgadas	N/A
iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A
iv. prazo máximo para exercício das opções	N/A
v. prazo de restrição à transferência das ações	N/A
vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	N/A
• em aberto no início do exercício social	N/A
• perdidas durante o exercício social	N/A
• exercidas durante o exercício social	N/A
• expiradas durante o exercício social	N/A
e. valor justo das opções na data de cada outorga	N/A
f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,00

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

	Remuneração Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018
	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	4,00
c. número de membros remunerados	0,00
d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:	
i. data de outorga	N/A
ii. quantidade de opções outorgadas	N/A
iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A
iv. prazo máximo para exercício das opções	N/A
v. prazo de restrição à transferência das ações	N/A
vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	N/A
• em aberto no início do exercício social	N/A
• perdidas durante o exercício social	N/A
• exercidas durante o exercício social	N/A
• expiradas durante o exercício social	N/A
e. valor justo das opções na data de cada outorga	N/A
f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	N/A

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

	Remuneração Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017
	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	4,00
c. número de membros remunerados	1,00
d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:	
i. data de outorga	Maio de 2017
ii. quantidade de opções outorgadas	153.846
iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis	3 anos, 1/3 a cada ano.
iv. prazo máximo para exercício das opções	10 anos
v. prazo de restrição à transferência das ações	Não há
vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	O preço de exercício global de todas as opções outorgadas, inclusive aos executivos não estatutários, é de R$ 3,00 (três reais) pelo lote global a ser exercido por ano.
• em aberto no início do exercício social	153.846
• perdidas durante o exercício social	0,00
• exercidas durante o exercício social	0,00
• expiradas durante o exercício social	0,00
e. valor justo das opções na data de cada outorga	9,75
f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,01%

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019	
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	9	5
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	116.617
Data em que se tomarão exercíveis	N/A	A primeira tranche correspondente a 2/3 das opções outorgadas se tornou exercível a partir de janeiro 2020. A segunda tranche correspondente a 1/3 das opções outorgadas se tornou exercível a partir de janeiro de 2021.
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	10 anos a contar da liberação das opções.
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Não há.
Preço médio ponderado de exercício	N/A	10,91

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019	
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	11,23
Opções exercíveis		
Quantidade	N/A	65.335 (Janeiro/2020)
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício	N/A	N/A

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

31/12/2019		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	N/A	5
Nº de membros remunerados	N/A	1
Opções Exercidas		
Número de Ações	N/A	80.323
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R$10,91
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R$15,82
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

31/12/2018		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	N/A	4
Nº de membros remunerados	N/A	1
Opções Exercidas		
Número de Ações	N/A	42.930
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R$11,62
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R$8,62
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	153.846
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	R$9,75
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	R$0,65

31/12/2017		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	N/A	4
Nº de membros remunerados	N/A	3
Opções Exercidas		
Número de Ações	N/A	301.012
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R$10,52
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R$7,52
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	210.793
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	R$11,86
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	R$ 1,50

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

31/12/2016		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	N/A	4
Nº de membros remunerados	N/A	3
Opções Exercidas		
Número de Ações	N/A	153.330
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R$9,78
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R$6,78
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	179.856
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	R$11,12
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	R$ 1,98

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) modelo de precificação

O valor justo das opções do plano de outorga para remuneração de executivos é calculado através do modelo de precificação de opções Black&Scholes-Merton.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Os dados e premissas utilizados no modelo de precificação foram: (i) preço médio ponderado das ações: média ponderada da cotação das ações da Companhia na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões que antecederam a outorga; (ii) preço de exercício: R$ 3,00 pelo lote global a ser exercido por ano; (iii) volatilidade esperada: volatilidade histórica da cotação das ações da Companhia; e (iv) prazo de vencimento da opção: as opções outorgadas nos termos do plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, desde que observados os prazos de carência e os demais termos e condições previstos nos respectivos contratos de opção.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, dado que o modelo não permite exercício antecipado sem autorização de nossos órgãos societários competente, e este é responsável por definir métodos e premissas para incorporar os efeitos esperados do eventual exercício antecipado.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade das ações da Companhia é baseada na volatilidade histórica.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A taxa de dividendos necessária para o cálculo do valor justo das opções corresponde ao dividendo esperado por ação para os próximos 12 meses, obtido através de fonte pública de mercado (terminal Bloomberg).

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

Companhia		
Órgão	**Ações ou Cotas**	**Participação (%)**
Conselho de Administração	0	0,00%
Diretoria Estatutária	11.735.776	0,43%
Conselho Fiscal	0	0,00%
Total	**11.735.776**	**0,43%**

A Companhia é diretamente controlada pela J&F Investimentos S.A. ("**J&F**"). A J&F atualmente é controlada por ZMF Participações Ltda., WWMB Participações Ltda., JJMB Participações Ltda. e Pinheiros Fundo de Investimento em Participações.

As tabelas abaixo demonstram a quantidade de quotas de emissão de cada uma dessas entidades que são detidas pelos administradores da Companhia:

ZMF Participações Ltda.		
Órgão	**Ações ou Cotas**	**Participação (%)**
Conselho de Administração	655.583.372*	100,00%
Diretoria Estatutária	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%
Total	655.583.372*	100,00%

*Quotas em usufruto.

WWMB Participações Ltda.		
Órgão	**Ações ou Cotas**	**Participação (%)**
Conselho de Administração	0	0,00%
Diretoria Estatutária	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%
Total	0	0,00%

JJMB Participações Ltda.		
Órgão	**Ações ou Cotas**	**Participação (%)**
Conselho de Administração	0	0,00%
Diretoria Estatutária	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%
Total	0	0,00%

Pinheiros Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia		
Órgão	**Ações ou Cotas**	**Participação (%)**
Conselho de Administração	0	0,00%
Diretoria Estatutária	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%
Total	0	0,00%

OBS: A J&F, por sua vez, detém de forma direta o montante de 253.249,93481959 do Pinheiros Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia, correspondente a 14,25% da participação direta neste fundo.

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, uma vez que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	5,00	4,00	3,75	8,75	8,33	8.92	4,00	4,00	4,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	3,75	8,75	8,33	8,92	4,00	4,00	4,00
Valor da maior remuneração	32.142.620,00	20.490.944,00	6.841.476,60	1.080.000,00	904.400,00	288.000,00	443.984,00	348.142,80	156.459,60
Valor da menor remuneração	7.175.342,00	6.016.005,31	919.920,00	568.755,51	432.000,00	226.666,67	443.984,00	348.142,80	156.459,60
Valor médio da remuneração	13.569.545,86	12.223.977,20	4.996.388,32	585.005,67	539.015,61	290.582,96	443.984,00	348.142,80	156.459,60

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	A remuneração média corresponde à divisão do valor total da remuneração anual deste órgão pelo número de membros informado na letra ‘b’ do item 13.2. Os valores acima consideram o INSS pago pelo empregador.
31/12/2018	A remuneração média corresponde à divisão do valor total da remuneração anual deste órgão pelo número de membros informado na letra ‘b’ do item 13.2. Os valores acima consideram o INSS pago pelo empregador.
31/12/2017	A remuneração média corresponde à divisão do valor total da remuneração anual deste órgão pelo número de membros informado na letra ‘b’ do item 13.2. Os valores acima consideram o INSS pago pelo empregador.

Conselho de Administração	
31/12/2019	A remuneração média corresponde à divisão do valor total da remuneração anual deste órgão pelo número de membros informado na letra ‘b’ do item 13.2. Os valores acima consideram o INSS pago pelo empregador.
31/12/2018	A remuneração média corresponde à divisão do valor total da remuneração anual deste órgão pelo número de membros informado na letra ‘b’ do item 13.2. Os valores acima consideram o INSS pago pelo empregador.
31/12/2017	A remuneração média corresponde à divisão do valor total da remuneração anual deste órgão pelo número de membros informado na letra ‘b’ do item 13.2. Os valores acima consideram o INSS pago pelo empregador.

Conselho Fiscal	
31/12/2019	A remuneração média corresponde à divisão do valor total da remuneração anual deste órgão pelo número de membros informado na letra ‘b’ do item 13.2. Os valores acima consideram o INSS pago pelo empregador.
31/12/2018	A remuneração média corresponde à divisão do valor total da remuneração anual deste órgão pelo número de membros informado na letra ‘b’ do item 13.2. Os valores acima consideram o INSS pago pelo empregador.
31/12/2017	A remuneração média corresponde à divisão do valor total da remuneração anual deste órgão pelo número de membros informado na letra ‘b’ do item 13.2. Os valores acima consideram o INSS pago pelo empregador.

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Órgão	2019	2018	2017
Conselho de Administração	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	25,00%	25,00%	0%

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Exercício social encerrado em	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
31 de dezembro de 2019	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
31 de dezembro de 2018	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
31 de dezembro de 2017	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não houve pagamento de remuneração para administradores e membros do conselho fiscal reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas em função do exercício do cargo na Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 13.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Segue abaixo tabela com o número de empregados da Companhia, considerando suas subsidiárias, no encerramento do exercício social de 2017, 2018 e 2019 por atividade desempenhada:

	Em 31 de dezembro de		
Atividade Desempenhada	**2019**	**2018**	**2017**
Administrativo	28.321	23.639	26.311
Comercial	6.730	5.140	6.580
Operacional/Industrial	199.141	191.727	185.461
Total	**234.192**	**220.506**	**218.352**

Segue abaixo tabela com o número de empregados da Companhia, considerando suas subsidiárias, no encerramento do exercício social de 2017, 2018 e 2019 por localização geográfica:

	Em 31 de dezembro de		
País	**2019**	**2018**	**2017**
Brasil	128.414	121.260	119.379
Argentina	439	470	453
Estados Unidos	64.757	62.828	63.831
Austrália	10.739	10.533	9.854
México	11.038	10.741	10.262
Europa	15.915	10.683	10.475
Outros (Uruguai, Paraguai, Chile, China, Canadá e Viatnã)	2.890	3.991	4.098
Total	**234.192**	**220.506**	**218.352**

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

	Em 31 de dezembro de		
País	**2019**	**2018**	**2017**
Brasil	3.945	3.302	5.956
Argentina	0	0	0
Austrália	1.204	1.348	1.436
Europa	2.131	3.199	3.370
Outros (Uruguai, Paraguai, China, Canadá, Vietnã)	633	0	0
Total	**7.913**	**7.849**	**10.762**

(1) O valor indicado não inclui o número de terceirizados nos Estados Unidos e México, uma vez que a Companhia possui mais de 90 plantas nessas localidades com funcionários terceirizados.

(c) índice de rotatividade

A tabela abaixo mostra o índice de rotatividade para o perído de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2016 e 2017:

Índice de Rotatividade (%)		
31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2017**
21	22	22

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

14.2 - Alterações relevantes – Recursos humanos

A redução do número de colaboradores de 2016 para 2017 decorre do fechamento de unidades de processamento no Brasil e da venda das operações de carne bovina da Companhia na Argentina, no Paraguai e no Uruguai.

Não houve alteração expressiva do número de colaboradores no exercício social corrente e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 para 31 de dezembro de 2018.

O aumento do número de colaboradores de 2018 para 2019 decorre principalmente das aquisições da Tulip, Marba e Seberi.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia possui uma Política de Remuneração, aprovada pela Diretoria da empresa (área corporativa), que define os critérios e responsabilidades no processo de pagamento remuneração aplicada à Companhia e visa proporcionar aos funcionários níveis salariais competitivos com o mercado, dentro das disponibilidades orçamentárias, de forma a atrair, recompensar e reter os profissionais melhores qualificados. A política é válida para todos os níveis hierárquicos da empresa, de todas as filiais da Companhia.

Conforme previsto na Política de Remuneração, a Companhia possui uma área corporativa de Remuneração e Benefícios que é responsável por (i) manter as estruturas salariais e de cargos atualizada, mediante estudos, distribuí-las no grupo da Companhia e aplicar suas regras; (ii) avaliar continuamente a aderência de todas as regras e sugerir eventuais alterações; e (iii) disponibilizar ferramentas e sistemas compatíveis com a necessidade da Companhia e capacitas os envolvidos no processo.

A diretoria de Recursos Humoanos do negócio é responsável por aprovar a Política de Remuneração e garantir sua aplicação, bem como sinalizar eventuais necessidades de mudança para a área corporativa.

(b) política de benefícios

Além dos benefícios concedidos pela legislação aplicável, a Companhia oferece a todos os seus empregados no Brasil auxílio alimentação, auxílio-refeição e transporte e demais benefícios provenientes de acordos e convenções coletivas de trabalho, além dos benefícios citados a empresa oferece de livre escolha dos colaboradores plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida.

A Companhia oferece a todos os seus empregados nos EUA e no México, além dos benefícios previstos em lei, plano de saúde, plano odontológico e plano de aposentadoria. Nos Estados Unidos e na Austrália, o grupo JBS proporciona certos benefícios a substancialmente todos os empregados assalariados. Eles incluem benefícios de saúde e bem-estar, seguro de incapacidade e de vida, reembolso de educação e instrução e programa de assistência ao empregado.

A Companhia oferece a todos os seus empregados no México, além dos benefícios previstos em lei, plano de saúde, plano odontológico e plano de aposentadoria.

A Companhia oferece a todos os seus empregados no Canada, além dos benefícios previstos em lei, plano de saúde. Plano odontológico, seguro de vida.

Na Europa oferece a todos os seus empregados, além dos benefícios previstos em lei, incluem benefícios de programas de saúde e preocupação com o bem-estar social.

Além do descrito acima, a Companhia possui ainda empregados em números irrelevantes em outros países, de modo que a Companhia não constituiu uma política de benefícios específica para tais empregados, mas seguem os benefícios previstos na legislação de cada uma das localidades.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores (grupos de beneficiários, condições para o exercício, preços de exercício, prazos de exercício, quantidade de ações comprometidas pelo plano)

As características dos planos de remuneração baseados em ações de empregados não administradores classificados Executivos da Companhia são as mesmas dos planos de remuneração baseado em ações de Estatutários da Companhia.

Para maiores informações, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A JBS, em função de suas diversas áreas de atuação, está sujeita em âmbito nacional a várias centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos da categoria que pertence e salienta que não deixa de ouvir essas representações, porém, sem lançar mão da livre concorrência de mercado, da legislação vigente e da negociação direta com cada sindicato dos municípios em que a empresa está presente. Acreditamos possuir boas relações com nossos colaboradores e com os sindicatos que os representam, não havendo histórico de greves, manifestações e/ou paralisações de trabalho nos dois últimos anos.

Quadro com referência aos movimentos paredistas na JBS, incluindo Seara:

Histórico	ANO	Divisão/Unidade	Mês	Periodo	Funcionamento Unidade	Motivação	Situação	Outros / % participantes
JBS S.A.	2014	Carnes-Diamantino	Maio	14 dias	Normal	Negociações salariais CCT	Condições aplicadas	aprox. 30% do quadro de empregados
		Carnes - Campo Grande I	Maio	1 dia	Normal	Negociações salariais CCT	Condições acordo no dissidio aplicadas	aprox. 7% quadro de empregados
		Carnes - São Miguel Guaporé	Setembro	14 dias	Normal	Negociações salariais ACT	Condições aplicadas	aprox. 20% do quadro de empregados
	2015	Couros - Lins	Outubro	37 dias	Normal	Negociações salariais CCT	Condições aplicadas	aprox. 30% do quadro de empregados
	2016	-	-	-		-		-
SEARA	2014	Aves - Forquilinha	Dezembro	8 dias	Parcial	Negociações salariais ACT	Condições aplicadas	30% do quadro de empregados
	2014	Aves-Nova Veneza	Dezembro	1 dia	Parcial	Negociações salariais	Condições aplicadas	aprox. 100 empregados
	2015	Aves - Amparo	Junho	1 dia	1º e 2º turno	Negociações salariais	Condições aplicadas	-
	2016	Aves-Tangará da Serra	Abril	1 dia	Parcial	redução de horas extras	Condições aplicadas	50% do quadro do setor Granjas
			Maio	3 dias	Parcial	Negociações salariais ACT	Condições aplicadas	1º turno
				3 dias	Não operou	Negociações salariais ACT	Condições aplicadas	Horas descontadas 50%set e 50%Out
				1 dia	Parcial	Negociações salariais ACT	Condições aplicadas	Retomada das atividades. Horas compensadas.

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 14.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social

AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 19/08/2020

10.220.671	0,383	0	0,000	10.220.671	0,383

Banco Original do Agronegocio

09.516.419/0001-75	Brasil	Não	Não	09/09/2019

594.867	0,022	0	0,000	594.867	0,022

Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

Banco Original SA

92.894.922/0001-08	Brasil	Não	Não	05/06/2020

1.387	0,001	0	0,000	1.387	0,001

Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

BNDES Participações S.A. - BNDESPAR

00.383.281/0001-09	Brasil-SP	Sim	Não	31/12/2015

581.661.101	21,817	0	0,000	581.661.101	21,817

Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia Formosa					
26.845.679/0001-03		Não	Sim	22/06/2020	
153.133.890	5,744	0	0,000	153.133.890	5,744
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
J&F Investimentos S.A.					
00.350.763/0001-62		Sim	Sim	22/06/2020	
939.071.397	35,223	0	0,000	939.071.397	35,223
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
981.395.710	36,810	0	0,000	981.395.710	36,810
TOTAL					
2.666.079.023	100,000	0	0,000	2.666.079.023	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Banco Original do Agronegocio				**09.516.419/0001-75**	
J&F Participações S.A.					
07.570.673/0001-26	Brasil-SP	Não	Sim	20/05/2016	
99.000.000	99,000	0	0,000	99.000.000	99,000
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
José Batista Sobrinho					
052.970.871-04		Não	Não		
1.000.000	1,000	0	0,000	1.000.000	1,000
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
100.000.000	100,000	0	0,000	100.000.000	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Banco Original SA				**92.894.922/0001-08**	
J&F Participações S.A.					
07.570.673/0001-26	Brasil-SP	Não	Sim	01/08/2017	
537.826.073	100,000	0	0,000	537.826.073	100,000

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

TOTAL					
537.826.073	100,000	0	0,000	537.826.073	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia Formosa				**26.845.679/0001-03**	
JMF Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações					
10.947.525/0001-92		Não	Sim	31/12/2017	
1.358.364	100,000	0	0,000	1.358.364	100,000

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

TOTAL					
1.358.364	100,000	0	0,000	1.358.364	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
J&F Investimentos S.A.				**00.350.763/0001-62**	
JJMB Participações Ltda.					
07.704.144/0001-78	Brasil	Não	Sim	31/12/2013	
17.112.692	27,966	17.063.985	27,904	34.176.677	27,935
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Pinheiros Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia					
11.369.979/0001-96	Brasil	Não	Não	31/12/2013	
17.144.672	28,019	17.144.671	28,036	34.289.343	28,027
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
61.190.255	100,000	61.152.299	100,000	122.342.554	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
J&F Investimentos S.A.				**00.350.763/0001-62**	
WWMB Participações Ltda.					
07.704.137/0001-76	Brasil	Não	Sim	31/12/2013	
17.112.692	27,966	17.063.984	27,904	34.176.676	27,936
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
ZMF Participações					
08.706.916/0001-73		Não	Sim	31/12/2013	
9.820.199	16,049	9.879.659	16,156	19.699.858	16,102
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
J&F Participações S.A.	**07.570.673/0001-26**	

J&F Investimentos S.A.

00.350.763/0001-62		Sim	Não	31/08/2017	
24.999.998	49,999	50.000.000	100,000	74.999.998	74,999

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

JBJ Agropecuária Ltda.

15.689.716/0001-15		Sim	Sim	16/11/2017	
12.500.001	25,000	0	0,000	12.500.001	12,500

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

José Batista Sobrinho

052.970.871-04		Sim	Sim	16/11/2017	
12.500.001	25,000	0	0,000	12.500.001	12,500

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

OUTROS

0	0,000	0	0,000	0	0,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
J&F Participações S.A.				**07.570.673/0001-26**	
TOTAL					
50.000.000	100,000	50.000.000	100,000	100.000.000	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
J&F Participações S.A.	**07.570.673/0001-26**	

J&F Investimentos S.A.

00.350.763/0001-62		Sim	Não	31/08/2017	
24.999.998	49,999	50.000.000	100,000	74.999.998	74,999

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

JBJ Agropecuária Ltda.

15.689.716/0001-15		Sim	Sim	16/11/2017	
12.500.001	25,000	0	0,000	12.500.001	12,500

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

José Batista Sobrinho

052.970.871-04		Sim	Sim	16/11/2017	
12.500.001	25,000	0	0,000	12.500.001	12,500

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

OUTROS

0	0,000	0	0,000	0	0,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
J&F Participações S.A.				**07.570.673/0001-26**	
TOTAL					
50.000.000	100,000	50.000.000	100,000	100.000.000	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
JJMB Participações Ltda.				**07.704.144/0001-78**	
Joesley Mendonça Batista					
376.842.211-91	Brasil	Não	Sim	31/12/2015	
669.835.858	99,999	0	0,000	669.835.858	99,999
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
669.842.959	100,000	0	0,000	669.842.959	100,000
Wesley Mendonça Batista					
364.873.921-20	Brasil	Não	Sim	31/12/2017	
7.101	0,001	0	0,000	7.101	0,001
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
JMF Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações				**10.947.525/0001-92**	
J&F Investimentos S.A.					
00.350.763/0001-62		Não	Não	30/05/2018	
2.488.282	99,500	0	0,000	2.488.282	99,500
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
2.500.662	100,000	0	0,000	2.500.662	100,000
ZMF Participações					
08.706.916/0001-73		Não	Não	30/05/2018	
12.380	0,500	0	0,000	12.380	0,500
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Pinheiros Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia				**11.369.979/0001-96**	
Colorado Investment Holding LLC					
11.441.489/0001-53	Estados Unidos	Não	Sim	30/12/2013	
1.524.028	85,660	0	0,000	1.524.028	85,660
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
JJMB Participações Ltda.					
07.704.144/0001-78	Brasil	Não	Não	31/12/2013	
127.495	7,170	0	0,000	127.495	7,170
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.779.018	100,000	0	0,000	1.779.018	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Pinheiros Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia				**11.369.979/0001-96**	
WWMB Participações Ltda.					
07.704.137/0001-76	Brasil	Sim	Não	31/12/2013	
127.495	7,170	0	0,000	127.495	7,170

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
WWMB Participações Ltda.				**07.704.137/0001-76**	
Joesley Mendonça Batista					
376.842.211-91	Brasil	Não	Sim	31/12/2017	
7.101	0,001	0	0,000	7.101	0,001
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
669.842.959	100,000	0	0,000	669.842.959	100,000
Wesley Mendonça Batista					
364.873.921-20	Brasil	Não	Sim	31/12/2017	
669.835.858	99,999	0	0,000	669.835.858	99,999
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
ZMF Participações				**08.706.916/0001-73**	
Joesley Mendonça Batista					
376.842.211-91	Brasil	Não	Sim	31/12/2015	
327.791.686	50,000	0	0,000	327.791.686	50,000
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
655.583.372	100,000	0	0,000	655.583.372	100,000
Wesley Mendonça Batista					
364.873.921-20	Brasil	Não	Sim	31/10/2016	
327.791.686	50,000	0	0,000	327.791.686	50,000
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Colorado Investment Holding LLC				**11.441.489/0001-53**	
Colorado Company Ltd					
	Cayman	Não	Não	31/10/2016	
200	100,000	0	0,000	200	100,000
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
200	100,000	0	0,000	200	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
JBJ Agropecuária Ltda.				**15.689.716/0001-15**	
Fabrício de Oliveira Batista					
000.610.401-00		Não	Não		
1.399	0,001	0	0,000	1.399	0,001
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
José Batista Júnior					
194.087.141-72		Não	Sim		
1.003.191.031	99,999	0	0,000	1.003.191.031	99,999
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.003.192.430	100,000	0	0,000	1.003.192.430	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
JBJ Agropecuária Ltda.				**15.689.716/0001-15**	
Fabrício de Oliveira Batista					
000.610.401-00		Não	Não		
1.399	0,001	0	0,000	1.399	0,001
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
José Batista Júnior					
194.087.141-72		Não	Sim		
1.003.191.031	99,999	0	0,000	1.003.191.031	99,999
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.003.192.430	100,000	0	0,000	1.003.192.430	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
J&F Investimentos S.A.				**00.350.763/0001-62**	
OUTROS					
61.190.255	100,000	61.152.299	100,000	122.342.554	100,000
TOTAL					
61.190.255	100,000	61.152.299	100,000	122.342.554	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
J&F Investimentos S.A.				**00.350.763/0001-62**	
OUTROS					
61.190.255	100,000	61.152.299	100,000	122.342.554	100,000
TOTAL					
61.190.255	100,000	61.152.299	100,000	122.342.554	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
ZMF Participações				**08.706.916/0001-73**	
OUTROS					
655.583.372	100,000	0	0,000	655.583.372	100,000
TOTAL					
655.583.372	100,000	0	0,000	655.583.372	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Colorado Company Ltd					
Joesley Mendonça Batista					
376.842.211-91	Brasil	Não	Não	31/10/2016	
3.000	50,000	0	0,000	3.000	50,000

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
6.000	100,000	0	0,000	6.000	100,000
Wesley Mendonça Batista					
364.873.921-20	Brasil	Não	Não	31/10/2016	
3.000	50,000	0	0,000	3.000	50,000

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/04/2020
Quantidade acionistas pessoa física	98.272
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1.903
Quantidade investidores institucionais	990

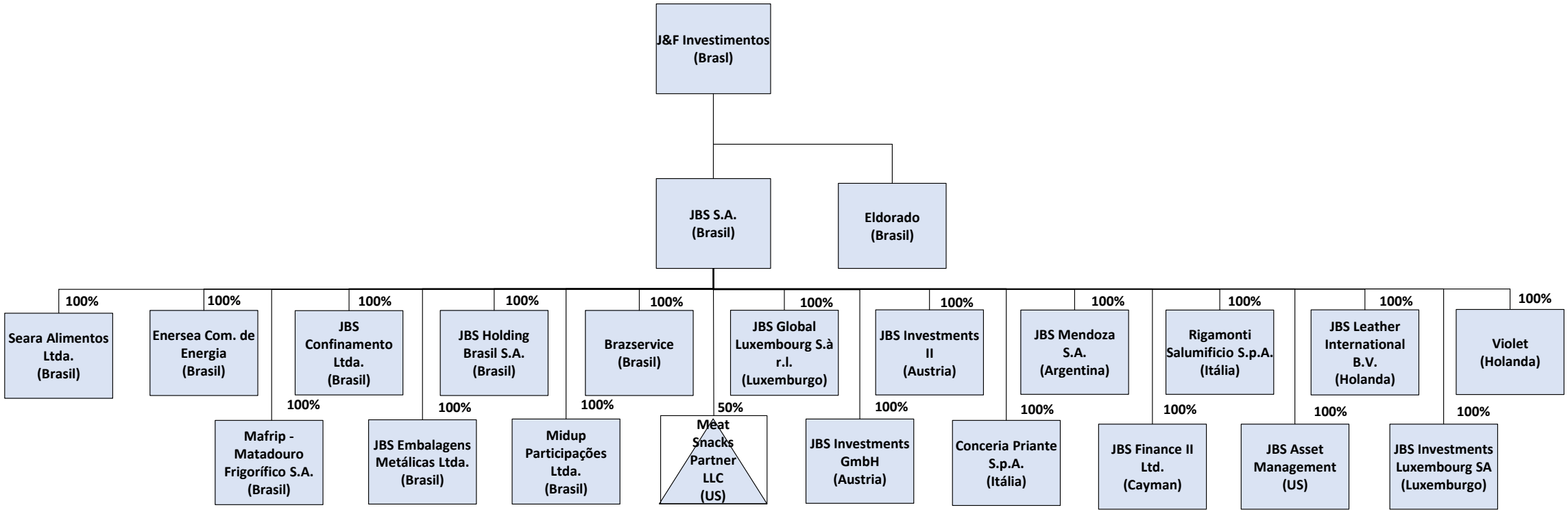
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	1.568.829.515	0,575%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	1.568.829.515	0,575%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 26 de maio de 2017, os controladores indiretos da Blessed Holdings passaram a ser os Srs. Wesley Mendonça Batista e Joesley Mendonça Batista.

Em 30 de maio de 2017, a Companhia recebeu a informação de que as seguintes companhias alienaram suas participações diretas na J&F Investimentos S.A.: VLBM Participações Ltda., VNMB Participações Ltda., VVMB Participações Ltda. e ZMF Fundo de Investimento em Participações.

Em 31 de outubro de 2018, a FB Participações S.A. foi incorporada pela J&F Investimentos S.A., de modo que a J&F Investimentos S.A. passou a deter diretamente ações de emissão da Companhia, passando a ser a sua controladora direta.

Ademais, a J&F Participações S.A. atualmente tem seu controle compartilhado entre a JBJ Agropecuária Ltda. e o Sr. José Batista Sobrinho, regulado por acordo de acionistas arquivado na sede da referida sociedade. Em decorrência de tal alteração no âmbito da J&F Participações S.A., o Banco Original S.A. e o Banco Original do Agronegócio S.A. não mais integram o controle da Companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

15.7 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

2019

a. evento	Aquisição do Frigorífico Marba Ltda.
b. principais condições do negócio	Em 6 de novembro de 2019, a Companhia anunciou que, através de sua subsidiária direta Seara Alimentos, celebrou um contrato para aquisição do Frigorífico Marba Ltda. ("**Marba**"), sujeito a aprovação das autoridades competentes. Essa aquisição está em linha com a estratégia da Companhia de ampliar a participação de produtos de maior valor agregado e de marcas em seu portfólio. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em 04 de dezembro de 2019.
c. sociedades envolvidas	JBS S.A., Seara Alimentos e Frigorífico Marba Ltda.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS S.A.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas. Para a efetivação da operação, a Companhia obteve todas as aprovações societárias, bem como a aprovação de todos os órgãos governamentais necessários.

a. evento	Aquisição da Brianza Salumi S.R.L.
b. principais condições do negócio	Em 22 de outubro de 2019, por meio de sua controlada indireta Rigamonti Salumificio S.p.A ("**Rigamonti**"), a Companhia adquiriu 100% da participação acionária da Brianza Salumi S.R.L ("**Brianza**") por aproximadamente R$59.022 (EUR13.000), sendo R$47.218 (EUR10.400) pago à vista e R$11.805 (EUR2.600) serão pagos até outubro de 2020. A Brianza diversifica o portfólio de produtos da Rigamonti, reforçando o conceito de produtos de bem-estar, que a bresaola já está inserida. O ágio estimado gerado nessa combinação de negócios em R$39.958 (EUR8.801) somente é elegível para dedutibilidade fiscal através da incorporação ou alienação dos ativos adquiridos e passivos assumidos.
c. sociedades envolvidas	JBS S.A., Rigamonti Salumificio S.p.A e Brianza Salumi S.R.L
d. efeitos da operação no quadro acionário da	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS S.A.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Companhia	
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas. Para a efetivação da operação, a Companhia obteve todas as aprovações societárias, bem como a aprovação de todos os órgãos governamentais necessários.

a. evento	Alienação da Tulip Company
b. principais condições do negócio	Em 28 de agosto de 2019 a PPC assinou contrato para aquisição da Tulip Company ("**Tulip**"), líder na produção de carne suína e alimentos preparados com operações no Reino Unido, em uma transação avaliando a Tulip em £290 milhões (ou aproximadamente US$354 milhões) para criar uma líder em proteína e alimentos preparados na Europa por meio da expansão do portfólio de alimentos preparados para 21% das vendas globais da Pilgrim´s. a operação foi concluída em 15 de outubro de 2019.
c. sociedades envolvidas	JBS S.A. e Tulip Company
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS S.A.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas. Para a efetivação da operação, a Companhia obteve todas as aprovações societárias, bem como a aprovação de todos os órgãos governamentais necessários.

a. evento	Aquisição de Processadora de Suínos em Seberi – RS
b. principais condições do negócio	Em 26 de abril de 2019, a Seara Alimentos Ltda. celebrou contrato de compra e venda com a Adelle Indústria de Alimentos Ltda. e demais garantidoras, para a compra de uma processadora de suínos, incluindo sistema de integração, localizados no município de Seberi, estado do Rio Grande do Sul. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em 23 de maio de 2019 e concluída em 1 de agosto de 2019.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

c. sociedades envolvidas	Seara Alimentos Ltda., Adelle Indústria de Alimentos Ltda. e demais garantidoras.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS S.A.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas. Para a efetivação da operação, a Companhia obteve todas as aprovações societárias, bem como a aprovação de todos os órgãos governamentais necessários.

2018

a. evento	Alienação da Five Rivers Cattle Feeding nos Estados Unidos da América
b. principais condições do negócio	Em 17 de janeiro de 2018, a JBS USA firmou acordo para a alienação da totalidade das operações de confinamento da Five Rivers Cattle Feeding nos Estados Unidos da América para afiliadas da Pinnacle Asset Management, L.P., por aproximadamente US$200 milhões, incluindo o valor de mercado do estoque de silagem e grãos na data do fechamento e sujeito a ajuste pela variação do capital de giro também na data do fechamento. Em conjunto com a aquisição das ações da Five Rivers, o comprador firmará contrato de longo prazo para fornecimento de gado às unidades de abate do grupo JBS em território norteamericano. A Alienação foi concluída em 16 de março de 2018.
c. sociedades envolvidas	JBS S.A., JBS USA e Five Rivers
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS S.A.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas. Para a efetivação da operação, a Companhia obteve todas as aprovações societárias, bem como a aprovação de todos os órgãos governamentais necessários.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

a. evento	Alienação de sua operação de confinamento e uma fazenda adjacente, localizadas em Brooks (Alberta), no Canadá.
b. principais condições do negócio	Em 12 de julho de 2018, a JBS Australia celebrou um acordo com a Rural Funds Management ("**RFM**"), uma empresa australiana que possui e administra um portfólio de ativos agrícolas, para abastecer as plantas da JBS Austrália para o gado alimentado com grãos. O contrato inclui a venda dos ativos de confinamento de gado pertencentes à JBS Australia para a RFM, com um arrendamento de 10 anos relacionado à JBS Australia, nos termos do qual a JBS Australia continuou a operar e gerenciar os confinamentos. A RFM fornece o gado a ser alimentado e abatido nos confinamentos que, sob o contrato de arrendamento, são operados e gerenciados pela JBS Austrália. O contrato inclui uma opção para a recompra de ativos no final do quinto ano e uma opção de venda exercível por comprador terceiro no final do décimo ano que poderia exigir que a JBS Australia recomprasse os ativos. Como a transferência desses ativos não atende aos requisitos de governança contábeis e não é reconhecida como uma venda para fins de reconhecimento de receita, os ativos de confinamento de gado continuam sendo registrados no ativo imobilizado da JBS USA, excluído a parcela atual da dívida de longo prazo. A venda de uma parte dos ativos de confinamento de gado foi concluída em 29 de outubro de 2018.
c. sociedades envolvidas	JBS S.A., JBS Australia e Rural Funds Management
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS S.A.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas. Para a efetivação da operação, a Companhia obteve todas as aprovações societárias, bem como a aprovação de todos os órgãos governamentais necessários, conforme previsto no item "b" acima.

2017

a. evento	Venda da Canadian Feeldlot
b. principais condições do negócio	Em 30 de outubro de 2017, a Companhia concluiu a venda dos ativos de confinamento de gado pertencentes e operados pela JBS Canadá. A Contraprestação incluiu o pagamento em dinheiro e por meio de outras obrigações, incluindo a transferência de bens imóveis e equipamentos. Parte dos recursos foi utilizada para pagar integralmente o empréstimo contraído por meio da linha de crédito canadense da JBS USA.
c. sociedades envolvidas	JBS S.A., JBS Canadá e JBS USA.
d. efeitos da	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

operação no quadro acionário da Companhia	S.A.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas. Para a efetivação da operação, a Companhia obteve todas as aprovações societárias, bem como a aprovação de todos os órgãos governamentais necessários.

a. evento	Venda da JBS Mercosul
b. principais condições do negócio	Em 5 de junho de 2017, a Companhia celebrou um contrato de compra de ações com certas subsidiárias da Minerva S.A., para a venda de todas as participações societárias da Companhia nas empresas que juntas compõem todos os negócios de carne bovina, gado vivo e subprodutos bovinos da Companhia na Argentina, Uruguai e Paraguai. O preço total de venda da JBS Mercosul foi de US$ 300,0 milhões, mais um ajuste de capital de giro de aproximadamente US$ 23,0 milhões (R$ 71,0 milhões). A venda da JBS Mercosul foi concluída em 31 de julho de 2017.
c. sociedades envolvidas	JBS S.A. e Minerva S.A.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS S.A.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas. Para a efetivação da operação, a Companhia obteve todas as aprovações societárias, bem como a aprovação de todos os órgãos governamentais necessários, conforme previsto no item "b" acima.

a. evento	Aquisição da Plumrose USA, Inc. nos Estados Unidos
b. principais condições do negócio	Em 13 de março de 2017, a JBS S.A., por meio de sua controlada indireta, JBS USA, celebrou um Contrato de Compra de Participação Societária com a Danish Crown A/S ("**Danish Crown**"), no qual foram estabelecidos os termos e condições para aquisição da participação societária na Plumrose USA, Inc. ("**Plumrose**" e

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

	"**Operação**"). O preço de aquisição foi fixado em US$230 milhões. Estão incluídas na Operação: (i) cinco fábricas de produtos preparados localizadas nos estados de Indiana, Iowa (2), Mississippi e Vermont; (ii) dois centros de distribuição localizados em Indiana e Mississippi. A Operação foi aprovada pelo Conselho de Administração da JBS e está sujeita às aprovações de praxe, incluindo aprovação pelas autoridades de defesa da concorrência dos Estados Unidos da América. Estão incluídas na Operação: (i) duas fábricas de processamento de suínos em Iowa e Illinois; (ii) cinco fábricas de ração em Missouri, Arkansas, Iowa e Texas; e (iii) quatro granjas de suínos em Arkansas, Oklahoma e Texas.
c. sociedades envolvidas	JBS S.A., JBS USA e Plumrose USA, Inc.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS S.A.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas. Para a efetivação da operação, a Companhia obteve todas as aprovações societárias, bem como a aprovação de todos os órgãos governamentais necessários, conforme previsto no item "b" acima.

a. evento	Aquisição da JFC LLC e de suas subsidiárias, nos Estados Unidos
b. principais condições do negócio	Em janeiro de 2017, a subsidiária indireta da Companhia, Pilgrim's Pride Corporation, adquiriu 100% da participação acionária da empresa JFC LLC e suas subsidiárias (Grupo GNP) pelo montante de aproximadamente R$1,1 bilhões (US$350 milhões) sujeito a ajustes de capital de giro. O Grupo GNP é um negócio de aves integrado verticalmente, sediado no estado de Minnesota, Estados Unidos da América. O negócio adquirido tem uma capacidade de produção de 2,1 milhões de aves por semana em suas três fábricas e emprega atualmente 1.755 pessoas. As unidades produtoras estão localizadas em áreas geográficas onde PPC não está presente, proporcionando a PPC a oportunidade de expandir sua produção e base de clientes. Essa aquisição fortalece ainda mais a posição estratégica da Companhia no mercado de frangos norte-americano.
c. sociedades envolvidas	JBS S.A., Pilgrim's Pride Corporation e JFC LLC e suas subsidiárias
d. efeitos da operação no quadro	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS S.A.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

acionário da Companhia	
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas. Para a efetivação da operação, a Companhia obteve todas as aprovações societárias, bem como a aprovação de todos os órgãos governamentais necessários, conforme previsto no item "b" acima.

a. evento	Alienação da participação societárias detida na Vigor Alimentos S.A.
b. principais condições do negócio	Em 3 de agosto de 2017, a Companhia celebrou um acordo para a alienação da totalidade de sua participação acionária de 19,43% na Vigor para o Grupo Lala, S.A.B. de C.V. Em 26 de outubro de 2017, a Companhia concluiu a venda da Vigor, recebendo R$785,9 milhões durante o exercício, e receberá R$62,0 milhões a partir do exercício de 2018, com base em determinados eventos estabelecidos em cláusulas do instrumento de compra e venda. O valor a receber está registrado na rubrica outros ativos não circulantes. A operação gerou um ganho de R$330,5 milhões e foi reconhecida na rubrica outras receitas operacionais.
c. sociedades envolvidas	JBS S.A., Vigor Alimentos S.A. e Grupo Lala, S.A.B. de C.V.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS S.A.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas. Para a efetivação da operação, a Companhia obteve todas as aprovações societárias, bem como a aprovação de todos os órgãos governamentais necessários, conforme previsto no item "b" acima.

a. evento	Alienação de sua operação de confinamento e uma fazenda adjacente, localizadas em Brooks (Alberta), no Canadá.
b. principais condições do negócio	Em 14 de julho de 2017, a Companhia através de sua subsidiária indireta, JBS Food Canada Inc. (JBS Canadá), celebrou um acordo para a alienação de sua operação de confinamento e uma fazenda adjacente, localizadas em Brooks (Alberta), no Canadá, à MCF Holdings Ltd. (MCF) pelo valor de CAD 50,0

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

	milhões. O acordo prevê que a MCF continue fornecendo gado para a unidade de produção de carne bovina da JBS Canadá em Brooks. A conclusão desta transação ocorreu em 30 de outubro de 2017.
c. sociedades envolvidas	JBS S.A., JBS Food Canada Inc. e MCF Holdings Ltd. (MCF).
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS S.A.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas. Para a efetivação da operação, a Companhia obteve todas as aprovações societárias, bem como a aprovação de todos os órgãos governamentais necessários, conforme previsto no item "b" acima.

a. evento	Alienação das subsidiárias com operações frigoríficas na Argentina, Uruguai e Paraguai.
b. principais condições do negócio	Em 31 de julho de 2017, a Companhia, por meio de sua subsidiária integral JBS Handels GmbH, concretizou a venda de suas subsidiárias com operações frigoríficas de carne bovina no Uruguai (Frigorifico Canelones), Paraguai (JBS Paraguay) e Argentina (JBS Argentina), para sociedades do Grupo Minerva, pelo montante de US$300,0 milhões (R$992,5 milhões) mais capital de giro de aproximadamente US$23,0 milhões (R$71,0 milhões). Esta transação foi concluída em agosto de 2017.
c. sociedades envolvidas	JBS S.A., JBS Handels GmbH e respectivas subsidiárias.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS S.A.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas. Para a efetivação da operação, a Companhia obteve todas as aprovações societárias, bem como a aprovação de todos os órgãos governamentais necessários, conforme previsto no item "b" acima.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

a. evento	Alienação da Moy Park para a PPC, subsidiária indireta da Companhia
b. principais condições do negócio	Em 11 de setembro de 2017, a Companhia celebrou a alienação da totalidade de sua participação acionária na Moy Park para a Pilgrim's Pride Corporation, subsidiária indireta da Companhia, por aproximadamente GBP 792,5 milhões (R$3,3 bilhões).
c. sociedades envolvidas	JBS S.A., Pilgrim's Pride Corporation e Moy Park
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da JBS S.A.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	A transação foi aprovada por unanimidade pelo Comitê Especial do Conselho de Administração da PPC. Composto apenas por membros independentes representando os acionistas minoritários, o Comitê Especial teve autoridade delegada pelo Conselho de Administração para analisar, negociar e aprovar a aquisição.

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

15.8 - Outras informações relevantes

Conforme fato relevante de 20 de dezembro de 2019, a Seara Alimentos Ltda. (“Seara”) celebrou um acordo para aquisição dos ativos de margarina da Bunge Alimentos S.A. (“Bunge”) no Brasil, pelo valor de R$700 milhões. A operação prevê, dentre outros, contrato de manufatura por encomenda, e de licença e uso de marcas. A transação inclui três unidades produtivas localizadas estrategicamente em Gaspar (SC), São Paulo (SP) e Suape (PE). Pelo acordo, serão adquiridas diversas marcas, entre elas Delícia, Primor e Gradina - esta última destinada ao segmento de food service. A operação ainda aguarda aprovação pelo CADE.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia adota uma Política para Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, que estabelece diretrizes e consolida procedimentos e controles em conformidade com as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas, de forma a assegurar a comutatividade das transações, com plena independência e absoluta transparência.

Em reunião realizada em 26 de junho de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política para Transações com Partes Relacionadas ("**Política de Partes Relacionadas**") que visa assegurar o melhor interesse da Companhia, a igualdade e a transparência aos seus acionistas, investidores e mercado em geral. A Política de Partes Relacionadas se aplica à Companhia e suas controladas, bem como aos seus colaboradores e administradores.

Conforme previsto na Política de Partes Relacionadas, as transações devem ser realizadas em condições de mercado e de acordo com as demais práticas utilizadas pela administração da Companhia, celebradas por escrito, especificando suas principais características e condições, demonstradas de forma expressa as razões que levaram a Companhia a não contratar com terceiros e estar claramente divulgadas nas demonstrações contáveis da Companhia, conforme os critérios de materialidade trazidos pelas normas contábeis. Todas as transações entre partes relacionadas, independentemente do valor, deverão ser previamente analisadas pelo Comitê de Partes Relacionadas, instaurado pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2017, um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração que observa a legislação e a regulamentação aplicáveis, o disposto no estatuto social da Companhia, o seu regimento interno e a Política de Partes Relacionadas.

O Comitê visa assegurar que as transações da Companhia e de suas controladas e coligadas, envolvendo partes relacionadas ("Partes Relacionadas", conforme definidas na Política de Partes Relacionadas) sejam realizadas levando em consideração em primeiro lugar o melhor interesse da Companhia, em condições ordinárias de mercado, negociadas de forma independente, ética, em conformidade com a legislação vigente e em termos não menos favoráveis à Companhia do que seriam caso fossem realizadas com terceiros que não são Partes Relacionadas, sob as mesmas circunstâncias ou em cenários similares.

Caso haja violação aos termos da Política de Partes Relacionadas, o Conselho de Administração da Companhia deve analisar suas condições e adotar a medida cabível à parte relacionada envolvida nos atos em desacordo com as diretrizes da Companhia.

Tanto o Regimento Interno do Comitê de Partes Relacionadas da Companhia quanto a Política para Transações com Partes Relacionadas da Companhia são documentos públicos e estão disponíveis para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.jbs.com.br/).

Adicionalmente, nos termos do estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração: (i) aprovar a celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos, acordos ou convênios entre a Companhia ou suas Controladas e quaisquer partes relacionadas em valores iguais ou superiores a R$ 100.0000.000,00 (cem milhões de reais) considerados individual ou cumulativamente no período dos últimos 12 (doze) meses e

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

quaisquer outras transações com partes relacionadas indicadas na Política para Transações com Partes Relacionadas; e (ii) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para aprovar a celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos, acordos ou convênios entre a Companhia ou suas controladas e quaisquer partes relacionadas e quaisquer outras transações com partes relacionadas de acordo com a Política de Partes Relacionadas.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
JBJ Agropecuária Ltda.	08/05/2013	497.027.676,00	998.670,77	497.027.676,00	Prazo Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada por integrante da família dos maiores acionistas indiretos da Companhia, porém sem qualquer participação acionária na J&F Investimentos S.A., controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Fornecimento de gado às unidades de abate da Companhia. O valor das transações oscila conforme o número de animais abatidos e as condições de mercado. As transações são individualmente formalizadas por meio de notas de negociação, onde constam os valores, termos e condições específicos de casa negócio, incluindo data de entrega e unidade responsável pelo abate.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	A nota de negociação poderá ser rescindida pela Companhia nos casos de descumprimento das declarações e compromissos estabelecidos, fechamento de fronteiras interestaduais, problemas sanitários que impeçam o transporte dos bovinos ou do produto do abate.						
Natureza e razão para a operação	A compra de gado da JBJ está alinhada à estratégia comercial e supre parte da demanda por animais de altíssima qualidade, para direcionamento às marcas premium da Companhia, como Swift Black e 1953.Também garante estabilidade e segurança no abastecimento. As transações observam condições compatíveis com as praticadas com fornecedores em mercados internacionais, em qualquer caso, não há obrigação de exclusividade com a JBJ ou de aquisição de um número mínimo de cabeças em determinado período.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Credora de cabeças gado e Devedora de pagamento.						
Eldorado Brasil Celulose S.A.	20/03/2011	18.815.438,48	809.280,84	18.815.438,48	Prazo Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pela J&F Investimentos S.A., acionista controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Compra de produtos acabados (a exemplo de kits natalinos) e consumíveis para utilização em refeitórios de unidades da Eldorado; prestação de serviços de frete de celulose; aluguel de imóvel administrativo e serviços de data center. O valor das transações oscila conforme a curva de oferta e demanda dos produtos vendidos e fretes contratados.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Rescisão em caso de recuperação judicial de qualquer das partes; atos do governo ou alteração de legislação que impeçam a execução dos contratos; Rescisão por descumprimento contratual, de natureza pecuniária ou não.						
Natureza e razão para a operação	As transações são recorrentes e efetuadas no curso normal dos negócios e condições de mercado.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Meat Snacks Partners do Brasil Ltda. ("MSPB")	29/08/2011	253.973.449,69	2.173.764,56	253.973.449,69	Prazo Indeterminado	NÃO	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Sociedade empresária limitada constituída no Brasil, indiretamente controlada de forma compartilhada, pela Companhia e pela Link Snacks Inc. (“Link Snacks”), sociedade norte americana com sede no Estado de Wisconsin, nos termos do Joint Venture Agreement celebrado entre as partes em 2010 (“JV”). Ressalta-se que a Link Snacks, parceira na JV, não é uma parte relacionada da Companhia ou da J&F Investimentos S.A., acionista controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Locação pela Meat Snack de 2 fábricas da Companhia no Brasil, equipadas para produzir beef jerky e snacks a base de proteína animal. A Companhia, e/ou suas controladas, fornecem matéria prima à Meat Snack, a preço de mercado, conforme demanda. A Meat Snack, por sua, vez processa a matéria prima e vende os produtos finais para Link Snacks reprocessar, embalar e distribuir nos EUA e outros destinos, incluindo o Brasil. Os preços de venda dos produtos finais pela Meat Snack, variam em função do custo de produção e da variação cambial. A Companhia é remunerada, portanto, (i) pela venda da matéria prima, (ii) pela locação das unidades de produção; e (iii) pelos dividendos proporcionais que recebe no âmbito da JV, a partir da operação da Meat Snack.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Tendo em vista que a Meat Snack é resultado da JV, na qual a Companhia possui 50% de participação, as condições de rescisão estão sempre associadas à duração da parceria e do investimento.						
Natureza e razão para a operação	Transações efetuadas no curso normal dos negócios, a preço e demanda de mercado, conforme as necessidades da Companhia. Transações individualmente formalizadas em pedidos de compra, com termos e condições específicos de cada negócio. Não há obrigação de exclusividade de venda das matérias primas. Tendo em vista que a Meat Snacks é resultado da JV, as condições comutativas - serão sempre observadas como premissas das transações - e o desenvolvimento e a rentabilidade são os resultados almejados pela Companhia para esse investimento.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Credora, pois sócia, fornecedora e locadora. Devedora, pois compradora.						
Instituto Germinare	04/07/2013	16.396.163,87	Não aplicável	16.396.163,87	Prazo Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidade civil sem fins lucrativos fundada pela J&F Investimentos S.A., controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Doações para manutenção do Instituto que oferece educação gratuita e de alta qualidade, com objetivo de formar futuros líderes. As doações são efetuadas conforme as necessidades do Instituto e a disponibilidade de recursos da Companhia.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	A Companhia é a principal mantenedora do Instituto Germinare, escola de negócios voltada para jovens, cujo objetivo é formar futuros líderes, oferecendo educação gratuita e de alta qualidade.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Doadora						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A.	26/04/2011	133.956.288,00	12.775.585,23	133.956.288,00	Industrialização: 01.01.2021 (renovação anual) Demais transações: Prazo Indeterminado.	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Sociedade controlada pela J&F Investimentos S.A., acionista controladora da Companhia.
Objeto contrato	Fornecimento de produtos (sebo, óleo de palmiste, óleo de babaçu, latas e sabonetes) e prestação de serviços de industrialização por encomenda de sabonetes pela Companhia à Flora. As transações são individualmente formalizadas por meio de pedidos de compra com termos e condições específicos de cada negócio. Com relação ao sebo, óleos e latas, o valor das transações oscila conforme a curva de oferta e demanda dos produtos vendidos e as condições de mercado. Para os sabonetes, os preços de venda correspondem a uma porcentagem do valor do produto final, variando em função do custo do produto. A prestação de serviços de industrialização terá duração até janeiro de 2021, as demais transações, possuem prazo indeterminado.
Garantia e seguros	Não aplicável
Rescisão ou extinção	Para industrialização de produtos: rescisão automática em caso de recuperação judicial de qualquer das partes; atos do governo ou alteração de legislação que impeçam a execução do contrato; Rescisão por justa causa em função de descumprimento contratual. Rescisão imotivada com notificação prévia de 90 dias.
Natureza e razão para a operação	As relações de fornecimento com a Flora, representam importante alternativa para o escoamento de matéria prima e produtos industrializados que integram o objeto social da Companhia. As transações com a Flora são realizadas conforme a curva de oferta e demanda e o preço de mercado, observando condições comerciais praticadas pela Companhia com seus demais clientes. Não há obrigação de exclusividade com a Flora.
Posição contratual do emissor	Outra
Especificar	Credora de pagamentos e devedora de produtos.

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Banco Original S.A.	16/06/2015	21.873.509.701,40	1.500.493.932,80	138.623.032,25	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Sociedade controlada por integrantes da família dos maiores acionistas controladores indiretos da Companhia, porém sem qualquer participação acionária na J&F Investimentos S.A., acionista controladora da Companhia.
Objeto contrato	Antecipação de valores a receber, mediante cessão ao Banco Original dos recebíveis detidos contra determinados clientes, do mercado interno ou externo, sem coobrigação das cedentes. Manutenção de saldos e aplicações financeiras. O valor das transações oscila conforme as necessidades de capital de giro da Companhia, a demanda do Banco Original e a disponibilidade de recebíveis que preencham os requisitos para serem cedidos.
Garantia e seguros	As cessões de crédito são implementadas por meio da formalização de termos de cessão, sem coobrigação da cedente.
Rescisão ou extinção	Rescisão automática em caso de recuperação judicial de qualquer das partes; Resolução por justa causa em função de descumprimento contratual não sanado em até 30 dias após recebimento de notificação a esse respeito. Resolução imotivada com notificação prévia de 30 dias.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	A antecipação de faturamento mediante cessão de recebíveis é um mecanismo importante para a gestão do fluxo de caixa da Companhia. As cessões de crédito são efetuadas sem coobrigação, mediante a transferência definitiva dos riscos dos recebíveis ao Banco Original. Não há obrigação de exclusividade com o Banco Original. A taxa de desconto praticada com o Banco Original é mais vantajosa do que as demais alternativas disponíveis à Companhia.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Para tratar conflitos de interesse, adotamos práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo diretrizes do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, e do Regulamento do Novo Mercado.

A Companhia possui um Código de Conduta e Ética para os colaboradores que prevê que seus colaboradores devem atuar sempre no melhor interesse da Companhia e que as transações com partes relacionadas devem seguir as condições do mercado, realizadas com transparência e sempre no melhor interesse da Companhia.

De acordo com a Política para Transações com Partes Relacionadas, havendo conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro de nossos órgãos deliberativos, nos termos da legislação em vigor, o respectivo membro deve imediatamente manifestar seu conflito de interesses, deve ausentar-se das discussões sobre o tema, explicar seu envolvimento na transação e fornecer detalhes da transação e das partes envolvidas. Caso algum administrador da Companhia, que possa ter um potencial ganho decorrente de decisões da Companhia, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do respectivo órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

A Companhia possui um Comitê de Partes Relacionadas, de assessoramento do Conselho de Administração, submetido à legislação e à regulamentação aplicáveis, ao disposto no Estatuto Social Companhia, ao Regimento Interno do Comitê de Partes Relacionadas e à Política para Transações com Partes Relacionadas, que visa a assegurar que as transações da Companhia e de suas controladas e coligadas, envolvendo partes relacionadas sejam realizadas levando em consideração em primeiro lugar o melhor interesse da Companhia, em condições ordinárias de mercado, negociadas de forma independente, ética, em conformidade com a legislação vigente e em termos não menos favoráveis à Companhia do que seriam caso fossem realizadas com terceiros que não são partes relacionadas, sob as mesmas circunstâncias ou em cenários similares.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações da Companhia observam caráter estritamente comutativo pois as cláusulas econômicas e financeiras de suas contratações são compatíveis com as praticadas no mercado em atos ou negócios jurídicos versando sobre bens ou serviços substitutos, cuja utilidade pode ser obtida com a mesma forma e intensidade e, desta forma, não geraram benefícios ou prejuízos indevidos às partes relacionadas envolvidas.

Adicionalmente, todas as transações com partes relacionadas são realizadas em caráter estritamente comutativo das condições pactuadas e com o devido pagamento compensatório adequado e são suportadas por avaliações prévias e criteriosas de seus termos por parte da administração, laudos técnicos de terceiros e análise de viabilidade financeira de cada operação em comparação com operações semelhantes no mercado entre partes não relacionadas (quando aplicável), de forma a garantir que são realizadas em

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado, e, conforme aplicável, com o pagamento compensatório adequado.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

16.4 - Outras informações relevantes

Todas as transações com partes relacionadas indicadas no item 16.2 são recorrentes e estão incluídas no curso normal dos negócios da Companhia, desde a data de início indicada. Por essa razão, exceto pelo contrato de prestação de serviços de industrialização por encomenda de sabonetes celebrado com a Flora, que é renovado anualmente, todos os demais negócios têm duração indeterminada.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
30/09/2015	23.631.071.304,24		2.728.747.412	0	2.728.747.412
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
30/09/2015	23.631.071.304,24		2.728.747.412	0	2.728.747.412
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
30/09/2015	23.631.071.304,24		2.728.747.412	0	2.728.747.412
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
05/02/2015	0,00		1.375.853.183	0	1.375.853.183

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve aumento do capital social no período.

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve desdobramento, grupamento ou bonificação do capital social no período.

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do capital social no período.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 17.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	De acordo com nosso estatuto social, no mínimo 25% do saldo de lucro líquido do exercício social anterior, calculado conforme a Lei das Sociedades por Ações, deve ser distribuído a título de dividendo obrigatório anual.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	SIm
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de exercício do direito de retirada, os nossos acionistas terão o direito de receber o valor patrimonial de suas ações, com base no nosso último balanço aprovado pela assembleia geral. Se, todavia, a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias depois da data do último balanço aprovado, o acionista poderá solicitar, juntamente com o reembolso, o levantamento de balanço especial em data que atenda tal prazo, para avaliação do valor patrimonial de suas ações. Neste caso, devemos pagar imediatamente 80% do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado por nossos acionistas, e o saldo no prazo de 120 dias a contar da data da deliberação da assembleia geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em assembleias gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de nossa liquidação; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) direito de votar nas assembleias gerais; e (vi) direito a retirar-se da companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O estatuto social da Companhia obriga o adquirente do controle acionário a realizar, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, uma oferta pública de aquisição de ações ("**OPA**") dos demais acionistas, observados as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores alienantes.

Também deverá ser efetivada OPA nos casos em que houver a cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações ou que confiram direito à sua subscrição que venha a resultar na alienação do controle acionário da Companhia, bem como na hipótese de alienação do controle de sociedade que detenha o nosso controle, sendo que, nesse caso, o controlador alienante ficará obrigado a declarar à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão o valor atribuído nessa alienação e anexar documentação comprobatória.

Na OPA a ser efetivada pelos acionistas ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 45 do Estatuto Social da Companhia.

A OPA também será aplicável caso os acionistas reunidos em assembleia geral extraordinária deliberarem (i) a saída da Companhia do Novo Mercado para que as ações de emissão da Companhia passem a ter registro fora do Novo Mercado ou (ii) a reorganização societária da qual as ações de emissão da companhia resultante não sejam admitidas para negociação no Novo Mercado. Nessas situações, o acionista controlador deverá efetivar OPA aos demais acionistas cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Na hipótese de não haver acionista controlador, a OPA deverá ser realizada (i) sempre que for aprovado, em assembleia geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, quando será realizada pela própria Companhia, sendo que, neste caso, somente poderemos adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em assembleia geral após ter adquirido as ações dos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a referida oferta pública; (ii) sempre que for aprovada, em assembleia geral, a saída da Companhia do Novo Mercado, seja por registro para negociação das ações fora do Novo Mercado, seja por reorganização societária, quando deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da respectiva deliberação em assembleia geral.

Ainda com relação à hipótese de haver controle difuso, a OPA deverá ser realizada quando a saída da Companhia do Novo Mercado, em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, decorrer: (i) de deliberação em assembleia geral, quando deverá ser realizada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique o descumprimento e (ii) de ato ou fato da administração, quando a Companhia deverá efetivar OPA para cancelamento de registro de companhia aberta dirigida a todos os acionistas. Caso seja deliberada, em assembleia geral, a manutenção do registro de companhia aberta, a OPA deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor dessa deliberação.

Por fim, visando à proteção da dispersão da base acionária da Companhia, qualquer acionista adquirente que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia ou de outros

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% do nosso capital social deverá efetivar uma OPA para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O estatuto social da Companhia prevê que pode ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo de 30 dias para seu exercício de que trata o parágrafo 4º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações nas emissões de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

Na hipótese do comprador das ações no contexto da OPA não cumprir com as obrigações descritas no item 18.2 acima, até mesmo no que concerne ao atendimento dos prazos máximos: (i) para a realização ou solicitação do registro da oferta pública de aquisição de ações; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará assembleia geral extraordinária, na qual o comprador não poderá votar para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do comprador que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do comprador por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento de tais obrigações.

Adicionalmente, Lei das Sociedades por Ações outorga à Assembleia Geral o direito de suspender o exercício de direitos pelo acionista que deixar de cumprir obrigação imposta por lei ou pelo estatuto social da Companhia, cessando tal suspensão imediatamente após o cumprimento de tal obrigação.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Exercício social 31/12/2019

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.129.194.148	16,21	11,38	R$ por Unidade	14,12
30/06/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	15.313.040.070	24,78	15,40	R$ por Unidade	20,70
30/09/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	18.664.015.181	34,25	21,85	R$ por Unidade	27,87
31/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	19.457.306.587	33,44	24,59	R$ por Unidade	27,73

Exercício social 31/12/2018

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.030.781.054	10,72	8,76	R$ por Unidade	9,82
30/06/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.462.724.211	9,80	7,91	R$ por Unidade	8,98
30/09/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.959.923.715	10,09	8,24	R$ por Unidade	9,26
31/12/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.045.078.095	12,39	8,17	R$ por Unidade	10,01

Exercício social 31/12/2017

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.113.917.310	12,57	9,64	R$ por Unidade	11,52
30/06/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	9.097.532.310	11,48	5,25	R$ por Unidade	7,89
30/09/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.941.791.323	9,38	6,25	R$ por Unidade	7,92
31/12/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.209.017.674	9,90	6,91	R$ por Unidade	8,27

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não havia emitido outros valores mobiliários que não suas ações ordinárias em 31 de dezembro de 2018. Em 11 de outubro de 2019, a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, em 2 sérias para colocação provada. Para mais informações, veja item 18.12 deste Formulário de Referência.

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

18.6 – Mercados de Negociação no Brasil

As ações da Companhia são negociação na B3 - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros, sob o código “JBSS3”.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Valor Mobiliário	Identificação do Valor Mobiliário	País	Mercado Valor Mobiliário
Entidade Administradora	**Data de admissão**	**Data de Início listagem**	**Percentual**
Descrição de Segmento de Negociação		**Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior**	
Descrição do Banco Depositário		**Descrição da Instituição Custodiante**	
ADR	JBSAY	Estados Unidos	Mercado de Balcão
OTCQX	01/12/2008	01/12/2008	0.730499%
Sim: Mercado de balcão, sob o código “JBSAY”.		Sim: Uma ADR representa 2 ações ordinárias de emissão da Companhia	
Sim: The Bank of New York Mellon		Não	

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos 3 últimos exercícios sociais.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos 3 últimos exercícios sociais.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos 3 últimos exercícios sociais.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos 3 últimos exercícios sociais.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de aquisição pela Companhia relativas às ações de emissão de terceiros.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Outras informações relevantes

Valores mobiliários emitidos pela Companhia após 31 de dezembro de 2018.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 séries, para colocação privada
Data de emissão	11/10/2019
Data de vencimento	11/10/2024
Quantidade (unidades)	568.049
Valor total (Reais)	R$568.049.000,00
Saldo devedor em aberto (em 31/12/2018)	Não aplicável tendo em vista que as debêntures foram emitidas em 11 de outubro de 2019.
Pessoas Físicas	0
Pessoas Jurídicas	0
Investidores Institucionais	1
Restrições à circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP. As debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados nos termos da Instrução CVM n° 476 e depois de decorridos 90 dias de sua subscrição ou aquisição.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Hipóteses de resgate: A emissora poderá realizar o resgate antecipado sempre da totalidade das debêntures em qualquer uma das seguintes hipóteses: (a) a partir de 17 de maio de 2020, mediante pagamento à debenturista do valor nominal unitário das debêntures DI e do valor nominal unitário atualizado das debêntures IPCA, acrescido da respectiva remuneração das debêntures que serão objeto de resgate antecipado, calculada pro rata temoporis e de um prêmio, conforme previsto na Escritura de Emissão de Debêntures; (b) a partir de 01 de janeiro de 2020, em caso da não obtenção, pela emissora, da prévia autorização dos titulares do CRA reunidos em Assembleia Geral de Titulares dos CRA e, consequentemente, da debenturista para realização das operações previstas na Escritura de Emissão de Debêntures, seja em decorrência da não instalação da Assembleia Geral de Titulares dos CRA ou, uma vez instalada, da não obtenção do quórum de deliberação, mediante pagamento à debenturista do valor nominal unitário das debêntures DI e do valor nominal unitário atualizado das debêntures IPCA, acrescido da respectiva remuneração das debêntures que serão objeto de resgate antecipado, calculada pro rata temoporis e de um prêmio, conforme previsto na Escritura de Emissão de Debêntures .
Características dos valores mobiliários	Vencimento antecipado: As condições de vencimento antecipado encontram-se descritas na cláusula 8.1 e 8.2 da Escritura de Emissão de Debêntures. Juros: Debêntures DI: 115,0% da Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, com base em um ano de 252 dias úteis. Debêntures IPCA: 4,5% ao ano, base de 252 dias úteis.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	A debenturista poderá, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de debenturista, que poderá ser conjunta ou individualizada por série das debêntures, a fim de deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos titulares da debentures das respectivas série nos seguintes termos: (a) quando a matéria a ser deliberada referir interesses específicos de cada uma das séries das debêntures, quais sejam (i) alteração das características das respectivas séries; e (ii) demais assuntos específicos de cada uma das séries, então a respectiva assembleia geral será realizada separadamente, computando-se em separado os respectivos quóruns de convocação, instalçai e deliberação; e (b) quando a matéria a ser deliberada abranger interesses de todas as séries, os debenturistas, a qualquer tempo, teunir-se-ão em assembleia geral conjunta, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas de todas as séries.
Outras características relevantes	Não aplicável.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp.	Espécie	Classe	Qtde. prevista	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
08/02/2017	08/02/2017 à 08/08/2018	0,00	Ordinária		151.844.207	10,000000	25.307.000	10,11	R$ por Unidade	16,700000
Reserva de capital em 31/12/2016 negativa em R$1.743.893.000,00 Em 02 de Fevereiro de 2017, o Conselho de Administração da JBS aprovou o cancelamento de 128.110.093 ações, renovando o limite de aquisição de ações para manutenção em tesouraria em um total de 151.844.207 ações no âmbito do Plano de Recompra em vigor.										
26/06/2018	09/08/2018 à 09/02/2020	0,00	Ordinária		160.405.239	10,000000	53.386.400	9,33	R$ por Unidade	33,282205
Reserva de capital em 31/12/2017 negativa em R$289.295 mil. Em 03 de julho de 2018, a Companhia comunicou ao mercado em geral que o Conselho de de Administração aprovou o novo plano de recompra de ações para posterior alienação e/ou cancelamento. Nos termos do plano a Companhia poderá adquirir até 160.405.239 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de sua emissão, correspondentes até 5,88% do total de ações de sua emissão e até 10% das Ações em circulação.										
25/03/2020	25/03/2020 à 25/09/2021	0,00	Ordinária		156.835.441	10,000000	0	0,00	R$ por Unidade	0,000000
Reserva de capital em 31/12/2019 negativa em R$233.707 mil. Em 25 de março de 2020, a Companhia comunicou ao mercado em geral que o Conselho de de Administração aprovou o novo plano de recompra de ações. A Companhia poderá, nos termos do Plano de Recompra aprovado e em atendimento ao disposto no artigo 8º da ICVM 567, adquirir até 10% das Ações em Circulação										

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Exercício social 31/12/2019

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
			R$ por Unidade

Movimentação	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação
Quantidade Inicial	65.647.699	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	1.941.016	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	63.706.683	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2018

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
			R$ por Unidade

Movimentação	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação
Quantidade Inicial	19.087.251	
Quantidade adquirida	53.386.400	9,33
Quantidade alienada	6.825.952	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	65.647.699	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Exercício social 31/12/2017

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
			R$ por Unidade

Movimentação	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação
Quantidade Inicial	135.261.051	
Quantidade adquirida	25.307.000	10,11
Quantidade alienada	13.370.707	0,00
Quantidade cancelada	128.110.093	
Quantidade final	19.087.251	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

19.3 - Outras Informações Relevantes – recompra / tesouraria

Em 25 de março de 2019, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a renovação e o aperfeiçoamento do Plano de Recompra de Ações da Companhia ("**Plano**"), conforme previsto no artigo 19, XVI do estatuto social da Companhia e observando a Instrução CVM nº 567 de 15 de setembro de 2015 ("**Instrução CVM 567**"), visando autorizar a aquisição de até 156.835.441 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, cabendo à Diretoria definir a oportunidade e conveniência das aquisições, bem como a quantidade de ações a serem efetivamente adquiridas, observados os limites e prazo de validade desta autorização.

Em cumprimento ao Artigo 5º da Instrução CVM 567, foi decidido que: (a) o objetivo da Companhia na operação é de maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; (b) na data da aprovação, a quantidade de ações em circulação no mercado é de 1.568.354.415 (um bilhão, quinhentas e sessenta e oito milhões, trezentas e cinquenta e quatro mil e quatrocentas e quinze) ações ordinárias e a quantidade de ações mantidas em tesouraria pela Companhia nesta data é de 63.227.754 (sessenta e três milhões, duzentas e vinte e sete mil, setecentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias; (c) a quantidade de ações que poderão ser adquiridas ou alienadas é de até 10% (dez por cento) das ações ordinárias em circulação a qualquer tempo durante o prazo de vigência da presente autorização; (d) o prazo máximo para a liquidação da operação ora autorizada é de 18 (dezoito) meses a contar desta data; (e) as operações para aquisição de ações serão realizadas a preços de mercado e realizadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão pelos seguintes agentes de intermediação (corretoras de valores mobiliários)

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Data aprovação	**20/03/2014**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	A JBS, seus Acionistas Controladores, diretos e indiretos, Administradores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer outros Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da JBS, empregados e diretores da JBS que, em virtude de seu cargo ou posição na JBS, tenham acesso a qualquer Informação Privilegiada, bem como suas Sociedades Controladas e/ou sob controle comum, seus respectivos Acionistas Controladores, cônjuges, companheiros, dependentes incluídos na declaração anual do imposto de renda, que tenham aderido expressamente à Política de Divulgação e à Política de Negociação e estejam obrigados à observância das regras nelas descritas. Serão ainda consideradas Pessoas Vinculadas quaisquer outras pessoas que, a critério da JBS, tenham conhecimento de Fatos Relevantes em virtude do cargo, posição ou função na JBS, em Sociedades Controladas ou Sociedades Coligadas.

Principais características

A presente Política de Negociação tem por objetivos coibir e punir a utilização de Informações Privilegiadas em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com Valores Mobiliários de emissão da JBS e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais Valores Mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 358/02 e das políticas internas da própria JBS. Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de Informações Privilegiadas) e tipping (dicas de Informações Privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de Valores Mobiliários de emissão da JBS. As regras desta Política de Negociação definem períodos nos quais as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar com Valores Mobiliários de emissão da JBS, de modo a evitar o questionamento com relação ao uso indevido de Informações Relevantes não divulgadas ao público. Além das Pessoas Vinculadas, as normas desta Política de Negociação aplicam-se também aos casos em que as negociações por parte das Pessoas Vinculadas se dêem para o benefício próprio delas, direta e/ou indiretamente, mediante a utilização, por exemplo, de:(a) sociedade por elas controlada, direta ou indiretamente; (b) terceiros com que for mantido contrato de gestão, fidúcia, administração de carteira de investimentos em ativos financeiros; (c) procuradores ou agentes; e/ou (d) cônjuges dos quais não estejam separados judicialmente, companheiros(as) e quaisquer dependentes incluídos em sua declaração anual de imposto sobre a renda. As restrições contidas nesta Política de Negociação não se aplicam às negociações realizadas por fundos de investimento de que sejam cotistas as Pessoas Vinculadas desde que: (a) os fundos de investimento não sejam exclusivos; e (b) as decisões de negociação do administrador do fundo de investimento não possam ser influenciadas pelos cotistas.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	As Pessoas Vinculadas deverão abster-se de realizar quaisquer negociações com Valores Mobiliários, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores nesse sentido: (a) no período de 15 (quinze) dias que anteceder a divulgação (i) das informações trimestrais (ITR) e demonstrações financeiras anuais (DFP) exigidas pela CVM, observadas as regras descritas no item 3.4.3 abaixo; e/ou (ii) de dados financeiros preliminares da JBS; (b) entre a data da deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios; e a partir do momento em que tais Pessoas Vinculadas tiverem acesso à informação relativa à intenção da JBS ou dos Acionistas Controladores de: (i) modificar o capital social da JBS mediante subscrição de ações; ou (ii) distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento; e a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos; ou (iii) realizar uma incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da JBS; ou (iv) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de emissão da JBS pela própria JBS.Com o objetivo de assegurar o efetivo cumprimento da vedação prevista no item 3.4.2, o Diretor de Relações com Investidores deverá estabelecer e divulgar, às Pessoas Vinculadas e Corretoras Credenciadas, Períodos de Bloqueio para negociações de aquisição ou alienação de ações, conforme o caso, durante os dias em que a JBS pretender negociar ou mantiver em aberto ordens de negociação com ações de sua própria emissão.

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 20.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

As normas, regimentos e procedimentos internos relativos à divulgação de informações que a Companhia adota estão descritos na sua Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários, conforme disposta no item 21.2 deste Formulário de Referência.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Instrução CVM 358**") disciplina as regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e à aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Desta forma, em observância às normas da CVM e da B3, em 20 de março de 2014, a Companhia adotou a "Política de Divulgação de Informações Relevantes e Política de Negociação com Valores Mobiliários de Emissão da JBS S.A." ("**Política**"), cujas regras devem ser observadas pela Companhia, seus acionistas controladores (acionista ou grupo de acionistas vinculados por acordo de acionistas ou sob controle comum que exerça o poder de controle na Companhia), diretos e indiretos, diretores e membros do Conselho de Administração da Companhia, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos da Companhia criados por seu estatuto social com funções técnicas ou destinados a aconselhar seus administradores, empregados e diretores que, em virtude de seu cargo ou posição na Companhia, em Sociedades Controladas (sociedades nas quais a Companhia, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócia que lhe assegurem o poder de controle) ou sociedades sob controle comum que tenham acesso a qualquer informação privilegiada, seus respectivos acionistas controladores, cônjuges, companheiros, dependentes incluídos na declaração anual do imposto de renda, que tenham aderido expressamente à Política e estejam obrigados à observância das regras nelas descritas, bem como quaisquer outras pessoas que, a critério da Companhia, tenham conhecimento de fatos relevantes em virtude do cargo, posição ou função na Companhia, em sociedades controladas ou sociedades coligadas ("**Pessoas Vinculadas**").

As Pessoas Vinculadas devem assinar o Termo de Adesão, nos termos dos artigos 15 e 16 da Instrução CVM 358, o qual é arquivado na sede da Companhia desde o início do vínculo até o final do quinto ano, no mínimo, após seu desligamento.

A Companhia visa sempre assegurar elevados padrões de transparência e divulgação, em conformidade com a legislação vigente e as boas práticas de mercado, de todas as informações relevantes e de interesse para sociedade e seus investidores. A Companhia tem como princípio a transparência e equidade de tratamento com os investidores e mercado em geral, observar a legislação aplicável e regulamentação da CVM e outros órgãos reguladores nacionais e estrangeiros a que está sujeita e aderir às melhores práticas de relações com investidores. Por intermédio do Diretor de Relações com Investidores, a Companhia divulga e comunica por escrito, à CVM e à Bolsa de Valores Mobiliários, imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado informação relevante, bem como zela pela sua imediata e ampla disseminação de forma simultânea junto ao público investidor em geral.

As Pessoas Vinculadas têm o dever de comunicar o Diretor de Relações com Investidores a respeito de eventos definidos como fatos relevantes dos quais tenham conhecimento. Além disso, devem encaminhar correspondência escrita para que os administradores da Companhia procedam com eventual divulgação, se constatarem a omissão do Diretor de Relações com Investidores por prazo superior a 3 dias úteis.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

O Diretor de Relações com Investidores poderá manter em sigilo determinadas informações caso entenda que a sua divulgação colocará interesses legítimos da Companhia em risco, de forma proteger os interesses da Companhia, devendo divulga-la imediatamente caso a informação saia do controle ou de alguma forma oscile de forma atípica a cotação das ações de emissão da Companhia.

A informação relevante deve ser divulgada ao público por meio de (i) anúncio publicado nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia ou (ii) através de publicação em pelo menos um portal de notícias na internet, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade. Caso a divulgação seja feita na forma do item (i) acima, o anúncio poderá conter a descrição resumida da informação relevante, desde que indique endereço na rede mundial de computadores onde esteja disponível a descrição completa da informação relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM, à Bolsa de Valores e a outras entidades, conforme aplicável.

Adicionalmente, as Pessoas Vinculadas têm o dever de guardar sigilo acerca de informações relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que a respectiva informação relevante seja divulgada ao público. Devem também garantir que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

As Pessoas Vinculadas possuem, também, a obrigação de comunicar a titularidade e as negociações realizadas com valores mobiliários de emissão da Companhia, sendo que caberá ao Diretor de Relações com Investidores dar a essas comunicações o adequado encaminhamento.

A Política possui cláusula que obriga as Pessoas Vinculadas a indenizarem por eventuais descumprimentos às regras nela estabelecidas e tem prazo de duração indeterminado, sendo sua alteração sujeita a aprovação do Conselho de Administração.

A Política está disponível, na íntegra, no website de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.jbs.com.br/) e na página da CVM.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

As Pessoas Vinculadas, conforme definidas no item 21.2, têm o dever de cumprir essa política e também de suprir eventuais omissões do Diretor de Relações com Investidores que porventura sejam identificadas.

O Conselho de Administração é o órgão competente para promover alterações na política, sendo, portanto, responsável por garantir sua atualização e compatibilidade com as melhores práticas de mercado.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 21.